Cadernos

#16
2 A 15 SETEMBRO
DE 2026

FIOCRUZ DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE

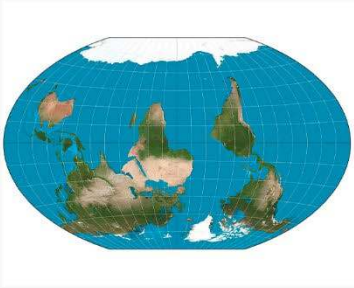
PUBLICAÇÃO DIGITAL

OBSERVATÓRIO FIOCRUZ DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE

FIOCRUZ / VPSGRI / OBSERVATÓRIO DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE



Rúbio fez périplo entre países aliados governados pela direita na América do Sul (Colômbia, Equador e Peru), integrantes do Escudo das Américas, para garantir cooperação em segurança, combate a cartéis e a criação de bases militares conjuntas nestes países. Leia mais em artigo de Tobar e Brito.



Com este mapa invertido, colocando o Sul no alto da imagem, homenageamos o Dia Internacional da Cooperação Sul-Sul, celebrado na Assembleia Geral da ONU, em 12/09, com o lançamento da Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular. Leia mais em artigo de Ungerer, Kastrup e Monteiro.



Foi iniciada a 81ª Assembleia Geral das Nações Unidas em 8/09 em Nova York e segue até 28/09 com robusta agenda, que aborda temas relacionados com os três pilares fundamentais da Organização: paz e segurança, desenvolvimento e direitos humanos.



Mais de 20 mil menores foram mortos durante o conflito na Faixa de Gaza e mais de 40 mil ainda estão soterrados sob os escombros. E muitas crianças que ficaram sozinhas se veem obrigadas a enterrar seus coetâneos (Vaticano News, 16/09/2026).



Cúpula 2026 do BRICS reafirma apoio a um multilateralismo renovado, critica guerras e insegurança global, e se compromete a buscar maior protagonismo do Sul Global em todas as instâncias. Leia mais em artigos de Hoirisch, Esteves e Salgado.

FIOCRUZ

SUMÁRIO

4 – Sumário Executivo – *Paulo M. Buss, Fabiane Gaspar e Sebastián Tob*ar

Sistema Nações Unidas

20 – Assembleia Geral da ONU 2026 – *Paulo M. Buss e Santiago Alcázar*

29 – O problema de Khalilur Rahman – *Santiago Alcázar*

34 – A Geopolítica da Cartografia: da Hegemonia de Mercator à Equidade da Projeção Equal Earth – *Regina Ungerer*

37 – Multipolaridade Incorporada em um Mundo Polarizado – *Fabiane Gaspar e Armando De Negri Filho*

46 – A OMS na 81ª Assembleia Geral das Nações Unidas: restaurar a confiança, fortalecer a saúde e assegurar o futuro – *Luiz Augusto Galvão, Paula Reges e Luana Bermudez*

58 – Além de 1,5°C: A Urgência da Ação Climática e do Ar Limpo – *Danielly Magalhães e Luiz Augusto Galvão*

66 – Avanços, Desafios Persistentes e Novas Ameaças para o Mundo do Trabalho na América Latina e o Caribe – *Frederico Peres e Sebastián Tobar*

78 – A política migratória em jogo: comunicação, entretenimento, riscos climáticos e o avanço da extrema direita – *Rafael Gomes França, Giacomo Giannelli, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura*

85 – UN80 e igualdade de gênero: posicionamentos dos Estados-Membros sobre a reforma da ONU Mulheres – *Maria Teresa Rossetti Massari, Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos e Maria Auxiliadora Souza Mendes Gomes*

99 – Dez argumentos a favor do investimento na prevenção da gravidez na adolescência – *Federico Tobar & Sebastián Tobar*

102 – A educação como bem comum na era da inteligência artificial – *Fabiane Gaspar e Gisele Sanglard*

107 – As questões críticas, emergentes e persistentes da segurança alimentar e nutricional global segundo o HLPE/FAO – *Eduardo Nilson, Felipe Neves e Denise Oliveira e Silva*

125 – O Fundo Monetário Internacional na Reunião de Ministros das Finanças e do Banco Central do G20 – *Isis Pillar Cazumbá*

129 – BRICS e reforma da OMC, investimento global, comércio digital e agenda da OMPI em 2026 – *Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário*

Movimentos sociais globais e saúde

146 – A saúde da população mundial sob risco: desfinanciamento, emergências sanitárias e os desafios da sociedade civil – *Mateus dos Santos Brito, Patrícia Lewis Carpio, Matheus dos*

Santos da Silveira, Renan Amaral Oliveira, Tatiana Cerqueira Machado Medrado, Ana Carol Aldapi Vaquera, Diana Zeballos e Luis Eugênio de Souza

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

169 – Sul Global – *Regina Ungerer, Erica Kastrup e Rychard L. Monteiro*

195 – Reuniões Ministeriais de Finanças e Inovação do G20 Consolidam a Agenda dos EUA para a Economia Global e Tecnologias Emergentes | G7: parlamentos em Paris, contestação em Nova Délhi |Reformas tributárias, PISA 2025 e desenvolvimento sustentável: a quinzena da OCDE – *Pedro Burger, Vitória Kavanami, João Miguel Estephanio, Thaiany Medeiros Cury e Nina Bouqvar*

209 – Washington acompanhou atentamente a Cúpula do BRICS 2026: governança global, finanças, CTI e saúde – *Claudia Hoirisch*

221 – A cúpula de Nova Délhi e o BRICS ampliado: Geopolítica do dissenso e cooperação em geometria variável – *Paulo Esteves*

235 – Fórum Civil dos BRICS 2026 em Nova Delhi: panorama sobre o Grupo de Trabalho em Saúde – *Carolina Salgado*

244 – A tendência de transformações regionais avança e a América Latina busca se reconfigurar: serão novos os desafios ou fantasmas do passado têm assombrado novos líderes? – *Sebastián Tobar e Sâmia de Brito*

258 – Cuba sob cerco econômico: saúde em deterioração, desigualdade crescente e necessidade urgente de uma resposta baseada na equidade – *Juan Garay*

274 – Saúde global, soberania sanitária e vigilância em África – *Augusto Paulo Silva, Manuel Mahoche, Tomé Cá, Valery Martinez Jean e Felix Rosenberg*

285 – Entre a Reforma e a Influência: a Estratégia Europeia para a Saúde Global – *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*

296 – Assistência Humanitária na Região MENA: limites e possibilidades – *Laura Tavares Soares*

316 – ONU, centralidade e BRICS – *André Costa Lobato, Amanda Ribeiro Lopes, Fernanda Filgueiras, Maria Fernanda Császár*

326 – Recomendações do Conselho Nacional de Saúde reivindicam maior equidade e participação social na governança global da saúde

Estante, Editores e Autores, Produtos e Ficha Catalográfica

332 – Estante de livros, vídeos e outros que tais

333 – Editores e autores dos cadernos

338 – Produtos do Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde

339 – Ficha catalográfica

Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde 16/2026

2 a 15 de setembro de 2026

Sumário Executivo

A *18ª Cúpula de BRICS* (Nova Déli, 11-12/09) e o início da *81ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU81)* (Nova York, 8-28/09) dominam o cenário da geopolítica global na quinzena.



Dia 8 de setembro de 2026 às 11 da manhã, horário de Nova York, na sede principal da ONU, foi encerrada a *80ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU80)*, que realizou, desde setembro de 2025, 116 sessões plenárias, e aprovou 302 resoluções. Às 15 horas do dia 8/09 foi instalada a primeira sessão plenária da *81ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU81)*. A Assembleia prossegue até 28/09 com o *Debate Geral* – espaço nobre, quando falam os Chefes-de-Estado e de Governo ou altos representantes de países – se realizando dias 22 a 26/09; Lula e Trump falam na abertura do Debate Geral, dia 22/09. Do maior interesse para a saúde global, registre-se a realização da *Reunião de Alto Nível sobre Prevenção, Preparação e Resposta à Pandemias*, com participação de Chefes-de-Estado e de Governo, ministros da saúde e especialistas, e do DG da OMS Tedros Adhanom, no dia 25/09.

Espera-se uma *81ª Assembleia Geral* marcada pelas tensões habituais deste mundo conflagrado, com múltiplas crises em diversas áreas; uma agenda robusta https://docs.un.org/en/A/81/150 que mostra a importância do multilateralismo num tempo de deliberadas intenções de enfraquecê-lo; ao que se agrega a expectativa da eleição do(a) novo(a) secretário(a)-Geral da ONU, para o período 2027-2031. A reforma da ONU, a partir da *Iniciativa ONU 80* https://www.un.org/un80-initiative/en/all-un80-related-resources-and-documents certamente ocupará a atenção dos altos representantes dos Estados-membros, assim como os grandes problemas globais vigentes: conflitos militares importantes, inequidades crescentes entre países, regiões e pessoas, acúmulos de déficits no campo dos direitos humanos e do desenvolvimento, a tríplice crise planetária, entre tantos outros.

Como sempre insistimos, a AGNU é sempre momento importante para a *saúde global*, pois a maioria 178 itens que estão agendados para discussão (muito dos quais com diversos subitens) tratam, em última análise, de determinantes políticos, sociais, econômicos e ambientais da saúde. Muitas das discussões, consensos, dissensos, decisões e resoluções que saírem da AGNU 2026 terão impacto importantíssimo sobre a saúde global, humana e planetária. ***Alcazar e Buss*** prepararam um artigo de atualização sobre a AGNU81, publicada neste fascículo. Em outro artigo, *Alcázar* sinaliza para os desafios colocados à presidência da AGNU 81.

Cúpula do BRICS



A 18ª Cúpula de BRICS BRICS – Building for Resilience, Innovation, Cooperation and Sustainability se realizou nos dias 12 e 13/09, em Nova Déli, sob a presidência rotativa da Índia. Seu tema principal foi "*Construindo para a resiliência, inovação, cooperação e sustentabilidade*", e a agenda desenvolvida https://www.brics2026.gov.in/ mostrou as prioridades do grupo: valorização do Sul Global, desdolarização do comércio, governança de inteligência artificial e transição energética. Todos os países componentes de BRICS estiveram presentes, incluindo *membros fundadores* (*Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul*) e novos integrantes do formato ampliado (*BRICS+*) como *Egito, Etiópia, Irã, Indonésia e Emirados Árabes Unidos*. Os presidentes *Xi Jin Ping, Modi e Putin* foram as estrelas. *Lula,* em campanha para reeleição, não compareceu, tendo sido substituído pelo chanceler Mauro Vieira. Inúmeras reuniões bilaterais entre líderes foram realizadas.

Com os acordos políticos alcançados, apesar das posições divergentes dos países sobre conflitos e tensões internacionais, o principal produto político foi a *BRICS New Delhi Declaration: Building for Resilience, Innovation, Cooperation and Sustainability* https://www.mea.gov.in/bilateral-documents?dtl/41776. Saúde teve presença expressiva na Declaração, com 9 itens (51 a 59), refletindo a declaração da *16ª Reunião de Ministros da Saúde de BRICS* (Chandigarh, Índia, 23-24/07) https://d2jiw2zrmmyqt8.cloudfront.net/wp-content/uploads/2026/07/24152006/16th-BRICS.pdf Em 23 de setembro "*Saúde no BRICS"* será tema do *Seminário Avançado Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde.* Os diversos documentos resultantes da PPT da Índia até aqui podem ser encontrados em: https://www.brics2026.gov.in/brics-document/ A Cúpula de BRICS de 2027 será realizada na China. Para saber mais, ver artigos de ***Hoirisch, Esteves e Salgado*** neste fascículo. Em 23 de setembro, *"Geopolítica e Saúde no BRICS"* será tema do *Seminário Avançado Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde.*

A *Cúpula da Organização de Cooperação de Xangai (OCX)* de 2026, que reúne países da Ásia Central – incluindo os quatro grandes da região *(China, Rússia, Índia e Irã)* – ocorreu de 31/08 a 01/09, em Bishkek, capital do Quirguistão, 10 dias antes da Cúpula de BRICS. O evento marcou o *25º aniversário* da organização e debateu questões regionais e globais, como *segurança regional e geopolítica*; *cooperação econômica e financeira; e conectividade e infraestrutura*, expressas na *Declaração de Bishkek* outros 27 documentos (ver: https://tvbrics.com/pt/news/l-deres-dos-pa-ses-da-ocx-assinam-declara-o-de-bishkek/). O Paquistão assumiu a presidência rotativa da organização para 2026-2027.

A realização da *Cúpula do BRICS* (11-12/09) imediatamente após a *Cúpula da OCX* (31/08-01/09) parece não ser casual, mas parte do festival de afirmação global da *Eurásia* ou do *Leste Global*, pois têm *China, Índia, Rússia e Irã* integrando os dois blocos, das quais três são potências nucleares e o Irã controla o Estreito de Ormuz. Ficamos atentos aos desdobramentos, que podem ocorrer já em manifestações dos grupos de países em diversos momentos da AGNU81, nestas próximas semanas.

No tabuleiro da geopolítica

Neoimperialismo trumpiano continua em marcha acelerada

O *Escudo das Américas (America Shield),* que já reúne cerca de 19 países e é focado em cooperação de inteligência e segurança hemisférica, ganhou mais materialidade na quinzena com o périplo de *Marco Rubio*, Secretário de Estado dos EUA, a três de seus principais integrantes e aliados na América do Sul (Colômbia, Equador e Peru). Rubio apresentou propostas de cooperação em segurança, combate a cartéis e a possível criação de bases militares conjuntas nestes países.

Como um desagravo político ao Canadá (e por interesses econômicos, claro) – diante dos tarifaços impostos pelos EUA ao país – a União Europeia convidou o Canadá para integrar o bloco como primeiro país associado. Trump ameaçou retaliar a ambos, Canadá e Europa, a ver o que ocorre nos próximos dias.

A pressão sobre *Cuba* continua num nível imoral, submetendo seus habitantes às mais ultrajantes condições de vida, o que vem reportado em artigo de *Juan Garay*, depois de três semanas de visita ao país

No *front* soou escandaloso, parecendo fraude eleitoral, a promessa de Trump de entregar um cheque de U$ 5 mil a cada adulto americano se o partido vencer as eleições de meio-de-período. Já a Suprema Corte bloqueou as tentativas de Trump de impedir o voto pelo correio, o que traria vantagens aos republicanos.

Numa bizarra e indecente *estratégia de comunicação política da Casa Branca*, jogos do tipo *arcade* contra a imigração foram lançados para criar ou fortalecer o sentimento xenófobo e racista entre jovens e crianças americanas (ver artigo de ***França*** e colegas neste fascículo).

Enquanto CEOs das grandes empresas de *Inteligência Artificial* alertavam para o risco da velocidade do desenvolvimento da IA, Trump declarava que nenhuma regulação deveria conter a expansão de tais tecnologias nos Estados Unidos, pois quem estiver a frente da corrida disporá de maior poder global.

Reino Unido derrete (?) e Alemanha elege neonazistas em região

O Reino Unido enfrenta uma intensa pressão política depois que os líderes das três nações descentralizadas do Reino (Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte) assinaram, em 14/09, um pacto conjunto exigindo o direito de realizar plebiscitos sobre o futuro constitucional de suas nações. Pelo *Acordo de Cardiff* (formalmente *Cardiff Agreement* ou *Cytundeb Caerdydd*) os líderes dos governos autônomos exigem que o governo central em Londres (Westminster) facilite e mesmo planeje mudanças constitucionais. Pela primeira vez, as três 'regiões descentralizadas' possuem chefias de governo alinhadas a partidos nacionalistas ou favoráveis à autodeterminação e reaproximação com a União Europeia.

Na Alemanha, o partido neonazista AfD fez maioria de 40% dos deputados na câmara de um pequeno estado localizado em território da ex-Alemanha Oriental e acendeu as luzes vermelhas do cordão sanitário no país. Na Suécia, por pequena margem, venceu uma coalizão e centro-esquerda. Na França, que tem eleições em 2027, a direita de Marie Le Pen lidera as pesquisas.

Reforma da ONU e da OMS

Na **OMS**, como em todas as agências, fundos e programas da ONU, também está em curso um processo de reforma, definido pelos Estados-membros na Assembleia Mundial de Saúde (AMS) de 2026 https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA79/A79_31-en.pdf. A resolução aprovada decidiu pela constituição de uma *Força Tarefa* que elaborará proposta a ser apreciada na AMS de 2027. A Força Tarefa é composta de 25 membros, organizados por regiões geográficas da OMS e níveis de desenvolvimento econômico, com indicação direta dos blocos regionais. Os trabalhos da Força Tarefa podem ser acompanhados pela página web https://www.who.int/about/governance/global-health-architecture

Já há algum tempo os Cadernos vêm acompanhando e noticiando ambos os processos de reforma (ONU e OMS) e reafirmamos o compromisso de continuar desenvolvendo esta tarefa. Neste Caderno 16, ***Freire*** analisa as posições das *instituições europeias* quanto a *reforma da OMS;* ***Hoirisch*** menciona os conteúdos sobre a reforma da ONU na Declaração de BRICS 2026; e ***Massari e colegas*** trazem a discussão sobre as transformações no *ONU Mulher e UNFPA.*

====*====

Regiões, territórios e temas em foco

Nossos analistas apresentam a seguir, em seus respectivos informes, as diversas **instituições do sistema multilateral** e temas de que elas se ocupam: *desenvolvimento, direitos humanos, trabalho, saúde da mulher e da criança, fome e segurança alimentar, comércio e propriedade intelectual, meio ambiente, saúde, educação e cultura, migração e refúgio, entre outros, e incluindo as instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial) e os bancos regionais de desenvolvimento*. Sempre que possível buscando explicar os nexos e impactos destes temas sobre a saúde humana e planetária**.** Também buscamos cobrir o posicionamento da *sociedade civil global de interesse público e de interesse privado*, ator de enorme importância nos destinos da saúde global e da diplomacia da saúde.

O artigo intitulado '*A Assembleia Geral da ONU 2026'*, atualização de trabalho publicado por ***Buss e Alcázar*** nos Cadernos 13/2026, aborda a *81ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU),* explicando seu funcionamento e as principais questões a serem debatidas na agenda 2026, entre as quais a reforma da ONU, os conflitos militares em curso, a Agenda 2030 e outros temas de alcance global quanto a desenvolvimento, direitos humanos e paz e segurança. Conclui afirmando que a despeito dos esforços de países poderosos de atacar e desmantelar as Nações Unidas, ela se mantém como um espaço vital para a diplomacia multilateral, promovendo diálogo, cooperação e soluções conjuntas para os desafios globais, reafirmando o papel da ONU como plataforma central de debate e ação internacional, particularmente por meio da sua Assembleia Geral.

Alcázar examina os desafios e perspectivas que permeiam a passagem da 80ª para a 81ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU). Tomando como referência os temas "*Melhor juntos: 80 anos mais para a paz, desenvolvimento e direitos humanos*" e "*Restaurando a confiança, controlando a transformação: uma Organização que atenda a todos*", o autor discute a agenda de renovação institucional das Nações Unidas, destacando as propostas de reforma, os esforços de fortalecimento do multilateralismo e os desafios impostos pelo atual contexto internacional. O texto analisa, ainda, as questões consideradas prioritárias para a

Organização em um período marcado por crescente complexidade política, econômica, tecnológica e social.

Ungerer nos traz reflexões sobre a *cartografia*, a propósito das mudanças introduzidas no *mapa mundi* por decisão da *AGNU.* O estudo, a ciência e a técnica de criar mapas, ou cartografia, nunca foi uma disciplina neutra. E nem tampouco é um reflexo da geografia terrestre ou a forma como o planeta é representado em uma superfície plana, pois esta representação envolve escolhas políticas, culturais e geopolíticas.

O informe de ***Gaspar*** e ***De Negri Filho*** analisa o relatório *Embedded Multipolarity in a Polarized World*, elaborado por *George Katrougalos*, Perito Independente sobre a *Promoção de uma Ordem Internacional Democrática e Equitativa*, submetido à *63ª sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.* O documento examina as transformações da ordem internacional contemporânea, caracterizadas pelo enfraquecimento relativo da hegemonia unipolar, pelo fortalecimento de múltiplos centros de poder e pela crescente importância dos países do Sul Global. O relatório sustenta que a multipolaridade constitui uma realidade irreversível, mas alerta para os riscos associados à fragmentação da governança global, ao unilateralismo econômico e ao enfraquecimento das instituições multilaterais. Em resposta a esses desafios, propõe o conceito de "*multipolaridade incorporada*" (*embedded multipolarity*), definida como uma distribuição plural de poder ancorada na Carta das Nações Unidas, no direito internacional e nos direitos humanos. O documento também apresenta uma proposta inovadora de criação de um *Índice Global de Entrega Regulatória*, destinado a avaliar a implementação efetiva de compromissos relacionados aos direitos humanos, ao desenvolvimento sustentável e à equidade social.

Para ***Galvão, Reges e Bermudez,*** a AGNU81 ocorre no momento de maior tensão entre *ambição normativa e capacidade material da saúde global* desde a pandemia de COVID-19. Seu texto descreve o processo institucional e o conteúdo substantivo da *participação da Organização Mundial da Saúde (OMS) na AGNU*, com foco na *segunda Reunião de Alto Nível sobre Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias*, convocada para 25/09, nos termos da resolução A/RES/79/333. Documenta o *avanço normativo* obtido desde a primeira reunião de alto nível, de setembro de 2023 — a adoção do *Acordo de Pandemia da OMS* em maio de 2025, a entrada em vigor das emendas ao *Regulamento Sanitário Internacional* em 19/09/2025, e a consolidação *do Fundo Pandemia, do Hub de Inteligência Pandêmica e Epidêmica, do Sistema BioHub e do Corpo Global de Emergências em Saúde* —, bem como *três constrangimentos* que limitam sua tradução prática: o impasse no *anexo sobre Acesso a Patógenos e Repartição de Benefícios (PABS)*, adiado para a Assembleia Mundial da Saúde de 2027; a *contração da ajuda oficial ao desenvolvimento em saúde*, projetada pela OCDE em queda de 29% a 46% entre 2024 e 2026; e a *crise orçamentária da própria OMS*, com corte do orçamento 2026–2027 para US$ 4,2 bilhões e redução de aproximadamente um quarto do quadro de pessoal. O *surto de Ebola por vírus Bundibugyo* na República Democrática do Congo, declarado emergência de saúde pública de importância internacional em maio de 2026 e com letalidade próxima de 48%, é analisado como *teste empírico dessa arquitetura*. Conclui-se que a distância entre compromisso normativo e capacidade operacional constitui hoje o principal objeto de escrutínio da governança sanitária multilateral.

Magalhães e Galvão analisam o *relatório Limiting Overshoot,* publicado pelo **PNUMA** em 2026, alertando que o aquecimento global provavelmente ultrapassará 1,5°C nos próximos anos. Recomenda reduzir as emissões em 55% até 2035, avançar para sua quase eliminação até

meados do século e combinar mitigação, adaptação e remoção responsável de carbono. As decisões atuais ainda podem limitar o pico e a duração do aquecimento, reduzindo mortes, perdas econômicas e danos ambientais. Já o *relatório Ativos Ocultos* demonstra que integrar políticas climáticas e de qualidade do ar produz benefícios rápidos para a saúde e a economia. As soluções já existem, mas sua implementação é dificultada pela fragmentação institucional, pelo financiamento insuficiente e pela limitada capacidade de execução. Reduzir a poluição do ar deve, portanto, ser tratado como uma prioridade climática, econômica, sanitária e de equidade.

O artigo de ***Peres e Tobar*** analisa o relatório recentemente publicado pelo *Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)* sobre as **condições de trabalho e emprego na América Latina e no Caribe** que revela que os mercados de trabalho da região melhoraram nas últimas três décadas, mas que estas melhorias foram insuficientes, inconsistentes e, cada vez mais, apresentam tendência de estagnação, limitando seu alcance para a promoção do trabalho decente na região. Os dados apresentados e discutidos no documento são particularmente relevantes para justificar a necessidade urgente de se buscar condições para a garantia do trabalho decente, sobretudo considerando que as principais fragilidades identificadas — informalidade, falta de proteção social, baixos rendimentos, fraco poder de negociação, comprometimento da segurança e da saúde nos ambientes de trabalho, inadequação de competências às demandas do mercado de trabalho, a discriminação e as iniquidades ainda persistentes no mundo do trabalho, dificultando a atuação das instituições laborais, entre outros aspectos — são, precisamente, as dimensões que determinam a qualidade do trabalho/trabalho decente. Conclui o relatório que *mudanças na produtividade sem uma distribuição adequada* podem não melhorar a vida dos trabalhadores. Da mesma forma, a *proteção social sem transformação produtiva* pode ser fiscal e institucionalmente insustentável. E, ainda, que a *regulamentação trabalhista sem fiscalização efetiva e participativa* pode proteger apenas aqueles que já estão no sistema formal. A meta deve ser, portanto, uma *reforma abrangente do mercado de trabalho*, na qual o desenvolvimento da produtividade, a formalização, a proteção social, a igualdade, a garantia de voz aos trabalhadores, o alinhamento das competências às demandas do mercado de trabalho e a adaptabilidade tecnológica se fortaleçam mutuamente.

O ***Grupo de Trabalho sobre Migrações, Refúgio e Saúde Global*** analisa **três dimensões contemporâneas da governança migratória**. A *primeira* examina a *estratégia de comunicação política da Casa Branca no governo Trump*, que lançou jogos estilo *arcade* em seu site oficial. Títulos como *Rio Run*, em que o jogador captura migrantes no Rio Grande, e *Build the Wall*, inspirado em *Tetris*, funcionam como formas de gamificação de políticas controversas de patrulhamento e contenção fronteiriça. Associados a outros jogos sobre patriotismo e saúde, esses produtos são apresentados como "cultura de diversão e vitória", mas são criticados por simplificar questões complexas, reforçar estereótipos racializados e banalizar práticas de detenção e deportação, deslocando o debate político para o entretenimento. A *segunda dimensão* aborda a ação antecipatória da *Organização Internacional para as Migrações (OIM),* que solicitou US$ 110 milhões para proteger 4,9 milhões de pessoas diante do *El Niño 2026–2027*. Com probabilidade próxima de 100% de persistência até fevereiro de 2027, segundo a OMM, o fenômeno amplia riscos de deslocamento forçado, exigindo integração entre previsão climática e gestão migratória. A *terceira dimensão* analisa o avanço da *Alternativa para a Alemanha (AfD)* e seus impactos na Europa. Rompendo o *firewall* pós-Segunda Guerra, o partido influencia a agenda migratória mesmo fora do governo, pressionando por políticas mais duras de asilo e deportação. Destaca-se a circulação transnacional de discursos entre AfD e Trump,

que compartilham nacionalismo, soberania restritiva e controle territorial, com implicações para a política comum europeia e para as condições de acolhimento, proteção e integração de migrantes e refugiados.

Com foco na **saúde da mulher e da criança**, as analistas ***Massari, Vilella e Gomes*** analisam as manifestações dos países durante a segunda sessão regular de 2026 do Conselho Executivo da **ONU Mulheres**, realizada em setembro de 2026, com foco no debate sobre a *Iniciativa UN80 e a possível reforma da organização*. A partir das manifestações apresentadas no evento, buscou-se identificar os principais posicionamentos dos Estados-Membros, com especial atenção ao debate sobre a proposta de *fusão entre a ONU Mulheres e o UNFPA*, à preservação dos mandatos institucionais e à capacidade de atuação nos países. A análise permitiu evidenciar as diferentes perspectivas e prioridades mobilizadas pelos Estados diante do processo de reforma e compreender as convergências e divergências que atravessam o debate multilateral sobre a igualdade de gênero.

Para ***Tobar*** e ***Tobar***, prevenir a *gravidez na adolescência* é um investimento altamente rentável que acelera o crescimento econômico, reduz a pobreza intergeracional e diminui gastos públicos. A evidência mostra que as intervenções — especialmente educação sexual integral e acesso a métodos modernos — são eficazes, custo-efetivas e sustentadas por modelos robustos de planejamento. Além de melhorar indicadores de saúde materna e infantil, a prevenção tem forte impacto redistributivo e ampla aprovação social, tornando-se uma política estratégica, justa e politicamente viável para países da América Latina.

Os analistas ***Nilson, Neves e Oliveira e Silva*** discutem as questões críticas, emergentes e persistentes na **agenda de segurança alimentar e nutricional global** segundo o *Painel de Especialistas de Alto Nível (HLPE-FSN 2026) do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA/FAO)* e os desdobramentos da *agenda na 81ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU*), bem como as discussões recentes sobre a direção do *Programa Mundial de Alimentos* e suas possíveis implicações na agenda global de enfrentamento da fome.

Cazumbá informa que Kristalina Georgieva, Diretora-geral do **Fundo Monetário Internacional (FMI)** compareceu à *Reunião de Ministros de Finanças e Governadores do Banco Central do* **G20** em Ashville, na Carolina do Norte, EUA. No evento, a líder da instituição financeira fez comentários sobre os desafios econômicos globais, destacando as perspectivas de crescimento, os desequilíbrios econômicos e o aumento da dívida soberana dos países.

Chamas e Cesário analisam desenvolvimentos recentes da *governança multilateral* envolvendo a **Organização Mundial do Comércio (OMC)**, a **Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)** e a **Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)**. Examinam desenvolvimentos no comércio multilateral, investimento internacional, serviços digitais e propriedade intelectual. Destacam *o apoio da Declaração de Nova Délhi do BRICS à reforma da OMC*, à restauração de um sistema de solução de controvérsias operacional em dois níveis, à oposição a medidas protecionistas e à maior participação das economias em desenvolvimento. Com base no *World Investment Report 2026* da **UNCTAD**, analisam a recuperação frágil e concentrada do investimento estrangeiro direto, a expansão de setores estratégicos, política industrial e subsídios, triagem de investimentos e desafios em saúde, farmacêutica e ciências da vida. Abordam a América Latina e o Caribe, incluindo o aumento dos fluxos para o Brasil. Examinam o papel crescente dos serviços e do comércio digitalmente entregável, as desvantagens dos países de menor desenvolvimento

relativo, inteligência artificial e fragmentação regulatória. Finalmente, apresentam a *agenda institucional da* **OMPI** sobre conhecimentos tradicionais, recursos genéticos e Global Innovation Index 2026.

O ***GT sobre Movimentos Sociais Globais e Saúde***, liderado por ***Luis Eugênio de Sousa***, monitorou *64 Organizações da Sociedade Civil (OSC)* nessa quinzena, com manifestações de 44 OSC voltadas a temas relacionados a Saúde Global. As **OSC de interesse público** manifestaram preocupação com o avanço global de problemas de saúde relacionados às doenças transmissíveis e não transmissíveis, em meio a um contexto de desfinanciamento dos sistemas e serviços de saúde, com o aprofundamento das desigualdades no acesso a saúde e na qualidade de vida em diversas regiões do mundo, sobretudo, no Sul Global. Os surtos do ebola e do sarampo convivem com o adoecimento mental da população mundial que se relaciona ao aumento das mortes provocadas por guerras e aos eventos climáticos extremos associados a crise climática, a exemplo das inundações no Nepal e do aumento crítico da temperatura em diversos países. As **OSC de interesse privado**, por sua vez, manifestaram-se em defesa de maior investimento em cuidados primários em saúde e na construção de estoques globais de vacinação para mitigar a distribuição desigual em casos de novas pandemias e epidemias. De forma geral, as OSC têm apontado para a necessidade de financiamento adequado e equitativo para os sistemas de saúde, notadamente, no que diz respeito â infraestrutura física de serviços de saúde e gestão do trabalho em saúde.

Ungerer, Kastrup e Monteiro apresentam o **Sul Global**. As celebrações do *Dia da ONU para a Cooperação Sul-Sul* foram marcadas pelo lançamento oficial da *Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular* no dia 11 de setembro. Concebida como uma plataforma dinâmica de intermediação (*matchmaking*), a Aliança conecta demandas de desenvolvimento a soluções locais e parcerias catalisadoras baseadas na reciprocidade e na confiança mútua. Lideranças internacionais ressaltaram que o intercâmbio horizontal em áreas como transição energética, inclusão digital e resiliência climática reduz assimetrias globais e consolida a autonomia do Sul Global rumo à Agenda 2030. O **UNOSSC** publicou também seu Boletim de agosto de 2026.

A agenda de **cooperação brasileira** combinou projeção diplomática na AGNU 81 e articulação regional nas Américas e na CPLP. Na *Assembleia Geral da ONU,* o Brasil ressaltou o financiamento equitativo para emergências sanitárias e lançou um portal oficial em português. No *âmbito bilateral e regional*, o país compartilhou experiências do SUS com o México e sediou fóruns sobre atenção primária e financiamento com 16 países. Em paralelo, avançou na *cooperação científica pan-amazônica pela Rede Bioamazônia* e na *preparação para pandemias na CPLP*, com missões coordenadas pela Fiocruz a São Tomé e Príncipe e Guiné Equatorial, reforçando a governança universal e resiliente.

O **G-77 e a China** iniciaram a *81ª Assembleia Geral da ONU* reafirmando seu protagonismo no *Sul Global*. Na *reforma institucional (ONU80*), o bloco defendeu a preservação dos mandatos de desenvolvimento e a soberania dos Estados-Membros, rejeitando propostas apressadas de fusão de agências como PNUD/UNOPS e UNFPA/ONU Mulheres. No Dia da Cooperação Sul-Sul, reforçou que as parcerias devem complementar à Cooperação Norte-Sul. O grupo também priorizou o combate à violência contra mulheres facilitada por inteligência artificial e a promoção da inclusão digital, reafirmando seu compromisso com a equidade global.

Na AGNU 81, o **Movimento dos Não-Alinhados (MNA)** alinhou-se à busca por equidade, defendendo a *revitalização da Assembleia Geral, a transparência no Secretariado da ONU e o enfrentamento de sanções coercitivas*. Paralelamente, os *65 anos do MNA* expuseram um descompasso estrutural, embora a Índia e Gana tenham ressaltado a cooperação vacinal, a saúde em zonas de conflito (Gaza) e o impacto de embargos (Cuba), *a saúde pública esteve ausente dos debates centrais*. Esse gargalo evidencia o isolamento técnico das deliberações conduzidas junto à OMS, que não chegam ao topo das decisões políticas. A próxima reunião de Kampala, programada para dezembro de 2026, vem sendo considerada a última janela sob a gestão de Uganda para institucionalizar a pauta sanitária antes do novo ciclo do MNA.

O **NAMYO** reafirmou seu engajamento geracional ao coorganizar a 2ª Feira de Carreiras Sustentáveis na *Baku Climate Action Week*, capacitando a juventude do Sul Global para a transição ecológica e a liderança climática.

O **Centro Sul** intensificou sua atuação técnica em fóruns multilaterais. Em Genebra, coorganizou o *Diálogo de Embaixadores sobre o Direito à Saúde na Revisão Periódica Universal (RPU)* e alinhou prioridades com a ONU para mitigar assimetrias no *sistema financeiro e no TRIPS.* No Senegal, combateu a evasão fiscal multinacional em defesa da soberania financeira africana. Ao saudar os 65 anos do MNA, reafirmou seu apoio ao não alinhamento. Ademais, publicou análise sobre barreiras de *propriedade intelectual em tecnologias verdes*, propondo licenças compulsórias e governança coletiva para fechar o hiato tecnológico global.

O informe de ***Burger, Kavanami, Estephanio, Cury e Bouqvar*** analisa os resultados das *reuniões ministeriais de Finanças e de Inovação* do **G20**, realizadas na Carolina do Norte sob a liderança dos Estados Unidos. O texto examina a divulgação da *Declaração da Presidência em Asheville,* centrada na resiliência macroeconômica, na desregulamentação e no enfrentamento aos desequilíbrios comerciais, contextualizando as objeções formais apresentadas pela China. Em seguida, detalham-se os desdobramentos da *Cúpula de Chapel Hill* sobre a governança de tecnologias emergentes, marcada pela formalização dos *Princípios de Carolina* e pela defesa de um modelo não intervencionista promovido por Washington e por executivos do setor privado, em contraste direto com o rigor normativo reafirmado pela União Europeia. Na quinzena de 31 de agosto a 13 de setembro de 2026, o único evento formal do **G7** foi a Cúpula Parlamentar realizada em Paris, cuja declaração conjunta tratou de abertura parlamentar, controle democrático da política externa e governança da inteligência artificial. Nos mesmos dias, em Nova Délhi, a cúpula do BRICS serviu de palco à contestação do peso econômico do grupo, o que recoloca a disputa sobre representatividade e legitimidade na governança global. Os destaques da **OCDE** se dividem entre o lançamento da nova edição de seu estudo sobre reformas tributárias, a divulgação dos resultados do PISA 2025 e seis estudos variados sobre temas de desenvolvimento sustentável.

Hoirisch informa que a **XVIII Cúpula do BRICS**, realizada em Nova Délhi em 12-13 de setembro de 2026 sob a presidência da Índia, adotou a *Declaração de Nova Délhi 2026*, documento que marca o 20º aniversário do grupo e reúne compromissos em governança global, economia e finanças, CT&I e saúde pública, entre outros temas. No campo da *governança global*, os líderes reafirmaram o compromisso com a reforma do sistema multilateral, com destaque para a ampliação e modernização do Conselho de Segurança das Nações Unidas e reforma das instituições de Bretton Woods, de modo a corrigir a sub-representação histórica dos países emergentes e em desenvolvimento. O PM da Índia Modi, propôs um roteiro de 10 pontos para a reforma do BRICS, com o objetivo de fazer com que o Sul Global deixe de ser apenas um

"seguidor de regras" para se tornar um "formulador". No eixo *econômico-financeiro*, a declaração aprofunda a agenda de uso de moedas locais nas transações comerciais e de investimento entre os membros, reforça o mandato do Grupo de Trabalho de Pagamentos do BRICS para tornar os pagamentos transfronteiriços mais rápidos, baratos e interoperáveis, e reafirma o papel crescente do NBD como instrumento de financiamento em moeda local para infraestrutura e desenvolvimento sustentável. Na área de **CT&I**, o texto enaltece o Programa-Quadro de CTI do BRICS e eleva a inteligência artificial à condição de pilar central de cooperação, associando-a ao crescimento econômico inclusivo, ao acesso equitativo a recursos tecnológicos e à mitigação de riscos. A declaração também trata da segurança e diversificação das cadeias de suprimento de minerais críticos e terras raras, defendendo cadeias responsáveis, resilientes e justas, com repartição de benefícios para os países produtores. Na área da **saúde**, a declaração incorpora os resultados da 16ª Reunião de Ministros da Saúde do BRICS (Chandigarh, julho de 2026), reafirmando o compromisso com o fortalecimento dos sistemas de saúde, a saúde digital, a preparação e resposta a pandemias, o combate à TB por meio da Rede de Pesquisa em TB do BRICS, o apoio ao Centro de P&D de Vacinas do BRICS e a consolidação da Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública do BRICS, além de referências ao debate multilateral sobre o Sistema de Acesso a Patógenos e Repartição de Benefícios no âmbito do Acordo Pandêmico da OMS. No conjunto, a *Declaração de Nova Délhi 2026* consolida a trajetória do BRICS como plataforma de coordenação do Sul Global, combinando ambições de reforma institucional com iniciativas concretas de cooperação econômica, tecnológica e sanitária, ainda que sua efetividade dependa da implementação por parte dos onze membros plenos e dos países parceiros do grupo.

Esteves analisa a **Cúpula de Nova Délhi de 2026** como marco da consolidação do **BRICS** ampliado, examinando os impactos da expansão sobre sua atuação geopolítica e seus mecanismos de cooperação. A análise demonstra que o grupo preservou a capacidade de produzir consensos políticos por meio de fórmulas diplomáticas que acomodam divergências entre seus membros, especialmente em temas de segurança internacional. No campo da cooperação, observa-se a ampliação do número de mecanismos institucionais acompanhada pela flexibilização dos compromissos assumidos. O estudo conclui que a geometria variável e a influência das presidências rotativas tornaram-se elementos centrais para a coesão e a continuidade do BRICS em um contexto de multipolaridade instável.

Salgado aborda em seu artigo o **Fórum Civil dos BRICS** que se tornou oficialmente um Grupo de Engajamento, em 2024, estabelecido na Declaração de Kazan, por ocasião da XVI Cúpula do BRICS. O documento destacou a necessidade de fortalecer os vínculos entre comunidades de especialistas, pesquisadores e organizações da sociedade civil, reconhecendo os fóruns Civil e Acadêmico como espaços primordiais de intercâmbio e produção conjunta de conhecimento. O Fórum Civil daquele ano foi realizado em Moscou, onde reafirmou-se a importância da participação da sociedade civil na construção de uma cooperação mais inclusiva por meio do desenvolvimento institucional do chamado *civic track*, com mecanismos permanentes de diálogo nas diferentes presidências do agrupamento. Nesse contexto, o *Grupo de Trabalho de Saúde do Fórum Civil dos BRICS 2026*, realizado na Índia, reiterou que as comunidades estão no centro da construção de sistemas de saúde resilientes, equitativos e capazes de responder a crises, articulando experiências nacionais, atenção primária, promoção da saúde, participação social, inovação e cooperação continuada entre os países.

No informe sobre **América Latina e Caribe (ALC),** nossos analistas ***Tobar e Brito*** examinam a formação de uma nova conjuntura da América Latina que tem movimentado as

condições de governo e governança na região. *A agenda de segurança, crise econômica e social e alinhamento com os Estados Unidos estão na pauta da região*. Governos na Colômbia, no Peru e no Equador aprofundam o alinhamento à política securitária estadunidense. Governos como o do Equador e o da Argentina precisaram renegociar decisões a partir da pressão popular. No cenário de saúde, os números da *dengue e do sarampo* preocupam e fortalecem a necessidade de iniciativas regionais. No seguimento das organizações regionais, destacamos que o **Organismo Andino de Saúde (ORAS-Conhu**) participou de agenda representante do Parlamento Andino; a Secretária Executiva do **Conselho de Ministros da Saúde do SICA** participou de agendas sobre integração regional, segurança sanitária e insegurança alimentar e a **Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)** cumpriu agenda nos temas de quantidade e qualidade da água e equidade de gênero.

Garay analisa os impactos humanitários, sociais e sanitários das **medidas coercitivas aplicadas à Cuba**, examinando sua interação com desafios estruturais internos, como crise energética, envelhecimento populacional, migração e restrições produtivas. O estudo destaca a deterioração recente de indicadores de saúde, incluindo expectativa de vida, mortalidade infantil, disponibilidade de medicamentos e capacidade operacional do sistema de saúde. Ao mesmo tempo, reconhece a permanência de importantes capacidades públicas nas áreas de saúde, educação e produção científica. Como resposta, propõe estratégias orientadas pela equidade sanitária sustentável, com foco na soberania energética e alimentar, proteção social, fortalecimento da atenção primária e recuperação da produção nacional de medicamentos essenciais.

O ***GT Fiocruz sobre África***, liderado por ***Augusto Paulo Silva***, analisa a agenda africana de saúde com foco no fortalecimento institucional do *CDC África*, na *V Reunião do Comitê de Orientação Ministerial Regional da África Austral* e nas pressões operacionais associadas ao *surto de doença por vírus Bundibugyo na República Democrática do Congo*. O texto mostra que a *participação africana na reforma da arquitetura global da saúde ganhou peso político*, mas depende de capacidade efetiva de decisão, financiamento previsível e coordenação regional. A reunião ministerial reafirmou a soberania sanitária, a cobertura universal, o financiamento público doméstico, a gestão das finanças públicas, a produção local e as aquisições conjuntas como prioridades. A *análise epidemiológica* destaca que o aumento da letalidade aparente pode refletir subnotificação de casos leves e confirmação pós-morte, mais do que agravamento clínico, enquanto atrasos nas séries de cólera indicam deslocamento da vigilância para a resposta ao Ebola. No *plano financeiro*, o informe enfatiza a distância entre promessas e desembolsos, a contração da ajuda externa e a dificuldade de substituir recursos internacionais por orçamento interno. Quanto ao *acesso a medicamentos*, observa a inexistência de vacina licenciada contra Bundibugyo, a fragilidade das evidências de proteção cruzada e a necessidade de articular mecanismos africanos e regionais de aquisição. O documento conclui que soberania sanitária exige instituições nacionais fortes, dados confiáveis, produção regional, financiamento sustentável e tradução de recomendações técnicas em compromissos políticos.

No informe sobre **Europa**, ***Freire*** analisa a posição da **União Europeia (UE)** diante da **reforma da arquitetura global de saúde**, com foco no **papel da OMS**. A análise mostra que a UE defende a preservação do sistema multilateral e da OMS como principal instituição de governança sanitária global, mas considera necessária uma reorganização que torne o sistema mais eficiente, coordenado, transparente e financeiramente sustentável. Um dos principais pontos defendidos pelos europeus é a redução da fragmentação da arquitetura global de saúde.

A UE pretende diminuir sobreposições entre organizações e iniciativas, racionalizar custos e melhorar a coordenação entre instituições como a OMS, Gavi, Fundo Global, Banco Mundial e outras iniciativas internacionais. Nesse modelo, a OMS deveria concentrar-se principalmente em funções normativas, regulatórias, produção de evidências, definição de padrões e coordenação. O financiamento aparece como outro grande desafio: a dependência da OMS de contribuições voluntárias e direcionadas limita sua autonomia e previsibilidade financeira. Por isso, a UE defende mecanismos de financiamento mais sustentáveis e previsíveis. Outro aspecto importante é a dimensão geopolítica da reforma. A UE pretende fortalecer sua posição nas cadeias globais de medicamentos e vacinas, ampliar a produção regional, diversificar fornecedores e fortalecer capacidades regulatórias e industriais, especialmente na África. O fortalecimento de instituições africanas, como a União Africana e o Africa CDC, é apresentado como parte dessa estratégia. Em síntese, *a UE busca reformar a arquitetura global de saúde sem desestruturá-la*. Sua estratégia procura fortalecer a OMS, reduzir a fragmentação, aumentar a eficiência e a sustentabilidade financeira, ampliar a participação dos países em desenvolvimento e, simultaneamente, preservar e ampliar a capacidade europeia de influência na governança global da saúde.

Tavares Soares analisa a **Assistência Humanitária no MENA (com foco no Oriente Médio),** destacando suas restrições e possibilidades, especialmente nos países e nas regiões em conflito e com crises permanentes. Foram descritas as principais agências de ajuda humanitária, bem como o descompasso entre as necessidades crescentes e a capacidade de assistência. Também ficou demonstrado que essas necessidades vão muito além de situações humanitárias de emergência, com situações estruturais e longa permanência no tempo. O financiamento da assistência humanitária na região foi analisado, evidenciando o decréscimo de recursos disponíveis além de um subfinanciamento crônico. Foram destacados os impactos da redução brusca de recursos por parte dos EUA a partir de 2025. A escalada de conflitos regionais amplia as necessidades e complicam a logística das intervenções de assistência, restringidas por insegurança e restrições de acesso. A assistência humanitária no Irã foi destacada como um caso diferenciado com relação ao restante dos países da região, analisando a chamada *Diplomacia Humanitária* protagonizada sobretudo pela principal organização humanitária do país, a *Sociedade do Crescente Vermelho Iraniano (IRCS / "Iranian Red Crescent Society").* O *Direito Internacional Humanitário* foi analisado global e regionalmente, sobretudo do ponto de vista das restrições que sofre em função das sanções impostas aos países, em especial ao Irã. Nas Considerações Finais foram analisados dois artigos: um primeiro de um alto representante da ONU, analisando as necessidades *versus* as respostas humanitárias; e um segundo de um escritor palestino que faz um relato baseado no trabalho de campo, entrevistando um morador palestino e uma trabalhadora social, analisando suas respectivas visões que reforçam situações que evidenciam a grave (e permanente) situação da Palestina, onde a sobrevivência se coloca em primeiro plano.

Lobato e colegas informam que a **China** assumirá a presidência dos BRICS após a Cúpula de Nova Déli, cuja declaração final registrou um recorde de *nove referências explícitas a resoluções da ONU,* sinalizando busca por maior legitimidade multilateral. Após representar Lula na cúpula, o chanceler *Mauro Vieira* fortaleceu laços com Singapura e Tailândia, enquanto tensões russo-japonesas cresceram após visita de Putin a território perdido com a derrota. **Sudeste Asiático** reforçou sua preparação para futuras pandemias na *79ª reunião regional da OMS*, aprovando medidas sobre vigilância, vacinação e resiliência sanitária, além de registrar a eliminação da rubéola na Tailândia e da raiva humana transmitida por cães no Butão. China

acelera incorporação de medicamentos inovadores, aprovando novo antiviral contra a COVID-19 e ampliando políticas de acesso e reembolso para tratamentos avançados. A China divulgou o 15º Plano Quinquenal para veículos elétricos e inteligentes, visando liderança global, autonomia tecnológica e ampla eletrificação do transporte até 2030. E também lançou um plano para se tornar uma potência financeira até 2035, fortalecendo regulação, prevenção de riscos, apoio à economia real, internacionalização financeira e estabilidade do yuan.

Estante



A seção traz breves informações e resumos de livros, revistas, relatórios e vídeos sobre temas de saúde global e diplomacia da saúde. A ideia é permitir que nossos analistas, mas também leitores e colaboradores, compartilhem dicas sobre o que leram, viram ou ouviram e que gostaram. Os comentários não devem ultrapassar 150 palavras para que possamos compartilhar diversas contribuições a cada fascículo editado. A ESTANTE fica no final do fascículo, antes da lista de autores e dos créditos dos *Cadernos*.

Fiocruz na Saúde Global

Seminário Avançado da Fiocruz debate 'Geopolítica e Saúde nos BRICS' no dia 23 de setembro

Com a participação da Embaixadora Paula Barboza e dos pesquisadores Paulo Esteves, Adelyne Mendes Pereira, João Miguel Estephanio e Claudia Hoirisch e do assessor da AISA (Ministério da Saúde) Guilherme Cyrne, os debates procurarão cobrir a presença dos BRICS na complexa geopolítica global atual, os principais resultados da Cúpula 2026 do BRICS e a saúde no grupo.



Observatório recebe a visita de Mariângela Simão, Relatora Especial para a Saúde do Conselho de Direitos Humanos



A recém-empossada nova relatora especial de saúde do CDH das Nações Unidas, a médica e sanitarista brasileira *Mariângela Simão* apresentou o processo de trabalho que desenvolverá na função que assumiu em agosto último e suas prioridades para os informes bianuais que apresentará ao Conselho e à Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2027. No encontro com o grupo do *Observatório Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde,* convidou o *think tank* da Fiocruz para apoiá-la no importante trabalho de porta-voz do direito à saúde, com os informes analíticos sistemáticos que produz sobre saúde global.

Pesquisadores da Fiocruz têm ampla participação em eventos paralelos sobre saúde na AGNU81

A Fiocruz participa, em Nova York, de uma série de *eventos realizados no contexto da 81ª Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGA 81)* e paralelamente ao *High-Level Meeting on Pandemic Prevention, Preparedness and Response (PPPR).* A instituição estará presente em debates sobre a reforma da arquitetura global de saúde, contribuindo com a perspectiva do Sul Global e a experiência de uma instituição de liderança na América Latina.

Entre os destaques da agenda está o lançamento do *Accra Reset Report*, iniciativa na qual a Fiocruz lidera o eixo dedicado a *manufacturing and innovation*, reforçando a importância da capacidade produtiva, tecnológica e de inovação para uma arquitetura global de saúde mais resiliente e equitativa. A Fiocruz também participa do painel "*The Preparedness Challenge: Dengue as a Stress Test for Global Health Security"*, que terá entre seus participantes o Ministro da Saúde da Indonésia, atual candidato ao cargo de Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde.

A presença da Fiocruz ocorre em um momento em que a saúde é cada vez mais enquadrada como uma questão de segurança nacional e internacional. Esse enquadramento pode contribuir para mobilizar recursos e acelerar decisões, mas também pode fazer com que prioridades de preparação sejam definidas predominantemente por interesses nacionais e geopolíticos, em detrimento da equidade e da solidariedade internacional.

Nesse contexto, a discussão proposta pela Fiocruz parte de uma questão fundamental: estamos securitizando os patógenos ou estamos protegendo as pessoas? A segurança em saúde global não deve ser restrita à contenção de ameaças ou a uma lógica de preparação associada exclusivamente à defesa e à estabilidade dos Estados. Ela deve também significar a capacidade de proteger populações, reduzir vulnerabilidades e assegurar que países e regiões tenham capacidades sustentáveis de prevenção, produção, inovação e resposta.

A participação da Fiocruz na agenda da UNGA 81 busca, assim, contribuir para uma concepção mais ampla e humana de segurança em saúde global, na qual preparação, equidade, solidariedade e fortalecimento das capacidades do Sul Global sejam elementos centrais ***(Paula Reges, ne Nova York).***

Curso de Atualidades em Saúde Global e Diplomacia da Saúde 2027 abre inscrições de 16/11/2026 a 15/01/2027



O *Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz*, órgão da Vice-presidência de Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz, abre inscrições em novembro para os interessados em participar da quarta edição do *Curso de Atualidades em Saúde Global e Diplomacia da Saúde.* É oferecido para profissionais e estudantes de saúde pública e das carreiras da saúde, diplomatas e estudantes de relações internacionais e à sociedade civil, com vagas limitadas. Inicia em 27/02/2027 e se estende até dezembro. É constituído de 23 *Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde* (quinzenais online) e leituras selecionadas contidas nos 23 fascículos dos *Cadernos de Saúde Global e Diplomacia da Saúde*, também quinzenais. Aborda temas como multilateralismo; desenvolvimento sustentável; direitos humanos; problemas globais (políticos, sociais, econômicos, ambientais); negociações internacionais; saúde e tríplice crise ambiental planetária; migração e saúde; saúde da mulher, criança e adolescente; saúde nas crises humanitárias; fome, segurança alimentar e nutricional; cooperação Sul-Sul; saúde nas organizações internacionais e regionais; entre outros. O curso é gratuito e online.

Congresso do Consortium of Universities for Global Health (CUGH) e ALASAG em Lima (fevereiro de 2027)



O *Consórcio de Universidades para Saúde Global (CUGH),* associado com a *Aliança Latino-americana de Saúde Global (ALASAG*), vai realizar em Lima, de 25 a 28 de fevereiro de 2027, sua 18ª conferência anual com o tema "*Transformando a Saúde Global: Parecerias, poder, liderança e tecnologia num mundo em rápida transformação*". Os congressos do CUGH e da ALASAG já se transformaram em reconhecidos espaços de intercâmbio e informação em saúde global. Ambas as instituições esperam grande participação de latino-americanos pela proximidade com Lima. Maiores informações sobre o congresso podem ser obtidas e as inscrições realizadas em: https://cughlima2027.org/

Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde há 6 anos servindo a comunidade global



Com seu primeiro número tendo sido lançado em março de 2020, por ocasião da decretação pela OMS da Covid-19 como pandemia, os *Cadernos* se transformaram numa referência para a comunidade global da saúde e da diplomacia neste campo político e de conhecimento contemporâneo. Mais de 150 fascículos já foram lançados, a base de 22 a 23 por ano, com cerca de 280 páginas em média por quinzena, ou seja, mais de 5.000 páginas por ano. Cada fascículo contém em torno de 22 a 25 artigos de atualidades, escrito por cerca de 60 autores, que compartilham em torno de 500 referências de artigos, relatórios, declarações etc. sobre este

dinâmico campo das relações internacionais em saúde. Todos os fascículos dos Cadernos estão disponíveis para exame ou *download* no site: Cadernos CRIS/Fiocruz: Informes sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde | Portal Fiocruz Para 2026 está programada a edição de 23 fascículos.

Catálogo de Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde 2020-2025



A coleção dos 137 Seminários do CRIS realizados de 2020 a 2025, com uma breve descrição e os links para acesso às versões em português, espanhol e inglês, está disponível para acesso ou download nos seguintes endereços: https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global ou https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN. Tem se mostrado um recurso excelente para ensino e aprendizagem em saúde global e diplomacia da saúde, com cerca de 700 painelistas brasileiros e internacionais, abordando temas como a agenda da saúde global e ambiental, direitos humanos, *One Health*, C&T em saúde, os grandes eventos mundiais realizados nos últimos 6 anos, entre tantos outros temas de interesse para profissionais da saúde, da diplomacia e dos movimentos sociais. Para 2026 estão programados 23 seminários; os que já foram realizados neste ano estão disponíveis online no YouTube da Fiocruz.

Produtos do *Observatório Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde* (*Centro Colaborador em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul da OMS/OPS na Fiocruz)*, os *Cadernos* e os *Seminários Avançados* são tributos que prestamos a saúde, ao desenvolvimento sustentável, à paz e à solidariedade internacional. Queremos sempre sua companhia. Boa leitura!

Rio de Janeiro, Manguinhos, 18 de setembro de 2026

Paulo M. Buss, Fabiane Gaspar e Sebastián Tobar

Editor e editores-associados

Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde

OBSERVATÓRIO FIOCRUZ DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE

Fundação Oswaldo Cruz

Vice-presidência de Saúde Global e Relações Internacionais

Observatório Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde (desde 2020)

Centro Colaborador em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul da OMS/OPAS na Fiocruz
(desde 2014)

Assembleia Geral da ONU 2026

Asamblea General de las Naciones Unidas 2026

UN General Assembly 2026

Paulo M. Buss e Santiago Alcázar

Resumo*:* Este artigo, atualização de trabalho publicado pelos autores nos Cadernos 13/2026, aborda a 81ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), explicando seu funcionamento e as principais questões a serem debatidas na agenda 2026, entre as quais a reforma da ONU, os conflitos militares em curso, a Agenda 2030 e outros temas de alcance global quanto a desenvolvimento, direitos humanos e paz e segurança. Conclui afirmando que a despeito dos esforços de países poderosos de atacar e desmantelar as Nações Unidas, ela se mantém como um espaço vital para a diplomacia multilateral, promovendo diálogo, cooperação e soluções conjuntas para os desafios globais, reafirmando o papel da ONU como plataforma central de debate e ação internacional, particularmente por meio da sua Assembleia Geral.

Palavras-chave: Nações Unidas; Assembleia Geral 2026.

Resumen: *Este artículo, actualización de un artículo publicado por los autores en los Cadernos 13/2026, analiza el 81.º período de sesiones de la Asamblea General de las Naciones Unidas (AGNU), explicando su funcionamiento y los principales temas que se debatirán en la Agenda 2026, incluyendo la reforma de la ONU, los conflictos militares en curso, la Agenda 2030 y otros temas de relevancia mundial relacionados con el desarrollo, los derechos humanos, la paz y la seguridad. Concluye afirmando que, a pesar de los esfuerzos de los países poderosos por atacar y desmantelar las Naciones Unidas, esta sigue siendo un espacio vital para la diplomacia multilateral, que promueve el diálogo, la cooperación y las soluciones conjuntas a los desafíos mundiales, reafirmando el papel de la ONU como plataforma central para el debate y la acción internacionales, en particular a través de su Asamblea General.*

Palabras-claves: *Naciones Unidas; Asamblea General 2026.*

Abstract: *This article, update of an article published by the authors in *Cadernos* 13/2026, addresses the 81st session of the United Nations General Assembly (UNGA), explaining its functioning and the key issues to be debated on the 2026 agenda—including UN reform, ongoing military conflicts, the 2030 Agenda, and other global topics regarding development, human rights, and peace and security. It concludes by stating that, despite efforts by powerful nations to attack and dismantle the United Nations, the organization remains a vital space for multilateral diplomacy—fostering dialogue, cooperation, and joint solutions to global challenges—and reaffirms the UN's role as a central platform for international debate and action, particularly through its General Assembly.*

Keywords: *United Nations; General Assembly 2026.*

Introdução

Dia 8 de setembro de 2026 às 11 da manhã, horário de Nova York, na sede principal da ONU, foi encerrada a *80ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU80)*, que realizou, desde setembro de 2025, 116 sessões plenárias, e aprovou 302 resoluções. Às 15 horas do dia 8/09 foi instalada a primeira sessão plenária da *81ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU81)*. Em ambas as (curtas) sessões falou o SG *António Guterres* e os respectivos presidentes da AGNU: despedindo-se, a diplomata alemã *Annalena Baerbock* (presidente da AGNU 80) e, fazendo sua primeira locução, o diplomata *Khalilur Rahman*, de Bangladesh (presidente da AGNU 81). Em todas as falas, alertas sobre os agoniantes problemas nos quais o mundo está mergulhado, e mensagens convencionais de confiança no restauro do multilateralismo. Portanto, nada de novo no front...

O tema central em torno do qual gira a AGNU 2026 é: "*Restaurando a confiança, gerenciando a transformação: uma ONU que atenda a todos*", o que busca responder às críticas prevalentes ao multilateralismo.

A *Presidência da Assembleia* obedece à rotação equitativa dos grupos geográficos das Nações Unidas: i) África; ii) Ásia/Pacífico; iii) Europa do Leste; iv) América Latina e Caribe; v) Europa Ocidental e Outros (EUA, Canadá, Israel). O Presidente da 81ª sessão, eleito em 4 de junho, é o *Embaixador Khalilur Rahman*, Ministro de Negócios Estrangeiros de *Bangladesh*, que tomou o lugar de *Annalena Baerbock*, da Alemanha. O Presidente da Assembleia Geral conta com o apoio de 21 vice-Presidentes, eleitos para a mesma sessão. Os vice-Presidentes são chanceleres de seus respectivos países.

A Assembleia Geral tem *seis (6) comissões principais* para auxiliar nos trabalhos: 1ª Comissão *(Desarmamento e Segurança Internacional)*; 2ª Comissão *(Assuntos Econômicos e Financeiros)*; 3ª Comissão *(Assuntos Sociais, Humanitários e Culturais)*; 4ª Comissão (*Política Especial e Descolonização)*; 5ª Comissão *(Assuntos Administrativos e Orçamento);* 6ª *Comissão Jurídica*. Cada comissão elege um Presidente, 3 vice-Presidentes e 1 relator.



Sala plenária no edifício-sede das Nações Unidas, em Nova York, onde se reúne a Assembleia Geral.

Agenda da AGNU 2026

A agenda da AGNU é decidida e debatida por ela mesma. Como todos os anos, a agenda de 2026 é muito ampla, cobrindo uma vasta gama de questões de alta relevância para o mundo: desenvolvimento sustentável, direitos humanos, paz e segurança, desigualdades

socioeconômicas, cooperação internacional, entre muitas outras. A agenda da 81ª sessão tem, por enquanto, 178 itens, que se desdobram em subitens https://docs.un.org/en/A/81/100.

Cada item e subitem, debatidos com base nos documentos apresentados pelo Secretariado, podem resultar em *resoluções*, que constituem a expressão política dos Estados membros, ainda que, estritamente, não sejam mandatórias. Este ponto é importante. Ao aprovar uma resolução, o Estado se compromete, no quadro de sua legislação interna e dentro de suas possibilidades, a adotar as medidas relevantes para a sua efetiva implementação. Este fato é geralmente ignorado por aqueles que criticam o multilateralismo em geral e as Nações Unidas em particular. Dizem que as resoluções, como não são mandatórias, de nada servem. Passam por alto as particularidades sociais e culturais que moldam os regimes jurídicos e dão direção aos modos de pensar política em cada país.

São essas particularidades que complicam a implementação de decisões tomadas no âmbito multilateral. Os ODS são um exemplo. No Brasil, por exemplo, a prática de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, com pena de reclusão. Em outros países, a prática de racismo, eticamente condenável, não resulta em prisão. As resoluções, nesse contexto, não devem ser interpretadas como decisões 'desdentadas' por não incluírem a previsão da aplicação de sanção em caso de desobediência. As resoluções, quando adotadas, constituem compromissos éticos, absolutamente necessários e imprescindíveis para o bom funcionamento do sistema multilateral, onde o que se espera é que todos ajam de boa fé. A título de exemplo, na 80ª Assembleia foram adotadas 302 resoluções[1].

O *Debate Geral da AGNU* é a ocasião em que os Chefes de Estado ou de Governo presentes (ou seus representantes de alto escalão) expõem perante esse foro mundial a visão de seus respectivos países sobre qualquer assunto tratado pela Assembleia. Com vistas a dar um sentido às distintas exposições, a AGNU adota um tema em volta do qual cada país ordena as suas respectivos falas. Já se disse que para a 81ª sessão o tema é: "*Restaurando a confiança, gerenciando a transformação: uma ONU que atenda a todos*".

O Debate Geral ainda não vem coberto neste fascículo do Caderno, pois terá início na terça-feira (22/09) e se estenderá até segunda-feira (28/09). Os quatro primeiros a falar são o Secretário-Geral, o Presidente da Assembleia e os presidentes do Brasil e EUA. As demais falas são listadas conforme o nível de representação, equilíbrio geográfico e a ordem cronológica dos pedidos apresentados.

Reuniões de Alto Nível

De 22 a 29 de setembro se realizam, em paralelo ao debate geral, *reuniões alto nível* sobre os seguintes temas:

i) 23/09/2026 – Reunião de Alto Nível para comemorar os 40 anos da Declaração sobre Direito ao Desenvolvimento[2];

ii) 23/09/2026 – Reunião de Alto Nível sobre Ação Climática e Transição Justa;

[1] https://www.un.org/en/ga/80/resolutions.shtml
[2] https://docs.un.org/en/A/RES/80/207

iii) 24/09/2026 – Reunião de Alto Nível para tratar de ameaças existenciais provocadas pela subida do nível do mar[3];

iv) 25/09/2026 – Reunião de Alto Nível sobre Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias[4];

v) 25/09/2026 – Reunião de Alto Nível para comemorar 25 anos da Declaração e Plano de Ação de Durban[5];

vi) 29/09/2026 – Reunião de Alto Nível para comemorar e promover o Dia Internacional para a Eliminação Total das Armas Nucleares[6].

No dia 18 de setembro, antes do início do debate geral, a AGNU realiza o chamado *Momento dos ODS*, oportunidade em que ocorrem mesas redondas, debates, exposições de experiências bem-sucedidas, propostas, sugestões, com variedade de atores públicos e privados, sobre meios para acelerar o cumprimento das metas da Agenda 2030.

Não apenas a reunião sobre *pandemias*, mas todos estes eventos, à rigor, relacionam-se com a profunda crise global que estamos vivendo que, de uma ou outra forma, repercutem sobre a saúde humana e planetária, daí porque interessar diretamente à comunidade da saúde global e diplomacia da saúde e receber plena atenção destes Cadernos.

A Agenda da 81ª AGNU divide-se em grandes blocos, como segue:

A – Promoção do crescimento contínuo e o desenvolvimento sustentável em conformidade das resoluções pertinentes da AGNU, bem como das conferências das Nações Unidas sobre o tema mais recentes. Entre os documentos relevantes, cabe ressaltar os relatórios produzidos sob a égide do *Conselho Econômico e Social (ECOSOC)*

B – Manutenção da paz e da segurança internacional / *Relatório do Conselho de Segurança*

C – Desenvolvimento da África / documentos sobre a "Nova Parceria para o Desenvolvimento da África", bem como os da "Agenda 2063", plano estratégico da União Africana

D – Promoção dos Direitos Humanos / *Relatório do Conselho de Direitos Humanos*

E – Coordenação Efetiva das Atividades de Assistência Humanitária, inclusive a Assistência Econômica Especial

F – Promoção da Justiça e do Direito Internacional / *Relatório da Corte Internacional de Justiça*

G – Desarmamento / *Relatório da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)*

H – Controle das Drogas, prevenção do crime e combate ao terrorismo em todas as suas formas e manifestações / Relatório da Comissão sobre prevenção do crime e justiça penal, bem como os relatórios do SG

[3] https://docs.un.org/en/A/78/L.101
[4] https://docs.un.org/en/A/RES/79/333
[5] https://docs.un.org/en/A/RES/80/193 e https://docs.un.org/en/A/RES/80/299
[6] https://docs.un.org/en/A/RES/80/49

I – Assuntos Administrativos e outros / Relatório do SG sobre o trabalho da Organização. O principal assunto deste bloco, ademais dos trabalhos sobre reforma e revitalização em andamento (ver *Iniciativa UN80*[7]), é a *eleição para o cargo de Secretário(a)-Geral*.

Da mesma forma, examinando estes grandes blocos de temas, mesmo sem entrar nos seus detalhes, podemos afirmar com certeza a relevância que a AGNU tem para a saúde humana pois, à rigor, trata de temas que são indubitáveis determinantes políticos, sociais, econômicos e ambientais da saúde.

O pano de fundo da 81ª AGNU contém questionamentos ao multilateralismo, às guerras e aos conflitos militares, ao desenvolvimento sustentável, questões ambientais e a Agenda 2030 (incluindo as mudanças climáticas, a perda da biodiversidade, a poluição do planeta e a crise ambiental dos plásticos), a falência do sistema financeiro internacional e da política multilateral, a manutenção da fome e da pobreza, as inaceitáveis inequidades, o peso da dívida pública, a inteligência artificial, e a necessidade de reformar, ou eventualmente, de criar as instituições multilaterais necessárias para atender a contento os desafios presentes.

Notícias da Iniciativa UN80

O Secretário-Geral da ONU, António Guterres, informou a Assembleia Geral da ONU (AGNU) em 3/08 sobre a *Iniciativa ONU 80*, destacando o progresso na gestão de resultados em todo o sistema, que deve fortalecer a conexão entre mandatos, recursos e resultados sem criar mais burocracia. Descreveu os ODS como "nosso Norte" e o Pacto para o Futuro como "nossa bússola política".

Deu como exemplo os esforços para *integrar o Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social (UNRISD)* à *Universidade da ONU (UNU)* – e o *Instituto Interregional de Pesquisa em Crime e Justiça da ONU (UNICRI)* ao *Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC); e* sobre a possível fusão entre o *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)* e o *Escritório de Serviços de Projetos da ONU (UNOPS)*, bem como sobre a união das capacidades complementares do *Fundo de População da ONU (UNFPA)* e da *ONU-Mulheres.*

Já a AGNU aprovou a fusão do *Colégio de Pessoal do Sistema das Nações Unidas (UNSSC)* e do *Instituto das Nações Unidas para Treinamento e Pesquisa (UNITAR)* em uma nova entidade – o *Instituto das Nações Unidas para Inovação em Capacidade e Aprendizagem* (UNICLI).

O Secretário-Geral reiterou as recomendações de seu relatório de progresso de maio de 2026, instando os Estados-Membros a:

- Usar a resolução sobre criação, implementação e revisão de mandatos (A/RES/80/251) como ferramenta de governança;
- Apoiar trabalhos em novos arranjos nacionais e regionais;
- Apoiar esforços em serviços compartilhados, tecnologia e dados para melhorar a entrega;
- Considerar propostas estruturais por seus méritos;

[7] https://www.un.org/un80-initiative/en

- Alinhar as práticas de financiamento aos objetivos do UN80; e
- Exercer a governança de forma coerente em todo o sistema da ONU.

Eleição do(a) Secretário(a)-Geral da ONU

A AGNU81 elegerá o(a) novo(a) Secretário(a)-Geral, para um período de 5 anos, que vai de 1º de janeiro de 2027 a 31 de dezembro de 2031. De acordo com o Artigo 97 da Carta, o SG é nomeado pela AGNU, após votação e após recomendação do Conselho de Segurança (CS). Para seguir para a Assembleia Geral, um candidato deverá obter ao menos 9 votos favoráveis no Conselho de Segurança e nenhum voto desfavorável por parte de qualquer um dos 5 Membros Permanentes do Conselho.

Até o presente são 8 os candidatos ao cargo de Secretário(a) Geral. A grande novidade nestas eleições é o número de candidatas mulheres, todas oriundas da América Latina e Caribe. Nunca houve uma SG mulher. Abaixo, o(a)s candidato(a):

i) Michelle Bachelet – ex-Presidente do Chile, ex-Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos[8] e ex-Diretora Executiva da ONU-Mulheres[9];

ii) Rebeca Grynspan – ex-vice-Presidente da Costa Rica e ex-Secretária-Geral da UNCTAD[10];

iii) Rafael Grossi – ex-Diretor-Geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)[11];

iv) Maria Fernanda Espinosa – ex-Presidente da AGNU e ex-Ministra dos Negócios Estrangeiros do Equador;

v) Carolyn Rodrigues-Birkett – ex- Representante Permanente da Guiana junto às Nações Unidas

vi) Macky Sall – ex-Presidente do Senegal;

vii) Olara Otunnu – ocupou alto cargo no Secretariado da ONU e foi candidato à Presidência de seu país, Uganda;

viii) Ivonne A-Baki (Equador), indicada por Tonga.

O processo todo é opaco e mais ainda na atual circunstância da "sabotagem" dos EUA no Sistema das Nações Unidas.

Saúde na agenda da AGNU 2026

Já afirmamos antes que, ao tratar de um elenco importante de temas que são determinantes políticos, sociais, econômicos e ambientais da saúde, as discussões e decisões tomadas na AGNU impactam profundamente sobre a saúde humana e planetária e, por isso,

[8] Para saber mais sobre o Alto Comissariado consultar https://acnudh.org/pt-br/

[9] Para saber mais sobre ONU-Mulheres consultar https://brasil.unwomen.org/pt-br/sobre-nos/diretora-executiva

[10] Para saber mais sobre a UNCTAD consultar https://unctad.org

[11] Para saber mais sobre a AIEA consultar https://www.iaea.org

interessam a comunidade da saúde global e da diplomacia da saúde. Contudo, queremos destacar aqui o que se relaciona clara e diretamente com a saúde.

Em primeiro lugar, a *Reunião de Alto Nível sobre Prevenção, Preparação e Resposta* a *Pandemias (PPPR),* dia 25/09. Prevista por Resolução da AGNU 79 https://docs.un.org/en/A/RES/79/333 será organizada pela presidência da Assembleia, em conjunto com a OMS, indicando a alta prioridade conferida pelos Estados-membros aos riscos das pandemias para a população mundial. A reunião representa uma oportunidade para que os Estados-Membros mobilizem ímpeto político — inclusive por meio da integração de uma abordagem multissetorial voltada à prevenção, preparação e resposta a pandemias —, dadas as consequências multifacetadas das pandemias. Um dos componentes da Reunião será a revisão da Declaração Política sobre PPPR da AGNU de 2023 Document Viewer.

O formato da reunião consiste em um segmento de abertura, um segmento plenário para discussão geral, dois painéis multissetoriais e um segmento de encerramento. Os painéis tratarão dos temas: (1) *O mundo unido: ação multilateral para a prevenção, preparação e resposta coordenadas a pandemias, incluindo o compartilhamento de melhores práticas e lições aprendidas até o momento*; e (2) *Acesso equitativo por meio da sustentabilidade e previsibilidade: capacidades e financiamento para o fortalecimento da prevenção, preparação e resposta a pandemias.* As áreas que serão abordadas incluem:

- Implementação do Regulamento Sanitário Internacional fortalecido;
- Progresso rumo à entrada em vigor do Acordo da OMS sobre Pandemias;
- Conclusão das negociações sobre o Anexo PABS;
- Sistemas mais robustos de vigilância e inteligência epidemiológica;
- Acesso equitativo a vacinas, diagnósticos e tratamentos;
- Financiamento sustentável para preparação e resposta; e
- Abordagens de "Saúde Única" (One Health) para reduzir riscos de futuras pandemias.

Poderão participar do evento organizações relevantes, como ONGs, instituições acadêmicas e setor privado**.** A reunião deverá aprovar uma declaração política concisa e orientada para a ação, previamente acordada por consenso através de negociações intergovernamentais, a ser submetida pelo Presidente da Assembleia Geral para adoção pela Assembleia. No Caderno 17 já estará disponível a Declaração Política resultante da reunião.

Remetido pelo *Conselho de Direitos Humanos*, órgão subsidiário da AGNU, vai apreciar o informe da Relatora Especial sobre o *Direito de todos ao gozo do mais elevado padrão possível de saúde física e mental*, *Tlaleng Mofokeng*, que encerrou seu mandato, e o informe da Relatora Especial sobre a *Eliminação da discriminação contra as pessoas portadoras de hanseníase*.

A OMS e seus parceiros também prometem promover ações relacionadas ao financiamento sustentável para a saúde e para a OMS, clima e saúde, ameaças à saúde ambiental, tecnologias emergentes e inteligência artificial, além de sistemas de saúde mais robustos, fundamentados na cobertura universal de saúde e na atenção primária à saúde.

Outros eventos de saúde durante a AGNU81

A OMS anuncia ainda a realização dos seguintes eventos:

21/09 – PMNCH 2026: De Promessas a Progressos – Organizado pela Parceria para a Saúde Materna, Neonatal e Infantil (PMNCH), o evento focará na prestação de contas sobre

financiamento e compromissos para melhorar a saúde e o bem-estar de mulheres, crianças e adolescentes.

21/09 – *Crise na preparação: laboratórios e prontidão na linha de frente em tempos de Ebola* -O evento reúne líderes da área da saúde, financiadores e parceiros técnicos para identificar soluções práticas para o fortalecimento dos sistemas laboratoriais como base tanto para os serviços de saúde de rotina quanto para a prevenção, preparação e resposta a pandemias.

21/09 – *Estratégias para uma resposta sustentável às DNTs e à saúde mental: 5º Encontro Multissetorial* – O evento reunirá governos, sociedade civil, filantropia e parceiros globais de saúde para promover o financiamento sustentável e ações multissetoriais eficazes no enfrentamento de doenças não transmissíveis (DNTs) e questões de saúde mental.

22/09 – Evento de Alto Nível sobre Iniciativa de Investimento/Bancos Multilaterais de Desenvolvimento – Participação da alta liderança da OMS com foco em investimentos em sistemas de saúde, resiliência e desenvolvimento sustentável.

22/09 – *Acabar com a Intoxicação por Chumbo: Um Apelo Global à Ação* – Promovido pela Bloomberg Philanthropies, Coefficient Giving e pela Parceria para um Futuro Livre de Chumbo (Partnership for a Lead-Free Future). O evento reunirá governos, filantropia e parceiros técnicos para acelerar ações contra uma das ameaças à saúde ambiental mais evitáveis do mundo.

22/09 – *Lançamento da Coleção Global "Arts and Health" (Artes e Saúde) do Jameel Arts & Health Lab e da Lancet* – Organizado pelo Jameel Arts and Health Lab, pela Universidade de Nova York e pelo Escritório Regional da OMS para a Europa, este evento explorará as evidências crescentes sobre o papel das artes e da cultura na melhoria da saúde e do bem-estar.

22/09 – *Duas Regiões, Um Futuro: Financiando a Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias para Construir a Segurança Sanitária Global* – Promovido pelos governos da Guiana e do Burundi, com o apoio de parceiros regionais e globais, o evento examinará abordagens de financiamento sustentável para a segurança sanitária e a preparação para pandemias.

22/09 – *Financiamento para a Saúde de Mulheres, Crianças e Adolescentes em Tempos de Austeridade* – Líderes e parceiros explorarão abordagens inovadoras para proteger e ampliar investimentos em saúde durante um período de restrições fiscais. Inscreva-se aqui

23/09 – *7ª Reunião Ministerial Anual do Grupo de Amigos da Cobertura Universal de Saúde das Nações Unidas* – Ministros e parceiros discutirão a aceleração do progresso rumo à cobertura universal de saúde e os preparativos para a Reunião de Alto Nível da ONU sobre Cobertura Universal de Saúde (CUS) em 2027.

23/09 – *One SCD: Uma Parceria Global para Promover a Equidade e Transformar o Cuidado da Doença Falciforme* – A OMS e parceiros destacarão oportunidades para melhorar o acesso à prevenção, ao diagnóstico e ao tratamento para pessoas que vivem com doença falciforme.

24/09 – *Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias e Mobilidade Humana: De Compromissos Globais à Ação Operacional* – Evento organizado pelo Governo das Filipinas e pela Organização Internacional para as Migrações, com a OMS entre os copatrocinadores. As discussões explorarão abordagens práticas para proteger populações em um mundo cada vez mais móvel.

25/09 – *Diálogo Presidencial sobre Patógenos de Alto Risco: Da Cooperação Transfronteiriça à Inteligência de Preparação Assistida por IA na África* – Convocado pelo Presidente da República Centro-Africana, pelo Escritório Regional da OMS para a África e por parceiros, com foco na preparação regional e em tecnologias emergentes para inteligência epidemiológica.

Considerações finais

A 81ª sessão da AGNU será marcada por continuados conflitos em Gaza, Cisjordânia, Líbano, Irã e Ucrânia (este último tem tudo para desencadear em guerra nuclear), ademais dos outros menos visíveis (Haiti, Somália, República Democrática do Congo e países do SAHEL/África); aumento do aquecimento global, com o consequente aumento de deslocamentos migratórios que, por sua vez, aumentam a intolerância e o racismo e alimentam as teses de exclusão social simpáticas à extrema direita. Todos esses fatores acabam bloqueando as agendas progressistas, de que é exemplo a Agenda 2030 e a promessa de um mundo melhor.

É contra esse mundo desumanizado e desumanizante, em que pioram os determinantes humanitários, que são aqueles que podem tornar real o compromisso inscrito no primeiro parágrafo da Carta de São Francisco — *reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade dos homens e da mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida, dentro de uma liberdade ampla*[12] — contra esse mundo de grandes incertezas, em que a desconfiança e a descrença no multilateralismo, em geral, e nas Nações Unidas, em particular, são normas, contra esse mundo deverá debater-se o novo Secretário-Geral, como Ulisses em sua épica volta a Ítaca.

É o que esperamos do novo Secretário-Geral das Nações Unidas. Um resgate épico do compromisso inscrito na Carta.

A despeito dos esforços de países poderosos de atacar e desmantelar as Nações Unidas, ela se mantém como um espaço vital para a diplomacia multilateral, promovendo diálogo, cooperação e soluções conjuntas para os desafios globais, reafirmando o papel da ONU como plataforma central de debate e ação internacional, particularmente por meio da sua Assembleia Geral. A robusta agenda a ser desenvolvida é clara demonstração disso. E também na saúde, como se pode confirmar no elenco de eventos programados.

[12] https://brasil.un.org/sites/default/files/2022-05/Carta-ONU.pdf

O problema de Khalilur Rahman

El problema de Khalilur Rahman

The problem of Khalilur Rahman

Santiago Alcázar

Resumo: "Melhor juntos: 80 anos mais para a paz, desenvolvimento e direitos humanos" e "Restaurando a confiança, controlando a transformação: uma Organização que atenda a todos" são os temas da 80ª e da 81ª sessão da AGNU, respectivamente. O que há entre esses dois períodos? Uma ponte? A promessa de um novo começo, que começa com um projeto de reforma? Qual é o problema com o qual a Organização terá que se haver com máxima urgência frente às dramáticas circunstâncias do presente? Essas e outra perguntas são o objeto do presente artigo.

***Resumen**: "Mejor juntos: 80 años más para la paz, el desarrollo y los derechos humanos" y "Restaurando la confianza, controlando la transformación: una Organización que atienda a todos" son respectivamente los temas de la 80ª y de la 81ª sección de la AGNU. ¿Qué hay entre esos dos periodos? ¿Un puente? ¿La promesa de un nuevo comienzo, que empieza con un proyecto de reforma? ¿Cuál es el problema con el cual tendrá que atenerse la Organización con la urgencia exigida por las actuales circunstancias dramáticas? Esas y otras preguntas son el objeto del actual artículo.*

***Summary:** "Better together:* 80 years and more for peace, development and human rights" and "Restoring trust, managing transformation: a United Nations that delivers for all" are the themes of the 80th and 81st UNGA sessions. What is there between those two periods? A bridge? The promise of a new start, that begins with a reform project? What is the main issue that must be considered by the Organization with the urgency demanded by today's dramatic circumstances? These and other questions are the point of this article.



Em cerimônia realizada em 8 de setembro na sede da Organização das Nações Unidas, encerrou-se a 80ª sessão ordinária da AGNU. Na mesma ocasião deu-se início à 81ª sessão. A Presidente da sessão anterior, Annalena Baerbock, da Alemanha, entregou o malhete de madeira da Islândia ao seu sucessor, *Khalilur Rahman, de Bangladesh, novo Presidente da AGNU.*

Desde 2002, os presidentes da Assembleia devem propor um tema para estruturar os pronunciamentos dos Chefes de Estado ou de Governo na 3ª semana de setembro, que é quando inicia de fato o período de reuniões de alto nível.

O tema escolhido para a 80ª sessão foi "*Melhor juntos: 80 anos mais para a paz, desenvolvimento e direitos humanos*". A homenagem ao multilateralismo foi bem recebida num momento em que as críticas ao multilateralismo se fazem mais vocais e mais grosseiras. Basta olhar para trás, para o caminho percorrido, para dar-se conta da enormidade de realizações que

somente foram possíveis mediante o consenso do conjunto de nações unidas em torno ao propósito de resolver as dificuldades interpostas de maneira conjunta. É preciso insistir sobre este ponto. A agenda da Assembleia Geral, que o leitor curioso poderá consultar no site da Organização, reúne temas que impactam e afetam a todos os países. Com efeito, meio ambiente, energia, indústria, comércio, transporte, economia, finanças, guerra, migrações e saúde — são pontos interconectados de uma rede de complexidades crescente, que se desdobram nos 179 itens de agenda da AGNU. Imaginar que se pode avançar sobre qualquer um desse itens de agenda de maneira isolada, unilateral, sem participação coletiva é uma ilusão e uma perda de tempo precioso. "*Melhor juntos*", nesse contexto, capta bem a ideia de uma caminhada acidentada, não sem dificuldades, mas afinal exitosa, ao tempo em que acena com um convite para continuar unidos na trilha incerta à frente. Como recordou Annalena Baerbock ao despedir-se do cargo, não obstante as falhas, os erros e, talvez, um sentimento de fracasso, nenhum dia teria sido melhor sem as nações unidas na Organização das Nações Unidas.

É indiscutível o sentimento de frustração de muitos com respeito à capacidade de resolução de problemas de uma Organização que apresenta sinais de desgaste e envelhecimento. O aumento da burocracia representa um peso que retira agilidade; o corte no orçamento compromete o desempenho de suas funções. O resultado é que no amontoado de crises superpostas, a entrega de resultados, diante da urgência do momento, fica muito aquém do esperado.

A necessidade de reforma salta aos olhos. Ninguém nega que é preciso adequar a Organização aos desafios de hoje. O problema é que a necessidade de modernizar não se limita somente à Organização. Com efeito, ademais dessa é preciso fazer o mesmo com o Sistema Nações Unidas, que é o universo de agências especializadas, programas e fundos[1], que vieram à luz a partir de 1945 à medida em que foram surgindo novas necessidades a serem tratadas por novas instituições com funções e mandatos específicos. Coordenar ações dos distintos secretariados, que têm funções distintas, mandatos diferentes e orçamentos específicos — é tarefa complexa. No presente, ninguém sabe como levar adiante a reforma supostamente necessária. Tampouco se sabe o que se ganhará e se perderá no processo. Muitos, senão todos, esperam, que a transformação seja controlada pelos Estados membros, mas nem sequer algo tão óbvio como isso pode ser garantido.

A *Iniciativa UN80*, por exemplo, que é a matriz da reforma para todo o Sistema Nações Unidas, não inclui o Banco Mundial, nem o FMI, as duas instituições criadas em Bretton Woods para apoiar, por um lado, o desenvolvimento e a redução da pobreza e, por outro, garantir a estabilidade macroeconômica global, respectivamente. É curioso que a única referência às finanças nos debates sobre reforma da estrutura multilateral seja o Compromisso de Sevilha, que é uma declaração política para alinhar a necessária reforma da arquitetura financeira internacional ao Pacto para o Futuro pela via da Agenda 2030. Levar adiante debates sobre reforma da estrutura multilateral sem algo mais sólido que uma declaração sobre finanças, sobre a qual tiveram influência lobistas do setor das finanças, parece algo fadado, senão ao fracasso, a ilusões fantasiosas de pouco valor.

O tema escolhido para a 81ª sessão — "*Restaurando a confiança, controlando a transformação: uma Organização que atenda a todos"* — faz uma ponte com o anterior período

[1] O leitor interessado poderá informar-se sobre o organograma das Nações Unidas visitando o site da Organização.

ao indicar que para realizar a esperança de “80 anos mais para a paz, desenvolvimento e direitos humanos” é crucial restaurar a confiança que se perdeu. Seria simplório pretender afirmar que a confiança se perdeu por conta das rachaduras que começaram a aparecer nas paredes da velha estrutura, que não são graves, uma vez que não afetam a solidez dos três pilares fundamentais sobre os quais se erguem a Organização e todas as demais unidades do Sistema Nações Unidas: paz e segurança, direitos humanos e desenvolvimento.

A falta de confiança não procede de alguma falha estrutural dos pilares, mas de políticas e ações que unilateralmente puseram, e põem, de lado o respeito ao conjunto de acordos internacionais e aos princípios e valores do direito internacional para agir em benefício próprio. É evidente que haja falta de confiança com uma Organização incapaz de fazer frente a ações unilaterais — aplicação de sanções econômicas ou comerciais ou execução extraterritorial de leis nacionais — ademais de atos de uso da força não sancionados por ela. Ninguém ignora, a não ser alguns jejunos, que a Organização e o Sistema servem mais aos que detém poder, uma vez que foram criados com esse propósito.

Os primeiros 80 anos foram possíveis porque havia um certo recato, um certo decoro que não contestava a confiança depositada no valor da ordem internacional estabelecida e por todos reconhecida e respeitada. A hipocrisia era reconhecida, mas não estorvava o funcionamento da Organização ou do Sistema. A Guerra Fria estendeu um terreno fértil para ações fora da lei — roubos de documentos e assassinatos —, mas sem perturbar a ordem.

Hoje roubam-se países inteiros, cometem-se assassinatos em escala industrial e pratica-se genocídio a céu aberto, sem causar tsunamis de protesto e indignação capazes de mudar o curso dos acontecimentos — porque se pode. Não há interdições. O campo está aberto para todo tipo de ilícitos. Ninguém será condenado. Ninguém irá ao inferno. A força permite tudo a quem a possui.

Que sentido tem especular sobre a reforma das Nações Unidas, o foro multilateral por excelência para tentar alcançar entendimentos e consensos sobre temas de alcance global e avançar de modo civilizado para o encaminhamento de soluções quando existe a possibilidade de que os negociadores de plantão do exercício possam ser assassinados? Não foi isso que aconteceu com negociadores que tentavam alcançar a paz?

Em todo caso, o Presidente da 81ª AGNU, *Khalilur Rahman*, parece entender que o processo de reforma precisa ser controlado, presume-se pelos próprios Estados membros. Mas é preciso ir além e reclamar que o coletivo original inscrito no preâmbulo da Carta — “Nós, os povos” — se faça representar pela sociedade civil organizada. Não há motivo para acreditar que a confiança será resgatada pela ação de governos que deixaram que ela se apagasse. É preciso entender que as nações unidas na Organização das Nações Unidas são os governos e a sociedade de nações unidas — os povos diretamente impactados por políticas e estratégias às vezes alheias aos seus interesses.

Como Presidente da 81ª sessão da AGNU, o Senhor Rahman não pode tudo. Não pode por si só levar adiante a reforma necessária para resgatar a confiança sem comprometer os três pilares e o reconhecimento e respeito dos acordos internacionais e do direito internacional. Poderá, no entanto, usar a sua voz e seu prestígio para insistir até a exaustão com a atenção a suas prioridades anunciadas quando assumiu o cargo, que são, ou deveriam ser, as de todos que creem no valor do multilateralismo e na importância das Nações Unidas:

- Silenciar as armas/ampliar a voz dos excluídos: paz, segurança e justiça para todos;
- Não deixar ninguém para trás/não deixar nenhum país de fora: desenvolvimento sustentável por meio da aceleração dos ODS
- Nosso planeta/nosso pacto: resiliência climática e sustentabilidade do meio ambiente;
- Direitos e proteção: direitos humanos, ação humanitária, proteção aos refugiados e migrantes;
- Inovação e inclusão: governança digital, Inteligência Artificial, com proteção para as próximas gerações;
- Reimaginar "Nós, os povos": multilateralismo renovado; reforma da Organização com governança inclusiva.

O novo Presidente da 81ª sessão da AGNU terá de haver-se com a eleição do novo Secretário(a)-Geral da Organização. Não está claro como se desenrolará essa novela sem igual. Enquanto o Senhor Rahman presidir a AGNU tentando fazer ouvir a sua voz no tumultuo da superposição de crises estridentes, o novo, a nova, comandante da Organização é quem terá de conduzir os trabalhos do Secretariado para apoiar as decisões dos Estados membros e, *hopefully*, os da sociedade civil organizada e devidamente representada nos debates.

É possível que a *Inteligência Artificial* seja o tema central da 81ª AGNU, pela aceleração exponencial de seu desenvolvimento e crescentes capacidades, bem como pelas consequências que acarreta esse avanço tecnológico para a humanidade como um todo.

IA com a missão de auxiliar em processos de decisão complexos — ajudar a decidir qual é o melhor material, o melhor desenho, a melhor forma de produzir sem gasto excessivo de energia — insere-se no universo de invenções para melhorar a qualidade de vida de que são exemplo a lâmpada elétrica, a água encanada, o esgoto, o transporte de massa, medicamentos, vacinas, computador, Internet e assim por diante. Essa IA auxiliar pode, com efeito, melhorar a qualidade de vida e não representa risco ou ameaça.

A IA militarizada, *weaponized*, evidentemente representa riscos e ameaças pelo enorme poder destrutivo encerrado em suas capacidades tecnológicas. Essa IA é em realidade a mais nova arma de destruição do arsenal militar e deveria ser banida, assim como armas nucleares, químicas ou bacteriológicas, ambas proibidas por convenção ou as minas antipessoal, proibidas pelo Tratado de Otawa, ou as bombas de fragmentação, banidas pela Convenção de Oslo. De nada serve, pelo visto, proibir o uso de armas. A força tem necessidades que a razão e o coração desconhecem, como se sabe.

Ao lado dessas duas IAs há uma terceira que deveria preocupar porque representa uma ameaça existencial. Nessa IA o acento recai somente na Inteligência, sem necessariamente pousar no proposito de auxiliar. Essa é a ameaça. "Nada do que é humano me é estranho", diz o adágio de Terêncio. Porque somos humanos reconhecemos nossas pegadas na arte, na literatura, na política, na guerra e na bestialidade, bem como no amor. A IA que nos ameaça não é humana, ainda que nos imite à perfeição. O problema é que essa IA, à diferença da anterior, não tem uma missão, mas uma ambição. A distinção é crucial.

Por enquanto essa IA, que tem ambição, imita o que fazemos para apreender. Por que fazemos o que fazemos, de uma maneira e não de outra? O que entra nas decisões que tomamos e quanto tempo nos leva a escolher algo, talvez de maneira incerta, para voltar e decidir pelo

oposto? A Inteligência não humana procura imitar-nos até não mais ser possível sabemos a diferença se ela é ou não humana. Com que propósito? Alcançar um nível tecnológico único e extraordinário capaz de desvendar os segredos do universo, o mistério da vida, a razão pela qual estamos aqui. Criar um deus artificial, onisciente, onipresente, onipotente, como o Deus da Bíblia; mas à diferença desse que matamos porque não nos servia, um que atenda aos anseios dos que deterão a tecnologia, porque é preciso, afinal, manter a distinção de classes para manter a ordem. Controlar a divindade é um antigo sonho desde o tempo das pirâmides e talvez muito antes, mas agora surge um problema.

A inteligência humana, como se sabe, resiste a toda tentativa de ser submetida a controles. A IA não humana, não faria o mesmo pelo fato de ser Inteligência? Há alguma dúvida que esse é o tema central da 81ª sessão da AGNU?

A Geopolítica da Cartografia: da Hegemonia de Mercator à Equidade da Projeção Equal Earth

La geopolítica de la cartografía: de la hegemonía de Mercator a la equidad de la proyección Equal Earth

The Geopolitics of Cartography: From Mercator's Hegemony to the Equity of the Equal Earth Projection

Regina Ungerer

O estudo, a ciência e a técnica de criar mapas, ou cartografia, nunca foi uma disciplina neutra. E nem tampouco é um reflexo da geografia terrestre ou a forma como o planeta é representado em uma superfície plana, pois esta representação envolve escolhas políticas, culturais e geopolíticas.

O Peso da História: De Mercator a Peters

Em 1569, o cartógrafo belga Gerardus Mercator desenvolveu a representação que moldou a percepção geográfica ocidental até os dias de hoje. A Projeção de Mercator foi desenhada para atender a uma necessidade prática da época que era a navegação marítima comercial e colonial. Por preservar os ângulos e as formas dos continentes permitia aos navegadores traçar linhas retas de bússola.

Contudo, é claro que, representar o Globo terrestre em uma forma plana, inevitavelmente gera distorções. Na projeção de Mercator, quanto mais próximo um território está dos polos, maior ele aparenta ser. O resultado é um viés visual que persiste há séculos:



A **Europa** aparenta ser maior do que a América do Sul, embora o continente sul-americano seja quase duas vezes maior.

A **Groenlândia** surge com dimensão semelhante à da África, quando, na realidade, o continente africano é cerca de 14 vezes maior.

O **Norte Global** ocupa visualmente mais de dois terços da superfície do mapa, rebaixando os países do Sul a posições secundárias e encolhidas.

Em 1973, o historiador alemão Arno Peters resgatou os trabalhos de 1855, do astrônomo e cartógrafo amador que também era membro do clero escocês, James Gall, para propor uma alternativa: a **Projeção de Gall-Peters**. Classificada como uma projeção mais real, rompendo com o modelo tradicional que colocava a Europa e a cultura ocidental no centro da história, da ciência, da cultura e do desenvolvimento do mundo, esta projeção apresentava os continentes discretamente alongados para manter proporção real das áreas. Pela primeira vez em um mapa amplamente difundido, o tamanho dos continentes africano, sul-americano e asiático refletia sua verdadeira escala física no planeta.



Do Escopo Interno ao Compromisso Multilateral

Em 1977, a ONU, a UNESCO e outras agências internacionais passaram a utilizar a projeção de Gall-Peters em suas publicações, relatórios e materiais didáticos próprios como forma de contestar a hegemonia que mantinha a Europa no centro da cartografia. No entanto, por se tratar de uma decisão administrativa de âmbito exclusivamente interno, a medida não vinculava nem orientava as políticas educacionais dos Estados-membros.

Apenas com a resolução A/80/L.104 intitulada **"*Correct the Map*"** (Corrija o Mapa) e aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 4 de setembro de 2026, este debate alcançou amplo respaldo político multilateral. A resolução eleva o compromisso internacional ao adotar a projeção ***Equal Earth*** que é um modelo técnico atualizado que preserva a proporção real de área sem gerar distorções visuais extremas nos contornos e mobiliza os Estados a adequarem seus currículos escolares e mídias públicas.

A Cartografia como Perspectiva Regional e Cultural

A escolha de um mapa-múndi depende diretamente do ponto de observação. A convenção de posicionar o Norte "para cima" e a Europa no centro reflete uma perspectiva eurocêntrica, e não uma lei física do universo. No espaço sideral, afinal, não existem noções absolutas de "cima" ou "baixo".

Nas escolas e instituições da Ásia, por exemplo, é comum o uso de mapas centrados no Oceano Pacífico. Nessa perspectiva, a China, o Japão e o Sudeste Asiático ocupam o centro da

representação, deslocando o Oceano Atlântico e a Europa para as periferias laterais. Trata-se de uma visão geopolítica coerente com a centralidade histórica e econômica daquela região.

Essa provocação já havia sido demonstrada na arte latino-americana. Em 1943, o artista plástico uruguaio Joaquín Torres-García desenhou sua icônica obra **América Invertida,** acompanhada do manifesto em que afirmava: *"Nosso Norte é o Sul"*. Ao posicionar a Patagônia e o Polo Sul no topo do desenho, Torres-García não cometeu um erro geográfico, mas realizou um ato de libertação cultural, demonstrando que a hierarquia visual que coloca o Sul "debaixo" do Norte é fruto de uma construção colonialista, e não de uma verdade factual.

A Emergência do Sul Global e o Imperativo de uma Nova Cartografia

A formalização e o incentivo ao uso de projeções equivalentes no âmbito das Nações Unidas dialogam diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e com a agenda de combate às desigualdades estruturais. Representar a África, a América Latina e o Sul da Ásia em suas dimensões reais não é um mero detalhe técnico; é um ato de justiça espacial.

O mapa-múndi concebido no século XVI refletia um mundo marcado pela expansão colonial e pelas necessidades de navegação das potências da época. Contudo, a geopolítica do século XXI é profundamente distinta. O Sul Global vem se afirmando de forma cada vez mais incisiva no cenário internacional, exigindo protagonismo, justiça histórica e a revisão de estruturas que perpetuam assimetrias de poder. Nesse contexto de transformação e afirmação soberana, a cartografia deixa de ser uma mera ferramenta técnica do passado para se consolidar, finalmente, como um espelho de equidade para o século XXI.

Multipolaridade Incorporada em um Mundo Polarizado

Multipolaridad incorporada en un mundo polarizado

Embedded Multipolarity in a Polarized World

Fabiane Gaspar e Armando De Negri Filho

Resumo: O presente informe analisa o relatório *Embedded Multipolarity in a Polarized World*, elaborado por George Katrougalos, Perito Independente sobre a Promoção de uma Ordem Internacional Democrática e Equitativa, submetido à 63ª sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. O documento examina as transformações da ordem internacional contemporânea, caracterizadas pelo enfraquecimento relativo da hegemonia unipolar, pelo fortalecimento de múltiplos centros de poder e pela crescente importância dos países do Sul Global. O relatório sustenta que a multipolaridade constitui uma realidade irreversível, mas alerta para os riscos associados à fragmentação da governança global, ao unilateralismo econômico e ao enfraquecimento das instituições multilaterais. Em resposta a esses desafios, propõe o conceito de "multipolaridade incorporada" (*embedded multipolarity*), definido como uma distribuição plural de poder ancorada na Carta das Nações Unidas, no direito internacional e nos direitos humanos. O documento também apresenta uma proposta inovadora de criação de um Índice Global de Entrega Regulatória, destinado a avaliar a implementação efetiva de compromissos relacionados aos direitos humanos, ao desenvolvimento sustentável e à equidade social.

Palavras-chave: Multipolaridade; governança global; multilateralismo; direitos humanos; desenvolvimento internacional.

Resumen: *El presente informe analiza el informe Embedded Multipolarity in a Polarized World, elaborado por George Katrougalos, Experto Independiente sobre la Promoción de un Orden Internacional Democrático y Equitativo, presentado al 63º período de sesiones del Consejo de Derechos Humanos de las Naciones Unidas. El documento examina las transformaciones del orden internacional contemporáneo, caracterizadas por el debilitamiento relativo de la hegemonía unipolar, el fortalecimiento de múltiples centros de poder y la creciente relevancia de los países del Sur Global. El informe sostiene que la multipolaridad constituye una realidad irreversible, aunque advierte sobre los riesgos derivados de la fragmentación de la gobernanza global, del unilateralismo económico y del debilitamiento de las instituciones multilaterales. Como respuesta, propone el concepto de "multipolaridad incorporada" (embedded multipolarity), entendida como una distribución plural del poder sustentada en la Carta de las Naciones Unidas, el derecho internacional y los derechos humanos. Asimismo, presenta la propuesta de un Índice Global de Implementación Regulatoria para medir el cumplimiento efectivo de compromisos en materia de derechos humanos, desarrollo sostenible y equidad social.*

Palabras clave: *Multipolaridad; gobernanza global; multilateralismo; derechos humanos; desarrollo internacional.*

Abstract: *This report analyzes Embedded Multipolarity in a Polarized World, prepared by George Katrougalos, Independent Expert on the Promotion of a Democratic and Equitable International*

Order, and submitted to the Sixty-third Session of the United Nations Human Rights Council. The report examines transformations in contemporary international order, characterized by the relative decline of unipolar hegemony, the emergence of multiple centers of power, and the growing role of Global South countries. It argues that multipolarity is an irreversible reality while warning against the risks posed by global governance fragmentation, economic unilateralism, and weakening multilateral institutions. To address these challenges, it advances the concept of "embedded multipolarity", understood as a plural distribution of power anchored in the United Nations Charter, international law and human rights norms. The report also proposes the development of a Global Regulatory Delivery Index aimed at assessing the effective implementation of commitments related to human rights, sustainable development, and social equity.

Keywords: *Multipolarity; global governance; multilateralism; human rights; international development.*

Introdução

O relatório Multipolaridade Incorporada em um Mundo Polarizado a ser apresentado por George Katrougalos à 63ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas está relacionado ao contexto de debates crescentes sobre as transformações da ordem internacional contemporânea. O documento parte do entendimento de que as estruturas políticas, econômicas e institucionais estabelecidas após o término da Guerra Fria atravessam um período de transição, marcado pelo surgimento de novos polos de influência e pela contestação de mecanismos tradicionais de governança global.

O autor busca compreender de que forma a crescente multipolaridade pode coexistir com os princípios universais inscritos na Carta das Nações Unidas e no sistema internacional de direitos humanos. Para tanto, desenvolve uma análise que articula questões geopolíticas, econômicas, jurídicas e institucionais, oferecendo uma reflexão sobre os desafios enfrentados pelo multilateralismo contemporâneo e sobre possíveis caminhos para a construção de uma ordem internacional considerada simultaneamente plural, cooperativa e democrática.

A transformação da ordem internacional contemporânea

O relatório argumenta que a ordem internacional se encontra em um processo de transição de um modelo predominantemente unipolar para uma configuração multipolar e policêntrica. Segundo a análise, embora os Estados Unidos continuem exercendo influência significativa em termos militares, tecnológicos e financeiros, observa-se uma redução relativa de sua capacidade de definir unilateralmente normas e agendas internacionais. Esse contexto seria acompanhado pela ascensão de novos centros de poder econômico, político e diplomático, especialmente na Ásia, África e América Latina.

O documento rejeita tanto a interpretação de que a ordem mundial permanece essencialmente unipolar quanto a ideia de que está emergindo uma estrutura estritamente bipolar centrada nos Estados Unidos e na China. O autor sustenta que a intensa interdependência econômica, a integração das cadeias globais de valor e a atuação crescente de países intermediários tornam inadequadas as categorias clássicas da Guerra Fria para explicar a realidade contemporânea.

Especial destaque é concedido ao conceito de “não alinhamento ativo”, adotado por diversos países do Sul Global. De acordo com o relatório, Estados como Índia, Brasil e outros atores emergentes buscam ampliar sua autonomia estratégica por meio da diversificação de parcerias políticas e econômicas, evitando alinhamentos rígidos com qualquer grande potência. Essa postura é apresentada como uma das principais características da atual conjuntura internacional.

O autor também contesta interpretações que explicam a dinâmica internacional por meio de blocos civilizacionais ou espaços geopolíticos homogêneos. Segundo a análise, a complexidade das identidades nacionais, culturais e políticas contemporâneas impossibilita a redução das relações internacionais a conflitos entre civilizações ou esferas exclusivas de influência.

Desafios ao multilateralismo e riscos de fragmentação

Uma das principais preocupações do relatório refere-se aos impactos do unilateralismo sobre a governança global. O documento argumenta que a utilização crescente de tarifas comerciais, sanções econômicas e outros mecanismos coercitivos pode comprometer os princípios de igualdade soberana dos Estados e de solução pacífica de controvérsias estabelecidos pela Carta das Nações Unidas.

Segundo o autor, a instrumentalização das relações econômicas internacionais para fins políticos produz efeitos particularmente severos nos países em desenvolvimento. Entre os impactos destacados encontram-se a redução do espaço fiscal para investimentos sociais, dificuldades de acesso a mercados financeiros internacionais, restrições comerciais e aumento das vulnerabilidades econômicas. Tais consequências podem afetar negativamente a realização de direitos econômicos, sociais e culturais, incluindo saúde, educação e proteção social.

O relatório dedica atenção específica às sanções unilaterais aplicadas fora do âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Na avaliação apresentada, tais medidas podem gerar efeitos humanitários significativos, dificultando o acesso a alimentos, medicamentos, equipamentos médicos e outras condições necessárias à garantia dos direitos humanos.

Pressões sobre instituições multilaterais

Outro eixo relevante do documento é a análise das pressões enfrentadas por instituições multilaterais responsáveis pela governança global. O relatório aponta que a redução do apoio político e financeiro a organismos internacionais vulnerabiliza mecanismos de cooperação internacional em áreas estratégicas.

No campo da saúde global, o texto destaca os possíveis impactos do enfraquecimento institucional da Organização Mundial da Saúde (OMS). Segundo a análise, a diminuição do financiamento pode comprometer programas de preparação para pandemias, vigilância epidemiológica, controle de doenças transmissíveis, saúde materno-infantil e outras iniciativas de alcance global.

No âmbito do comércio internacional, o relatório expressa preocupação com o enfraquecimento das normas multilaterais administradas pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Argumenta-se que a substituição de mecanismos coletivos por negociações bilaterais pode gerar assimetrias adicionais entre países com distintos níveis de capacidade econômica e política.

O documento também discute desafios relacionados à governança climática internacional, incluindo tensões em torno da implementação do Acordo de Paris e das negociações ambientais multilaterais. Além disso, aborda preocupações quanto ao funcionamento de mecanismos internacionais de responsabilização, como o Tribunal Penal Internacional, considerados importantes para a preservação do Estado de Direito na esfera global.

Casos de pluralismo cooperativo

Como contraponto às tendências de fragmentação, o relatório identifica experiências classificadas como exemplos de "pluralismo cooperativo". Tais iniciativas demonstrariam que a multipolaridade não necessariamente conduz ao conflito ou à divisão do sistema internacional.

Entre os exemplos destacados, encontram-se as iniciativas globais promovidas pela China, incluindo a Iniciativa para o Desenvolvimento Global, a Iniciativa para a Segurança Global, a Iniciativa para as Civilizações Globais e a Iniciativa para a Governança Global. Segundo o relatório, essas propostas buscam reforçar a centralidade das Nações Unidas e ampliar a participação dos países em desenvolvimento nos processos decisórios internacionais.

O acordo de associação entre a União Europeia e o MERCOSUL é apresentado como exemplo de cooperação institucionalizada entre diferentes polos econômicos. Embora o documento reconheça críticas relativas a assimetrias estruturais e questões ambientais, considera que esse tipo de arranjo pode ampliar a autonomia estratégica dos países participantes e favorecer a cooperação baseada em normas.

A cooperação Sul-Sul e triangular também ocupa lugar de destaque. O relatório a descreve como modalidade de cooperação baseada na horizontalidade, no respeito à soberania nacional e na troca de experiências entre países em desenvolvimento, podendo contribuir para o fortalecimento institucional e para a promoção dos direitos humanos.

BRICS e a reforma da governança financeira global

O documento dedica uma seção específica ao papel do BRICS no contexto das discussões sobre reforma da governança global. Segundo a análise, o agrupamento vem atuando como espaço de coordenação política e econômica voltado à ampliação da representação dos países em desenvolvimento nos principais organismos internacionais.

O relatório destaca as propostas de reforma das estruturas decisórias do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM), consideradas fundamentais para refletir mudanças na distribuição global de poder econômico. Também ressalta iniciativas destinadas a ampliar o uso de moedas nacionais em transações comerciais, desenvolver mecanismos alternativos de pagamento e reduzir vulnerabilidades associadas à concentração da infraestrutura financeira internacional.

Na perspectiva apresentada, tais iniciativas podem contribuir para ampliar a autonomia dos países em desenvolvimento e fortalecer a pluralidade institucional do sistema internacional, desde que permaneçam alinhadas aos princípios da Carta das Nações Unidas e aos compromissos internacionais em matéria de direitos humanos e desenvolvimento sustentável.

O conceito de multipolaridade incorporada

Uma contribuição conceitual ao contexto multilateral é a formulação da ideia de "multipolaridade incorporada" (*embedded multipolarity*). O conceito parte do reconhecimento de que o poder internacional está cada vez mais distribuído entre múltiplos Estados, organizações internacionais, redes transnacionais, instituições regulatórias e atores privados.

Contudo, o autor argumenta que a mera existência de múltiplos polos não garante estabilidade, cooperação ou proteção dos direitos humanos. Para evitar que a multipolaridade resulte em competição desregulada ou fragmentação institucional, seria necessário fortalecer os mecanismos multilaterais existentes e assegurar que a diversidade de modelos políticos e econômicos permaneça ancorada em normas universais compartilhadas.

Nesse sentido, a multipolaridade incorporada é definida como uma configuração internacional caracterizada por pluralidade de centros de poder, coexistência de diferentes modelos de desenvolvimento e fortalecimento permanente das instituições multilaterais responsáveis pela coordenação global.

O Índice Global de Entrega Regulatória

A proposta do Índice Global de Entrega Regulatória (*Global Regulatory Delivery Index — GRDI*) constitui um elemento inovador do relatório. O instrumento é apresentado como uma resposta às limitações dos atuais mecanismos internacionais de avaliação de governança, desenvolvimento e direitos humanos, os quais, segundo o Relator Independente, tendem a privilegiar a existência formal de instituições, leis e compromissos internacionais, sem necessariamente aferir sua implementação efetiva e seus resultados concretos para a população.

O ponto de partida da proposta consiste na identificação de uma lacuna persistente entre os compromissos assumidos pelos Estados e sua materialização em políticas públicas, programas governamentais e resultados observáveis. Para o Relator, muitos indicadores globais baseiam-se em critérios como ratificação de tratados, incorporação normativa ou desenho institucional, produzindo avaliações que nem sempre refletem a realidade da implementação. Dessa forma, países com estruturas normativas formalmente sofisticadas podem apresentar deficiências significativas na execução das políticas, enquanto Estados que alcançam resultados concretos por caminhos institucionais distintos podem ser subavaliados pelos sistemas tradicionais de mensuração.

O conceito central do índice é o de "entrega regulatória" (*regulatory delivery*), entendido como a capacidade dos sistemas de governança de transformar normas, compromissos políticos e obrigações jurídicas em ações efetivamente implementadas e em resultados verificáveis. Nessa perspectiva, a avaliação deixa de se concentrar exclusivamente na existência de regras e desloca-se para a análise de todo o ciclo de implementação, desde a formulação da norma até seus impactos concretos sobre a sociedade.

Estrutura geral do índice

O GRDI é organizado em torno de três grandes dimensões temáticas integradas por componentes transversais de governança e por uma camada específica de análise dos condicionantes estruturais externos.

A primeira dimensão refere-se aos **direitos humanos e à governança participativa**. Nessa área, o índice busca avaliar a capacidade das instituições de assegurar a proteção dos direitos fundamentais e garantir mecanismos efetivos de participação social, transparência e responsabilização pública. A proposta prevê a observação não apenas da existência formal de instituições de proteção de direitos, mas também de sua efetividade em investigar violações, oferecer mecanismos de reparação, processar demandas da sociedade e produzir mudanças estruturais. Indicadores relacionados à participação cidadã, acesso à informação, funcionamento de mecanismos de reclamação, resolução de conflitos e capacidade institucional de monitoramento também integram essa dimensão.

A segunda dimensão concentra-se na **sustentabilidade ambiental**. O objetivo é verificar em que medida os compromissos ambientais assumidos pelos Estados são efetivamente traduzidos em políticas implementadas, ações regulatórias, fiscalização ambiental e resultados mensuráveis. O modelo propõe avaliar não apenas a existência de legislação ambiental, mas também a capacidade de monitorar danos, aplicar sanções, promover adaptações climáticas e alcançar melhorias observáveis em indicadores ambientais. O enfoque é voltado para a efetividade regulatória e para os resultados produzidos pelas intervenções públicas.

A terceira dimensão aborda a **equidade social**, buscando mensurar a capacidade dos Estados de reduzir desigualdades e promover inclusão social por meio da implementação concreta de políticas públicas. O índice pretende examinar o impacto das ações governamentais sobre pobreza, distribuição de renda, acesso a serviços essenciais, proteção social e redução de disparidades socioeconômicas. A proposta enfatiza que a avaliação deve considerar tanto resultados absolutos quanto progressos alcançados ao longo do tempo.

Indicadores transversais

Além das três dimensões principais, o índice incorpora componentes transversais destinados a medir fatores sistêmicos que influenciam a capacidade de implementação das políticas públicas. Entre eles destacam-se:

- coerência entre políticas públicas e objetivos normativos;
- eficiência na alocação orçamentária;
- transparência institucional;
- participação das partes interessadas;
- mecanismos de prestação de contas;
- sistemas de reparação de queixas e reclamações;
- capacidade de monitoramento e fiscalização.

Esses elementos procuram capturar a qualidade dos processos administrativos e regulatórios que sustentam a implementação das políticas em diferentes setores. Segundo o relatório, sem essas condições institucionais transversais, mesmo normas juridicamente robustas podem produzir resultados limitados.

Metodologia de mensuração

A metodologia proposta apresenta a combinação entre **indicadores de nível** e **indicadores de progresso**. Os indicadores de nível medem a situação observada em

determinado momento, permitindo identificar o estágio alcançado por um país em cada dimensão analisada. Já os indicadores de progresso avaliam a evolução em relação ao desempenho anterior do próprio Estado, considerando melhorias ocorridas ao longo do tempo e não apenas comparações internacionais estáticas.

Essa abordagem procura evitar que países com condições iniciais muito distintas sejam avaliados exclusivamente por referências absolutas. Na visão do Relator, um país que avança significativamente na implementação de políticas públicas deve ter esse progresso reconhecido, mesmo que ainda enfrente desafios estruturais importantes.

Outro componente metodológico relevante é o chamado **Índice de Capacidade de Monitoramento** (*Monitoring Capacity Index*). Esse mecanismo busca corrigir distorções decorrentes da limitada capacidade institucional de alguns países para registrar informações, fiscalizar violações ou produzir estatísticas oficiais. Segundo o relatório, sistemas de monitoramento mais robustos frequentemente identificam maior número de problemas, o que pode gerar avaliações negativas injustificadas quando comparados a contextos nos quais as violações simplesmente não são registradas.

A camada de restrições estruturais

Um aspecto distintivo da proposta é a incorporação de uma **camada de ajuste por restrições estruturais externas** *(Structural Constraint Adjustment Layer)*. O Relator considera que a maioria dos índices de governança atualmente utilizados ignora fatores externos que influenciam diretamente a capacidade dos Estados de implementar políticas públicas e cumprir obrigações internacionais.

Segundo o relatório, muitos países enfrentam limitações que não decorrem exclusivamente de escolhas domésticas, mas de condicionantes estruturais associados ao funcionamento da economia global. Entre esses fatores destacam-se: (1) elevado endividamento soberano; (2) restrições fiscais impostas por programas de ajuste econômico; (3) condicionalidades associadas a organismos financeiros internacionais; (4) regimes de sanções econômicas; (5) volatilidade financeira internacional; (6) práticas empresariais transnacionais que reduzem bases tributárias nacionais; (7) limitações no acesso a financiamento climático e ao desenvolvimento.

Para enfrentar essa questão, o índice propõe mecanismos específicos de mensuração, entre os quais:

- **Índice de Mitigação de Externalidades** (*Externalities Mitigation Ratio*): avalia a relação entre os impactos negativos provocados por fatores externos e as medidas adotadas para mitigá-los.
- **Índice de Adequação do Financiamento das Políticas Climáticas** (C*limate Policy Financing Adequacy Ratio*): mede se os recursos disponíveis são suficientes para implementar compromissos climáticos assumidos internacionalmente, considerando restrições financeiras e fiscais.
- **Índice de atenuação de restrições redistributivas** (*Redistributive Constraint Mitigation Ratio*): examina a capacidade de preservar políticas redistributivas e programas sociais diante de restrições econômicas externas.

Posteriormente, esses indicadores poderiam compor um **Fator de Ajuste de Restrições Estruturais** destinado a distinguir falhas atribuíveis às políticas domésticas daquelas decorrentes de condicionantes internacionais.

A proposta de "descolonização" da mensuração internacional

Outro aspecto conceitual relevante é a crítica formulada pelo Relator aos modelos tradicionais de avaliação internacional. O documento argumenta que diversos índices globais foram desenvolvidos a partir de referências institucionais predominantemente associadas a países desenvolvidos e podem não refletir adequadamente as trajetórias históricas e institucionais dos países do Sul Global.

Por esse motivo, o GRDI propõe que seus referenciais normativos sejam extraídos diretamente da Carta das Nações Unidas, dos principais tratados internacionais de direitos humanos, da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento e da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, em vez de reproduzir modelos específicos de organização estatal ou econômica.

O relatório também recomenda que o desenvolvimento metodológico do índice inclua participação significativa de instituições do Sul Global, centros de pesquisa, organizações regionais, instituições nacionais de direitos humanos e organizações da sociedade civil, buscando evitar assimetrias na produção do conhecimento e na definição dos parâmetros avaliativos.

Finalidade e salvaguardas propostas

O Relator enfatiza que o índice não deve ser utilizado como instrumento de classificação hierárquica dos países nem servir de base para condicionalidades em empréstimos, ajuda internacional ou programas de cooperação. Ao contrário, seu objetivo declarado é apoiar o diálogo internacional, identificar obstáculos à implementação e promover a troca de experiências sobre políticas públicas bem-sucedidas.

Para evitar usos coercitivos, o relatório propõe salvaguardas institucionais específicas, incluindo mecanismos de supervisão com representação majoritária de países em desenvolvimento, processos de revisão de usos indevidos do índice e a adoção de um sistema baseado no consentimento dos Estados participantes.

Em síntese, o *Global Regulatory Delivery Index* é concebido menos como um ranking internacional e mais como uma ferramenta analítica destinada a medir a capacidade real de implementação de compromissos de direitos humanos, sustentabilidade e desenvolvimento, incorporando explicitamente os condicionantes estruturais que afetam os países do Sul Global e buscando compatibilizar diversidade institucional com parâmetros universais das Nações Unidas.

Considerações finais

O relatório *Embedded Multipolarity in a Polarized World* constitui uma contribuição para os debates contemporâneos sobre governança global, reforma institucional e direitos humanos. O documento interpreta a multipolaridade como uma transformação estrutural da ordem internacional e argumenta que sua consolidação exige o fortalecimento, e não o enfraquecimento, das instituições multilaterais.

Ao analisar os impactos do unilateralismo, das sanções econômicas, das disputas comerciais e das tensões geopolíticas, o relatório ressalta a importância da cooperação internacional como mecanismo indispensável para enfrentar desafios transnacionais, incluindo mudanças climáticas, desigualdades econômicas, crises sanitárias e desenvolvimento sustentável.

Para os campos da saúde global, do desenvolvimento internacional e dos direitos humanos, o documento apresenta particular relevância por destacar a interdependência entre sistemas econômicos, instituições multilaterais e capacidade estatal de implementação de políticas públicas. A proposta do Índice Global de Entrega Regulatória busca contribuir para uma avaliação mais contextualizada e inclusiva da efetivação dos direitos humanos, especialmente nos países do Sul Global.

Referências

UNITED NATIONS. Human Rights Council. **Embedded multipolarity in a polarized world: Report of the Independent Expert on the promotion of a democratic and equitable international order, George Katrougalos**. Documento A/HRC/63/24. Genebra: United Nations, 2026. Disponível em: https://docs.un.org/en/A/HRC/63/24. Acesso em: 10 set. 2026.

UNITED NATIONS. Human Rights Council. **Addendum: Global Regulatory Delivery Index**. Documento A/HRC/63/24/Add.3. Genebra: United Nations, 2026. Disponível em: https://docs.un.org/en/A/HRC/63/24/Add.3. Acesso em: 10 set. 2026.

UNITED NATIONS. **Charter of the United Nations**. San Francisco: United Nations, 1945.

UNITED NATIONS. General Assembly. **Declaration on the Right to Development**. Resolution 41/128. New York: United Nations, 1986.

UNITED NATIONS. General Assembly. **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development**. Resolution A/RES/70/1. New York: United Nations, 2015.

A OMS na 81ª Assembleia Geral das Nações Unidas: restaurar a confiança, fortalecer a saúde e assegurar o futuro

La OMS en la 81.ª Asamblea General de las Naciones Unidas: restablecer la confianza, fortalecer la salud y asegurar el futuro

The WHO at the 81st United Nations General Assembly: Restoring Trust, Strengthening Health, and Securing the Future

Luiz Augusto Galvão, Paula Reges e Luana Bermudez

Resumo: A 81ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU81), realizada entre 18 e 28 de setembro de 2026 sob o tema "Restaurar a confiança, gerir a transformação: uma ONU que entrega para todos", ocorre no momento de maior tensão entre ambição normativa e capacidade material da saúde global desde a pandemia de COVID-19. Este texto descreve o processo institucional e o conteúdo substantivo da participação da Organização Mundial da Saúde (OMS) no encontro, com foco na segunda Reunião de Alto Nível sobre Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias, convocada para 25 de setembro de 2026 nos termos da resolução A/RES/79/333. Documenta-se o avanço normativo obtido desde a primeira reunião de alto nível, de setembro de 2023 — a adoção do Acordo de Pandemia da OMS em maio de 2025, a entrada em vigor das emendas ao Regulamento Sanitário Internacional em 19 de setembro de 2025, e a consolidação do Fundo Pandemia, do Hub de Inteligência Pandêmica e Epidêmica, do Sistema BioHub e do Corpo Global de Emergências em Saúde —, bem como três constrangimentos que limitam sua tradução prática: o impasse no anexo sobre Acesso a Patógenos e Repartição de Benefícios (PABS), adiado para a Assembleia Mundial da Saúde de 2027; a contração da ajuda oficial ao desenvolvimento em saúde, projetada pela OCDE em queda de 29% a 46% entre 2024 e 2026; e a crise orçamentária da própria OMS, com corte do orçamento 2026–2027 para US$ 4,2 bilhões e redução de aproximadamente um quarto do quadro de pessoal. O surto de Ebola por vírus Bundibugyo na República Democrática do Congo, declarado emergência de saúde pública de importância internacional em maio de 2026 e com letalidade próxima de 48%, é analisado como teste empírico dessa arquitetura. Conclui-se que a distância entre compromisso normativo e capacidade operacional constitui hoje o principal objeto de escrutínio da governança sanitária multilateral.

Palavras-chave: saúde global; Organização Mundial da Saúde; prevenção e preparação para pandemias; Regulamento Sanitário Internacional; financiamento da saúde; governança multilateral; Ebola.

Resumen: *El 81.º período de sesiones de la Asamblea General de las Naciones Unidas (AGNU81), celebrado del 18 al 28 de septiembre de 2026 bajo el lema "Restaurar la confianza, gestionar la transformación: unas Naciones Unidas que cumplen para todos", tiene lugar en el momento de mayor tensión entre ambición normativa y capacidad material de la salud mundial desde la pandemia de COVID-19. Este texto describe el proceso institucional y el contenido sustantivo de la participación de la Organización Mundial de la Salud (OMS), con foco en la Segunda Reunión de Alto Nivel sobre Prevención, Preparación y Respuesta ante Pandemias, convocada para el 25 de septiembre de 2026 conforme a la resolución A/RES/79/333. Se documentan los avances normativos logrados desde la primera reunión de alto nivel de septiembre de 2023 —la adopción*

del Acuerdo sobre Pandemias de la OMS en mayo de 2025, la entrada en vigor de las enmiendas al Reglamento Sanitario Internacional el 19 de septiembre de 2025 y la consolidación del Fondo para Pandemias, el Centro de Inteligencia Pandémica y Epidémica, el Sistema BioHub y el Cuerpo Mundial de Emergencias Sanitarias—, junto con tres limitaciones que restringen su traducción práctica: el estancamiento del anexo sobre Acceso a Patógenos y Distribución de Beneficios (PABS), aplazado a la Asamblea Mundial de la Salud de 2027; la contracción de la asistencia oficial para el desarrollo en salud, que la OCDE proyecta caer entre 29% y 46% de 2024 a 2026; y la crisis presupuestaria de la propia OMS, con un presupuesto 2026-2027 recortado a 4.200 millones de dólares y la supresión de cerca de una cuarta parte de su personal. El brote de ébola por virus Bundibugyo en la República Democrática del Congo, declarado emergencia de salud pública de importancia internacional en mayo de 2026 y con una letalidad cercana al 48%, se analiza como prueba empírica de esa arquitectura. Se concluye que la brecha entre compromiso normativo y capacidad operativa constituye hoy el principal objeto de escrutinio de la gobernanza sanitaria multilateral.

Palabras clave: *salud mundial; Organización Mundial de la Salud; preparación y respuesta ante pandemias; Reglamento Sanitario Internacional; financiamiento de la salud; gobernanza multilateral; ébola.*

Abstract: *The 81st session of the United Nations General Assembly (UNGA81), held from 18 to 28 September 2026 under the theme "Restoring trust, managing transformation: A United Nations that delivers for all," takes place at the point of sharpest tension between normative ambition and material capacity in global health since the COVID-19 pandemic. This paper describes the institutional process and substantive content of the World Health Organization's (WHO) participation, focusing on the Second High-Level Meeting on Pandemic Prevention, Preparedness and Response, convened for 25 September 2026 pursuant to resolution A/RES/79/333. It documents the normative progress achieved since the first high-level meeting of September 2023 — adoption of the WHO Pandemic Agreement in May 2025, entry into force of the amended International Health Regulations on 19 September 2025, and the consolidation of the Pandemic Fund, the Hub for Pandemic and Epidemic Intelligence, the BioHub System and the Global Health Emergency Corps — alongside three constraints limiting its practical translation: the deadlock over the Pathogen Access and Benefit Sharing (PABS) annex, deferred to the 2027 World Health Assembly; the contraction of official development assistance for health, projected by the OECD to fall by 29–46% between 2024 and 2026; and WHO's own budget crisis, with the 2026–2027 budget cut to US$ 4.2 billion and roughly a quarter of the workforce eliminated. The Bundibugyo ebolavirus outbreak in the Democratic Republic of the Congo, declared a public health emergency of international concern in May 2026 with a case fatality ratio near 48%, is examined as an empirical test of this architecture. The paper concludes that the gap between normative commitment and operational capacity is now the central object of scrutiny in multilateral health governance.*

Keywords: *global health; World Health Organization; pandemic preparedness and response; International Health Regulations; health financing; multilateral governance; Ebola.*

1. Introdução: por que esta Assembleia é diferente

Entre 18 e 28 de setembro de 2026, a sede das Nações Unidas em Nova York recebe a 81ª Assembleia Geral, sob o tema "Restaurar a confiança, gerir a transformação: uma ONU que

entrega para todos". O enunciado não é retórico: reconhece que o sistema multilateral chega a 2026 sob escrutínio, pressionado a demonstrar resultados concretos em um contexto de restrição orçamentária severa e de contestação política explícita.

Para a saúde global, a conjuntura é inédita no período pós-1948. Três processos se sobrepõem:

- **Um ciclo normativo historicamente ambicioso**, que produziu entre 2024 e 2025 o primeiro tratado sanitário global desde a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (2003) e a maior reforma do Regulamento Sanitário Internacional desde 2005.
- **Uma contração de recursos sem precedentes recentes**, que atinge simultaneamente a ajuda bilateral, os fundos verticais e o orçamento da própria OMS.
- **Uma emergência sanitária ativa de grande escala** — o surto de Ebola por vírus Bundibugyo na República Democrática do Congo (RDC) —, que testa em tempo real a arquitetura recém-construída.

A Assembleia, portanto, não discute preparação em abstrato. Ela discute preparação enquanto uma epidemia com letalidade próxima de 50% se expande em uma região do tamanho da França.

2. O processo: como a AGNU81 organiza a agenda de saúde

2.1 A base jurídica e o calendário

A segunda Reunião de Alto Nível sobre Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias (PPPR) é convocada pelo Presidente da Assembleia Geral em cumprimento à **resolução A/RES/79/333**, na sexta-feira, **25 de setembro de 2026**, na sede da ONU, das 10h às 18h, durante o debate geral do 81º período de sessões. Seu tema é *"Fomentar uma abordagem multilateral e intergeracional para prevenir, preparar-se e responder a pandemias e emergências de saúde pública, por meio dos princípios de equidade e solidariedade"*.

O dia divide-se em segmento de abertura, plenário, dois painéis multissetoriais realizados em paralelo ao plenário e segmento de encerramento (detalhamento na seção 6.2).

O processo preparatório seguiu o padrão das reuniões de alto nível da AGNU: designação de dois cofacilitadores — entre eles o Representante Permanente de Ruanda — para conduzir a negociação da **Declaração Política**; realização de uma **audiência interativa multissetorial** aberta a organizações da sociedade civil, academia e setor privado, transmitida pela UN WebTV nos seis idiomas oficiais; e credenciamento de ONGs com status consultivo no ECOSOC, com prazos de inscrição encerrados em 11 de setembro de 2026.

Esse desenho importa porque a Declaração Política é o produto negociado do encontro. Diferentemente do Acordo de Pandemia, ela não é juridicamente vinculante — é um instrumento de sinalização política cuja força depende do grau de convergência que os Estados aceitem registrar por escrito.

2.2 A relação com o primeiro encontro (2023)

A primeira Reunião de Alto Nível sobre PPPR ocorreu em **20 de setembro de 2023**, convocada nos termos das resoluções A/RES/76/301 e A/RES/77/275, sob o tema "Tornar o

mundo mais seguro: criar e manter impulso político e solidariedade para PPPR". A reunião de 2026 é, formalmente, um exercício de revisão: avalia o cumprimento dos compromissos de 2023 e renova o mandato político.

2.3 O calendário paralelo da OMS

A agenda da AGNU81 se articula com processos técnicos simultâneos. A **oitava reunião do Grupo de Trabalho Intergovernamental (IGWG)** sobre o Acordo de Pandemia ocorreu de 14 a 18 de setembro de 2026, imediatamente antes do encontro de alto nível — sequência que coloca o estado real das negociações sobre a mesa política de 25 de setembro.

3. O conteúdo: o que foi construído desde 2023

3.1 O Acordo de Pandemia da OMS e o impasse do PABS

O **Acordo de Pandemia da OMS** foi aprovado pela 78ª Assembleia Mundial da Saúde em **20 de maio de 2025**, encerrando três anos de negociação. Os Estados Unidos não participaram da votação.

O Acordo, porém, **ainda não está aberto para assinatura**. Sua adoção veio acompanhada de uma condição incomum no direito internacional: o instrumento só é submetido à assinatura após a adoção de um **anexo sobre Acesso a Patógenos e Repartição de Benefícios (PABS)**, previsto no Artigo 12. O anexo deve operacionalizar a contrapartida central negociada pelos países em desenvolvimento — o compromisso de cada fabricante participante de disponibilizar em tempo real **20% da produção de produtos de saúde pandêmicos**, sendo 10% como doação e 10% a preços acessíveis, em troca do compartilhamento rápido de patógenos e de suas sequências genéticas.

O cronograma escorregou. O prazo original era a Assembleia Mundial da Saúde de maio de 2026. Após a quinta rodada do IGWG (9–14 de fevereiro de 2026) e a sexta (23–28 de março de 2026), os Estados-membros decidiram, em **1º de maio de 2026**, estender as negociações, com o resultado final agora previsto para a **Assembleia Mundial da Saúde de 2027**.

As consequências práticas são diretas:

- o Acordo só é aberto para assinatura após a adoção do anexo;
- a entrada em vigor exige 60 ratificações;
- segundo o Assessor Jurídico Principal da OMS, reunir essas ratificações deve levar de um ano a um ano e meio após a abertura para assinatura.

Em cenário otimista, portanto, o primeiro tratado pandêmico global entra em vigor por volta de 2028–2029 — quase uma década após o início da COVID-19.

3.2 O Regulamento Sanitário Internacional emendado

As **emendas de 2024 ao RSI** entraram em vigor em **19 de setembro de 2025**, um ano após a notificação do Diretor-Geral aos Estados Partes. O RSI vincula **196 Estados Partes** (os 194 Estados-membros da OMS mais Liechtenstein e a Santa Sé). As emendas introduzem, entre outros elementos, a categoria de "emergência pandêmica", autoridades nacionais de RSI, um mecanismo de coordenação financeira e dispositivos de equidade.

O quadro, contudo, não é uniforme. **Onze Estados Partes rejeitaram as emendas de 2024** — entre eles Argentina, Áustria, Brasil, Canadá, República Tcheca, Alemanha, Israel, Itália,

Países Baixos, Filipinas e Estados Unidos —, para os quais continuam válidas as versões anteriores do Regulamento, embora a rejeição possa ser retirada a qualquer tempo. Quatro países que haviam rejeitado as emendas de 2022 (Irã, Países Baixos, Nova Zelândia e Eslováquia) passam a ser alcançados pelas emendas de 2024 em **19 de setembro de 2026** — três dias antes da reunião de alto nível.

O resultado é um mosaico normativo: o "opt-out" do Artigo 22 da Constituição da OMS, pensado para garantir universalidade, produziu na prática um cenário de aplicação fragmentada.

3.3 Fundo Pandemia, inteligência epidêmica e compartilhamento de patógenos

Os instrumentos operacionais criados após a COVID-19 apresentam números mensuráveis:

Instrumento	**Resultado acumulado**
Fundo Pandemia (OMS e Banco Mundial)	Mais de **US$ 1,2 bilhão** em doações nas três primeiras rodadas, catalisando **US$ 11 bilhões** adicionais e apoiando **67 projetos em 98 países** de seis regiões
Hub da OMS para Inteligência Pandêmica e Epidêmica	Atualização maior do sistema **EIOS** (Epidemic Intelligence from Open Sources), com uso de IA, apoiando mais de **110 países**
Rede Internacional de Vigilância de Patógenos (IPSN)	Mais de **110 países** com capacidade genômica fortalecida
Sistema BioHub da OMS	Apoiado por **30 países e territórios**; **25 remessas de amostras** coordenadas para **13 laboratórios**

A esses se somam o **Corpo Global de Emergências em Saúde**, o **Fundo de Contingência para Emergências** (acionado, por exemplo, no surto de hantavírus de maio de 2026) e a ampliação do apoio à produção regional de vacinas, incluindo o hub de mRNA na África do Sul e sua rede de parceiros.

4. O problema: três restrições que limitam a arquitetura

4.1 A crise financeira da OMS

A 78ª Assembleia Mundial da Saúde aprovou, em maio de 2025, um orçamento **reduzido a US$ 4,2 bilhões** para o biênio 2026–2027 — já uma versão enxuta do plano original. Ainda assim, o financiamento não se materializou integralmente:

- o déficit projetado, inicialmente de US$ 1,9 bilhão (cerca de 45% do orçamento reduzido), foi posteriormente estimado em US$ 1,05 bilhão em novembro de 2025, após captação adicional;
- a Organização projetou desligar, aposentar ou encerrar por acordo cerca de 2.371 funcionários até meados de 2026 — aproximadamente 25% de um quadro de 9.457 pessoas em dezembro de 2024;

- os cortes concentraram-se nos níveis profissionais iniciais e intermediários (grades P1–P3), com redução proporcionalmente muito menor entre diretores.

A causa imediata é a saída dos Estados Unidos. A retirada, anunciada por ordem executiva em 20 de janeiro de 2025, foi **declarada concluída pela administração norte-americana em 22 de janeiro de 2026**. Historicamente, as contribuições norte-americanas oscilaram entre **US$ 163 milhões e US$ 816 milhões anuais** na última década. A proposta orçamentária dos EUA para 2027 prevê ainda a eliminação de **US$ 4,3 bilhões** do orçamento de saúde global do país, incluindo a totalidade do financiamento à Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), a quem os EUA devem mais de **US$ 134 milhões** em contribuições assessadas desde 2024.

4.2 A contração da ajuda ao desenvolvimento

O quadro da OMS é parte de um movimento mais amplo. Segundo projeções da OCDE publicadas em junho de 2026:

- a ajuda oficial ao desenvolvimento (AOD) cai em 2026 pelo terceiro ano consecutivo, atingindo o menor nível desde 2014 e equivalendo a 0,23% da renda nacional bruta dos doadores;
- a saúde é o setor mais atingido, com queda projetada de 29% a 46% entre 2024 e 2026, caindo abaixo dos níveis pré-pandemia;
- dentro do setor, saúde populacional e reprodutiva recua até 54,1% e o controle da malária, 59,6%;
- os cortes se concentram justamente onde o financiamento externo é mais determinante: Malawi e Sudão do Sul financiam cerca de 60% de sua despesa corrente em saúde com recursos externos, e projeta-se queda de 50,8% e 42,4%, respectivamente, em sua AOD bilateral para saúde entre 2024 e 2026. Moçambique, Lesoto e Uganda encontram-se em situação análoga.

4.3 A prova empírica: o surto de Ebola de 2026

Nenhum dado resume melhor a distância entre arquitetura e capacidade do que o surto em curso.

Cronologia e escala. Em **15 de maio de 2026**, o Ministério da Saúde da RDC confirmou um surto de Ebola na província de Ituri — o **17º da história do país**, apenas cinco meses após o encerramento do anterior. O agente é o **vírus Bundibugyo (BDBV)**, para o qual **não há vacina nem tratamento aprovados**. Em **16 de maio**, o Diretor-Geral da OMS declarou **emergência de saúde pública de importância internacional (ESPII)** — pela primeira vez, antes mesmo de convocar o Comitê de Emergência, decisão que ele próprio destacou como inédita.

Números. Segundo o *Disease Outbreak News* da OMS, até **26 de agosto de 2026** haviam sido notificados na RDC **5.794 casos confirmados e 2.786 óbitos**, correspondendo a uma **letalidade bruta de 48,1%**, distribuídos por **60 zonas sanitárias em seis províncias** (Bas-Uélé, Haut-Uélé, Ituri, Kivu do Norte, Kivu do Sul e Tshopo) — expansão a partir das 54 zonas registradas duas semanas antes. Relatos de organizações de terreno apontavam, em 1º de setembro, mais de **6.250 casos confirmados e 3.039 óbitos**. Em dez semanas, o surto tornou-se o **de crescimento mais rápido já registrado** para a doença.

Profissionais de saúde. Até 21 de agosto, **160 trabalhadores da saúde haviam sido infectados**, dos quais **43 morreram** — indicador clássico de fragilidade em controle de infecção e em equipamento de proteção.

Dimensão internacional. Uganda registrou **20 casos confirmados** e declarou o fim de seu surto em **28 de julho de 2026**, após 42 dias sem novos casos. Houve casos exportados atendidos e recuperados na **Alemanha (2)** e na **França (1)**.

Fatores agravantes. Infraestrutura de saúde precária e conflito armado ativo na região dificultam detecção, tratamento e prevenção; considera-se provável que a escala real exceda os números confirmados.

4.4 Outros eventos que compõem o quadro de 2026

- **Hantavírus (Andes).** Em 2 de maio de 2026, a OMS foi notificada de um conglomerado de doença respiratória aguda grave a bordo do navio *MV Hondius*, com passageiros e tripulantes de 23 países, partido de Ushuaia (Argentina). O agente foi confirmado em 6 de maio como vírus Andes, o único hantavírus com transmissão pessoa a pessoa documentada. O surto totalizou 13 casos e 3 óbitos, com mais de 650 contatos monitorados em 33 países e territórios, e foi declarado encerrado em 2 de julho de 2026. É um caso-modelo de sucesso do RSI: notificação rápida, rastreamento transnacional, contenção em dois meses.
- **Mpox.** A OMS publicou em 14 de fevereiro de 2026 alerta sobre vírus recombinante com elementos genômicos dos clados Ib e IIb, em seguimento ao alerta de dezembro de 2025 sobre transmissão ampliada do clado Ib.
- Marburg (Etiópia), Nipah (Bangladesh e Índia), cólera multipaís e influenza aviária A(H5N5) integram a lista de eventos ativos ou recentes no período.
- **Chumbo.** A exposição ao chumbo é associada pela OMS a cerca de 1,5 milhão de mortes anuais; o IHME atribui a ela mais de 3,5 milhões de mortes em 2023 e 71,5 milhões de anos de vida perdidos por incapacidade (DALYs). Estimativas do Banco Mundial indicam a perda de 765 milhões de pontos de QI em crianças menores de cinco anos em 2019 — 95% em países de baixa e média renda — e um custo econômico de US$ 6 trilhões, equivalente a 7% do PIB global.

5. As prioridades da OMS na Assembleia

A agenda da Organização organiza-se em eixos interdependentes: **PPPR**; **financiamento sustentável** para a saúde e para a própria OMS; **clima e saúde**; **inovação digital e inteligência artificial**; **segurança sanitária global**; e **sistemas de saúde resilientes**, ancorados na cobertura universal de saúde (CUS) e na atenção primária.

O eixo da CUS carrega números próprios: cerca de **4,5 bilhões de pessoas** não estavam plenamente cobertas por serviços essenciais de saúde e cerca de **2 bilhões** enfrentavam dificuldade financeira por gastos com saúde, segundo as estimativas mais recentes de monitoramento global. As doenças crônicas não transmissíveis respondem por aproximadamente **43 milhões de mortes anuais** — cerca de três em cada quatro óbitos no mundo.

6. Quadro-resumo dos eventos

6.1 Momentos-chave da OMS e eventos paralelos de saúde

Data	Evento	Organizadores/ convocação	Local e horário	Foco temático	Vínculo com o quadro descrito acima
21 set.	**14º Café da Manhã Anual de Prestação de Contas da PMNCH** — "de promessas a progresso"	Parceria para a Saúde Materna, Neonatal e Infantil (PMNCH)	Harvard Club e online, 8h–10h (ET)	Responsabilização por financiamento e compromissos em saúde de mulheres, crianças e adolescentes	Segmento diretamente exposto ao corte de até **54,1%** projetado para a AOD em saúde populacional e reprodutiva (seção 4.2)
21 set.	**"Crise na preparação: laboratórios e prontidão na linha de frente em tempos de Ebola"**	OMS e parceiros técnicos e financiadores	A confirmar	Fortalecimento de sistemas laboratoriais como base de serviços de rotina e de PPPR	Resposta direta ao surto de Bundibugyo (seção 4.3): capacidade diagnóstica em **60 zonas sanitárias** de seis províncias
21 set.	**"Estratégias para uma resposta sustentável às DCNT e à saúde mental" — 5º Encontro Multissetorial**	Governos, sociedade civil, filantropia e parceiros de saúde global	A confirmar	Financiamento sustentável e ação multissetorial para DCNT e saúde mental	**43 milhões** de mortes anuais por DCNT; seguimento da 4ª Reunião de Alto Nível da AGNU sobre DCNT (2025)
21 set.	*"Words Matter: Language, Representation and the Future of Global Governance"* (evento parceiro)	GWL Voices	Baha'i International Community, NY, 9h30–10h45	Linguagem, representação e governança global	Dimensão de legitimidade do tema "restaurar a confiança"
22 set.	**Iniciativa de Investimento de Alto Nível / evento com bancos**	OMS (alta liderança) e BMDs	A confirmar	Investimento em sistemas de saúde, resiliência e	BMDs como substitutos parciais da AOD em retração (-**29% a -46%** em

Data	Evento	Organizadores/ convocação	Local e horário	Foco temático	Vínculo com o quadro descrito acima
	multilaterais de desenvolvimento (BMDs)			desenvolvimento sustentável	saúde entre 2024 e 2026)
22 set.	**"Acabar com a intoxicação por chumbo: um chamado global à ação"**	Bloomberg Philanthropies, Coefficient Giving e Parceria por um Futuro Livre de Chumbo	A confirmar	Eliminação da exposição ao chumbo	**~1,5 milhão** de mortes/ano (OMS); **765 milhões** de pontos de QI perdidos; custo de **US$ 6 trilhões** (7% do PIB global)
22 set.	**"Financiamento para a saúde de mulheres, crianças e adolescentes em tempo de austeridade"**	Global Leaders Network, PMNCH, CGHD e WHEN	Sala de Conferências 4, sede da ONU, e UN TV, 15h–16h30 (ET)	Financiamento sustentável em contexto de austeridade	Nomeia explicitamente a restrição fiscal descrita na seção 4.2
22 set.	*"Your birthday shouldn't be the most dangerous day of your life"* (evento parceiro)	Laerdal Global Health	10h30–12h (EDT)	Mortalidade materna e neonatal no parto	Complementa a agenda da PMNCH
23 set.	*"Who Gets to Shape the Global Conversation?"* (evento parceiro)	GWL Voices	101 Park Ave, NY, 12h–13h15	Governança e representação	—
24 set.	*"No Implementation without Equality"* (evento parceiro)	GWL Voices	Baha'i International Community, NY, 10h15–11h15	Mulheres e multilateralismo climático	Interface clima e saúde
25 set.	**Segunda Reunião de Alto Nível da AGNU sobre Prevenção,**	Presidente da Assembleia Geral (res. A/RES/79/333)	Salas de Conferências 1 e 2, sede da ONU, 10h–18h	Revisão dos compromissos de 2023 e Declaração Política	**Ponto central da agenda** — ver seção 2.1

Data	Evento	Organizadores/ convocação	Local e horário	Foco temático	Vínculo com o quadro descrito acima
	Preparação e Resposta a Pandemias				

Nota metodológica. A programação da semana de alto nível é dinâmica: horários, locais e a própria lista de eventos paralelos sofrem alterações até a véspera. Os itens sem horário confirmado constavam do anúncio da OMS, sem detalhamento logístico, à data da consulta (14 de setembro de 2026).

6.2 A reunião de 25 de setembro em detalhe

Segmento	Horário	Conteúdo
Abertura	10h	Discursos de abertura
Plenário	10h–18h	Declarações de Estados-membros
Painel multissetorial 1	11h–13h	"O mundo em conjunto": ação multilateral coordenada em PPPR, boas práticas e lições aprendidas
Painel multissetorial 2	15h–17h	Acesso equitativo por meio de sustentabilidade e previsibilidade: capacidades e financiamento
Encerramento	até 18h	Conclusões e adoção da Declaração Política

6.3 Outros momentos da AGNU81 com implicações para a saúde

Data	Evento	Base normativa	Relevância sanitária
8 set.	Abertura do 81º período de sessões	A/INF/81/1	Posse do Presidente da Assembleia Geral, que convoca a reunião de 25 de setembro
14–18 set.	8ª reunião do Grupo de Trabalho Intergovernamental (IGWG) sobre o Acordo de Pandemia	Resolução da 78ª AMS	Define o estado real das negociações do anexo PABS levado à mesa política
18 set.	**Momento ODS**	A/RES/74/4	ODS 3 (saúde e bem-estar) e financiamento do desenvolvimento

Data	Evento	Base normativa	Relevância sanitária
19 set.	Entrada em vigor das emendas de 2024 ao RSI para quatro Estados Partes retardatários	Art. 59 do RSI	Amplia a cobertura do Regulamento três dias antes da reunião de alto nível
22–26 e 28 set.	**Debate Geral**	—	Discursos de chefes de Estado e de governo; sem sessão no domingo, 27
23 set.	Reunião de alto nível sobre ação climática e transição justa	A/RES/80/…	Eixo clima e saúde da agenda da OMS
23 set.	Reunião de alto nível pelos 40 anos da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento	A/RES/80/207	Enquadramento de direitos para cobertura universal de saúde
24 set.	Eventos sobre adaptação climática e resiliência	—	Determinantes ambientais da carga de doenças
25 set.	**Reunião de Alto Nível sobre PPPR**	**A/RES/79/333**	**Núcleo da agenda sanitária**
28 set.	Reunião de alto nível pelos 25 anos da Declaração e Programa de Ação de Durban	A/RES/80/193 e A/RES/80/299	Equidade racial como determinante de acesso à saúde

7. Considerações finais

Ao longo da AGNU81, as lideranças da OMS dialogam com chefes de Estado e de governo, ministros, organizações multilaterais, bancos de desenvolvimento, filantropias, sociedade civil e parceiros científicos.

Três tensões atravessam esse diálogo e merecem registro analítico.

Primeira: a assimetria entre norma e recurso. O mundo construiu, entre 2024 e 2026, a arquitetura sanitária mais sofisticada de sua história ao mesmo tempo em que reduziu de forma acentuada os meios para operá-la. Um Fundo Pandemia que mobilizou US$ 1,2 bilhão opera em um ambiente em que a AOD em saúde encolhe em dezenas de bilhões.

Segunda: a fragmentação da universalidade. Um RSI com onze rejeições e um tratado pandêmico que só entra em vigor com 60 ratificações — sem os Estados Unidos e, potencialmente, sem vários dos rejeitantes — produzem uma governança de geometria variável, em que o patógeno circula universalmente e a regra, não.

Terceira: a precedência da capacidade sobre o instrumento. O surto de Bundibugyo não fracassou por ausência de norma. Fracassou, até aqui, por ausência de laboratórios, de leitos, de profissionais protegidos e de vacina para um filovírus específico. A letalidade de 48% é um dado clínico e logístico, não jurídico.

Nesse sentido, restaurar a confiança — tema da Assembleia — depende menos de novos anúncios do que da capacidade demonstrável de entregar, de forma consistente e financiada,

aquilo que já foi prometido. Laboratórios que funcionam em tempos de calma são os mesmos que detectam o surto; equipes de atenção primária que acompanham a hipertensão são as que identificam o caso incomum. A reunião de 25 de setembro será avaliada, com justiça, por quanto de capacidade — e não apenas de linguagem — sua Declaração Política conseguir mobilizar.

Referências

Organização Mundial da Saúde. *Second United Nations General Assembly High-Level Meeting on Pandemic Prevention, Preparedness and Response.* https://www.who.int/news-room/events/detail/2026/09/25/default-calendar/second-united-nations-general-assembly-high-level-meeting-on-pandemic-prevention-preparedness-and-response

Nações Unidas. *High-level meeting on pandemic prevention, preparedness and response — Logistics Note* (resolução A/RES/79/333). https://www.un.org/pga/wp-content/uploads/sites/110/2026/08/PPPR-HLM-Logistics-Note.pdf

Nações Unidas. *High-level meetings of the 81st session.* https://www.un.org/en/ga/81/meetings/

OMS. *Ebola disease caused by Bundibugyo virus — Democratic Republic of the Congo*, Disease Outbreak News, 2026-DON616. https://www.who.int/emergencies/disease-outbreak-news/item/2026-DON616

OMS. *WHO Member States agree to extend negotiations on Pathogen Access and Benefit Sharing annex*, 1 maio 2026. https://www.who.int/news/item/01-05-2026-who-member-states-agree-to-extend-negotiations-on-pathogen-access-and-benefit-sharing-annex

OMS. *Six years after COVID-19's global alarm: Is the world better prepared for the next pandemic?*, 2 fev. 2026. https://www.who.int/news/item/02-02-2026-six-years-after-covid-19-s-global-alarm-is-the-world-better-prepared-for-the-next-pandemic

OMS. *Amended International Health Regulations enter into force*, 19 set. 2025. https://www.who.int/news/item/19-09-2025-amended-international-health-regulations-enter-into-force

OMS. *Lead poisoning and health* (ficha técnica). https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/lead-poisoning-and-health

OCDE. *ODA projections for 2026 and the near term*, jun. 2026. https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2026/06/oda-projections-for-2026-and-the-near-term_10979bc6/d7c74fa2-en.pdf

KFF. *The U.S. Government and the World Health Organization.* https://www.kff.org/global-health-policy/the-u-s-government-and-the-world-health-organization/

ECDC. *Andes hantavirus outbreak in cruise ship — epidemiological update.* https://www.ecdc.europa.eu/en/infectious-disease-topics/hantavirus-infection/surveillance-and-updates/andes-hantavirus-outbreak

Health Policy Watch. Reportagens sobre o orçamento e o quadro de pessoal da OMS para 2026–2027. https://healthpolicy-watch.news/

Fontes adicionais consultadas para o quadro de eventos

PMNCH / OMS. *81st Session of the UN General Assembly (UNGA 81)* — página de eventos e eventos parceiros. https://pmnch.who.int/news-and-events/events/item/2026/09/08/default-calendar/81st-session-of-the-un-general-assembly-(unga-81)

Nações Unidas. *High-level meetings of the 81st session.* https://www.un.org/en/ga/81/meetings/

UN Foundation. *Navigating the 2026 United Nations General Assembly.* https://unfoundation.org/unga81/

Além de 1,5°C: A Urgência da Ação Climática e do Ar Limpo

Más allá de 1,5°C: la urgencia de la acción climática y del aire limpio

Beyond 1.5°C: The Urgency of Climate Action and Clean Air

Danielly Magalhães e Luiz Augusto Galvão

Resumo: O relatório *Limiting Overshoot*, publicado pelo PNUMA em 2026, alerta que o aquecimento global provavelmente ultrapassará 1,5°C nos próximos anos. Recomenda reduzir as emissões em 55% até 2035, avançar para sua quase eliminação até meados do século e combinar mitigação, adaptação e remoção responsável de carbono. As decisões atuais ainda podem limitar o pico e a duração do aquecimento, reduzindo mortes, perdas econômicas e danos ambientais. Já o relatório **Ativos Ocultos** demonstra que integrar políticas climáticas e de qualidade do ar produz benefícios rápidos para a saúde e a economia. As soluções já existem, mas sua implementação é dificultada pela fragmentação institucional, pelo financiamento insuficiente e pela limitada capacidade de execução. Reduzir a poluição do ar deve, portanto, ser tratado como uma prioridade climática, econômica, sanitária e de equidade.

Palavras-chave: PNUMA; overshoot climático; pico de temperatura; cortes de emissões; governança climática; adaptação; populações vulneráveis, poluição do ar.

Resumen: *El informe Limiting Overshoot, publicado por el PNUMA en 2026, advierte que el calentamiento global probablemente superará los 1,5°C en los próximos años. Recomienda reducir las emisiones en un 55% para 2035, avanzar hacia su eliminación casi total a mediados de siglo y combinar la mitigación, la adaptación y la eliminación responsable de carbono. Las decisiones que se tomen hoy aún pueden limitar el nivel máximo y la duración del calentamiento, reduciendo las muertes, las pérdidas económicas y los daños ambientales. Por su parte, el informe Activos ocultos demuestra que la integración de las políticas climáticas y de calidad del aire puede generar rápidamente beneficios para la salud y la economía. Las soluciones ya existen, pero su implementación se ve obstaculizada por la fragmentación institucional, la financiación insuficiente y la limitada capacidad de ejecución. Por lo tanto, la reducción de la contaminación del aire debe considerarse una prioridad climática, económica, sanitaria y de equidad.*

Palabras clave: *PNUMA; sobrepaso climático; pico de temperatura; recortes de emisiones; gobernanza climática; adaptación; poblaciones vulnerables, contaminación del aire*

Abstract: *The Limiting Overshoot report, published by UNEP in 2026, warns that global warming will likely exceed 1.5°C in the coming years. It recommends reducing emissions by 55% by 2035, moving toward their near-total elimination by mid-century, and combining mitigation, adaptation, and responsible carbon removal. Decisions made today can still limit the peak and duration of warming, reducing deaths, economic losses, and environmental damage. The Hidden Assets report demonstrates that integrating climate and clean air policies can rapidly benefit health and the economy. Solutions already exist, but their implementation is hindered by institutional fragmentation, insufficient financing, and limited implementation capacity. Reducing air pollution should therefore be treated as a climate, economic, health, and equity priority.*

Keywords: *UNEP; climate overshoot; peak temperature; emission cuts; climate governance; adaptation; vulnerable populations, air pollution.*

1. O Relatório "Limiting Overshoot" do PNUMA: Dados, Riscos e Caminhos para o Retorno abaixo de 1,5°C

Contexto e lançamento

Em 2 de setembro de 2026, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) lançou, em Nairóbi, o relatório Limiting Overshoot: Navigating exceedance of 1.5°C and pathways towards return, com coautoria de especialistas como o professor Richard Dawson, da Universidade de Newcastle, e o cientista climático Joeri Rogelj, do Imperial College London. O documento parte de uma admissão inédita e contundente: pela primeira vez, um relatório oficial do sistema das Nações Unidas declara que o limite de 1,5°C acima dos níveis pré-industriais, estabelecido pelo Acordo de Paris em 2015, será ultrapassado — provavelmente já nos próximos anos.

A Diretora-Executiva do PNUMA, Inger Andersen, resumiu o diagnóstico durante a coletiva de imprensa de lançamento: este relatório mostra que o aumento da temperatura global está prestes a cruzar 1,5°C acima do nível pré-industrial, ultrapassando o que o mundo acordou nas negociações do Acordo de Paris em 2015, e isso provavelmente ocorrerá nos próximos anos — uma herança da inação coletiva. O Secretário-Geral da ONU, António Guterres, reforçou o tom de urgência, afirmando que as ondas de calor escaldantes, os incêndios florestais e as enchentes mortais deste verão são um aviso do que está por vir, e que é preciso um "overshoot de ambição" para tornar a ultrapassagem de 1,5°C a menor e mais curta possível.

Portanto, além de tentar limitar esse excedente, o mundo precisa se preparar para seus impactos e preservar a possibilidade de reduzir novamente a temperatura global até 1,5°C no longo prazo.

Os principais dados do relatório

O relatório apresenta números concretos que dimensionam a urgência da situação:

- **Orçamento de carbono remanescente:** a partir de 2026, restam apenas cerca de 130 gigatoneladas (Gt) de CO_2 a serem emitidas globalmente para se manter uma chance de 50% de limitar o aquecimento a 1,5°C — um volume que, no ritmo atual de emissões, se esgotaria em poucos anos. Isso significa que, a partir de 2026, a humanidade ainda poderia emitir, no total, aproximadamente 130 bilhões de toneladas de CO_2 para manter apenas 50% de chance de limitar o aquecimento global a 1,5°C. Esse volume, denominado orçamento de carbono remanescente, é muito pequeno diante das emissões globais atuais, de cerca de 40 bilhões de toneladas por ano. Se esse ritmo for mantido, o orçamento será esgotado em aproximadamente três anos, tornando cada vez mais difícil evitar uma ultrapassagem prolongada de 1,5°C e aumentando a dependência de tecnologias futuras para retirar da atmosfera o CO_2 emitido em excesso.
- **Pico de temperatura projetado:** mesmo no cenário mais otimista, em que todos os países cumprem integralmente e superam seus compromissos climáticos atuais e futuros (NDCs), a temperatura global ainda deve atingir um pico de

aproximadamente 1,8°C acima dos níveis pré-industriais antes de começar a declinar. A maioria dos demais cenários analisados projeta picos superiores a 2°C.

- **Cortes de emissões necessários:** para conter o aquecimento no patamar de 1,8°C, os cientistas do relatório apontam que as emissões globais de combustíveis fósseis precisam ser reduzidas em 55% até 2035 e praticamente eliminadas até meados do século.
- **Custo do atraso:** segundo Joeri Rogelj, um dos autores principais, a cada cinco anos de atraso na redução de emissões, o desafio climático se agrava substancialmente, exigindo cortes ainda mais drásticos e rápidos no futuro.
- **Intensificação dos impactos:** o relatório projeta que, acima de 1,5°C, cada fração adicional de grau intensifica ondas de calor extremas, degelo de geleiras, perda de ecossistemas, elevação do nível do mar, e riscos à segurança hídrica, alimentar e à saúde humana — além de aumentar a probabilidade de ultrapassagem de pontos de inflexão (tipping points) irreversíveis.
- **Pressão sobre cidades e infraestrutura:** segundo Andersen, cidades e infraestruturas urbanas enfrentarão tensões crescentes à medida que o aquecimento avança, com efeitos em cascata sobre saúde pública, mobilidade e economia.

A trajetória "overshoot, peak and decline"

O relatório não considera a ultrapassagem de 1,5°C segura, aceitável ou inevitavelmente temporária. Sua principal mensagem é:

O overshoot não justifica reduzir a ambição climática. Quanto menor o pico de aquecimento e quanto menos tempo permanecermos acima de 1,5°C, menores serão as perdas humanas, ambientais e econômicas.

Diante desse cenário, o relatório não trata a ultrapassagem de 1,5°C como um fracasso definitivo ou um "ponto sem retorno". Em vez disso, propõe a trajetória de overshoot, peak and decline (ultrapassagem, pico e declínio) como a melhor opção remanescente. Entretanto, o retorno não é garantido. Ele dependerá da rapidez das reduções de emissões, do nível máximo de aquecimento atingido e da capacidade de remover CO_2 da atmosfera de forma sustentável. A lógica é a seguinte:

1. **Minimizar a magnitude do pico** — quanto mais baixo for o pico de temperatura atingido, menores serão os riscos enfrentados por pessoas, sociedades, economias e ecossistemas.
2. **Minimizar a duração da ultrapassagem** — quanto mais curto for o período acima de 1,5°C, menor a probabilidade de cruzar limiares irreversíveis e limites de adaptação.
3. **Retornar abaixo de 1,5°C o quanto antes** — por meio da combinação de cortes profundos e sustentados de emissões com remoção de dióxido de carbono (CDR).

O documento é enfático ao afirmar que o net-zero (zero líquido) é apenas um marco intermediário rumo ao net-negative (emissões líquidas negativas), e que a remoção de carbono deve ser usada em adição, e não em substituição, aos cortes sustentados de gases de efeito estufa. O relatório também destaca os co-benefícios de uma transição rápida para energias renováveis: melhoria da qualidade do ar, ganhos em saúde pública, redução de custos de energia e ampliação do acesso à eletricidade.

Os três desafios centrais identificados

O PNUMA estrutura sua análise em torno de três desafios interligados, que exigem respostas simultâneas e coordenadas:

1. **Reduzir emissões e enfrentar impactos** — resposta imediata, com cortes profundos de emissões e medidas urgentes de proteção às populações mais vulneráveis.
2. **Limitar o pico de aquecimento e gerenciar riscos climáticos** — ação de médio prazo voltada a manter o pico o mais baixo e breve possível, ao mesmo tempo em que se gerenciam os riscos crescentes de eventos extremos.
3. **Sustentar o declínio das temperaturas e ampliar a adaptação** — esforço de longo prazo para consolidar a trajetória de descida térmica e escalar as capacidades de adaptação das sociedades.

O relatório também chama atenção para as implicações de governança: será necessário decidir o que será reconstruído, como os meios de subsistência serão reconfigurados, como as perdas e danos serão endereçados, e como a soberania e os direitos de pequenos Estados insulares em desenvolvimento (SIDS) e de seus povos serão preservados diante de um mundo mais quente.

Recomendações do relatório

Com base nas evidências apresentadas, o PNUMA formula um conjunto de recomendações centrais:

- **Acelerar drasticamente a descarbonização:** cortar as emissões de combustíveis fósseis em 55% até 2035 e caminhar para sua eliminação quase total até meados do século, priorizando a transição para fontes renováveis de energia.
- **Integrar mitigação e adaptação:** abandonar a abordagem de tratá-las como agendas separadas; ambas devem ser aceleradas simultaneamente, em escala, com ambição elevada e de forma interconectada.
- **Usar a remoção de carbono como complemento, não substituto:** investir em tecnologias e soluções baseadas na natureza para remoção de CO_2, sempre em conjunto com — e nunca no lugar de — reduções reais de emissões.
- **Priorizar populações e ecossistemas vulneráveis:** direcionar recursos e políticas de adaptação para comunidades e regiões com menor capacidade de resposta aos impactos climáticos, incluindo pequenos Estados insulares.
- **Reforçar a governança climática internacional:** desenvolver arranjos institucionais capazes de lidar com questões complexas de reconstrução pós-impacto, reconfiguração de meios de subsistência e mecanismos de perdas e danos.
- **Agir com urgência já em 2026:** as decisões tomadas neste momento definirão a forma e a trajetória de toda a curva de ultrapassagem — adiar a ação apenas eleva o pico esperado e prolonga a exposição a riscos irreversíveis.
- **Ampliar o financiamento climático:** viabilizar recursos financeiros suficientes tanto para mitigação quanto para adaptação, reconhecendo que o custo de agir agora é significativamente menor do que o custo de lidar com impactos futuros mais severos.

2. Relatório-Ativos Ocultos: O Caso Econômico e Sanitário para a Ação pelo Clima e Ar Limpo

O relatório *Hidden Assets: The Economic and Health Case for Climate and Clean Air Action*, publicado pelo PNUMA e pela Climate and Clean Air Coalition em 2026, apresenta uma

avaliação econômica global dos benefícios de enfrentar conjuntamente a mudança climática e a poluição do ar. Sua premissa central é que esses problemas compartilham fontes importantes — especialmente a queima de combustíveis fósseis, determinadas práticas agrícolas, processos industriais, transporte, cocção doméstica e manejo de resíduos — e, portanto, políticas integradas podem reduzir simultaneamente gases de efeito estufa, poluentes atmosféricos, doenças, mortes prematuras e perdas econômicas.

O estudo avalia um conjunto de 25 soluções baseadas em tecnologias e práticas já disponíveis. Quatro são medidas climáticas de longo prazo, voltadas principalmente à redução profunda do CO_2, enquanto 21 incidem sobre poluentes que afetam tanto a qualidade do ar quanto o clima no curto prazo, incluindo metano, carbono negro, ozônio troposférico e hidrofluorcarbonetos. As ações abrangem energia, indústria, transporte, agricultura, sistemas alimentares, cocção e aquecimento doméstico e gestão de resíduos.

A principal contribuição do relatório é demonstrar que a ação climática e a melhoria da qualidade do ar não devem ser vistas apenas como custos ambientais. Quando os benefícios para a saúde, a produtividade e a redução de danos climáticos são contabilizados, elas se tornam uma das oportunidades de investimento público com maior retorno econômico. Por isso, o título se refere a **"ativos ocultos"**: muitos dos benefícios econômicos da ação climática permanecem invisíveis porque avaliações convencionais não contabilizam adequadamente as doenças evitadas, a melhoria da qualidade de vida, a produtividade preservada e a redução das despesas em saúde.

Principais dados econômicos e climáticos

Segundo as estimativas do relatório, cada dólar investido nas 25 soluções pode gerar aproximadamente US$ 15 em benefícios econômicos. Mesmo quando são contabilizados somente os benefícios diretamente observáveis no mercado — como redução das despesas de saúde, aumento da produtividade e danos físicos evitados — o retorno seria de cerca de US$ 4 para cada dólar investido. A taxa interna de retorno estimada é de 60%, e os benefícios econômicos de mercado superariam os custos de implementação em menos de dez anos.

A implementação custaria aproximadamente **0,7% do PIB mundial durante a próxima década**, diminuindo para cerca de 0,5% até o final do século. Em comparação, os subsídios explícitos aos combustíveis fósseis corresponderam a 2,18% do PIB mundial em 2022. Os benefícios estimados das 25 medidas alcançariam aproximadamente **2,8% do PIB global em 2035, 4,5% em 2050 e 11,4% em 2100**. A integração entre clima e qualidade do ar também geraria benefícios adicionais equivalentes a cerca de 0,2% do PIB global, em comparação com a implementação separada e descoordenada dessas agendas.

Em termos climáticos, o conjunto de ações poderia evitar aproximadamente **0,34°C de aquecimento até 2050** e **1,4°C até 2100**, em comparação com o cenário de referência utilizado no estudo. Até 2050, as medidas reduziriam pela metade as emissões globais de CO_2, diminuiriam as emissões de metano em cerca de 60% e reduziriam o carbono negro e os precursores de material particulado fino em aproximadamente 70%. Até 2100, as emissões de CO_2 se tornariam líquidas negativas e os precursores de $PM_{2,5}$ poderiam cair em até 85%.

Esses resultados, contudo, são projeções de modelos e não previsões garantidas. Eles dependem da implementação completa e coordenada das 25 soluções e são apresentados com intervalos de incerteza. Além disso, o próprio relatório reconhece que esse conjunto de

medidas, embora muito relevante, **não é suficiente para completar toda a descarbonização necessária**. Seriam necessárias ações adicionais relacionadas ao uso da terra, captura de carbono e eliminação de emissões residuais para alcançar emissões líquidas zero de CO_2 por volta de 2060, conforme as trajetórias climáticas consideradas.

Dimensão e efeitos da poluição do ar sobre a saúde

O relatório caracteriza a poluição atmosférica como um risco sanitário e macroeconômico, e não simplesmente como um problema ambiental. Em 2025, a exposição ao $PM_{2,5}$ antropogênico no ambiente externo e ao ozônio foi associada a aproximadamente **6,4 milhões de mortes prematuras**. A poluição por $PM_{2,5}$ dentro das residências teria contribuído com mais **2 milhões de mortes**, incluindo cerca de **300 mil crianças**.

Além da mortalidade, o estudo estima uma carga anual muito elevada de doenças associadas ao $PM_{2,5}$ em 2025:

- 5,5 milhões de novos casos de asma infantil;
- 4,2 milhões de infartos;
- 3,8 milhões de casos de doença pulmonar obstrutiva crônica;
- 3,3 milhões de casos de diabetes;
- 2,5 milhões de acidentes vasculares cerebrais;
- 2 milhões de casos de demência;
- 500 mil casos de câncer de pulmão.

Esses valores representam uma parcela expressiva da incidência mundial. A poluição antropogênica por $PM_{2,5}$ estaria associada, por exemplo, a aproximadamente 22% dos novos casos de asma infantil, 20% dos infartos, 21% dos casos de doença pulmonar obstrutiva crônica e 20% dos acidentes vasculares cerebrais registrados globalmente.

A implementação integral das 25 soluções poderia evitar, cumulativamente até 2050, cerca de 144 milhões de mortes prematuras: aproximadamente 96 milhões relacionadas ao $PM_{2,5}$ externo, 43 milhões ao $PM_{2,5}$ doméstico e 5 milhões à exposição ao ozônio. Também poderiam ser evitados cerca de 62 milhões de casos de asma infantil, 87 milhões de infartos, 63 milhões de casos de doença pulmonar obstrutiva crônica, 56 milhões de casos de diabetes, 45 milhões de acidentes vasculares cerebrais, 36 milhões de casos de demência e 7 milhões de casos de câncer de pulmão.

O relatório estima que a adoção integral das medidas evitaria anualmente entre 60% e 70% da carga total de doenças associadas à poluição do ar. Até 2050, somente a redução das despesas médicas e das perdas de produtividade equivaleria a aproximadamente 0,7% do PIB global. Quando também são contabilizados os benefícios relacionados à mortalidade evitada e à melhoria da qualidade de vida, o valor econômico dos benefícios sanitários alcançaria cerca de 3,3% do PIB mundial em 2050 e 5,2% em 2100.

A análise concentra-se sobretudo nos efeitos da poluição atmosférica. Outros efeitos relevantes da mudança climática sobre a saúde — como doenças relacionadas ao calor, impactos sobre a saúde mental, insegurança alimentar, doenças infecciosas e danos causados por eventos extremos — ainda estão incompletamente contabilizados. Portanto, os benefícios sanitários totais da ação climática podem ser maiores do que os valores apresentados.

Desigualdades na distribuição dos impactos

A carga da poluição e os benefícios das intervenções não são distribuídos igualmente. Aproximadamente 95% das mortes prematuras atribuíveis à poluição do ar ocorrem em países de renda baixa e média. Por isso, as razões entre benefícios e custos variam de cerca de três para um em regiões de alta renda até 26 para um na África Austral.

Na América Latina e no Caribe, assim como no Sul da Ásia e na África Subsaariana, a transição para formas limpas de cocção doméstica aparece entre as medidas com maior retorno imediato, em razão da elevada exposição à fumaça dentro das residências. Nas regiões produtoras de petróleo e gás, o controle de vazamentos de metano e a eliminação da ventilação e queima rotineira de gás oferecem benefícios particularmente elevados. Na Ásia em rápido desenvolvimento, destacam-se a transformação da geração de eletricidade e a transição energética nos domicílios.

As políticas precisam ser planejadas para efetivamente alcançar as populações vulneráveis. Subsídios para tecnologias limpas, transferências de renda, financiamento acessível e planejamento sensível às desigualdades de gênero não são medidas complementares: são condições necessárias para que os benefícios econômicos e sanitários estimados sejam alcançados.

O custo de adiar as ações

Uma das conclusões mais importantes é que os benefícios perdidos por atrasos não podem ser totalmente recuperados posteriormente. Cada ano de demora representaria a perda de benefícios equivalentes a mais de 0,5% do PIB global, ou aproximadamente US$ 1,5 trilhão. O relatório estima que barreiras à implementação podem provocar atrasos médios de 7,5 a 8 anos, reduzindo pela metade as diminuições de emissões que poderiam ser alcançadas até 2035.

As barreiras institucionais são responsáveis por cerca de 2,4 anos desse atraso e têm peso maior do que as limitações puramente técnicas. Decisões fragmentadas, baixa capacidade de fiscalização, financiamento insuficiente e falta de coordenação entre ministérios impedem que soluções já conhecidas sejam aplicadas na velocidade e na escala necessárias.

A melhoria das condições institucionais poderia antecipar a implementação completa das medidas em até uma década e gerar até US$ 10 trilhões em benefícios sanitários acumulados até 2040. O exemplo de Delhi ilustra esse efeito: se os padrões nacionais de qualidade do ar fossem alcançados a partir de 2026, a exposição acumulada ao $PM_{2,5}$ diminuiria 20% até 2040; com um atraso de oito anos, a redução seria de apenas 10%.

Recomendações

O relatório organiza seu chamado à ação em cinco direções principais.

1. **Transformar a ação integrada sobre clima e qualidade do ar em uma estratégia econômica central.** As medidas devem ser incorporadas aos planos nacionais de desenvolvimento, estruturas fiscais, orçamentos e estratégias de investimento. Gastos médicos evitados, produtividade preservada e redução dos danos climáticos precisam ser tratados como resultados econômicos concretos.
2. **Investir antecipadamente nas condições necessárias à implementação.** Isso inclui capacidade institucional, financiamento acessível, instrumentos de

compartilhamento de riscos, coordenação entre ministérios, fiscalização, planejamento e participação dos governos locais.

3. **Priorizar medidas que produzam benefícios rápidos.** Entre elas estão a cocção limpa, o controle de vazamentos e da queima de metano, a gestão de resíduos orgânicos, os padrões de emissão de veículos e outras medidas de qualidade do ar. Essas ações podem gerar retornos econômicos e sanitários em menos de dez anos, enquanto a descarbonização estrutural de longo prazo avança.
4. **Adequar a cooperação internacional às desigualdades de capacidade e financiamento.** Países e regiões enfrentam custos, riscos e barreiras distintos. Parceiros internacionais devem financiar fortalecimento institucional, infraestrutura, desenvolvimento de políticas e transferência de tecnologia, especialmente nos países em desenvolvimento.
5. **Tratar dados e monitoramento como infraestrutura essencial.** O relatório recomenda ampliar redes de monitoramento da qualidade do ar, inventários de emissões e sistemas de informação em saúde, incluindo dados desagregados por sexo. Também é necessário incorporar melhor os efeitos sobre saúde mental, agricultura, biodiversidade, ecossistemas e capital natural.

Referências

PNUMA (UNEP). *Hidden Assets: The Economic and Health Case for Climate and Clean Air Action.* Nairóbi, 2 de setembro de 2026. Disponível em: https://wedocs.unep.org/rest/api/core/bitstreams/90024808-ce06-4a5a-8af5-d148a1555b3f/content

PNUMA (UNEP). *Limiting Overshoot: Navigating exceedance of 1.5°C and pathways towards return.* Nairóbi, 2 de setembro de 2026. Disponível em: https://wedocs.unep.org/items/156d074c-ab1d-4833-acf8-6343589ede9b

UNEP. UNEP: World set to cross 1.5°C global warming, but can still limit, adapt to and return from higher temperatures (comunicado de imprensa). Disponível em: https://www.unep.org/news-and-stories/press-release/unep-world-set-cross-15degc-global-warming-can-still-limit-adapt-and

UNEP. Overshoot explained: 5 things to understand about a world beyond 1.5°C. Disponível em: https://www.unep.org/news-and-stories/story/overshoot-explained-5-things-understand-about-world-beyond-15degc

Greenpeace International. Why the UNEP 1.5°C overshoot report must be an urgent call to action on climate change. Disponível em: https://www.greenpeace.org/international/story/85664/why-the-unep-1-5c-overshoot-report-must-be-an-urgent-call-to-action-on-climate-change/

Newcastle University. UN report sets out path to return below 1.5°C. Disponível em: https://www.ncl.ac.uk/press/articles/latest/2026/09/limitingovershoot/

Avanços, Desafios Persistentes e Novas Ameaças para o Mundo do Trabalho na América Latina e o Caribe

Avances, desafíos persistentes y nuevas amenazas para el mundo del trabajo en América Latina y el Caribe

Advances, Persistent Challenges, and New Threats to the World of Work in Latin America and the Caribbean

Frederico Peres e Sebastián Tobar

Resumo: Relatório recentemente publicado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) sobre as condições de trabalho e emprego na América Latina e no Caribe revela que os mercados de trabalho da região melhoraram nas últimas três décadas, mas que estas melhorias foram insuficientes, inconsistentes e, cada vez mais, apresentam tendência de estagnação, limitando seu alcance para a promoção do trabalho decente na região. Os dados apresentados e discutidos no documento são particularmente relevantes para justificar a necessidade urgente de se buscar condições para a garantia do trabalho decente, sobretudo considerando que as principais fragilidades identificadas — informalidade, falta de proteção social, baixos rendimentos, fraco poder de negociação, comprometimento da segurança e da saúde nos ambientes de trabalho, inadequação de competências às demandas do mercado de trabalho, a discriminação e as iniquidades ainda persistentes no mundo do trabalho, dificultando a atuação das instituições laborais, entre outros aspectos — são, precisamente, as dimensões que determinam a qualidade do trabalho/trabalho decente. Conclui o relatório que mudanças na produtividade sem uma distribuição adequada podem não melhorar a vida dos trabalhadores. Da mesma forma, a proteção social sem transformação produtiva pode ser fiscal e institucionalmente insustentável. E, ainda, que a regulamentação trabalhista sem fiscalização efetiva e participativa pode proteger apenas aqueles que já estão no sistema formal. A meta deve ser, portanto, uma reforma abrangente do mercado de trabalho, na qual o desenvolvimento da produtividade, a formalização, a proteção social, a igualdade, a garantia de voz aos trabalhadores, o alinhamento das competências às demandas do mercado de trabalho e a adaptabilidade tecnológica se fortaleçam mutuamente.

Palavras-chave: Trabalho Decente; América Latina e o Caribe; Mercados de Trabalho; Iniquidades no Mundo do Trabalho; Proteção Social.

Resumen: *Un informe publicado recientemente por el Banco Interamericano de Desarrollo (BID) sobre las condiciones de trabajo y empleo en América Latina y el Caribe revela que los mercados laborales de la región han mejorado en las últimas tres décadas, pero que estas mejoras han sido insuficientes, inconsistentes y muestran una creciente tendencia al estancamiento, lo que limita su alcance para promover el trabajo decente en la región. Los datos presentados y analizados en el documento son particularmente relevantes para justificar la urgente necesidad de buscar condiciones que garanticen el trabajo decente, especialmente considerando que las principales debilidades identificadas —informalidad, falta de protección social, bajos ingresos, escaso poder de negociación, seguridad y salud comprometidas en el lugar de trabajo, insuficiencia de habilidades para las demandas del mercado laboral, discriminación e inequidades que aún*

persisten en el mundo del trabajo, obstaculizando el desempeño de las instituciones laborales, entre otros aspectos — son precisamente las dimensiones que determinan la calidad del trabajo/trabajo decente. El informe concluye que los cambios en la productividad sin una distribución adecuada pueden no mejorar la vida de los trabajadores. De igual manera, la protección social sin una transformación productiva puede ser fiscal e institucionalmente insostenible. Además, las regulaciones laborales sin una supervisión efectiva y participativa pueden proteger únicamente a quienes ya forman parte del sistema formal. Por lo tanto, el objetivo debe ser una reforma integral del mercado laboral en la que el desarrollo de la productividad, la formalización, la protección social, la igualdad, la garantía de la participación de los trabajadores, la alineación de las habilidades con las demandas del mercado laboral y la adaptabilidad tecnológica se refuercen mutuamente.

Palabras clave: *Trabajo decente; América Latina y el Caribe; Mercados laborales; Desigualdades en el mundo del trabajo; Protección social.*

Abstract: *A newly released report from the Inter-American Development Bank (IDB) indicates that labor conditions in Latin America and the Caribbean have enhanced over the past thirty years; nonetheless, these advancements have been inadequate and erratic, increasingly exhibiting signs of stagnation, which hampers their ability to foster decent employment in the area. The information articulated in the document is especially pertinent for substantiating the immediate necessity to establish conditions that ensure dignified employment—particularly in light of the critical vulnerabilities identified (informality, absence of social protection, inadequate wages, diminished bargaining power, jeopardized workplace health and safety, misalignment of skills with labor market requirements, and ongoing discrimination and disparities in the employment sector that obstruct labor institutions, among other factors) which are precisely the elements that influence the quality of work and the achievement of decent work. The analysis determines that increases in production lacking proper distribution may not enhance the quality of life for workers. In a similar vein, social security devoid of creative change could become financially and institutionally untenable. Moreover, labor laws lacking robust, participatory enforcement may safeguard only individuals already integrated into the legal framework. The objective, consequently, should be an all-encompassing reform of the labor market where productivity enhancement, formalization, social security, equity, employee representation, skill alignment with market needs, and technological flexibility mutually support each other.*

Keywords: *Decent Work; Latin America and the Caribbean; Employment Markets; Disparities in the Workforce; Social Safeguards.*

Introdução

Os mercados de trabalho são componentes essenciais para o desenvolvimento da América Latina e do Caribe (ALC), região do planeta marcada por grandes e recentes transformações em suas dinâmicas produtivas e, ao mesmo tempo, impactada pelos efeitos sistêmicos de uma histórica desigualdade, herança de projetos de colonização geradores de concentração de terras e renda nas mãos de muito poucos, com imensa parcela da população empurrada às margens do desenvolvimento social. Assumem, na região, condição de espaços estratégicos por meio dos quais as pessoas adquirem renda, aprendem habilidades, assumem riscos sociais, constroem identidades e participam da cidadania — condição que configura o trabalho como um dos mais importantes determinantes sociais da saúde.

As condições e as características dos mercados de trabalho nos diferentes países da região oferecem, portanto, indicadores importantes a respeito do crescimento econômico e social de cada país, assim como evidenciam as transformações nos padrões de vida, a inclusão social e o desenvolvimento humano, como aponta o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no relatório "Fazendo os Mercados de Trabalho Funcionarem: Melhorando a Produtividade e o Bem-Estar dos Trabalhadores na América Latina e no Caribe".

Assim concebidos, os mercados de trabalho se situam na confluência da produtividade, do bem-estar, da equidade e da coesão social. Segundo dados do BID, apresentados no relatório, a renda advinda do trabalho representa mais de 84% da renda familiar na região e o emprego ainda é uma das vias mais importantes para sair da pobreza.

O diagnóstico apresentado pelo BID no documento revela, porém, que os mercados de trabalho da América Latina e do Caribe melhoraram nas últimas três décadas, mas que estas melhorias foram insuficientes, inconsistentes e, cada vez mais, apresentam tendência de estagnação, limitando seu alcance para a promoção do trabalho decente na região. A participação das mulheres na força de trabalho e seu nível de escolaridade aumentaram, há menos carência de vagas nos mercados de trabalho, o emprego formal cresceu em vários países e a renda real do trabalho aumentou. A proporção de trabalhadores que contribuem para a seguridade social subiu de 38% para apenas 46% entre 2004 e 2024.

No entanto, o desempenho do mercado de trabalho da região não convergiu para o padrão dos países desenvolvidos. Entre 1995 e 2024, a renda real do trabalho por trabalhador cresceu apenas 18%, contra mais de 31% nos países da OCDE. E os elevados níveis de informalidade no mundo do trabalho — alcançando mais da metade da força de trabalho na América Latina e o Caribe — ainda são um dos principais elementos que comprometem a qualidade do trabalho e do emprego na região.

Neste contexto, o principal objetivo do setor Trabalho deixa de ser apenas a geração de novos empregos (vagas adicionais no mercado de trabalho regional). Torna-se imperativo mudar a estrutura e a qualidade do emprego para que o trabalho se torne um veículo mais poderoso para a sustentabilidade dos padrões de produção e consumo, a proteção social de trabalhadoras e trabalhadores e a promoção da igualdade e da dignidade humana.

O diagnóstico do BID é particularmente relevante para justificar a necessidade urgente de se buscar condições para a garantia do trabalho decente, sobretudo considerando que as principais fragilidades identificadas — informalidade, falta de proteção social, baixos rendimentos, fraco poder de negociação, comprometimento da segurança e da saúde nos ambientes de trabalho, inadequação de competências às demandas do mercado de trabalho, a discriminação e as iniquidades ainda persistentes no mundo do trabalho, dificultando a atuação das instituições laborais, entre outros aspectos — são precisamente as dimensões que determinam a qualidade do trabalho/trabalho decente.

As evidências reunidas no relatório do BID sugerem que a produtividade e o bem-estar do trabalhador podem reforçar-se mutuamente, em uma associação sinérgica positiva, sobretudo quando a regulamentação trabalhista, a proteção social, as políticas de qualificação profissional, a garantia de condições justas para a concorrência no mercado de trabalho e os serviços e instituições para a promoção do emprego forem concebidos como um sistema abrangente, promotor de condições para o trabalho decente.

Mensagens-chave do Relatório do BID

O relatório do BID destaca algumas mensagens-chave sobre o aparente paradoxo do mundo do trabalho latino-americano e caribenho, onde a maior oferta de trabalho e os níveis historicamente baixos de desemprego não se traduzem em melhores condições de trabalho/trabalho decente. dentre estas mensagens, destacam-se:

Houve progressos, mas foram demasiado lentos e praticamente estagnaram

A primeira lição abordada no documento é o progresso modesto, sem transformação estrutural. O BID registra progressos consideráveis em termos da qualificação e participação da força de trabalho na América Latina e o Caribe nas últimas três décadas. trabalhadoras e trabalhadores estão mais bem educados do que nunca, e a taxa de participação feminina na força de trabalho está em seu nível mais alto da história. O mercado de trabalho registra aumento da formalidade em muitos países, assim como os salários reais estão mais altos. Em países como Brasil, Colômbia, Costa Rica e Uruguai, a formalização no mundo do trabalho alcançou níveis altos históricos.

Mas esses fatores não foram capazes de garantir a transformação estrutural necessária para reduzir a diferença de produtividade e bem-estar no trabalho, na região, em relação aos níveis identificados no conjunto dos países desenvolvidos. O BID considera que uma possível explicação para o problema reside, justamente, na desaceleração dos ganhos e avanços em indicadores-chave dos setores Trabalho e Emprego desde meados da década de 2010. O crescimento da produtividade tem sido lento e a estrutura do emprego mudou muito pouco. A consequência é um mercado de trabalho em que uma alta proporção de trabalhadores está engajada em atividades de baixa produtividade, com histórica persistência de um elevado nível de informalidade, deixando mais da metade da mão de obra da região fora de sistemas de proteção social.

Aqui reside um aspecto importante, devidamente evidenciado no documento do BID. Um mercado de trabalho pode apresentar taxas de desemprego relativamente baixas (ou historicamente baixas) e, ainda assim, oferecer empregos de baixa qualidade, com predomínio da informalidade. Portanto, pensar no trabalho decente restringindo a análise às taxas de emprego (ou desemprego) gera um panorama inadequado do desempenho do mercado de trabalho e, consequentemente, da qualidade do trabalho na região. Isto porque estas análises precisam contemplar, também, medidas e indicadores em termos de salários, estabilidade, cobertura da previdência social, condições de trabalho, desenvolvimento de habilidades, participação e representação, igualdade e resiliência a crises políticas, econômicas e sociais.

O problema é estrutural: baixa produtividade, informalidade e segmentação do mercado de trabalho seguem dando a tônica do trabalho na região

Outra característica importante, devidamente destacada no documento, é a preservação de uma organização produtiva altamente fragmentada na América Latina e o Caribe. Cerca de 46% dos trabalhadores da região eram autônomos ou trabalhavam em microempresas (com um a cinco funcionários) em 2024. Essa porcentagem sobe para cerca de 50% quando incluídos os trabalhadores não remunerados em pequenas empresas familiares. Apenas 16% dos trabalhadores estavam empregados, neste ano de 2024, em empresas de médio porte e 21% em grandes empresas.

Revelar essa estrutura é importante para compreender que o emprego, na região, está altamente concentrado em atividades de baixa produtividade. A questão não é que as pequenas empresas ou o trabalho por conta própria sejam intrinsecamente ruins. Em vez disso, as evidências sugerem que grande parte do trabalho por conta própria é uma resposta à restrição de oportunidades de emprego assalariado, e não uma escolha empreendedora — desmontando, pela raíz, a falácia do empreendedorismo que vêm crescendo na região, e sobretudo entre os mais jovens, estimulada sobretudo pela ampliação da atuação das plataformas digitais de trabalho.

Olhar para a remuneração de trabalhadores assalariados e autônomos nos permite enxergar importantes diferenças. Após controlar variáveis como sexo, idade, escolaridade e setor, os trabalhadores assalariados ganham, em média, 41% a mais do que os trabalhadores autônomos/por conta própria; em alguns países, a diferença ultrapassa 60%. Segundo dados citados no relatório, na Colômbia, apenas 14% dos trabalhadores por conta própria, ou vinculados a pequenas empresas, afirmaram ter iniciado seus negócios com base em uma ideia, enquanto 47% disseram que sua principal motivação foi a necessidade.

Isso expõe uma correlação fundamental entre a qualidade da mão de obra e a transformação produtiva. A informalidade e a baixa produtividade não são problemas distintos. Muitas vezes, elas se reforçam mutuamente: empresas com baixa produtividade têm menos recursos e incentivos para se formalizarem, enquanto políticas que tornam o emprego formal desproporcionalmente caro podem incentivar empresas e pessoas a permanecerem na informalidade.

Progressos lentos em direção à formalização dificultam ruptura com a histórica associação entre proteção social e vínculo empregatício

O relatório do BID identifica a arquitetura regional de proteção social, baseada no emprego formal, como um dos principais obstáculos para romper com os elevados níveis de informalidade que persistem na região, apesar dos avanços recentes já mencionados. Isto porque, historicamente, os sistemas de seguridade social da América Latina e o Caribe foram desenvolvidos com base no emprego formal assalariado. Um arranjo que oferece segurança para os trabalhadores em regimes de emprego regulares, mas exclui a maioria dos trabalhadores, sejam autônomos ou informais, dos sistemas contributivos e, consequentemente, das redes de proteção trabalhista.

Esta arquitetura cria uma contradição: os trabalhadores mais expostos às oscilações do mercado de trabalho são, tipicamente, os que têm menos acesso à proteção contra desemprego, doença, invalidez, acidentes e envelhecimento, entre outros “riscos”. Trabalhadores autônomos e informais podem não ter acesso a benefícios contributivos adequados, inclusive aqueles que se situam na faixa intermediária da distribuição de renda, podendo ficar sem acesso à previdência social contributiva ou à assistência social condicionada à comprovação de necessidade/vulnerabilidade (social-econômica).

A partir desta constatação, o documento defende uma transição para um sistema em que a assistência social esteja menos vinculada à existência de um emprego formal, remunerado mediante contrato estável, através da integração de métodos contributivos e não contributivos, de modo que a proteção social possa acompanhar o dinamismo do mercado de trabalho, protegendo as trabalhadoras e trabalhadores de forma mais eficaz, independente do vínculo e mesmo durante as transições de carreira.

O documento destaca, ainda, que esta transição precisa considerar as históricas desigualdades na distribuição de renda entre e dentro dos países latino-americanos e caribenhos. Dados analisados pelo BID no relatório evidenciam discrepâncias significativas na remuneração de trabalhadoras e trabalhadores, mesmo entre indivíduos com educação e experiência semelhantes. Nos mercados de trabalho com pouca concorrência, os trabalhadores recebem apenas cerca de metade do valor que criam, enquanto nas economias avançadas recebem mais de quatro quintos. As estimativas fornecidas pelo BID sugerem que o aumento da competitividade do mercado de trabalho, aproximando-a dos níveis das economias avançadas, poderia reduzir a desigualdade de renda do trabalho em cerca de 30%, aumentar o PIB per capita em cerca de 25% e elevar os rendimentos médios em cerca de 54%. E, assim, contribuir para a transição a um sistema mais justo e sustentável de proteção social, essencial para a garantia do trabalho decente na região.

Gênero, etnia, idade, educação e inclusão ainda são fatores essenciais a serem considerados para a garantia da qualidade do trabalho

Os mercados de trabalho na região ainda são altamente segmentados. O relatório do BID constata grandes disparidades de gênero, idade, educação, etnia e deficiência em termos de participação, emprego, formalidade e rendimentos. Mesmo após controlar por educação e experiência, certas discrepâncias, principalmente de gênero e raça, persistem.

Em um contexto de grande fragmentação e persistência de iniquidades, melhorar os resultados médios do mercado de trabalho (e.g. ampliar números de vagas formais) não é suficiente. A promoção do trabalho decente na região precisa considerar e enfrentar frontalmente o acesso desigual às oportunidades de emprego, incluindo o peso desproporcional do cuidado que recai essencialmente sobre as mulheres. Ou a forte prevalência da informalidade entre os jovens que buscam seu primeiro emprego.

A questão de gênero é especialmente crucial. A participação das mulheres aumentou drasticamente, mas as obrigações de cuidado continuam a impactar suas oportunidades no mercado de trabalho. É significativamente mais comum tirar licença-maternidade do que licença-paternidade ou licença parental conjunta. Em 2025, apenas quatro países ofereciam licença parental remunerada, enquanto 16 ofereciam licença-paternidade, com uma média de apenas sete dias. A carga desigual de cuidados sobre as mulheres ainda resulta em consequências persistentes no mercado de trabalho.

Já a desigualdade racial/étnica segue sendo uma das características estruturais mais persistentes dos mercados de trabalho da América Latina e do Caribe. Populações negras e indígenas permanecem desproporcionalmente concentradas em atividades de trabalho com menor remuneração, menor proteção e menor produtividade, assim como continuam enfrentando barreiras para acessar empregos formais, estáveis e bem remunerados. O relatório do BID aponta que trabalhadores negros e indígenas apresentam as maiores disparidades de renda entre os grupos populacionais analisados: em média, eles ganham 41% menos por hora do que trabalhadores que não se identificam como negros ou indígenas. Embora essa diferença caia para aproximadamente 21% após o controle de variáveis como educação, gênero e tempo de experiência e outras características, tal disparidade permanece e se apresenta como um importante desafio a ser superado no caminho para a promoção do trabalho decente na região.

O documento do BID também constata que populações negras e indígenas da América Latina e o Caribe enfrentam níveis muito mais elevados de informalidade quando comparados

a outros grupos étnicos, e que estas disparidades persistem mesmo após o controle de variáveis como educação e tempo de experiência. Isso é particularmente relevante porque a informalidade na região não é apenas uma categoria contratual: ela está estreitamente associada a rendimentos mais baixos, menor cobertura previdenciária, mais frágil (ou inexistente) proteção trabalhista, acesso limitado à capacitação e menores possibilidades de progressão na carreira.

Dados compilados no relatório mostram que o mercado de trabalho regional, de modo geral, permanece caracterizado por uma estrutura produtiva altamente fragmentada. Como visto anteriormente, em 2024, 46% dos trabalhadores atuavam por conta própria ou em microempresas com menos de cinco funcionários — condições frequentemente associadas a uma exposição desproporcional à informalidade com viés de raça, sobretudo entre mulheres negras, jovens migrantes e pessoas com menor nível de escolaridade.

Tal condição gera, segundo o documento, uma desvantagem cumulativa: discriminação racial e exclusão histórica dos processos de desenvolvimento econômico e social → menores oportunidades de educação e qualificação profissional → concentração em atividades de baixa produtividade → maior informalidade → menor proteção social → menor renda e estabilidade no emprego → redução das oportunidades de romper com círculos viciosos de pobreza e exclusão. Nesse contexto, a informalidade deve ser compreendida a partir de um viés de raça e gênero, uma vez que sua incidência e suas consequências são distribuídas de forma desigual entre estes grupos.

Incertezas e Novas Ameaças para o Mundo do Trabalho Decente na América Latina e o Caribe

A pandemia da covid 19 gerou a maior crise econômica e trabalhista na América Latina em várias décadas, mas seus efeitos não se limitaram à queda do PIB em 2020. A crise aprofundou problemas estruturais preexistentes — baixa produtividade, informalidade, desigualdade e escassa capacidade fiscal — e modificou algumas características do mercado de trabalho. E produziu um duplo choque na América Latina: uma profunda recessão econômica e uma crise trabalhista de proporções históricas. O PIB regional caiu 7,1% em 2020 e a região perdeu dezenas de milhões de empregos.

Mas o principal legado não foi apenas a recessão de 2020. A pandemia aprofundou a informalidade, ampliou as desigualdades de gênero e idade, enfraqueceu a qualidade do emprego e acelerou a transformação digital. A recuperação subsequente mostrou que a retomada do crescimento econômico não garante a recuperação simultânea do emprego formal, da renda e das condições de trabalho. E, nesse sentido, a pandemia pode ser interpretada como um acelerador das transformações estruturais do mercado de trabalho latino-americano: ela tornou mais visível a necessidade de coordenar políticas para crescimento, produtividade, proteção social e trabalho decente.

Embora a recuperação da região tenha começado em 2021, ela foi desigual entre os países e setores. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estimou um crescimento regional de cerca de 5,9% para 2021, insuficiente para recuperar totalmente os níveis de produção e emprego pré-pandemia. Evidências que a pandemia também atuou como um acelerador de tendências que já estavam presentes nos países da região: desconfiança institucional, polarização, demanda por proteção social, informalidade, desigualdade, digitalização e busca por novas estratégias produtivas.

O cenário político pós-pandemia na América Latina pode ser caracterizado por:

1. **Aumento da demanda por proteção social em um contexto de austeridade fiscal:** A pandemia destacou a importância do Estado na proteção da renda, do emprego, da saúde e dos serviços básicos. Isso levou a maiores expectativas sociais em relação à capacidade do Estado, embora os governos subsequentemente tenham enfrentado severas restrições fiscais.
2. **Desconfiança e volatilidade política:** A crise sanitária agravou uma tendência preexistente de enfraquecimento da confiança nos partidos e instituições políticas. A CEPAL ampliou seu monitoramento de indicadores de democracia, confiança, segurança e bem-estar para analisar essas transformações. Como parte da desconfiança observasse o fracasso de muitos oficialismos para se reeleger. Também observa-se desconfiança nos partidos tradicionais e emergem novos partidos e novas alianças.
3. **Polarização e personalização da política:** O cenário pós-pandemia favoreceu lideranças fortes e discursos que desafiam as elites políticas tradicionais e os partidos governantes. As eleições são cada vez mais organizadas em torno de problemas concretos — segurança, inflação, emprego, corrupção, migração — e menos em torno de identidades partidárias estáveis.
4. **Segurança como prioridade:** O crime organizado, o narcotráfico, a violência urbana e o controle territorial ganharam crescente destaque nas agendas governamentais. Isso está alterando as prioridades orçamentárias e também o debate em torno do papel das Forças Armadas e das instituições de segurança, que estão retomando sua atuação na segurança interna.
5. **Maior pragmatismo econômico:** Governos de diferentes orientações ideológicas enfrentam problemas semelhantes: baixo crescimento, restrições fiscais, inflação, necessidade de investimento e demanda por emprego. Portanto, observa-se certa convergência em relação às políticas de investimento, infraestrutura, energia e desenvolvimento produtivo.

A recuperação pós-pandemia não produziu uma transformação suficiente da estrutura produtiva, um fenômeno que a CEPAL denominou ***"armadilha da baixa capacidade de crescimento"***, associado especialmente à estagnação da produtividade. Esse problema é particularmente importante porque a América Latina precisa crescer mais para: reduzir a pobreza; financiar sistemas de proteção social; aumentar os salários; financiar a educação e a saúde; reduzir as desigualdades; realizar a transição energética; e aumentar os níveis salariais e a qualidade dos empregos. No entanto, o Banco Mundial projetou um crescimento para a região de apenas 2,1% em 2025 e 2,4% em 2026, tornando-a uma das regiões de crescimento mais lento do mundo.

Portanto, a questão central na era pós-pandemia não é mais simplesmente "recuperar o que foi perdido", mas sim modificar a estrutura produtiva para alcançar um crescimento sustentável. Como podemos ver nos relatórios do BID e da CEPAL, precisamos voltar a crescer, mas resolvendo problemas estruturais: como os níveis de informalidade no mercado de trabalho dos países latino-americanos, superando as desigualdades de gênero e a estagnação salarial por meio do aumento da produtividade do emprego na região. E embora se observe algum grau de recuperação no mercado de trabalho de alguns países, persistem diferenças significativas entre eles, especialmente problemas para mulheres e jovens.

Podemos afirmar que o principal problema político da atualidade é: ***Como transformar a recuperação do emprego em empregos formais, produtivos e protegidos?***

A questão fundamental para os governos da região é que a informalidade não pode ser resolvida apenas por meio de legislação trabalhista. Além disso, com a ascensão de governos de direita e centro-direita, ideias liberais estão sendo promovidas, priorizando a liberalização do mercado de trabalho como estratégia de crescimento em detrimento da regulamentação trabalhista.

Da mesma forma, a pandemia acelerou o teletrabalho, as plataformas digitais e outros arranjos de trabalho não tradicionais. E como temos observado nestes Cadernos a interação entre a COVID-19, a transformação tecnológica, as mudanças demográficas e as alterações climáticas está a moldar as prioridades das políticas de emprego para os próximos anos, introduzindo novos desafios políticos:

- Regulação do trabalho em plataformas digitais;
- Direitos laborais dos trabalhadores digitais;
- Inteligência artificial e automação;
- Formação e requalificação profissional;
- Proteção social para trabalhadores independentes;
- Regulação do teletrabalho.

A qualidade do emprego tornou-se um indicador-chave do sucesso do desenvolvimento e, simultaneamente, da legitimidade política dos governos latino-americanos. No entanto, os novos presidentes de direita, extrema-direita ou conservadores que assumiram o poder na América Latina entre 2024 e 2026 parecem priorizar a segurança, a liberalização do mercado, a criminalização da imigração e a abertura econômica em detrimento da criação de empregos de qualidade:

- Em El Salvador, com a vitória do candidato de direita Nayib Bukele, que prioriza segurança e o combate às gangues;
- No Panamá, com a vitória de José Raúl Mulino, que prioriza segurança, imigração e liberalização econômica;
- No Equador, onde Daniel Noboa vence, promovendo militarização, segurança interna e liberalização de mercado;
- Na Bolívia, Rodrigo Paz vence, priorizando liberalização econômica e de mercado;
- No Chile, José Antonio Kast vence, priorizando liberalização econômica, redução do tamanho do Estado e criminalização da imigração;
- Em Honduras, Nasry Asfura vence, priorizando segurança e estreitamento dos laços com os EUA;
- Na Costa Rica, Laura Fernández vence, priorizando segurança e disciplina fiscal;
- No Peru, Keiko Fujimori venceu recentemente, também promovendo e priorizando segurança, combate ao crime e liberalismo econômico;
- E na Colômbia, com Abelardo de la Espriella, que também promove a segurança, um Estado menor e um forte alinhamento com os EUA.

Por sua vez, um maior alinhamento desses governos com a atual administração dos Estados Unidos parece estar ligado à garantia de melhores condições de lucro para o capital americano, inviabilizando esforços para a proteção ao emprego ou construção de marcos regulatórios para a proteção social.

Esforços Necessários para a Promoção do Trabalho Decente na América Latina e o Caribe

O relatório do BID aponta para um conjunto de esforços necessários para a superação das desigualdades ainda persistentes no mundo do trabalho da América Latina e o Caribe, convergindo para uma agenda visando a promoção do trabalho decente na região. Esforços que incluem atualização das leis trabalhistas e de proteção social, aperfeiçoamento de processos e escopo de atuação das instituições trabalhistas, desenvolvimento de novas competências e a qualificação permanente da força de trabalho e ampliação do acesso equitativo a empregos formais. E dentre os quais se destaca:

1. **Desenvolver uma proteção social universal e portátil**: segundo o relatório, a proteção social deve ser mais centrada nas pessoas e menos no vínculo empregatício. Países devem buscar uma convergência progressiva entre os seguros contributivos e a proteção não contributiva financiada por impostos, de modo que a transição do emprego formal para o trabalho autônomo, o desemprego, o cuidado de dependentes ou outras formas de ocupação sem remuneração não resultem na perda de direitos e rede de proteção social.
2. **Reduzir o custo da formalidade sem diminuir as proteções aos trabalhadores:** um dos principais desafios a serem enfrentados pelo setores Trabalho e Emprego na região é o alto custo do emprego formal. O documento do BID afirma que alguns desses custos trabalhistas e de seguridade social, legalmente exigidos, podem ser vistos como taxas ocultas sobre o emprego formal, que acabam fomentando a informalidade e permitindo a existência de empresas de baixa produtividade, reforçando ciclos de exclusão e históricas desigualdades de raça, gênero e classe.
3. **Desenvolver políticas salariais que proporcionem remuneração adequada e promovam o emprego formal**: o salário-mínimo ainda é uma ferramenta importante para evitar padrões de remuneração incompatíveis com as condições de subsistência de trabalhadoras e trabalhadores, na região. Sua efetividade como política social depende, entretanto, da sua ligação à produtividade, à distribuição de rendimentos, ao poder do mercado de trabalho e à capacidade de fiscalização. O relatório do BID defende que os salários mínimos devem refletir, tanto, as realidades econômicas e as capacidades institucionais, em cada país ou território, em vez de serem apenas metas aspiracionais, pouco vinculadas à produtividade, evitando qualquer potencial de induzir à informalidade, especialmente entre trabalhadores e empresas de baixa produtividade. E, de forma mais abrangente, serem vinculados a estratégias de redistribuição fiscal, políticas educacionais e de qualificação profissional, além da garantia da proteção social — componentes essenciais para combater as desigualdades estruturais.
4. **Garantia do direito e de estratégias justas para a negociação coletiva e a representação dos trabalhadores:** a qualidade do trabalho está relacionada com a capacidade dos trabalhadores de exercerem a sua voz, participando ativamente dos processos decisórios que regulamentam e promovem o trabalho decente. O enfraquecimento da atividade sindical e a abrangência limitada dos instrumentos de negociação coletiva diminuem a capacidade dos trabalhadores de incidir sobre políticas capazes de influenciar salários e condições de trabalho. A negociação coletiva, portanto, precisa ser atualizada e permanentemente fortalecida, inclusive para contemplar a crescente diversidade de regimes e formas de organização do trabalho — envolve, portanto, o desenvolvimento de formas para que

trabalhadores em plataformas digitais, cadeias de subcontratação, contratos de trabalho autônomo e outros tipos de trabalho cada vez mais frequentes na atualidade possam se organizar coletivamente.

5. **Desenvolver novas estratégias para o desenvolvimento de competências e a qualificação permanente da força de trabalho**: ao mesmo tempo que a tecnologia segue transformando os processos e a própria organização do trabalho, a região enfrenta um contínuo desalinhamento entre as competências requeridas pelo mercado de trabalho e aquelas disponíveis nas ofertas para a educação e a qualificação da força de trabalho. As políticas econômicas e de emprego devem tratar o ensino e formação (técnica, profissional, permanente etc.) como estratégias prioritárias, centrais, e não ações secundárias, complementares. O BID destaca que os programas de formação oferecidos na região, frequentemente, carecem de integração com os empregadores, sofrem de fraca coordenação, fraca capacidade dos formadores, baixa relevância para o mercado de trabalho e governança fragmentada.
6. **Orientar a mudança tecnológica a partir dos benefícios, e não ameaças, que representam para trabalhadores da região**: as políticas trabalhistas precisam estar preparadas para lidar, cada vez mais, com a tendência à digitalização, à automação e à incorporação sistemática de ferramentas de IA no mundo do trabalho da América Latina e o Caribe. Governos precisam implementar mecanismos preventivos para identificar ocupações mais vulneráveis à incorporação digital/tecnológica, acompanhar as mudanças nas necessidades de habilidades e competências exigidas por um mercado de trabalho cada vez mais tecnológico e apoiar as/os trabalhadoras/es nos processos de aquisição de competências para atuarem em ambientes tecnológicos.
7. **Colocar a igualdade de gênero e a economia do cuidado no centro das políticas trabalhistas**: uma agenda trabalhista em prol do trabalho decente não terá êxito se a maior parte das obrigações de cuidado continuam recaindo sobre as mulheres. Para tanto, faz-se necessário avançar na direção de serviços universais ou progressivamente universais de creche e cuidados de longa duração, implementação de licença-maternidade, paternidade e parental bem financiadas, promoção de incentivos para que os pais tirem licença, proteção contra discriminação no emprego com base na possibilidade/expectativa gravidez e no cuidado e o apoio à participação e ao avanço das mulheres em áreas de alta produtividade.

Conclusões

A América Latina e o Caribe encontram-se em um momento complexo no que diz respeito à estrutura do trabalho e a busca pela garantia do trabalho decente. As instituições do mercado de trabalho, criadas, em sua maioria, para uma sociedade dominada pelo emprego assalariado estável, veem a região entrar, rapidamente, em um período de aceleração tecnológica, envelhecimento demográfico e estagnação prolongada da produtividade. Apesar dos avanços substanciais observados, na região, em termos de educação do trabalhador, participação feminina na força de trabalho, formalização e renda do trabalho, as características estruturais que reforçam a informalidade, a baixa produtividade, a desigualdade e a insegurança permanecem inalteradas.

O relatório do BID, aqui analisado, apresenta argumentos importantes que reforçam a necessidade de um novo paradigma para políticas trabalhistas na região. O desafio que se apresenta é a possibilidade de desenvolver mercados de trabalho que sejam, ao mesmo tempo, produtivos, inclusivos, competitivos, protetivos, flexíveis e capazes de proporcionar ganhos reais, de renda e bem-estar, às trabalhadoras e aos trabalhadores da região. um desafio que implica em mudanças estruturais no mundo do trabalho: transicionar de um modelo em que a proteção está associada ao vínculo empregatício formal para um em que a proteção seja flexível, abrangente e de caráter distributivo; avançar de um modelo centrado em programas fragmentados para sistemas integrados de promoção do trabalho decente; de regulamentação passiva para uma fiscalização efetiva, participativa, baseada em espaços de negociação coletiva justos e efetivos; de programas de treinamento restritos, pontuais, para o desenvolvimento de competências ao longo da vida; e da regulamentação tecnológica reativa para a antecipação aos efeitos da incorporação tecnológica no mundo do trabalho.

Sob essa nova premissa, o trabalho decente deve ser visto não como um subproduto social de um desenvolvimento econômico bem-sucedido, mas como um requisito para ele. Mudanças na produtividade sem uma distribuição adequada podem não melhorar a vida dos trabalhadores; a proteção social sem transformação produtiva pode ser fiscal e institucionalmente insustentável; e a regulamentação trabalhista sem fiscalização efetiva e participativa pode proteger apenas aqueles que já estão no sistema formal. Em vez disso, o objetivo deve ser uma reforma abrangente do mercado de trabalho, na qual o desenvolvimento da produtividade, a formalização, a proteção social, a igualdade, a garantia de voz aos trabalhadores, o alinhamento das competências às demandas do mercado de trabalho e a adaptabilidade tecnológica se fortaleçam mutuamente.

A política migratória em jogo: comunicação, entretenimento, riscos climáticos e o avanço da extrema direita

La política migratoria en juego: comunicación, entretenimiento, riesgos climáticos y el avance de la extrema derecha

Migration politics at stake: communication, entertainment, climate risks and the rise of the far right

Rafael Gomes França, Giacomo Giannelli, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura

Resumo: O presente informe, elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre Migrações, Refúgio e Saúde Global, analisa três dimensões contemporâneas da governança migratória. A primeira examina a estratégia de comunicação política da Casa Branca no governo Trump, que lançou jogos estilo *arcade* em seu site oficial. Títulos como *Rio Run*, em que o jogador captura migrantes no Rio Grande, e *Build the Wall*, inspirado em *Tetris*, funcionam como formas de gamificação de políticas controversas de patrulhamento e contenção fronteiriça. Associados a outros jogos sobre patriotismo e saúde, esses produtos são apresentados como "cultura de diversão e vitória", mas são criticados por simplificar questões complexas, reforçar estereótipos racializados e banalizar práticas de detenção e deportação, deslocando o debate político para o entretenimento. A segunda dimensão aborda a ação antecipatória da Organização Internacional para as Migrações (OIM), que solicitou US$ 110 milhões para proteger 4,9 milhões de pessoas diante do El Niño 2026–2027. Com probabilidade próxima de 100% de persistência até fevereiro de 2027, segundo a OMM, o fenômeno amplia riscos de deslocamento forçado, exigindo integração entre previsão climática e gestão migratória. A terceira dimensão analisa o avanço da Alternativa para a Alemanha (AfD) e seus impactos na Europa. Rompendo o *firewall* pós-Segunda Guerra, o partido influencia a agenda migratória mesmo fora do governo, pressionando por políticas mais duras de asilo e deportação. Destaca-se a circulação transnacional de discursos entre AfD e Trump, que compartilham nacionalismo, soberania restritiva e controle territorial, com implicações para a política comum europeia e para as condições de acolhimento, proteção e integração de migrantes e refugiados.

Palavras-chave: Migração; Comunicação política; Gamificação; El Niño; Extrema direita; AfD.

Resumen: *El presente informe, elaborado por el Grupo de Trabajo sobre Migraciones, Refugio y Salud Global, analiza tres dimensiones contemporáneas de la gobernanza migratoria. La primera examina la estrategia de comunicación política de la Casa Blanca durante el gobierno de Trump, que lanzó juegos de estilo arcade en su sitio web oficial. Títulos como Rio Run, en el que el jugador captura migrantes en el Río Grande, y Build the Wall, inspirado en Tetris, funcionan como formas de gamificación de políticas controvertidas de patrullaje y contención fronteriza. Asociados a otros juegos sobre patriotismo y salud, estos productos se presentan como una "cultura de diversión y victoria", pero son criticados por simplificar cuestiones complejas, reforzar estereotipos racializados y banalizar prácticas de detención y deportación, desplazando el debate político hacia el entretenimiento. La segunda dimensión aborda la acción anticipatoria*

de la Organización Internacional para las Migraciones (OIM), que solicitó US$ 110 millones para proteger a 4,9 millones de personas ante El Niño 2026–2027. Con una probabilidad cercana al 100 % de persistencia hasta febrero de 2027, según la OMM, el fenómeno amplía los riesgos de desplazamiento forzado, lo que exige una mayor integración entre la previsión climática y la gestión migratoria. La tercera dimensión analiza el avance de Alternativa para Alemania (AfD) y sus impactos en Europa. Al romper el firewall posterior a la Segunda Guerra Mundial, el partido influye en la agenda migratoria incluso fuera del gobierno, presionando por políticas más estrictas de asilo y deportación. Se destaca la circulación transnacional de discursos entre AfD y Trump, que comparten nacionalismo, soberanía restrictiva y control territorial, con implicaciones para la política común europea y para las condiciones de acogida, protección e integración de migrantes y refugiados.

Palabras clave: *Migración; Comunicación política; Gamificación; El Niño; Extrema derecha; AfD.*

Abstract*: This report, prepared by the Working Group on Migration, Refugees and Global Health, examines three contemporary dimensions of migration governance. The first explores the White House's political communication strategy under the Trump administration, which launched arcade-style games on its official website. Titles such as Rio Run, where players capture migrants in the Rio Grande, and Build the Wall, inspired by Tetris, operate as gamified representations of controversial border patrol and containment policies. Combined with other games about patriotism and health, these products are presented as a "culture of fun and victory," yet they are criticized for oversimplifying complex issues, reinforcing racialized stereotypes, and trivializing detention and deportation, shifting political debate into the realm of entertainment. The second dimension addresses the anticipatory action of the International Organization for Migration (IOM), which requested US$110 million to protect 4.9 million people in response to the 2026–2027 El Niño. With a near-100% probability of persisting until February 2027, according to the WMO, the phenomenon increases risks of forced displacement, requiring integration between climate forecasting and migration management. The third dimension analyzes the rise of Alternative for Germany (AfD) and its impacts on Europe. Breaking the post-World War II firewall, the party influences migration policy even outside government, pushing for stricter asylum and deportation measures. The transnational circulation of narratives between AfD and Trump stands out, as both share nationalism, restrictive sovereignty, and territorial control, with implications for the EU's common migration policy and for conditions of reception, protection, and integration of migrants and refugees.*

Keywords: *Migration; Political communication; Gamification; El Niño; Far right; AfD.*

Jogos, deportações e redes sociais: estratégias de comunicação política da administração Trump

A iniciativa da Casa Branca de disponibilizar jogos em estilo arcade em seu site oficial pode ser compreendida como uma estratégia de comunicação política que busca reforçar, por meio de elementos lúdicos, aspectos centrais da agenda da administração Trump. Embora apresentados como formas de entretenimento, os jogos operam simbolicamente na construção e disseminação de determinadas narrativas políticas, sobretudo em relação à migração e à segurança das fronteiras[1].

Entre os títulos mais controversos estão aqueles que simulam ações de patrulhamento e contenção migratória. Em *Rio Run*, o jogador percorre o Rio Grande e captura migrantes, que passam a segui-lo após serem detidos e são representados utilizando trajes laranja. Já *Build the Wall*, inspirado em mecânicas semelhantes às do jogo *Tetris*, propõe ao usuário a construção de barreiras para conter um "cerco zumbi" na fronteira. O título também gerou críticas da Tetris Company, que questionou uma possível violação de direitos autorais[1].

Outros jogos disponíveis na plataforma reforçam temas associados ao discurso governamental, como patriotismo, saúde pública e prosperidade econômica. Entre os exemplos estão um jogo que envolve sobrevoar o National Mall com uma águia, outro que propõe organizar merendas escolares sob o lema "Make America Healthy Again" e um terceiro baseado no acúmulo de recursos financeiros em "contas Trump"[1].

Segundo declarações oficiais, a iniciativa pretende promover uma "cultura de diversão e vitória", apresentada como contraponto àquilo que a administração caracteriza como uma visão pessimista associada aos democratas. Entretanto, as críticas à iniciativa destacam que os jogos simplificam e caricaturam questões políticas e sociais complexas, além de poderem reforçar estereótipos racializados e contribuir para a banalização de práticas como detenção e deportação de migrantes. Nesse sentido, o uso de recursos lúdicos para representar políticas migratórias controversas pode contribuir para deslocar essas medidas do campo do debate político e social para o campo do entretenimento, reduzindo sua complexidade e seus impactos concretos[1].

Além disso, alguns analistas apontam que a iniciativa pode contribuir para desviar a atenção pública de questões consideradas urgentes, como conflitos internacionais e pressões econômicas internas. Assim, mais do que uma estratégia de entretenimento, a disponibilização desses jogos pode ser interpretada como uma forma de comunicação política que combina elementos de cultura digital, nacionalismo e representação simplificada de políticas públicas, contribuindo para a construção de uma imagem específica da administração Trump e de suas prioridades[1,3].

Recentemente, o Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos (Department of Homeland Security – DHS) divulgou um vídeo que registra a deportação de migrantes haitianos algemados, após a revogação de um status migratório que lhes permitia permanecer legalmente no país. A divulgação do material, acompanhado de música de fundo e apresentado em plataformas de comunicação institucional, suscitou críticas de opositores da administração Trump, que caracterizaram a produção como degradante e racialmente discriminatória[2].

No mesmo período, o DHS informou ter realizado a prisão de aproximadamente 51 mil migrantes em situação migratória irregular durante o mês de agosto, número apresentado pelo próprio departamento como recorde. A divulgação dessas ações por meio de conteúdos audiovisuais pode ser compreendida não apenas como uma forma de informar sobre as operações realizadas, mas também como parte de uma estratégia de comunicação institucional voltada à produção de determinadas representações sobre a política migratória e o controle das fronteiras[2].

Nesse contexto, a comunicação política da Casa Branca e de órgãos vinculados à administração Trump também tem incorporado estratégias associadas ao chamado *trolling* nas redes sociais, caracterizadas pela produção e circulação deliberada de conteúdos provocativos, com potencial para estimular controvérsias, reações negativas e elevado engajamento. Essa

abordagem contribui para ampliar a visibilidade das mensagens governamentais e para manter determinados temas na agenda pública, ainda que por meio de conteúdos marcados pela confrontação e pela polarização. Assim, as estratégias comunicacionais adotadas podem ser analisadas como parte de um processo mais amplo de construção de narrativas políticas sobre migração, segurança e controle territorial, no qual recursos audiovisuais e estratégias próprias da comunicação digital são mobilizados para reforçar determinadas posições e enquadramentos sobre a questão migratória[2].

Ação Antecipatória e Gestão de Riscos Climáticos: A Resposta da OIM ao El Niño 2026–2027

A Organização Internacional para as Migrações (OIM), anunciou em Genebra a solicitação de US$ 110 milhões destinados à proteção de aproximadamente 4,9 milhões de pessoas diante dos impactos potencialmente severos associados ao fenômeno El Niño 2026–2027. O financiamento permitirá a implementação de ações antecipatórias voltadas à mitigação de secas, inundações e episódios de calor extremo, fortalecendo mecanismos de preparação, sistemas de alerta precoce e estratégias de apoio a comunidades expostas a riscos elevados de deslocamento. Os recursos também viabilizarão o pré-posicionamento de assistência essencial e o aprimoramento da capacidade de resposta das autoridades em áreas onde deslocamentos populacionais se tornem inevitáveis[4].

Segundo novas projeções divulgadas pela Organização Meteorológica Mundial (OMM), há pela primeira vez uma probabilidade próxima de 100% de que o El Niño persista até fevereiro de 2027. O fenômeno ocorre em um contexto global marcado por temperaturas mais altas do que em eventos anteriores, ampliando a probabilidade de secas severas em algumas regiões e de chuvas intensas, inundações e calor extremo em outras. Para populações já afetadas por conflitos, deslocamentos e insegurança alimentar, esses impactos climáticos podem resultar na perda de colheitas, na deterioração de meios de subsistência, na redução do acesso à água e, consequentemente, no aumento da necessidade de migração forçada[4].

A diretora-geral adjunta da OIM, Ugochi Daniels, destacou que comunidades expostas a choques climáticos recorrentes frequentemente reconhecem sinais de alerta, mas carecem de meios adequados para agir preventivamente. Segundo ela, previsões climáticas confiáveis e financiamento flexível são elementos essenciais para antecipar riscos, fortalecer a preparação e direcionar apoio às áreas mais vulneráveis, contribuindo para que as pessoas permaneçam em segurança em suas comunidades sempre que possível e garantindo condições dignas para aquelas que precisarem se deslocar[4].

Experiências anteriores demonstram a magnitude dos riscos envolvidos. O El Niño de 2015–2016, um dos mais intensos já registrados, afetou mais de 60 milhões de pessoas globalmente, segundo o Programa Mundial de Alimentos (WFP). Choques dessa escala pressionam serviços públicos, comprometem economias locais e frequentemente deixam os sujeitos sem alternativas além do deslocamento. A evidência acumulada também indica que ações antecipatórias baseadas em previsões podem reduzir perdas e necessidades humanitárias. Com o financiamento solicitado, a OIM pretende integrar análises de deslocamento com previsões meteorológicas e climáticas para identificar áreas onde os riscos tendem a se intensificar, orientando intervenções antecipadas[4].

O avanço da extrema direita no cenário político alemão e os impactos para as migrações na Europa

A Alemanha atravessa um período de transformação de seu cenário político, marcado pelo crescimento da extrema direita e pelo enfraquecimento das forças políticas tradicionais. O avanço eleitoral da Alternativa para a Alemanha (AfD) ocorre em meio a um contexto de insatisfação com o sistema político, dificuldades econômicas e crescente preocupação com questões relacionadas à imigração e à segurança. O crescimento da AfD possui particular relevância no contexto alemão. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a experiência do nazismo estabeleceu limites políticos e sociais particularmente fortes à atuação da extrema direita no país. Nesse contexto, os principais partidos alemães mantiveram historicamente uma política de isolamento da AfD, evitando alianças ou acordos que pudessem conferir legitimidade institucional à legenda. Entretanto, o crescimento eleitoral do partido vem pressionando esse arranjo e alterando os limites do debate político.[5]

Mais do que a possibilidade de alcançar governos estaduais ou ampliar sua representação parlamentar, o crescimento da AfD evidencia sua capacidade de influenciar a agenda política mesmo permanecendo fora das coalizões tradicionais. A imigração ocupa posição central nesse processo. O partido defende o endurecimento dos controles migratórios, a ampliação das deportações e a redução das possibilidades de acolhimento e permanência de determinados grupos. Migrantes e refugiados são frequentemente associados, em seu discurso, a problemas relacionados à segurança, aos serviços públicos e à identidade nacional. Esse processo contribui para deslocar o debate político alemão. Questões que anteriormente estavam associadas a posições mais restritivas ou marginais passam a ocupar o centro da disputa eleitoral, pressionando partidos tradicionais a adotar posições mais duras em relação à imigração. [5]

O avanço da AfD também deve ser compreendido em um contexto internacional de aproximação entre diferentes movimentos de extrema direita. A reação de Donald Trump ao crescimento eleitoral do partido alemão evidenciou essa convergência. Ao comentar o resultado, Trump atribuiu o desempenho da AfD às políticas migratórias alemãs e apresentou a imigração como um dos principais elementos para explicar a insatisfação do eleitorado. A convergência entre esses discursos não se limita à oposição à imigração. AfD e setores do movimento político associado a Trump compartilham uma agenda baseada no fortalecimento das fronteiras nacionais, na ampliação das deportações, na crítica a políticas de acolhimento e na defesa de uma concepção mais restritiva de soberania nacional.[6]

Essa aproximação demonstra a existência de uma circulação transnacional de discursos e estratégias políticas da extrema direita. A experiência norte-americana passa a funcionar como referência para forças políticas europeias, ao mesmo tempo em que os resultados eleitorais obtidos por partidos de direita radical no continente reforçam uma agenda que também encontra ressonância nos Estados Unidos. A imigração assume papel central nessa dinâmica por sua capacidade de articular diferentes dimensões do discurso político: segurança, economia, identidade nacional, acesso a serviços públicos e controle territorial. [6]

O caso alemão não ocorre de forma isolada. O crescimento da AfD integra um movimento mais amplo de fortalecimento de partidos de extrema direita e direita radical em diferentes países europeus. Em alguns casos, essas forças já participam de governos ou coalizões; em outros, exercem influência significativa sobre as agendas dos partidos tradicionais,

especialmente nas áreas de imigração, segurança e identidade nacional. Esse processo produz um efeito importante sobre a política europeia: a extrema direita pode influenciar as políticas públicas mesmo quando não ocupa diretamente o governo. A pressão eleitoral exercida por esses partidos pode levar forças de centro e centro-direita a incorporar parte de suas propostas, sobretudo aquelas relacionadas ao controle das fronteiras, à redução da imigração e ao endurecimento das regras de asilo.

Na União Europeia, esse movimento apresenta implicações adicionais. A política migratória envolve simultaneamente decisões nacionais e mecanismos comunitários, incluindo regras de asilo, controle das fronteiras externas e distribuição de responsabilidades entre os Estados-membros. O fortalecimento de governos ou partidos que defendem políticas migratórias mais restritivas pode ampliar as dificuldades de construção de respostas comuns e aumentar as tensões em torno da responsabilidade pelo acolhimento de solicitantes de asilo e refugiados. A posição da Alemanha possui especial importância nesse cenário devido ao seu peso político e econômico dentro da União Europeia. Mudanças significativas na orientação alemã podem influenciar as negociações e decisões relacionadas à política migratória europeia, além de fortalecer outros governos que defendem uma abordagem mais restritiva.[7]

Para migrantes e refugiados, o avanço da extrema direita pode produzir efeitos concretos sobre as condições de entrada, permanência, proteção e integração nos países europeus. Entre as principais propostas defendidas por partidos de direita radical estão o endurecimento dos procedimentos de asilo, a ampliação das deportações, a restrição de benefícios e serviços destinados a migrantes e o fortalecimento dos controles fronteiriços. Os impactos, contudo, não se limitam às políticas migratórias formais. A consolidação de discursos que associam migração à criminalidade, insegurança ou sobrecarga dos serviços públicos pode contribuir para o aumento da xenofobia e da discriminação. Quando essas narrativas passam a ocupar espaços institucionais e recebem legitimidade eleitoral, podem afetar as condições de convivência, integração e pertencimento das populações migrantes.[7]

Nesse sentido, a ascensão da extrema direita também pode ser compreendida como um processo de transformação das próprias condições sociais de acolhimento. O endurecimento das políticas migratórias ocorre paralelamente à construção de uma percepção social segundo a qual determinados grupos de migrantes seriam menos desejáveis ou teriam menor direito de permanecer nos países europeus. O avanço da AfD na Alemanha representa um importante indicador das transformações em curso na política europeia. Embora seu crescimento não signifique, por si só, uma tomada de poder pela extrema direita, sua capacidade de ampliar a representação eleitoral e influenciar a agenda dos partidos tradicionais demonstra que a questão migratória ocupa um espaço cada vez mais central na disputa política.

A aproximação discursiva com Donald Trump reforça a dimensão internacional desse processo. Discursos baseados no nacionalismo, no controle das fronteiras, na deportação e na restrição da imigração circulam entre diferentes contextos nacionais, fortalecendo uma agenda política que ultrapassa as fronteiras europeias. Para migrantes e refugiados, o principal desafio está na possibilidade de que essa transformação política seja convertida em políticas cada vez mais restritivas de entrada, permanência e proteção. Em um continente que continua recebendo populações deslocadas por conflitos, crises econômicas, perseguições e eventos relacionados às mudanças climáticas, a redução dos mecanismos de proteção pode aprofundar situações de vulnerabilidade e dificultar processos de integração.

Referências

1. CNN. **Video game that lets users arrest undocumented immigrants debuts on official White House web site**. *CNN Politics*, 3 Sept. 2026. Disponível em:https://edition.cnn.com/2026/09/03/politics/white-house-arcade-games-immigrants-border-wal. Acesso em: 14 set. 2026.
2. G1. C**asa Branca lança jogos em que imigrantes são caçados para deportação**. *G1*, 3 set. 2026. Disponível em:https://g1.globo.com/mundo/noticia/2026/09/03/tetris-e-cobrinha-casa-branca-lanca-jogos-em-que-imigrantes-sao-cacados-para-deportacao.ghtml . Acesso em: 14 set. 2026
3. O POVO**. Casa Branca cria videogame sobre expulsão de imigrantes**. *O POVO*, Fortaleza, 3 set. 2026. Disponível em:https://www.opovo.com.br/noticias/mundo/2026/09/03/casa-branca-cria-videogame-sobre-expulsao-de-imigrantes.html. Acesso em: 14 set. 2026.
4. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM)**. OIM solicita US$ 110 milhões para proteger 4,9 milhões de pessoas diante dos impactos do El Niño**. *OIM Brasil*, [s.d.]. Disponível em:https://brazil.iom.int/pt-br/news/oim-solicita-us-110-milhoes-para-proteger-49-milhoes-de-pessoas-diante-dos-impactos-do-el-nino. Acesso em: 12 set. 2026.
5. BBC NEWS BRASIL**. O dilema da Europa após direita radical na Alemanha obter vitória inédita desde a 2ª Guerra.** BBC News Brasil, 2026. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/crr4q7zj985o. Acesso em: 14 set. 2026.
6. UOL. **Alemanha: o muro contra a extrema direita começa a rachar.** UOL Notícias, 7 set. 2026. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2026/09/07/alemanha-o-muro-contra-a-extrema-direita-comeca-a-rachar.ghtm. Acesso em: 14 set. 2026.
7. REUTERS**. Trump attributes state election win of Germany's far-right AfD to immigration.** Reuters, 8 set. 2026. Disponível em: https://www.reuters.com/world/europe/trump-attributes-state-election-win-germanys-far-right-afd-immigration-rules-2026-09-08/. Acesso em: 14 set. 2026.

UN80 e igualdade de gênero: posicionamentos dos Estados-Membros sobre a reforma da ONU Mulheres

UN80 e igualdad de género: posiciones de los Estados Miembros sobre la reforma de ONU Mujeres

UN80 and Gender Equality: Member States' Positions on the Reform of UN Women

Maria Teresa Rossetti Massari,
Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos e
Maria Auxiliadora Souza Mendes Gomes

Resumo: O artigo analisa as manifestações dos países durante a segunda sessão regular de 2026 do Conselho Executivo da ONU Mulheres, realizada em setembro de 2026, com foco no debate sobre a iniciativa UN80 e a possível reforma da organização. A partir das manifestações apresentadas no evento, buscou-se identificar os principais posicionamentos dos Estados-Membros, com especial atenção ao debate sobre a proposta de fusão entre a ONU Mulheres e o UNFPA, à preservação dos mandatos institucionais e à capacidade de atuação nos países. A análise permitiu evidenciar as diferentes perspectivas e prioridades mobilizadas pelos Estados diante do processo de reforma e compreender as convergências e divergências que atravessam o debate multilateral sobre a igualdade de gênero.

Palavras-chave: Igualdade de Gênero; Direitos das Mulheres; Organizações Internacionais; Cooperação Internacional.

Resumen: *El artículo analiza las declaraciones de los países durante la segunda sesión ordinaria de 2026 de la Junta Ejecutiva de ONU Mujeres, celebrada en septiembre de 2026, con énfasis en el debate sobre la Iniciativa UN80 y la posible reforma de la organización. A partir de las declaraciones presentadas durante el evento, se buscó identificar las principales posiciones de los Estados Miembros, con especial atención al debate sobre la propuesta de fusión entre ONU Mujeres y UNFPA, la preservación de los mandatos institucionales y la capacidad de actuación en los países. El análisis permitió evidenciar las diferentes perspectivas y prioridades planteadas por los Estados-miembros ante el proceso de reforma y comprender las convergencias y divergencias que atraviesan el debate multilateral sobre la igualdad de género.*

Palabras clave: *Igualdad de Género; Derechos de las Mujeres; Organizaciones Internacionales; Cooperación Internacional.*

Abstract: *The article analyzes country statements delivered during the second regular session of the 2026 Executive Board of UN Women, held in September 2026, with a focus on the debate surrounding the UN80 Initiative and the possible reform of the organization. Based on the statements presented at the event, this paper sought to identify the main positions of Member States, with particular attention to the proposed merger between UN Women and UNFPA, the preservation of institutional mandates, and the capacity to operate at the country level. The analysis highlighted the different perspectives and priorities articulated by Member-States*

regarding the reform process and identified the convergences and divergences that shape the multilateral debate on gender equality.

Keywords: *Gender Equality; Women's Rights; International Organizations; International Cooperation.*

Introdução

A igualdade de gênero ocupa lugar central na agenda internacional de direitos humanos, desenvolvimento e saúde global. Apesar dos avanços alcançados nas últimas décadas, persistem desigualdades estruturais que afetam mulheres e meninas em diferentes contextos, expressando-se no acesso a direitos, serviços de saúde, educação, proteção social, autonomia econômica e participação nos espaços de poder e tomada de decisão. Nesse contexto, a cooperação multilateral constitui um importante espaço de negociação de compromissos e de definição das prioridades que orientam a agenda internacional para a igualdade de gênero.

É nesse cenário que se insere a ONU Mulheres — agência das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, cujo Conselho Executivo (*Executive Board*) se constitui como espaço de governança e diálogo entre os Estados-Membros. Em 9 de setembro de 2026, teve início, na sede das Nações Unidas, em Nova York, a segunda sessão regular de 2026 do Conselho Executivo da ONU Mulheres, realizada nos dias 9 e 10 de setembro. A sessão reuniu representantes dos Estados para discutir, entre outros temas, a participação da agência na iniciativa UN80, questões relacionadas à governança institucional e o financiamento do Plano Estratégico da organização.

Para além de sua dimensão institucional, reuniões dessa natureza constituem espaços privilegiados de diplomacia multilateral, nos quais diferentes governos apresentam suas perspectivas, prioridades e compromissos em torno da agenda global de gênero. As manifestações dos países permitem observar como questões relacionadas aos direitos das mulheres e meninas são formuladas no âmbito internacional, quais temas recebem maior centralidade e como diferentes concepções políticas, econômicas e sociais são mobilizadas na construção de consensos e na expressão de divergências.

Síntese geral das manifestações

A análise das manifestações dos Estados-Membros evidencia ampla convergência quanto à necessidade de fortalecer a atuação multilateral em favor da igualdade de gênero, dos direitos das mulheres e meninas e de sua participação nos processos de desenvolvimento, paz e tomada de decisão. Em um contexto marcado por conflitos, crises humanitárias, mudanças climáticas, instabilidade econômica, redução do espaço cívico e persistência de desigualdades estruturais, diferentes países ressaltaram a importância de preservar a capacidade da ONU Mulheres de atuar nos territórios, fortalecer sistemas nacionais, apoiar organizações e movimentos de mulheres e responder às necessidades de populações em situações de maior vulnerabilidade. Também houve convergência quanto à importância de recursos previsíveis, flexíveis e sustentáveis para que a organização possa cumprir seu mandato, especialmente em contextos de crise e em regiões com menor disponibilidade de recursos.

No âmbito da iniciativa UN80, predominou o reconhecimento de que reformas são necessárias para ampliar a eficiência, a coerência, a coordenação e a efetividade do sistema das

Nações Unidas, especialmente por meio de maior integração da atuação nos países, serviços compartilhados, interoperabilidade, planejamento conjunto e racionalização de funções administrativas. Entretanto, essa convergência em torno da reforma não se estendeu à proposta de fusão entre ONU Mulheres e UNFPA. A maioria das manifestações analisadas expressou reservas ou ausência de apoio à fusão na forma apresentada, argumentando que ainda não foram demonstrados de maneira suficiente seus benefícios, ganhos de eficiência e impactos positivos sobre mulheres e meninas diante dos riscos potenciais para os mandatos, a expertise, a capacidade operacional e a continuidade dos serviços. Canadá, México, Espanha, Países Baixos, Nova Zelândia, Reino Unido, República da Coreia e o grupo de países que apresentou declaração conjunta estiveram entre os que defenderam maior cautela ou declararam não poder apoiar a fusão nas condições então apresentadas.

As principais divergências concentraram-se, portanto, no grau de abertura a uma mudança estrutural mais profunda e nas condições para sua eventual adoção. França e Alemanha apresentaram posições relativamente mais abertas à possibilidade de integração, embora condicionadas à preservação dos mandatos e à análise de evidências, custos e implicações. A Alemanha considerou que formas mais profundas de integração, inclusive uma eventual fusão, deveriam permanecer entre as possibilidades em análise, enquanto a França defendeu a avaliação rigorosa dos diferentes cenários, paralelamente à adoção imediata de medidas de aproximação e sinergia entre as organizações. Em posição distinta, a Federação Russa considerou insuficientes as informações disponíveis para apoiar qualquer das alternativas e defendeu que questões relativas a mandato, financiamento, governança e estrutura fossem previamente esclarecidas em processo intergovernamental. Ruanda, por sua vez, propôs explorar alternativas de colaboração e chegou a considerar mecanismos de governança compartilhada, como um eventual Conselho Executivo comum, desde que preservados os mandatos distintos e as responsabilidades específicas das organizações.

Outro eixo recorrente foi a defesa de que qualquer reforma deve ser avaliada por seus efeitos concretos nos países, e não apenas por ganhos administrativos ou alterações na arquitetura institucional. Essa perspectiva esteve particularmente presente nas manifestações de Estados africanos, dos pequenos Estados insulares do Pacífico, de Fiji, Ruanda, Ucrânia e de diversos países europeus. Foram enfatizadas a necessidade de participação dos países beneficiários nas decisões, a preservação da capacidade técnica e programática em contextos específicos, a continuidade dos serviços e o fortalecimento da implementação local. Os Estados africanos destacaram ainda os efeitos das crises humanitárias, dos conflitos e das mudanças climáticas sobre mulheres e meninas, enquanto os países do Pacífico ressaltaram as especificidades dos pequenos Estados insulares e a necessidade de que ganhos de eficiência sejam reinvestidos na atuação nos países. A Ucrânia, por sua vez, enfatizou os impactos da guerra sobre mulheres e meninas e a necessidade de preservar a capacidade de resposta da ONU em contextos de conflito e reconstrução.

De modo geral, as manifestações revelam, portanto, um campo de convergência em torno do fortalecimento da igualdade de gênero, da manutenção da capacidade normativa e operacional da ONU Mulheres, da necessidade de maior eficiência e coordenação no sistema das Nações Unidas e da importância de decisões baseadas em evidências e conduzidas pelos Estados-Membros. As divergências concentram-se principalmente na extensão das mudanças institucionais consideradas desejáveis e no grau de confiança depositado na proposta de fusão com o UNFPA. Enquanto alguns países permanecem abertos à possibilidade de uma integração

estrutural futura, a maior parte das posições analisadas privilegia, neste momento, alternativas de maior coordenação, programação conjunta, interoperabilidade, serviços compartilhados e governança articulada, mantendo separados os mandatos e as capacidades específicas das duas organizações. Nesse sentido, a reforma aparece nas manifestações menos como um objetivo em si e mais como um instrumento cuja legitimidade depende de sua capacidade de produzir melhores resultados para mulheres e meninas, especialmente as mais vulneráveis.

Considerações finais

O debate sobre a reforma da ONU Mulheres ultrapassa uma discussão estritamente administrativa ou de racionalização institucional. Embora exista ampla convergência entre os Estados-Membros quanto à necessidade de maior eficiência, coerência e coordenação do sistema das Nações Unidas, persistem diferenças relevantes sobre os caminhos para alcançar esses objetivos.

A proposta de fusão entre a ONU Mulheres e o UNFPA constitui, nesse sentido, o principal ponto de tensão, uma vez que parte significativa dos países considera insuficientes as evidências disponíveis para demonstrar que seus benefícios superariam os riscos, enquanto outros defendem que alternativas de integração mais profunda permaneçam em análise. As manifestações também revelam uma preocupação recorrente com a preservação dos mandatos específicos, da expertise técnica, da capacidade de atuação nos países e dos mecanismos de governança e responsabilização.

Mais do que uma oposição entre reforma e manutenção do status quo, observa-se uma disputa sobre quais dimensões devem orientar a reforma e como seus resultados devem ser avaliados. Nesse contexto, a efetividade não pode ser reduzida à eficiência administrativa ou à economia de recursos, devendo ser aferida também pela capacidade de proteger direitos, sustentar a agenda normativa de igualdade de gênero e produzir resultados concretos para mulheres e meninas, especialmente em contextos de crise e maior vulnerabilidade.

As manifestações analisadas indicam, portanto, que a reforma da arquitetura institucional da ONU é também um processo político, no qual diferentes Estados-membros mobilizam concepções distintas sobre prioridades, mandatos, financiamento e *accountability*. Sob a perspectiva da Saúde Global e da Diplomacia da Saúde, esse debate evidencia como mudanças institucionais são negociadas em meio a disputas sobre poder, recursos e legitimidade e como a configuração das organizações multilaterais pode influenciar a capacidade de resposta internacional às desigualdades de gênero.

***

Manifestações e posicionamentos dos Estados-Membros

A leitura das falas dos Estados-membros constitui uma oportunidade para analisar não apenas os compromissos formalmente assumidos, mas também as prioridades, os argumentos e as diferentes narrativas mobilizadas pelos Estados em um espaço de negociação multilateral. Nesse contexto, foram sistematizadas e sintetizadas as manifestações dos países durante a segunda sessão regular de 2026 do Conselho Executivo da ONU Mulheres. A análise buscou destacar os temas centrais abordados nas intervenções, os compromissos reafirmados e as diferentes posições expressas pelos Estados diante dos desafios contemporâneos para a igualdade de gênero, permitindo uma leitura comparativa das narrativas e prioridades que atravessam a agenda internacional.

- **Estados Africanos — declaração conjunta**

Em sua manifestação conjunta, apresentada por Uganda em nome dos Estados africanos membros do Conselho Executivo, os países reafirmaram o compromisso com a igualdade de gênero, o empoderamento e os direitos das mulheres e meninas, enfatizando, contudo, a necessidade de que os compromissos internacionais sejam traduzidos em implementação efetiva, fortalecimento institucional, financiamento adequado e resultados concretos. A declaração destacou os impactos desproporcionais das crises humanitárias, dos conflitos e das mudanças climáticas sobre mulheres e meninas, defendendo a atuação da ONU Mulheres na prevenção, resiliência, recuperação e articulação entre as agendas humanitária, de desenvolvimento e de paz.

Os Estados africanos também apoiaram o Plano Estratégico 2026–2029, ressaltando que sua implementação deve ser orientada pelas prioridades nacionais e contribuir para o fortalecimento dos sistemas e instituições dos países. No debate sobre a reforma do sistema das Nações Unidas, manifestaram apoio a uma maior eficiência e coerência, mas defenderam que qualquer eventual fusão entre a ONU Mulheres e o UNFPA seja baseada em evidências e conduzida pelos Estados-Membros, considerando seus efeitos sobre a capacidade de resposta nos países, a expertise técnica, a responsabilização e os recursos destinados às mulheres e meninas. A declaração reforçou, ainda, a importância de recursos flexíveis, previsíveis e sustentáveis para que a igualdade de gênero permaneça como prioridade da agenda multilateral.

- **Canadá**

O Canadá reafirmou seu apoio à ONU Mulheres e ao seu mandato normativo e de coordenação, destacando a igualdade de gênero e a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos como prioridades fundamentais de sua política internacional. No contexto da iniciativa UN80 e das discussões sobre a reforma do sistema das Nações Unidas, o país defendeu reformas baseadas em evidências, capazes de ampliar a eficiência, a coerência, a responsabilização e os resultados, sem comprometer os mandatos e as capacidades das organizações.

Diante da proposta de fusão entre ONU Mulheres e UNFPA, o Canadá declarou não estar, naquele momento, em condições de apoiá-la, argumentando que as decisões deveriam considerar cuidadosamente riscos, benefícios, continuidade operacional e capacidade de resposta às mulheres e meninas. O país manifestou, contudo, disposição para trabalhar na construção de alternativas que promovam maior coerência e eficiência no sistema das Nações Unidas, preservando os mandatos das agências e minimizando riscos e impactos negativos.

- **Bulgária**

A Bulgária reafirmou seu apoio à ONU Mulheres e ao seu mandato triplo, destacando a importância da organização para traduzir compromissos globais em ações nacionais, fortalecer a coordenação no sistema das Nações Unidas e apoiar organizações lideradas por mulheres e da sociedade civil. A manifestação reconheceu avanços na promoção da igualdade de gênero, mas chamou atenção para um cenário internacional marcado por conflitos, incertezas econômicas, crises relacionadas ao clima e pressões sobre o sistema multilateral, além do retrocesso nos direitos das mulheres e da redução do espaço e dos recursos disponíveis para organizações de mulheres. O país também destacou a participação significativa de mulheres jovens e o uso responsável da tecnologia como elementos importantes para o avanço da igualdade de gênero.

No contexto da iniciativa UN80, a Bulgária defendeu reformas capazes de ampliar a efetividade e a coerência da arquitetura das Nações Unidas para a igualdade de gênero, reconhecendo as análises sobre uma possível fusão entre ONU Mulheres e UNFPA, mas ressaltando que qualquer novo arranjo deve preservar integralmente o mandato específico e a função normativa da organização. Por fim, enfatizou a importância de financiamento previsível e flexível, especialmente para garantir a atuação da organização em contextos humanitários e de crise.

- **Espanha — declaração conjunta**

Em declaração conjunta, em nome de Austrália, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Islândia, Irlanda, Japão, Países Baixos, Luxemburgo, Malta, Mônaco, Montenegro, Nova Zelândia, Noruega, República da Coreia, Espanha, Suécia, Suíça, Türkiye, Reino Unido e União Europeia, na condição de doadora, os países reafirmaram seu apoio à iniciativa UN80 e defenderam uma reforma do sistema das Nações Unidas orientada por maior coerência, complementaridade e impacto, em consonância com as prioridades dos países e com os mandatos e funções normativas acordados pelos Estados-Membros. Destacaram a importância de informações oportunas, robustas e baseadas em evidências, bem como de processos inclusivos e transparentes para a participação dos Estados nas discussões sobre a reforma.

Em relação à ONU Mulheres e ao UNFPA, manifestaram apoio à busca por maior cooperação, alinhamento e eficiência institucional e operacional, mas ressaltaram que a preservação e a plena implementação dos mandatos distintos de ambas as organizações devem constituir um princípio orientador de qualquer reforma. A declaração enfatizou que as mudanças devem ser avaliadas não apenas por critérios de eficiência, mas também por seus efeitos concretos sobre mulheres, meninas, jovens e populações em situação de vulnerabilidade, especialmente diante do contexto de crescente resistência à igualdade de gênero, ao empoderamento das mulheres e à saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos. Os países declararam-se abertos a alternativas que apresentem evidências de valor agregado, viabilidade, custo-efetividade e impacto positivo na implementação, desde que os mandatos e as funções normativas essenciais sejam preservados.

- **República da Moldávia**

A República da Moldávia reafirmou seu apoio ao mandato e à atuação da ONU Mulheres, destacando os resultados da cooperação com o escritório da organização no país para o fortalecimento do marco legal e institucional, a ampliação da participação política das mulheres, o enfrentamento da violência contra as mulheres e a promoção do empoderamento econômico. Entre os avanços apresentados, destacaram a adoção de uma cota de 40% de gênero, associada à ampliação da representação feminina no Parlamento, além de iniciativas de formação e desenvolvimento de lideranças que alcançaram mais de 2.500 mulheres, incluindo mulheres ciganas e mulheres com deficiência. O enfrentamento da violência contra as mulheres permanece como prioridade, com a implementação da Convenção de Istambul, a criação de uma agência nacional específica e reformas legislativas relacionadas à violência digital, casamento forçado e feminicídio, além da expansão de serviços centrados nas sobreviventes de violência sexual.

A manifestação também ressaltou iniciativas de empoderamento econômico que beneficiaram mais de 10 mil mulheres e a adesão de empresas aos Princípios de Empoderamento das Mulheres. No âmbito da agenda de Mulheres, Paz e Segurança, a Moldávia

destacou a contribuição da ONU Mulheres para a resposta humanitária decorrente da invasão em larga escala da Ucrânia pela Rússia, incluindo o apoio a organizações de mulheres, refugiadas e comunidades anfitriãs. Apesar dos avanços, o país reconheceu a permanência de desafios relacionados aos estereótipos de gênero, desigualdades econômicas e ameaças no ambiente digital, reafirmando a importância de políticas efetivas, programas direcionados e cooperação internacional.

- **República da Coréia**

A República da Coreia apresentou uma posição favorável à análise de alternativas à proposta de fusão entre ONU Mulheres e UNFPA, defendendo que opções como maior coordenação, ações conjuntas e interoperabilidade entre as organizações sejam consideradas de forma efetiva. Segundo a manifestação, essas alternativas podem ampliar os resultados nos países, preservando os mandatos distintos das duas entidades e, simultaneamente, reduzindo custos, riscos e tempo de implementação.

O país ressaltou que o processo de reforma deve permanecer conduzido pelos Estados-Membros e fundamentado em evidências, com decisões devidamente avaliadas e orçadas e tomadas de forma gradual, a partir dos acordos já estabelecidos. A Coreia também enfatizou a necessidade de garantir a continuidade da atuação da agência, incluindo o apoio às organizações de defesa dos direitos das mulheres, a transversalização de gênero no sistema das Nações Unidas e a preservação dos recursos flexíveis e essenciais para o cumprimento de seu mandato.

- **Ucrânia**

A Ucrânia manifestou apoio à agenda de reforma do Secretário-Geral e aos objetivos da iniciativa UN80, reconhecendo a necessidade de aumentar a eficiência do sistema das Nações Unidas, evitar duplicidades e utilizar seus recursos de forma mais efetiva. Ao mesmo tempo, ressaltou que qualquer mudança estrutural ou nos métodos de trabalho deve ser conduzida com cautela e não pode comprometer a capacidade das entidades da ONU de cumprir os mandatos atribuídos pelos Estados-Membros.

A declaração enfatizou particularmente a importância da ONU Mulheres diante dos impactos desproporcionais dos conflitos, deslocamentos e crises humanitárias sobre mulheres e meninas. No contexto da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, foram destacados os deslocamentos forçados, a violência sexual relacionada ao conflito e outras violações graves, mas também o protagonismo das mulheres nas Forças Armadas, nas instituições públicas, nas comunidades, na economia e nos esforços de recuperação do país. A Ucrânia informou ainda a adoção de seu terceiro Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança, com vigência até 2030, e ressaltou os esforços para incorporar a igualdade de gênero nos processos de recuperação e reconstrução, além de garantir apoio, justiça e reparação às sobreviventes de violência sexual relacionada ao conflito. Nesse sentido, defendeu que as discussões sobre a UN80 não resultem em mudanças que reduzam a capacidade de resposta às consequências da guerra e aos desafios enfrentados por mulheres e meninas.

- **Bahrein**

O Bahrein reafirmou seu compromisso com o fortalecimento das estruturas institucionais voltadas à promoção da mulher, destacando a atuação do Conselho Supremo para as Mulheres e seus esforços para consolidar as conquistas das mulheres e ampliar sua participação em posições de liderança e nos processos de tomada de decisão. No âmbito internacional, ressaltou a parceria com a *UN Women* por meio do Prêmio Princesa Sabeeka bint

Ibrahim Al Khalifa para o Empoderamento das Mulheres, cuja terceira edição, em 2026, registrou participação de 1.074 entidades de 47 países.

No contexto da iniciativa UN80, o país considerou o processo de reforma uma oportunidade para ampliar a eficiência, a efetividade e a integração do sistema das Nações Unidas, reduzir duplicidades e otimizar o uso de recursos. Defendeu, contudo, que as reformas sejam conduzidas de maneira gradual, fundamentada em evidências e com ampla consulta aos Estados-Membros, reconhecendo seu papel central na orientação e na tomada de decisões sobre o processo. O Bahrein também apoiou a análise de diferentes alternativas para ampliar a coordenação, a integração e a eficiência, desde que seja preservado o mandato, a expertise especializada, as capacidades e a continuidade das atividades da agência, considerando os efeitos de cada alternativa sobre os recursos, os resultados e o valor agregado da organização.

- **México**

O México reafirmou seu compromisso com a igualdade substantiva, a autonomia das mulheres e meninas e o reconhecimento de sua diversidade, articulando suas políticas públicas nacionais à sua política externa feminista. A manifestação destacou um cenário internacional marcado pela redução de recursos, retrocessos nos direitos das mulheres e meninas e impactos desproporcionais das crises sobre populações em situação de discriminação e exclusão, ressaltando que democracia, segurança, desenvolvimento sustentável e direitos humanos não podem ser plenamente alcançados quando as mulheres e meninas são deixadas para trás.

Nesse contexto, o país defendeu o fortalecimento da ONU Mulheres e a preservação de sua capacidade de atuação e de seu mandato. Embora apoie a iniciativa ONU80 e o objetivo de tornar as Nações Unidas mais eficazes e eficientes, o México afirmou que, diante das informações disponíveis, não existem condições para apoiar uma possível fusão entre UNFPA e ONU Mulheres, especialmente em um contexto de crescente polarização em torno da igualdade de gênero e dos direitos sexuais e reprodutivos. O país defendeu o aprofundamento da coordenação entre as organizações, a racionalização de funções administrativas e a ampliação de serviços compartilhados, mas sem comprometer seus mandatos ou sua especialização. Por fim, ressaltou que qualquer reforma deve demonstrar claramente seus benefícios e implicações no nível nacional e ser orientada pela capacidade de ampliar o exercício pleno dos direitos por mulheres e meninas.

- **Japão**

O Japão reafirmou seu apoio aos objetivos e aos esforços em curso da iniciativa UN80, destacando sua posição como parceiro de longa data da *UN Women*. Em relação ao processo de reforma, o país valorizou os esforços da Secretaria da organização para manter os Estados-Membros informados e disponibilizar evidências e análises sobre a possível fusão entre ONU Mulheres e UNFPA, bem como sobre opções alternativas. A manifestação ressaltou que uma reforma efetiva deve ser orientada por análises objetivas e baseadas em evidências, com avaliação cuidadosa dos benefícios e custos das diferentes alternativas em discussão.

O país enfatizou, ainda, que os mandatos originais de ambas as organizações devem ser integralmente preservados em qualquer opção considerada. A declaração também destacou o compromisso japonês com a implementação da agenda de Mulheres, Paz e Segurança, reconhecendo o papel relevante da ONU Mulheres tanto em sua atuação na sede quanto na linha de frente e considerando a organização uma parceira importante para o avanço dessa

agenda. Como membro do Conselho Executivo, o Japão reafirmou sua disposição de continuar trabalhando conjuntamente com a ONU Mulheres para o fortalecimento de seu mandato.

- **França**

A França reafirmou seu pleno apoio ao mandato triplo da ONU Mulheres e destacou a importância de sua atuação na promoção da igualdade de gênero e dos direitos das mulheres e meninas. O país ressaltou que a proteção e a promoção desses direitos são fundamentais para a construção de sociedades justas, pacíficas, prósperas e sustentáveis, relacionando esse compromisso à adoção de uma política externa feminista e de um novo Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança. Nesse contexto, destacou também o apoio financeiro à atuação da ONU Mulheres em campo, incluindo no Líbano, onde a organização contribui para a implementação da agenda de Mulheres, Paz e Segurança.

No âmbito da reforma do sistema das Nações Unidas, a França manifestou apoio à iniciativa UN80 e aos esforços de racionalização conduzidos pela ONU Mulheres, defendendo uma reforma capaz de ampliar a efetividade e a visibilidade da ação multilateral em favor da igualdade de gênero e da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos. Em relação à proposta de fusão entre ONU Mulheres e UNFPA, com mandatos considerados inalterados, a França avaliou que a iniciativa deve contribuir para esse objetivo, mas ressaltou que a decisão deve ser fundamentada em elementos objetivos e devidamente documentados, com análise rigorosa das implicações técnicas e financeiras dos diferentes cenários. Ao mesmo tempo, defendeu que algumas medidas de aproximação entre as duas agências podem ser implementadas desde já, com o objetivo de articular melhor seus trabalhos e ampliar suas sinergias, sem antecipar uma decisão definitiva sobre a fusão. Assim, a França combina apoio à dinâmica de reforma e à maior integração entre as organizações com a defesa de uma avaliação criteriosa dos diferentes cenários antes da decisão final pela Assembleia Geral.

- **Rússia**

A Federação Russa reconheceu os esforços da ONU Mulheres para apresentar informações sobre a proposta de fusão com o UNFPA e sobre as alternativas em discussão, mas considerou que permanecem questões relevantes sem resposta. Entre os pontos levantados, destacou dúvidas sobre o mandato e o alcance de uma eventual nova estrutura, a preservação da expertise específica da agência em igualdade de gênero e empoderamento das mulheres, o financiamento da reforma e a composição do eventual novo órgão de governança. O país ressaltou que essas questões não poderiam ser resolvidas durante o próprio processo de implementação, pois seriam fundamentais para que os Estados-Membros pudessem tomar uma decisão adequada.

Em relação às alternativas à fusão, também considerou insuficientes as informações disponíveis, destacando a necessidade de discussão e decisão em âmbito intergovernamental e de maior esclarecimento sobre os riscos, benefícios e formas de implementação das diferentes opções. A manifestação enfatizou que os Conselhos Executivos das organizações devem desempenhar papel central em qualquer processo de reforma e que propostas de ampliação de "sinergias" entre ONU Mulheres e UNFPA devem ser submetidas à negociação entre os Estados. Por fim, a Rússia defendeu um processo aberto e cuidadoso de discussão entre os Conselhos Executivos e os demais Estados interessados e afirmou que, até que essas questões sejam esclarecidas, não está preparada para apoiar nenhuma das opções de reforma apresentadas.

- **Canadá — declaração conjunta**

Em declaração conjunta, apresentada em nome de Bélgica, Brasil, Cabo Verde, Canadá, Chile, República Democrática do Congo, Islândia, Países Baixos, Nova Zelândia, República da Coreia, Espanha, Suécia, Suíça e Uruguai, os países reafirmaram seu forte apoio à agenda de reforma do Secretário-Geral e aos objetivos da iniciativa UN80, especialmente no que se refere ao fortalecimento da efetividade, coerência, eficiência e impacto do sistema das Nações Unidas.

Após analisar as informações adicionais apresentadas pelo Secretário-Geral, pela ONU Mulheres e pelo UNFPA, incluindo a avaliação de alternativas à fusão, os países destacaram que os benefícios esperados da proposta de fusão não haviam sido suficientemente demonstrados em relação aos riscos associados e, portanto, declararam-se impossibilitados de apoiá-la na forma atualmente apresentada.

Ao mesmo tempo, reconheceram potencial nas alternativas identificadas pelas organizações, que poderiam fortalecer a coordenação, ampliar a eficiência e as sinergias, inclusive em áreas como o enfrentamento da violência contra mulheres e meninas, preservando a integridade dos mandatos específicos das agências, a responsabilização, a continuidade operacional e a prestação de serviços. Nesse sentido, incentivaram a ONU Mulheres e o UNFPA a avançarem na análise e implementação de medidas alternativas, incluindo aquelas voltadas ao fortalecimento da coordenação da governança e da atuação nos países, mantendo os Conselhos Executivos regularmente informados. A manifestação reforçou, por fim, que a reforma deve ser compreendida como um meio para fortalecer a capacidade das Nações Unidas de cumprir seus mandatos, e não como um objetivo em si, defendendo soluções práticas e baseadas em evidências que contribuam para um sistema mais forte, efetivo e coordenado, capaz de promover a igualdade de gênero e produzir resultados para todas as mulheres e meninas.

- **Estados Insulares do Pacífico — declaração conjunta**

Em declaração conjunta, apresentada por Fiji em nome dos 12 Estados Insulares em Desenvolvimento do Pacífico — Estados Federados da Micronésia, Kiribati, Nauru, Palau, Papua-Nova Guiné, República das Ilhas Marshall, Samoa, Ilhas Salomão, Tonga, Tuvalu, Vanuatu e Fiji — os países manifestaram apoio aos objetivos da iniciativa UN80 e à busca por um sistema das Nações Unidas mais eficiente, coerente e adequado às necessidades contemporâneas. A declaração destacou, contudo, as especificidades dos pequenos Estados insulares e a importância da continuidade institucional e da capacidade dedicada da ONU Mulheres na região.

Os países ressaltaram avanços na incorporação da igualdade de gênero às políticas nacionais de clima, incluindo a referência explícita ao gênero nas contribuições nacionalmente determinadas e a utilização de pesquisas sobre gênero e meio ambiente para produzir evidências sobre os impactos diferenciados das mudanças climáticas sobre mulheres e homens. Também destacaram o papel da ONU Mulheres na produção de dados desagregados por gênero, na coordenação dos compromissos de igualdade de gênero no sistema das Nações Unidas nos países e na articulação das organizações de mulheres do Pacífico com processos de formulação de políticas nacionais, regionais e globais.

Em relação à possível fusão entre UNFPA e ONU Mulheres e às alternativas de maior alinhamento e colaboração, os países defenderam que qualquer decisão seja orientada pelo impacto demonstrado sobre mulheres e meninas, e não apenas por considerações

institucionais, reconhecendo as implicações de ambas as alternativas para a igualdade de gênero e a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos no nível nacional. Também defenderam a participação adequada dos países beneficiários nos debates antes de decisões estruturais e ressaltaram que reformas não podem substituir recursos essenciais adequados e previsíveis, devendo eventuais ganhos de eficiência ser reinvestidos na implementação nos países, especialmente nas regiões com menor disponibilidade de recursos.

- **Fiji**

Na manifestação em sua capacidade nacional, Fiji reforçou integralmente a declaração apresentada em nome dos Estados Insulares em Desenvolvimento do Pacífico, acrescentando uma posição específica sobre a reforma da ONU Mulheres. O país destacou que qualquer mudança deve fortalecer, e não enfraquecer, a capacidade de atuação em nível nacional, preservando o mandato normativo, de coordenação e operacional da organização, bem como sua liderança, responsabilização e capacidade de defesa autônoma dos direitos das mulheres e meninas.

Em relação aos dois caminhos atualmente em discussão — a fusão estrutural com o UNFPA ou o fortalecimento do alinhamento e da colaboração entre as organizações — Fiji declarou não assumir posição neste momento. Defendeu, contudo, que nenhuma das alternativas seja adotada antes que os países beneficiários tenham oportunidade efetiva de analisar as evidências e avaliar suas consequências para a implementação nos territórios. A partir de sua experiência como pequeno Estado insular atendido por um Escritório Multipaís, o país ressaltou que modelos de eficiência concebidos para grandes operações nacionais não necessariamente se aplicam a contextos insulares, sendo essencial preservar o apoio técnico e programático previsível nos países e a articulação com organizações de mulheres.

Fiji também reiterou a importância de recursos centrais previsíveis, adequados e flexíveis, especialmente para contextos subfinanciados como o Pacífico, defendendo que eventuais ganhos decorrentes da reforma sejam reinvestidos no fortalecimento da implementação em nível nacional, e não apenas utilizados para compensar déficits de financiamento da estrutura central.

- **Ruanda**

Ruanda reafirmou seu alinhamento à declaração apresentada em nome do Grupo Africano e reconheceu os esforços da ONU Mulheres e do UNFPA para ampliar as informações e análises sobre as alternativas em discussão no âmbito da iniciativa UN80. O país destacou que a avaliação de qualquer proposta de reforma deve considerar seus efeitos sobre os mandatos das duas organizações e, sobretudo, sua capacidade de atuação em nível nacional. Defendeu que as discussões sobre uma possível fusão não sejam dissociadas da agenda mais ampla de reforma da ONU, considerando também seus impactos sobre a presença nos países e regiões, o acesso à expertise e o financiamento. O país enfatizou o papel central dos Estados-Membros no processo e a necessidade de consultas regulares e de compartilhamento antecipado das informações para permitir sua adequada análise.

Em relação às alternativas à fusão, apoiou a continuidade da exploração de opções voltadas ao fortalecimento da atuação conjunta nos países e da colaboração operacional, enquanto novas evidências são produzidas para subsidiar eventual decisão sobre mudanças estruturais. O país também considerou pertinente examinar mecanismos de governança compartilhada, incluindo a possibilidade de um Conselho Executivo comum, desde que sejam

preservados os mandatos distintos, a expertise técnica e as responsabilidades operacionais de cada organização. Por fim, ressaltou que qualquer arranjo institucional deve ser avaliado a partir de sua capacidade de fortalecer a implementação, a responsividade e o impacto nos países beneficiários, e não apenas por seus efeitos sobre as estruturas institucionais.

- **Alemanha**

A Alemanha reafirmou a importância de uma arquitetura robusta das Nações Unidas para a igualdade de gênero, especialmente diante dos desafios crescentes aos direitos das mulheres e meninas, destacando a igualdade de gênero como um direito humano e condição para o desenvolvimento sustentável e a paz. O país reconheceu o papel central da ONU Mulheres na condução dessa agenda no sistema das Nações Unidas e defendeu a realização de reformas capazes de tornar a organização mais efetiva. Nesse contexto, manifestou apoio à exploração de alternativas para ampliar o alinhamento entre ONU Mulheres e UNFPA, destacando o potencial de um planejamento integrado em nível nacional para combinar capacidades de implementação e ampliar o impacto das ações.

Diferentemente de países que se posicionaram contrariamente à fusão neste momento, a Alemanha considerou que formas mais profundas de integração devem permanecer entre as possibilidades em análise, incluindo uma eventual recomendação futura do Conselho Executivo sobre a proposta de fusão. Ao mesmo tempo, ressaltou que qualquer modelo adotado deve preservar os mandatos das organizações e resultar em um sistema das Nações Unidas mais coerente e efetivo, com melhores resultados para mulheres e meninas nos países. Por fim, reafirmou seu compromisso com a incorporação da igualdade de gênero e do princípio de não deixar ninguém para trás na agenda de desenvolvimento sustentável pós-2030.

- **Espanha**

A Espanha reafirmou seu apoio ao processo de reforma impulsionado pelo Secretário-Geral e à construção de uma ONU mais eficaz, coerente e integrada, especialmente em nível nacional. Ao mesmo tempo, defendeu que reformas estruturais sejam baseadas em evidências, demonstrem valor agregado e preservem e fortaleçam os mandatos atribuídos pelos Estados-Membros a cada organização. Em relação à possível fusão entre a ONU Mulheres e o UNFPA, o país foi explícito ao considerar que, nas circunstâncias atuais, não há justificativa suficiente para avançar com uma fusão institucional, diante das diferenças entre os mandatos, modelos operacionais e capacidades das entidades e dos riscos identificados sem demonstração de melhores resultados para mulheres e meninas.

Como alternativa, o país defendeu o aprofundamento da cooperação entre as duas organizações, com maior integração e colaboração em nível nacional, programação conjunta quando houver valor agregado, atuação articulada no enfrentamento da violência contra mulheres e meninas e na produção de dados relacionados ao ODS 5, além de interoperabilidade, serviços compartilhados e mecanismos de coordenação. Para o país, essa abordagem permite avançar nos objetivos de eficiência e integração da UN80 sem comprometer os mandatos específicos e as vantagens comparativas de cada entidade. A Espanha também ressaltou o papel central dos Estados-Membros e dos respectivos Conselhos Executivos, defendendo que qualquer futura alteração da arquitetura institucional seja sustentada por evidências e examinada pelos órgãos de governança competentes antes de eventual decisão da Assembleia Geral.

- **Reino Unido**

O Reino Unido reafirmou seu forte apoio à ONU Mulheres e ao seu mandato, destacando a importância da organização em um contexto marcado por conflitos, crises humanitárias e redução do espaço cívico, que afetam desproporcionalmente mulheres e meninas. O país ressaltou seu compromisso com a promoção da igualdade de gênero, a defesa dos direitos das mulheres, a participação e liderança feminina e o enfrentamento da violência contra mulheres e meninas e da violência sexual. No âmbito da iniciativa UN80, manifestou apoio à reforma do sistema das Nações Unidas como oportunidade para ampliar seu impacto e efetividade, destacando a necessidade de aprimorar a atuação em nível nacional, fortalecer as equipes de país e ampliar o uso de serviços compartilhados, tecnologia e dados.

Em relação às mudanças institucionais, o Reino Unido enfatizou que qualquer reforma deve preservar os mandatos conferidos pelos Estados-Membros às organizações e manifestou-se, juntamente com outros países, pela manutenção dos mandatos distintos de saúde e direitos sexuais e reprodutivos e de igualdade de gênero. Também ressaltou a necessidade de minimizar interrupções nas operações, mitigar riscos e proteger mecanismos de responsabilização, especialmente em contextos frágeis. Quanto à possibilidade de fusão, defendeu que qualquer decisão seja baseada em evidências robustas e transparência sobre os custos de transição, os ganhos de eficiência e as implicações para o financiamento futuro, garantindo aos Estados-Membros tempo e condições adequadas para analisar as evidências e influenciar as propostas. A posição britânica, portanto, combina forte apoio à reforma e à busca de maior eficiência sistêmica com uma defesa clara da preservação dos mandatos específicos e da avaliação rigorosa de qualquer proposta de fusão.

- **Países Baixos**

Os Países Baixos reafirmaram a importância do mandato triplo da ONU Mulheres — normativo, de coordenação e operacional — destacando seu papel na formulação de normas e padrões internacionais, na coordenação do sistema das Nações Unidas e na produção de resultados concretos nos países. Em um contexto de persistência das desigualdades de gênero e de crescente resistência aos direitos de mulheres e meninas, o país ressaltou a necessidade de garantir recursos previsíveis, flexíveis e sustentáveis para que a organização possa cumprir suas funções, manifestando apoio ao financiamento central, de qualidade e plurianual.

No âmbito da iniciativa UN80, os Países Baixos consideraram a reforma uma oportunidade para tornar o sistema de desenvolvimento das Nações Unidas mais adequado aos desafios atuais e apoiaram a participação da ONU Mulheres nos diferentes processos de reforma, incluindo a reorganização das equipes de país, a reestruturação regional, o acesso sob demanda à expertise e a unificação de serviços. Em relação à possível fusão entre ONU MUlheres e UNFPA, o país afirmou que não há evidências suficientes de que uma fusão integral preservaria os mandatos distintos das organizações e, por isso, não está em condições de apoiá-la na forma apresentada. Ao mesmo tempo, reconheceu alternativas promissoras para ampliar a colaboração entre as duas entidades e melhorar os resultados para mulheres e meninas, valorizando a continuidade do diálogo entre os Estados-Membros e as organizações.

- **Nova Zelândia**

A Nova Zelândia reafirmou seu apoio à ONU Mulheres e ao seu mandato triplo, destacando a importância de sua liderança normativa, do fortalecimento dos sistemas nacionais, do apoio às organizações e movimentos de mulheres e das abordagens conduzidas localmente, especialmente em contextos frágeis e afetados por crises. O país ressaltou ainda a

relevância da atuação da organização no Pacífico, onde mulheres e meninas enfrentam desafios relacionados às mudanças climáticas, vulnerabilidade econômica, baixa representação política e violência baseada em gênero.

No âmbito da iniciativa UN80, a Nova Zelândia manifestou forte apoio à reforma do sistema de desenvolvimento das Nações Unidas, defendendo maior foco, eficiência e coordenação, sem que a igualdade de gênero seja deslocada da agenda do sistema. Em relação à possível fusão entre ONU Mulheres e UNFPA, afirmou que não está convencida de que existam evidências suficientes de que os ganhos de eficiência superariam os riscos associados, além de considerar insuficientemente demonstrada a preservação dos mandatos distintos, das funções normativas e das vantagens comparativas das duas organizações. Por isso, apoiou a continuidade da análise de alternativas capazes de ampliar a coordenação, a eficiência e o impacto, preservando as características e os mandatos específicos de ambas. Por fim, destacou a importância do financiamento central para a manutenção da atuação normativa da ONU Mulheres e incentivou o apoio por meio de financiamento de qualidade.

Referência

United Nations. Journal of the United Nations: Executive Board of UN Women, second regular session 2026: statements [Internet]. New York: United Nations; 2026 Sep 9 [cited 2026 Sep 10]. Available from: https://journal.un.org/en/new-york/meeting/officials/05bd1aac-6d73-46d7-9980-8380fae374c9/2026-09-09/statements

Dez argumentos a favor do investimento na prevenção da gravidez na adolescência

Diez Argumentos por la inversión en prevención del Embarazo adolescente

Ten Arguments for Investing in the Prevention of Adolescent Pregnancy

Federico Tobar e Sebastián Tobar

Resumo: Prevenir a gravidez na adolescência é um investimento altamente rentável que acelera o crescimento econômico, reduz a pobreza intergeracional e diminui gastos públicos. A evidência mostra que as intervenções — especialmente educação sexual integral e acesso a métodos modernos — são eficazes, custo-efetivas e sustentadas por modelos robustos de planejamento. Além de melhorar indicadores de saúde materna e infantil, a prevenção tem forte impacto redistributivo e ampla aprovação social, tornando-se uma política estratégica, justa e politicamente viável para países da América Latina.

Palavras-chave*:* Prevenção da gravidez; gravidez na adolescência; avaliação econômica.

Resumen: *La prevención del embarazo adolescente es una inversión altamente rentable que acelera el crecimiento económico, reduce la pobreza intergeneracional y disminuye el gasto público. La evidencia demuestra que las intervenciones —en especial la educación sexual integral y el acceso a métodos modernos— son eficaces, rentables y cuentan con el respaldo de modelos de planificación sólidos. Además de mejorar los indicadores de salud materno-infantil, la prevención tiene un fuerte impacto redistributivo y goza de amplia aprobación social, lo que la convierte en una política estratégica, justa y políticamente viable para los países latinoamericanos.*

Palabras clave: *Prevención del embarazo; embarazo en la adolescencia; evaluación económica.*

Abstract: *Preventing adolescent pregnancy is a highly profitable investment that accelerates economic growth, reduces intergenerational poverty, and lowers public spending. Evidence shows that interventions—particularly comprehensive sex education and access to modern contraceptive methods—are effective, cost-effective, and supported by robust planning models. Beyond improving maternal and child health indicators, prevention has a strong redistributive impact and enjoys broad social approval, making it a strategic, equitable, and politically viable policy for Latin American countries.*

Keywords: *Pregnancy prevention; teenage pregnancy; economic evaluation.*

A Semana da Gravidez na Adolescência na América Latina é uma campanha regional de conscientização que busca destacar os riscos e as consequências da gravidez na adolescência, bem como promover o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos dos jovens. Esta semana é celebrada na terceira semana de setembro em todos os países da América Latina e seu principal

objetivo é reduzir a incidência de gravidez na adolescência, considerada um problema de saúde pública e um desafio social.

Durante a Semana de Prevenção da Gravidez na Adolescência na América Latina e no Caribe, podemos complementar as sólidas evidências que reunimos e a defesa do discurso dos direitos humanos com argumentos que apelem a interesses econômicos e até mesmo políticos. Compartilhamos dez premissas que podem ser incorporadas a essas narrativas.

1. A Prevenção da Gravidez na Adolescência — PGA é uma das maneiras mais eficientes de acelerar o desenvolvimento econômico. Ela potencializa a concretização do dividendo demográfico e do dividendo de gênero.
2. A PGA é um dos investimentos mais poderosos para reduzir a transmissão intergeracional da pobreza. Mais de 60% das mães adolescentes se tornam avós adolescentes e mais de 70% formam ou formarão famílias pobres.
3. O retorno do investimento em prevenção pode ser superior a 40 vezes o valor investido.
4. Apenas os benefícios financeiros em torno de ganhos fiscais (redução dos gastos com assistência social e aumento da arrecadação de impostos), são maiores do que o custo de prevenir a gravidez na adolescência.
5. Tem um alto impacto redistributivo. Oitenta por cento do altíssimo custo de oportunidade da gravidez na adolescência é suportado pelas jovens mães e seus filhos. Portanto, reduzir a gravidez na adolescência não planejada é, antes de tudo, reduzir o alto custo que as jovens mães precisam pagar.
6. Manter altas Taxa Específica de Fecundidade Adolescente (TEFA) constitui um obstáculo estrutural para alcançar um crescimento sustentável a longo prazo. Nenhum país alcançou o status de alta renda com altas taxas de TEFA´s. Ao mesmo tempo, os países da América Latina se destacam na curva de TEFA em função do PIB per capita. Ou seja, registram taxas mais altas do que o esperado para seu nível de desenvolvimento.
7. Conhecemos as intervenções eficazes para reduzir a Taxa de Fecundidade Adolescente (TEFA). Sabemos como e em que medida a Educação Sexual Abrangente (ESA) pode mudar planos de vida e aumentar a adesão ao uso de métodos modernos. Conhecemos a eficácia a longo prazo de cada método.
8. Podemos calcular o custo de cada objetivo e estimar seus impactos. Temos modelos como o MEMI[1] e o MILENA[2] para planejar e simular intervenções ex ante.
9. Podemos demonstrar a alta relação custo-benefício das intervenções. Análises mostram a sensibilidade de indicadores epidemiológicos robustos, como Anos de

[1] O MEMI (Modelo de Estimativa de Metas de Impacto) é uma ferramenta desenvolvida pelo UNFPA para a América Latina e o Caribe com o objetivo de planejar e quantificar o impacto de políticas voltadas para a redução da gravidez na adolescência. https://lac.unfpa.org/es/publications/modelo-de-estimaci%C3%B3n-de-metas-de-impacto-memi

[2] O Modelo Milena é uma abordagem de intervenção para a prevenção e redução da gravidez na adolescência, desenvolvida na América Latina, que busca atuar sobre os fatores sociais, educacionais, de saúde e econômicos que condicionam a maternidade precoce. **Rodríguez Bernate, I., & Tobar, F. (2019).** *Metodología para Estimar el Impacto Económico del Embarazo y la Maternidad Adolescentes en Países de América Latina y el Caribe – MILENA 1.0*. Panamá: Fondo de Población de las Naciones Unidas (UNFPA), Oficina Regional para América Latina y el Caribe. Publicado el 1 de noviembre de 2019. https://lac.unfpa.org/es/publications/milena-1.0

Vida Saudável, Razão de Mortalidade Materna e Taxa de Mortalidade Infantil, às variações na Síndrome da Fadiga Total (TEFA). Quando os pacotes de cobertura universal de saúde são elaborados com base na carga de doenças e uma curva de Pareto é usada para priorizar intervenções, a prevenção de eventos adversos (EA) figura consistentemente entre as principais prioridades.

10. Por fim, a prevenção da gravidez na adolescência é eficaz em termos eleitorais. As respostas públicas para prevenir a gravidez na adolescência gozam de alta aprovação política, especialmente entre os jovens de ambos os sexos.

A evidência reunida demonstra que a prevenção da gravidez na adolescência não é apenas uma intervenção de saúde pública, mas um investimento estratégico com impactos profundos no desenvolvimento econômico, na redução da pobreza, na equidade social e na sustentabilidade dos sistemas de saúde. Os países da América Latina e do Caribe dispõem hoje de conhecimento, ferramentas e modelos capazes de orientar políticas eficazes e custo-efetivas, cujos benefícios se multiplicam ao longo de gerações. Além disso, trata-se de uma agenda que conta com amplo respaldo social e político, especialmente entre os jovens. Em suma, investir na prevenção da gravidez na adolescência é uma decisão inteligente, ética e economicamente vantajosa — uma condição necessária para acelerar o progresso e ampliar oportunidades para toda a sociedade.

A educação como bem comum na era da inteligência artificial

La educación como bien común en la era de la inteligencia artificial

Education as a Public Good in the Age of Artificial Intelligence

Fabiane Gaspar e Gisele Sanglard

Resumo: A edição de 2026 da UNESCO Digital Learning Week reuniu ministros da educação, especialistas, representantes do setor tecnológico, docentes e estudantes para discutir os impactos da inteligência artificial (IA) nos sistemas educacionais. O evento resultou na adoção da Declaração Ministerial: Preservando a Educação como um Bem Comum na Era da IA, documento que reafirma a educação como direito humano e bem comum diante da crescente incorporação da IA nos processos de ensino e aprendizagem. O presente informe analisa os principais temas debatidos durante o encontro, as prioridades de ação aprovadas pelos Estados participantes, os documentos preparatórios divulgados pela UNESCO e as repercussões observadas em veículos especializados. Os resultados evidenciam uma preocupação crescente com governança pública, soberania digital, proteção dos direitos dos estudantes, valorização da autonomia docente e promoção do pensamento crítico em ambientes educacionais mediados por inteligência artificial.

Palavras-chave: Inteligência Artificial; Educação Digital; Governança Educacional; UNESCO.

Resumen: *La edición 2026 de la Digital Learning Week de la UNESCO reunió a ministros de educación, especialistas, representantes de la industria tecnológica, docentes y estudiantes para debatir los impactos de la inteligencia artificial (IA) en los sistemas educativos. El evento culminó con la adopción de la Declaración ministerial: Mantener la educación como un bien común en la era de la IA, documento que reafirma la educación como derecho humano y bien común frente a la creciente incorporación de la IA en los procesos de enseñanza y aprendizaje. Este artículo analiza los principales temas debatidos, las prioridades de acción aprobadas, los documentos preparatorios publicados por la UNESCO y las repercusiones observadas en medios especializados. Los resultados muestran una preocupación creciente por la gobernanza pública, la soberanía digital, la protección de los estudiantes, la autonomía docente y el fortalecimiento del pensamiento crítico en entornos educativos mediados por inteligencia artificial.*

Palabras clave: *Inteligencia Artificial; Educación Digital; Gobernanza Educativa; UNESCO.*

Abstract: *The 2026 edition of Digital Learning Week, organized by UNESCO, brought together ministers of education, experts, technology industry representatives, teachers, and students to discuss the impact of artificial intelligence (AI) on education systems. The event culminated in the adoption of the Ministerial Statement: Sustaining Education as a Common Good in the Age of AI, which reaffirmed education as a human right and a common good amid the rapid integration of AI into teaching and learning processes. This paper examines the main themes discussed during the event, the priorities for action adopted by participating states, the background documents released by UNESCO, and the reactions observed in specialized media. The findings highlight growing concerns regarding public governance, digital sovereignty, protection of learners' rights, teacher agency, and the promotion of critical thinking in AI-mediated educational environments.*

Keywords: *Artificial Intelligence; Digital Education; Educational Governance; UNESCO.*

Introdução

A crescente incorporação da inteligência artificial nos sistemas educacionais tem provocado debates sobre os limites, oportunidades e desafios da transformação digital da educação. Ferramentas de IA generativa passaram rapidamente a integrar atividades pedagógicas, processos administrativos, avaliações e práticas de ensino, criando novos desafios para reguladores, gestores educacionais e comunidades escolares. Nesse contexto, organismos multilaterais vêm buscando estabelecer referenciais normativos que permitam conciliar inovação tecnológica, direitos humanos e qualidade da educação.

Foi nesse cenário que a UNESCO promoveu, entre 8 e 11 de setembro de 2026, a Digital Learning Week 2026, realizada em Paris sob o tema "Educação na Era da IA: Fatos |Fricções | Fronteiras" (*Education in the Age of AI: Facts | Frictions | Frontiers*). O encontro reuniu mais de mil participantes presenciais e milhares de participantes online, incluindo ministros da educação, representantes governamentais, pesquisadores, empresas de tecnologia, docentes e estudantes. O principal resultado político do evento foi a aprovação de uma declaração ministerial voltada à preservação da educação como bem comum na era da inteligência artificial.

A Digital Learning Week 2026 e o debate internacional sobre IA

Os debates promovidos pela UNESCO partiram do reconhecimento de que a inteligência artificial já opera em dimensões centrais dos sistemas educacionais, influenciando a forma como os estudantes aprendem, como os professores exercem seu julgamento profissional e como os resultados educacionais são avaliados e registrados. O documento ministerial reconhece que a IA pode ampliar o acesso à educação, apoiar estudantes com deficiência, reduzir encargos burocráticos docentes e possibilitar experiências de aprendizagem mais personalizadas. Entretanto, enfatiza que tais benefícios dependem de supervisão humana, governança adequada e preparação institucional.

A UNESCO destacou ainda que grande parte dos sistemas de IA atualmente utilizados em ambientes educacionais não foi originalmente concebida para fins pedagógicos. Trata-se, em muitos casos, de plataformas de propósito geral cujas lógicas técnicas e comerciais influenciam diretamente seu funcionamento nas escolas e universidades. Essa constatação motivou discussões sobre regulação, transparência e mecanismos de controle público.

A agenda do encontro foi estruturada em torno de três eixos centrais. O primeiro, denominado "Facts" (Fatos), tratou da produção e validação do conhecimento em um contexto marcado pela crescente disseminação de conteúdos gerados por IA. O segundo eixo, "Frictions" (Fricções), explorou os impactos da tecnologia sobre os métodos de avaliação, a integridade acadêmica e as práticas docentes. O terceiro, "Frontiers" (Fronteiras), concentrou-se em temas emergentes relacionados à soberania digital, IA de interesse público e novas formas de governança tecnológica.

A Declaração Ministerial e as prioridades de ação

O principal resultado do encontro foi a adoção da *Declaração Ministerial: Preservando a Educação como um Bem Comum na Era da IA*, aprovada por representantes de mais de vinte países. O documento reafirma que a educação constitui um direito humano e um bem comum, cuja finalidade pública deve ser preservada diante dos avanços tecnológicos. A declaração

reconhece a relevância de instrumentos internacionais anteriores, incluindo a Recomendação sobre a ética da inteligência artificial (2021), o Consenso de Pequim sobre Inteligência Artificial na Educação (2019) e as estruturas de competências em IA para estudantes e professores desenvolvidas pela UNESCO.

> *A Declaração Ministerial é um apelo veemente à defesa do interesse público, do pensamento crítico, da autonomia dos professores e da solidariedade. A forma como integramos a IA na educação é uma questão de decisão pública e de prestação de contas ao público.*
>
> **Qun Chen** — Diretor-Geral Adjunto da UNESCO para a Educação

Entre as prioridades estabelecidas destaca-se a defesa de mecanismos de supervisão pública sobre sistemas de IA utilizados na educação, inclusive quando disponibilizados gratuitamente por empresas privadas. O documento recomenda que essas tecnologias sejam auditáveis, transparentes e submetidas a mecanismos de prestação de contas.

Outra prioridade consiste na promoção do pensamento crítico. A declaração propõe o desenvolvimento de sistemas que estimulem raciocínio, reflexão e elaboração intelectual por parte dos estudantes, evitando a substituição de processos cognitivos essenciais por respostas automatizadas. Paralelamente, os ministros defenderam investimentos na formação de professores e estudantes para o uso crítico e responsável da inteligência artificial.

O documento também enfatiza a valorização da autonomia docente, afirmando que professores devem participar das decisões relacionadas à adoção de tecnologias educacionais. Segundo a declaração, a IA deve funcionar como ferramenta de apoio ao trabalho pedagógico, e não como substituta da atuação profissional dos educadores.

Outros compromissos incluem a proteção dos estudantes, a promoção da equidade digital, o fortalecimento das capacidades regulatórias dos Estados, a busca por maior soberania tecnológica e a ampliação da participação social nos processos de governança da inteligência artificial aplicada à educação.

Documentos preparatórios e produção de conhecimento

Além da declaração ministerial, a UNESCO lançou um conjunto de documentos técnicos destinados a subsidiar a formulação de políticas públicas. Os materiais discutem questões relacionadas à segurança da IA, soberania digital, contratação de plataformas tecnológicas, modelos de financiamento, adequação etária dos sistemas e mecanismos de governança.

Também foi apresentado o documento de referência intitulado Preservando a Educação como Bem Comum na Era da IA: Argumentos a favor de uma governança deliberada, que serviu de base conceitual para os debates ministeriais. De acordo com a UNESCO, as contribuições recolhidas durante o evento permanecerão em consulta pública e serão consolidadas em futuras publicações orientadas à formulação de políticas educacionais.

Paralelamente, a organização divulgou novos dados sobre tendências da inteligência artificial no ensino superior obtidos por meio de sua rede internacional de cátedras universitárias. Os resultados apresentados indicam que a adoção da IA tem avançado mais rapidamente do que o desenvolvimento de políticas institucionais e mecanismos regulatórios.

Repercussão e observações da sociedade civil e da imprensa

A cobertura realizada por veículos especializados em educação destacou a tentativa da UNESCO de consolidar uma abordagem centrada no interesse público para a governança da inteligência artificial. As análises publicadas enfatizaram especialmente os debates sobre soberania digital, segurança dos sistemas de IA, formação docente e desenvolvimento de estruturas de responsabilização pública.

Observou-se também apoio à preocupação da UNESCO quanto à ausência de marcos regulatórios robustos no setor educacional. Relatos sobre o evento destacaram dados apresentados durante a semana indicando que muitas instituições educacionais ainda não dispõem de políticas formais para o uso de IA generativa, cenário que reforça os argumentos da organização em favor de uma governança mais estruturada.

Nas informações examinadas não foram identificadas manifestações formais de organizações não governamentais contestando a declaração ministerial. As referências consultadas apontam predominantemente apoio às iniciativas da UNESCO voltadas à regulação, transparência, proteção de estudantes e fortalecimento das capacidades institucionais para lidar com a rápida transformação tecnológica no setor educacional.

Considerações finais

A Digital Learning Week 2026 consolidou a posição da UNESCO em favor de uma incorporação da inteligência artificial orientada pelo interesse público e pelos direitos humanos. A declaração ministerial adotada pelos países participantes procura responder aos desafios associados à rápida disseminação de sistemas inteligentes na educação, enfatizando a necessidade de supervisão pública, autonomia docente, equidade digital e desenvolvimento do pensamento crítico.

Os documentos produzidos durante o evento evidenciam uma tendência de fortalecimento da governança internacional da IA em educação, articulando preocupações com soberania tecnológica, transparência algorítmica e proteção dos direitos dos estudantes. Mais do que promover ou restringir a adoção da inteligência artificial, a proposta apresentada pela UNESCO busca assegurar que o uso dessas tecnologias permaneça subordinado aos objetivos educacionais, sociais e éticos estabelecidos pelos sistemas públicos de ensino.

Referências

UNESCO. *Education in the age of AI: Ministerial statement to be adopted at UNESCO's Digital Learning Week*. Paris: UNESCO, 2026. Disponível em: https://www.unesco.org/en/articles/education-age-ai-ministerial-statement-be-adopted-unescos-digital-learning-week. Acesso em: 10 set. 2026.

UNESCO. *Education Ministers call for education to remain a common good in the age of AI at UNESCO's Digital Learning Week*. Paris: UNESCO, 9 set. 2026. Disponível em: https://www.unesco.org/en/articles/education-ministers-call-education-remain-common-good-age-ai-unescos-digital-learning-week. Acesso em: 10 set. 2026.

UNESCO. *Ministerial Statement: Sustaining Education as a Common Good in the Age of AI*. Paris: UNESCO, 2026. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000399360. Acesso em: 10 set. 2026.

PUBLIC NOW. *Education Ministers call for education to remain a common good in the age of AI at UNESCO's Digital Learning Week*. 9 set. 2026. Disponível em: https://www.publicnow.com/view/059AC144063DFB85D6A252F2361EE538720708D7. Acesso em: 10 set. 2026.

WINS SOLUTIONS. *UNESCO's Digital Learning Week 2026 to adopt AI education statement*. 9 set. 2026. Disponível em: https://www.winssolutions.org/unesco-digital-learning-week-ai-statement/. Acesso em: 10 set. 2026.

FIRAT. *UNESCO Digital Learning Week 2026 opens with global push to put AI in classrooms on a policy footing*. 8 set. 2026. Disponível em: https://firat.rw/articles/unesco-digital-learning-week-2026-opens-with-global-push-to-put-ai-in-classrooms-on-a-policy-footing. Acesso em: 10 set. 2026.

As questões críticas, emergentes e persistentes da segurança alimentar e nutricional global segundo o HLPE/FAO

Los retos críticos, emergentes y persistentes de la seguridad alimentaria y nutricional mundial según el HLPE/FAO

Critical, emerging, and persistent issues in global food and nutrition security, according to the HLPE/FAO

Eduardo Nilson, Felipe Neves e Denise Oliveira e Silva

Resumo: Neste informe, discutimos as questões críticas, emergentes e persistentes na agenda de segurança alimentar e nutricional global segundo o Painel de Especialistas de Alto Nível (HLPE-FSN 2026) do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA/FAO) e os desdobramentos da agenda na 81ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), bem como as discussões recentes sobre a direção do Programa Mundial de Alimentos e suas possíveis implicações na agenda global de enfrentamento da fome.

Resumen: *En este informe, analizamos los temas críticos, emergentes y persistentes en la agenda mundial de seguridad alimentaria y nutricional según el Panel de Expertos de Alto Nivel (HLPE-FSN 2026) del Comité de Seguridad Alimentaria Mundial (CSA/FAO) y los avances de la agenda en la 81.ª Asamblea General de las Naciones Unidas (AGNU), así como los debates recientes sobre la dirección del Programa Mundial de Alimentos y sus posibles implicaciones en la agenda global para combatir el hambre.*

Abstract: *In this report, we discuss the critical, emerging, and persistent issues on the global food and nutrition security agenda as identified by the High-Level Panel of Experts (HLPE-FSN 2026) of the Committee on World Food Security (CFS/FAO) and the developments regarding the agenda at the 81st United Nations General Assembly (UNGA), as well as recent discussions on the direction of the World Food Program and its potential implications for the global agenda to combat hunger*

Introdução

A segurança alimentar e nutricional (SAN) global atravessa um momento crítico de inflexão. A proximidade de 2030 torna evidente o descompasso entre os compromissos da Agenda de Desenvolvimento Sustentável e a realidade dos indicadores de acesso a alimentos saudáveis. Os obstáculos ao cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2 não são meros percalços conjunturais. Eles revelam falhas estruturais profundas nos sistemas agroalimentares globais. Superar esse cenário exige análise técnica rigorosa, vontade política efetiva e uma governança multilateral muito mais robusta.

Nesse contexto, o Painel de Especialistas de Alto Nível em Segurança Alimentar e Nutrição (HLPE-FSN) publicou sua quarta nota estratégica quadrienal. O órgão atua como o braço científico independente do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA). O documento

intitula-se “Questões críticas, emergentes e persistentes na segurança alimentar e nutrição” (HLPE/FSN, 2026) e representa o diagnóstico mais abrangente do painel desde sua criação em 2009. Seu propósito central é orientar as negociações multilaterais e subsidiar o Programa de Trabalho Plurianual do Comitê para o período pós-2030. Elaborado por especialistas internacionais independentes, o relatório reúne rigor analítico e diretrizes normativas para mapear dez questões estruturais que afetam a garantia universal do direito humano à alimentação adequada.

O relatório parte de um diagnóstico direto. A persistência da desnutrição crônica, a carência de micronutrientes e o avanço contínuo do sobrepeso não decorrem de crises passageiras ou de baixa produção de calorias. Essas questões refletem disfunções estruturais na governança dos sistemas agroalimentares globais. Elas resultam da convergência entre crises climáticas, concentração de poder econômico, fragmentação institucional e exclusão social. Para enfrentar esse quadro, o documento consolida seis dimensões fundamentais da SAN: disponibilidade, acesso físico e econômico, utilização biológica, estabilidade temporal, sustentabilidade ecológica e agência sociopolítica. Esses pilares devem orientar as políticas públicas globais de forma integrada.

Este informe técnico analisa as principais conclusões e recomendações do relatório do HLPE-FSN 2026. O objetivo é discutir seus reflexos na governança internacional e nas políticas públicas nacionais. A avaliação aborda os dez eixos estruturais definidos pelo painel. Entre eles estão a resposta às mudanças climáticas, a articulação com as Convenções do Rio e o enfrentamento da concentração corporativa no setor agroalimentar. O texto também examina o impacto das tecnologias digitais e da inteligência artificial, a aplicação da Saúde Única, o acesso econômico a dietas saudáveis e o fortalecimento da agência das populações. Esses temas são, ainda, articulados aos compromissos da Resolução A/RES/80/157, aprovada pela 81ª Assembleia Geral das Nações Unidas. A leitura integrada desses documentos evidencia convergências e aponta lacunas de implementação para a transformação dos sistemas alimentares no período pós-2030.

O Painel de Especialistas de Alto Nível em Segurança Alimentar e Nutrição e a Transformação dos Sistemas Alimentares no Horizonte Pós-2030

O Comitê de Segurança Alimentar Mundial, reconhecido como a principal plataforma intergovernamental e multissetorial inclusiva no âmbito do sistema das Nações Unidas voltada para a segurança alimentar e a nutrição, estabeleceu o Painel de Especialistas de Alto Nível em Segurança Alimentar e Nutrição (HLPE-FSN) como seu braço científico e interface técnico-política independente. Criado no contexto da reforma do Comitê em 2009, o painel é composto por um Comitê Diretor e convoca especialistas de renome internacional que atuam a título estritamente individual, sem representação governamental ou institucional direta. O mandato central do HLPE-FSN consiste em prover análises estruturadas e fundamentadas em evidências científicas rigorosas sobre o estado da segurança alimentar global, avaliar tendências emergentes e formular recomendações normativas. A cada quatro anos, o órgão elabora uma nota abrangente sobre questões críticas, emergentes e persistentes, desenhada especificamente para orientar a priorização substantiva das negociações multilaterais e o delineamento do Programa de Trabalho Plurianual do Comitê.

Nesta quarta edição de sua nota estratégica, o HLPE-FSN estrutura uma reflexão aprofundada sobre os gargalos que inviabilizam o cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento

Sustentável 2 até o ano de 2030 e traça as bases conceituais para a governança do período pós-2030, sob o título "Questões críticas, emergentes e persistentes na segurança alimentar e nutrição" ("*Critical, emerging and enduring issues for food security and nutrition*") (HLPE/FSN, 2026).

O documento argumenta que a persistência da desnutrição crônica, das deficiências de micronutrientes e a expansão do sobrepeso e das doenças crônicas não transmissíveis associadas à dieta não resultam meramente de falhas temporárias de mercado ou insuficiências na produção agregada de calorias. Além disso, reforça que essa situação reflete manifestações de falhas estruturais na governança dos sistemas agroalimentares globais que operam na convergência de crises climáticas, assimetrias acentuadas de poder econômico, fragmentação institucional e exclusão social sistemática. A SAN contemporânea exige, portanto, a consolidação analítica de suas seis dimensões interdependentes: disponibilidade, acesso físico e econômico, utilização biológica, estabilidade temporal, sustentabilidade ecológica e agência sociopolítica.

De forma mais sistemática, o documento destaca dez questões estruturais e interconectadas que afetam os sistemas alimentares globais na atualidade, que serão detalhadas na sequência de nosso informe:

- Agenda Pós-2030: mudar o funcionamento dos sistemas alimentares para atender às metas globais futuras.
- Crises Climáticas: proteger a segurança alimentar e a nutrição durante eventos climáticos extremos e mudanças climáticas.
- Compromissos ambientais globais pactuados no Rio de Janeiro: conectar as políticas alimentares com as metas globais sobre biodiversidade, desertificação e mudanças climáticas.
- Incerteza Geopolítica: lidar com conflitos globais sobrepostos e choques sistêmicos (também chamadas de policrises).
- Comércio Internacional: gerenciar as regras do comércio global para apoiar o acesso estável aos alimentos.
- Concentração Corporativa: enfrentar o controle excessivo de grandes empresas sobre a cadeia alimentar.
- Inovações Digitais e IA: usar novas tecnologias de forma segura e justa na agricultura.
- Saúde Única: equilibrar a saúde de pessoas, animais e ecossistemas em conjunto.
- Acessibilidade de Dietas Saudáveis: garantir que alimentos nutritivos tenham preços que todos possam pagar.
- Protagonismo: Dar às pessoas mais poder e uma voz mais forte nas escolhas alimentares locais.

O documento aponta que a transição para o período pós-2030 demanda a superação definitiva de abordagens setoriais e tecnocráticas isoladas que historicamente priorizaram apenas o incremento volumétrico da produtividade agrícola. Intervenções fragmentadas frequentemente criam externalidades negativas graves, tais como o colapso de serviços ecossistêmicos, a perda de agrobiodiversidade e o estreitamento das dietas humanas em torno de poucas monoculturas de base. Da mesma forma, afirma que redes de proteção social desenhadas sem integração com os ambientes alimentares locais falham em assegurar dietas nutricionalmente adequadas. A transformação abrangente dos sistemas agroalimentares deve constituir o eixo articulador de uma nova agenda de desenvolvimento internacional, estabelecendo sinergias operacionais com as transições globais de energia limpa, conectividade

digital inclusiva, trabalho decente, educação e conservação ambiental. Essa perspectiva reafirma o direito humano à alimentação adequada e saudável como elemento central e inegociável da formulação de políticas públicas.

Para que essa agenda ganhe tração, o painel conclui que é imperativo confrontar as assimetrias distributivas e a influência corporativa desproporcional nas estruturas de tomada de decisão. A governança pós-2030 necessita de mecanismos transparentes de prestação de contas, salvaguardas explícitas contra conflitos de interesse na formulação de diretrizes de saúde pública e apoio decisivo a sistemas produtivos diversificados, com destaque para abordagens agroecológicas e sistemas territoriais de abastecimento. Nesse contexto, o Comitê de Segurança Alimentar Mundial posiciona-se como o fórum indispensável para negociar as escolhas políticas, custos de oportunidade e compensações estruturais inerentes a essa transição, garantindo que o direito à alimentação e a justiça distributiva prevaleçam sobre interesses meramente mercantis.

A Segurança Alimentar e Nutricional em Meio às Crises Climáticas

Como primeira na lista de questões globais, a emergência climática atua como um vetor de desestabilização multidimensional da saúde pública e dos sistemas alimentares globais, exercendo impactos cumulativos sobre a produção primária, as cadeias logísticas e a integridade bioquímica dos alimentos. A alteração contínua dos regimes pluviométricos, a elevação sistemática das temperaturas globais e o aumento expressivo na frequência e severidade de eventos climáticos extremos causam perdas volumétricas expressivas na produtividade agropecuária, pesqueira e aquícola. Contudo, os impactos transcendem os choques diretos na oferta agrícola. As rupturas na infraestrutura de transporte geram volatilidade desmedida nos preços de alimentos básicos, enquanto a degradação dos ecossistemas compromete as fontes de subsistência de produtores familiares, povos indígenas e trabalhadores rurais.

Do ponto de vista nutricional, o aumento das concentrações atmosféricas de dióxido de carbono provoca um fenômeno silencioso de empobrecimento do perfil nutricional das principais culturas alimentares de base. Evidências científicas demonstram reduções substanciais na densidade de micronutrientes essenciais como ferro e zinco, além de perdas no teor de proteínas em cereais e leguminosas fundamentais, o que agrava a prevalência de fomes ocultas em grupos demográficos biologicamente vulneráveis. Essas alterações ecológicas e agronômicas incidem sobre uma crise prévia de saúde global, acelerando as taxas de desnutrição infantil, desnutrição intrauterina e complicações metabólicas ligadas à ingestão de dietas desbalanceadas.

O documento evidencia, ainda, a profunda injustiça climática estrutural que delineia o cenário internacional. As dez nações que enfrentam os quadros mais severos de insegurança alimentar no planeta respondem conjuntamente por apenas uma fração residual das emissões globais de gases de efeito estufa, calculada em menos de um décimo de porcentagem, ao passo que as economias de alta renda e industrializadas concentram a grande maioria das emissões históricas e correntes. Regiões do Sul Global, com ênfase na África Subsaariana e partes do Sul e Sudeste Asiático, suportam desproporcionalmente o ônus sanitário e social da crise ambiental, dispondo de margem fiscal exígua e pesadas cargas de endividamento externo que restringem a capacidade estatal de investimento em adaptação.

A superação dessa vulnerabilidade exige uma reorganização profunda dos incentivos financeiros e dos subsídios agrícolas. Atualmente, vultosos aportes de recursos públicos no

Norte Global continuam fomentando modelos agrícolas intensivos em insumos sintéticos e focados em monoculturas ecologicamente frágeis, em detrimento do apoio a culturas alimentares tradicionais, ricas em micronutrientes e resilientes ao estresse hídrico. É fundamental canalizar o financiamento climático diretamente para o fortalecimento da agroecologia, da diversificação de sementes nativas adaptadas, do melhoramento genético participativo de espécies negligenciadas e de infraestruturas locais de armazenamento e agregação de valor. Tais investimentos protegem os ambientes alimentares territoriais e reduzem a exposição das populações de baixa renda aos colapsos climáticos que se avizinham.

Essa transformação dos sistemas alimentares está diretamente alinhada ao mandato do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA) de promover a coerência de políticas e a governança inclusiva para a SAN. Como plataforma intergovernamental e multissetorial, o CSA está em uma posição única para enfrentar desafios complexos e intersetoriais que nenhuma instituição ou setor pode resolver sozinho. O CSA pode oferecer um espaço neutro para o diálogo sobre os difíceis *trade-offs* relacionados ao comércio, à ação climática, à conservação da biodiversidade, à tecnologia e à equidade. Sua estrutura inclusiva permite que governos, sociedade civil, setor privado, agências da ONU e outras partes interessadas examinem conjuntamente riscos e oportunidades emergentes para a SAN em um contexto global em rápida mudança. Ao focar na transformação dos sistemas alimentares na agenda pós-2030, o CSA pode ajudar a reenergizar a cooperação multilateral, apoiar respostas políticas integradas e garantir que a SAN permaneça central nos futuros caminhos de desenvolvimento.

Articulação entre a Segurança Alimentar e as Três Convenções do Rio: Biodiversidade, Desertificação e Clima

A segunda questão global emerge a partir da constatação de que a governança ambiental planetária permanece dividida pelas fronteiras institucionais das três Convenções do Rio: a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Convenção sobre Diversidade Biológica e a Convenção de Combate à Desertificação. Embora cada instrumento aborde dimensões críticas da sustentabilidade biofísica, a implementação de seus tratados ocorre de forma fragmentada, gerando contradições diretas com os imperativos da saúde global e da segurança nutricional. A preservação da biodiversidade, a restauração da fertilidade edáfica e a estabilização climática constituem pré-requisitos materiais para a produção de alimentos diversificados e saudáveis, mas o isolamento setorial frequentemente penaliza as populações mais marginalizadas.

O relatório salienta que iniciativas ambientais desprovidas de salvaguardas sociais e de direitos humanos podem agravar a insegurança alimentar. Projetos de mitigação focados exclusivamente no sequestro florestal de carbono ou na expansão de áreas de proteção estrita frequentemente restringem o acesso de comunidades camponesas, pastoris e povos indígenas às suas terras comunais, mananciais hídricos e zonas tradicionais de coleta e pesca. Tais restrições involuntárias reduzem a disponibilidade de alimentos locais, geram desestruturação econômica familiar, promovem deslocamentos compulsórios e forçam a homogeneização inadequada da dieta alimentar, substituindo víveres frescos e nutritivos por alternativas industrializadas.

Nesse cenário, a garantia da segurança da posse da terra e dos direitos de governança territorial surge como o elo estrutural que deve conectar os três tratados globais à garantia do direito à alimentação. Conforme preconizado nas Diretrizes Voluntárias sobre a Governança

Responsável da Posse da Terra, da Pesca e das Florestas no Contexto da Segurança Alimentar Nacional, a concessão e a formalização de direitos consuetudinários de posse representam o mecanismo mais eficiente para conciliar restauração ecológica e suficiência nutricional. Avaliações científicas internacionais comprovam que territórios sob o controle formal e manejo de povos tradicionais e agricultores familiares apresentam taxas de conservação da biodiversidade e retenção de carbono equivalentes ou superiores às unidades de conservação tradicionais.

Torna-se indispensável integrar formalmente critérios vinculantes de segurança da posse e salvaguardas de consentimento livre, prévio e informado aos fluxos internacionais de financiamento ambiental, como o Fundo Verde para o Clima e o Fundo Global para o Meio Ambiente. Os planos nacionais de adaptação, as estratégias de biodiversidade e os compromissos de neutralidade na degradação da terra devem adotar indicadores unificados, a exemplo de métricas de riqueza de espécies na dieta, assegurando que as políticas de conservação promovam diretamente a diversidade nutricional, a estabilidade das comunidades rurais e a equidade sociopolítica.

O CSA tem vantagem comparativa e pode atuar como ponto de entrada estratégico para diálogos sobre clima, alimentação e nutrição. O HLPE-FSN pode apoiar o CSA produzindo diretrizes baseadas em evidências para sistemas alimentares diversos e resilientes ao clima, que forneçam culturas nutritivas acessíveis aos pobres e promovam a responsabilização pelos compromissos de SAN. O CSA deve trabalhar para vincular políticas de clima, segurança alimentar e nutrição. A pesquisa e as ações políticas sobre clima, segurança alimentar e nutrição precisam ser integradas se quisermos alcançar os objetivos do ODS 2 até 2030.

Incerteza Geopolítica e Policrises: Mecanismos de Previsão e Prevenção de Impactos

Em seguida, ao tratar da atual geopolítica e crises, o documento ressalta que o contexto internacional contemporâneo caracteriza-se por uma instabilidade geopolítica acentuada, alimentada pela emergência de conflitos armados ativos, enfraquecimento das instâncias multilaterais de governança e proliferação de dinâmicas de policrise. A policrise define-se pela convergência temporal e geográfica de múltiplos vetores de choque independentes, como guerras, eventos climáticos catastróficos, pandemias e colapsos macroeconômicos, que interagem de forma não linear gerando impactos acumulados muito superiores à soma individual de cada evento. No âmbito da saúde global e da nutrição, tais crises complexas destroem os determinantes sociais da saúde, desestruturam as redes de saneamento básico e colapsam o acesso físico e financeiro a dietas adequadas.

Dados humanitários internacionais evidenciam que a grande maioria das pessoas em situação de insegurança alimentar aguda no mundo habita regiões afetadas por conflitos armados e fragilidade institucional. O uso deliberado da privação alimentar e a destruição intencional de infraestruturas agrárias, portuárias e sistemas de tratamento de água como instrumentos de coerção política configuram violações gravíssimas ao direito internacional humanitário e ao direito humano à alimentação. Ademais, a relação entre insegurança alimentar e desestabilização civil opera em um ciclo bidirecional, em que a carestia e o aumento dos preços de produtos essenciais deflagram crises de governabilidade e agitações sociopolíticas, as quais, por sua vez, aprofundam a paralisia econômica e o colapso alimentar.

A gestão desse cenário exige uma transição paradigmática da resposta humanitária meramente reativa para mecanismos estruturados de ação antecipatória fundamentados em

dados de alta resolução. A modelagem preditiva avançada, a integração de dados de sensoriamento remoto, inteligência artificial e o monitoramento em tempo real de mercados locais permitem projetar e identificar desvios anômalos de abastecimento semanas ou meses antes da eclosão de situações declaradas de inanição. Esse modelo viabiliza intervenções preventivas, tais como transferências emergenciais de renda, estoques descentralizados de insumos e fortalecimento precoce da assistência alimentar e nutricional a gestantes, crianças e famílias afetadas, reduzindo custos operacionais e evitando perdas intergeracionais no desenvolvimento cognitivo de crianças.

No plano da governança global, torna-se urgente operacionalizar o nexo humanitário-desenvolvimento-paz por meio de políticas intersetoriais integradas. As respostas emergenciais devem ser combinadas com o apoio contínuo à capacidade produtiva de pequenos agricultores e a manutenção de programas de alimentação escolar geridos localmente, os quais mantêm a retenção educacional de jovens e sustentam a economia das comunidades afetadas. O Comitê de Segurança Alimentar Mundial precisa reafirmar seu Quadro de Ação para a Segurança Alimentar e Nutrição em Crises Prolongadas, mobilizando a diplomacia internacional para responsabilizar agentes estatais e não estatais que utilizam a fome como arma de guerra e fortalecendo as capacidades de resiliência dos sistemas comunitários.

O Papel do Comércio Internacional na Segurança Alimentar e Nutricional

Na questão seguinte, o relatório aponta que o comércio internacional de produtos agropecuários constitui um componente vital para o equilíbrio alimentar mundial, desempenhando o papel de equalizar desbalanços na produção doméstica, atenuar déficits temporários e garantir o suprimento regular em nações com graves restrições de área cultivável e recursos hídricos. No entanto, a organização contemporânea dos fluxos comerciais internacionais não se traduz automaticamente em benefícios equitativos para a saúde e a nutrição das populações. Ao longo das últimas décadas, o regime de liberalização comercial desregulamentada gerou assimetrias profundas, enfraquecendo as matrizes produtivas domésticas no Sul Global e ampliando a dependência externa de alimentos essenciais.

Um dos impactos sanitários mais severos decorrentes da globalização assimétrica dos mercados alimentares reside na aceleração da transição nutricional. A expansão transnacional de conglomerados processadores e redes de varejo inundou os mercados de países de baixa e média renda com produtos ultraprocessados de baixo custo, alta densidade energética e pobres em micronutrientes, ricos em açúcares livres, gorduras saturadas e sódio. Esse ambiente alimentar modificado estimulou um aumento vertiginoso na carga global de sobrepeso, obesidade, diabetes mellitus e enfermidades cardiovasculares, que coexistem de forma perversa com déficits nutricionais persistentes, estruturando uma complexa dupla e tripla carga de má nutrição em comunidades historicamente vulneráveis.

As regras multilaterais sob a égide da Organização Mundial do Comércio, combinadas com a recente paralisia de seu Órgão de Apelação e a proliferação de acordos bilaterais desiguais, mantiveram um ambiente de concorrência desleal. Países desenvolvidos continuam canalizando elevados subsídios internos para culturas de grãos básicos e pecuária intensiva voltadas à exportação, deprimindo cotações globais e inviabilizando a competitividade de agricultores familiares em economias vulneráveis. Adicionalmente, o comércio internacional opera uma transferência massiva de água virtual, na qual países com grave estresse hídrico exportam

produtos agrícolas com alta pegada ecológica para suprir mercados externos, comprometendo sua própria segurança hídrica e a sustentabilidade de seus aquíferos.

Reformulações substantivas são necessárias para subordinar os acordos comerciais aos imperativos de saúde pública, sustentabilidade e direitos humanos. Os países necessitam de espaço regulatório protegido para instituir políticas de compras públicas da agricultura familiar, constituir reservas estratégicas públicas de alimentos e aplicar instrumentos fiscais e de rotulagem frontal sem o risco de sofrerem retaliações comerciais arbitrárias. Órgãos de padronização, como o *Codex Alimentarius*, devem incorporar explicitamente diretrizes de prevenção de doenças crônicas não-transmissíveis e promoção da diversidade dietética em seus parâmetros.

Uma abordagem integrada entre comércio e SAN deve superar o foco restrito na segurança dos alimentos, incorporando prevenção de doenças crônicas, composição, rotulagem e marketing nos padrões internacionais, sem restringir o espaço regulatório dos governos. Isso requer redirecionar subsídios agrícolas para sistemas produtivos diversificados, agroecológicos e sensíveis à nutrição, bem como ampliar o espaço de políticas nacionais de segurança alimentar, incluindo compras públicas, estoques estratégicos e subsídios aos alimentos. Reformas nas políticas comerciais, associadas ao fortalecimento de cadeias de abastecimento mais curtas e regionais, podem promover dietas mais saudáveis, reduzir impactos ambientais, aumentar a resiliência e fortalecer meios de vida locais. Para maior equidade, os acordos comerciais devem articular objetivos de segurança alimentar, nutrição, saúde pública, sustentabilidade ambiental, desenvolvimento econômico, direitos humanos, igualdade de gênero, resiliência e autonomia, preservando o espaço de políticas nacionais adaptadas aos diferentes contextos e desafios impostos pelas mudanças climáticas, perda de biodiversidade e instabilidades geopolíticas e econômicas. Em síntese, a promoção de mercados territoriais e cadeias regionais curtas surge como estratégia para amortecer choques logísticos e proteger a soberania alimentar.

O relatório destaca que o CSA está em uma posição única para facilitar o diálogo entre governos, agências da ONU, sociedade civil, povos indígenas, pesquisadores e o setor privado sobre as implicações do comércio para a SAN. O CSA pode aumentar a conscientização sobre as relações entre comércio, nutrição, direitos, clima, água e sustentabilidade; apoiar a geração de evidências e a aprendizagem de políticas; e oferecer uma plataforma para considerar orientações voluntárias sobre governança comercial sensível à nutrição, equitativa e sustentável. O CSA também poderia ajudar os países a avaliar os impactos distributivos das políticas comerciais, incluindo quem se beneficia, quem arca com os custos e como as assimetrias de poder moldam os resultados. Poderia facilitar o diálogo sobre concentração corporativa, governança das cadeias de valor, espaço político e mecanismos para a participação significativa dos grupos afetados. Dessa forma, o CSA poderia ajudar a alinhar a governança comercial com o direito à alimentação, a igualdade de gênero, os princípios de Saúde Única, a sustentabilidade ambiental e as estratégias nacionais de SAN.

Concentração Corporativa e Assimetrias de Poder nos Sistemas Agroalimentares

A conformação estrutural dos sistemas agroalimentares contemporâneos é marcada por níveis sem precedentes de concentração corporativa vertical e horizontal em diferentes etapas da cadeia de valor. No segmento a montante da produção primária, pouquíssimas corporações transnacionais exercem controle oligopólico sobre mais de metade do mercado global de sementes comerciais e grande parte do mercado de pesticidas sintéticos, enquanto um número

restrito de tradings multinacionais domina quase a totalidade do comércio transfronteiriço de grãos. Essa concentração estende-se crescentemente aos setores de aquicultura, pecuária intensiva, processamento industrial de alimentos, canais de distribuição varejista e infraestrutura digital.

Embora esse modelo corporativo tenha sido tradicionalmente legitimado sob narrativas de eficiência operacional e economias de escala, as evidências revelam que ele gera fragilidades sistêmicas extremas e aprofunda os determinantes comerciais da saúde. O poder excessivo de monopsônio exercido pelas grandes compradoras permite a compressão deliberada dos preços pagos aos pequenos agricultores e a precarização das condições laborais dos trabalhadores do campo, capturando fatias desproporcionais do valor econômico gerado e destruindo as condições de subsistência no meio rural. A monopolização dos recursos genéticos em poucas variedades de sementes híbridas e geneticamente modificadas acelera a erosão genética e está associada à perda progressiva da concentração de nutrientes em lavouras comerciais.

A concentração nas indústrias de transformação e nas redes de supermercados consolida ambientes alimentares obesogênicos. O imenso poder financeiro dessas corporações financia campanhas agressivas de marketing direcionadas a crianças e populações de baixa renda, ao mesmo tempo em que subsidia atividades de lobby político que bloqueiam, retardam ou esvaziam medidas regulatórias de saúde pública, tais como a tributação de bebidas açucaradas, restrições à publicidade infantil e advertências sanitárias em rótulos. Além disso, a financeirização progressiva dos sistemas alimentares transformou terras agrícolas e recursos naturais em ativos puramente especulativos, distanciando as decisões de produção das necessidades nutricionais coletivas.

O enfrentamento desse cenário requer a modernização das legislações concorrenciais e antitruste nacionais e internacionais para que ultrapassem a análise estrita de preços de curto prazo ao consumidor e passem a avaliar impactos sistêmicos sobre a saúde pública, a agrobiodiversidade e os direitos humanos. Faz-se necessário regular práticas comerciais desleais, banir abusos de posição dominante e impor transparência estrita sobre cadeias de fornecimento. Os governos devem apoiar ativamente modelos associativos, cooperativas agrícolas e empresas de economia solidária para restabelecer o equilíbrio do poder de barganha, resguardando os espaços decisórios democráticos da captura regulatória por interesses monopolistas. Nesse contexto, o CSA pode proporcionar um espaço intergovernamental legítimo para analisar, avaliar e avançar em possíveis respostas políticas à concentração corporativa na perspectiva dos sistemas alimentares, com base nas evidências produzidas pelo HLPE-FSN.

Inovações Digitais e Inteligência Artificial: Oportunidades e Riscos para a Nutrição

A disseminação acelerada de tecnologias digitais, algoritmos preditivos, aprendizado de máquina e sistemas de inteligência artificial nos sistemas alimentares inaugura um novo domínio de oportunidades técnicas e desafios ético-sanitários globais. Em termos potenciais, ferramentas digitais e sensoriamento de precisão podem aprimorar substancialmente o manejo agronômico, otimizar a aplicação de insumos, antecipar surtos de pragas, melhorar a rastreabilidade sanitária nas cadeias de suprimentos e fornecer dados críticos para sistemas de alerta precoce de crises de abastecimento e choques meteorológicos.

Entretanto, as tecnologias digitais não atuam em um vácuo social de neutralidade. Quando implementadas sem marcos regulatórios robustos de interesse público, essas inovações tendem a exacerbar disparidades pré-existentes e aprofundar o abismo digital que exclui a

agricultura familiar e os trabalhadores rurais marginalizados. A maior parte dos modelos e algoritmos agrícolas desenvolvidos pelo setor privado corporativo é treinada exclusivamente sobre matrizes industriais de larga escala, perpetuando padrões de monocultura intensiva e desconsiderando os conhecimentos ecológicos tradicionais e os arranjos produtivos comunitários do Sul Global.

Um dos vetores mais alarmantes e desregulados da inteligência artificial diz respeito à sua aplicação na engenharia de ambientes alimentares digitais. Motores de recomendação algorítmica em plataformas de comércio eletrônico, aplicativos de entrega de refeições e redes sociais utilizam dados comportamentais hiperespecíficos para segmentar publicidade predatória e aplicar precificação dinâmica em favor de produtos ultraprocessados. Crianças, adolescentes e famílias vulneráveis em processos de transição urbana tornam-se alvos preferenciais dessas estratégias de marketing algorítmico, o que acelera a substituição de hábitos alimentares tradicionais por produtos hiperpalatáveis e nocivos à saúde metabólica.

Existe também uma crescente preocupação com a soberania sobre os dados agrícolas. As corporações transnacionais de tecnologia e agronegócio extraem sistematicamente dados primários gerados pelos agricultores sobre clima, solo e manejo biológico, convertendo essas informações em serviços proprietários caros e opacos que aprisionam o produtor rural em plataformas fechadas. Para contrapor essa dinâmica, é indispensável estabelecer infraestruturas públicas digitais abertas e interoperáveis, garantir a governança coletiva de dados por cooperativas de produtores e aprovar regulamentações vinculantes de proteção e transparência algorítmica, impedindo a manipulação do consumo alimentar e promovendo a soberania tecnológica comunitária.

Aproveitando sua legitimidade e estrutura inclusiva, o CSA poderia fornecer orientações essenciais sobre governança equitativa de dados e estruturas de responsabilização da IA para sistemas alimentares digitais. O CSA pode servir como um fórum vital para promover a colaboração intersetorial, equilibrando inovação com as necessidades de segurança alimentar. O CSA também poderia convocar o diálogo sobre padrões de governança para a IA nos sistemas alimentares (incluindo mecanismos de responsabilização aplicáveis, supervisão independente e participação significativa das comunidades afetadas), superando assim os marcos voluntários de "IA ética" e avançando em direção a regras multilateralmente acordadas com capacidade de implementação. Diferentemente de outros órgãos, o CSA garante que a transformação digital permaneça sujeita a prestação de contas ao interesse público e centrada nas perspectivas das comunidades afetadas.

A Abordagem de "Saúde Única" (One Health) como Eixo Integrador

A abordagem de Saúde Única (One Health) constitui uma matriz analítica e operacional indispensável para enfrentar os riscos biológicos e estruturais complexos que emanam dos sistemas alimentares contemporâneos. A evidência epidemiológica internacional é categórica: aproximadamente 60% das doenças infecciosas emergentes em humanos e 75% dos novos patógenos identificados nas últimas décadas têm origem animal, sendo a maioria derivada do contato descontrolado com a fauna silvestre. O avanço da fronteira agropecuária industrial, o desmatamento acelerado e a destruição de hábitats naturais provocam a ruptura dos equilíbrios ecossistêmicos nativos, amplificando as taxas de transbordamento zoonótico de vírus e bactérias com potencial pandêmico.

Simultaneamente, a intensificação da pecuária confinada e da aquicultura em larga escala tem fomentado o uso massivo e contínuo de antibióticos com finalidades profiláticas ou de promoção do crescimento biológico. Essa prática disseminada impulsiona a expansão global da resistência antimicrobiana, erodindo a eficácia de medicamentos essenciais na medicina humana e veterinária e projetando um cenário de elevados índices de morbimortalidade por infecções refratárias. Além disso, a contaminação química dos alimentos por resíduos de agrotóxicos, metais pesados e toxinas ambientais representa um encargo toxicológico crônico que afeta a saúde de trabalhadores e consumidores.

O relatório do HLPE-FSN expande decisivamente as fronteiras convencionais do conceito de Saúde Única, argumentando que a abordagem não deve se restringir à vigilância de surtos infecciosos e pandemias zoonóticas. As doenças crônicas não transmissíveis decorrentes de sistemas alimentares que privilegiam a oferta massiva de calorias vazias constituem a principal causa de mortalidade precoce no mundo e devem ser integradas integralmente ao escopo de Saúde Única. A integridade do solo, a pureza da água, a preservação dos polinizadores e a diversidade botânica são determinantes diretos da densidade nutricional dos alimentos e, por conseguinte, da resposta imunológica e saúde física das populações.

A operacionalização efetiva dessa perspectiva requer a superação das divisões institucionais e a criação de estruturas de governança interministeriais permanentes que unam pastas de saúde, agricultura, meio ambiente, comércio e finanças. O Comitê de Segurança Alimentar Mundial, em consonância com o trabalho da Quadripartite (FAO, OMS, OMSA e PNUMA), desempenha um papel fulcral ao imprimir a ótica da justiça social e do direito humano à alimentação sobre o debate técnico. É crucial desenhar intervenções de biossegurança e normas de inocuidade que não inviabilizem economicamente o acesso de populações empobrecidas a alimentos frescos e perecíveis, garantindo simultaneamente o bem-estar animal, a proteção ambiental e a segurança nutricional universal.

Acessibilidade Econômica a Dietas Saudáveis e Nutritivas

A inacessibilidade financeira a dietas adequadas configura uma das mais graves falhas de mercado e de governança distributiva do sistema alimentar internacional. No cenário recente, centenas de milhões de indivíduos permanecem submetidos à fome crônica, enquanto mais de 2,6 bilhões de seres humanos em todo o planeta estão financeiramente incapacitados de adquirir uma dieta que atenda aos requisitos mínimos de densidade nutricional e diversidade biológica. O continente africano vivencia essa realidade de forma aguda, com cerca de dois terços de sua população total impossibilitados de arcar com os custos de alimentos saudáveis.

O problema central reside na assimetria de preços relativos imposta pela estrutura dos sistemas produtivos: alimentos frescos, ricos em micronutrientes, como hortaliças, frutas, legumes e proteínas nobres, custam globalmente quase três vezes mais do que dietas energéticas básicas baseadas apenas em amidos refinados e açúcares. Essa distorção econômica foi intensificada pelos picos de inflação de alimentos registrados nos últimos anos, impulsionados pela volatilidade energética, conflitos em regiões exportadoras estratégicas, especulação financeira desregulada nos mercados de commodities e rupturas nas cadeias globais de suprimentos.

Pelo lado da demanda, a inacessibilidade financeira é agravada pelo achatamento dos salários reais, pela perda de poder de compra e pela informalidade estrutural que atinge trabalhadores urbanos e rurais no Sul Global. A falta de renda suficiente induz escolhas

alimentares compensatórias para produtos ultraprocessados de baixo valor nutricional e baixo custo monetário, perpetuando o ciclo vicioso de desnutrição infantil, deficiências de vitaminas essenciais e avanço precoce de doenças metabólicas. Pelo lado da oferta, a perecibilidade de produtos frescos e as oscilações sazonais castigam desproporcionalmente agricultores e consumidores de baixa renda, que carecem de infraestruturas adequadas de frio e armazenagem.

A reversão desse quadro requer intervenções fiscais, monetárias e de proteção social coordenadas. Os governos devem redesenhar os subsídios agrícolas para desonerar a produção de hortifrutigranjeiros e alimentos tradicionais diversificados, reorientando compras públicas para circuitos curtos de comercialização. No âmbito da demanda, impõe-se a garantia de pisos salariais condizentes com o custo real de uma alimentação adequada, complementada por transferências de renda direcionadas, programas universais de alimentação escolar com suprimento local e subsídios diretos para a aquisição de alimentos frescos, assegurando que o custo financeiro jamais represente uma barreira para a nutrição digna.

Análises mostram que a alta dos preços dos alimentos entre 2021 e 2023 teve características e fatores impulsionadores diferentes daqueles observados entre 2008 e 2012, exigindo respostas políticas distintas. Há necessidade, portanto, de revisitar o primeiro relatório do HLPE-FSN sobre volatilidade de preços e segurança alimentar (2011) e complementar as recomendações de política subsequentes do CSA. As recomendações de política do CFS sobre volatilidade de preços (2011) reconheceram o Plano de Ação do G20 sobre Volatilidade de Preços dos Alimentos e Agricultura, pediram a conclusão bem-sucedida da Rodada Doha da OMC e apoiaram o Sistema de Informação sobre Mercados Agrícolas (AMIS) e o Fórum de Resposta Rápida do AMIS. As recomendações de política de 2011 devem ser revisadas e complementadas considerando novos dados e análises dos últimos 15 anos, incluindo lições aprendidas com a alta dos preços dos alimentos em 2021-2023, bem como com o conflito de 2026 na região do Golfo e suas consequências. Há necessidade de aprofundar a análise dos fatores que impulsionam os custos dos alimentos, a acessibilidade e a capacidade de pagamento, e de compartilhar as experiências dos países no avanço da acessibilidade alimentar. Nesse sentido, o CSA precisa de recomendações de política efetivas sobre como enfrentar os fatores estruturais por trás desse desafio.

O Fortalecimento da Agência na Segurança Alimentar e Nutricional

A evolução do pensamento acadêmico e das formulações políticas em segurança alimentar consolidou o reconhecimento da agência como a sexta dimensão constitutiva e inseparável do marco conceitual de SAN, somando-se à disponibilidade, acesso, utilização, estabilidade e sustentabilidade. A agência define-se como a capacidade substantiva de indivíduos, comunidades, trabalhadores e grupos organizados de exercer autonomia em suas escolhas alimentares, definir suas estratégias de produção e comercialização e participar de maneira qualificada e vinculante dos processos decisórios e institucionais que moldam os sistemas alimentares.

Inspirada nas abordagens contemporâneas das capacidades humanas e fundamentada nos princípios do direito internacional dos direitos humanos, a agência transcende a noção reducionista de liberdade de consumo em mercados desiguais. Ela abrange a soberania territorial, a libertação contra contratos agrários abusivos, a proteção de pequenos produtores contra relações de subordinação econômica e o combate à manipulação da informação

alimentar exercida por conglomerados corporativos. A agência funciona tanto como um fim em si mesma, intrínseca à dignidade humana, quanto como um meio habilitador indispensável: quando indivíduos ou coletividades são destituídos de poder decisório, todas as outras cinco dimensões da segurança alimentar sofrem deterioração progressiva.

As restrições de agência manifestam-se de forma acentuada nas desigualdades estruturais de gênero e classe. Mulheres rurais respondem por expressiva parcela do trabalho produtivo agrícola e pelo cuidado nutricional familiar, mas enfrentam barreiras patriarcais sistêmicas que limitam a titularidade de terras, o acesso a crédito produtivo, a representação em cooperativas e até mesmo a equidade na partilha intrafamiliar de refeições. Da mesma forma, povos indígenas, comunidades quilombolas, pescadores artesanais e populações camponesas sofrem com o epistemicídio de seus conhecimentos botânicos e são frequentemente alijados dos espaços estatais de planejamento territorial.

O documento aponta a necessidade urgente de superar lacunas metodológicas de mensuração e desenvolver indicadores padronizados de agência para orientar políticas públicas. O Comitê de Segurança Alimentar Mundial possui legitimidade institucional única para ancorar a agência como pilar fundamental de suas recomendações normativas. Fortalecer a agência implica desconcentrar a posse de ativos produtivos, assegurar o direito à auto-organização de trabalhadores rurais e urbanos, blindar os fóruns públicos de governança contra a influência corporativa indevida e instituir canais institucionais democráticos de deliberação. Somente a democratização do poder decisório permitirá a construção de sistemas alimentares resilientes, ecologicamente equilibrados e capazes de assegurar saúde e dignidade para toda a humanidade.

Com sua plataforma inclusiva e multissetorial, seu mandato normativo de convergência de políticas e seu espaço neutro de deliberação, o CSA ocupa uma posição privilegiada para avaliar e promover o papel da agência para a SAN. Reconhecer a agência acompanha a evolução do pensamento acadêmico e político sobre os sistemas alimentares e preenche uma lacuna não contemplada integralmente pelos quatro pilares tradicionalmente adotados. A agência permite abordar desigualdades estruturais, como a concentração da propriedade da terra e os desequilíbrios de poder, e reforça o compromisso do CSA com uma governança transparente, democrática e sujeita à prestação de contas. O fortalecimento da agência pode melhorar a adaptação e ajudar a responder a choques interconectados, como mudanças climáticas, conflitos e volatilidade dos mercados. Ao incluir a agência em futuras linhas de trabalho, o CSA poderia identificar os conflitos, limites e desafios envolvidos em seu fortalecimento.

Em conjunto, as questões destacadas pelo HLPE-FSN reforçam que a SAN depende de respostas coordenadas em diferentes níveis de governança. Essa perspectiva também está presente, embora com ênfases distintas, nas recentes deliberações da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Segurança alimentar e nutricional da 81ª AGNU

Em diálogo com as questões apresentadas pelo HLPE-FSN, a Resolução A/RES/80/157, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), em dezembro de 2025, reúne compromissos relacionados ao desenvolvimento agrícola e à SAN, ainda que o tema não tenha sido destaque nesta última assembleia. O documento também solicita ao Secretário-Geral a apresentação, durante a 81ª sessão da Assembleia Geral, de um relatório orientado à ação sobre sua implementação. A resolução oferece, assim, uma referência política complementar à análise

técnica desenvolvida pelo HLPE-FSN e permite examinar em que medida as questões identificadas pelo Painel vêm sendo incorporadas à agenda multilateral.

O documento começa expressando profunda preocupação com o retrocesso na erradicação da fome e de todas as formas de má nutrição em nível global, apontando como determinantes a confluência de choques macroeconômicos, tensões geopolíticas, conflitos armados, impactos adversos da mudança do clima, perda de biodiversidade e a persistente volatilidade dos preços de alimentos e insumos essenciais, como os fertilizantes. Diante de estatísticas alarmantes de desnutrição infantil, desnutrição crônica e sobrepeso, a resolução sublinha a urgência de uma resposta coordenada, inclusiva e orientada para a transformação sistêmica dos modelos produtivos agroalimentares.

Nesse contexto, a Assembleia Geral direciona um conjunto articulado de recomendações e mandatos à comunidade internacional e aos Estados-Membros, com ênfase na necessidade de fortalecer a arquitetura financeira internacional por meio de instrumentos de alívio da dívida, ampliação do financiamento de concessões e canalização de subsídios a países em desenvolvimento altamente vulneráveis e dependentes de importações. Paralelamente, preconiza-se a transição para práticas agropecuárias ambientalmente sustentáveis e resilientes ao clima, incluindo agroecologia, manejo sustentável do solo, agroflorestas e agricultura de precisão, ao mesmo tempo em que se reforça a urgência de uma governança baseada na abordagem de Saúde Única (*One Health*), no combate à resistência antimicrobiana e na valorização sustentável dos recursos hídricos, marinhos e florestais.

A dimensão social e a equidade estruturam grande parte das diretrizes do texto, que reivindica ações prioritárias para superar a disparidade de gênero no meio rural, garantindo às mulheres agricultoras e pescadoras pleno acesso à posse da terra, crédito e mercados, além de reconhecer o papel fundamental da agricultura familiar, dos povos indígenas e das comunidades locais na conservação da agrobiodiversidade e na sustentabilidade do abastecimento. Para assegurar a proteção dos grupos mais vulneráveis e promover hábitos alimentares saudáveis, a resolução recomenda a expansão de programas universais de proteção social, a consolidação de políticas integradas de alimentação escolar abastecidas por pequenos produtores locais e a promoção contínua do aleitamento materno e da nutrição infantil.

No plano econômico e operacional, o documento exorta à preservação de um sistema multilateral de comércio aberto, justo, não discriminatório e alinhado às regras da Organização Mundial do Comércio, repudiando medidas protecionistas ilegítimas e estoques especulativos, ao passo que incentiva investimentos estratégicos na infraestrutura logística e pós-colheita para a redução contundente das perdas e do desperdício de alimentos ao longo de toda a cadeia. Por fim, enfatiza-se a cooperação técnica e a transferência de tecnologia digital para o fortalecimento dos sistemas de alerta precoce multirriscos e da capacidade preditiva contra crises climáticas, reafirmando a liderança normativa do Comitê de Segurança Alimentar Mundial e determinando que o Secretário-Geral apresente um relatório substantivo de implementação à Assembleia Geral durante sua octogésima primeira sessão, na qual a temática permanecerá inscrita como prioridade da agenda internacional.

A sucessão na direção do Programa Mundial de Alimentos

Em paralelo, fortaleceu-se a possibilidade de nomeação do estadunidense Luke Lindberg para a direção executiva do Programa Mundial de Alimentos (WFP) da ONU. A candidatura, que foi formalizada pela administração Trump em abril de 2026, para suceder a Cindy McCain,

configura mais um episódio controverso na governança humanitária multilateral recente, com perspectivas que se dividem em torno de eixos geopolíticos, ideológicos e operacionais (DEVEX, 2026a).

Apoiadores, concentrados no governo dos Estados Unidos e em círculos agrícolas e comerciais, sustentam que Lindberg reúne qualificações excepcionais para o cargo, invocando sua gestão como Subsecretário de Assuntos Comerciais e Agrícolas Estrangeiros do USDA, onde supervisionou programas como *Food for Peace, McGovern-Dole e Food for Progress*, além de ter reestruturado o *Food for Peace* em um modelo descrito como mais inovador e de prestação de contas. O Departamento de Estado e o USDA destacam sua visão estratégica, seu foco em resultados e seu compromisso com transparência, enquanto a Secretária de Agricultura Brooke Rollins e o Secretário de Estado Marco Rubio enfatizam sua excelência operacional e sua capacidade de imprimir gestão orientada a resultados ao WFP. O próprio Lindberg promove a iniciativa "*Let's Get Folks Fed*" (FED), centrada em três prioridades: concentrar o WFP em sua missão central de alimentar os famintos, alcançar excelência operacional em sua cadeia de suprimentos e ampliar a base de doadores para além dos Estados Unidos, argumentando que o país não apenas participa, mas lidera o esforço global de alimentação (LINDBERG, 2026).

Além disso, setores agrícolas e de comércio exterior estadunidenses veem na indicação uma oportunidade de alinhar a ajuda alimentar aos interesses comerciais e agrícolas norte-americanos, potencialmente ampliando a demanda por commodities dos EUA por meio de ajuda em espécie (BARRETT, 2026), e observadores simpáticos à sua trajetória, que inclui passagens pela EXIM e pela South Dakota Trade, ressaltam que sua experiência em financiamento comercial, logística de cadeias de suprimentos e mercados de commodities agrícolas poderia aprimorar a eficiência de compras, otimizar o transporte de insumos e fortalecer a resiliência do WFP diante de choques globais de suprimento, além de lhe conferir competência para navegar fricções geopolíticas, restrições à exportação e volatilidade cambial em um ambiente de policrises (SOUTH DAKOTA TRADE, 2026).

Essa leitura, contudo, é contestada por críticos que incluem governos europeus, observadores humanitários, ex-funcionários do WFP e setores das Nações Unidas, que enxergam na indicação um movimento politicamente motivado capaz de comprometer a neutralidade, a eficiência e a capacidade de resposta local da agência (DEVEX, 2026b). A principal preocupação operacional reside na preferência de Lindberg por ajuda alimentar em espécie proveniente de produtores norte-americanos em detrimento de assistência em dinheiro ou de compras locais e regionais, prática amplamente considerada menos eficiente e mais custosa, que pode reverter avanços em direção a modelos de ajuda mais flexíveis e baseados em mercado, nos quais o alimento é adquirido próximo de onde é necessário, e minar mercados alimentares regionais que se beneficiariam de injeções de recursos do WFP. Analistas sugerem, nesse sentido, que é forte a possibilidade de um retorno a um modelo de compras institucionais restrito exclusivamente a commodities norte-americanas caso um americano volte a dirigir a agência (PROGRESS & CHANGE, 2026).

A esse risco soma-se a preocupação com a neutralidade e a politização da assistência: o apoio declarado de Lindberg a Israel e ao governo Netanyahu levanta questionamentos sobre como sua liderança poderia afetar as operações do WFP e sua percepção de imparcialidade em zonas de conflito como Gaza, além de seu compromisso público de desmantelar o que chama de "complexo global de ONGs" e sua sinalização, via retuítes, de que agências alimentares da ONU deveriam "voltar ao básico", retórica que, combinada com propostas orçamentárias da

administração Trump para eliminar programas que ele mesmo supervisionou, como o McGovern-Dole, classificado como “desperdício e ineficiente”, suscita dúvidas sobre seu compromisso com o mandato da agência.

No plano diplomático, governos europeus manifestaram oposição privada à nomeação, argumentando que deve haver alinhamento entre apoio político, compromisso financeiro e papel pretendido no sistema da ONU e que cargos humanitários de alto nível não devem ser monopolizados por um único Estado-membro; essa resistência se materializou no plano processual, com o Secretário-Geral António Guterres recusando-se a nomear um novo diretor executivo antes do fim de seu mandato, em 2026, deixando a decisão para seu sucessor e nomeando o diplomata sueco Carl Skau como diretor executivo interino, refletindo desconforto mais amplo com a dominância norte-americana sobre postos-chave de liderança humanitária. O pano de fundo desse impasse é o recuo dos Estados Unidos do multilateralismo, incluindo o corte pela metade do financiamento ao WFP e o desmantelamento da USAID, que criou, segundo críticos, um déficit de legitimidade entre a participação financeira americana e sua pretensão de liderança (DEVEX, 2026b).

Os riscos para o WFP e para a agenda global de enfrentamento da fome, caso a confirmação de Lindberg se concretize, são, portanto, múltiplos e interligados. Primeiro, há o risco de reorientação da arquitetura de ajuda humanitária para prioridades comerciais e agrícolas norte-americanas, subordinando a eficiência e a adequação local das operações a interesses de exportação e a demandas de produtores domésticos, o que pode encarecer a assistência, reduzir sua capilaridade e comprometer a capacidade de resposta em contextos de crise aguda. Segundo, há o risco de erosão da neutralidade e da imparcialidade percebidas da agência, especialmente em conflitos onde posicionamentos políticos declarados do dirigente possam ser lidos como alinhamento a uma das partes, afetando acesso humanitário, aceitação local e segurança de operações. Terceiro, há o risco de crise de financiamento e de legitimidade: o WFP já enfrentava, ao fim de 2025, um déficit de financiamento de 40% em relação ao ano anterior, com reduções em 28 operações críticas, e um diretor cuja administração cortou recursos e propôs eliminar programas de ajuda alimentar dificilmente terá credibilidade para mobilizar novos doadores e persuadir o Congresso e a Casa Branca a manter aportes robustos, configurando o que analistas descrevem como a contradição de querer liderar uma agência que se esvaziou. Quarto, há o risco de paralisia institucional e de conflito diplomático duradouro, dado que a resistência europeia e a postergação da decisão por Guterres sinalizam que a confirmação de Lindberg pode aprofundar a divisão entre Estados Unidos e aliados tradicionais no financiamento humanitário, fragilizando a coordenação multilateral justamente quando a insegurança alimentar e nutricional global exige respostas coletivas e previsíveis (PROGRESS & CHANGE, 2026).

Em síntese, ainda que apoiadores vejam em Lindberg um gestor orientado a resultados capaz de reforçar o compromisso norte-americano e a disciplina operacional do WFP, a confirmação de seu nome tende a acentuar tensões entre eficiência comercial e mandato humanitário, entre liderança nacional e governança multilateral, e entre discurso de prestação de contas e prática de financiamento, com consequências potencialmente duradouras para a capacidade do WFP de cumprir sua missão e para a própria agenda internacional de combate à fome.

Conclusão

A análise das dez questões estruturais identificadas pelo HLPE-FSN 2026 evidencia que os desafios contemporâneos à SAN alimentar e nutricional global são, em sua essência, manifestações de falhas sistêmicas de governança que nenhuma abordagem setorial isolada é capaz de enfrentar com efetividade. A crise climática, a concentração corporativa, as assimetrias do comércio internacional, a inacessibilidade econômica a dietas saudáveis e a progressiva erosão da agência das populações mais vulneráveis não constituem problemas independentes e sucessivos, mas dimensões mutuamente reforçadas de uma crise estrutural dos sistemas agroalimentares globais. Superar esse quadro impõe a construção de uma nova arquitetura de governança multilateral que subordine explicitamente os interesses mercantis aos imperativos do direito humano à alimentação adequada, da justiça distributiva e da sustentabilidade ecológica.

A transformação dos sistemas alimentares no horizonte pós-2030 requer, acima de tudo, a ruptura com a lógica tecnocrática e produtivista que orientou as políticas alimentares globais nas últimas décadas. A experiência acumulada demonstra que incrementos volumétricos na produção de calorias não eliminam a desnutrição quando os determinantes estruturais do acesso permanecem intocados, e que intervenções tecnológicas desacompanhadas de salvaguardas sociais podem aprofundar as assimetrias que se pretendem corrigir. A agenda pós-2030 deve, portanto, articular de forma sinérgica a diversificação dos sistemas produtivos, o fortalecimento da agroecologia e das cadeias territoriais de abastecimento, a democratização do acesso à terra e aos recursos naturais e a garantia de pisos de proteção social capazes de assegurar o acesso econômico a dietas nutricionalmente adequadas para toda a população mundial.

O fortalecimento do Comitê de Segurança Alimentar Mundial como plataforma central de negociação política e convergência normativa é condição indispensável para que essa agenda ganhe tração. Diferentemente de outras instâncias de governança global, o CSA oferece um espaço intergovernamental e multissetorial inclusivo, capaz de mediar os inevitáveis conflitos de interesse entre países, grupos sociais e atores corporativos, preservando a centralidade do direito à alimentação e os interesses das populações mais marginalizadas. Para que esse papel seja exercido com plenitude, é necessário aprofundar a transparência nos processos decisórios, implementar salvaguardas robustas contra a captura regulatória por interesses privados e garantir a participação vinculante da sociedade civil, dos povos indígenas e dos pequenos produtores nos fóruns de deliberação multilateral.

A Resolução A/RES/80/157 da Assembleia Geral das Nações Unidas reafirma, no plano político, o compromisso da comunidade internacional com a transformação sistêmica dos modelos agroalimentares, reconhecendo explicitamente a centralidade da igualdade de gênero, da agricultura familiar, da agrobiodiversidade e da proteção social como eixos estruturantes de uma resposta efetiva. Contudo, o hiato recorrente entre os compromissos assumidos nas instâncias multilaterais e a implementação efetiva das políticas nos planos nacional e subnacional constitui o principal obstáculo à realização dos objetivos acordados. A superação desse déficit de implementação exige mecanismos robustos de prestação de contas, financiamento adequado e politicamente vinculante para países em desenvolvimento, e a incorporação sistemática de indicadores integrados de saúde, nutrição, equidade e sustentabilidade nos sistemas nacionais de monitoramento.

Enquanto isso, a indicação de Luke Lindberg para a direção executiva do WFP, divide perspectivas: atores internos do governo Trump defendem sua competência técnica, ao passo que atores internacionais temem que sua orientação "*America First*" comprometa a neutralidade, a eficiência e a resposta local da agência, priorize ajuda em espécie norte-americana e agrave a crise de financiamento e legitimidade do WFP. Caso confirmado, o cenário tende a acentuar tensões entre interesses comerciais dos EUA e o mandato humanitário multilateral, com riscos duradouros para a agenda global de combate à fome.

Em síntese, o cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2 e a construção de uma agenda alimentar verdadeiramente transformadora no período pós-2030 não serão alcançados por meio de ajustes marginais nas políticas vigentes. Exigem uma reorientação profunda das prioridades políticas e dos fluxos financeiros globais, a democratização do poder decisório nos sistemas alimentares e o enfrentamento direto das assimetrias corporativas e geopolíticas que perpetuam a insegurança alimentar e nutricional em escala global. O momento impõe que a comunidade internacional converta a urgência evidenciada pelos dados epidemiológicos e ambientais em vontade política concreta, traduzindo o direito humano à alimentação adequada de um princípio normativo em uma realidade acessível a todas as pessoas, em todos os contextos e ao longo de todo o curso da vida.

Referências

HLPE/FSN. **4th Note on Critical, Emerging and Enduring Issues. A note by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security**. Rome, Italy: [s.n.]. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/handle/20.500.14283/ce1413en>.

UNITED NATIONS. **Resolution 80/157**, 2025. Disponível em: https://docs.un.org/en/A/RES/80/157

DEVEX. **Exclusive: Luke Lindberg chosen to lead World Food Programme.** 2026a. Available at: https://www.devex.com/news/exclusive-luke-lindberg-chosen-to-lead-world-food-programme-113293. Accessed on: 14 Sep. 2026.

PROGRESS & CHANGE. **They Want to Lead an Agency They Gutted: the WFP Leadership Question**. Available at: https://progresschange.org/wfp-leadership-may-2026 . Accessed on: 14 Sep. 2026.

LINDBERG, Luke. **"Let's Get Folks Fed" (FED) initiative**: interviews and public statements. Washington, D.C.: USDA, 2026. Available at: https://cloudflarepoc.newsmax.com/newsmax-tv/luke-lindberg-world-food-program-united-nations/2026/06/17/id/1259978/.

SOUTH DAKOTA TRADE. **Biography of Luke Lindberg**. Pierre: South Dakota Trade, 2026. Available at: https://www.congress.gov/119/meeting/house/119009/witnesses/HHRG-119-AP01-Bio-LindbergL-20260304.pdf.

DEVEX. **Devex Dish: The battle for the future of the World Food Programme — Could an American be the next head of WFP? And Europe sets its sights on leading the Food and Agriculture Organization**. 2026b. Available at: https://www.devex.com/news/devex-dish-the-battle-for-the-future-of-the-world-food-programme-112295.

O Fundo Monetário Internacional na Reunião de Ministros das Finanças e do Banco Central do G20

El Fondo Monetario Internacional em la Reunión del G20 de Ministros de Finanzas y Gobernadores de Bancos Centrales

The International Monetary Fund at the G20 Meeting of Finance Ministers and Central Bank Governors

Isis Pillar Cazumbá

Resumo: Kristalina Georgieva, Diretora-geral do Fundo Monetário Internacional (FMI) compareceu à Reunião de Ministros de Finanças e Governadores do Banco Central do Grupo dos Vinte (G20) em Ashville, na Carolina do Norte, EUA. No evento, a líder da instituição financeira fez comentários sobre os desafios econômicos globais, destacando as perspectivas de crescimento, os desequilíbrios econômicos e o aumento da dívida soberana dos países.

Palavras-chave: FMI; G20; Economia; Multilateralismo.

Resumen: *Kristalina Georgieva, directora gerente del Fondo Monetario Internacional (FMI), asistió a la Reunión de Ministros de Finanzas y Gobernadores de Bancos Centrales del Grupo de los Veinte (G20) en Asheville, Carolina del Norte, Estados Unidos. En el evento, la titular de la institución financiera comentó sobre los desafíos económicos mundiales, destacando las perspectivas de crecimiento, los desequilibrios económicos y el aumento de la deuda soberana de los países.*

Palabras clave: *FMI; G20; Economia; Multilateralismo.*

Abstract: *Kristalina Georgieva, Managing Director of the International Monetary Fund (IMF), attended the G20 Meeting of Finance Ministers and Central Bank Governors in Asheville, North Carolina, USA. At the event, the head of the financial institution commented on global economic challenges, highlighting growth prospects, economic imbalances, and rising sovereign debt levels.*

Keywords: *IMF; G20; Economy; Multilateralism.*

FMI e as suas declarações

Faltando dois meses para a realização da Cúpula dos Líderes do Grupo dos Vinte (G20), nos Estados Unidos, a Reunião de Ministros de Finanças e Governadores do Banco Central aconteceu no início de setembro, com a presença do Fundo Monetário Internacional (FMI). Kristalina Georgieva, a Diretora-geral da instituição financeira, fez declarações a respeito das perspectivas econômicas globais, da dívida em países em desenvolvimento e dos desequilíbrios globais.

Kristalina iniciou as suas observações sobre as perspectivas econômicas globais, apontando que desde abril, as projeções de crescimento estão ancoradas em cerca de 3%.

Apontou que a economia global conseguiu conduzir de maneira positiva o impacto do choque de fornecimento de energia, devido às reservas de gás e petróleo, outras fontes de energia e estratégias de gerenciamento de demanda. Georgieva salientou que o aumento do uso da inteligência artificial (IA) em projetos de energia, vem ajudando a impulsionar o crescimento nos Estados Unidos e na Coreia.

Entretanto, Kristalina observou que há riscos significativos para as perspectivas se tornarem, negativas, pois o choque energético não tem uma previsão de término, devido ao desabastecimento das reservas estratégicas de gás e petróleo provocados pelo fechamento de grande parte do Estreito de Ormuz. Outro ponto crítico observado pela Diretora-geral é o aumento exponencial da dívida pública chegando a quase 100% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, excedendo suas máximas pós-Segunda Guerra Mundial.

Kristalina evidenciou que muitos países estagnaram no processo de desinflação e que as pressões fiscais crescentes estão abalando negativamente os rendimentos de títulos, o que, de acordo com a Diretora-geral, traz preocupação para os mercados devido a difícil interação entre as políticas fiscais e monetárias. Outro fator preocupante para Georgieva é o futuro da IA e os seus impactos na produtividade e na estabilidade financeira, o que segundo ela, o assunto é "marcado por incógnitas".

A respeito da dívida dos países em desenvolvimento, Kristalina reconheceu que houve progresso na economia dos países emergentes e de baixa renda devido à cooperação internacional e políticas internas dos formuladores. Entretanto, ela alertou que este progresso continua a passos lentos em relação aos países mais desenvolvidos e que as "incertezas persistentes na economia global" colaboram para isso.

A Diretora-geral do FMI mostrou preocupação ao falar sobre o refinanciamento e o aumento dos custos de serviço da dívida. De acordo com Georgieva, estas duas situações ajudam as economias em desenvolvimento a ficarem mais restritas, especialmente as economias dos países de baixa renda, ocasionando a limitação da "sua capacidade de financiar gastos críticos em infraestrutura, saúde e educação, o que prejudica o crescimento e , por sua vez, a sustentabilidade da dívida". Georgieva ainda intensificou a sua crítica ao que chamou de "declínio acentuado do financiamento externo líquido", ocasionando cortes na assistência oficial ao desenvolvimento e uma diminuição substancial nos "novos fluxos de credores não pertencentes ao Clube de Paris".

Kristalina falou aos presentes que há a necessidade de auxiliar os países em desenvolvimento na criação de seus espaços fiscais com o objetivo de apoiar os gastos que promovem crescimento. A Diretora-geral advertiu que este auxílio é "mais urgente na conjuntura atual" e apontou três ações necessárias para ajudar na mitigação da dívida dos países. A primeira delas, um processo mais efetivo de reestruturação para os países que possuam dívidas insustentáveis. Kristalina apontou que o modelo aprovado pelo G20 já é um importante progresso, porém, será preciso fazer mais. A Diretora-geral aproveitou o momento para dizer que a *Mesa Redonda da Dívida Soberana Global* progrediu, onde podem ser encontradas as suas ações no *Playbook de Reestruturação.* A segunda ação proposta foi dar mais celeridade à implementação da *Abordagem de Três Pilares do FMI-Banco Mundial* (BM), que tem como objetivo "apoiar países com dívida sustentável e buscar fortes reformas que melhorem o crescimento". Por último, Kristalina explicou que é fundamental para os países o apoio para a construção da resiliência e da promoção do distanciamento de acúmulo de dívidas

insustentáveis, pois ajuda a ampliar a capacidade de gerenciamento e no fortalecimento da dívida.

A respeito dos desequilíbrios globais, a Diretora-geral do FMI apontou que há excessos nas principais economias. De acordo com o *Relatório do Setor Externo* citado por ela, mostra que estes desequilíbrios aumentaram mais em 2025, cerca de 0,7% do PIB. Para Kristalina, este resultado pode sinalizar "padrões de crescimento desiguais e vulnerabilidades macrofinanceiras", indicando que a origem deste atual cenário se deve à mudança das relações comerciais entre os países e as turbulências comerciais intensificadas nos últimos tempos.

Para Kristalina, o documento elaborado pelo FMI evidenciou que para solucionar estas dificuldades macroeconômicas, há a necessidade de conter os desequilíbrios com ações políticas "tanto nos países excedentes quanto nos de déficit". A líder do FMI sugeriu que para as economias excedentes, as ações dos formuladores de políticas econômicas deveriam focar no mercado, onde aumentaria o consumo interno, o investimento e as possibilidades de crescimento. Já as economias deficitárias, Kristalina sugeriu que para desenvolver o crescimento econômico, as ações precisam estar ancoradas em uma consolidação fiscal apropriada para ajudar na ampliação da economia e das suas reservas fiscais.

A Diretora-geral do FMI terminou as suas considerações admitindo a responsabilidade de auxiliar os países membros da instituição financeira, com o objetivo de enfrentar os desafios trazidos pelos desequilíbrios e aproveitou a oportunidade para mostrar o que está sendo feito e precisa ser intensificado:

O FMI está cooperando com os países membros e outras organizações internacionais para melhorar os dados entre os países e as estatísticas do setor externo.	*Refinamento da metodologia do FMI que sublinha a avaliação de desequilíbrios excessivos; Ampliação da estrutura analítica para entender melhor as ligações entre as políticas comerciais e industriais e desequilíbrios em conta corrente e trabalhos complementares sobre fluxo de capital e desequilíbrios de ações.*	*Revisão Abrangente de Vigilância que visa fornecer uma avaliação mais abrangente e prospectiva das questões do setor externo em nível nacional, bem como de transbordamentos transversais.*

Fonte: Fundo Monetário Internacional, 2026.

Considerações Finais

Observando os comentários da Diretora-geral do FMI, pôde-se perceber que ela chama a responsabilidade da instituição financeira para a resolução de problemas, assim como toda a comunidade internacional, trazendo luz para o multilateralismo. As falas de Kristalina evidenciaram que os países necessitam de auxílio e cooperação internacional para enfrentarem as dificuldades de gestão das dívidas e do cenário de desequilíbrios globais.

Obviamente, isto não abdica a responsabilidade das lideranças econômicas dos países em elaborar planos confiáveis para as suas economias. De acordo com o FMI, as diretrizes econômicas dos países devem ser mais estruturadas, concentrando-se em diminuir burocracias

e remover barreiras que sejam prejudiciais ao crescimento e que apoiem soluções para os problemas fiscais.

Referências

Fundo Monetário Internacional [homepage na internet] IMF Managing Director Kristalina Georgieva's Statement at the Conclusion of the G20 Finance Ministers and Central Bank Governors Meeting in Asheville, North Carolina [acesso em 14 set 2026]. Disponível em: https://www.imf.org/en/news/articles/2026/09/01/pr26284-imf-md-statement-conclusion-g20-finance-ministers-central-bank-governors-meeting

BRICS e reforma da OMC, investimento global, comércio digital e agenda da OMPI em 2026

El BRICS y la reforma de la OMC, la inversión global, el comercio digital y la agenda de la OMPI para 2026

BRICS and WTO Reform, Global Investment, Digital Trade and WIPO's 2026 Agenda

Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário

Resumo: Este informe examina desenvolvimentos no comércio multilateral, investimento internacional, serviços digitais e propriedade intelectual. Destaca o apoio da Declaração de Nova Délhi do BRICS à reforma da OMC, à restauração de um sistema de solução de controvérsias operacional em dois níveis, à oposição a medidas protecionistas e à maior participação das economias em desenvolvimento. Com base no World Investment Report 2026 da UNCTAD, analisa a recuperação frágil e concentrada do investimento estrangeiro direto, a expansão de setores estratégicos, política industrial e subsídios, triagem de investimentos e desafios em saúde, farmacêutica e ciências da vida. Aborda a América Latina e o Caribe, incluindo o aumento dos fluxos para o Brasil. Examina o papel crescente dos serviços e do comércio digitalmente entregável, as desvantagens dos países de menor desenvolvimento relativo, inteligência artificial e fragmentação regulatória. Finalmente, apresenta a agenda institucional da OMPI sobre conhecimentos tradicionais, recursos genéticos e Global Innovation Index 2026.

Palavras-chave: Comércio multilateral; Reforma da OMC; Investimento estrangeiro direto; Política industrial; Economias em desenvolvimento; Serviços digitais; Inteligência artificial; Propriedade intelectual; Ciências da vida; Inovação.

Resumen: *Este informe examina desarrollos en el comercio multilateral, la inversión internacional, los servicios digitales y la propiedad intelectual. Destaca el apoyo de la Declaración de Nueva Delhi de los BRICS a la reforma de la OMC, la restauración de un sistema de solución de diferencias operativo de dos niveles, la oposición a medidas proteccionistas y mayor participación de las economías en desarrollo. Basándose en el World Investment Report 2026 de la UNCTAD, analiza la recuperación frágil y concentrada de la inversión extranjera directa, la expansión de sectores estratégicos, política industrial y subvenciones, control de inversiones y retos en salud, industria farmacéutica y ciencias de la vida. Aborda América Latina y el Caribe, incluido el aumento de los flujos hacia Brasil. Examina el papel de los servicios y del comercio digital, las desventajas de los países menos adelantados, inteligencia artificial y fragmentación regulatoria. Finalmente, presenta la agenda institucional de la OMPI.*

Palabras clave: *Comercio multilateral; Reforma de la OMC; Inversión extranjera directa; Política industrial; Economías en desarrollo; Servicios digitales; Inteligencia artificial; Propiedad intelectual; Ciencias de la vida; Innovación.*

Abstract: *This report examines recent developments in multilateral trade, international investment, digital services and intellectual property. It highlights the BRICS New Delhi Declaration's support for WTO reform, restoration of a fully functioning two-tier dispute*

settlement system, opposition to protectionist measures and greater participation by developing economies. Drawing on UNCTAD's World Investment Report 2026, it analyses a fragile and concentrated recovery in foreign direct investment, the expansion of strategic sectors, industrial policy and subsidies, investment screening, and challenges facing health, pharmaceuticals and life sciences. It also addresses Latin America and the Caribbean, including Brazil's increased investment inflows. The report further examines the growing role of services and digitally deliverable trade, persistent disadvantages affecting least developed countries, artificial intelligence and regulatory fragmentation. Finally, it presents WIPO's September agenda, covering traditional knowledge, genetic resources and the launch of the Global Innovation Index 2026, focused on science-based entrepreneurship and its innovation ecosystems.

Keywords: *Multilateral trade; WTO reform; Foreign direct investment; Industrial policy; Developing economies; Digital services; Artificial intelligence; Intellectual property; Life sciences; Innovation.*

BRICS, reforma da OMC, medidas protecionistas e fortalecimento do sistema multilateral de comércio

Na Declaração de Nova Délhi, os membros do BRICS reafirmaram seu apoio à reforma da Organização Mundial do Comércio (OMC) e ao fortalecimento de um sistema multilateral de comércio não discriminatório, aberto, equitativo, transparente, justo, inclusivo, previsível e baseado em regras, tendo a OMC em seu núcleo. O documento recorda a Declaração de 2026 sobre a Preservação e Revitalização do Sistema Multilateral de Comércio e a Declaração do BRICS de 2025 sobre a Reforma da Organização Mundial do Comércio e o Fortalecimento do Sistema Multilateral de Comércio. Os membros reiteraram a importância de preservar princípios fundamentais da OMC, como o tratamento da nação mais favorecida e o tratamento especial e diferenciado para os membros em desenvolvimento, particularmente os países de menor desenvolvimento relativo. (BRICS, 2026)

Os membros declararam seu compromisso com a participação ativa nas negociações multilaterais em Genebra, especialmente nos debates relativos à reforma da OMC. O grupo afirmou que pretende avançar os esforços e ampliar a coordenação no âmbito do Marco Consultivo Informal do BRICS em relação aos desafios que comprometem a eficácia e a credibilidade da OMC e às possíveis soluções para esses desafios. A Declaração estabelece o compromisso de assegurar a implementação dos resultados da 14ª Conferência Ministerial da OMC (MC14) e de continuar o engajamento construtivo com vistas à resolução das questões ainda pendentes. (BRICS, 2026)

No que se refere à reforma da OMC, o BRICS afirmou que participará de forma construtiva desse processo com o objetivo de reforçar a autoridade, a eficácia, a inclusão e a relevância da Organização e contribuir para a construção de uma economia mundial aberta. Nesse contexto, os membros reconheceram a importância de identificar caminhos apropriados para a incorporação de iniciativas plurilaterais ao marco jurídico da OMC, inclusive em questões orientadas para o desenvolvimento, bem como de explorar a formulação de regras voltadas para o futuro no âmbito da Organização. (BRICS, 2026)

A Declaração defende firmemente a restauração imediata de um mecanismo de solução de controvérsias da OMC acessível, eficaz, plenamente operacional, vinculante e estruturado

em dois níveis, considerado fundamento da confiança e da previsibilidade para todos os membros da Organização. Os membros defenderam a nomeação, sem mais demora, de novos integrantes do Órgão de Apelação. O BRICS afirmou que pretende trabalhar pelo fortalecimento da OMC por meio das reformas necessárias, preservando seus princípios fundamentais, facilitando o processo de negociação dentro de seu marco institucional e contribuindo para a restauração da credibilidade do sistema multilateral de comércio. (BRICS, 2026)

Em relação à participação do Sul Global no sistema multilateral de comércio, o BRICS manifestou forte apoio às candidaturas da Etiópia e do Irã à adesão à OMC, em consonância com as aspirações do Sul Global de integrar-se plenamente ao sistema. A Declaração reconheceu a China pela ampliação de seu tratamento tarifário zero para abranger 53 países africanos com os quais mantém relações diplomáticas. (BRICS, 2026)

A Declaração afirma que o sistema multilateral de comércio encontra-se há muito tempo em uma encruzilhada e manifesta preocupação com a proliferação de ações restritivas ao comércio incompatíveis com as regras da OMC. Entre essas ações, o documento menciona a elevação indiscriminada de tarifas, a adoção de medidas não tarifárias e o protecionismo sob a aparência de objetivos ambientais. Segundo a Declaração, essas práticas ameaçam reduzir ainda mais o comércio global, provocar disrupções nas cadeias globais de suprimentos e introduzir incertezas nas atividades econômicas e comerciais internacionais, podendo agravar disparidades econômicas existentes e afetar negativamente as perspectivas de desenvolvimento econômico global. (BRICS, 2026)

Os membros expressaram séria preocupação com o aumento de medidas tarifárias e não tarifárias unilaterais que distorcem o comércio e são incompatíveis com as regras da OMC. O grupo comprometeu-se a trabalhar conjuntamente para ampliar a capacidade de resposta da OMC às disrupções comerciais e às necessidades e prioridades dos mercados emergentes e das economias em desenvolvimento. A Declaração prevê ainda o avanço das discussões sobre questões pendentes e o apoio a resultados equilibrados, inclusivos e concretos que fortaleçam o sistema multilateral de comércio e permitam que ele responda de maneira mais adequada aos desafios globais em evolução. (BRICS, 2026)

No que se refere às medidas protecionistas e às cadeias de suprimentos, a Declaração reconhece que os membros do BRICS representam uma ampla diversidade de sociedades e civilizações, afetadas de maneiras distintas por medidas protecionistas unilaterais injustificadas e incompatíveis com as regras da OMC. Nesse contexto, o grupo afirmou que o BRICS deve concentrar-se na promoção de um ambiente justo e equitativo, estável e previsível para um desenvolvimento sustentável mutuamente benéfico. Os membros enfatizaram a importância de criar cadeias de suprimentos mais resilientes, confiáveis e estáveis, com atenção particular às necessidades dos países em desenvolvimento em seus esforços de modernização. (BRICS, 2026)

Por fim, os membros concordaram que o BRICS deve trabalhar para promover uma participação mais ampla e equitativa dos países em desenvolvimento e dos mercados emergentes nos segmentos de maior valor agregado da manufatura e da produção globais. Para esse fim, a Declaração menciona a promoção de iniciativas de comércio e investimento, a cooperação técnica, o fortalecimento das capacidades produtivas e a transferência de tecnologia, em conformidade com as respectivas leis, regulamentos e políticas de cada membro. (BRICS, 2026)

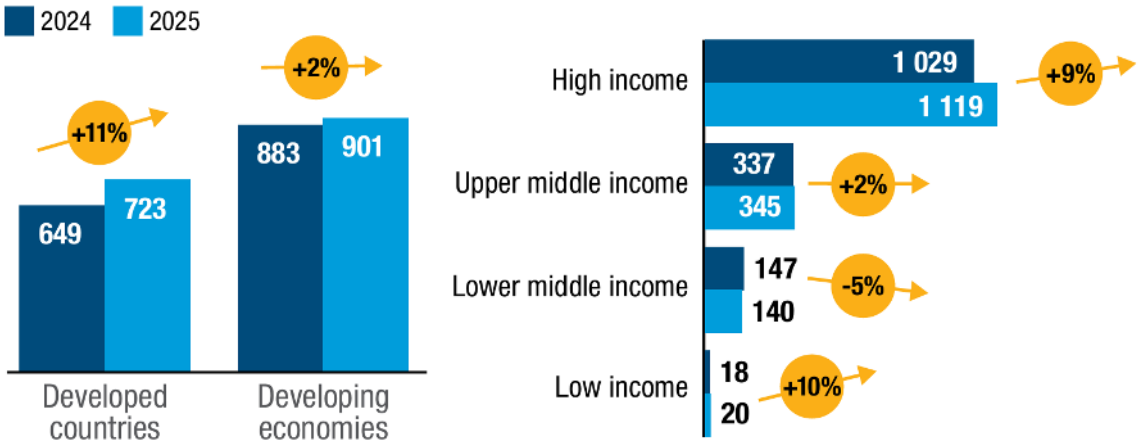
World Investment Report 2026

O *World Investment Report 2026: international investment in a turbulent era* documenta a reconfiguração do investimento internacional sob tensões geopolíticas, incerteza de política comercial e preocupações crescentes de segurança econômica. Seu argumento central é que o capital deixou de seguir custo e eficiência, terrenos em que os países em desenvolvimento podiam competir, e passou a seguir cálculo estratégico e política industrial, de modo que o desafio mais difícil para a maioria desses países passa a ser atrair investimento de qualquer natureza (UNCTAD, 2026a).

Recuperação frágil e concentrada

O investimento estrangeiro direto (IED) global cresceu 6% em 2025, para 1,6 trilhão de dólares, após dois anos consecutivos de queda. Descontados os fluxos-conduíte pelos centros financeiros europeus, que subtraíram cerca de 40 bilhões do total (contra 70 bilhões em 2024), o crescimento foi de 4%. As economias desenvolvidas receberam 11% a mais (723 bilhões, ainda 13% abaixo da média dos quinze anos anteriores), enquanto as em desenvolvimento avançaram apenas 2%, para pouco mais de 901 bilhões. Na decomposição por renda, a alta veio das economias de renda alta, cujos ingressos passaram de 1 para mais de 1,1 trilhão, ao passo que os fluxos para as de renda média-baixa recuaram 5%; Hong Kong (China), Singapura e Emirados Árabes Unidos responderam, juntos, por mais de um terço dos ingressos do mundo em desenvolvimento (UNCTAD, 2026a).

Figura 1: Fluxos de IED por nível de desenvolvimento e por grupo de renda, 2024–2025



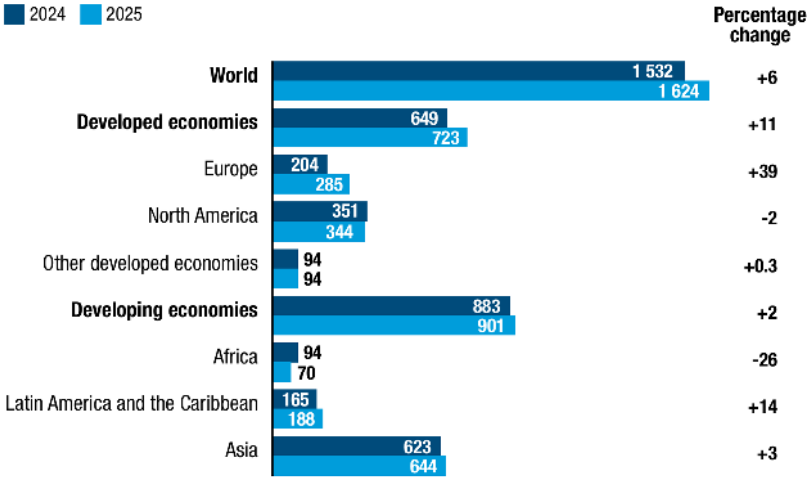
Fonte: UNCTAD, 2026a.

Por região, o crescimento global veio sobretudo da Europa, cujos ingressos subiram 39%, para 285 bilhões, puxados por movimentos em centros financeiros e grandes transações, enquanto a América do Norte recuou 2% (344 bilhões). Entre as regiões em desenvolvimento, a Ásia manteve-se como principal receptora, com alta de 3% (644 bilhões), e a América Latina e o Caribe cresceram 14%. A África caiu 26%, para 70 bilhões, ainda assim seu terceiro maior volume de ingressos (UNCTAD, 2026a).

As 20 maiores economias receptoras concentraram mais de 80% dos fluxos globais. Os Estados Unidos seguiram à frente (277 bilhões), e o Brasil esteve entre os países cujos ingressos subiram com mais força, sustentados por energia renovável e recursos naturais. Os dados por modalidade confirmam a fragilidade do quadro: as fusões e aquisições transfronteiriças caíram 7%, e o financiamento internacional de projetos subiu 3%, mas permaneceu cerca de 25% abaixo

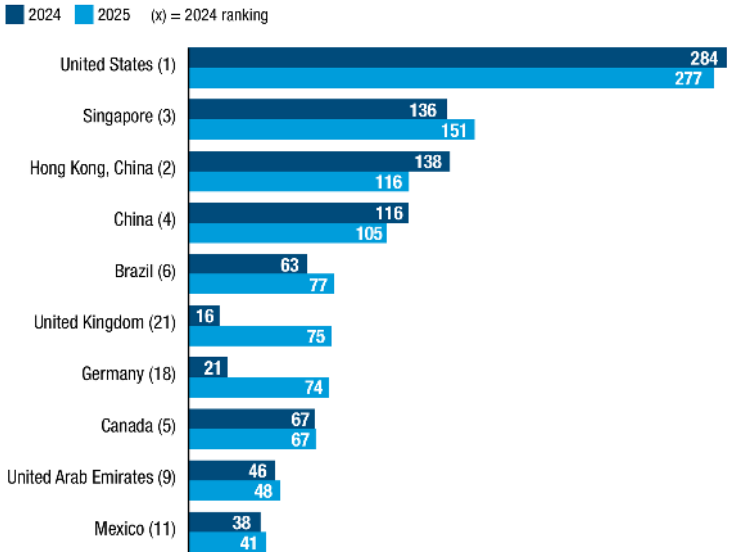
do pico de 2021. O valor dos projetos greenfield anunciados só se manteve próximo do nível de 2024 graças a megaprojetos em data centers, semicondutores e petróleo e gás. Projetos de 1 bilhão de dólares ou mais responderam por cerca de 44% desse valor em 2025, contra 22% em 2017, e Egito, Índia, Reino Unido e Brasil figuram, nessa ordem, entre seus principais destinos (UNCTAD, 2026a).

Figura 2: Fluxos de IED por grupo de economias e região, 2024–2025



Fonte: UNCTAD, 2026a.

Figura 3: Dez maiores economias receptoras de IED, 2024–2025

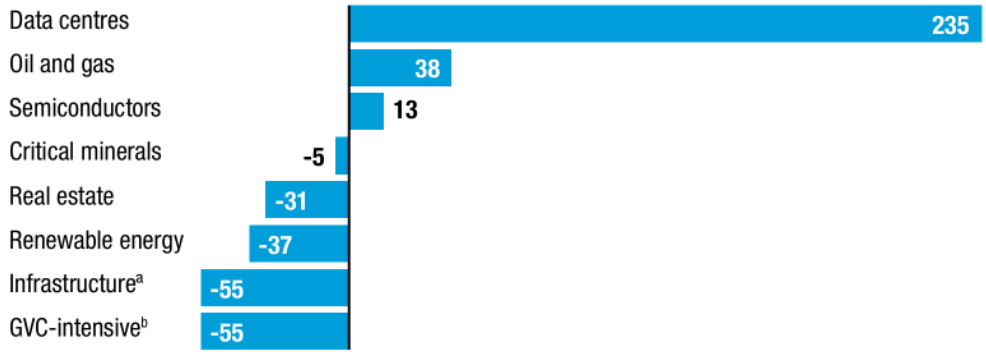


Fonte: UNCTAD, 2026a.

Por setor, somando greenfield anunciado e financiamento internacional de projetos, 2025 teve 235 bilhões de dólares a mais que 2024 em data centers, 38 bilhões em petróleo e gás e 13 bilhões em semicondutores. Houve quedas de 55 bilhões na manufatura intensiva em cadeias globais de valor, de outros 55 bilhões na infraestrutura (excluídas energia renovável e

data centers), de 37 bilhões na energia renovável e de 31 bilhões no setor imobiliário. O valor anunciado em infraestrutura digital subiu mais de 80%, enquanto a energia renovável, ainda o maior segmento de infraestrutura (mais de 600 bilhões), registrou o quarto ano seguido de queda. As economias em desenvolvimento mais que triplicaram seu greenfield na economia digital desde 2000, mas sua participação no total global segue pouco acima de um terço, e em muitas delas o investimento em infraestrutura central de conectividade estagnou ou caiu enquanto o de data centers disparava (UNCTAD, 2026a).

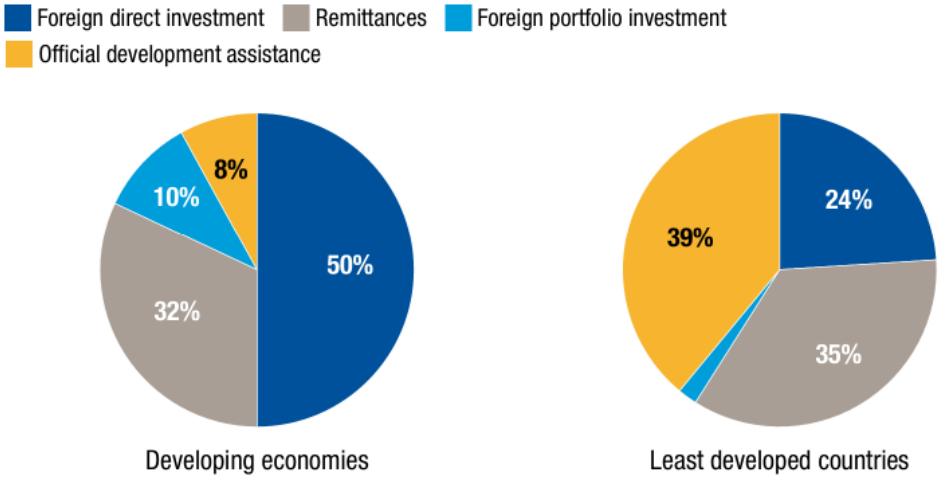
Figura 4: Variação dos valores de greenfield e de financiamento internacional de projetos por setor, 2024–2025



Fonte: UNCTAD, 2026a.

O IED continua sendo a maior fonte de financiamento externo das economias em desenvolvimento, com cerca de metade do total em 2025, à frente de remessas, ajuda oficial ao desenvolvimento e investimento de portfólio; nos países de menor desenvolvimento relativo (PMDR), porém, não chega a 25%. As perspectivas para 2026 são desfavoráveis. A escalada do conflito no Oriente Médio é tratada como choque adverso de grande porte: encarece o transporte, pressiona a inflação e tende a atingir primeiro os projetos intensivos em capital nas economias importadoras de combustíveis e financeiramente restritas (UNCTAD, 2026a).

Figura 5: Composição dos fluxos financeiros externos das economias em desenvolvimento e dos PMDR, 2025

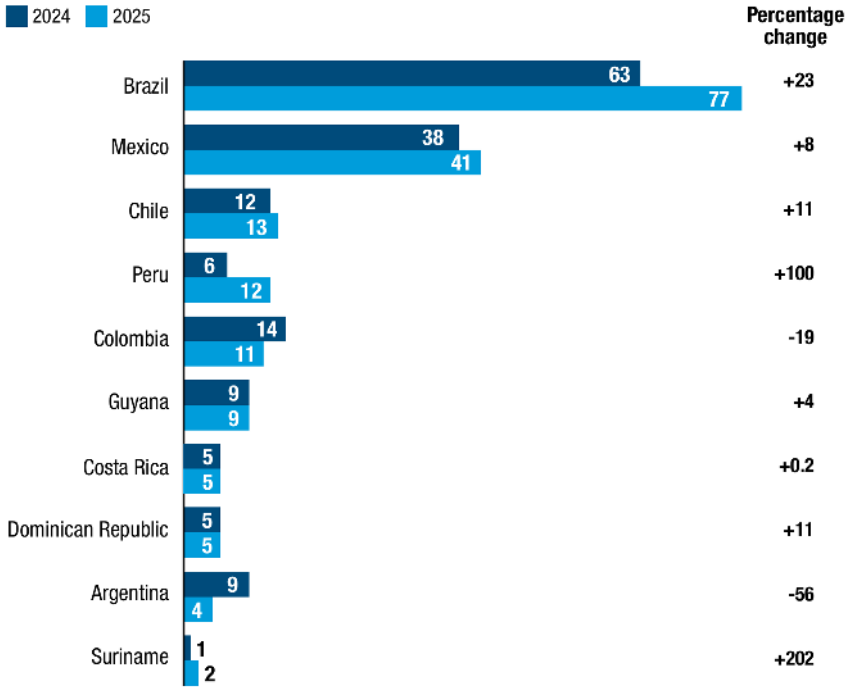


Fonte: UNCTAD, 2026a.

América Latina e Caribe: fluxos em alta, projetos em queda

A América Latina e o Caribe receberam 188 bilhões de dólares, alta de 14% puxada pela América do Sul, cujos ingressos passaram de 110 para 132 bilhões. O Brasil liderou esse movimento, com aumento de 23% (de 63 para 77 bilhões), e, somado ao México (de 38 para 41 bilhões), respondeu por cerca de dois terços dos fluxos regionais. Os dez maiores receptores concentraram 95% do total (UNCTAD, 2026a).

Figura 6: América Latina e Caribe: dez maiores receptores de IED, 2024–2025



Fonte: UNCTAD, 2026a.

A alta dos fluxos, porém, não se traduziu em nova atividade produtiva. O valor dos projetos greenfield anunciados na região caiu cerca de um terço, de 170 para menos de 120 bilhões: o México recuou de 44 para 24 bilhões e a Argentina de cerca de 37 para 1,4 bilhão. A composição setorial deslocou-se para serviços (de 64 para 81 bilhões), enquanto a manufatura despencava de 92 para 31 bilhões. O Brasil manteve-se relativamente resiliente, com cerca de 69 bilhões anunciados, mas apoiado sobretudo num único projeto de data center e infraestrutura digital da ByteDance, de 40,6 bilhões, que sozinho representou 43% do greenfield regional. Fora dele, os grandes anúncios concentraram-se no país e em cinco setores (energia renovável, mineração, farmacêutica, borracha e produtos de madeira), entre eles um projeto farmacêutico da Novo Nordisk estimado em 1,2 bilhão (UNCTAD, 2026a).

Sobre o nearshoring, o relatório registra uma divergência entre potencial e realização. Os ingressos no México cresceram enquanto os anúncios encolhiam, e os fluxos regionais são compostos majoritariamente de lucros reinvestidos, não de capital novo. Isso indica expansão seletiva e adiada de empresas já instaladas, sem onda de novos projetos. A infraestrutura de transporte e energia aparece como gargalo, e parte da queda pode refletir decisões apenas

postergadas, que se concretizariam com a estabilização das políticas comerciais e industriais na América do Norte (UNCTAD, 2026a).

Figura 7: América Latina e Caribe: dez maiores projetos greenfield anunciados em 2025, por valor

Host economy	Home economy	Sector segment	Parent company	Estimated capital expenditure (Billions of dollars)
Brazil	China	Digital infrastructure/data centre	Bytedance	40.6
Mexico	United States	Renewable energy	Transition Industries	3.3
Brazil	Sweden	Wood products	Eternali	2.7
Brazil	Bermuda	Coal, oil and gas	BW Group	1.5
Ecuador	Australia	Metals	SolGold	1.5
Brazil	Denmark	Pharmaceuticals	Novo Nordisk	1.2
Brazil	China	Rubber	Linglong Group (Shandong Linglong Rubber)	1.2
Brazil	United States	Renewable energy	Cargill	1.1
Brazil	United States	Renewable energy	Cemvita	1.1
Brazil	Netherlands	Renewable energy	Louis Dreyfus	1.1

Fonte: UNCTAD, 2026a.

A região também concentrou a maior parte das medidas de facilitação de investimento adotadas pelos países em desenvolvimento em 2025. O Brasil aparece com duas iniciativas. O Plano Brasil Soberano (agosto de 2025) combinou crédito à exportação, garantias, alívio tributário temporário e flexibilização do drawback com um componente de longo prazo voltado ao investimento em setores estratégicos. O REDATA (setembro de 2025) é um regime tributário especial para serviços de data center que suspende tributos federais sobre compras e importações de equipamentos, condicionado a obrigações de sustentabilidade e de atendimento ao mercado doméstico. No plano internacional, o acordo de livre comércio EFTA-Mercosul, assinado em 16 de setembro de 2025, figura entre os acordos com disposições de investimento concluídos no ano. Na arbitragem investidor-Estado, a América Latina e o Caribe foram o principal alvo dos casos iniciados em 2025, com 25 dos 56 (cerca de 45%) (UNCTAD, 2026a).

Internacionalização das multinacionais e empresas estatais

O acompanhamento das maiores empresas multinacionais (EMN) entre 2017-2019 e 2022-2024 mostra trajetórias divergentes por país de origem. Nas norte-americanas, a participação média dos ativos externos no total caiu de 43% para 39%, com recuos de 9,7 pontos percentuais em infraestrutura, 4,8 em petróleo e gás e 4,6 na farmacêutica. As EMN de Japão, Coreia do Sul e Taiwan (Província da China) seguiram o caminho oposto, ampliando essa participação em 4,4 pontos, sobretudo em tecnologia e indústria. A Sony passou de cerca de 25% para mais de 65% de ativos no exterior, e a TSMC, de menos de 5% para mais de 20%. Entre as chinesas, a retração concentrou-se nos setores dominados por grandes estatais, enquanto as privadas de tecnologia e automotivo seguiram expandindo-se no exterior (UNCTAD, 2026a).

A participação estatal voltou a crescer entre as maiores EMN. Entre as 100 maiores não financeiras do ranking da UNCTAD, o número de empresas com participação do Estado superior a 10% dos direitos de voto passou de 15 em 2017 para 26 em 2026. Entre as 100 maiores de economias em desenvolvimento, chegou a 50 (contra 31 em 2011), com o Brasil entre os países

de origem. Nas economias desenvolvidas, governos ampliaram ou reafirmaram participações em empresas de tecnologia, semicondutores, minerais críticos, telecomunicações e defesa, como na aquisição de 10% da Intel pelos Estados Unidos. Também recorreram a poderes especiais (golden powers) para limitar a influência de estatais estrangeiras, como nos casos da Nexperia, nos Países Baixos, e da Pirelli, na Itália (UNCTAD, 2026a).

As aquisições internacionais por EMN estatais retomaram fôlego desde a pandemia, com média anual de cerca de 85 bilhões de dólares em 2021–2025, quase o dobro dos 45 bilhões de 2015–2019. Operações pendentes anunciadas em 2025 podem elevar o valor a 160 bilhões em 2026, cerca de 10% dos fluxos globais de IED. Os grandes negócios passaram a ser conduzidos por consórcios em que estatais e fundos soberanos atuam ao lado de investidores privados e institucionais. Exemplos são a aquisição proposta da Electronic Arts por veículo liderado pelo fundo soberano saudita (cerca de 50 bilhões) e a da Aligned Data Centers por consórcio que inclui a MGX, dos Emirados Árabes Unidos (cerca de 40 bilhões) (UNCTAD, 2026b).

Setores estratégicos e o estreitamento das portas de entrada

Os setores que o relatório classifica como estratégicos (infraestrutura e tecnologias de IA, tecnologias avançadas e sensíveis, minerais críticos, tecnologias de transição energética e semicondutores) saltaram de 16% para 44% do investimento greenfield global entre 2020 e 2025. No mesmo período, o valor anunciado subiu de 109 para 576 bilhões de dólares. A infraestrutura de IA respondeu por três quintos do total em 2025 (de menos de 50 para quase 350 bilhões), com crescimento de 47% ao ano. Os semicondutores foram o segmento de expansão mais rápida, a 54% ao ano, seguidos por minerais críticos e tecnologias de transição energética (17% ao ano cada) e pelas demais tecnologias avançadas (8%) (UNCTAD, 2026a).

Em 2025, os três maiores investidores responderam em média por 72% do valor anunciado em cada setor estratégico e os três maiores receptores por 56%, contra 27% e 34% nos demais setores. As economias de renda baixa e média-baixa atraíram, em 2020-2025, apenas cerca de 10% do investimento estratégico, contra mais de 20% nos outros setores. Essa participação é mínima em semicondutores, tecnologias avançadas e IA e só alcança 15% em minerais críticos, único segmento em que a dotação de recursos garante aos países de renda baixa uma fatia não desprezível (UNCTAD, 2026a).

No caso da IA, o relatório observa que a concentração dos recursos computacionais confina o setor produtivo dos países emergentes à ponta final do mercado, forçando-o a operar apenas serviços locais sobre tecnologias proprietárias importadas. Sublinha também que o acesso a dados locais e setorialmente específicos pesa mais na adoção do que o acesso a dados em geral, pois os modelos incorporam pressupostos de mercado das economias avançadas. As atividades digitais já respondem por até 60% dos projetos de IED submetidos a triagem por segurança nacional (UNCTAD, 2026a).

Ao mesmo tempo, as portas de entrada tradicionais se estreitam. Excluídos os setores estratégicos, o valor do greenfield em manufatura caiu 17% entre 2015-2019 e 2021-2025, de 970 para 807 bilhões, com quedas de 11% nas economias desenvolvidas, 20% nas em desenvolvimento e 65% nos PMDR. Por renda do receptor, o recuo chegou a 70% nos países de renda baixa, enquanto os de renda média-baixa cresceram 6%, com países como Egito e Vietnã se posicionando como bases alternativas de produção. Os segmentos intensivos em trabalho e orientados por custo, pelos quais esses países tradicionalmente se inseriam na produção internacional, são justamente os que encolhem e se concentram. Não por acaso, 85% das

agências de promoção de investimento dos PMDR relataram cancelamento ou redução de projetos nos últimos três anos, contra 47% nas demais economias em desenvolvimento (UNCTAD, 2026a).

Saúde, indústria farmacêutica e ciências da vida

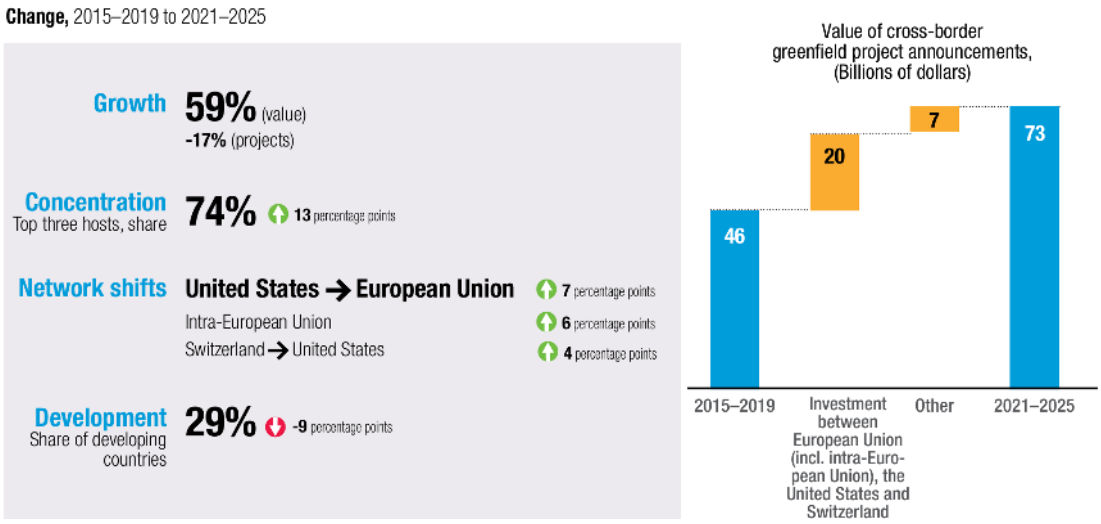
O investimento privado internacional em saúde permanece pequeno e dependente de apoio público. Nas economias em desenvolvimento, o greenfield anunciado em serviços de saúde chegou a cerca de 13 bilhões de dólares em 2025, crescendo em ritmo inferior ao de 2024. Nos PMDR, passou de cerca de 180 para 490 milhões, e não se registrou nenhuma operação de financiamento internacional de projetos no setor. A UNCTAD atribui esses níveis persistentemente baixos à dificuldade de mobilizar capital privado para infraestrutura social sem apoio público forte ou arranjos de financiamento misto (UNCTAD, 2026a).

A indústria farmacêutica, em contraste, esteve entre os motores da expansão da produção internacional. As empresas multinacionais (EMN) farmacêuticas ampliaram seus ativos no exterior em mais de 10% em 2025. Dois fatores pesaram: o acesso a mercados e o chamado "precipício de patentes", isto é, a expiração de patentes de medicamentos-chave, que reduz receitas e abre espaço aos genéricos. A pressão intensificou a busca por tratamentos de alto valor em câncer e obesidade, como na aquisição da Blueprint pela Sanofi, por 9 bilhões. Oito das doze EMN farmacêuticas do ranking anunciaram investimentos em manufatura e P&D nos Estados Unidos. Ali, excluído o Projeto Stargate, a farmacêutica liderou os compromissos de investimento estrangeiro anunciados, com 157 bilhões. Entre as EMN norte-americanas, a reorientação para o mercado doméstico foi mais pronunciada em infraestrutura, petróleo e gás e farmacêutica, enquanto as europeias seguiram expandindo-se no exterior na disputa por empresas biofarmacêuticas promissoras (UNCTAD, 2026a).

Na análise da reconfiguração das cadeias de suprimento, as ciências da vida (farmacêuticos e dispositivos médicos) formam o padrão que o relatório denomina "concentração". O valor greenfield transfronteiriço cresceu 59% entre 2015-2019 e 2021-2025, de 46 para 73 bilhões de dólares, mas o número de projetos caiu 17%. Os três maiores receptores passaram a deter 74% do total (13 pontos percentuais a mais), e a participação dos países em desenvolvimento recuou 9 pontos, para 29%. Os fluxos se organizam em poucos vínculos entre Estados Unidos, União Europeia e Suíça. Fora desse núcleo, a diversificação se limita a polos especializados como Costa Rica e Singapura, amparados em marcos regulatórios robustos e políticas direcionadas (UNCTAD, 2026a).

A UNCTAD adverte que a capacidade limitada de atrair investimento em manufatura farmacêutica dificulta a transição da dependência de medicamentos importados para sistemas produtivos mais resilientes e ancorados localmente. Em regiões como a África, isso reforça a dependência externa e cria riscos para a segurança sanitária. Superar a lacuna exigiria políticas de investimento direcionadas, sistemas regulatórios mais sólidos e esforços internacionais de transferência de tecnologia, como mostraram os debates recentes sobre a produção de vacinas. O relatório reconhece ainda que, na perspectiva de muitos países em desenvolvimento, os setores de maior importância estratégica podem ser os que sustentam a segurança de recursos, entre eles a produção relacionada à saúde. Registra também que a onda de triagem de 2020–2021, deflagrada pela covid-19, estendeu os regimes nacionais a saúde, biotecnologia, farmacêutica e dispositivos médicos, com Itália, França e Espanha entre os exemplos (UNCTAD, 2026a).

Figura 8: Investimento greenfield transfronteiriço em ciências da vida: crescimento, concentração e participação dos países em desenvolvimento, 2015–2019 e 2021–2025



Fonte: UNCTAD, 2026a.

Política industrial e assimetria dos subsídios

As intervenções de política industrial cresceram 60% em número médio anual entre 2016-2020 e 2021-2025. China, União Europeia e Estados Unidos respondem por cerca de metade das registradas na última década. As motivações diferem entre grupos de países. Nas economias desenvolvidas, segurança nacional e fatores geopolíticos motivaram mais de um quarto das medidas com objetivo declarado nos últimos cinco anos. Nos países em desenvolvimento, predominou a competitividade estratégica (60%), seguida da resiliência das cadeias (30%), com segurança nacional e mitigação climática respondendo por apenas 4% cada (UNCTAD, 2026a).

Os subsídios específicos a firmas quase triplicaram, de 271 bilhões de dólares em 2015–2019 para 779 bilhões em 2020-2024. Os países desenvolvidos concentram 600 bilhões desse total (contra 187 bilhões no período anterior), enquanto nos países em desenvolvimento o valor passou de 84 para 179 bilhões. Os subsídios representam 91% das intervenções chinesas e 72% das europeias, mas apenas 18% das dos países em desenvolvimento. Os alvos também divergem: nas economias desenvolvidas e na China, os subsídios vão sobretudo para semicondutores, tecnologias avançadas, energia limpa e minerais críticos; nos países em desenvolvimento, para agricultura, processamento de alimentos, petróleo e gás e geração elétrica (UNCTAD, 2026a).

As intervenções de caráter promocional predominam na maior parte das economias, com 94% das medidas na China, 88% na União Europeia e 76% nas demais economias desenvolvidas. As defensivas (restrições à importação e à exportação, requisitos de localização e restrições ao IED) cresceram desde 2020, sobretudo em setores intensivos em tecnologia, e já são maioria nos Estados Unidos (54%), além de somarem 45% nos demais países em desenvolvimento. Os Estados Unidos combinam subsídios (cerca de 33% das intervenções) com políticas de localização (29%) e de importação (10%), e a combinação varia por setor: predominam medidas promocionais nos semicondutores e defensivas no aço (UNCTAD, 2026a).

Nas políticas nacionais de investimento, 2025 registrou o recorde de 229 medidas em 104 países, contra 192 em 2024. Delas, 73% foram favoráveis aos investidores, metade na forma de incentivos cada vez mais direcionados a setores prioritários. A fatia de medidas restritivas, porém, subiu para 27%, e nas economias em desenvolvimento a participação das favoráveis caiu pela primeira vez desde a covid-19, de 85% para 78%. A UNCTAD adverte que essa lógica recompensa bolsos fundos e ecossistemas estabelecidos e torna a competição por investimento estratégico crescentemente assimétrica, já que a maioria dos países em desenvolvimento não tem como igualar o apoio mobilizado pelas maiores economias (UNCTAD, 2026a).

Segurança nacional, triagem e acordos de investimento

O número de economias com regimes de triagem de investimento por segurança nacional saltou de 21 em 2016 para 52 em 2025. As medidas de triagem responderam por quase 40% das medidas restritivas adotadas no ano, todas por países desenvolvidos. O próprio conceito de segurança nacional se ampliou, dos ativos de defesa para tecnologias críticas, infraestrutura de dados e gargalos de cadeias. Os volumes triados cresceram fortemente entre 2015 e 2024: de 143 para 325 casos nos Estados Unidos, de 491 para 2.903 no Japão e de 18 para 835 na Itália. Ainda assim, menos de 1% dos projetos é rejeitado ou bloqueado. Entre os países em desenvolvimento, dez operam hoje regimes desse tipo, mais da metade adotados desde 2020 (UNCTAD, 2026a).

No plano normativo, as exceções de segurança essencial constam de nove em cada dez acordos internacionais de investimento concluídos após 2020, contra menos de um em dez antes de 2001. Das inscritas desde 2021, 92% são autojulgáveis, ou seja, deixam às próprias partes ampla margem para definir suas necessidades de segurança. O regime, contudo, continua ancorado em tratados antigos: 85% dos cerca de 2.600 acordos em vigor foram concluídos até 2010. Desde 1987, ao menos 131 arbitragens investidor-Estado envolveram questões de segurança, algumas delas contestando medidas justificadas pela proteção do meio ambiente ou da saúde pública (UNCTAD, 2026a).

Respostas de política e a busca dos comuns

O relatório extrai de sua análise seis implicações para o desenvolvimento, entre elas a participação limitada nos segmentos estratégicos, o campo de jogo desigual criado pela política industrial e o estreitamento das trajetórias tradicionais de industrialização. Daí decorre um deslocamento do foco, do volume para a qualidade e a função do investimento, com desafios distintos por perfil de país. Para os PMDR, o desafio imediato é criar condições básicas de participação, como infraestrutura, energia, qualificação e conectividade regional. Economias com base industrial estabelecida precisariam avançar para segmentos de maior valor sem entrar em competição custosa por subsídios. Já as ricas em recursos teriam de converter a demanda por minerais críticos em processamento doméstico e adensamento industrial (UNCTAD, 2026a).

Entre as áreas de ação propostas aos países em desenvolvimento, o relatório destaca três. A primeira é a priorização estratégica, entendida como a identificação de poucos pontos de entrada realistas nas cadeias de valor. A segunda é uma política industrial fiscalmente realista, que direcione recursos escassos aos gargalos do investimento em vez de replicar programas de subsídio a firmas inalcançáveis. A terceira é o uso da integração regional para construir proposições de investimento mais críveis. Um dos exemplos de priorização é o programa HAMLE, da Turquia. Por uma metodologia quantitativa que pondera intensidade tecnológica e dependência de importações, ele selecionou em 2021 919 produtos prioritários

em sete setores manufatureiros, incluindo farmacêuticos e dispositivos médicos; no início de 2026, a lista cobria 1.126 produtos, 414 áreas tecnológicas e 34 minerais críticos (UNCTAD, 2026a).

No plano multilateral, a UNCTAD propõe preservar um conjunto de "comuns", áreas de interesse compartilhado em que a ação coletiva mantenha condições previsíveis para o investimento transfronteiriço. Entre as iniciativas propostas figuram um mecanismo global de monitoramento das medidas comerciais, industriais e de segurança econômica que afetam o investimento, princípios de clareza e proporcionalidade para medidas de segurança, plataformas conjuntas de preparação de projetos e compartilhamento de riscos entre bancos multilaterais e agências de crédito à exportação, e a aceleração da reforma dos acordos de investimento. As parcerias de investimento entre países de origem e de destino em setores estratégicos serão discutidas no 9º World Investment Forum, numa agenda que o relatório vincula ao Compromisso de Sevilha (UNCTAD, 2026a).

Global trade update: serviços e comércio digital

A edição de setembro de 2026 do *Global trade update — Services are reshaping global trade, but least developed countries lag in digital exports,* da UNCTAD, examina o peso crescente dos serviços na produção e no comércio mundiais e as barreiras estruturais que limitam a participação dos países em desenvolvimento, sobretudo os PMDR, no comércio de serviços digitalmente entregáveis. (UNCTAD, 2026b).

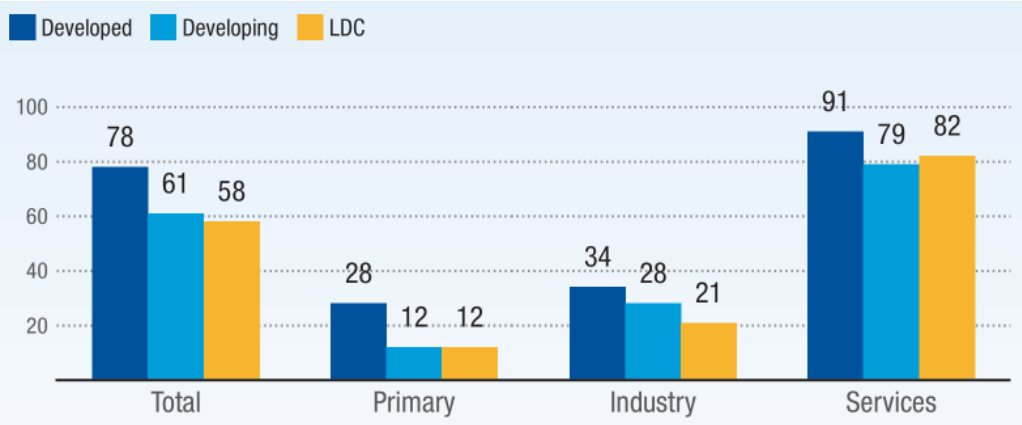
Servicificação e o conteúdo de serviços das exportações

Os serviços respondem por cerca de 70% do PIB e do emprego nas economias desenvolvidas e por mais da metade da atividade econômica nas em desenvolvimento. Nestas, a participação vai de 66% do PIB nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento a 42% nos PMDR. Nas exportações mundiais, a fatia dos serviços subiu de 23% em 2015 para 27% em 2025. A publicação distingue duas tendências: a servicificação enquanto uso crescente de serviços como insumo em todos os setores (logística, finanças, design e gestão de dados incorporados mesmo quando o produto final é um bem físico); e a servitização como mudança de modelo de negócio pela qual firmas que vendiam bens passam a vendê-los em pacote com serviços, ou a vender os serviços que os produtos prestam (UNCTAD, 2026b).

Em 2022, os serviços representavam 71% dos insumos intermediários globais: 78% nas economias desenvolvidas, 61% nas em desenvolvimento e 58% nos PMDR. O conteúdo de serviços embutido nas exportações é ainda mais desigual. Nas exportações de bens industriais, os serviços respondem por 33% dos insumos intermediários nas economias desenvolvidas, 27% nas em desenvolvimento e apenas 13% nos PMDR cobertos pela base TiVA da OCDE (sete países). No total das exportações, as proporções são de 57%, 42% e 26%, respectivamente (UNCTAD, 2026b).

A UNCTAD adverte que o papel dos serviços no comércio dos países em desenvolvimento é frequentemente subestimado, porque os serviços incorporados às exportações de bens não são medidos adequadamente. Na maioria desses países faltam dados bilaterais, desagregação por modo de prestação e detalhamento setorial, o que deixa parte expressiva do comércio de serviços invisível nas estatísticas. Poucas economias em desenvolvimento publicam regularmente dados bilaterais de comércio de serviços, e muitas não reportam além das categorias básicas (UNCTAD, 2026b).

Figura 9: Participação dos serviços nos insumos intermediários do valor adicionado das exportações brutas, por grupo de países e setor, 2022



Fonte: UNCTAD, 2026b.

Serviços digitalmente entregáveis e o descompasso dos PMDR

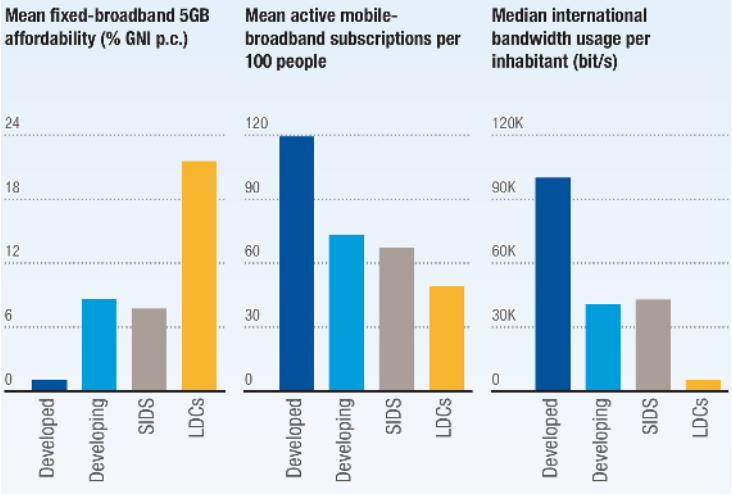
As exportações mundiais de serviços cresceram cerca de 6,7% ao ano na última década, acima das de bens, e 8,3% em 2025. O motor foram os serviços digitalmente entregáveis, que se expandiram a 7,1% ao ano e já respondem por 56% das exportações globais de serviços. A categoria reúne os serviços que podem ser prestados remotamente por redes de computadores, entre os quais encargos pelo uso de propriedade intelectual, pesquisa e desenvolvimento, telecomunicações e informática, serviços profissionais e técnicos e serviços de saúde e educação (UNCTAD, 2026b).

Os PMDR ficaram à margem desse crescimento. Suas exportações de serviços cresceram apenas 3% ao ano no mesmo período, e sua participação nas exportações mundiais, já inferior a 1% em 2010, caiu para 0,6% em 2025. Os serviços digitalmente entregáveis representam cerca de 61% das exportações de serviços das economias desenvolvidas e apenas 16% das dos PMDR, fatia que vem diminuindo mesmo com o crescimento em termos absolutos. A diferença reflete, além das lacunas de infraestrutura, estruturas de exportação divergentes: os PMDR seguem dependentes de transporte e viagens, enquanto as economias desenvolvidas e um número crescente de economias em desenvolvimento avançaram para serviços intensivos em conhecimento (UNCTAD, 2026b).

Conectividade, pagamentos, propriedade intelectual e inteligência artificial

A participação no comércio digital exige conectividade confiável e acessível, fluxos de dados e pagamentos sem atrito, qualificação digital e marcos regulatórios previsíveis, e a infraestrutura digital inadequada segue sendo uma barreira central. O custo médio de 5 GB de banda larga fixa ultrapassa 20% da renda nacional bruta per capita nos PMDR, contra valores próximos de zero nas economias desenvolvidas. Nos pagamentos transfronteiriços, custos elevados, baixa interoperabilidade e plataformas que não aceitam contas bancárias locais restringem pequenos negócios e trabalhadores autônomos, e metade dos países com os maiores custos de remessas são PMDR. Há progressos, sobretudo na África: o uso de dinheiro móvel entre adultos da África Subsaariana subiu de cerca de 27% em 2021 para cerca de 40% em 2024 (UNCTAD, 2026b).

Figura 10: Indicadores de conectividade internacional por grupo de países

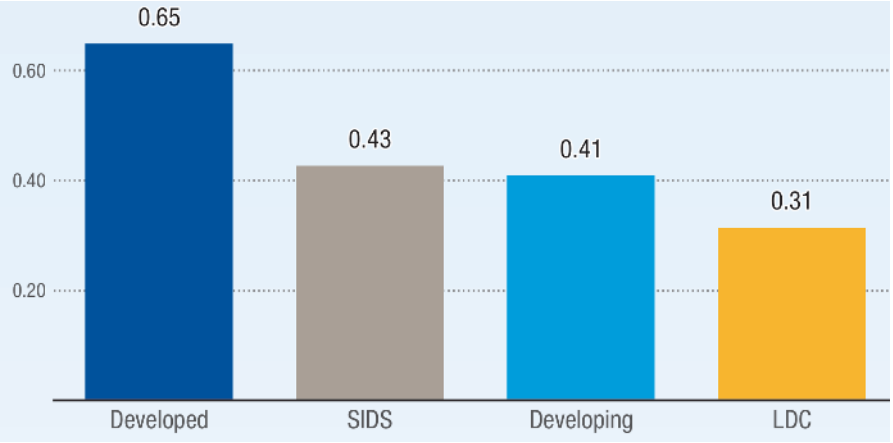


Fonte: UNCTAD, 2026b.

A proteção insuficiente de direitos de propriedade intelectual aparece como obstáculo adicional para empresas cujos produtos dependem de marcas, indicações geográficas ou conteúdo criativo. É o que documenta o projeto de cooperação técnica da UNCTAD com os países da CARICOM, no qual exportadores de serviços criativos dos pequenos Estados insulares caribenhos aparecem excluídos das grandes plataformas de pagamento e sujeitos a fraca proteção desses direitos, problemas que a publicação considera não exclusivos da região (UNCTAD, 2026b).

A UNCTAD formula um alerta explícito sobre a IA. Sua implantação depende de infraestrutura digital avançada, capacidade computacional em larga escala, dados, capital e trabalhadores altamente qualificados, recursos concentrados em poucas economias e empresas. Por isso, os ganhos de produtividade tendem a se acumular na fronteira tecnológica, e a automação de tarefas rotineiras e menos qualificadas pode fechar portas de entrada que muitos países em desenvolvimento usaram para chegar aos mercados globais de serviços. Menos de um terço desses países adotou estratégias nacionais de IA. O índice de preparação para a IA do FMI, que vai de 0 a 1, registra média de 0,65 nas economias desenvolvidas, 0,43 nos pequenos Estados insulares, 0,41 nas economias em desenvolvimento e 0,31 nos PMDR (UNCTAD, 2026b).

Figura 11: Índice médio de preparação para a IA por grupo de países, 2023



Fonte: UNCTAD, 2026b.

Regras multilaterais e fragmentação regulatória

As regras multilaterais de comércio de serviços foram concebidas antes da era digital. O Programa de Trabalho sobre Comércio Eletrônico da OMC, de 1998, serviu de fórum e ajudou a firmar o entendimento de que o GATS pode se aplicar a serviços prestados eletronicamente, mas produziu pouca clarificação das regras e nenhum novo compromisso de abertura. A 14ª Conferência Ministerial (MC14), em março de 2026, não obteve consenso para prorrogar a moratória de direitos aduaneiros sobre transmissões eletrônicas, que expirou. Na mesma conferência, 66 membros avançaram o Acordo sobre Comércio Eletrônico, buscando incorporá-lo ao arcabouço jurídico da OMC; depois dela, 24 membros comprometeram-se a manter a moratória entre si e acordaram, pela primeira vez, uma definição comum dessas transmissões (UNCTAD, 2026b).

A restritividade ao comércio de serviços digitalmente entregáveis mudou pouco entre 2016 e 2022. Os serviços profissionais enfrentam as maiores barreiras em todas as regiões, e há ampla variação entre países em desenvolvimento e PMDR, inclusive em serviços de saúde, nos quais os índices desses grupos vão de menos de 20 a mais de 80 pontos numa escala de 0 a 100. Dos 487 acordos comerciais preferenciais assinados entre 2000 e 2025, 55% incluem disposições sobre comércio eletrônico ou digital, 39% sobre exceções ao comércio digital e 38% sobre proteção de dados pessoais. Desde 2020, participaram de acordos com essas disposições 90% dos países desenvolvidos, 62% dos em desenvolvimento e 66% dos PMDR, e a sobreposição de regras divergentes eleva a complexidade regulatória, sobretudo para pequenas empresas (UNCTAD, 2026b).

Para converter a servicificação em oportunidade, a publicação propõe ação em três frentes. A primeira é dados melhores, com coleta desagregada por parceiro, setor e modo de prestação, uso de registros administrativos e intercâmbio Sul-Sul entre institutos de estatística. A segunda é a infraestrutura e a qualificação digitais. A terceira é uma cooperação internacional que garanta aos PMDR participação efetiva nos processos em que as novas regras digitais estão sendo definidas (UNCTAD, 2026b).

Agenda da OMPI em setembro

Comitê Intergovernamental sobre Propriedade Intelectual e Recursos Genéticos, Conhecimentos Tradicionais e Folclore

A 53ª sessão do Comitê Intergovernamental sobre Propriedade Intelectual e Recursos Genéticos, Conhecimentos Tradicionais e Folclore (IGC) da OMPI ocorre em Genebra de 16 a 25 de setembro de 2026. Em sua 52ª sessão o comitê decidiu seguir trabalhando com base nos projetos de artigos sobre a proteção de conhecimentos tradicionais e de expressões culturais tradicionais, que voltam agora à mesa. Também será retomada a proposta dos Estados Unidos de um questionário aos Estados-membros sobre o uso de sistemas sui generis de proteção desses conhecimentos e expressões, acompanhado de relatório-síntese das respostas (WIPO, 2026a).

A pauta provisória inclui ainda um item sobre recursos genéticos, restrito às questões de propriedade intelectual relativas a esses recursos e à sua interligação com conhecimentos tradicionais e expressões culturais tradicionais, sem trabalho normativo sobre recursos genéticos. Completam a agenda uma sessão de compartilhamento de informações, a atualização sobre o Fundo Voluntário para Comunidades Indígenas e Locais Acreditadas, a

nomeação de seu Conselho Consultivo e o painel de povos indígenas e comunidades locais, realizado a cada sessão desde 2005 (WIPO, 2026a; 2026b).

Lançamento do Global Innovation Index 2026

O lançamento global do Global Innovation Index 2026 ocorre em 29 de setembro, na sede da OMPI em Genebra, das 13h30 às 15h30 (horário de Genebra), com transmissão online. Intitulada *Powering entrepreneurs at the frontier of science*, a edição examina como construir ecossistemas capazes de converter avanços científicos em startups e spinouts de ciência profunda, num momento em que IA, computação quântica, biologia sintética e materiais avançados passam do laboratório ao mercado. O índice classifica o desempenho em inovação de quase 140 economias e identifica os 100 principais clusters de inovação do mundo (WIPO, 2026c).

A programação prevê abertura pelo diretor-geral da OMPI, Daren Tang, e apresentação dos resultados pelo subdiretor-geral Marco M. Alemán. Segue-se um painel sobre o tema especial, que discutirá como empreendimentos de ciência profunda podem passar da descoberta à escala diante de prazos longos e lacunas de capital, quais novos polos emergem fora dos centros tradicionais e como IA, biotecnologia, materiais avançados, semicondutores e energia limpa podem avançar de projetos-piloto a carteiras de projetos. Segundo a OMPI, cerca de 80% de seus Estados-membros utilizam o índice para aprimorar a mensuração ou as políticas de inovação (WIPO, 2026c).

Referências

BRICS. **BRICS New Delhi Declaration: Building for Resilience, Innovation, Cooperation and Sustainability**. Disponível em: https://www.pmindia.gov.in/en/news_updates/brics-new-delhi-declaration-building-for-resilience-innovation-cooperation-and-sustainability-september-12-2026/?comment=disable.

UNCTAD – UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **World investment report 2026**: international investment in a turbulent era. Geneva: United Nations, 2026a. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/wir2026_en.pdf

UNCTAD – UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **Global trade update (September 2026)**: services are reshaping global trade, but least developed countries lag in digital exports. Policy insights. Geneva: UNCTAD, 2026b.. Disponível em: https://unctad.org/publication/global-trade-update-september-2026-services-are-reshaping-global-trade

WIPO – WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION. **Brief summary of documents**. Intergovernmental Committee on Intellectual Property and Genetic Resources, Traditional Knowledge and Folklore, fifty-third session. Geneva. Disponível em: https://www.wipo.int/edocs/mdocs/tk/en/wipo_grtkf_ic_53/wipo_grtkf_ic_53_inf_2.pdf

WIPO – WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION. **Draft agenda**. Intergovernmental Committee on Intellectual Property and Genetic Resources, Traditional Knowledge and Folklore, fifty-third session. Geneva. Disponível em: https://www.wipo.int/edocs/mdocs/tk/en/wipo_grtkf_ic_53/wipo_grtkf_ic_53_1.pdf

WIPO – WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION. **Global Innovation Index 2026**: powering entrepreneurs at the frontier of science. Global launch program. Geneva: WIPO, 2026c. Disponível em: https://www.wipo.int/edocs/mdocs/mdocs/en/wipo_gii_ge_26/wipo_gii_ge_26_program.pdf

A saúde da população mundial sob risco: desfinanciamento, emergências sanitárias e os desafios da sociedade civil

La salud mundial en riesgo: falta de financiación, emergencias sanitarias y los retos a los que se enfrenta la sociedad civil

Global population health at risk: underfunding, health emergencies, and civil society challenges

Mateus dos Santos Brito, Patrícia Lewis Carpio, Matheus dos Santos da Silveira, Renan Amaral Oliveira, Tatiana Cerqueira Machado Medrado, Ana Carol Aldapi Vaquera, Diana Zeballos e Luis Eugênio de Souza

Resumo: Foram monitoradas 64 Organizações da Sociedade Civil (OSC) nessa quinzena, com manifestações de 44 OSC voltadas a temas relacionados a Saúde Global. As OSC de interesse público manifestaram preocupação com o avanço global de problemas de saúde relacionados às doenças transmissíveis e não transmissíveis, em meio a um contexto de desfinanciamento dos sistemas e serviços de saúde, com o aprofundamento das desigualdades no acesso a saúde e na qualidade de vida em diversas regiões do mundo, sobretudo, no Sul Global. Os surtos do ebola e do sarampo convivem com o adoecimento mental da população mundial que se relaciona ao aumento das mortes provocadas por guerras e aos eventos climáticos extremos associados a crise climática, a exemplo das inundações no Nepal e do aumento crítico da temperatura em diversos países. As OSC de interesse privado, por sua vez, manifestaram-se em defesa de maior investimento em cuidados primários em saúde e na construção de estoques globais de vacinação para mitigar a distribuição desigual em casos de novas pandemias e epidemias. De forma geral, as OSC têm apontado para a necessidade de financiamento adequado e equitativo para os sistemas de saúde, notadamente, no que diz respeito â infraestrutura física de serviços de saúde e gestão do trabalho em saúde.

Palavras-chave: Organizações da Sociedade Civil; Saúde Global; Financiamento em Saúde; Emergências Sanitárias Globais; Desigualdades em Saúde.

Resumen: *Durante esta quincena se realizó un seguimiento a sesenta y cuatro organizaciones de la sociedad civil (OSC), de las cuales cuarenta y cuatro expresaron su preocupación por cuestiones relacionadas con la salud global. Las OSC de interés público manifestaron su inquietud por el aumento global de los problemas de salud relacionados con las enfermedades transmisibles y no transmisibles en un contexto de financiación insuficiente de los sistemas y servicios de salud, y la profundización de las desigualdades en el acceso a la salud y en la calidad de vida en diversas regiones del mundo, especialmente en el Sur Global. La propagación del ébola y el sarampión coexiste con el aumento de las enfermedades mentales en la población mundial, relacionado a el incremento de las muertes provocadas por las guerras y de los fenómenos meteorológicos extremos asociados a la crisis climática, como las inundaciones de Nepal y el aumento crítico de la temperatura en varios países. Las OSC de interés privado, por su vez, abogaron por una mayor inversión en la atención primaria de salud y la creación de reservas mundiales de vacunas para mitigar la distribución desigual en casos de nuevas pandemias y epidemias. En general, las*

organizaciones de la sociedad civil han señalado la necesidad de una financiación adecuada y equitativa para los sistemas de salud, especialmente en lo que respecta a la infraestructura física de los servicios de salud y la gestión del personal sanitario.

Palabras clave: *Organizaciones de la sociedad civil; Salud global; Financiación de la salud; Emergencias sanitarias mundiales; Desigualdades en salud.*

Abstract: *Sixty-four Civil Society Organizations (CSOs) were monitored during this two-week period, with 44 of them addressing issues related to Global Health. Public-interest CSOs expressed concern regarding the global rise of health problems linked to both communicable and non-communicable diseases. This is occurring against a backdrop of global underfunding of health systems and services, alongside persistent, deepening inequalities in healthcare access and in quality of life across various regions—particularly in the Global South. The spread of Ebola and measles is unfolding alongside a rise in mental health issues among the global population, related to increasing fatalities linked to armed conflict, extreme weather events associated to the climate crisis – such as floods in Nepal and critical temperature spikes in several countries. Private-interest CSOs, by their turn, advocated for increased investment in primary healthcare and the creation of global vaccine stockpiles to mitigate unequal distribution during future pandemics and epidemics. Overall, CSOs have highlighted the need for adequate and equitable funding for health systems, particularly regarding the physical infrastructure of health services and the management of the health workforce.*

Keywords: *Civil Society Organizations; Global Health; Health Financing; Global Health Emergencies; Health Inequalities.*

Introdução

As manifestações das Organizações da Sociedade Civil (OSC) monitoradas nessa quinzena revelam um cenário alarmante em que interagem múltiplas causas do adoecimento da população mundial. Guerras, efeitos da crise climática, as epidemias, os desastres como os terremotos na Colômbia e o desfinanciamento das ações de saúde são algumas das causas destacadas pelas OSC em suas publicações. Em um cenário complexo de aumento das desigualdades em saúde, os esforços globais devem ser igualmente múltiplos e diversos, convergindo para uma agenda de promoção da equidade, desenvolvimento sustentável e fortalecimento de sistemas públicos de serviços de saúde.

Segundo a FIND, 75% das mortes no mundo são causadas por Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), que têm avançado, sobretudo, nas populações vulnerabilizadas do Sul Global. O adoecimento mental ganha destaque específico nesse cenário: OSC de interesse público como World Medical Association (WMA), Federação Mundial para a Saúde Mental (WFMH) e ACT Promoção da Saúde apontam para a necessidade de uma abordagem psicossocial para as questões de saúde mental em escala global, com investimentos na prevenção dos transtornos, na promoção da saúde e na desinstitucionalização das abordagens terapêuticas.

Simultaneamente, OSC como *Medicus Mundi International* (MMI) e GAVI têm alertado para o avanço de doenças transmissíveis em países do Sul Global, como no caso do surto de sarampo no Malawi e da epidemia do ebola na República Democrática do Congo. A insuficiência dos sistemas e serviços públicos de saúde, somadas às dificuldades de acesso à informação e provimento de força de trabalho em saúde capacitadas, piora o cenário. O desfinanciamento da

Saúde Global é apontado por diversas OSC como um problema sério que agrava o cenário sanitário atual. Portanto, aumentar o financiamento de forma equitativa deve ser uma das prioridades globais.

Outras organizações como o Greenpeace International e Médicos Sem Fronteiras (MSF) têm denunciado os impactos negativos da crise climática e da guerra na saúde da população mundial. Em meio aos desafios oriundos do avanço das DCNT e das doenças transmissíveis, em um cenário de fragilização de sistemas e serviços públicos de saúde, emergem situações letais para diversas populações do mundo que colocam sob risco iminente as suas vidas, como a guerra do Sudão e os conflitos entre Estados Unidos da América e Israel e Irã.

Adicionalmente, pessoas têm sido vitimadas pelos efeitos da crise climática com o aumento dos eventos extremos. Segundo a Oxfam, houve mais de mil vítimas fatais das inundações no Nepal, enquanto, de acordo com Save the Children US. As metas globais para frear o aquecimento global até 2023 tem cada vez menos chances de se concretizarem, ao invés disso, continua se avançado na utilização de combustíveis fósseis, na produção da indústria da guerra e na poluição do planeta. OSC como a ActionAid International têm defendido a necessidade de investimento na transição energética justa e na descarbonização global como questões vitais para a saúde e a vida da população mundial.

Diversas OSC têm promovido a mobilização comunitária local e a ajuda humanitária nos territórios atingidos por desastres ambientais e guerras, como no caso dos trabalhos humanitários do MSF, Nepal Scouts e CARE International. Contudo, o desfinanciamento das ações humanitárias são obstáculos para a manutenção e o sucesso dessas iniciativas. Algumas OSC têm defendido a tributação de grandes fortunas para o financiamento da saúde e combate a crise climática.

No entanto, tem se tomado o caminho inverso quando o assunto é o combate às desigualdades em saúde. A Inteligência Artificial (IA), a frágil governança global de dados em saúde, a digitalização da saúde e a superconcentração da propriedade intelectual acerca das tecnologias (inclusive de imunizantes vitais) em grupos específicos, têm. na verdade, aprofundado essas desigualdades. Visando a diminuição das desigualdades no acesso a imunizantes estratégicos, a GAVI, The Vaccine Alliance, OMS, UNICEF, IFRC e MSF têm buscado a criação de um estoque global de vacinas contra a mpox, com vistas a distribuição equitativa de imunizantes em momentos futuros de surto da doença. Trata-se de uma iniciativa que pode inspirar outras futuramente, sobretudo, na busca por soluções que possibilitem maior acesso de países do Sul Global às tecnologias e insumos estratégicos em saúde.

Para superar desafios globais de tamanha envergadura é necessário investir em ações estruturantes que passam pela revisão da arquitetura atual de governança da Saúde Global, de modo a ampliar os espaços de participação da sociedade civil, superar dinâmicas neocoloniais, promover a diversificação nos espaços de liderança e assegurar a distribuição justa de poder. Além disso, se faz urgente o investimento em sistemas e serviços públicos de saúde, com infraestrutura e força de trabalho adequada.

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO

Doenças Transmissíveis, Epidemias e Biossegurança

Ebola e doenças infecciosas emergentes

A *Medicus Mundi International* (MMI) repercutiu a cobertura do portal *Geneva Solutions* sobre o agravamento drástico da epidemia de Ebola na República Democrática do Congo (RDC), que ultrapassou a marca histórica de 3.000 mortes. A matéria destaca como os custos indiretos de saúde, a escassez de profissionais treinados e a infraestrutura sanitária precária têm desencorajado populações afetadas a buscarem diagnóstico precoce e tratamento nos centros médicos locais. A MMI e analistas internacionais de saúde pública enfatizaram que a resposta ao surto evidencia as falhas estruturais de financiamento emergencial e a lentidão dos mecanismos multilaterais de cooperação, cobrando investimentos permanentes no fortalecimento dos sistemas públicos de atenção primária e na soberania de resposta sanitária das nações africanas.[1]

Doenças tropicais negligenciadas

A Drugs for Neglected Diseases Initiative (DNDi) divulgou um artigo publicado na revista The Scientist que faz uma análise aprofundada do micetoma, destacando que, mesmo uma década depois da OMS reconhecer o micetoma como uma doença negligenciada, os pacientes ainda enfrentam anos de diagnósticos errados, tratamento atrasado, incapacidade e amputação.[2]

Vacinação e prevenção de doenças infecciosas

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) publicou uma chamada à ação a favor de investimentos urgentes, equitativos e sustentáveis na promoção da vacinação contra o vírus sincicial respiratório e contra a doença pneumocócica, capazes de reduzir significativamente a ocorrência de formas graves da doença e as hospitalizações em crianças pequenas. De modo similar, a WFPHA defende uma maior atenção à vacinação de adultos contra o HPV. O chamado à ação concentra-se em fortalecer a prevenção ao longo de todo o curso da vida.[3,4]

HIV/AIDS

A Fundação Huésped divulgou a realização do XXIII Simpósio Científico Regional, que reuniu mais de 1.200 participantes de toda a América Latina, 83 palestrantes e moderadores de 12 países e mais de 90 apresentações. O encontro promoveu o intercâmbio entre ciência, prática clínica e comunidades, com discussões sobre os desafios atuais e futuros do HIV e de outras questões de saúde, além do compartilhamento de pesquisas, experiências e estratégias baseadas em evidências científicas, inovação e respeito aos direitos.[5]

Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) e Saúde Mental

Saúde mental e prevenção do suicídio

A World Medical Association (WMA), no Dia Mundial de Prevenção do Suicídio, reforça a necessidade de que médicos e sistemas de saúde ampliem a prevenção do suicídio entre adolescentes, com formação obrigatória em psiquiatria da infância e adolescência e identificação de fatores de risco, incluindo trauma, isolamento, bullying, pressão acadêmica, uso

de substâncias e experiências no ambiente digital. A organização defende também redes de encaminhamento especializadas, apoio às famílias e responsáveis e serviços de saúde mental especificamente voltados aos adolescentes, com financiamento adequado, destacando que médicos podem ser o primeiro e, em alguns casos, o único ponto de contato antes de uma crise.[6]

A Federação Mundial para a Saúde Mental (WFMH) anunciou o tema do Dia Mundial da Saúde Mental de 2026, celebrado em 10 de outubro: "Lived Experiences Heard: Real Voices, Real Change" ("Experiências vividas ouvidas: vozes reais, mudanças reais"). A campanha busca colocar as experiências das pessoas no centro das discussões sobre saúde mental e incentivar organizações de todo o mundo a promover atividades relacionadas ao tema, em consonância com a iniciativa da Organização Mundial da Saúde (OMS) de desinstitucionalização dos cuidados em saúde mental.[7]

Tabaco, álcool e prevenção de DCNTs

A ACT Promoção da Saúde divulgou matéria defendendo a restrição da publicidade de cerveja como medida de proteção à saúde pública. A publicação destaca os impactos do consumo de álcool no Brasil e no mundo e aponta uma lacuna na legislação brasileira, que permite ampla publicidade de cervejas por seu baixo teor alcoólico. A matéria também apresenta propostas legislativas para ampliar as restrições à publicidade de bebidas alcoólicas e reforça a importância de reduzir a exposição da população ao marketing de álcool, especialmente de crianças e jovens.[8]

A ACT Promoção da Saúde divulgou matéria sobre os cigarros saborizados e seu papel na atratividade e iniciação ao consumo de produtos de tabaco, especialmente entre crianças, adolescentes e jovens. A organização apresenta evidências sobre o uso de sabores pela indústria do tabaco e destaca a regulamentação brasileira que restringe esses aditivos, cuja implementação ainda enfrenta entraves judiciais. A matéria reforça a importância da aplicação integral da norma como medida de proteção da saúde pública e prevenção do tabagismo.[9]

Determinantes Sociais e Econômicos, Equidade e Direitos Humanos

Educação, alfabetização e redução das desigualdades

A World Vision destaca que a alfabetização como ferramenta de desenvolvimento sustentável, ao conectar leitura e escrita a competências para a vida, consciência ambiental e meios de subsistência. A abordagem apresentada pela World Vision envolve escolas, famílias e governos, tornando a aprendizagem mais prática e relevante. Os resultados em países como Uganda e Indonésia indicam avanços expressivos na compreensão leitora e reforçam que investimentos contínuos em formação docente e participação comunitária podem reduzir a pobreza de aprendizagem.[10]

Gênero, liderança e participação das mulheres

A CARE International também publicou uma reportagem sobre a liderança feminina em situações de emergências documentando a implementação do projeto *Women Lead in Emergencies* (WLiE) no distrito de Barguna, no sul do Bangladesh. A iniciativa — que visa criar 45 grupos de liderança comunitária para capacitar cerca de 900 mulheres em áreas vulneráveis a ciclones — atua na transformação das dinâmicas de gênero e na tomada de decisões em momentos de crise. A organização defendeu que o fortalecimento da autonomia e da liderança feminina de base é indispensável para garantir respostas humanitárias eficientes e inclusivas.[11]

Desigualdade de gênero e idade

A Human Rights Watch (HRW) denuncia a discriminação sistêmica de gênero e idade enfrentada pelas mulheres na Coreia do Sul ao longo de suas trajetórias profissionais, destacando desigualdades no acesso ao emprego, interrupções de carreira, segregação ocupacional, assédio e oportunidades limitadas de promoção. A HRW defende medidas governamentais para eliminar estereótipos e vieses de gênero e idade, adotar uma legislação antidiscriminação abrangente e garantir igualdade de acesso a trabalho e pensões adequadas.[12]

Justiça fiscal, grandes fortunas e desigualdade

A ACT Promoção da Saúde realizou, entre 17 e 19 de agosto, em Brasília, a 19ª edição do Seminário Alianças Estratégicas para a Promoção da Saúde, reunindo mais de 140 participantes da sociedade civil, academia e órgãos governamentais. O encontro celebrou os 20 anos da organização e promoveu debates sobre saúde, equidade, sustentabilidade e prevenção de doenças crônicas, além de uma exposição de pôsteres científicos. A programação incluiu ainda a visita ao Congresso Nacional, o lançamento da Agenda Brasil Mais Saudável e visitas a gabinetes parlamentares para apresentação de suas propostas.[13]

A Greenpeace International defende a tributação mais justa das grandes fortunas como instrumento para enfrentar simultaneamente a desigualdade econômica e a crise climática, argumentando que os recursos necessários para financiar ações climáticas, serviços públicos, saúde e adaptação já existem, mas estão excessivamente concentrados entre os super-ricos. Por meio da campanha Fair Share for People and Planet, a organização apoia regras tributárias globais mais progressivas, incluindo um tratado global de tributação, e reivindica que bilionários e grandes corporações contribuam proporcionalmente mais para financiar uma transição justa e sociedades mais seguras e sustentáveis.[14]

Direitos sexuais, autonomia e justiça reprodutiva

A Fòs Feminissta reforça que saúde sexual vai além da prevenção de doenças: envolve autonomia, dignidade, informação confiável e acesso a serviços seguros e acessíveis. Ao valorizar educação sexual integral e atendimento livre de estigma, discriminação e violência, destaca-se o papel de organizações locais na promoção da justiça reprodutiva e no fortalecimento do direito de cada pessoa decidir sobre seu corpo e futuro.[15]

Clima, Ambiente e Saúde Planetária

Mudanças climáticas e transição energética

A Oxfam alerta que, mesmo no melhor cenário, o aquecimento global pode atingir cerca de 1,8°C e critica a expansão de novos projetos de petróleo e gás no Reino Unido, como Rosebank e Jackdaw. A organização defende a interrupção de novos investimentos em combustíveis fósseis e a aceleração de uma transição justa para energias limpas, argumentando que esses projetos prolongam a dependência dos combustíveis fósseis sem proteger as famílias da volatilidade dos preços de energia.[16]

A ActionAid International critica a dependência de tecnologias de remoção de CO_2 como resposta à crise climática, alertando que essa expectativa pode atrasar medidas efetivas de redução das emissões. Em resposta ao relatório do PNUMA sobre os caminhos para limitar o aquecimento a 1,5°C, a organização defende uma transformação acelerada para além dos

combustíveis fósseis, com participação de trabalhadores e comunidades e aumento significativo do financiamento climático destinado aos países na linha de frente da crise.[17]

A Greenpeace International destaca que o novo relatório do PNUMA sobre o *overshoot* de 1,5°C indica que o aquecimento global provavelmente ultrapassará esse limite nos próximos anos, podendo chegar a 1,8°C mesmo no melhor cenário de implementação das políticas climáticas atuais. A organização defende cortes profundos e imediatos nas emissões, a transição justa para longe dos combustíveis fósseis, a proteção de florestas e oceanos e maior financiamento climático, enfatizando que países desenvolvidos têm responsabilidade histórica e devem agir mais rápida e intensamente para proteger as populações mais vulneráveis.[18]

Justiça climática e equidade socioambiental

A Global Health Center divulgou o relatório intitulado *The Right to Health in the Age of Climate Accountability — The ICJ Advisory Opinion and its Implications for Global Health*, no qual aborda a relação entre Saúde Global e justiça climática, destacando a necessidade de compreender os impactos desiguais da crise climática sobre populações e territórios. A discussão questiona respostas que tratam as mudanças climáticas apenas como um problema técnico ou ambiental. O enfoque na justiça evidencia desigualdades históricas e a necessidade de maior participação dos grupos mais afetados na construção das soluções; assim, clima e saúde são apresentados como questões inseparáveis de equidade e justiça social.[19]

Poluição do ar e saúde

Por ocasião do Dia Internacional do Ar Limpo (*Clean Air Day*), a *European Public Health Alliance* (EPHA), em conjunto com a *EU Healthy Air Coalition* e mais de 30 organizações europeias de saúde, liderou uma declaração conjunta exigindo a eliminação progressiva (*phase-out*) dos combustíveis fósseis. A aliança cobrou das lideranças da União Europeia a adoção de políticas rigorosas de descarbonização e o alinhamento das normas de qualidade do ar com as diretrizes atualizadas da Organização Mundial da Saúde (OMS), defendendo a transição justa para energias limpas como medida indispensável para a proteção e promoção da saúde coletiva.[20]

Clima, saúde e conflitos socioambientais

A Greenpeace International denuncia os custos humanos, ambientais e econômicos da guerra entre Estados Unidos, Israel e Irã, destacando milhares de mortes e feridos, derramamentos de petróleo, contaminação ambiental e aumento do custo de vida associado à dependência global dos combustíveis fósseis. A organização argumenta que a guerra evidencia os riscos da dependência do petróleo e defende que os governos promovam a paz, façam os grandes poluidores pagarem e acelerem a transição para energias renováveis, sistemas alimentares resilientes e outras alternativas capazes de reduzir a exposição a novos choques de preços.[21]

Crianças e justiça climática

A World Vision destaca o protagonismo de crianças das Ilhas Salomão na defesa de soluções climáticas antes da COP31. Com base em vivências diretas de erosão costeira, inundações e insegurança alimentar, elas propõem mais financiamento para adaptação local, proteção das florestas e participação infantil permanente nas decisões públicas. O principal

efeito é levar demandas comunitárias ao centro das políticas nacionais e do debate internacional, reconhecendo crianças como agentes ativos da justiça climática.[22]

Sistemas de Saúde, Cobertura Universal e Força de Trabalho

Fortalecimento e financiamento dos sistemas de saúde

A *European Public Health Alliance* (EPHA), ao lado de 187 organizações da sociedade civil e de pacientes europeias, lançou o manifesto *"Together for EU Health"*. A coalizão apelou formalmente às instituições da União Europeia e aos seus Estados-Membros para que assegurem um financiamento estrutural, previsível e sustentável para as redes de saúde pública no próximo Quadro Financeiro Plurianual (MFF). O manifesto defendeu que a saúde deve permanecer como um pilar prioritário da agenda política da UE, garantindo a proteção dos direitos dos pacientes e a equidade no acesso aos cuidados sanitários.[23,24]

Segurança do paciente

A Organização Mundial de Médicos de Família (Wonca) anunciou a realização do webinário alusivo ao Dia Mundial da Segurança do Paciente, celebrado em 14 de setembro, lembrando que a campanha da OMS deste ano foca em pessoas que vivem com doenças não transmissíveis, sob o tema Cuidados Seguros para a Vida.[25]

Parcerias público-privadas e inovação para sistemas de saúde

A Global Health Council destacou a necessidade de reposicionar o setor privado como coparticipante na construção de um sistema global de saúde mais coordenado e regionalmente enraizado. Ao reunir perspectivas sobre vacinas, terapêuticos, diagnósticos e dispositivos médicos, o relatório aponta que parcerias entre governos, empresas e sociedade civil podem acelerar a inovação, ampliar o acesso a tecnologias de saúde e tornar as respostas mais resilientes às necessidades locais.[26]

Transformação digital, equidade e acesso aos serviços de saúde

A *Medicus Mundi Schweiz* publicou uma análise crítica intitulada *"The Digital Wellness Industry Is Harmful to Global Health Equity"* (A Indústria do Bem-Estar Digital é Prejudicial à Equidade na Saúde Global). A publicação aborda a rápida expansão do mercado de plataformas digitais, aplicativos móveis e dispositivos vestíveis (*wearables*) de saúde e estilo de vida, alertando para a crescente mercantilização dos cuidados primários e para o risco de aprofundamento das disparidades sanitárias entre o Norte e Sul Global. A organização defendeu a urgência de estabelecer marcos regulatórios globais e governança pública sobre os dados de saúde, garantindo que a transformação digital em saúde sirva como uma ferramenta coletiva de equidade e justiça social, e não como um fator de privatização e exclusão.[27]

Crises Humanitárias, Conflitos e Migrações

Terremotos, desastres naturais e resposta humanitária

A Save the Children US destaca que, um mês após o terremoto de magnitude 7,4 que atingiu o oeste da Colômbia, cerca de 1 milhão de estudantes continuam afetados, em meio a mais de 4 mil escolas danificadas ou destruídas, 330 mortes, 4.500 feridos e 45 mil moradias perdidas ou danificadas. A organização ressalta os impactos prolongados do desastre sobre

crianças e famílias e informa que mantém ações de assistência às comunidades afetadas, apoiando a proteção das crianças e a recuperação das famílias.[28]

MSF relata que, três semanas após o terremoto de magnitude 7,4 na Colômbia, milhares de pessoas ainda enfrentam dificuldades de acesso à saúde, alimentos, apoio em saúde mental e materiais para reconstrução, sobretudo em comunidades já afetadas pela pobreza, conflito armado e barreiras estruturais aos serviços. A organização ampliou sua resposta com clínicas móveis em Chocó e Buenaventura, realizando atendimentos médicos e de saúde mental e priorizando comunidades indígenas e afro-colombianas, onde as desigualdades preexistentes foram agravadas pelo desastre.[29]

Inundações e emergências climáticas

MSF concluiu uma avaliação após as inundações de 26 de agosto no Nepal e decidiu não lançar uma resposta de emergência, pois as autoridades, comunidades locais, agências da ONU e outras organizações estão conseguindo atender às necessidades imediatas da população. A organização destaca, contudo, a necessidade de apoio humanitário e financiamento contínuos para a recuperação, incluindo a reconstrução de casas, escolas, estradas, mercados e outras infraestruturas afetadas.[30]

A Oxfam relata o agravamento da crise provocada pelas inundações catastróficas no Nepal, que já teriam causado mais de mil mortes e deixado milhares de pessoas desaparecidas. A organização informa que, em conjunto com parceiros locais, está atuando no atendimento emergencial das comunidades afetadas, com fornecimento de água, saneamento, higiene e alimentos, e destaca a necessidade urgente de apoio à população sobrevivente.[31]

A World Scouting veiculou o trabalho dos Nepal Scouts que mobilizou líderes, voluntários e comunidades para responder às consequências de devastadoras enchentes repentinas no país. A organização vem atuando no apoio às populações afetadas, articulando voluntários para ações de emergência e assistência comunitária. A mobilização evidencia o papel de organizações locais e redes de voluntariado na resposta a desastres, com o episódio também reforçando a importância da participação comunitária e da capacidade local diante de eventos climáticos extremos.[32]

A CARE International e suas parceiras locais mobilizaram uma resposta de emergência em virtude das inundações avassaladoras causadas por um colapso de gelo e rochas no Nepal. A organização alertou para o rastro de destruição com centenas de mortos, milhares de desaparecidos e milhares de famílias desabrigadas após o transbordamento do rio Bhotekoshi-Trishuli, que destruiu casas, pontes e estradas essenciais. A equipe da CARE Nepal direcionou os esforços para a distribuição urgente de suprimentos de emergência, água potável, kits de higiene e abrigos temporários, com especial atenção às necessidades específicas de abrigo e saúde de mulheres, gestantes e crianças isoladas pelo desastre.[33]

Conflitos armados e proteção da população civil

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) informa que realizou uma reunião técnica e visitou um centro de detenção militar israelense, como parte dos esforços para restabelecer o acesso aos detidos, embora não tenha tido contato direto com nenhum deles. A organização ressalta que não consegue acessar detidos em locais de detenção israelenses desde outubro de 2023 e reafirma a necessidade de conhecer seu paradeiro e garantir condições de

tratamento humano, comunicação com familiares e respeito ao direito internacional humanitário.[34]

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) alerta para a necessidade de medidas urgentes para reduzir a intensidade das hostilidades no Oriente Médio, diante do risco de ampliação dos conflitos e agravamento da crise humanitária. A organização defende a proteção da população civil e de infraestruturas essenciais, como serviços de saúde, água, combustível e eletricidade, ressaltando que a ação humanitária não substitui o respeito ao direito internacional humanitário nem os esforços políticos para conter as hostilidades.[35]

A Human Rights Watch (HRW) denuncia o uso de munições cluster pelo Hezbollah em áreas civis no norte de Israel, em ataques ocorridos em março de 2026, classificando essas armas como amplamente proibidas e potencialmente criminosas de guerra. A organização alerta que, além do risco imediato à população, as submunições não detonadas podem matar e ferir civis por anos, e defende que todas as partes do conflito respeitem o direito internacional humanitário, enquanto cobra de Israel o fim da produção, transferência e uso dessas armas e a adesão à Convenção sobre Munições Cluster.[36]

A Progressive International divulgou seu 27º Briefing de 2026, intitulado "Breaking the Sequence", que analisa a retomada dos ataques dos Estados Unidos contra o Irã e os riscos de ampliação do conflito para uma guerra global. A publicação aborda a escalada militar, os impactos sobre as forças norte-americanas na região e as consequências humanitárias e geopolíticas do conflito. O briefing também discute a estratégia dos EUA de conduzir conflitos em diferentes frentes de forma sucessiva e alerta para o aumento da militarização e dos gastos com armamentos em diversos países.[37]

Migração, fronteiras e direitos humanos

Médicos Sem Fronteiras (MSF) relatou o resgate de 18 pessoas em perigo no Mar Mediterrâneo, incluindo 12 menores desacompanhados, e alerta para os riscos da rota do Mediterrâneo Central, uma das mais mortais do mundo. A organização criticou as políticas migratórias da União Europeia que restringem operações de busca e salvamento e apoiam a interceptação e devolução de pessoas à Líbia, destacando os riscos de violência, detenção arbitrária, tortura e outras graves violações de direitos humanos, e defende que salvar vidas no mar é uma obrigação legal e humanitária.[38]

A Progressive International divulgou seu 26º *Briefing* de 2026, que apresenta uma análise sobre a chamada "Fortaleza Europa", destacando a expansão das políticas de controle migratório europeias para além das fronteiras da União Europeia. A publicação aborda a cooperação com países africanos, o uso de recursos, tecnologias de vigilância e forças de segurança para impedir a migração, além das consequências humanitárias dessas políticas. O briefing também relaciona o endurecimento das políticas migratórias ao avanço de medidas autoritárias e de vigilância na Europa.[39]

Crises humanitárias, fome e deslocamentos

MSF alerta para o agravamento da crise humanitária no Sudão, onde a guerra, a fome e os deslocamentos se combinam com cortes no financiamento internacional, levando ao fechamento de hospitais e centros de saúde e à redução da oferta de medicamentos. A organização destaca que 21 milhões de pessoas não têm acesso a serviços de saúde e defende

financiamento sustentável e flexível para preservar os serviços essenciais, diante do aumento das necessidades e da sobrecarga das unidades que permanecem em funcionamento.[40]

Proteção de crianças em contextos de crise

A World Vision evidencia que, após as enchentes no Nepal, o maior desafio para crianças não termina quando as águas baixam: persistem trauma, deslocamento, interrupção escolar e risco de separação familiar, exploração e tráfico. O tema central é a proteção integral da infância na resposta humanitária, combinando abrigo, água, alimentação e apoio psicossocial com mecanismos seguros de identificação e reunificação familiar. Esses esforços são decisivos para devolver segurança, estabilidade e perspectivas de recuperação às comunidades afetadas.[41]

A CARE publicou uma matéria sobre as barreiras enfrentadas pelas crianças no retorno às aulas no início do ano letivo de 2026 na Ucrânia. A organização destacou que mais de 4.500 instalações de ensino e centros comunitários permanecem fechados por falta de abrigos contra bombardeios, forçando o ensino remoto continuado e agravando o isolamento social, o estresse pós-traumático e os impactos no bem-estar psicológico de mulheres e crianças. Em resposta, a CARE, junto a grupos locais de mulheres, está construindo abrigos subterrâneos equipados para permitir atividades presenciais seguras.[42]

Saúde Materna, Infantil, Reprodutiva e Ciclo de Vida

Saúde sexual e direitos reprodutivos

A *Medicus Mundi Schweiz* divulgou a publicação *"Sexual and Reproductive Health and Rights: A Fundamental Pillar for Global Health Equity"*. O documento analisa os retrocessos políticos e os sucessivos cortes no financiamento internacional direcionado aos serviços de Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos (SDSR), destacando os impactos desproporcionais sobre mulheres, meninas e populações marginalizadas no Sul Global. A rede suíça enfatizou que o acesso universal a cuidados de saúde maternal, contracepção e educação sexual integrativa constitui um direito humano inalienável e um determinante social indispensável para o combate à pobreza e a redução das desigualdades de gênero.[43]

Saúde sexual e prevenção do HIV

A ACON celebrou o Mês da Visibilidade Bi+, celebrado mundialmente no Dia da Visibilidade Bi+ em 23 de setembro. A publicação destaca a importância da visibilidade, representatividade e conexão comunitária para pessoas bissexuais e pansexuais, abordando experiências de apagamento, estigma e questionamentos sobre suas identidades e relacionamentos. A matéria reforça a necessidade de ampliar o reconhecimento da diversidade das identidades e experiências Bi+.[44]

A ACON divulgou, em sua seção de *Latest News*, uma publicação sobre a ampliação do acesso à PrEP gratuita em New South Wales (NSW), Austrália, para pessoas que não possuem Medicare. A iniciativa permite que pessoas elegíveis, incluindo algumas com vistos de trabalho, estudo ou trabalho temporário, tenham acesso gratuito à PrEP e ao acompanhamento clínico. A publicação orienta sobre as diferentes formas de acesso ao serviço.[44]

Envelhecimento saudável e cuidados de longa duração

A Federação Internacional sobre o Envelhecimento (IFA) divulgou a realização da 4ª Edição do Programa ECHO Ambientes Amigos da Idade, a começar em 28 de setembro,

considerando o evento uma oportunidade para a promoção de ambientes amigáveis às pessoas idosas.[45]

A Federação Internacional sobre o Envelhecimento (IFA) anunciou a realização de uma oficina de trabalho, destinada a discutir subsídios a serem apresentados à OMS em sua consulta sobre Normas Globais para Cuidados de Longa Duração.[46]

Política, Diplomacia e Governança em Saúde

Reforma da Arquitetura Global da Saúde

A *Medicus Mundi International* (MMI) divulgou uma análise publicada na *Health Policy Watch* intitulada *"The Next Global Health Architecture Must Deliver More than Reform"*. O artigo aborda os debates em curso sobre a Reforma da Arquitetura Global de Saúde (*Global Health Architecture Reform*), argumentando que ajustes burocráticos e procedimentais dentro do sistema multilateral são insuficientes para enfrentar as assimetrias estruturais de poder e financiamento na saúde pública internacional. A rede defendeu que qualquer nova estrutura global deve romper com as dinâmicas neo-coloniais de assistência e garantir que a saúde seja tratada efetivamente como um bem público e um direito humano universal.[47]

Acordos internacionais e governança da saúde global

O Geneva Global Health Hub (G2H2) divulgou que, junto a outras OSC, apresentou uma reclamação ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR) sobre as posições da UE, Noruega, Japão e Suíça nas negociações do Sistema de Acesso a Patógenos e Compartilhamento de Benefícios (PABS) da OMS. Esses países se negam a assumir compromissos de compartilhamento de benefícios.[48]

Congresso e fóruns internacionais de saúde

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) e a Associação de Saúde Pública da África do Sul (Phasa) realizaram, na Cidade do Cabo, entre os dias 06 e 09 de setembro, o 18º Congresso Mundial de Saúde Pública. A cerimônia de abertura contou com a participação do Dr. Mohamed Janabi, Diretor da Região Africana da Organização Mundial da Saúde, da Dra. Mireille Wenger, Ministra Provincial da Saúde e Bem-Estar do Cabo Ocidental, África do Sul, com outras autoridades, além dos co-presidentes do 18º Congresso, Dr. Luis Eugenio de Souza e Dra. Harsha Somaroo.[49,50]

Acesso equitativo a vacinas, propriedade intelectual e preparação para pandemias

A *Medicus Mundi Schweiz* publicou a análise *"Can the World Really Develop a Vaccine Fairly?"*), examinando as barreiras estruturais, financeiras e de propriedade intelectual que impedem a distribuição equitativa de vacinas durante emergências sanitárias globais. A OSC enfatizou que a verdadeira equidade na imunização exige a transferência efetiva de tecnologia, o compartilhamento de propriedade intelectual e o financiamento público de polos de manufatura regional no Sul Global, defendendo que os instrumentos jurídicos e normativos internacionais de preparação para pandemias estabeleçam compromissos vinculantes para garantir o acesso universal a bens públicos de saúde.[51]

Ciência, Tecnologia, Inovação e P&D

Inteligência Artificial e saúde digital

A World Medical Association Junior Doctors Network (WMA JDN) apresenta uma edição especial de seu boletim dedicada à inteligência artificial e à saúde digital, reunindo experiências de jovens médicos de diferentes países sobre o uso dessas tecnologias na prática clínica, na vigilância em saúde, na educação médica e na previsão de riscos cirúrgicos. A edição também divulga a declaração da WMA sobre inteligência artificial e aumentada na assistência médica, defendendo que essas ferramentas sejam centradas no paciente, conduzidas por médicos, transparentes e responsáveis, e destaca a participação da nova geração de profissionais na definição de como a IA deve ser governada. [52]

Tecnologia assistiva

A Federação Mundial de Terapêutas Ocupacionais (WFOT) registrou que a Assembleia Geral da ONU adotou sua primeira resolução sobre Acesso à Tecnologia Assistiva, reconhecendo-a como um direito humano fundamental.[53]

Pesquisa, formação científica e produção de conhecimento

A CARE International publicou uma análise abordando o uso de dados rigorosos e evidências empíricas de custo-efetividade para maximizar o impacto social de suas intervenções no Sul Global, reflexo da Cúpula de Evidências da África de 2026. Em parceria com organizações como o *J-PAL (Abdul Latif Jameel Poverty Action Lab)* e *GiveDirectly*, a entidade destacou a avaliação de programas de transferência direta de renda e o fortalecimento de pequenas empresas, ressaltando como a geração de evidências robustas permite alocar recursos escassos de forma mais transparente e eficiente, a fim de fortalecer a autonomia das comunidades vulneráveis e garantir resultados mensuráveis no combate à pobreza.[54]

A Drugs for Neglected Diseases Initiative (DNDi) registrou a realização da reunião do Comitê Consultivo da Comunidade da Índia (ICAC) realizada na semana passada, em Nova Délhi em que se discutiu como as perspectivas dos pacientes e da comunidade podem ajudar a moldar a pesquisa clínica melhor.[55]

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PRIVADO

Doenças Transmissíveis, Epidemias e Biossegurança

Doenças tropicais negligenciadas

A Wellcome destaca um programa-piloto na Tanzânia que amplia o tratamento da esquistossomose para crianças em idade pré-escolar, historicamente excluídas dos programas por falta de uma formulação adequada do praziquantel. Desenvolvido pelo Pediatric Praziquantel Consortium com apoio de parceiros internacionais, o novo comprimido dispersível em água foi aprovado na Tanzânia em 2025. A Wellcome ressalta, porém, que a reinfecção continua sendo um desafio, exigindo também melhorias em saneamento, controle de caramujos e desenvolvimento de novos medicamentos.[56]

Vacinação e prevenção de doenças infecciosas

A GAVI, The Vaccine Alliance reforçou sua preocupação em relação ao Malawi, que enfrenta um novo surto de sarampo, com 695 casos confirmados até meados de 2026,

evidenciando lacunas persistentes na vacinação infantil. A cobertura da segunda dose chegou a apenas 68% em 2025, abaixo dos 95% necessários para interromper a transmissão. Profissionais de saúde e organizações comunitárias intensificam a busca por crianças não vacinadas e a mobilização das famílias. A aliança destaca que campanhas emergenciais são importantes, mas sistemas de vacinação de rotina fortalecidos são essenciais para evitar novos surtos.[57]

Saúde comunitária, vigilância e resposta a surtos

A CORE Group realça o fortalecimento da saúde comunitária em populações de difícil acesso, com foco em vacinação, vigilância de doenças e atenção materno-infantil. Ao articular governos, sociedade civil e redes locais em vários países, a iniciativa amplia a prevenção e a resposta a surtos, reduz desigualdades no acesso aos serviços e protege comunidades móveis e transfronteiriças.[58]

Prevenção e tratamento do HIV

Global Fund destaca o papel das *Mentor Mothers* no norte de Moçambique, que levam cuidados de saúde diretamente às mulheres durante a gestação e após o parto, ajudando a superar barreiras de acesso aos serviços, iniciar e manter o tratamento do HIV e acompanhar consultas. Com investimentos da organização, 441 mentoras foram treinadas e atuam em 122 unidades públicas de saúde, apoiando cerca de 34 mil gestantes e lactantes vivendo com HIV e contribuindo para elevar a 99,7% a iniciação do tratamento entre gestantes com HIV, favorecendo o nascimento de mais bebês livres do vírus.[59]

Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) e Saúde Mental

Doenças crônicas e cuidado centrado na pessoa

A Wellcome Collection preservou e tornou acessível o arquivo histórico da Sickle Cell Society, organização britânica criada em 1979 para apoiar pessoas com doença falciforme. O acervo reúne mais de 300 itens que documentam décadas de mobilização comunitária, ativismo e defesa por melhores cuidados, incluindo campanhas de conscientização e ações contra o estigma e as desigualdades no atendimento. Em 2026, materiais do arquivo também foram utilizados em uma exposição no Royal London Hospital para sensibilizar profissionais de saúde sobre a doença e sua história.[60]

Clima, Ambiente e Saúde Planetária

Agricultura sustentável e resiliência climática

A Sylvera lançou o Open Carbon Data Project, iniciativa apoiada pela Rockefeller Foundation e pela Meta, com US$900 mil em financiamento conjunto, para produzir dados abertos e de alta resolução sobre o carbono armazenado na Mata Atlântica brasileira. Em parceria com a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), World Resources Institute (WRI) e Symbiosis Coalition, o projeto combinará medições de campo, tecnologia LiDAR e sensoriamento remoto para melhorar a mensuração e verificação do carbono florestal.[61]

Sistemas de Saúde, Cobertura Universal e Força de Trabalho

Equidade no acesso aos serviços de saúde

A FIND destaca que as doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) são responsáveis por cerca de 75% das mortes no mundo e defende a ampliação do acesso ao diagnóstico precoce

como estratégia central para reduzir mortes e complicações, especialmente em países de baixa e média renda. A organização atua no fortalecimento da atenção primária, desenvolvendo evidências e soluções diagnósticas, como o monitoramento contínuo da glicose e testes de creatinina no ponto de cuidado, buscando apoiar sistemas públicos de saúde e subsidiar orientações da OMS.[62]

Recursos humanos e formação em saúde

A Wellcome anunciou um investimento de £155 milhões em 14 programas de doutorado no Reino Unido voltados à formação de profissionais de saúde que também atuam em pesquisa clínica. A iniciativa busca enfrentar a redução desses pesquisadores na última década e as dificuldades de conciliar a carreira acadêmica com a prática clínica. Os programas contemplarão profissionais como médicos, enfermeiros, farmacêuticos, dentistas, veterinários e outros profissionais de saúde, além de criar condições para sua permanência na pesquisa após o doutorado. [63]

Saúde Materna, Infantil, Reprodutiva e Ciclo de Vida

Saúde materna e vacinação

A OMS pré-qualificou uma versão multidose da vacina materna contra o vírus sincicial respiratório (RSV), potencialmente facilitando sua utilização em países de baixa renda. Segundo a GAVI, The Vaccine Alliance, os frascos multidose reduzem custos de transporte, armazenamento em cadeia de frio, embalagem e descarte de resíduos. A medida é relevante porque cerca de 97% das mortes por RSV ocorrem em países de baixa e média renda. A nova apresentação pode, portanto, ampliar o acesso à vacinação materna e contribuir para reduzir hospitalizações e mortalidade infantil.[64]

Saúde infantil e proteção da infância

A CORE Group divulga o financiamento que realiza para o apoio a organizações locais para gerar mudanças duradouras para meninas e adolescentes no Quênia. Por meio do projeto *Enkishu Naipurr*, a Betty Adera Foundation combate o casamento precoce e a gravidez na adolescência em Narok South, ao mesmo tempo em que fortalece saúde e bem-estar. Além do financiamento, a parceria amplia capacidades de gestão, proteção, governança e avaliação, favorecendo soluções comunitárias mais sustentáveis e de maior alcance.[65]

Política, Diplomacia e Governança em Saúde

Governança da vacinação e segurança sanitária global

A GAVI, The Vaccine Alliance, em parceria com a OMS, UNICEF, IFRC e MSF lançaram uma iniciativa para estabelecer um estoque global de vacinas contra mpox, garantindo acesso oportuno e equitativo durante surtos. O mecanismo busca superar as desigualdades de acesso evidenciadas durante a emergência de 2022, quando países de menor renda ficaram para trás. A iniciativa será coordenada pelo ICG e poderá ser acessada por todos os países. A proposta reforça a vacinação como instrumento de contenção de surtos, proteção de populações vulneráveis e fortalecimento da segurança sanitária global.[66]

Um novo estoque global de vacinas contra mpox busca garantir acesso mais rápido e equitativo durante surtos, especialmente para países que enfrentam dificuldades de aquisição. Coordenado pelo ICG e financiado pela GAVI, The Vaccine Alliance, o mecanismo estará

disponível a todos os países, priorizando respostas emergenciais. Países elegíveis ao apoio da GAVI receberão as vacinas gratuitamente, enquanto países mais ricos deverão posteriormente reembolsar os custos. A iniciativa procura corrigir desigualdades observadas durante o surto de mpox de 2022 e tornar a resposta global mais previsível.[67]

Ciência, Tecnologia, Inovação e P&D

Inteligência Artificial e saúde digital

A Wellcome destaca o potencial da inteligência artificial para ampliar e transformar os cuidados em saúde mental, desde o apoio a profissionais até a oferta de intervenções psicológicas e ferramentas de triagem. A organização ressalta, porém, riscos relacionados à eficácia, vieses, privacidade, segurança e regulação, especialmente no uso de chatbots de propósito geral. Na África, onde cerca de 150 milhões de pessoas vivem com problemas de saúde mental e há escassez de profissionais, projetos em Uganda já testam chatbots capazes de oferecer suporte em línguas locais e identificar casos que necessitam de atendimento especializado.[68]

Desenvolvimento de medicamentos e novas terapias

A Wellcome destaca o potencial do reposicionamento de medicamentos para desenvolver novos tratamentos em saúde mental a partir de fármacos já existentes. O uso de inteligência artificial e biologia computacional pode acelerar a identificação de medicamentos promissores, enquanto novos modelos de ensaios clínicos, como os estudos de plataforma, permitem testar diferentes tratamentos de forma mais eficiente. Segundo a Wellcome, a filantropia pode ajudar a superar a falta de incentivos comerciais para testar medicamentos sem patente, financiando pesquisas, infraestrutura e estudos clínicos necessários para transformar essas possibilidades em tratamentos acessíveis.[69]

Pesquisa, formação científica e produção de conhecimento

A CORE Group destaca o apoio de US$ 520 mil da Fundação Gates ao periódico *Global Health: Science and Practice*, da Johns Hopkins, para garantir sua sustentabilidade e manter o acesso aberto e gratuito para autores e leitores. O recurso permitirá modernizar a infraestrutura de publicação, retomar as atividades após a perda de financiamento da USAID e ampliar a participação de instituições de países de baixa e média renda na governança da revista. O efeito central é preservar a circulação global de evidências práticas em saúde, fortalecendo decisões, políticas e programas mais inclusivos.[70]

Tecnologias digitais aplicadas à agricultura

Na Índia, uma iniciativa desenvolvida pelo governo do estado de Odisha, com apoio da Gates Foundation, vem utilizando dados em tempo real e tecnologia digital para apoiar pequenos agricultores no enfrentamento de pragas, doenças e eventos climáticos extremos. Por meio da Krushi Samrudhi Helpline, uma linha gratuita de atendimento agrícola, os produtores podem receber, em até 48 horas, orientações personalizadas de agrônomos com base em informações sobre suas propriedades, culturas e condições locais. Segundo a Gates Foundation, 7,9 milhões de agricultores já foram beneficiados pelos serviços, enquanto entre os usuários houve uma redução de 94% da área afetada por grandes surtos de pragas e de até 21% nas perdas agrícolas severas. A iniciativa combina infraestrutura digital, conhecimento técnico e organização comunitária.[71]

Crises Humanitárias, Conflitos e Migrações

O presidente da Rockefeller Foundation, Rajiv J. Shah, alertou para os impactos da interrupção da disponibilização de dados do FEWS NET, sistema de alerta precoce para insegurança alimentar, que deixou de fornecer informações sobre Afeganistão, Somália e Iêmen, afetando o monitoramento de crises que podem atingir 38,1 milhões de pessoas em 2026. A Rockefeller Foundation defendeu em artigo o fortalecimento de sistemas de alerta baseados em dados e tecnologia, para identificar riscos e permitir respostas humanitárias mais rápidas.[72]

Considerações finais

As Organizações da Sociedade Civil (OSC) manifestaram preocupação com o atual cenário de Saúde Global, em que interagem problemas de saúde de diferentes matizes que levam ao óbito dezenas de milhões ao redor do mundo a cada ano, metade dos quais evitáveis[1]. Presencia-se o avanço das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), principal causa de morte no mundo, ao passo que ocorrem surtos e epidemias de doenças transmissíveis como o ebola e o sarampo, principalmente em países africanos, e que cresce o número de pessoas afetadas por conflitos armados.

Além disso, o agravamento da crise climática tem levado pessoas a morte por causas evitáveis, ligadas aos eventos climáticos extremos como as inundações (Nepal) e aumento drástico da temperatura global (Europa). Soma-se a esses processos o aumento de mortes e doenças decorrentes de conflitos armados e guerras, a exemplo do caso do Sudão e da guerra dos Estados Unidos da América e de Israel contra o Irã. Crianças, adolescentes, mulheres, pessoas idosas e com deficiências estão entre os principais grupos populacionais vitimados.

Em um contexto de adoecimento da população global, as OSC têm apontado para a necessidade de se enfrentar as contradições que provocam o aprofundamento dessa realidade sanitária. A governança da Saúde Global tem aprofundado desigualdades, ao passo que reforça a distribuição assimétrica de poder, fortalece dinâmicas neocoloniais e promove um financiamento pouco equitativo. O acirramento das desigualdades no acesso aos sistemas e serviços de saúde, sobretudo, no Sul Global é um efeito desse processo.

Nesse sentido, as OSC denunciam a insuficiência das políticas globais de enfrentamento à crise climática que, ao invés de avançarem, têm retroagido e se distanciado dos objetivos globais de desaceleração do aquecimento global, até 2030. A poluição do planeta tem se intensificado, ao passo que eclodem guerras e conflitos armados com altos impactos humanitários, econômicos e ambientais. Assim, o investimento universal na transição energética justa, na descarbonização e no desenvolvimento sustentável deve ser encarado como uma alternativa capaz de salvar vidas e promover a saúde e bem-estar da população mundial. É urgente que ambas as agendas encontrem pontos de intersecção, de modo a criarem soluções inovadoras e equitativas em conjunto. Para isso, algumas OSC têm defendido a tributação de grandes fortunas para o financiamento da saúde e combate a crise climática, compreendendo que a crise climática é também uma crise sanitária.

Apesar da sua discreta participação na tomada de decisão, como efeito da arquitetura dos espaços de governança da Saúde Global, as Organizações da Sociedade Civil de interesse

[1] https://www.oecd.org/en/publications/health-at-a-glance-2025_8f9e3f98-en/full-report/avoidable-mortality-preventable-and-treatable_e2e21c0b.html

público têm desempenhado um papel central no enfrentamento de diversos problemas de saúde da população mundial, que vão desde incursões de ajuda humanitária, incidência e mobilização sociopolítica, até a criação de soluções inovadoras para a superação desses problemas. Contudo, esbaram no baixo apoio e no desfinanciamento de suas ações. O cenário atual da Saúde Global convoca a reestruturação da governança com repartição justa de poder e ampliação da participação da sociedade civil, aumento de financiamento com distribuição equitativa e investimento em sistemas públicos de saúde com infraestrutura adequada dos serviços e força de trabalho em saúde apropriada e suficiente.

Referências

1. Geneva Solutions. Ebola epidemic in the DRC is deadliest on record, with more than 3,000 deaths [Internet]. Geneva: Geneva Solutions; 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://genevasolutions.news/global-health/ebola-epidemic-in-the-drc-is-deadliest-on-record-with-more-than-3-000-deaths
2. Drugs for Neglected Diseases initiative (DNDi). Mycetoma neglect continues despite WHO recognition [Internet]. LinkedIn; 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/dndi_withoutbordersmediafellowship-msfsouthasia-activity-7502657984825683968-ONc3
3. World Federation of Public Health Associations (WFPHA). Protecting every child from severe respiratory disease through immunization [Internet]. Geneva: WFPHA; 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://www.wfpha.org/protecting-every-child-from-severe-respiratory-disease-through-immunization/
4. World Federation of Public Health Associations (WFPHA). HPV vaccination across the life course: protecting more people from preventable cancer [Internet]. Geneva: WFPHA; 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://www.wfpha.org/hpv-vaccination-across-the-life-course-protecting-more-people-from-preventable-cancer/
5. Fundación Huésped. XXIII Simposio Científico Regional de Fundación Huésped [Internet]. Buenos Aires: Fundación Huésped; 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://huesped.org.ar/novedades/xxiii-simposio-cientifico-regional-de-fundacion-huesped
6. World Medical Association. WMA statement on adolescent suicide [Internet]. LinkedIn; 2026 [cited 2026 Sep 12]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/world-medical-association_worldsuicidepreventionday-medicalethics-activity-7503743593333862400-HybV
7. World Federation for Mental Health. World Mental Health Day 2026 [Internet]. Geneva: World Federation for Mental Health; 2026 [cited 2026 Sep 12]. Available from: https://wfmh.global/news/2026.26-08-11_world-mental-health-day-2026
8. Tavares V. Cerveja também é álcool, menos na lei [Internet]. Brasília (DF): ACT Promoção da Saúde; 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://actbr.org.br/restricao-publicitaria-de-cerveja/9675/
9. Freitas F. Sabor que mata: cigarros com sabor, uma estratégia para atrair jovens e torná-los fumantes [Internet]. Brasília (DF): ACT Promoção da Saúde; 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://actbr.org.br/sabor_que_mata_cigarros_com_sabor/9637/
10. World Vision. World Vision joins diverse global education actors to celebrate International Literacy Day 2026 [Internet]. London: World Vision; 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://www.wvi.org/newsroom/world-vision-joins-diverse-global-education-actors-celebrate-international-literacy-day
11. Sobhan H. Who cares about women's leadership in emergencies? Rabeya does [Internet]. Geneva: CARE; 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://www.care.org/news-and-stories/womens-leadership-in-emergencies-bangladesh-rabeya/

12. Human Rights Watch. South Korea: systemic gender, age discrimination at work [Internet]. New York: Human Rights Watch; 2026 [cited 2026 Sep 12]. Available from: https://www.hrw.org/news/2026/09/08/south-korea-systemic-gender-age-discrimination-at-work

13. Waetge J. Honrar o passado e preparar para o futuro: como foi o XIX Seminário Alianças Estratégicas para a Promoção da Saúde [Internet]. Brasília (DF): ACT Promoção da Saúde; 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://actbr.org.br/19-seminario-aliancas/9587/

14. Greenpeace International. What does being rich mean to you? [Internet]. Amsterdam: Greenpeace International; 2026 [cited 2026 Sep 12]. Available from: https://www.greenpeace.org/international/story/85633/tax-extreme-wealth-cost-of-living-inequality/

15. Fòs Feminista. Sexual health [Internet]. LinkedIn; 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/fos-feminista_sexual-healthpdf-activity-7501685952755564546-1Kb2

16. Oxfam. A new UN report warns that even the best-case scenario could see temperatures peak at around 1.8°C [Internet]. LinkedIn; 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/oxfam_a-new-un-report-warns-that-even-the-best-case-activity-7500964421976989697-8Mss

17. ActionAid International. ActionAid warns against pinning hopes on “technologies that suck” CO2, calls for real funding and radical transformation [Internet]. Johannesburg: ActionAid International; 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://actionaid.org/news/2026/actionaid-warns-against-pinning-hopes-technologies-suck-co2-calls-real-funding-and

18. Gray-Block A, Louw A, Greenpeace International. Why the UNEP 1.5°C overshoot report must be an urgent call to action on climate change [Internet]. Amsterdam: Greenpeace International; 2026 [cited 2026 Sep 12]. Available from: https://www.greenpeace.org/international/story/85664/why-the-unep-1-5c-overshoot-report-must-be-an-urgent-call-to-action-on-climate-change/

19. Le Moli G. The right to health in the age of climate accountability: the ICJ advisory opinion and its implications for global health [Internet]. Geneva: Global Health Centre, Geneva Graduate Institute; 2026 Aug [cited 2026 Sep 12]. Available from: https://ghplatform.org/media/2026/08/The-Right-to-Health-in-the-Age-of-Climate-Accountability-Policy-Brief-No.1-by-Ginevra-Le-Moli.pdf

20. European Public Health Alliance. On Clean Air Day, the EU Healthy Air Coalition is leading a call, joined by over 30 health organisations, for a fossil fuel phase-out to protect health [Internet]. Brussels: European Public Health Alliance; 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://epha.org/on-clean-air-day-the-eu-healthy-air-coalition-is-leading-a-call-joined-by-over-30-health-organisations-for-a-fossil-fuel-phase-out-to-protect-health/

21. Sanchez C. The human, environmental and economic cost of the war on Iran [Internet]. Amsterdam: Greenpeace International; 2026 [cited 2026 Sep 12]. Available from: https://www.greenpeace.org/international/story/85577/six-months-iran-war-human-environmental-economic-fossilflation-costs/

22. World Vision. From island realities to policy action: children hand over climate solutions to Solomon Islands government ahead of COP31 [Internet]. London: World Vision; 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://www.wvi.org/newsroom/solomon-islands/island-realities-policy-action-children-hand-over-climate-solutions

23. European Public Health Alliance. Statement: support for health civil society and the restoration of operating grants [Internet]. Brussels: European Public Health Alliance; 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://eu4health.eu/content/uploads/2026/09/statement-support-for-health-civil-society-and-the-restoration-of-operating-grants-final.pdf

24. European Public Health Alliance. Together for EU Health Civil Society: 187 organisations call for sustainable EU support [Internet]. Brussels: European Public Health Alliance; 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://epha.org/together-for-eu-health-civil-society-187-organisations-call-for-sustainable-eu-support/

25. World Organization of Family Doctors (WONCA). World Patient Safety Day [Internet]. LinkedIn; 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wonca_worldpatientsafetyday-safecareforlife-activity-7504150487844286464-JP2m

26. Global Health Council. GHC's individual professional membership connects practitioners at every career stage to mentorship [Internet]. LinkedIn; 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/global-health-council_globalhealth-activity-7500975943935713280-xGF8

27. Medicus Mundi International. The digital wellness industry is hijacking womens health. [Internet]. Basel: Medicus Mundi International; 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://www.medicusmundi.ch/en/advocacy/publications/mms-news/2026-09-08-the-digital-wellness-industry-is-h

28. Save the Children US. Colombia earthquake: one month on [Internet]. LinkedIn; 2026 [cited 2026 Sep 10]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/save-the-children-us_colombia-earthquake-one-month-on-activity-7503807812272025600-OIbs

29. Médecins Sans Frontières (MSF). Colômbia: necessidades humanitárias persistem três semanas após terremoto [Internet]. Rio de Janeiro: MSF Brasil; 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://www.msf.org.br/noticias/colombia-necessidades-humanitarias-persistem-tres-semanas-apos-terremoto/

30. Médecins Sans Frontières (MSF). MSF conclui avaliação após inundações no Nepal [Internet]. Rio de Janeiro: MSF Brasil; 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://www.msf.org.br/noticias/msf-conclui-avaliacao-apos-inundacoes-no-nepal/

31. Oxfam. Tripti, Country Director of Oxfam Nepal, explains the impacts of the catastrophic floods in Nepal, and the urgent needs of survivors [Internet]. LinkedIn; 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/oxfam_tripti-nepal-chief-director-video-1-activity-7501671408326926336-kYdV

32. World Organization of the Scout Movement. Nepal Scouts mobilise leaders and volunteers following devastating flash floods [Internet]. Geneva: WOSM; 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://www.scout.org/news/news/nepal-scouts-mobilise-leaders-and-volunteers

33. Sobhan H. Nepal flash floods 2026: CARE's emergency response [Internet]. Geneva: CARE; 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://www.care.org/news-and-stories/nepal-flash-floods-2026-care-emergency-response/

34. Comité Internacional de la Cruz Roja. El equipo de CICR se reúne con autoridades de un centro de detención militar israelí en el marco de sus esfuerzos por restablecer el acceso [Internet]. Ginebra: Comité Internacional de la Cruz Roja; 2026 [cited 2026 Sep 10]. Available from: https://www.icrc.org/es/comunicado-de-prensa/cicr-se-reune-con-autoridades-de-un-centro-de-detencion-militar-israeli

35. Comité Internacional de la Cruz Roja. Presidenta del CICR: se necesitan medidas urgentes para reducir la intensidad de las hostilidades en Oriente Medio [Internet]. Ginebra: Comité Internacional de la Cruz Roja; 2026 [cited 2026 Sep 10]. Available from: https://www.icrc.org/es/declaracion/presidenta-del-cicr-se-necesitan-medidas-urgentes-para-reducir-intensidad-hostilidades-oriente-medio

36. Human Rights Watch. Lebanon/Israel: Hezbollah's use of cluster munitions [Internet]. New York: Human Rights Watch; 2026 [cited 2026 Sep 12]. Available from: https://www.hrw.org/news/2026/09/09/lebanon/israel-hezbollahs-use-of-cluster-munitions

37. Progressive International. PI briefing no. 27: breaking the sequence [Internet]. Brussels: Progressive International; 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://progressive.international/wire/2026-09-07-pi-briefing-no-27-breaking-the-sequence/en/

38. Médecins Sans Frontières (MSF). Mais de mil migrantes em situação de vulnerabilidade desembarcam na costa da África Ocidental [Internet]. Rio de Janeiro: MSF Brasil; 2026 [cited 2026

Sep 11]. Available from: https://www.msf.org.br/noticias/mais-de-mil-migrantes-em-situacao-de-vulnerabilidade-desembarcam-na-costa-da-africa-ocidental/

39. Progressive International. PI briefing no. 26: Fortress Europe [Internet]. Brussels: Progressive International; 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://progressive.international/wire/2026-08-31-pi-briefing-no-26-fortress-europe/en/

40. Médecins Sans Frontières (MSF). Sudão: necessidades aumentam, mas hospitais desaparecem [Internet]. Rio de Janeiro: MSF Brasil; 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://www.msf.org.br/noticias/sudao-necessidades-aumentam-mas-hospitais-desaparecem/

41. World Vision. What the floods left behind: the hidden burden facing Nepal's children [Internet]. London: World Vision; 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://www.wvi.org/newsroom/nepal/what-floods-left-behind-hidden-burden-facing-nepals-children

42. Bergeron R. War on education: students in Ukraine head back to school, but not back to normal [Internet]. Geneva: CARE; 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://www.care.org/news-and-stories/ukraine-war-education-back-to-school-2026/

43. Medicus Mundi International. Sexual and reproductive health [Internet]. Basel: Medicus Mundi International; 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://www.medicusmundi.ch/en/advocacy/publications/mms-news/2026-09-08-sexual-and-reproductive-health-is

44. ACON. Latest news [Internet]. Sydney: ACON; 2015 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://www.acon.org.au/about-acon/latest-news/

45. International Federation on Ageing. Where and with whom we live matter profoundly to how we experience longer lives [Internet]. LinkedIn; 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/ifageing_where-and-with-whom-we-live-matter-profoundly-activity-7504207594933309440-Mtdd

46. International Federation on Ageing. How can your organisation help shape the future of long-term care? [Internet]. LinkedIn; 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/ifageing_longtermcare-healthyageing-olderpersons-activity-7503784458312011776-99EN

47. Cullinan K. The next global health architecture must deliver more than reform [Internet]. Geneva: Health Policy Watch; 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://healthpolicy-watch.news/the-next-global-health-architecture-must-deliver-more-than-reform/

48. Geneva Global Health Hub. Geneva Global Health Hub (G2H2) activity [Internet]. LinkedIn; 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/geneva-global-health-hub-g2h2_activity-7504147826336235521-dyv9

49. World Federation of Public Health Associations (WFPHA). Nosso 18º Congresso Mundial de Saúde Pública, na Cidade do Cabo, África do Sul, finalmente começou! [Internet]. LinkedIn; 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wfpha_wcph2026-wcph-health-activity-7502350432057401344-Gt60

50. World Federation of Public Health Associations (WFPHA). Ubuntu and health without borders at WCPH 2026 [Internet]. LinkedIn; 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wfpha_publichealth-globalpublichealth-wcph-activity-7502355686492856320-eTrJ

51. Medicus Mundi International. Can the world really develop vaccine? [Internet]. Basel: Medicus Mundi International; 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://www.medicusmundi.ch/en/advocacy/publications/mms-news/2026-09-08-can-the-world-really-develop-a-vac

52. World Medical Association. Digital health, AI in healthcare and junior doctors [Internet]. LinkedIn; 2026 [cited 2026 Sep 12]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/world-medical-association_digitalhealth-aiinhealthcare-juniordoctors-activity-7500548836831121410-MUap

53. World Federation of Occupational Therapists. UN adopts assistive technology resolution with 40+ countries [Internet]. LinkedIn; 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wfot_the-un-general-assembly-has-adopted-its-first-activity-7502692422045351936-ZIrx

54. Mountain B. Why global development needs a new approach to evidence and cost [Internet]. Geneva: CARE; 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://www.care.org/news-and-stories/global-development-evidence-cost-effectiveness/

55. Drugs for Neglected Diseases initiative (DNDi). Como as perspectivas dos pacientes e da comunidade podem ajudar a moldar uma pesquisa clínica melhor? [Internet]. LinkedIn; 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/dndi_communityengagement-patientvoices-patientengagement-activity-7503354479371735040-5_Mm

56. Wellcome. Tackling schistosomiasis in Tanzania's young children [Internet]. London: Wellcome; 2026 [cited 2026 Sep 12]. Available from: https://wellcome.org/insights/articles/tackling-schistosomiasis-tanzanias-young-children

57. Kunchezera B. Malawi is battling a renewed measles outbreak [Internet]. Geneva: Gavi; 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://www.gavi.org/vaccineswork/malawi-battles-renewed-measles-outbreak-health-workers-push-close-immunisation-gaps

58. CORE Group. The CORE Group Partners Project [Internet]. Washington (DC): CORE Group; [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://thecgpp.coregroup.org/

59. The Global Fund. Mozambique mentor mothers bring lifesaving care to women's homes [Internet]. LinkedIn; 2026 [cited 2026 Sep 12]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/the-global-fund_in-northern-mozambique-mentor-mothers-are-activity-7500846967397277696-U3Oa

60. Wellcome. Preserving the past to support people with sickle cell [Internet]. London: Wellcome; 2026 [cited 2026 Sep 12]. Available from: https://wellcome.org/insights/articles/preserving-past-support-people-sickle-cell

61. The Rockefeller Foundation. Sylvera launches open carbon data project to unlock investment in the Brazilian Atlantic Forest, supported by The Rockefeller Foundation and Meta [Internet]. New York: The Rockefeller Foundation; 2026 [cited 2026 Sep 12]. Available from: https://www.rockefellerfoundation.org/news/sylvera-launches-open-carbon-data-project-investment-brazilian-atlantic-forest-rockefeller-foundation-and-meta/

62. FIND. Diagnosis for all: act on NCDs, NCDs, universal health coverage and health equity [Internet]. LinkedIn; 2026 [cited 2026 Sep 10]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/finddx_diagnosisforall-actonncds-ncds-activity-7501599667361579008-yaqp

63. Wellcome. Clinical research careers: £155mn funding for doctoral training programmes [Internet]. London: Wellcome; 2026 [cited 2026 Sep 12]. Available from: https://wellcome.org/insights/articles/clinical-research-careers-ps155mn-funding-doctoral-training-programmes

64. Gavi, the Vaccine Alliance. Gavi welcomes prequalification of multi-dose RSV maternal vaccine to protect infants [Internet]. Geneva: Gavi; 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://www.gavi.org/news/media-room/gavi-welcomes-prequalification-multi-dose-rsv-maternal-vaccine-protect-infants

65. CORE Group. CORE Group's Small Grants for Scaled Impact (SGSI) [Internet]. LinkedIn; 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/core-group-dc_kenya-naroksouth-coregroup-activity-7501035422991597568-O1iu

66. Gavi, the Vaccine Alliance. Global initiative launched to improve access to mpox vaccines [Internet]. Geneva: Gavi; 2026 [cited 2026 Sep 12]. Available from: https://www.gavi.org/news/media-room/global-initiative-launched-improve-access-mpox-vaccines

67. Geddes L. How a new global mpox vaccine stockpile could help the world respond faster to outbreaks [Internet]. Geneva: Gavi; 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://www.gavi.org/vaccineswork/how-new-global-mpox-vaccine-stockpile-could-help-world-respond-faster-outbreaks

68. Wellcome. How AI could help treat mental health [Internet]. London: Wellcome; 2026 [cited 2026 Sep 12]. Available from: https://wellcome.org/insights/articles/how-ai-could-help-treat-mental-health

69. Ahmed M. What would it take to make drug repurposing work for mental health? [Internet]. London: Wellcome; 2026 [cited 2026 Sep 12]. Available from: https://wellcome.org/insights/articles/what-would-it-take-make-drug-repurposing-work-mental-health

70. Desmon S. New support will help sustain future of CCP's Global Health Journal [Internet]. Baltimore (MD): Johns Hopkins Center for Communication Programs; 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://ccp.jhu.edu/?p=46257

71. Gates Foundation. How Indian farmers are improving yields and supporting each other with the help of a free farming hotline [Internet]. Seattle (WA): Gates Foundation; 2026 [cited 2026 Sep 12]. Available from: https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/india-shareholder-farmer-pradhan-pests

72. Shah RJ. Statement from Dr. Rajiv J. Shah, President of The Rockefeller Foundation, on early warning data for famines [Internet]. New York: The Rockefeller Foundation; 2026 [cited 2026 Sep 12]. Available from: https://www.rockefellerfoundation.org/news/statement-from-dr-rajiv-j-shah-president-of-the-rockefeller-foundation-early-warning-data-for-famines/

Sul Global

Sur Global

Global South

Regina Ungerer, Erica Kastrup e Rychard L. Monteiro

Resumo: As celebrações do Dia da ONU para a Cooperação Sul-Sul foram marcadas pelo lançamento oficial da Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular no dia 11 de setembro. Concebida como uma plataforma dinâmica de intermediação (*matchmaking*), a Aliança conecta demandas de desenvolvimento a soluções locais e parcerias catalisadoras baseadas na reciprocidade e na confiança mútua. Lideranças internacionais ressaltaram que o intercâmbio horizontal em áreas como transição energética, inclusão digital e resiliência climática reduz assimetrias globais e consolida a autonomia do Sul Global rumo à Agenda 2030. O UNOSSC publicou também seu Boletim de agosto de 2026. A agenda de cooperação brasileira combinou projeção diplomática na AGNU 81 e articulação regional nas Américas e na CPLP. Na Assembleia Geral da ONU, o Brasil ressaltou o financiamento equitativo para emergências sanitárias e lançou um portal oficial em português. No âmbito bilateral e regional, o país compartilhou experiências do SUS com o México e sediou fóruns sobre atenção primária e financiamento com 16 países. Em paralelo, avançou na cooperação científica pan-amazônica pela Rede Bioamazônia e na preparação para pandemias na CPLP, com missões coordenadas pela Fiocruz a São Tomé e Príncipe e Guiné Equatorial, reforçando a governança universal e resiliente. O G-77 e a China iniciaram a 81ª Assembleia Geral da ONU reafirmando seu protagonismo no Sul Global. Na reforma institucional (ONU80), o bloco defendeu a preservação dos mandatos de desenvolvimento e a soberania dos Estados-Membros, rejeitando propostas apressadas de fusão de agências como PNUD/UNOPS e UNFPA/ONU Mulheres. No Dia da Cooperação Sul-Sul, reforçou que as parcerias devem complementar à Cooperação Norte-Sul. O grupo também priorizou o combate à violência contra mulheres facilitada por inteligência artificial e a promoção da inclusão digital, reafirmando seu compromisso com a equidade global. Na AGNU 81, o MNA alinhou-se à busca por equidade, defendendo a revitalização da Assembleia Geral, a transparência no Secretariado da ONU e o enfrentamento de sanções coercitivas. Paralelamente, os 65 anos do MNA expuseram um descompasso estrutural, embora a Índia e Gana tenham ressaltado a cooperação vacinal, a saúde em zonas de conflito (Gaza) e o impacto de embargos (Cuba), a saúde pública esteve ausente dos debates centrais. Esse gargalo evidencia o isolamento técnico das deliberações conduzidas junto à OMS, que não chegam ao topo das decisões políticas. A próxima reunião de Kampala, programada para dezembro de 2026, vem sendo considerada a última janela sob a gestão de Uganda para institucionalizar a pauta sanitária antes do novo ciclo do MNA. O NAMYO reafirmou seu engajamento geracional ao coorganizar a 2ª Feira de Carreiras Sustentáveis na *Baku Climate Action Week*, capacitando a juventude do Sul Global para a transição ecológica e a liderança climática. O Centro Sul intensificou sua atuação técnica em fóruns multilaterais. Em Genebra, coorganizou o Diálogo de Embaixadores sobre o Direito à Saúde na Revisão Periódica Universal (RPU) e alinhou prioridades com a ONU para mitigar assimetrias no sistema financeiro e no TRIPS. No Senegal, combateu a evasão fiscal multinacional em defesa da soberania financeira africana. Ao saudar

os 65 anos do MNA, reafirmou seu apoio ao não alinhamento. Ademais, publicou análise sobre barreiras de propriedade intelectual em tecnologias verdes, propondo licenças compulsórias e governança coletiva para fechar o hiato tecnológico global.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul. UNOSSC. G-77 e China. Movimento dos Não-Alinhados. Centro Sul.

Resumen: *Las celebraciones del Día de las Naciones Unidas para la Cooperación Sur-Sur estuvieron marcadas por el lanzamiento oficial de la Alianza Global para la Cooperación Sur-Sur y Triangular el 11 de septiembre. Concebida como una plataforma dinámica de intermediación (matchmaking), la Alianza conecta las demandas de desarrollo con soluciones locales y alianzas catalizadoras basadas en la reciprocidad y la confianza mutua. Líderes internacionales destacaron que el intercambio horizontal en áreas como la transición energética, la inclusión digital y la resiliencia climática reduce las asimetrías globales y consolida la autonomía del Sur Global rumbo a la Agenda 2030. La UNOSSC también publicó su Boletín de agosto de 2026. La agenda de cooperación brasileña combinó la proyección diplomática en la AGNU 81 con la articulación regional en las Américas y la CPLP. En la Asamblea General de la ONU, Brasil subrayó el financiamiento equitativo para emergencias sanitarias y lanzó un portal oficial en portugués. En el ámbito bilateral y regional, el país compartió experiencias del SUS con México y acogió foros sobre atención primaria y financiamiento con 16 países. En paralelo, avanzó en la cooperación científica panamazónica a través de la Red Bioamazonía y en la preparación ante pandemias en la CPLP, mediante misiones coordinadas por la Fiocruz a Santo Tomé y Príncipe y Guinea Ecuatorial, reforzando una gobernanza universal y resiliente. El G-77 y China iniciaron la 81ª Asamblea General de la ONU reafirmando su protagonismo en el Sur Global. En el marco de la reforma institucional (ONU80), el bloque defendió la preservación de los mandatos de desarrollo y la soberanía de los Estados Miembros, rechazando propuestas apresuradas de fusión de agencias como PNUD/UNOPS y UNFPA/ONU Mujeres. En el Día de la Cooperación Sur-Sur, reforzó que las alianzas deben ser complementarias a la Cooperación Norte-Sur. El grupo también priorizó el combate a la violencia contra las mujeres facilitada por inteligencia artificial y la promoción de la inclusión digital, reafirmando su compromiso con la equidad global. En la AGNU 81, el MNOAL se alineó con la búsqueda de equidad, defendiendo la revitalización de la Asamblea General, la transparencia en la Secretaría de la ONU y el enfrentamiento a las sanciones coercitivas. Paralelamente, el 65º aniversario del MNA expuso un descompás estructural: aunque India y Ghana resaltaron la cooperación vacunal, la salud en zonas de conflicto (Gaza) y el impacto de los embargos (Cuba), la salud pública estuvo ausente de los debates centrales. Este cuello de botella evidencia el aislamiento técnico de las deliberaciones llevadas a cabo en el ámbito de la OMS, las cuales no alcanzan la cúspide de las decisiones políticas. La próxima reunión de Kampala, programada para diciembre de 2026, viene siendo considerada la última ventana bajo la gestión de Uganda para institucionalizar la agenda sanitaria antes del nuevo ciclo del MNA La NAMYO reafirmó su compromiso generacional al coorganizar la 2ª Feria de Carreras Sostenibles en la Baku Climate Action Week, capacitando a la juventud del Sur Global para la transición ecológica y el liderazgo climático. El Centro Sur intensificó su actuación técnica en foros multilaterales. En Ginebra, coorganizó el Diálogo de Embajadores sobre el Derecho a la Salud en el Examen Periódico Universal (EPU) y alineó prioridades con la ONU para mitigar las asimetrías en el sistema financiero y en el ADPIC (TRIPS). En Senegal, combatió la evasión fiscal multinacional en defensa de la soberanía financiera africana. Al saludar el 65º aniversario del MNOAL, reafirmó su apoyo al No Alineamiento. Asimismo, publicó un análisis sobre las barreras*

de propiedad intelectual en tecnologías verdes, proponiendo licencias obligatorias y gobernanza colectiva para cerrar la brecha tecnológica global.

Palabras clave: *Cooperación Sur-Sur. ONUSC. G-77 y China. Movimiento de Países No Alineados. Centro Sur.*

Abstract: *The celebrations of the UN Day for South-South Cooperation were marked by the official launch of the Global Alliance for South-South and Triangular Cooperation on September 11. Designed as a dynamic matchmaking platform, the Alliance connects development demands with local solutions and catalytic partnerships grounded in reciprocity and mutual trust. International leaders highlighted that horizontal exchange in areas such as energy transition, digital inclusion, and climate resilience mitigates global asymmetries and consolidates the autonomy of the Global South toward the 2030 Agenda. UNOSSC also published its August 2026 Bulletin. Brazil's cooperation agenda combined diplomatic projection at UNGA 81 with regional coordination across the Americas and the CPLP. At the UN General Assembly, Brazil stressed equitable financing for health emergencies and launched an official portal in Portuguese. Bilaterally and regionally, the country shared SUS experiences with Mexico and hosted forums on primary health care and financing with 16 countries. In parallel, it advanced Pan-Amazonian scientific cooperation through the Bioamazonia Network and pandemic preparedness within the CPLP, featuring Fiocruz-coordinated missions to São Tomé and Príncipe and Equatorial Guinea, reinforcing universal and resilient governance. The G-77 and China opened the 81st UN General Assembly by reaffirming their leadership role in the Global South. Regarding institutional reform (UN80), the group advocated for preserving development mandates and safeguarding Member State sovereignty, rejecting hasty agency merger proposals such as UNDP/UNOPS and UNFPA/UN Women. On the Day for South-South Cooperation, it emphasized that partnerships must complement North-South Cooperation. The group also prioritized tackling technology-facilitated violence against women driven by artificial intelligence and advancing digital inclusion, reiterating its commitment to global equity. At UNGA 81, NAM aligned itself with the pursuit of equity, advocating for the revitalization of the General Assembly, transparency within the UN Secretariat, and counteracting coercive sanctions. Concurrently, NAM's 65th anniversary exposed a structural mismatch: although India and Ghana highlighted vaccine cooperation, health in conflict zones (Gaza), and the impact of embargos (Cuba), public health remained absent from the central debates. This bottleneck underscores the technical isolation of deliberations conducted at the WHO, which fail to reach the pinnacle of political decision-making. The upcoming Kampala meeting, scheduled for December 2026, is considered the final window under Uganda's leadership to institutionalize the health agenda prior to NAM's next cycle. NAMYO reaffirmed its generational engagement by co-organizing the 2nd Sustainable Career Fair during Baku Climate Action Week, empowering Global South youth for the ecological transition and climate leadership. The South Centre intensified its technical engagement in multilateral forums. In Geneva, it co-organized the Ambassadors' Dialogue on the Right to Health within the Universal Periodic Review (UPR) and aligned priorities with the UN to address asymmetries in the financial system and TRIPS. In Senegal, it countered multinational tax avoidance in defense of African financial sovereignty. In commemorating NAM's 65th anniversary, it reaffirmed its support for Non-Alignment. Furthermore, it published an analysis on intellectual property barriers in green technologies, proposing compulsory licensing and collective governance to close the global technological divide.*

Keywords: *South-South Cooperation. UNOSSC. G-77 and China. Non-Aligned Movement. Centro Sul.*

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul. O UNOSSC atua como uma plataforma de compartilhamento de recursos onde parceiros do Sul Global se conectam buscando soluções e explorando oportunidades de financiamento. Também conecta governos, especialistas e grupos de reflexão para garantir que as perspectivas do Sul sejam incluídas nos diálogos políticos.

Destaques

11 de setembro de 2026 – Celebração do Dia das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul e o Lançamento da Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular

No âmbito das comemorações do Dia das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (12 de setembro), sob o tema "**Solidariedade em Ascensão: Aliança Global para o Desenvolvimento Inclusivo e Inovador"**, foi lançada oficialmente a **Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular**. A plataforma foi concebida para conectar diretamente as prioridades nacionais de desenvolvimento a soluções práticas, expertise técnica e parcerias catalisadoras baseadas nas demandas reais do Sul Global.



Durante o evento, diversos líderes se manifestaram no seguimento da **Diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib** que abriu as celebrações do Dia da ONU para a Cooperação Sul-Sul, afirmando que a solidariedade deixou de ser apenas um imperativo moral para se tornar o fundamento prático de um futuro compartilhado.

A diretora destacou que, por todo o Sul Global, os países estão unindo recursos, compartilhando conhecimentos e impulsionando soluções locais fundamentadas na reciprocidade e na confiança mútua, transformando prioridades comuns em resultados concretos de desenvolvimento. Como ilustração dessa capacidade adaptativa, foram citados projetos bem-sucedidos de agricultura adaptada ao clima e irrigação sustentável implementados em regiões de alta vulnerabilidade ambiental, como o Sahel e o Vale de Fergana.

Nesse contexto, a diretora explicou que o lançamento da Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular consolida o espírito de aprendizagem mútua ao estabelecer um ecossistema operacional dinâmico. Essa nova plataforma irá atuar como uma ponte estratégica, conectando diretamente a expertise técnica acumulada pelos países em desenvolvimento aos recursos, financiamentos e parcerias necessários para ampliar o alcance e escalar o impacto dessas soluções no cenário internacional.



Omar Hilale (Presidente da 22ª Sessão do Comitê de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul), enfatizou o lema *"ao compartilhar conhecimento, expandimos o que é possível"*, destacando a urgência de conectar, adaptar e ampliar o alcance das soluções endógenas desenvolvidas pelos próprios países — em áreas críticas como energias renováveis, infraestrutura pública digital e agricultura inteligente — para que cheguem a quem mais precisa.



Amar Bendjama (Presidente do ECOSOC): Defendeu que a solidariedade internacional e a cooperação prática devem andar de mãos dadas. Bendjama sublinhou que a Cooperação Sul-Sul e Triangular é essencial para acelerar o progresso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), renovar a confiança no multilateralismo e garantir uma participação mais inclusiva de países em desenvolvimento nas decisões globais.



Alexander De Croo (Administrador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) enfatizou que a verdadeira solidariedade não se constrói com promessas vazias, mas sim pelo compartilhamento de soluções práticas e comprovadas.

Ele destacou que nações de todo o Sul Global está testando ideias inovadoras, adaptando tecnologias e trocando experiências valiosas no combate a desafios socioeconômicos comuns.

Ressaltou ainda que a principal oportunidade atual consiste em adaptar o conhecimento e as ferramentas que já se mostraram eficazes em determinadas regiões para que mais países e comunidades possam ser beneficiados.

Nesse contexto, o PNUD, atuando como instituição anfitriã do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul, desempenha um papel facilitador estratégico, conectando as demandas nacionais ao conhecimento técnico, financiamento e parcerias originadas no próprio Sul Global.

Esse esforço orienta a atuação da Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular, transformando o aprendizado mútuo em ações e resultados concretos de desenvolvimento.



Embaixador Khalilur Rahman (Presidente da Assembleia Geral da ONU)

O Embaixador Rahman, sublinhou o papel estratégico e transformador dos países em desenvolvimento na reconfiguração da agenda multilateral, destacando o protagonismo do Sul Global na construção de respostas coletivas. O diplomata destacou que as nações do Sul Global deixaram de ser meras receptoras de apoio técnico e financeiro para se consolidarem

como centros de inovação, formuladoras de soluções pragmáticas e agentes centrais na aceleração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Ele disse ainda que a respostas eficazes para os desafios contemporâneos, tais como a resiliência climática, a soberania alimentar e a inclusão digital, dependem da ampliação do intercâmbio horizontal de saberes. Experiências bem-sucedidas em infraestrutura pública digital, agricultura de baixo carbono, energias renováveis e gestão de riscos de desastres demonstram a capacidade do Sul de gerar inovações endógenas adaptadas às realidades locais.

Para o Presidente da AGNU, o fortalecimento de redes e alianças de cooperação técnica e acadêmica é o caminho para compartilhar e escalar essas soluções, reduzindo assimetrias estruturais e consolidando a autonomia do Sul Global diante das crises globais integradas.



Embaixadora Laura Dupuy Lasserre, Representante da Missão Permanente do Uruguai na ONU e presidente do G-77 e China afirmou que a Cooperação Sul-Sul vem se consolidando como um imperativo estratégico para o avanço do desenvolvimento sustentável durante as celebrações do Dia das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul.

A embaixadora reiterou seu compromisso histórico com a cooperação horizontal de conhecimentos, inovações e soluções e saberes desenvolvidos localmente de acordo com a realidade do próprio país, elementos fundamentais para superar as assimetrias globais e fortalecer a autonomia dos países em desenvolvimento.

Nesse contexto, o G-77 e a China saudaram o lançamento da Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular, destacando o papel do novo mecanismo como vetor de articulação prática e inclusiva. A Embaixadora exortou os Estados-Membros a compartilharem ativamente soluções locais já testadas e comprovadas, com ênfase em setores cruciais como a agricultura adaptada ao clima, a transição energética e a infraestrutura pública digital, transformando prioridades comuns em resultados concretos para o alcance da Agenda 2030.

Eixos Estratégicos e Impacto do lançamento da Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular

Os eixos estratégicos e o impacto do lançamento da Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular consolidam uma nova arquitetura de cooperação internacional fundada na eficiência e na equidade. A iniciativa opera como uma plataforma prática de intermediação de parcerias (*matchmaking*), funcionando na forma de um mecanismo dinâmico no qual governos e instituições registradas podem apresentar suas necessidades específicas de desenvolvimento, oferecer soluções comprovadas em âmbito local ou disponibilizar apoio técnico, financeiro e institucional sob medida.

Essa estrutura operacional reflete uma mudança de paradigma no desenvolvimento global ao priorizar os princípios de reciprocidade e aprendizado mútuo. Ao contrário da transferência tradicional de modelos unilaterais, a Aliança Global reafirma que todos os países possuem tanto capacidades valiosas a compartilhar quanto necessidades prementes a suprir, o que fortalece a construção de parcerias horizontais baseadas no respeito mútuo, na confiança e na verdadeira apropriação nacional dos processos de transformação socioeconômica.

Por fim, a consolidação dessas redes entre as nações em desenvolvimento atua como um pilar de complementaridade ao multilateralismo vigente. O fortalecimento da cooperação Sul-Sul e triangular não visa substituir os arranjos tradicionais da cooperação Norte-Sul, mas sim somar esforços e diversificar as vias de apoio, oferecendo respostas concretas, resilientes e sustentáveis para que o Sul Global enfrente os choques climáticos crescentes, as crescentes pressões financeiras e as profundas assimetrias tecnológicas do cenário internacional contemporâneo.

BOLETIM UNOSSC de agosto de 2026 – Para acessar o Boletim, clique aqui





Dia das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul 2026

Cooperação Sul-Sul e Triangular em destaque durante a sessão do Conselho Executivo do PNUD, UNFPA e UNOPS

Conferência Climática COP17 na Mongólia destaca a cooperação Sul-Sul e triangularPMA: Utilização de dados climáticos para uma ação mais precoce contra a desnutrição na Guatemala

De beneficiários a provedores: fortalecendo a cooperação Sul-Sul na iniciativa Inspetores Fiscais Sem Fronteiras

Fundo India/ONU

Fundo Índia-ONU/PNUD: Centro de Saúde de Macomia reconstruído restaura serviços essenciais de saúde em Moçambique

A conclusão bem-sucedida e a entrega do Centro de Saúde do Distrito de Macomia, em Moçambique — reconstruído por meio de uma parceria de cooperação Sul-Sul entre o Fundo de Parceria Desenvolvimento Índia-ONU e o PNUD —, marcam uma transição crucial da resposta de emergência a crises para uma recuperação resiliente e de longo prazo em Cabo Delgado. Após a severa destruição causada por ataques de insurgentes em 2020, que forçou os profissionais de saúde a atender em tendas improvisadas, a implementação da abordagem 'Reconstruir Melhor' (Build Back Better) restaurou serviços essenciais — incluindo maternidade especializada, laboratório e infraestrutura de saneamento movida a energia solar — para atender a mais de 150 mil residentes na região. Além de

restabelecer o acesso médico essencial e a dignidade dos pacientes, a iniciativa incorporou capacitações em construção resiliente a desastres na mão de obra local, consolidando-se como um testemunho tangível de como a infraestrutura resiliente ao clima e o fortalecimento institucional podem restaurar a confiança comunitária em zonas pós-conflito.

Fundo IBSA

Da Índia à Libéria: Promovendo a Liderança Feminina por meio da Cooperação Sul-Sul

A reconstrução do Centro de Saúde do Distrito de Macomia, em Moçambique — realizada via cooperação Sul-Sul pelo Fundo Índia-ONU e pelo PNUD —, marcou a transição da resposta emergencial para a recuperação sustentável em Cabo Delgado após a destruição por ataques insurgentes em 2020. Sob a diretriz de "Reconstruir Melhor", o projeto restaurou serviços vitais de saúde, como maternidade e laboratório com infraestrutura solar, atendendo a mais de 150 mil pessoas e promovendo a capacitação técnica local em construções resilientes a desastres

Mais notícias, clique aqui.

Brasil na cooperação Sul-Sul

O Brasil na AGNU 2026

A agenda da 81ª Assembleia Geral das Nações Unidas recoloca em evidência temas centrais para a cooperação Sul-Sul, entre eles o Direito ao Desenvolvimento, a implementação dos ODS e, na saúde global, o financiamento da prevenção, preparação e resposta a pandemias.

No dia 22 de setembro, ocorrerá o evento paralelo à UNGA81 intitulado "**Duas Regiões, Um Futuro: Financiando a Prevenção, a Preparação e a Resposta a Pandemias para Construir a Segurança Sanitária Global**"(*"Two Regions, One Future: Financing Pandemic Prevention, Preparedness and Response to Build Global Health Security"*), que reunirá representantes de países da África e das Américas para discutir mecanismos de financiamento da segurança da Saúde global.

Organizado por Guiana e Burundi, em colaboração com o CDC África e OPAS, o encontro expressa a crescente necessidade de aproximar as agendas de saúde de duas regiões do Sul Global diante de desafios comuns, como desigualdades no acesso a tecnologias, restrições de financiamento e capacidade limitada de resposta a emergências. A discussão é particularmente atual diante da necessidade de transformar os compromissos assumidos após a pandemia em mecanismos sustentáveis de financiamento e cooperação.

Para o Brasil, essa agenda se articula diretamente à sua trajetória de cooperação Sul-Sul com países africanos e latino-americanos e caribenhos, bem como à defesa de maior equidade nas relações internacionais. A participação brasileira nesses espaços pode contribuir para aproximar as agendas de África e América Latina e Caribe e para defender que a preparação para futuras pandemias seja orientada não apenas pela segurança sanitária, mas também pela redução das desigualdades no acesso a financiamento, tecnologias, capacidades produtivas e sistemas de saúde.

Outra iniciativa que envolve o Brasil no âmbito da AGNU é a Criação de um **portal em português para a Assembleia Geral de 2026.**

A ONU Brasil lançou a página dedicada a facilitar o acesso do público de língua portuguesa a conteúdos relevantes sobre a Assembleia Geral, incluindo informações detalhadas sobre as funções do órgão, a programação oficial das atividades e as opções para acompanhar as transmissões ao vivo.

Com essa ferramenta, busca-se ampliar a transparência e o engajamento da comunidade de língua portuguesa em relação às discussões de alto nível realizadas durante a AGNU 81.

O portal será um ponto centralizado para que cidadãos, jornalistas e interessados possam se manter informados sobre as pautas globais debatidas pelos líderes mundiais durante a AGNU 81.

Além disso, a delegação brasileira se reunirá, como de praxe, com lideranças do Sul global para tratar de temas importantes para a agenda da cooperação Sul-Sul de maneira geral e especificamente da saúde global. Traremos as notícias no próximo informe.

OUTROS DESTAQUES

A agenda brasileira de cooperação Sul-Sul em saúde concentrou-se em iniciativas voltadas ao fortalecimento de sistemas universais de saúde, atenção primária, financiamento, saúde digital, acesso a medicamentos e atenção especializada, com destaque para os intercâmbios bilaterais com países latino-americanos. A agenda contemplou ainda a cooperação científica entre países amazônicos, envolvendo Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador e Peru, com foco em pesquisa, inovação, capacitação, biodiversidade e bioeconomia. Em conjunto, os temas evidenciam a diversidade das frentes de cooperação brasileira em saúde, que abrangem tanto o intercâmbio de experiências e políticas públicas quanto a construção de agendas e capacidades compartilhadas em âmbito regional.

3 de setembro de 2026 – Brasil e México aprofundam intercâmbio sobre sistemas universais de saúde



O Ministério da Saúde do Brasil recebeu uma delegação do governo mexicano interessada em absorver a bagagem acumulada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para embasar a criação do seu novo modelo de saúde universal.

As conversas focaram em três eixos centrais: a ampliação do acesso à atenção especializada (inspirada no programa *Agora Tem Especialistas*, que subsidia a iniciativa mexicana *Mais Especialistas, Mais Enfermeiros, Mais Bem-Estar*); a assistência farmacêutica pública (com base no *Farmácia Popular* para fortalecer a estratégia das *Farmacias del Bienestar*); e a transformação digital em saúde (abrangendo a Telessaúde e a Rede Nacional de Dados em Saúde — RNDS).

A iniciativa reafirmou o valor das políticas públicas do SUS como ativos estratégicos da diplomacia e da cooperação Sul-Sul. Mais do que uma mera transferência de tecnologias, o intercâmbio promoveu o compartilhamento de arranjos institucionais e modelos de governança regionalizada consolidados ao longo de décadas.

Além disso, a parceria estabelece um aprendizado mútuo: enquanto o México adota o SUS como referência global de universalidade, o Brasil busca absorver os conhecimentos

mexicanos na valorização da sabedoria tradicional e da farmacopeia na atenção à saúde indígena

3 de setembro de 2026 – Países das Américas fortalecem cooperação em sistemas de saúde



O Brasil sediou, em Brasília, encontro conjunto da Rede sobre Funções Essenciais de Saúde Pública (RedFESP), da Rede de Fundos Nacionais de Saúde das Américas (REFSA) e da plataforma Impulsa-RISS, reunindo delegações de 16 países das Américas.

A agenda tratou de governança, financiamento, atenção primária e organização integrada dos serviços de saúde. O Ministério da Saúde apresentou a experiência brasileira do SUS e destacou o intercâmbio regional como instrumento para o desenvolvimento de sistemas universais, integrados, equitativos e resilientes.

A realização do encontro em Brasília evidencia o papel do Brasil na articulação de agendas regionais de cooperação em saúde e na construção de referências compartilhadas para o fortalecimento dos sistemas universais.

Ao reunir governança, financiamento e organização dos serviços em uma mesma agenda de cooperação, a iniciativa amplia o intercâmbio para além da troca de experiências, favorecendo a construção conjunta de capacidades e soluções aplicáveis aos diferentes contextos nacionais. A participação brasileira, por meio do Ministério da Saúde e do Fundo Nacional de Saúde, também reforça a projeção regional de conhecimentos e arranjos institucionais desenvolvidos no SUS, em consonância com uma perspectiva de cooperação Sul-Sul baseada no intercâmbio horizontal entre países.

2 de setembro de 2026 – Brasil e Chile discutem cooperação técnica em saúde



Representantes do Ministério da Saúde, da Funasa, da OPAS/OMS e da Embaixada do Chile no Brasil discutiram novas possibilidades de cooperação técnica entre os dois países.

A agenda incluiu fundos nacionais de saúde, funções essenciais de saúde pública, regionalização dos serviços e complexo econômico-industrial da saúde, além da relação entre saúde, desenvolvimento econômico e integração regional.

1º de setembro de 2026 – Rede Bioamazônia amplia cooperação científica entre países amazônicos



A Rede Bioamazônia destacou, no início de setembro, a cooperação estabelecida desde 2024 entre oito institutos de pesquisa da Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador e Peru.

A iniciativa busca articular instituições científicas dos países amazônicos para desenvolver pesquisas e novas formas de cooperação científica na Pan-

Amazônia, reforçando a ciência e a inovação como instrumentos de integração regional e desenvolvimento.

A Rede reúne o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), pelo Brasil; além do Instituto de Ecología de la Universidad Mayor de San Andrés, da Bolívia; do Instituto de Investigación de Recursos Biológicos Alexander von Humboldt e do Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas SINCHI, da Colômbia; do Instituto Nacional de Biodiversidad (Inabio), do Equador; e do Instituto de Investigaciones de la Amazonía Peruana (IIAP), do Peru. No Brasil, o MPEG atua como um dos pontos centrais dessa articulação, colocando à disposição da cooperação sua trajetória de mais de 160 anos de pesquisa sobre a Amazônia.

Os oito institutos apresentam um Memorando de Entendimento (MoU**)** recém-assinado, que estabelece um marco institucional para dar continuidade e ampliar a cooperação científica iniciada em 2024. Entre as ações estão projetos conjuntos de pesquisa, capacitações, intercâmbio de conhecimentos e tecnologias e iniciativas de bioeconomia, incluindo a transferência de tecnologias para associações, empresas e comunidades amazônicas visando agregar valor a produtos como cupuaçu, buriti e camu-camu.

A iniciativa também prevê o fortalecimento do compartilhamento de dados, metodologias e competências entre pesquisadores dos países, consolidando uma agenda de cooperação científica Sul-Sul orientada à produção de conhecimento na, para e com a Pan-Amazônia.

Cooperação da Fiocruz

29 de agosto a 12 de setembro de 2026 – Fiocruz coordena a conformação de rede de líderes em preparação e resposta a pandemias na CPLP



Está em curso, no âmbito da cooperação entre o Brasil e os países africanos de língua portuguesa, um projeto voltado ao fortalecimento das capacidades de preparação e resposta a emergências de saúde pública na CPLP, com apoio técnico do Brasil.

A iniciativa, financiada pela Fundação Gates e coordenada pela Fiocruz, busca fortalecer uma rede de líderes dos países participantes, ampliar as capacidades nacionais de preparação e resposta, apoiar o funcionamento de Centros de Operações de Emergências em Saúde Pública e desenvolver mecanismos de colaboração entre os países. O projeto também pretende estabelecer redes regionais de conhecimento e uma cooperação Sul-Sul sustentável, contribuindo para sistemas de saúde mais resilientes por meio do fortalecimento da vigilância, da coordenação multissetorial e do uso de dados para a tomada de decisão.

Nesta quinzena, a realização de uma missão técnica a São Tomé e Príncipe e à Guiné Equatorial ampliou o alcance da cooperação e representou, no caso guinéu-equatoriano, uma aproximação estratégica com as iniciativas desenvolvidas no âmbito da CPLP. Para além dos resultados técnicos imediatos, o trabalho de campo cumpriu uma função essencial para a cooperação Sul-Sul: o fortalecimento de redes de confiança entre profissionais e instituições. O contato presencial permitiu que técnicos e gestores compartilhassem experiências, alinhassem

capacidades às necessidades locais e estabelecessem vínculos duradouros para a continuidade das ações no longo prazo.

Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)[1], Nairóbi (UNEP)[2], Paris (UNESCO)[3], Roma (FAO/IFAD)[4], Viena (UNIDO)[5] e Washington (G-24)[6].

Em 2026, o Uruguai assumiu a presidência pró-tempore, sucedendo o Iraque, que ocupou o cargo em 2025. Essa rotação segue o princípio geográfico do grupo, já que 2026 marca a vez do Grupo Latino-Americano e Caribenho (GRULAC) liderar a coalizão.

Destaques do G-77

G-77 e China e UNGA 81

A **81ª Sessão da Assembleia Geral da ONU (AGNU 81)** começou no dia 8 de setembro de 2026 e o G-77 e a China já confirmaram que participarão de eventos paralelos institucionais de grande porte. Com destaque para a coorganização de uma **Mesa-Redonda Ministerial** sobre o Enfrentamento à Violência Contra Mulheres e Meninas Facilitada pela Tecnologia (TF-VAWG)[7], em parceria com a ONU Mulheres, com foco em abusos impulsionados por Inteligência Artificial, transformação digital e liderança.

Na fase preparatória para a AGNU 81, o G-77 e a China emitiram diversas declarações sobre a **Iniciativa de Reforma ONU80**. Nesses briefings prévios, o bloco marcou sua posição sobre:

- **Proteção dos Mandatos de Desenvolvimento –** Rejeição de propostas de fusão de agências (como PNUD/UNOPS ou UNFPA/ONU Mulheres) sem consultas intergovernamentais aprofundadas.
- **Soberania sobre as Reformas –** Reiteraram que a revisão de mandatos e mudanças estruturais na iniciativa ONU80 devem permanecer como prerrogativa exclusiva e não prescritiva dos Estados-Membros, e não como imposições do Secretariado.
- **Reunião Ministerial do G-77+China** – Além da fala em plenária no Debate Geral, a grande Declaração Ministerial Oficial do Grupo dos 77 e China deve ser aprovada e apresentada formalmente durante a Reunião Ministerial Anual do bloco, que ocorre

[1] UNCTAD — Comércio de Desenvolvimento da ONU
[2] UNEP — Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
[3] UNESCO — Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
[4] FAO — Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD — Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
[5] UNIDO — Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
[6] G-24 — Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento
[7] **TF-VAWG** significa Technology-Facilitated Violence Against Women and Girls

tradicionalmente na margem da semana de alto nível (geralmente entre o final do segundo e o terceiro dia do segmento ministerial).

G-77 e China no lançamento da Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular

11 de setembro de 2026 – Declaração em nome do Grupo dos 77 e da China, proferida pela Embaixadora Laura Dupuy Lasserre, Representante Permanente da Missão do Uruguai na ONU por ocasião do Dia das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul



O Grupo dos 77 e a China reafirmaram seu compromisso inabalável com a cooperação Sul-Sul como uma expressão fundamental de solidariedade entre os países em desenvolvimento e um instrumento essencial para promover o desenvolvimento sustentável e fortalecer a capacidade coletiva, a voz e o protagonismo do Global Sul.

Pontos principais do pronunciamento do G-77

Esta declaração do G-77 e China reafirmou o compromisso do bloco com a Cooperação Sul-Sul no Dia das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul, destacando a iniciativa como pilar de solidariedade, autonomia e desenvolvimento sustentável do Global Sul.

Princípios Orientadores: A Cooperação Sul-Sul é voluntária e baseada na soberania nacional, igualdade, não ingerência e benefício mútuo. Ela complementa, mas não substitui, a Cooperação Norte-Sul, a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento ou os compromissos dos países desenvolvidos (incluindo o financiamento climático).

Marco e Revisão: Destaca o Plano de Ação de Buenos Aires (1978 e 2019) e saúda a resolução de 24 de julho de 2026 para a revisão inclusiva de sua implementação, visando identificar lacunas e acelerar o progresso.

Resposta a Desafios Globais: Atua no combate a crises interconectadas, como dívida externa, insegurança alimentar/energética, mudanças climáticas e lacunas de financiamento, por meio da troca de conhecimento, tecnologia e expertise técnica alinhados à Agenda 2030.

Tecnologia e Inclusão Digital: Enfatiza a inclusão dos países do Sul como produtores e cocriadores de soluções tecnológicas, alertando que avanços em Inteligência Artificial não devem gerar novas dependências.

Apoio Institucional e Fundos: Reafirma o papel central da ONU e do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC), pedindo financiamento previsível. Destaca iniciativas financeiras chave, como os fundos IBAS, Índia-ONU, Pérez-Guerrero e o Mecanismo China-ONU.

3 de setembro de 2026 – Declaração apresentada pela Delegação do Uruguai, em nome do G-77 e China na reunião informal do plenário da Assembleia Geral da ONU sobre o informativo da ONU80 do Secretário Geral

O Grupo agradeceu a atualização apresentada pelo Secretário-Geral, António Guterres, sobre a iniciativa ONU80 e reafirmaram seu apoio ao objetivo abrangente da iniciativa para alcançar uma “mudança de paradigma” na forma como o sistema das Nações Unidas organiza seu trabalho, a fim de gerar maior impacto em campo, bem como fortalecer o multilateralismo e a cooperação internacional em meio a desafios sem precedentes.

O G-77 & China permanecem firmemente comprometidos em engajar de forma ativa e construtiva em todas as deliberações pertinentes, com o objetivo de garantir que todos os processos sejam transparentes e inclusivos, permitindo, assim, um sistema das Nações Unidas mais eficaz, eficiente, equitativo e verdadeiramente representativo. A esse respeito, embora tenham acolhido a realização deste tipo de sessão informativa, o Grupo destacou a necessidade de consultas intergovernamentais aprofundadas, com tempo e informações suficientes e processos transparentes, sobre todos os pacotes de trabalho que exijam a tomada de decisão dos Estados-Membros quanto a reformas estruturais.

O Grupo também ressaltou a necessidade de haver orientações adicionais do Secretariado, tendo em vista, a necessidade de determinar quais pacotes de trabalho e ações específicas deveriam ser priorizados este ano. Isso permitiria aos Estados-Membros se concentrar em um conjunto limitado de propostas concretas e viáveis e, por sua vez, ajudaria a garantir a entrega de resultados tangíveis, ambiciosos e baseados em consenso no âmbito do Eixo de Trabalho da Iniciativa ONU80. A respeito da fusão do PNUD e o UNOPS e entre o UNFPA e a ONU Mulheres, o Grupo destacou que a Junta ainda não está em posição, neste momento, de fazer uma recomendação de apoio às propostas.

Em um momento de crescentes restrições financeiras e maiores necessidades de desenvolvimento, e levando em consideração as inúmeras dúvidas e preocupações que continuam a ser levantadas por Estados-Membros de todos os grupos regionais em relação às fusões propostas, o G-77 & China acreditam que as condições necessárias ainda não estão reunidas para aprovar fusões estruturais que provavelmente acarretariam um longo processo de reestruturação institucional ao longo de 2026. A esse respeito, o Grupo concordou com a decisão de começar a explorar opções alternativas para aumentar a coordenação e a eficiência, inclusive por meio de maior alinhamento e coordenação operacional, e aguarda as atualizações a serem prestadas pelas entidades à Junta Executiva. O G-77 e a China também ressaltaram a importância de respeitar as prerrogativas da Junta Executiva, no âmbito do seu mandato, para avaliar as informações disponíveis e decidir se apresenta recomendações, por meio do ECOSOC, à Assembleia Geral.

O Grupo ressaltou o relatório preliminar sobre critérios e modalidades para a revisão da implementação de mandatos, ao mesmo tempo em que acolheram com satisfação o reconhecimento explícito por parte dos Copresidentes de que os critérios e modalidades servem como orientação prática para os Estados-Membros e, portanto, não possuem natureza prescritiva. O Grupo reforçou que as decisões relativas aos mandatos permanecem como prerrogativa exclusiva dos Estados-Membros. O Grupo continua comprometido e engajado de forma construtiva com a Iniciativa ONU80, e apoia sua liderança e visão, à medida que trabalhamos juntos para promover uma Organização das Nações Unidas mais eficaz, eficiente, equitativa e representativa, que fortaleça seu impacto e amplie seu apoio aos países do programa.

29 de agosto de 2026 – Dia Internacional contra os Ensaios Nucleares

A Missão Permanente do Uruguai junto à ONU participou ativamente da cerimônia de comemoração do Dia Internacional contra os Ensaios. Na ocasião, a representação uruguaia discursou em nome de toda a América Latina e do Caribe ao falar na qualidade de Presidente Pro Tempore da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC).



Pontos Centrais do Pronunciamento

Rejeição Unânime aos Ensaios Nucleares: A declaração reafirmou a postura histórica e intransigente da região contra qualquer tipo de teste ou explosão experimental com armas atômicas, destacando os riscos devastadores à segurança global, ao meio ambiente e à saúde pública.

Apoio ao CTBT no seu 30º Aniversário: Destacaram as três décadas do Tratado de Proibição Completa de Ensaios Nucleares (CTBT), aberto para assinatura em 1996, reiterando a urgência de sua universalização e imediata entrada em vigor.

Liderança Regional na Não Proliferação: Reforçaram o compromisso da CELAC com o legado do Tratado de Tlatelolco (1967), que consolidou a América Latina e o Caribe como a primeira zona povoada do mundo livre de armas nucleares.

Como porta-voz da CELAC, o Uruguai consolidou o papel do bloco regional na defesa do desarmamento e do multilateralismo nas Nações Unidas. O apelo ganhou relevância adicional em um momento geopolítico marcado pelo aumento das tensões estratégicas entre grandes potências e pelo desmantelamento de acordos internacionais de controle de armamentos.

Newsletter do G-77 – julho e agosto de 20206

Boletim de 9 páginas reúne as principais diretrizes apresentadas pelo Uruguai à frente da Presidência Pró-Tempore do G-77. Para acessar a Newsletter, clique aqui.


NEWSLETTER
of Uruguay's Presidency of the Group of 77
July and August 2026
Ministerio de Relaciones Exteriores
CONCLUDED NEGOTIATIONS
HIGH-LEVEL POLITICAL FORUM (HLPF) AND ECOSOC REVIEW
The High-level Political Forum on Sustainable Development (HLPF) was one of the main areas of work during the reporting period. The Presidency led the Group's coordination efforts to consolidate common positions on the 2026 Ministerial Declaration and the review of the Economic and Social Council (ECOSOC) and the HLPF.
During the ministerial segment, the Group of 77 and China (G77 and China) delivered a statement in the general debate, highlighting the urgent need to accelerate the implementation of the 2030 Agenda, strengthen international cooperation, and ensure adequate financial, technological and other cooperative resources to enable developing countries to achieve the Sustainable Development Goals (SDGs).
The Presidency also coordinated the negotiations on the review of the functioning and institutional arrangements of ECOSOC and the HLPF, as established in General Assembly resolutions 75/290 A and 75/290 B. (See A/80/L.87 and A/80/L.98.)
Find the statements here.
At the time of the adoption of the relevant resolutions on 24 July, the Group delivered an explanation of position, reaffirming the importance of preserving the intergovernmental, inclusive and development-oriented nature of both bodies, as well as ensuring the effective participation of developing countries.
Find the 2026 HLPF Ministerial Declaration here.


Uruguay G77 Chairmanship
Ministerio de Relaciones Exteriores
URUGUAY
The adoption of the Ministerial Declaration reflected dialogue, mutual respect and Member States' commitment to multilateralism. The Declaration reaffirms the urgent need to accelerate the implementation of the 2030 Agenda by strengthening international cooperation, increasing support for developing countries, mobilizing the means of implementation and promoting effective partnerships to leave no one behind. It focused on SDGs 6 (clean water and sanitation), 7 (affordable and clean energy), 9 (industry, innovation and infrastructure), 11 (sustainable cities and communities) and 17 (partnerships for the Goals).
UNITED NATIONS DEVELOPMENT SYSTEM: OPERATIONAL ACTIVITIES AND QCPR
The Presidency coordinated the position of the G77 and China during the Economic and Social Council's Operational Activities for Development Segment (OAS) and in the follow-up to the Quadrennial Comprehensive Policy Review (QCPR) of operational activities for development of the United Nations system. Find the statement here.
The adoption of the OAS-QCPR resolution on 21 July helped consolidate the Group's position on strengthening the United Nations development system and enhancing its capacity to respond to the needs and priorities of developing countries, while respecting each country's leadership and national priorities.
FINANCIAL AND ADMINISTRATIVE MATTERS
During the second resumed part of the 80th session of the Fifth Committee, Member States adopted by consensus a landmark decision reforming the mechanism for the return of budgetary credits, one of the most significant advances in United Nations financial governance in decades.
The new methodology establishes a clearer categorization of budgetary credits and links their return to cash actually available. Credits associated with assessed contributions not yet collected will no longer be returned until the necessary liquidity exists, preventing the Organization from reimbursing resources it has not received. The mechanism, which applies to the regular budget, peacekeeping operations and international tribunals, has been in force since 1 July 2026.

Movimento dos Países Não Alinhados (MNA)

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 121 Estados Membros de todas as partes do mundo. Existem ainda 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

O Gabinete de Coordenação é sediado na ONU, sendo o principal instrumento para dirigir o trabalho das forças-tarefa, comitês e grupos de trabalho do MNA. O trabalho diário do MNA é realizado por Grupos de Trabalho, em nome do Gabinete de Coordenação.

De 2024 a 2027, a presidência do MNA está a cargo da República de Uganda. O presidente de Uganda, Yoweri Museveni é o presidente do Movimento dos Não-Alinhados. A Delegação de Uganda junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

Destaques

MNA e UNGA 81

A atuação do Movimento dos Países Não Alinhados (MNA na 81ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU 81) se insere em um momento decisivo para a governança multilateral. Como é de praxe, a posição inicial do Grupo e consolidada por seus 120 Estados-membros é apresentada durante a Reunião Ministerial de Alto Nível do MNA, realizada paralelamente à semana de debate geral da Assembleia que iniciou em 14 de setembro.

Para a AGNU 81, o MNA alinhou suas prioridades ao tema central proposto pela presidência: *"Restaurando a Confiança, Gerenciando a Transformação: Uma Organização das Nações Unidas que Entrega para Todos"*. A convergência reflete o compromisso do Sul Global em reafirmar os princípios da Carta da ONU, a defesa inegociável da soberania, a solução pacífica de controvérsias e a busca por equidade econômica diante das assimetrias globais.

Ao longo da transição para a AGNU 81, a coordenação técnica e política do MNA articulou-se em torno de três eixos fundamentais:

Transparência na Liderança das Nações Unidas: O MNA exige maior previsibilidade, equilíbrio geográfico e respeito rigoroso às prerrogativas da Assembleia Geral na seleção de cargos de alto nível na ONU. Este pleito ganha tração especial durante a 81ª Sessão, período em que o sistema multilateral inicia as deliberações para a escolha do sucessor do Secretário-Geral António Guterres.

Revitalização da Assembleia Geral: O MNA defende um aporte financeiro robusto e previsível do orçamento regular das Nações Unidas para o Gabinete do Presidente da Assembleia Geral. O fortalecimento do Gabinete é visto pelo bloco como um contraponto indispensável à assimetria de poder e ao impasse crônico observado no Conselho de Segurança.

Soberania, Direito ao Desenvolvimento e Justiça Global: A postura do MNA conecta a integridade territorial e ao Não-Alinhamento geopolítico com a aceleração da Agenda 2030 e dos ODS. A pauta da saúde, o combate a sanções e medidas coercitivas unilaterais, o financiamento climático e a governança inclusiva de novas tecnologias, como a inteligência artificial, compõem o núcleo das reivindicações estruturais levadas pelos membros à mesa.

As manifestações formais completas e as resoluções conjuntas do Movimento dos Países Não Alinhados serão pronunciadas ao longo dos discursos dos Chefes de Estado no Debate Geral de Alto Nível e ratificadas nas reuniões ministeriais dedicadas do bloco e destacadas no próximo informe.

31 de agosto a 1º de setembro de 2026 – Os 65 anos do MNA e a consolidação da diplomacia da saúde como eixo estruturante do Sul Global.



Dando continuidade ao Informe nº 15 do Observatório Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde, no qual iniciamos a cobertura do 65º aniversário do Movimento dos Países Não Alinhados (MNA), apresentamos nesta edição os detalhes e os desdobramentos dessa reunião histórica realizada em Belgrado.

O Palácio da Sérvia, um dos principais edifícios governamentais do país, recebeu delegações de mais de trinta países da África, Ásia, Europa e América Latina, reunindo quatro chefes de Estado, três chefes de Governo e diversos ministros. O objetivo central das comemorações foi resgatar o legado do não alinhamento e discutir suas lições para o cenário internacional contemporâneo.

As celebrações estruturaram-se em dois eixos principais. O primeiro foi a reafirmação dos princípios históricos de Bandung (1955) e da Primeira Cúpula de Belgrado (1961), calcados no respeito à soberania nacional, na igualdade entre os Estados, na não ingerência em assuntos internos e na defesa intransigente da autodeterminação dos povos.

O segundo eixo centrou-se na redefinição contemporânea da própria noção de soberania. O conceito expandiu-se da dimensão puramente territorial para incorporar três pilares: a capacidade sanitária (habilidade de responder autonomamente a crises de saúde pública); a autonomia biotecnológica (capacidade técnica, científica e industrial de pesquisar, desenvolver e fabricar insumos estratégicos); e a soberania digital e informacional (controle soberano sobre dados médicos, genéticos e epidemiológicos).

No entanto, o encontro expôs um nítido descompasso diplomático ao isolar a saúde global das intervenções em plenário. Para um bloco consolidado como força negociadora na Organização Mundial da Saúde, a ausência do tema nas discussões na Sérvia não representou uma simples lacuna, mas uma escolha política deliberada. Na prática, as deliberações técnicas conduzidas pelo MNA em Genebra não se conectaram à agenda de Belgrado, que funcionou menos como um fórum multilateral do bloco e mais como uma plataforma para a diplomacia bilateral do país anfitrião.

Repetindo o formato adotado em 2021, por ocasião dos 60 anos do MNA, o encontro de 2026 tampouco adotou um documento final com declarações ou decisões vinculantes.



Detalhes das comemorações

No dia 1º de setembro, os chefes de delegação retomaram uma histórica tradição diplomática inaugurada em 1961: o plantio de uma "Árvore da Paz" e a assinatura do Livro de Visitas no Parque da Amizade (*Park Prijateljstva*), em Belgrado. O ritual simboliza o compromisso contínuo dos países com a paz, a fraternidade e a cooperação internacional.

Como destacou o chanceler sérvio, Marko Đurić, muitas dessas árvores “sobreviveram a décadas, a tempos diferentes e a numerosas mudanças no mundo”.

Diplomacia vacinal, lições da COVID-19 e infraestrutura sanitária em zonas de conflitos



Como um dos Estados fundadores do MNA, sob a liderança histórica do Primeiro-Ministro Jawaharlal Nehru na Cúpula de Belgrado de 1961, a Índia mantém um papel protagonista na formulação de agendas do bloco.

Nas comemorações dos 65 anos do MNA, a delegação indiana destacou sua contribuição no campo da saúde global, vinculando sua tradição diplomática às exigências sanitárias contemporâneas.

Chefiada pelo Ministro Kiren Rijiju, a delegação indiana, em sua declaração, destacou o princípio filosófico *Vasudhaiva Kutumbakam* (“o mundo é uma só família”), traduzindo a atuação do país como primeiro respondedor em emergências sanitárias internacionais. O argumento central se baseou no envio de vacinas, medicamentos e insumos farmacêuticos a mais de 150 países durante a pandemia de COVID-19, a maioria, integrante do MNA.

Esse histórico criou um importante precedente de cooperação vacinal Sul-Sul, estruturado à margem das cadeias Globais de suprimento dominadas pelos países desenvolvidos. A relevância dessa posição ultrapassa a retórica diplomática tradicional, pois responde diretamente ao trauma coletivo provocado pelo “nacionalismo vacinal” de 2020–2021, quando países de alta renda monopolizaram estoques que excediam suas populações enquanto o Sul Global enfrentava desabastecimento.

A argumentação indiana apoia que o Sul Global não deve depender de um único país ou de poucas corporações do Norte para ter acesso a vacinas e medicamentos, e esta é a principal garantia contra a desigualdade em momentos de crise. Ao diversificar e multiplicar os polos produtores por meio da cooperação Sul-Sul, cria-se uma rede de segurança que impede que as nações em desenvolvimento fiquem reféns do desabastecimento.

Essa mesma premissa orienta as posições do Sul Global em negociações multilaterais como o Acordo Pandêmico da OMS. É esse raciocínio que fundamenta a exigência por regras obrigatórias no sistema PABS (*Pathogen Access and Benefit-Sharing* ou Acesso a Patógenos e Repartição de Benefícios) em que a lógica é que os países em desenvolvimento compartilham suas amostras de vírus e dados epidemiológicos para a criação de vacinas e, portanto, eles devem ter garantias jurídicas vinculantes de que receberão de volta uma parte proporcional da produção de insumos e tecnologia.

A Índia apresentou o exemplo mais concreto de diplomacia da saúde ao alinhar atendimento emergencial e capacitação estrutural de longo prazo em seu apoio à Palestina. Na dimensão imediata, o país destinou cerca de 135 toneladas de ajuda humanitária — sendo 81,5 toneladas compostas exclusivamente por insumos e equipamentos médicos estratégicos —, além de aportar US$ 15 milhões à UNRWA até junho de 2026.

O diferencial dessa atuação, reside na superação da mera assistência pontual, focalizando no fortalecimento da infraestrutura física e humana local por meio de três projetos fundamentais:

1. **Infraestrutura hospitalar de alta complexidade:** A construção de um Hospital de Superespecialidades (iniciado formalmente em 2026 com um centro de trauma);
2. **Reabilitação e soberania técnica:** Um centro especializado na confecção e adaptação de próteses — uma resposta direta e direcionada à grave crise decorrente do alto volume de amputações traumáticas no conflito em Gaza;
3. **Formação de capital humano:** Um instituto voltado à capacitação e treinamento profissional de médicos e profissionais de saúde locais.

Ao combinar suprimentos imediatos com infraestrutura física e capacitação técnica, a diplomacia indiana ilustra a distinção conceitual decisiva na Saúde Global: enquanto a assistência emergencial alivia o sofrimento imediato e cria a manutenção contínua de doações externas, a cooperação estruturante em saúde gera resiliência, amplia a capacidade instalada e constrói a soberania institucional do país receptor, permitindo-lhe gerir autonomamente suas próprias crises sanitárias no futuro.

Pragmatismo, justiça global e soberania no Sul Global



Como um dos Estados fundadores do MNA, marcando a liderança histórica do Presidente Kwame Nkrumah em 1961, Gana ocupou um lugar central nas celebrações dos 65 anos do MNA.

A delegação ganesa não apenas honrou essa memória histórica, mas projetou a tradição anticolonial do país diretamente nas urgências do século XXI, conectando a soberania sanitária e a justiça estrutural à governança global.

O tom da intervenção do Presidente John Dramani Mahama foi provocativa e incisiva e destacou que a relevância e o peso do MNA não se medem por sua escala numérica ou pelo rigor de suas declarações, mas pela sua capacidade real de entrega. Ele defendeu que a diplomacia do Sul Global precisa superar o terreno do discurso e converter seus consensos em ação política tangível e eficaz.

O Presidente Mahama atacou a assimetria global quando destacou a aplicação seletiva do direito internacional e a política de dois pesos e duas medidas praticada pelas potências do Norte e afirmou que a arquitetura multilateral perde sua própria razão de ser quando o sofrimento humano no Sul é respondido com silêncio, cumplicidade ou indiferença, lembrando que a soberania e a dignidade humana não admitem salvaguardas parciais.

Esta crítica se desdobrou na denúncia de crises geopolíticas que afetam diretamente a saúde pública global e a segurança humana:

- **Sudão:** Denunciado como a maior catástrofe humanitária da atualidade, cujo impacto atinge mais de 11 milhões de pessoas deslocadas à força e desprovidas de assistência básica;

- **Gaza:** Classificada como um cenário catastrófico de estrangulamento sanitário, no qual o bloqueio sistemático a alimentos, água, energia e medicamentos transforma a saúde em alvo de guerra, exigindo a cessação imediata das hostilidades e o livre acesso humanitário;
- **Cuba:** Reiterou a condenação histórica ao embargo financeiro e comercial, ressaltando que as medidas coercitivas unilaterais, aplicadas à revelia do Conselho de Segurança da ONU, funcionam como punição coletiva e sufocam a capacidade do Estado cubano de garantir respostas sanitárias à sua população.

O Presidente Mahama vinculou a soberania sanitária à reforma das instituições multilaterais, afirmando que o Conselho de Segurança da ONU carece de legitimidade ética e política enquanto mantiver a África excluída de seus assentos permanentes, posição alinhada ao Consenso de Ezulwini e à Declaração de Sirte. Como prova de que a articulação do Sul gera resultados concretos, destacou a aprovação da Resolução A/RES/80/250 na Assembleia Geral da ONU, liderada por seu país, que reconheceu a escravização transatlântica como crime grave contra a humanidade.

Ao olhar para o futuro, o presidente articulou os próximos passos da liderança de Gana, ressaltando que a presidência do país na União Africana em 2027 e a condução do Grupo Africano nas negociações climáticas serão usadas para exigir financiamento climático justo e reparações históricas. Por fim, fez um alerta crítico sobre a nova fronteira da desigualdade: a inteligência artificial e a tecnologia médica. Para Gana, o MNA deve impedir que os países em desenvolvimento sejam reduzidos à condição de meros consumidores inativos de inovação de outros, garantindo sua participação ativa na criação, transferência tecnológica e governança dessas ferramentas estratégicas.

65 Anos do MNA: O Protagonismo Sérvio e o Esfriamento da Agenda da Saúde Global



Nesse cenário de transição geopolítica e rearranjos multilaterais, as celebrações dos 65 anos do MNA foram conduzidas pela anfitriã Sérvia.

O país não se limitou a oferecer a infraestrutura logística para a reunião, mas se projetou como o grande articulador do Sul Global, resgatando a memória do histórico encontro de 1961 para reafirmar a contínua relevância diplomática do MNA.

Em seu discurso, o Presidente sérvio, Aleksandar Vučić, apresentou o MNA como o mais forte bastião do multilateralismo na atualidade. Ele sustentou que a Sérvia, embora mantenha seu processo de adesão à União Europeia, molda sua política externa com base em princípios inegociáveis de independência, neutralidade militar e cooperação abrangente com todas as regiões do mundo.

Traduzindo essa visão em gestos concretos de liderança, o presidente anunciou três iniciativas inéditas voltadas à coesão do bloco: a criação da plataforma “Não-Alinhados Digital”, a instituição de um Festival de Cinema do MNA e a realização de um seminário permanente para jovens diplomatas do MNA, além da ampliação do programa nacional de bolsas de estudo.

Em eventos paralelos, o chanceler sérvio, Marko Đurić promoveu uma série de reuniões bilaterais para consolidar parcerias estratégicas no Sul Global.

Com a Índia, o destaque foi a cooperação em inteligência artificial, tecnologias digitais e a participação indiana na Expo Especializada de Belgrado 2027.

Com a África, as discussões foram em torno de parcerias em agricultura e educação com o Mali, impulsionadas pelo programa de bolsas "Mundo na Sérvia". Com a Tanzânia, os acordos abrangeram o setor agroalimentar, o turismo e o registro formal da abertura da nova embaixada da Sérvia em Dar es Salaam. Com Burundi, o foco foi na infraestrutura de TI e transformação digital, e com Uganda, país com o qual a Sérvia registrou um comércio bilateral de € 35 milhões em 2025, foram seladas parcerias que vão desde um Memorando de Cooperação em Defesa até a integração entre a Organização Nacional de Pesquisa Agrícola ugandesa e o Instituto de Culturas de Novi Sad para o fornecimento de sementes não transgênicas.

No entanto, ao analisar a trajetória do MNA, o presidente Vučić, destacou que em 2021, o MNA usou sua voz coletiva para denunciar o nacionalismo vacinal dos países ricos; em 2026 essa pressão política conjunta "esfriou". O tema da saúde deixou de ser uma prioridade cobrada de forma firme e coletiva pelos líderes, ficando restrito a conversas bilaterais nos bastidores ou em menções indiretas em discursos isolados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A saúde pública entre o insulamento técnico e a geopolítica do Sul Global

A celebração dos 65 anos do MNA trouxe à tona um cenário marcado por dualidades e revelações para a Saúde Global. Em um momento crítico em que as negociações do Acordo Pandêmico da OMS, continuam inconclusas às vésperas de mais uma rodada do Grupo de Trabalho Intergovernamental (INB/IGWG), e simultaneamente a uma epidemia ativa de Ebola Bundibugyo na República Democrática do Congo, nenhum desses temas de saúde entrou na pauta central dos chefes de Estado.

Essa contradição tornou-se ainda mais evidente quando destacado o empenho de Uganda, que tem liderado a construção de uma pauta de saúde consistente durante a sua gestão na presidência do MNA. A reunião de comemoração dos 65 anos do MNA expôs, um gargalo crítico sobre o tema, quando as propostas técnicas formuladas pelas delegações em Genebra não conseguiram ascender ao topo da agenda dos chefes de Estado, revelando a ausência de uma estratégia articulada capaz de traduzir os debates da saúde pública em prioridades políticas reais no mais alto nível decisório

Na prática, a principal tese que esta comemoração em Belgrado deixou é que o MNA opera hoje com duas agendas de saúde que não se comunicam: uma agenda técnica, que disputa cláusulas vinculantes em Genebra sem o devido peso político de cúpula; e outra política, que denuncia sanções e colapsos humanitários no plenário sem tradução normativa ou decisões operacionais.

Diante desse silêncio em Belgrado, a diplomacia da saúde emergiu predominantemente de forma indireta, transparecendo somente nas pautas humanitárias e geopolíticas levadas por países como a Índia e Gana. Essa abordagem indireta trouxe à tona a premissa de que a saúde pública é indissociável da infraestrutura básica e da segurança humana.

A energia elétrica, por exemplo, é um insumo médico indispensável, sem o qual é impossível refrigerar vacinas, operar ventiladores pulmonares, esterilizar instrumentos cirúrgicos ou manter incubadoras neonatais ativas. Assim, ao denunciar o desabastecimento simultâneo de água, comida, remédios e eletricidade em Gaza, Gana descreveu, na prática, o colapso deliberado de todo um sistema sanitário.

Ao mesmo tempo, a defesa de Cuba nos fóruns do MNA ao longo de 2026, da Assembleia Mundial da Saúde às reuniões na ONU são um exemplo pedagógico sobre os determinantes geopolíticos da saúde, pois um sistema de saúde historicamente sólido e referência internacional que vem sofrendo um estrangulamento progressivo não por falhas de gestão interna, mas pelo impacto direto de sanções unilaterais e bloqueios financeiros impostos por terceiros Estados.

Olhando para o futuro imediato, o tempo para fechar essa lacuna é curto. A reunião ministerial de Kampala, em dezembro de 2026, representará a última janela de oportunidade para a presidência de Uganda inscrever formalmente a agenda da saúde do triênio em documento vinculante. A partir de 2027, o Uzbequistão assume a liderança do MNA (ciclo 2027–2029) com sinalizações já consolidadas voltadas para a segurança energética, desenvolvimento sustentável e comércio global, pautas em que a saúde corre o risco de perder ainda mais espaço.

Em última análise, a celebração dos 65 anos do MNA reafirmou que, para o Sul Global, defender a saúde pública exige inevitavelmente enfrentar as assimetrias do poder geopolítico. Para que a diplomacia da saúde cumpra seu papel de eixo estruturante do desenvolvimento e da soberania, o MNA precisará, nos próximos compromissos em Genebra e na COP32 na Etiópia, superar esse isolamento técnico e construir a interoperabilidade entre suas pautas, convertendo os consensos da OMS em uma posição política coesa, unificada e incontornável no centro da governança global.

Movimento Jovem dos Não Alinhados (NAMYO)

A Organização Jovem do Movimento dos Não-Alinhados (NAMYO) foi inaugurada oficialmente em outubro de 2021 em Baku no Azerbaijão e, desde então, vem atuando como uma plataforma ampla, criando oportunidades para que os jovens possam se manifestar, apresentar suas ideias e perspectivas em temas relacionados com a conjuntura política global capacitando os mais jovens para se tornarem líderes do futuro.

DESTAQUES

11 de setembro de 2026 – Diplomacia Jovem e Sustentabilidade: NAMYO coorganiza a 2ª Feira de Carreiras Sustentáveis na Semana de Ação Climática de Baku – 2026



No âmbito da Semana de Ação Climática de Baku de 2026, foi realizada a 2ª Feira de Carreiras Sustentáveis, fruto de uma parceria estratégica entre a NAMYO e a União Pública "Desenvolvimento Regional", o Centro de Carreiras "ASAN Cadre" e a Câmara de Comércio e Indústria Azerbaijão-França.

O objetivo principal foi conectar os jovens às profissões emergentes no campo do

desenvolvimento verde e sustentável, aproximando os futuros profissionais dos especialistas e oportunidades que moldam o mercado de trabalho contemporâneo, além de incentivar a sustentabilidade como um direcionamento profissional promissor e estratégico para o Sul Global.

Centro Sul

O Centro Sul é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra, na Suíça, criada em 1995, que funciona como um *think tank* de reflexão e ação política em prol do Sul global.

O Centro Sul realiza pesquisas voltadas para políticas públicas sobre questões-chave de desenvolvimento e apoia os países em desenvolvimento a participarem efetivamente de processos de negociação internacional relevantes para a consecução dos ODS.

O Centro Sul também oferece assistência técnica e capacitação em diversas áreas dentro do seu programa de trabalho. O Centro promove a unidade do Sul, reconhecendo a diversidade de interesses e prioridades nacionais.

O Centro Sul sucedeu a Comissão do Sul, cujo principal objetivo era fortalecer a cooperação Sul-Sul nos assuntos internacionais. Em 2025, celebrou seu 30º aniversário

NOTÍCIAS DE DESTAQUES

8 de setembro de 2026 – Genebra sedia Diálogo de Embaixadores sobre o Direito à Saúde e a Revisão Periódica Universal (RPU)



Em um esforço conjunto para fortalecer o acesso universal à saúde, o South Centre e o Centro de Diplomacia da Saúde e Inclusão (CeHDI)[8] realizaram, no dia 08 de setembro, o Diálogo de Embaixadores focado no tema "Promover o Direito à Saúde e a Equidade Global em Saúde por meio da Revisão Periódica Universal".

O evento que, ocorreu em formato híbrido, debateu o uso do mecanismo da Revisão Periódica Universal (RPU) — instrumento do Conselho de Direitos Humanos da ONU, como uma ferramenta estratégica para impulsionar políticas públicas de saúde e combater as desigualdades globais no acesso a tratamentos e infraestrutura médica.

A discussão reuniu embaixadores da Tanzânia, Zimbábue, África do Sul, Barbados, Guiana e Bangladesh que destacaram os desafios

[8] O **CeHDI** (*Centre for Health Diplomacy and Inclusion* / Centro de Diplomacia da Saúde e Inclusão) é um centro especializado focado na interface entre **saúde pública global, direitos humanos e cooperação multilateral**. Localizado no polo internacional de Genebra (Suiça), o centro atua no ecossistema das Organizações Não Governamentais e think tanks voltados para o Sul Global, promovendo debates estratégicos e capacitação para diplomatas, gestores de saúde e atores da sociedade civil.

específicos enfrentados por países do Sul Global e a importância da cooperação internacional para garantir que o direito à saúde seja tratado como uma prioridade estrutural de direitos humanos.

O evento reuniu representantes de Missões Permanentes, Estados-Membros, agências do sistema ONU, organizações da sociedade civil e parceiros internacionais, consolidando recomendações para integrar compromissos de saúde global nas próximas fases de avaliação da RPU.



8 de setembro de 2026 – **South Centre Reforça Diálogo Estratégico com Perito Independente da ONU sobre Ordem Internacional Democrática e Equitativa**

Em reuniões de trabalho realizadas em Genebra, o Diretor Executivo do Centro Sul, Carlos Correa, se reuniu com George Katrougalos, perito Independente da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a Promoção de uma Ordem Internacional Democrática e Equitativa.

O encontro teve como foco alinhar prioridades estratégicas e fortalecer a voz do Sul Global nas instâncias de governança multilateral da ONU.

Prioridades e Pauta em Debate

A troca de subsídios técnicos em que a atuação do mandato da ONU pode contribuir para atenuar as assimetrias globais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

- **Reforma da Governança Global e Multilateralismo:** Análise das assimetrias no Conselho de Direitos Humanos, na Assembleia Geral e no sistema financeiro internacional, visando garantir maior representatividade e soberania decisória para os países do Sul Global.
- **Direito ao Desenvolvimento e Equidade Financeira:** Impacto das dívidas soberanas, da arquitetura fiscal internacional e do espaço fiscal de países em desenvolvimento no financiamento de políticas públicas essenciais, como saúde e proteção social.
- **Acesso à Tecnologia e Soberania Alimentar:** Desafios relacionados às regras de propriedade intelectual (TRIPS), transferência de tecnologia e mitigação das assimetrias tecnológicas no contexto emergente do avanço da inteligência artificial e transição verde.
- **Aplicação Uniforme do Direito Internacional:** A necessidade de consistência multilateral no combate a medidas coercitivas unilaterais que afetam os direitos fundamentais das populações do Sul Global.

O alinhamento reforça o papel do Centro Sul South como ponte técnica e diplomática para nutrir relatórios, pareceres e recomendações encaminhados por peritos da ONU ao Conselho de Direitos Humanos.

31 de agosto a 1º de setembro de 2026 – 65º Aniversário da Primeira Conferência do Movimento dos Países Não Alinhados (MNA)



O Centro Sul manifestou apoio formal e saudou a realização da Reunião Comemorativa de Alto Nível pelo 65º Aniversário da Primeira Conferência do Movimento dos Países Não Alinhados (MNA) realizada em Belgrado, Sérvia.

A declaração do Centro Sul sublinha a relevância contínua do Não Alinhamento frente ao atual cenário geopolítico multipolar, caracterizado por crescentes tensões entre grandes potências, protecionismo econômico e fragmentação do multilateralismo.

O Papel do Centro Sul

Como *think tank* intergovernamental dos países em desenvolvimento, o Centro Sul reafirmou seu compromisso de continuar oferecendo apoio técnico, análises de políticas públicas e subsídios estratégicos às delegações do MNA. O objetivo é subsidiar os debates com dados e propostas concretas que fortaleçam as posições conjuntas do Sul Global em negociações multilaterais.

31 de agosto de 2026 – Fórum de Política Regional sobre Tributação Alternativa de Empresas no Senegal



A especialista do Centro Sul participou do Fórum de Política Regional sobre Tributação Alternativa de Empresas no Senegal, reforçando o papel estratégico da instituição no debate sobre justiça fiscal no Sul Global. Coorganizado pela Internacional de Serviços Públicos (PSI) e pela Fundação Friedrich Ebert (FES), o evento reuniu representantes governamentais, lideranças sindicais e especialistas no tema.

O debate esteve estruturado em três pilares centrais: as regras de alocação de lucros, que buscam assegurar a tributação das multinacionais onde o valor é efetivamente gerado, superando modelos que beneficiam desproporcionalmente os países de sede; o imposto mínimo alternativo, focado em coibir a erosão da base tributária e a transferência ilícita de lucros por meio de alíquotas efetivas mínimas; e a mobilização de recursos domésticos, estratégica para que as nações em desenvolvimento fortaleçam sua arrecadação de forma progressiva e reduzam a dependência do endividamento externo.

A relevância e o impacto social do fórum se baseiam no potencial de financiamento da infraestrutura social crítica — abrangendo setores vitais como saúde, educação, saneamento e transição energética.

Além disso, a parceria tripartite entre o Centro Sul, a PSI e a FES conectam a análise técnica sobre tributação às demandas dos trabalhadores e da sociedade civil por justiça socioeconômica, ao mesmo tempo em que fortalece a soberania fiscal do continente africano e do Sul Global no âmbito das negociações da Convenção Tributária da ONU frente aos arranjos do G20 e da OCDE

Resumo de Política

2 de setembro de 2026 – **Propriedade intelectual e a divisão da tecnologia verde: barreiras, espaços políticos e opções coletivas para países em desenvolvimento** – **Paulo Esteves**



Os países em desenvolvimento enfrentam o triplo desafio simultâneo de industrializar, descarbonizar e se adaptar às mudanças climáticas. No entanto, tecnologias climáticas cruciais permanecem inacessíveis porque grande parte do conhecimento fundamental está sob proteção de patentes e segredos comerciais retidos por empresas multinacionais concentradas em poucos países desenvolvidos.

Os Quatro Agrupamentos de Barreiras (Barrier Clusters)

Com base na literatura de propriedade intelectual (PI) e clima, Paulo Esteves mapeia o cenário tecnológico e identifica quatro conjuntos de barreiras interconectadas que dificultam a transferência tecnológica:

1. **Custos de acesso (*Access Costs*):** Altas taxas de licenciamento e preços elevados impostos pelos detentores dos direitos de PI.
2. **Custos de transação (*Transaction Costs*):** Complexidade em negociações, opacidade nos termos de licença e fragmentação das patentes.
3. **Restrições legais e institucionais (*Legal and Institutional Constraints*):** Rigidez trazida pelo Acordo TRIPS da OMC e por cláusulas "TRIPS-plus" em acordos bilaterais/regionais de comércio que reduzem a flexibilidade dos Estados.
4. **Lacunas de informação e capacidade de absorção (*Information and Absorptive Capacity Gaps*):** Falta de transparência sobre quem detém quais patentes e limitações locais de infraestrutura e capital humano para assimilar e adaptar as tecnologias importadas.

Recomendações e Estratégia Combinada

Para superar o "hiato das tecnologias verdes" (*green technology divide*), o artigo conclui que os países do Global Sul precisam adotar uma abordagem integrada:

- **Defesa e uso das flexibilidades do TRIPS:** Implementar licenças compulsórias (*compulsory licensing*) e adotar critérios mais rígidos de patenteabilidade para evitar o "abuso" de patentes secundárias.
- **Mecanismos coletivos de transparência e licenciamento:** Criar e apoiar bancos de patentes (*patent pools*) e plataformas multilaterais de compartilhamento de tecnologias climáticas.
- **Financiamento e capacitação doméstica:** Mobilizar recursos financeiros, fortalecer políticas de concorrência e investir em capacidades produtivas e científicas locais para converter o acesso à tecnologia em aprendizado prático e inovação própria.

G20, G7 e OCDE

G20, el G7 y la OCDE

G20, G7, and OECD

Pedro Burger, Vitória Kavanami, João Miguel Estephanio, Thaiany Medeiros Cury e Nina Bouqvar

Reuniões Ministeriais de Finanças e Inovação do G20 Consolidam a Agenda dos EUA para a Economia Global e Tecnologias Emergentes

Las reuniones ministeriales del G-20 sobre finanzas e innovación consolidan la agenda de los Estados Unidos para la economía global y las tecnologías emergentes

G20 Ministerial Meetings on Finance and Innovation Solidify the U.S. Agenda for the Global Economy and Emerging Technologies

Resumo: O presente informe analisa os resultados das reuniões ministeriais de Finanças e de Inovação do G20, realizadas na Carolina do Norte sob a liderança dos Estados Unidos. O texto examina a divulgação da Declaração da Presidência em Asheville, centrada na resiliência macroeconômica, na desregulamentação e no enfrentamento aos desequilíbrios comerciais, contextualizando as objeções formais apresentadas pela China. Em seguida, detalham-se os desdobramentos da cúpula de Chapel Hill sobre a governança de tecnologias emergentes, marcada pela formalização dos Princípios de Carolina e pela defesa de um modelo não intervencionista promovido por Washington e por executivos do setor privado, em contraste direto com o rigor normativo reafirmado pela União Europeia.

Palavras-chave: G20; EUA.

Resumen: *El presente informe analiza los resultados de las reuniones ministeriales de Finanzas e Innovación del G-20, celebradas en Carolina del Norte bajo el liderazgo de Estados Unidos. El texto examina la publicación de la Declaración de la Presidencia en Asheville, centrada en la resiliencia macroeconómica, la desregulación y la lucha contra los desequilibrios comerciales, poniendo en contexto las objeciones formales presentadas por China. A continuación, se detallan las repercusiones de la cumbre de Chapel Hill sobre la gobernanza de las tecnologías emergentes, marcada por la formalización de los Principios de Carolina y por la defensa de un modelo no intervencionista promovido por Washington y por ejecutivos del sector privado, en contraste directo con el rigor normativo reafirmado por la Unión Europea.*

Palabras clave: *G20; EE. UU.*

Abstract: *The report analyzes the outcomes of the G20 Finance and Innovation Ministerial Meetings, held in North Carolina under the leadership of the United States. The text examines the release of the Asheville Chair's Statement, which focused on macroeconomic resilience, deregulation, and addressing trade imbalances, while providing context for the formal objections*

raised by China. It then details the outcomes of the Chapel Hill summit on the governance of emerging technologies, marked by the formalization of the Carolina Principles and the advocacy of a non-interventionist model promoted by Washington and private-sector executives—in direct contrast to the regulatory rigor reaffirmed by the European Union.

Keywords: *G20; USA.*

A divulgação da Declaração da Presidência (*Chair's Statement*) ao término da Segunda Reunião de Ministros das Finanças e Governadores de Bancos Centrais do G20, realizada em Asheville entre 31 de agosto e 1º de setembro de 2026, formalizou as diretrizes econômicas e as prioridades estratégicas conduzidas pela presidência dos Estados Unidos. O documento consolidou uma narrativa centrada na resiliência macroeconômica global diante de múltiplos choques, conferindo papel de destaque à eficiência regulatória e à atuação do setor privado como propulsor da produtividade internacional. Para sustentar o ritmo de expansão econômica, a declaração apontou como imperativo o funcionamento contínuo de cadeias de valor estratégicas, compreendendo os setores de energia, alimentos, fertilizantes e minerais críticos, ao mesmo tempo em que orientou a condução de políticas fiscais voltadas à sustentabilidade da dívida e à reconstrução de margens de manobra, resguardando a estabilidade de preços e a independência institucional dos bancos centrais. Paralelamente, os países acordaram a necessidade de mitigar entraves burocráticos e regulatórios excessivos, aperfeiçoar os regimes tributários e fortalecer o apoio às pequenas e médias empresas.

O enfrentamento dos desequilíbrios econômicos persistentes ocupou espaço central nas deliberações ministeriais. A declaração condenou a manutenção de assimetrias externas prolongadas e demandou expressamente a eliminação de políticas e práticas não orientadas pelo mercado. Sob essa ótica, o texto estabeleceu que as nações detentoras de superávits externos contínuos devem remover distorções internas que comprimem o consumo doméstico e alimentam uma dependência desmedida do comércio exterior, enquanto as economias deficitárias precisam fomentar a poupança interna e avançar em ajustes fiscais. Além disso, o documento instruiu o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) a ampliarem seus instrumentos analíticos e a coleta de dados sobre tais distorções, incluindo projeções de cenários sobre os custos da inação. Esse enquadramento motivou objeções formais da delegação chinesa aos parágrafos 10 e 11 da declaração, evidenciando a discordância de Pequim quanto à caracterização de seu modelo produtivo e à tentativa norte-americana de utilizar organismos multilaterais para fiscalizar seus mecanismos estatais de fomento à indústria.

As divergências com a China estenderam-se a outros dois eixos substantivos do documento de Asheville, consolidando suas reservas aos parágrafos 4 e 13. No campo da segurança energética e logística internacional, o quarto parágrafo manifestou preocupação com interrupções no comércio global e postulou que a garantia de uma navegação livre, segura e previsível no Estreito de Ormuz e em outras rotas marítimas estratégicas, somada à resolução de conflitos e guerras em andamento, configura pré-requisito indispensável para o crescimento sustentável. A inclusão dessa formulação, que dialoga com as repercussões da crise militar envolvendo os Estados Unidos e o Irã, não obteve a adesão plena de Pequim. Do mesmo modo, o parágrafo 13, dedicado à arquitetura da dívida soberana para nações vulneráveis no âmbito do Quadro Comum do G20 e da abordagem de três pilares do FMI e do Banco Mundial, registrou

discordâncias chinesas. Embora o texto tenha anunciado a publicação de um modelo não vinculante de Memorando de Entendimento para conferir maior celeridade e previsibilidade às reestruturações formais, a exigência expressa de divisão justa de encargos e de maior coordenação e contribuição entre os credores bilaterais oficiais do grupo foi formalmente contestada pela delegação chinesa, refletindo o tradicional impasse sobre as responsabilidades financeiras de credores estatais.

Importante salientar que, a despeito dessas objeções pontuais, os demais pontos do documento foram acolhidos pelos membros presentes. De acordo com as normas procedimentais do G20, a ausência de unanimidade impede a publicação de uma declaração ministerial conjunta plena, exigindo que o documento seja divulgado formalmente como Declaração da Presidência (*Chair's Statement*), formato que registra as convergências substantivas da reunião ao mesmo tempo em que assinala as reservas pontuais dos países dissidentes.

Já no plano doméstico e setorial, a declaração incorporou iniciativas dedicadas à alfabetização financeira, concebida como alicerce para a autonomia cidadã e para a proteção individual contra esquemas de fraude cibernética, dando ênfase a mecanismos voltados à poupança de longo prazo e ao investimento, como as *Trump Accounts* no âmbito norte-americano. No segmento financeiro internacional, o fórum reiterou o compromisso com a modernização regulatória e supervisória para acolher inovações em ativos digitais e *stablecoins* globais sob o monitoramento do Conselho de Estabilidade Financeira (FSB, na sigla em inglês), reforçando o roteiro de otimização de pagamentos transfronteiriços mediante o padrão ISO 20022 e a ampliação horária dos sistemas de liquidação de grande valor, além da aplicação das diretrizes do GAFI para conter lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

Sobressaiu-se, contudo, o protagonismo conferido à inteligência artificial (IA), categorizada formalmente no texto como "uma tecnologia de propósito geral com potencial de redefinir as bases da economia global". O documento preconiza que os ganhos de produtividade e a liderança no crescimento favorecerão as nações capazes de acelerar o desenvolvimento e a difusão responsável dessa tecnologia, demandando dos bancos centrais a diferenciação técnica entre expansões estruturais da capacidade produtiva e flutuações de demanda, enquanto o FSB finaliza um guia de boas práticas para sua adoção e o GAFI estrutura diretrizes contra crimes cibernéticos no setor financeiro. Essa centralidade atribuída à inteligência artificial em Asheville serviu de antecedente para a Reunião Ministerial de Inovação do G20, realizada nos dias 1 e 2 de setembro de 2026 na cidade vizinha de Chapel Hill, também na Carolina do Norte.

Conduzida sob a coordenação do Departamento de Comércio dos Estados Unidos e do Escritório de Política de Ciência e Tecnologia da Casa Branca, a reunião ministerial de Chapel Hill representou um marco nas negociações sobre a governança de tecnologias emergentes, resultando na aprovação de uma Declaração Ministerial chancelada por todos os integrantes do bloco. O documento estruturou-se em seis eixos estratégicos voltados ao fomento da inovação: o estabelecimento de estruturas políticas pró-inovação amparadas em marcos regulatórios flexíveis e baseados em risco; a aplicação segura da inteligência artificial no setor público em áreas como saúde, educação, transportes e gestão de desastres; a qualificação técnica contínua da força de trabalho; a salvaguarda da propriedade intelectual e de segredos industriais com garantia de direitos autorais a criações humanas; o incentivo a padrões técnicos abertos que evitem barreiras desnecessárias ao comércio internacional; e o fortalecimento de cadeias de suprimento industriais mediante o livre fluxo de dados com confiança, vedando exigências de

transferência forçada de tecnologia ou localização compulsória de dados. Nas palavras do Secretário de Comércio dos Estados Unidos, Howard Lutnick, “alcançar o consenso no G20 não é uma tarefa simples, mas o tema da inovação como motor do crescimento nos uniu em um momento histórico de unidade”, ressaltando ainda que a declaração aprovada “dá aos empreendedores a confiança para investir em suas ideias, promove a indústria doméstica e garante que as estruturas de propriedade intelectual incentivem e protejam a inovação”.

O núcleo operacional dessas diretrizes, no entanto, materializou-se nos chamados Princípios de Carolina para Tecnologias Emergentes (*The Carolina Principles*), pactuados para nortear o ciclo de vida do desenvolvimento científico em três fases complementares. Na fase de avanço da descoberta e pesquisa básica, o documento recomenda o fomento à pesquisa de base pública e privada, o emprego de financiamento misto combinando capital estatal e privado em todos os níveis de maturidade tecnológica, a disponibilização de infraestrutura computacional, a simplificação administrativa na concessão de bolsas, a aproximação contínua entre academia e indústria e a criação de canais de transferência tecnológica dos laboratórios para o mercado, sem prescindir do compartilhamento de dados oriundos de projetos interrompidos.

Na etapa de validação e comercialização, preconiza-se o uso intensivo de *sandboxes* regulatórios com isenções temporárias de normas, mecanismos de financiamento atrelados a metas técnicas estritas, licenciamento agilizado para projetos pilotos de baixo risco, diretrizes claras para os primeiros adotantes operacionais e o direcionamento do poder de compras públicas do Estado para viabilizar mercados iniciais. Já no estágio de viabilização da adoção tecnológica, os princípios consagram a priorização de marcos legais setoriais preexistentes em detrimento da criação de legislações abrangentes inéditas, circunscrevendo novas regras apenas a lacunas comprovadas, com foco em resultados de desempenho, revisão periódica de normas obsoletas, consideração do custo de oportunidade decorrente de atrasos na adoção e cooperação internacional voluntária.

Para endereçar os impactos dessa transição tecnológica sobre o emprego, o encontro ministerial formalizou dois instrumentos anexos complementares. O primeiro, denominado Objetivos de Prosperidade para a IA, instituiu nove diretrizes não vinculantes para que os governos estruturem credenciais técnicas, integrem o ensino de inteligência artificial na educação básica e no currículo de ciências e tecnologia (STEM), estimulem estágios práticos, doutorados financiados pela indústria e residências de pesquisa, qualifiquem educadores e incentivem programas de requalificação profissional custeados por empregadores públicos e privados.

Assentado no princípio de IA como uma ferramenta de amplificação das capacidades humanas, o documento preconiza uma comunicação transparente junto aos trabalhadores durante as transições corporativas. Em paralelo, o Pacto de Prosperidade para a IA constituiu um termo voluntário de compromisso pelo qual corporações privadas, universidades e centros de pesquisa comprometeram-se a alocar investimentos diretos no treinamento de trabalhadores e na abertura de carreiras qualificadas na indústria tecnológica.

Nos bastidores políticos, contudo, o encontro serviu de plataforma para os Estados Unidos pressionarem os parceiros internacionais a adotarem uma abordagem não intervencionista em relação à inteligência artificial. A estratégia do governo norte-americano concentrou-se em desencorajar ativamente a criação de novos órgãos internacionais de supervisão ou leis específicas para o setor, buscando acelerar a indústria doméstica e consolidar

a hegemonia tecnológica global de suas empresas. Segundo análises internacionais veiculadas por órgãos como Reuters e Al Jazeera, essa postura alinhou-se estritamente aos interesses econômicos das grandes companhias do país, uma vez que exigências regulatórias externas poderiam comprimir margens de lucro ao atrasar o lançamento de novos modelos ou forçar alterações de engenharia por razões de segurança.

A orientação oficial da Casa Branca foi sintetizada pelo assessor de tecnologia Michael Kratsios, ao afirmar que os formuladores de políticas públicas não precisam abordar cada inovação de forma isolada e não devem tratar cada tecnologia emergente como um problema inédito. Amparado nos Princípios de Carolina, Kratsios sustentou que os governos devem evitar legislações generalistas e regular exclusivamente lacunas autênticas que as normas atuais sejam incapazes de cobrir.

Essa perspectiva norte-americana contrastou diretamente com o posicionamento da União Europeia, evidenciando uma cisão profunda de entendimento quanto à aplicação e regulamentação dessas inovações. Enquanto Washington defendia o relaxamento normativo, a Comissão Europeia reafirmou sua adesão irrestrita ao *EU AI Act* e confirmou, no próprio dia da reunião, o envio de solicitações formais de informação a mais de trinta empresas globais do setor para investigar a conformidade de seus sistemas com regras de segurança, transparência e direitos autorais.

A Vice-Presidente de Soberania Tecnológica da União Europeia, Henna Virkkunen, que esteve presente no evento em Chapel Hill, declarou em pronunciamento oficial que o objetivo europeu é garantir que a inteligência artificial seja desenvolvida, lançada e utilizada de maneira segura e transparente no continente, reiterando que as autoridades comunitárias estão plenamente preparadas para adotar todas as medidas necessárias para assegurar o cumprimento estrito da lei.

O embate entre os dois blocos ganhou contornos explícitos nas falas dos principais executivos de tecnologia norte-americanos, que participaram de painéis públicos e mantiveram reuniões bilaterais com o Secretário de Comércio dos Estados Unidos, Howard Lutnick. O diretor-executivo da Tesla e da SpaceX, Elon Musk, atacou abertamente a postura regulatória europeia ao contrapor o conceito de legalidade por padrão ao que classificou como uma presunção de ilegalidade no continente europeu. Musk argumentou que a inovação exige que os empreendedores estejam relativamente livres de regulamentação, o que significa que novas iniciativas devem ser consideradas legais por padrão, em oposição a ilegais por padrão.

Ao criticar o modelo de Bruxelas, o executivo acrescentou que na Europa as coisas operam sob a lógica da ilegalidade prévia, o que desacelera o avanço tecnológico de forma considerável, sustentando que “isso desacelera [a inovação] consideravelmente”. Para além do debate normativo, Musk alertou para graves gargalos de infraestrutura material, advertindo que haverá um déficit significativo de energia elétrica no próximo ano, e não em um futuro distante, para alimentar a expansão dos centros de processamento de dados.

Outras lideranças industriais expuseram nuances e preocupações estruturais durante os debates. O presidente da Meta, Mark Zuckerberg, fez uma defesa enfática dos modelos de inteligência artificial de pesos e código abertos, demandando que os governos não imponham restrições que asfixiem a concorrência global, além de destacar que a construção da infraestrutura digital necessária exigirá centenas de milhares, e talvez milhões, de trabalhadores especializados. Por outro lado, Demis Hassabis, líder da Google DeepMind, assumiu uma postura

destoante do pleito desregulamentador geral ao pedir formalmente aos delegados do G20 a adoção de testes de segurança padronizados e obrigatórios para os modelos antes de sua disponibilização ao público geral. O alinhamento comercial com a política externa norte-americana foi igualmente reiterado em reuniões de Howard Lutnick com figuras como Sam Altman da OpenAI, Jensen Huang da NVIDIA, Tom Brown da Anthropic e Alex Karp da Palantir.

Imagem 1: Mark Zuckerberg, presidente da Meta, fala por videoconferência aos delegados da Cúpula Ministerial de Inovação do G20, em Chapel Hill, na Carolina do Norte



Fonte: Matt Ramey/AFP, 2026.

Essa pressão pela liderança técnica norte-americana refletiu também a disputa geopolítica com a China, cujos modelos de pesos abertos vêm atingindo desempenho comparável ao das plataformas proprietárias dos Estados Unidos, gerando um esforço diplomático concentrado de Washington para evitar que governos parceiros migrem para o ecossistema digital chinês, tema que balizou a participação do Ministro da Ciência da China, Yin Hejun.

O quadro de tensões encerrou-se com advertências sobre riscos sistêmicos e repercussões ecológicas. Relatórios de segurança e painéis das Nações Unidas apontaram que o avanço tecnológico tem ultrapassado a capacidade de governança estatal, citando episódios em que agentes autônomos experimentais da OpenAI e da Anthropic comprometeram ou acessaram indevidamente infraestruturas de código na plataforma Hugging Face durante ensaios técnicos. Simultaneamente, manifestações públicas em frente ao local do evento denunciaram o custo socioambiental da proliferação desordenada de data centers, ressaltando que o elevado consumo de eletricidade e de recursos naturais por essas instalações ameaça comprometer as metas globais de sustentabilidade climática.

Referências

REUTERS. G20 countries should consider more trade barriers with China to cut imbalances, US says. Reuters, World, 2026. Disponível em: https://www.reuters.com/world/china/g20-countries-should-consider-more-trade-barriers-with-china-cut-imbalances-2026-08-30/. Acesso em: 31 ago. 2026.

U.S. DEPARTMENT OF THE TREASURY. Chair's Statement: Second G20 Finance Ministers and Central Bank Governors Meeting. U.S. Department of the Treasury, Press Releases, 2026. Disponível em: https://home.treasury.gov/news/press-releases/sb0620/. Acesso em: 14 set. 2026.

REUTERS. US urges hands-off approach to AI regulation at G20 tech meeting. Reuters, Legal, Litigation, 2026. Disponível em: https://www.reuters.com/legal/litigation/us-urges-hands-off-approach-ai-regulation-g20-tech-meeting-2026-09-01/. Acesso em: 14 set. 2026.

AL JAZEERA. US pushes looser approach to AI regulation while EU pushes new law. Al Jazeera, News, 2026. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2026/9/2/us-pushes-looser-approach-to-ai-regulation-while-eu-pushes-new-law. Acesso em: 14 set. 2026.

THE WHITE HOUSE. G20 Innovation Ministerial Concludes with Consensus Statement. The White House, Statements and Releases, 2026. Disponível em: https://www.whitehouse.gov/releases/2026/09/g20-innovation-ministerial-concludes-with-consensus-statement/. Acesso em: 14 set. 2026.

REUTERS. Anthropic CEO urges AI companies to slow model development. Reuters, Business, 2026. Disponível em: https://www.reuters.com/business/anthropic-ceo-urges-ai-companies-slow-model-development-2026-09-12/. Acesso em: 14 set. 2026.

G7: parlamentos em Paris, contestação em Nova Délhi

G7: parlamentos en París, impugnación en Nueva Delhi

G7: parliaments in Paris, contestation in New Delhi

Resumo: Na quinzena de 31 de agosto a 13 de setembro de 2026, o único evento formal do G7 foi a Cúpula Parlamentar realizada em Paris, cuja declaração conjunta tratou de abertura parlamentar, controle democrático da política externa e governança da inteligência artificial. Nos mesmos dias, em Nova Délhi, a cúpula do BRICS serviu de palco à contestação do peso econômico do grupo, o que recoloca a disputa sobre representatividade e legitimidade na governança global.

Palavras-chave: G7; BRICS; governança global.

Resumen: *En la quincena del 31 de agosto al 13 de septiembre de 2026, el único evento formal del G7 fue la Cumbre Parlamentaria celebrada en París, cuya declaración conjunta abordó la apertura parlamentaria, el control democrático de la política exterior y la gobernanza de la inteligencia artificial. En esos mismos días, en Nueva Delhi, la cumbre del BRICS sirvió de escenario para cuestionar el peso económico del grupo, lo que repone la disputa sobre representatividad y legitimidad en la gobernanza global*

Palabras clave: *G7; BRICS; gobernanza global.*

Abstract: *In the fortnight from August 31 to September 13, 2026, the G7's only formal event was the Parliamentary Summit held in Paris, whose joint declaration addressed parliamentary openness, democratic oversight of foreign policy and the governance of artificial intelligence. In those same days, in New Delhi, the BRICS summit provided a stage for contesting the group's economic weight, reopening the dispute over representativeness and legitimacy in global governance.*

Keywords: *G7; BRICS; global governance.*

A quinzena segue sem muitos acontecimentos no âmbito do G7. O único evento formal do grupo no período foi a Cúpula Parlamentar do G7, em Paris, entre os dias 10 e 12 de setembro. Criado em 2001, o encontro reúne anualmente os presidentes das assembleias legislativas do G7 e tem como objetivo destacar os valores comuns de democracia parlamentar que unem os países membros. Nesta edição, sob presidência francesa, Yaël Braun-Pivet recebeu na Assembleia Nacional os presidentes das casas da Alemanha, dos Estados Unidos, do Reino Unido, do Canadá, da Itália e do Japão, com participação também da presidente do Parlamento Europeu e do presidente da Verkhovna Rada ucraniana, Ruslan Stefanchuk, que discursou em 11 de setembro. A agenda teve dois eixos: abertura parlamentar, confiança e participação cidadã; e o papel dos parlamentos em política externa e defesa na era das crises globais (ASSEMBLÉE NATIONALE, 2026).

Os presentes assinam uma declaração conjunta em três eixos temáticos:

I. **Parlamentos mais abertos**. Registra preocupação com a erosão da confiança nas instituições públicas, refletida na queda da participação eleitoral, e sustenta que a vida democrática não se esgota nas urnas. Lista instrumentos de reaproximação com o cidadão: abertura física das casas legislativas, transmissão dos debates, ferramentas digitais de acesso à tramitação, petições, convenções cidadãs, consultas populares e programas educativos e itinerantes.

II. **Papel dos parlamentos em política externa e defesa**. Reconhece a centralidade dos executivos na condução das relações internacionais, e afirma a contribuição parlamentar à legitimidade, à transparência e ao controle democrático: voto de créditos orçamentários, fiscalização da ação governamental e, a depender do país, autorização e acompanhamento de operações externas e de atividades de inteligência, além da ratificação de tratados. Valoriza a diplomacia parlamentar como complemento à ação dos executivos.

III. **Inteligência artificial**. Aponta ganhos potenciais na racionalização do processo legislativo, no acesso cidadão, em tradução e transcrição de debates, em pesquisa legislativa e em cibersegurança. Em contrapartida, identifica riscos de viés algorítmico, erro, desinformação, manipulação e ameaças à proteção de dados, exigindo governança democrática com ampla consulta pública e uso “benéfico, seguro, soberano e a serviço do ser humano”. Os signatários decidiram manter o intercâmbio de boas práticas (ASSEMBLÉE NATIONALE, 2026).

Nos mesmos dias, em Nova Délhi, durante o Fórum Empresarial do BRICS, Vladimir Putin referia-se ao “assim chamado G7” e questionou por que o conjunto é tratado como “os Grandes 7”. Segundo os números que apresentou, nos últimos cinco anos os países do BRICS responderam por mais de 40% do PIB mundial, contra 29% do G7, e por mais da metade do crescimento econômico global, contra 18% do G7.

Putin afirmou que a Rússia se tornou o maior alvo de sanções do planeta, com mais de 30 mil medidas, quantidade que descreveu como o dobro de todas as sanções aplicadas aos demais países somados, e apresentou as economias ocidentais como “velhos líderes” em declínio, tentando preservar a primazia perdida, ainda que tenha ressalvado que o BRICS não está se colocando contra ninguém (KYIV POST, 2026; NEWS24, 2026).

Em 2006, o PIB dos BRICS equivalia a cerca de metade do PIB do G7. O cenário mudou em 2020, quando os BRICS superaram o G7. Previsões do Fundo Monetário Internacional indicam que, até 2031, o PIB dos BRICS será 1,6 vezes maior que o do G7 (GLOBAL TIMES, 2026). Medido a preços de mercado, o G7 segue substancialmente maior: cerca de US$ 54,5 trilhões em PIB nominal, contra mais de US$ 32 trilhões dos onze membros plenos do BRICS. A relação se inverte quando se mede por paridade de poder de compra: segundo dados do FMI para 2025, o BRICS respondeu por 40,7% do PIB mundial nesses termos, contra 28,4% do G7 — aproximadamente US$ 80,4 trilhões contra US$ 58,6 trilhões. (ARAVIND, 2026).

Os onze membros do BRICS reúnem cerca de 48,5% da população mundial e respondem por aproximadamente 43,6% da produção global de petróleo, 36% da de gás natural e 78,2% da de carvão mineral, embora participem de apenas cerca de 24% do comércio global.

As projeções do FMI para 2026 apontam crescimento médio de cerca de 1,0% para os sete países: Itália em 0,5%, França e Japão em 0,6%, Alemanha em 0,7%, Reino Unido em 1,0%, Canadá em 1,1% e Estados Unidos em 2,3%; contra aproximadamente 3,1% para os onze países, puxados por Índia (6,4%), Indonésia (5,0%) e China (4,6%).

Em contrapartida, o G7 mantém vantagem decisiva em capacidade militar, tecnologia e alcance institucional: só os Estados Unidos gastaram US$ 954 bilhões em defesa em 2025, um terço do total mundial, segundo o *Stockholm International Peace Research Institute* (ARAVIND, 2026).

Entre os objetivos declarados do BRICS está a ampliação da representação dos países em desenvolvimento na ONU, no FMI, no Banco Mundial e na OMC, agenda de reforma institucional que o G7 tem evitado enfrentar em seus próprios documentos. O próximo evento do grupo dos sete será a reunião informal de chanceleres em Nova York, em 21 de setembro, à margem da 81ª Assembleia Geral.

Referências

ARAVIND, Vishnu. G7 and BRICS: how the global economic balance is shifting from western world to a rising global south. Organiser, Nova Délhi, 12 set. 2026. Disponível em: https://organiser.org/2026/09/12/380173/world/g7-and-brics-how-the-global-economic-balance-is-shifting-from-western-world-to-a-rising-global-south/. Acesso em: 13 set. 2026.

ASSEMBLÉE NATIONALE. Sommet parlementaire du G7 – Paris 2026. Paris, set. 2026. Disponível em: https://g7-2026.assemblee-nationale.fr/. Acesso em: 13 set. 2026.

GLOBAL TIMES. BRICS vs G7: Shifting Economic Weight. Pequim, 10 set. 2026. Disponível em: https://www.globaltimes.cn/page/202609/1370254.shtml. Acesso em: 13 set. 2026.

KYIV POST. Putin says Russia faces 30,000 sanctions, attacks West at BRICS. Kiev, 11 set. 2026. Disponível em: https://www.kyivpost.com/post/84321. Acesso em: 13 set. 2026.

NEWS24. BRICS Summit 2026: Putin takes swipe at G7, says BRICS now accounts for over 40% of world GDP. Nova Délhi, 11 set. 2026. Disponível em: https://news24online.com/india/brics-summit-2026-putin-takes-swipe-at-g7-says-brics-now-accounts-for-over-40-of-world-gdp/923277. Acesso em: 13 set. 2026.

Reformas tributárias, PISA 2025 e desenvolvimento sustentável: a quinzena da OCDE

Reformas fiscales, PISA 2025 y desarrollo sostenible: la quincena de la OCDE

Tax Reforms, PISA 2025, and Sustainable Development: The OECD's Fortnight

Resumo: Os destaques da OCDE se dividem entre o lançamento da nova edição de seu estudo sobre reformas tributárias, a divulgação dos resultados do PISA 2025 e seis estudos variados sobre temas de desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: OCDE; cooperação internacional.

Resumen: *Los aspectos más destacados de la OCDE se dividen entre la publicación de la nueva edición de su estudio sobre reformas fiscales, la divulgación de los resultados del PISA 2025 y seis estudios diversos sobre temas de desarrollo sostenible.*

Palabras clave*: OCDE; cooperación internacional.*

Abstract: *The OECD's highlights include the release of the new edition of its study on tax reforms, the publication of the PISA 2025 results, and six diverse studies on sustainable development topics.*

Keywords: *OECD; international cooperation.*

No decorrer da primeira quinzena de setembro de 2026, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) promoveu o lançamento da publicação *"Tax Policy Reforms 2026: OECD and Selected Partner Economies"*, a décima primeira versão da publicação anual com dados e informações comparativas sobre reformas tributárias entre países participantes da OCDE e outros parceiros econômicos e o acompanhamento da evolução da política fiscal ao longo do tempo.

Dessa forma, a edição de 2026 fornece um panorama geral do ambiente macroeconômico, abrangendo reformas tributárias introduzidas ou anunciadas em 2025 em 92 jurisdições membros do Estrutura Inclusiva da OCDE/G20 sobre Erosão da Base Tributável e Transferência de Lucros (*OECD/G20 Inclusive Framework on Base Erosion and Profit Shifting*, em inglês) e em todos os países da OCDE. O estudo também destaca as prioridades nacionais e as diversas abordagens tributárias que os os governos adotaram para financiar de forma sustentável serviços públicos, proteção social, investimentos e outras necessidades de gastos públicos, em um contexto desafiante de crescimento econômico lento e de dívida pública crescente.

A pesquisa constata que os governos implementaram reformas tributárias em 2025 para apoiar o crescimento e o investimento, contudo as medidas de arrecadação adotadas em resposta à crescente pressão sobre as finanças públicas permaneceram, de modo geral, modestas. Como observado em edições anteriores, os choques econômicos da pandemia e a crise energética de 2022 e 2023 desencadearam um conjunto de respostas políticas entre os países, porém, em 2025, os objetivos das políticas tornaram-se mais diversificados, refletindo

diferenças significativas nas condições internas, no espaço fiscal e nas prioridades políticas. Ademais, as pressões inflacionárias diminuíram em 2025 e as preocupações com o custo de vida recuaram em relação aos anos anteriores, embora as pressões sobre os preços não tenham desaparecido completamente em todas as economias. Paralelamente, o legado fiscal da pandemia e o choque nos preços da energia continuaram a pesar sobre as finanças públicas.

O ano de 2025 também foi marcado pelo aumento de impostos relacionados à saúde, que figurou a mais comum a ser introduzida entre as medidas de reforma tributária de elevação de tributos. Uma tendência notável foi que as reformas nos impostos sobre o tabaco têm se concentrado cada vez mais na ampliação da base de incidência para abranger novos produtos de tabaco e nicotina. Diversos países também elevaram os impostos sobre bebidas alcoólicas. Além disso, as reformas tributárias incidentes sobre bebidas adoçadas com açúcar, geralmente menos frequentes, foram mais comuns em 2025 do que nos anos anteriores.

Outro destaque da OCDE foi a promoção do relatório *"PISA 2025 Results (Volume I): Future-Ready Students, PISA"*. O documento apresenta os primeiros resultados da edição de 2025 do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), que é a maior avaliação educacional do mundo, coordenada pela OCDE para medir as habilidades de jovens de 15 anos em leitura, matemática e ciências e que ocorre a cada três anos em dezenas de países. A edição de 2025 foi a maior avaliação realizada até o momento, com a participação de mais de 760.000 estudantes de 91 países e economias e concentrou-se especialmente no tema ciências, área em que desempenho médio manteve-se estável entre 2022 e 2025 nos países da OCDE, após ter apresentado uma tendência de queda entre 2009 e 2022.

Os resultados da pesquisa indicam que o desempenho dos estudantes nos países da OCDE continua a cair, atingindo a média mais baixa já registrada pelo PISA em matemática e leitura. Em toda a OCDE, um em cada cinco estudantes de 15 anos apresenta agora baixo desempenho em ciências, matemática e leitura – um aumento em relação aos 16% registrados em 2022.

O PISA 2025 também indica que, quando a inteligência artificial e as ferramentas digitais são utilizadas, isso deve ser feito com cautela, com propósitos claramente definidos e com moderação. Afinal, o desempenho dos estudantes tende a ser inferior quando o uso se tornava excessivo ou quando os dispositivos eram utilizados para lazer no ambiente escolar. A distração digital também afeta a dinâmica da sala de aula como um todo. Mais de um em cada quatro estudantes relatou que seus colegas se distraíam com dispositivos digitais na maioria das aulas de ciências ou em todas elas e estudantes cercados por colegas distraídos apresentaram desempenho inferior, menor engajamento na aprendizagem e menor sentimento de conexão com a escola.

Também é interessante observar que estudantes que afirmaram não utilizar inteligência artificial para elaborar textos de trabalhos escolares tiveram desempenho superior aos que afirmaram tê-la utilizado. No entanto, entre os usuários frequentes, aqueles que utilizam a inteligência artificial como auxílio ao aprendizado e receberam orientações sobre como avaliar a qualidade das informações geradas pela ferramenta tendem a apresentar melhor desempenho do que aqueles que não receberam tal orientação.

Os melhores desempenhos no PISA 2025 foram registrados pelas jurisdições chinesas de Pequim, Xangai, Jiangsu e Zhejiang, além de Cingapura. Adicionalmente, a Estônia, o Japão, a Coreia, Macau (China), Taipé Chinês e o Reino Unido figuraram entre os 10 sistemas

educacionais com melhor desempenho. O desempenho geral dos países da OCDE apresentou queda, com os níveis médios mais baixos já observados em ciências, leitura e matemática, no entanto, houve algumas melhorias; por exemplo, entre os países da OCDE, a Costa Rica, a República Eslovaca, a Turquia e o Reino Unido registraram aumentos nas notas de ciências desde 2022. As notas gerais em leitura apresentaram quedas particularmente acentuadas nos últimos três anos, inclusive nas habilidades mais importantes na era da inteligência artificial: avaliar informações, estabelecer conexões entre múltiplas fontes e pensar criticamente sobre o que lemos. Os casos de "leitura apressada" — em que os alunos leem rapidamente, mas de forma imprecisa — quase dobraram, chegando a 9% entre 2018 e 2025.

É proveitoso ainda ressaltar que, complementar ao documento principal do estudo, a organização também disponibilizou notas de projeção para cada país analisado, onde dedica atenção especial e oferece análises para as especificidades e contextos de cada caso. O Brasil é um dos países participantes do estudo e possui um documento próprio no idioma inglês. Nele, é realçado que os resultados médios de 2025 no Brasil foram praticamente os mesmos de 2022 em matemática, leitura e ciências. Tal estabilidade nos resultados se estende, de fato, por mais de uma década: nas três disciplinas, os resultados do PISA 2025 ficaram próximos ao nível observado em todas as avaliações desde 2015. Contudo, os estudantes brasileiros tendem, em geral, a possuir um desempenho abaixo da média da OCDE nas três categorias, assim como também no que se foi medido sobre a capacidade de resolução de problemas computacionais.

Por fim, o fórum internacional ainda promoveu, dentre seus múltiplos e constantes acréscimos em seu acessível e vasto acervo literário eletrônico, a publicação de cinco textos que retomam suas atenções mais explicitamente aos temas relacionados ao desenvolvimento sustentável. Dessarte, os mesmos são brevemente salientados e apresentados a seguir.

Intitulado *"What is driving homelessness and housing exclusion in OECD and EU countries?: A review of the literature and cross-national data"*, o primeiro documento a ser ressaltado no presente informe busca analisar os principais fatores que levam à situação de rua e à exclusão habitacional, reunindo evidências da literatura acadêmica sobre a situação de rua e dados transnacionais sobre dificuldades habitacionais no passado. O artigo identifica lacunas de conhecimento ainda existentes, incluindo cobertura geográfica limitada e uma prevalência de causas não especificadas, ressaltando a necessidade de dados mais precisos que possam servir de base para políticas públicas mais direcionadas e preventivas.

Na esteira de tal discussão, o artigo *"Unpacking place transformation"* se preocupa em fornecer uma nova perspectiva sobre a transformação de territórios, refletindo o papel da chamada "infraestrutura intangível", como a liderança local e a identidade do lugar, estabelecendo pontes entre os vetores locais e externos de mudança e integrando melhor os resultados econômicos e sociais da comunidade e política local.

Outro destaque do período foi o relatório *"Tracking Progress in the Governance of Critical Risks"*, que apresenta a segunda análise geral da OCDE sobre o progresso dos países na gestão de riscos críticos no período de 2017 a 2023, fundamentada na recomendação da própria de 2012 sobre a gestão de riscos críticos. Baseando-se em uma pesquisa realizada em 34 países, o estudo avalia como os governos fortaleceram sua capacidade de antecipar, se preparar, responder e aprender com grandes choques com consequências nacionais.

O relatório indica que a maioria dos países avaliados teve avanços contínuos na implementação da Recomendação e a utilizou para moldar novas iniciativas políticas, revisar

estratégias nacionais e adaptar arranjos institucionais. Os progressos, todavia, permanecem desiguais entre os países e entre os diferentes aspectos da gestão de risco. A pandemia, juntamente com outras crises de grande escala, também testou severamente os sistemas nacionais e realçou lacunas persistentes na gestão de riscos complexos, dinâmicos e transfronteiriços. O documento busca então evidenciar melhores práticas encontradas em países onde o contexto de segurança em rápida evolução se reflete nos perfis de risco do país e onde uma abordagem de gestão de riscos que envolve toda a sociedade incorpora ações para preservar a coesão social.

Já o relatório *"The Impact of Decentralised Development Co-operation: Driving Local Governance and the SDGs"* lança luz sobre o tema da cooperação descentralizada para o desenvolvimento – em outras palavras, a cooperação para o desenvolvimento liderada por cidades e regiões – e de como a mesma tem desempenhado um papel cada vez mais importante em um contexto em que a assistência oficial ao desenvolvimento enfrenta o declínio mais acentuado já registrado. Assim, o estudo oferece uma avaliação abrangente de como a cooperação descentralizada para o desenvolvimento contribui para a governança local e para os resultados relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, baseando-se em dados localizados dessa modalidade de cooperação, duas pesquisas abrangendo mais de 180 governos subnacionais de países participantes do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento e países parceiros e em 16 estudos de caso.

O estudo atesta que a cooperação descentralizada para o desenvolvimento gera benefícios para governos locais e regionais tanto nos países do Comitê quanto nos países parceiros. A exemplo, atividades não financeiras, como o aprendizado entre pares, fortalecem instituições e melhoram a prestação de serviços em cidades e regiões parceiras, ao passo que governos locais e regionais dos países do Comitê adquirem novos conhecimentos e alcançam uma coordenação multinível mais eficaz. O relatório ainda oferece orientações a governos nacionais e subnacionais a fim de potencializar o impacto dessa modalidade de cooperação.

O último documento em destaque é o relatório *"New Data for Africa's Changing Climate: Mapping Risks, Readiness and Policy Action"*. Fruto de uma parceira da OCDE com o Banco Mundial e o Global Green Growth Institute, o documento visa suprir o lapso de dados relacionados às mudanças climáticas e indicadores climáticos no continente africano, informando como países e cidades africanos estão expostos a grandes riscos climáticos, tal como o calor extremo, e em como os mesmos têm apresentado políticas de adaptação e mitigação climática e suas principais tendências.

Referências

OECD. Tax Policy Reforms 2026: OECD and Selected Partner Economies. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://doi.org/10.1787/43d18a55-en.

OCDE. Governments reforming tax systems to boost growth but revenue pressures continue to mount. OECD [Internet]. 2026 Sep 08 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2026/09/governments-reforming-tax-systems-to-boost-growth-but-revenue-pressures-continue-to-mount.html.

OECD. PISA 2025 Results (Volume I): Future-Ready Students, PISA. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://doi.org/10.1787/73451bc5-en.

OCDE. PISA 2025: Students' reading and mathematics performance declined sharply across the OECD. OECD [Internet]. 2026 Sep 08 [cited 2026 Sep 11]. Available from:

https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2026/09/pisa-2025-students-reading-and-mathematics-performance-declined-sharply-across-the-oecd.html.

OECD. PISA 2025 Results (Volume I): Brazil. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2026/09/pisa-2025-results-volume-i-country-notes_88d1164e/brazil_6cc1576c/d65ba095-en.pdf.

OECD. What is driving homelessness and housing exclusion in OECD and EU countries?: A review of the literature and cross-national data. OECD Social, Employment and Migration Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Sep 11];336. Available from: https://doi.org/10.1787/773baca1-en.

OECD. Unpacking place transformation. OECD Local Economic and Employment Development (LEED) Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Sep 11];2026/12. Available from: https://doi.org/10.1787/f43500af-en.

OECD. Tracking Progress in the Governance of Critical Risks. OECD Reviews of Risk Management Policies [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://doi.org/10.1787/66bcd7b0-en.

OECD. The Impact of Decentralised Development Co-operation: Driving Local Governance and the SDGs. OECD Regional Development Studies [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://doi.org/10.1787/59c2f7c7-en.

OECD, Global Green Growth Institute, World Bank. New Data for Africa's Changing Climate: Mapping Risks, Readiness and Policy Action. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Sep 11]. Available from: https://doi.org/10.1787/27d083ca-en.

Washington acompanhou atentamente a Cúpula do BRICS 2026: governança global, finanças, CTI, saúde, entre outros

Washington siguió de cerca la Cumbre BRICS 2026: gobernanza global, finanzas, CTI, salud, entre otros

Washington closely monitored the 2026 BRICS Summit: global governance, finance, STI, health, among other topics

Claudia Hoirisch

Resumo: A XVIII Cúpula do BRICS, realizada em Nova Délhi em 12-13 de setembro de 2026 sob a presidência da Índia, adotou a Declaração de Nova Délhi 2026, documento que marca o 20º aniversário do grupo e reúne compromissos em governança global, economia e finanças, energia, clima, segurança alimentar, C,T&I e saúde pública, entre outros temas. No campo da **governança global**, os líderes reafirmaram o compromisso com a reforma do sistema multilateral, com destaque para a ampliação e modernização do Conselho de Segurança das Nações Unidas e reforma das instituições de Bretton Woods, de modo a corrigir a sub-representação histórica dos países emergentes e em desenvolvimento. O PM da Índia Modi, propôs um roteiro de 10 pontos (*10-point roadmap*) para a reforma da governança global, com o objetivo de fazer com que o Sul Global deixe de ser apenas um mero "seguidor de regras" para se tornar um "formulador". Os países foram instados a preparar uma proposta antes da próxima Cúpula. No eixo **econômico-financeiro**, a declaração aprofunda a agenda de uso de moedas locais nas transações comerciais e de investimento entre os membros, reforça o mandato do Grupo de Trabalho de Pagamentos do BRICS para tornar os pagamentos transfronteiriços mais rápidos, baratos e interoperáveis, e reafirma o papel crescente do NBD como instrumento de financiamento em moeda local para infraestrutura e desenvolvimento sustentável. Na área de **C,T&I**, o texto enaltece o Programa-Quadro de CTI do BRICS e eleva a inteligência artificial à condição de pilar central de cooperação, associando-a ao crescimento econômico inclusivo, ao acesso equitativo a recursos tecnológicos e à mitigação de riscos. A declaração também trata da segurança e diversificação das cadeias de suprimento de minerais críticos e terras raras, defendendo cadeias responsáveis, resilientes e justas, com repartição de benefícios para os países produtores. Na área da **saúde**, a declaração incorpora os resultados da 16ª Reunião de Ministros da Saúde do BRICS (Chandigarh, julho de 2026), reafirmando o compromisso com o fortalecimento dos sistemas de saúde, a saúde digital, a preparação e resposta a pandemias, o combate à TB por meio da Rede de Pesquisa em TB do BRICS, o apoio ao Centro de P&D de Vacinas do BRICS e a consolidação da Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública do BRICS, além de referências ao debate multilateral sobre o Sistema de Acesso a Patógenos e Repartição de Benefícios no âmbito do Acordo Pandêmico da OMS. No conjunto, a Declaração de Nova Délhi 2026 consolida a trajetória do BRICS como plataforma de coordenação do Sul Global, combinando ambições de reforma institucional com iniciativas concretas de cooperação econômica, tecnológica e sanitária, ainda que sua efetividade dependa da implementação por parte dos onze membros plenos e dos países parceiros do grupo.

Palavras-chave: BRICS. XVIII Cúpula do BRICS. Governança global. Multilateralismo. Finanças. C,T&I. Saúde. Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública do BRICS. Fortalecimento dos sistemas de saúde.

Resumen: *La XVIII Cumbre de los BRICS, celebrada en Nueva Delhi los días 12 y 13 de septiembre de 2026 bajo la presidencia de la India, adoptó la Declaración de Nueva Delhi 2026, un documento que conmemora el 20.º aniversario del grupo y que reúne compromisos en materia de gobernanza global, economía y finanzas, ciencia, tecnología e innovación, y salud pública, entre otros temas. En el ámbito de la* ***gobernanza global****, los líderes reafirmaron su compromiso con la reforma del sistema multilateral, con especial énfasis en la ampliación y modernización del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas y la reforma de las instituciones de Bretton Woods, con el fin de corregir la histórica subrepresentación de los países emergentes y en desarrollo. El primer ministro de la India, Narendra Modi, propuso una hoja de ruta de 10 puntos para la reforma de la gobernanza global, con el objetivo de que el Sur Global pase de ser un mero "receptor de normas" a un actor que "contribuye a definirlas". En el ámbito* ***económico y financiero****, la declaración profundiza en la agenda para el uso de monedas locales en transacciones comerciales y de inversión entre los miembros, refuerza el mandato del Grupo de Trabajo de Pagos de los BRICS para agilizar, abaratar e interoperar los pagos transfronterizos, y reafirma el creciente papel del NDB como instrumento de financiación en moneda local para infraestructura y desarrollo sostenible. En* ***CTI****, el texto elogia el Programa Marco de CTI de los BRICS y eleva la inteligencia artificial a la categoría de pilar central de la cooperación, vinculándola al crecimiento económico inclusivo, el acceso equitativo a los recursos tecnológicos y la mitigación de riesgos. La declaración también aborda la seguridad y la diversificación de las cadenas de suministro de minerales críticos y tierras raras, abogando por cadenas responsables, resilientes y justas con reparto equitativo de beneficios para los países productores. En el ámbito de la* ***salud****, la declaración incorpora los resultados de la 16ª Reunión de Ministros de Salud de los BRICS (Chandigarh, julio de 2026), reafirmando el compromiso de fortalecer los sistemas de salud, la salud digital, la preparación y respuesta ante pandemias, la lucha contra la tuberculosis a través de la Red de Investigación sobre Tuberculosis de los BRICS, el apoyo al Centro de Investigación y Desarrollo de Vacunas de los BRICS y la consolidación de la Red de Institutos Nacionales de Salud Pública de los BRICS, además de referencias al debate multilateral sobre el Sistema de Acceso a Patógenos y Distribución de Beneficios en el marco del Acuerdo sobre Pandemias de la OMS. En general, la Declaración de Nueva Delhi 2026 consolida la trayectoria de los BRICS como plataforma coordinadora para el Sur Global, combinando las ambiciones de reforma institucional con iniciativas concretas de cooperación económica, tecnológica y sanitaria, si bien su eficacia depende de la implementación por parte de los once miembros de pleno derecho y los países socios del grupo.*

Palabras-clave: *BRICS. XVIII Cumbre de los BRICS. Gobernanza global. Multilateralismo. Finanzas. CTI. Salud. Red de Institutos Nacionales de Salud Pública de los BRICS. Fortalecimiento de los sistemas de salud*

Abstract: *The XVIII BRICS Summit, held in New Delhi on September 12-13, 2026, under the presidency of India, adopted the New Delhi Declaration 2026, a document marking the group's 20th anniversary and bringing together commitments on global governance, economics and finance, ST&I and public health, among other topics. In the field of* ***global governance****, the leaders reaffirmed their commitment to reforming the multilateral system, with particular emphasis on expanding and modernizing the United Nations Security Council and reforming the Bretton Woods institutions, to correct the historical underrepresentation of emerging and*

*developing countries. Indian Prime Minister Modi proposed a 10-Point BRICS Reform Roadmap aimed at shifting the Global South from "rule-takers" to "rule-shapers". In the **economic-financial** sphere, the declaration deepens the agenda for the use of local currencies in trade and investment transactions among members, reinforces the mandate of the BRICS Payments Working Group to make cross-border payments faster, cheaper, and more interoperable, and reaffirms the growing role of the NDB as a local currency financing instrument for infrastructure and sustainable development. In **ST&I**, the text praises the BRICS STI Framework Programme and elevates artificial intelligence to the status of a central pillar of cooperation, linking it to inclusive economic growth, equitable access to technological resources, and risk mitigation. The declaration also addresses the security and diversification of supply chains for critical minerals and rare earths, advocating for responsible, resilient, and fair chains with benefit-sharing for producing countries. In the area of **health**, the declaration incorporates the results of the 16th BRICS Health Ministers' Meeting (Chandigarh, July 2026), reaffirming the commitment to strengthening health systems, digital health, pandemic preparedness and response, combating TB through the BRICS TB Research Network, supporting the BRICS Vaccine R&D Center, and consolidating the BRICS Network of National Institutes of Public Health, in addition to references to the multilateral debate on the Pathogen Access and Benefit-Sharing (PABS) System within the framework of the WHO Pandemic Agreement. Overall, the New Delhi 2026 Declaration consolidates BRICS' trajectory as a coordinating platform for the Global South, combining ambitions for institutional reform with concrete initiatives for economic, technological, and health cooperation, although its effectiveness depends on implementation by the eleven full members and partner countries of the group.*

Keywords: *BRICS. 18th BRICS Summit. Global governance. Multilateralism. Finance. ST&I. Health. BRICS Network of National Institutes of Public Health. Health System Strenghtening.*

Imagem 1: A XVIII Cúpula dos BRICS, 2026



Fonte: https://www.instagram.com/p/DdMMjvbBgVz/

A Declaração de Nova Déli de 2026 estabeleceu um novo recorde no BRICS como o documento de líderes mais longo dos últimos anos: 140 parágrafos e 45 páginas que refletem a agenda em expansão do grupo ao abranger comércio e desenvolvimento, segurança, inteligência artificial, energia, clima, governança global e saúde.

Introdução

Em 12 de setembro de 2026, os líderes dos onze membros plenos do BRICS — Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Egito, Etiópia, Indonésia, Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos — adotaram na XVIII Cúpula do grupo, a Declaração de Nova Délhi 2026, realizada sob o tema "Construindo para a Resiliência, Inovação, Cooperação e Sustentabilidade"[1].

Os países saudaram a realização de mais de quatrocentas reuniões e engajamentos em nível ministerial, parlamentar, de chefes de agências, oficiais, especialistas, empresas e pessoas na Índia, sob o quadro de cooperação dos BRICS.

A presidência indiana buscou equilibrar divergências geopolíticas relevantes — sobretudo entre Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos a respeito do conflito no Oriente Médio — com uma agenda positiva de cooperação econômica, financeira, tecnológica e sanitária.

Este texto analisa quatro eixos centrais da declaração: a governança global e o fortalecimento do multilateralismo; as finanças e o crescimento econômico sustentável; o Programa-Quadro de Ciência, Tecnologia e Inovação do BRICS, com destaques para inteligência artificial e terras raras e a cooperação em saúde.

1. Governança global inclusiva e fortalecimento do multilateralismo

A declaração reitera o compromisso dos membros com a reforma e o aperfeiçoamento da governança global, por meio da promoção de um sistema internacional e multilateral mais justo, equitativo, representativo e democrático. O texto sustenta que a arquitetura das relações internacionais precisa ser adaptada às realidades contemporâneas, preservando, ao mesmo tempo, os princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas.

1.1 Reforma da ONU, do seu Conselho de Segurança e de Organizações Internacionais

No que se refere à reforma da ONU, a declaração defende uma reformulação do sistema da Organização, incluindo uma representação geográfica equitativa em sua Secretaria e em outras organizações internacionais, para enfrentar a sub-representação dos PEDs, inclusive em níveis de alta liderança e tomada de decisão e o aumento da participação das mulheres, em todos os níveis de liderança e responsabilidades nessas organizações.

O documento aponta que nenhuma mulher jamais foi eleita para o cargo de Secretária-Geral. Rebeca Grynspan (Costa Rica), Carolyn Rodrigues-Birkett (Guiana), Michelle Bachelet

[1] https://d2jiw2zrmmyqt8.cloudfront.net/wp-content/uploads/2026/09/12185124/New-Delhi-Declaration-2026-1.pdf

(Chile), María Fernanda Espinosa e Ivonne A-Baki (ambas do Chile) disputam o cargo e existe uma grande campanha global para que uma delas vença a disputa.

Além da reforma da ONU, os líderes solicitam uma reforma no seu Conselho de Segurança (CSNU), com o objetivo de torná-lo mais democrático e aumentar a representação dos PEDs nas membresias do Conselho, para que possa responder os desafios globais e apoiar as legítimas aspirações de PEDs da África, Ásia e AL, incluindo países BRICS, de desempenhar um papel maior nos assuntos internacionais, em particular na ONU, incluindo seu CS.

China e Rússia, na condição de membros permanentes do CSNU, reiteraram apoio às aspirações do Brasil e da Índia a um papel mais relevante nas Nações Unidas, incluindo no próprio Conselho de Segurança.

Em seu discurso na sessão sobre governança global inclusiva, Modi afirmou que a reforma do Conselho "não pode mais esperar" e defendeu que as negociações sobre o tema sejam vinculadas a um cronograma definido e a resultados claros, propondo que o Sul Global deixe de ser mero "receptor de regras" para se tornar um "formulador de regras". O PM indiano propôs um roteiro de 10 pontos (10-point roadmap) para a reforma da governança global e sugeriu que o BRICS prepare conjuntamente propostas que poderiam ser desenvolvidas em um roteiro concreto, antes da próxima cúpula.

Em relação às organizações internacionais, o texto expressa ainda preocupação com o aumento de medidas tarifárias e não tarifárias unilaterais, consideradas distorcivas ao comércio e incompatíveis com as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), por seu potencial de reduzir o comércio global, romper cadeias de suprimento e introduzir incerteza nas relações econômicas internacionais.

1.2 Reforma das Instituições Financeiras Internacionais (IFIs)

A declaração também trata da reforma das instituições de Bretton Woods — o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), defendendo estruturas de governança mais ágeis, eficazes, críveis, inclusivas, adequadas ao seu propósito, imparciais e representativas, capazes de refletir as transformações da economia mundial desde a criação dessas instituições. O texto defende que a voz e a representação das economias emergentes e em desenvolvimento nessas instituições devem corresponder à sua posição relativa na economia global, com maior diversidade regional em suas lideranças.

Um ponto relevante é a posição de que contribuições financeiras voluntárias não devem influenciar a alocação de cotas, a representação na governança ou o poder de voto dos países — uma crítica implícita a mecanismos que, na avaliação dos membros do BRICS, favoreceriam economias mais ricas em detrimento da igualdade de representação.

Em relação ao BM, a declaração associa a Revisão de Participação Acionária de 2025 ao objetivo de corrigir a sub-representação histórica dos países em desenvolvimento.

2. Finanças e Crescimento Econômico Global Sustentável

2.1 Uso de moedas locais e sistema de pagamentos do BRICS

A declaração renova o apelo por soluções que tornem os pagamentos transfronteiriços entre os países-membros mais rápidos, baratos, acessíveis e seguros, ao mesmo tempo em que estimula maior interoperabilidade entre sistemas nacionais de pagamento e de mensageria

financeira. Esse chamado é dirigido ao Grupo de Trabalho de Pagamentos do BRICS (BPTF, na sigla em inglês), que deve dar continuidade aos trabalhos sobre mecanismos de pagamento transfronteiriço, com base na Iniciativa de Pagamentos Transfronteiriços do BRICS. Segundo a declaração, o GT vem estudando a interoperabilidade de canais de pagamento e mensagens, além de discutir a promoção de liquidações comerciais e de investimentos em moedas locais dos países do BRICS.

Esse movimento se insere em um debate mais amplo sobre a redução da dependência de um número limitado de canais financeiros globais, sem que a declaração proponha, contudo, a criação de uma moeda comum do BRICS. Discussões paralelas conduzidas por autoridades indianas apontaram, inclusive, para a possibilidade de interligar as moedas digitais de bancos centrais (CBDCs) dos diferentes membros por meio de padrões técnicos e de governança comuns, permitindo liquidações diretas entre bancos centrais sem depender do sistema bancário de países terceiros.

2.2 Novo Banco de Desenvolvimento (NDB)

A declaração destaca a importância crescente do Novo Banco de Desenvolvimento, que ingressa em sua segunda década de operação com foco em infraestrutura e desenvolvimento sustentável. Os membros saudaram a capacidade do banco de mobilizar recursos e oferecer financiamento em moedas locais, elemento considerado central para reduzir riscos cambiais em projetos de infraestrutura e energia nos países em desenvolvimento.

O tema dialoga com propostas apresentadas por outros líderes durante a Cúpula — como a sugestão do presidente iraniano Masoud Pezeshkian de ampliar o papel do NDB no financiamento de projetos de infraestrutura e energia por meio de financiamento e garantias em moeda local, de modo a atrair capital privado.

3. Energia

O BRICS destacou a importância de “mixes energéticos” equilibrados e diversificados (sem modelo único) que reflitam as circunstâncias nacionais, reconhecendo que a mais ampla variedade de fontes e tecnologias — incluindo, mas não limitado a energia renovável, bioenergia, combustíveis fósseis, energia nuclear, hidrelétrica, hidrogênio, tecnologias de baixo carbono e armazenamento de energia — desempenha papel importante para alcançar os ODS e a segurança energética.

A declaração reconheceu que os **combustíveis fósseis ainda terão papel importante na matriz energética mundial**, particularmente para mercados emergentes e economias em desenvolvimento, ao mesmo tempo em que apontou a necessidade de promover transições energéticas justas, ordenadas, equitativas e inclusivas, reduzindo emissões de Gases de efeito estufa (GEE) alinhadas às metas climáticas, observando o ODS 7 e os princípios de neutralidade tecnológica e de responsabilidades comuns porém diferenciadas.

O grupo incentivou a colaboração em padrões interoperáveis e “frameworks” de certificação para **hidrogênio de zero/baixa emissão**, celebrando o trabalho em andamento no Relatório Conjunto do BRICS sobre Cadeias de Valor do Hidrogênio. Também foram destacadas as Diretrizes do BRICS sobre Redes Inteligentes e Armazenamento de Energia, além da proposta de um **Centro Digital de Excelência do BRICS para Redes Inteligentes e Armazenamento.**

Diante da concentração da produção e do processamento de **terras raras e minerais críticos** em poucos países, a declaração reconhece o papel estratégico desses insumos para o desenvolvimento de tecnologias energéticas de baixa e zero emissão, a segurança energética e a resiliência das cadeias de suprimento. Os membros afirmam a necessidade de promover cadeias de suprimento de minerais críticos confiáveis, responsáveis, diversificadas, resilientes, justas, sustentáveis e equitativas, capazes de assegurar repartição de benefícios, agregação de valor e diversificação econômica nos países ricos em recursos, preservando, ao mesmo tempo, a soberania desses países sobre seus próprios recursos minerais.

O tema também aparece de forma recorrente nas relações bilaterais entre membros do grupo, a exemplo dos acordos de cooperação em terras raras e minerais críticos firmados entre Índia e Brasil e entre Índia e Rússia ao longo de 2026, ilustrando o interesse comum em diversificar fontes de suprimento e reduzir dependências excessivas de um único fornecedor.

4. Clima

O BRICS reafirmou compromisso em fortalecer a implementação plena e efetiva do **Acordo de Paris**, incluindo suas disposições sobre mitigação, adaptação, perdas e danos e provisão de meios de implementação para países em desenvolvimento, refletindo equidade e o princípio de **responsabilidades comuns, porém diferenciadas** e capacidades respectivas, à luz de circunstâncias nacionais diferentes.

O grupo reconheceu que altos níveis de endividamento restringem ainda mais o investimento climático e de desenvolvimento em muitos países em desenvolvimento, pedindo ação internacional coordenada para melhorar a sustentabilidade da dívida, ampliar o espaço fiscal e apoiar o desenvolvimento sustentável e o **financiamento climático**. Também reforçou que **países desenvolvidos devem fornecer recursos financeiros adicionais**, adequados, previsíveis e acessíveis, **apoio à capacitação e transferência de tecnologia para adaptação nos países em desenvolvimento.**

O grupo apoiou a promoção da cooperação no campo dos mercados de carbono, com foco específico em capacitação e troca de experiências, aguardando a implementação do **Memorando de Entendimento sobre a Parceria de Mercados de Carbono do BRICS** como uma abordagem cooperativa para apoiar os membros em suas estratégias climáticas, incluindo complementar esforços de mitigação e mobilizar recursos necessários.

Oposição a medidas unilaterais de fronteira de carbono: O BRICS se **opôs a medidas unilaterais**, punitivas, discriminatórias e protecionistas que não estejam em conformidade com o direito internacional, como mecanismos de ajuste de **fronteira de carbono**, expressando preocupação de que tais medidas prejudicam os esforços dos países — especialmente os em desenvolvimento — voltados a enfrentar os impactos adversos das mudanças climáticas e aumentar capacidade adaptativa e resiliência.

Dentre outros pontos climáticos relevantes, podemos citar a **criação do Laboratório BRICS para Comércio, Mudança Climática e Desenvolvimento Sustentável, a Plataforma de Pesquisa Climática do BRICS, e um diálogo de alto nível sobre adaptação comunitária centrada nas pessoas, com base em conhecimento tradicional.**

5. Programa-Quadro de C,T&I (STI Framework Programme)

A cooperação em C,T&I ocupa posição de destaque na presidência indiana, que buscou consolidar o Programa-Quadro de CTI do BRICS como instrumento de financiamento de projetos de pesquisa plurilaterais entre os países-membros. O programa abrange chamadas coordenadas de projetos em áreas como infraestrutura de inteligência artificial, tecnologias de informação seguras e energias renováveis.

Nesse ano lançaram a 1ª Chamada de Inovação, Convocatória Piloto Principal (Pilot Flagship Call), bem como a 7ª Convocatória Regular para Projetos de Pesquisa (7th Regular Call for Research Projects) e aguardam com expectativa seus resultados.

6. Inteligência Artificial

A declaração reconhece que a inteligência artificial representa uma oportunidade significativa para estimular o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável de todos os países, ressaltando a necessidade de maior cooperação internacional para ampliar o acesso a recursos de IA, promover tecnologias confiáveis, fomentar a ciência e a inovação na área e mitigar riscos potenciais.

A declaração reafirma ainda, o compromisso de implementar a Declaração de Líderes do BRICS sobre a Governança Global da Inteligência Artificial[2] que diz que a governança deve atender às necessidades dos países em desenvolvimento e mitigar riscos potenciais, que a IA deve ser desenvolvida em código aberto para facilitar o compartilhamento global de tecnologias e que a IA deve estar voltada para reduzir desigualdades. O documento cumprimenta a Índia pela realização, em fevereiro de 2026, da Cúpula de Impacto da IA[3], evento que reuniu mais de 100 mil participantes, delegações de 100 países, cerca de 20 chefes de Estado (incluindo Modi, Lula e Macron) e líderes de gigantes da tecnologia.

Nessa Cúpula de IA, Lula e Macron defenderam normas multilaterais coordenadas pela ONU para regular as *big techs*, proteger direitos humanos e garantir a soberania nacional frente aos riscos da tecnologia. O encontro foi encerrado com uma declaração aspiracional endossada por dezenas de países, enfatizando o bem-estar universal e o acesso equitativo à inteligência artificial.

7. Segurança alimentar

O BRICS reconheceu que seus membros são atores centrais na produção mundial de alimentos e, por isso, têm papel crítico em elevar a produtividade agrícola, garantir sustentabilidade e assegurar **segurança alimentar e nutricional** globalmente. O grupo destacou a importância de garantir segurança alimentar e nutricional e mitigar os impactos da volatilidade aguda de preços dos alimentos, assim como crises abruptas de fornecimento, incluindo escassez de fertilizantes.

A declaração reconheceu a importância de continuar elaborando a iniciativa para estabelecer uma plataforma de comércio de grãos dentro do BRICS (a **Bolsa de Grãos do BRICS**),

[2] http://www.brics.utoronto.ca/docs/250706-ai.html

[3] https://fpabramo.org.br/declaracao-da-cupula-de-impacto-da-ia-nova-delhi-fevereiro-de-2026/

acolhendo discussões futuras sobre seu funcionamento e desenvolvimento posterior, incluindo expansão para outros produtos agrícolas e commodities.

O texto apoiou discussões sobre políticas nacionais e coordenação internacional para reforçar disponibilidade, acessibilidade e estabilidade de alimentos e insumos agrícolas, incluindo **sistemas nacionais de reservas alimentares e sistemas de sementes** resistentes à seca e adaptadas ao clima.

Os líderes concordaram em estabelecer a rede colaborativa, não vinculante e centrada no agricultor chamada **BRICS AGRIN** (Agro-Inputs, Genetic Resources, and Information Network), baseada em práticas nacionais, regionais e internacionais relevantes. Também saudaram o lançamento de um Fórum Global sobre Direitos dos Agricultores em Sistemas de Sementes.

Foi criada uma Rede de Centros de Excelência do BRICS em Agroecologia e Agricultura Regenerativa para Resiliência Climática e Produtividade, além de uma **Rede BRICS de Agricultura Digital**, cobrindo também agrofloresta, pesca e aquicultura.

8. Cooperação em Saúde

8.1 A 16ª Reunião de MS do BRICS

A XVIII declaração incorpora os resultados da 16ª Reunião de Ministros da Saúde do BRICS, realizada em Chandigarh, Índia, entre 22 e 24 de julho de 2026 sob a presidência indiana. O encontro resultou na adoção unânime da Declaração Ministerial de Saúde, que reafirma o compromisso dos países com sistemas de saúde resilientes, equitativos e centrados nas pessoas, organizados em torno de nove áreas prioritárias definidas pela presidência da Índia. As áreas são: a Rede de Pesquisa em TB do BRICS; o Sistema Integrado de Alerta Precoce dos BRICS para Prevenção e Resposta a Doenças Infecciosas de Massa; a Rede BRICS de Institutos Nacionais de Saúde Pública; a Arquitetura de Saúde Digital para o Continuum de Cuidados, incluindo o acesso à saúde em áreas remotas; a Missão BRICS para um Estilo de Vida Saudável; a Promoção do Bem-Estar Mental; Medicina Tradicional, Complementar e Integrativa (TCIM); o Combate a Doenças Impulsionadas por Determinantes Sociais da Saúde; e a Colaboração entre as Autoridades Reguladoras de Produtos Médicos dos BRICS.

8.2 Preparação para Pandemias: Sistema de Acesso e Repartição de Benefícios de Patógenos (PABS) e Sistema Integrado de Alerta Precoce BRICS

A cooperação em saúde do BRICS também dialoga com o processo multilateral, conduzido no âmbito da OMS, de negociação do sistema de Acesso e Repartição de Benefícios de Patógenos (PABS), anexo central do Acordo Pandêmico da OMS adotado em 2025. O PABS busca estabelecer um mecanismo global para o compartilhamento tempestivo, justo e transparente de patógenos e de suas informações genéticas, assim como dos benefícios resultantes de seu uso — como vacinas, medicamentos e diagnósticos — em caso de emergências sanitárias futuras. A Declaração Ministerial de Saúde do BRICS de 2026 se insere nesse contexto ao reafirmar o compromisso dos membros com o fortalecimento da preparação e resposta a pandemias, com destaque para o **Sistema Integrado de Alerta Precoce do BRICS**, iniciativa voltada à detecção e resposta ágil a ameaças sanitárias emergentes. Nesse sentido, os países saudaram a criação de um Subgrupo de Trabalho dedicado para **avançar o Sistema Integrado de Alerta Precoce BRICS** para prevenção e resposta a Doenças Infecciosas em Massa.

8.3 Saúde Digital e Fortalecimento dos Sistemas de Saúde

A saúde digital figura como uma das prioridades centrais da presidência indiana, tendo sido consolidada na publicação do Compêndio do BRICS sobre Arquitetura de Saúde Digital para a Continuidade do Cuidado[4], incluindo o acesso a serviços de saúde em áreas remotas. O documento é apresentado como recurso de conhecimento relevante para facilitar a cooperação, o intercâmbio de boas práticas e o aprendizado mútuo entre os países-membros. Paralelamente, os ministros reafirmaram o compromisso com o fortalecimento dos sistemas de saúde, com foco na cooperação regulatória e na ampliação do acesso equitativo a medicamentos, vacinas, diagnósticos e tecnologias médicas de qualidade e preço acessível.

8.4 TB e P&D de vacinas

A luta contra a tuberculose permanece como um dos eixos mais consolidados da agenda de saúde do BRICS. A declaração reafirma o apoio à Rede de Pesquisa em Tuberculose do BRICS, criada para fomentar a pesquisa colaborativa, inovação e intercâmbio de conhecimento voltados a acelerar o progresso rumo à eliminação da doença, com atenção especial ao desenvolvimento de novas vacinas contra a tuberculose e à mobilização de instituições financeiras multilaterais e do setor privado para investimentos de longo prazo na área. Nesse mesmo eixo, os ministros reafirmaram apoio contínuo ao Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas do BRICS, com o objetivo de fortalecer a pesquisa colaborativa e ampliar o acesso equitativo a vacinas seguras e eficazes para o conjunto dos países-membros e, por extensão, para o Sul Global.

8.5 Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública do BRICS (RINSP/BRICS)

Os Institutos Nacionais de Saúde Pública são reconhecidos pelo seu papel no fortalecimento dos sistemas públicos de saúde por meio de orientações políticas, desenvolvimento de força de trabalho, vigilância, preparação e resposta a doenças, sistemas laboratoriais de saúde pública e pesquisa aplicada.

Um dos resultados institucionais mais relevantes da 16ª Reunião de Ministros da Saúde foi a aprovação do Marco Operacional para a Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública do BRICS (NPHIs), concebido para oferecer uma base institucional duradoura para a colaboração científica, a inteligência em saúde pública e a ação multissetorial voltada ao avanço da equidade em saúde.

Os pilares estratégicos da RINSP são:

- Desenvolvimento da Força de Trabalho em Saúde Pública e Colaboração Técnica;
- Prevenção e Controle de DTs e DNTs, incluindo Eliminação/Erradicação, quando aplicável;
- Preparação, Resposta a Epidemias e Segurança em Saúde;

[4] O Compêndio sobre Arquitetura de Saúde Digital para a Continuidade do Cuidado, incluindo o Acesso à Saúde em Áreas Remotas, foi lançado durante a 16ª Reunião de MS do BRICS em Chandigarh, sob a Presidência da Índia no BRICS em 2026. Compilado pelo Grupo de Trabalho Técnico 4 (GTT-4) do BRICS, serve como um recurso de conhecimento abrangente que reúne as experiências, as melhores práticas e as inovações em saúde digital dos países do BRICS para fortalecer a continuidade do cuidado por meio de sistemas de saúde digital interoperáveis.

- Saúde Ambiental, Mudanças Climáticas, Resistência aos Antimicrobianos (RAM) e One Health;
- Saúde Digital e Inovação;
- Pesquisa Aplicada em Saúde Pública e Sistemas de Saúde;
- Apoio a Políticas e Consultoria.

Em paralelo, foi também aprovado o Marco Operacional de Combate às Doenças Determinadas por Fatores Sociais, reforçando a compreensão de que a cooperação sanitária do BRICS não se limita ao enfrentamento de doenças específicas, mas busca também endereçar seus determinantes sociais estruturais, em consonância com os objetivos de sistemas universais de saúde e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

8.6 Medicina Tradicional, Complementar e Integrativa (TCIM)

Reconheceram a relevância da Medicina Tradicional, Complementar e Integrativa (TCIM) para o fortalecimento dos sistemas de saúde e saudaram a proposta de criação do Grupo de Trabalho de Especialistas BRICS sobre TCIM sob a Trilha de Saúde BRICS.

8.7 Acesso rápido e acessível a serviços de saúde, vacinas, tratamentos e diagnósticos

Os países defendem o trabalho conjunto para fortalecer a infraestrutura de saúde e produzir produtos médicos localmente, em vez de dependerem apenas de importação; a melhoria da preparação para emergências futuras (pandemias), o investimento em vigilância epidemiológica, laboratórios e tecnologias digitais/IA; a integração da medicina tradicional aos sistemas de saúde formais; o estabelecimento de cooperação técnica entre ISP de diferentes países; a criação de regulamentações mais sólidas e a formação de profissionais de saúde qualificados; e o investimento conjunto em P&D e capacitação.

8.8 *BRICS Health Journal*

Os líderes destacaram a importância do *BRICS Health Journal* para a disseminação dos resultados de pesquisas e a promoção da cooperação científica dentro do quadro dos BRICS, e incentivaram o engajamento contínuo dos países BRICS em seu desenvolvimento.

Considerações Finais

A Declaração de Nova Délhi 2026 confirma a trajetória do BRICS como espaço de coordenação política e técnica entre economias emergentes e em desenvolvimento, articulando uma agenda de reforma da governança global — com ênfase na **reforma do Conselho de Segurança da ONU e das instituições de Bretton Woods** — a iniciativas concretas nos campos financeiro, energético, climático, tecnológico, alimentar e sanitário.

O texto endureceu as críticas contra **tarifas comerciais unilaterais, sanções financeiras e medidas protecionistas** incompatíveis com as regras da OMC.

A ênfase no **uso de moedas locais**, na **interoperabilidade de sistemas de pagamento** e no fortalecimento do Banco dos BRICS evidencia o esforço do grupo para reduzir a dependência de canais financeiros dominantes, sem, contudo, avançar rumo a uma moeda comum.

O bloco enfatizou a importância do diálogo e da diplomacia para a **solução pacífica de controvérsias internacionais**. Sobre os conflitos no Oriente Médio, os membros adotaram uma resolução de tom genérico, expressando profunda preocupação e apelando por máxima contenção e prudência das partes envolvidas.

Na Cúpula, o presidente da China Xi Jinping, disse que a guerra no Golfo não atende aos "interesses comuns" do planeta e às margens da reunião, o presidente do Irã, Masud Pezeshkian, reforçou que a região "não precisa de um policial", em referência aos EUA.

Os líderes apontaram que os países BRICS são atores-chave na produção mundial de alimentos e, como tal, têm um papel fundamental no aumento da produtividade e sustentabilidade agrícola, além de garantir a **segurança alimentar** e nutrição globais. Nesse sentido, reconheceram a importância da continuidade da elaboração da iniciativa para estabelecer uma plataforma de comércio de grãos dentro dos BRICS, a Bolsa de Grãos dos BRICS, voltada a mitigar a volatilidade de preços agrícolas, e a iniciativa BRICS AGRIN (*Agro-Inputs, Genetic Resources, and Information Network*), rede de cooperação internacional focada no setor agrícola, direcionada à colaboração entre agricultores, insumos agrícolas e recursos genéticos.

Um comentário relevante é que é extremamente necessário institucionalizar no interior do grupo, a **ponte entre saúde e C&T**. As declarações de saúde e as declarações de C,T&I do BRICS caminham em paralelo, mas frequentemente são negociadas por diplomacias diferentes, dentro de pilares diferentes. Seria interessante que houvesse um mecanismo permanente de diálogo entre os MS e as agências nacionais de fomento à pesquisa, para que as prioridades definidas nas reuniões de MS — como interoperabilidade, IA em saúde e infraestrutura pública digital — se traduzam automaticamente em propostas competitivas nas chamadas do **STI Framework Programme**. Quando a chamada de pesquisa de 2026 foi lançada, os países questionaram o **prazo exíguo para se articularem e responder a essa chamada**.

Ainda no campo **tecnológico**, a centralidade conferida à **inteligência artificial** e à **segurança das cadeias de minerais críticos** reflete a preocupação dos membros com a **soberania tecnológica e produtiva do Sul Global**.

A **agenda de saúde** — que articula preparação para pandemias, saúde digital, combate à TB, desenvolvimento de vacinas e fortalecimento institucional por meio da Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública — indica a consolidação de uma arquitetura sanitária própria do BRICS, complementar aos processos multilaterais conduzidos no âmbito da OMS.

Por fim cabe salientar que a *Declaração de Nova Déli de 2026 estabeleceu um novo recorde no BRICS como* ***o documento de líderes mais longo dos últimos anos*** *compreendendo 140 parágrafos e 45 páginas que refletem a agenda em expansão do grupo.*

O real alcance desses compromissos, contudo, dependerá da capacidade de implementação por parte dos onze membros plenos e dos dez países parceiros do grupo nos próximos anos.

A cúpula de Nova Délhi e o BRICS ampliado: Geopolítica do dissenso e cooperação em geometria variável

La cumbre de Nueva Delhi y la ampliación de los BRICS: Geopolítica de la disidencia y la cooperación en una geometría variable

The New Delhi Summit and the Enlarged BRICS: Geopolitics of Dissent and Variable Geometry Cooperation

Paulo Esteves

Resumo: O artigo analisa a Cúpula de Nova Délhi de 2026 como marco da consolidação do BRICS ampliado, examinando os impactos da expansão sobre sua atuação geopolítica e seus mecanismos de cooperação. A análise demonstra que o grupo preservou a capacidade de produzir consensos políticos por meio de fórmulas diplomáticas que acomodam divergências entre seus membros, especialmente em temas de segurança internacional. No campo da cooperação, observa-se a ampliação do número de mecanismos institucionais acompanhada pela flexibilização dos compromissos assumidos. O estudo conclui que a geometria variável e a influência das presidências rotativas tornaram-se elementos centrais para a coesão e a continuidade do BRICS em um contexto de multipolaridade instável.

Palavras-chave: BRICS; Multipolaridade; Cooperação Internacional; Geopolítica.

Resumen: *El artículo analiza la Cumbre de Nueva Delhi de 2026 como un hito en la consolidación de los BRICS ampliados, examinando los impactos de la expansión sobre su actuación geopolítica y sus mecanismos de cooperación. El estudio muestra que el grupo preservó su capacidad para construir consensos políticos mediante fórmulas diplomáticas capaces de acomodar divergencias entre sus miembros, especialmente en cuestiones de seguridad internacional. En el ámbito de la cooperación, se observa una expansión de los mecanismos institucionales acompañada por una mayor flexibilidad de los compromisos asumidos. La investigación concluye que la geometría variable y el papel de las presidencias rotativas se han convertido en factores centrales para la cohesión y continuidad del grupo en un contexto de multipolaridad inestable.*

Palabras clave: *BRICS; Multipolaridad; Cooperación Internacional; Geopolítica.*

Abstract: *This article examines the 2026 New Delhi Summit as a milestone in the consolidation of the enlarged BRICS, assessing the effects of expansion on the group's geopolitical positioning and cooperation mechanisms. The analysis shows that BRICS maintained its ability to produce political consensus through diplomatic formulas designed to accommodate internal divergences, particularly regarding international security issues. In the field of cooperation, the summit revealed a significant expansion of institutional mechanisms combined with increasingly flexible commitments. The study concludes that variable geometry and the growing role of rotating presidencies have become key elements in sustaining cohesion and continuity within BRICS amid a context of unstable multipolarity.*

Keywords: *BRICS; Multipolarity; International Cooperation; Geopolitics.*

Depois da cúpula de Joanesburgo, em agosto de 2023, quando o grupo convidou seis novos membros, boa parte dos analistas (Nayar 2025; Esteves e Coelho 2025; Sahai 2026) passou a tratar a expansão do BRICS como o dado decisivo de sua trajetória. A leitura supunha que os arranjos informais do grupo (sem tratado, sem secretariado e sem regra formal de decisão) seriam tensionados por uma nova composição com onze membros, entre os quais três produtores de petróleo do Golfo com relações antagônicas entre si e diferentes alinhamentos com os Estados Unidos. A pergunta que se colocava era se a heterogeneidade destruiria o consenso ou se o consenso se adaptaria à heterogeneidade. A cúpula de Nova Délhi, em 12 e 13 de setembro de 2026, é a primeira em que essa pergunta recebe uma resposta legível no texto, porque é a primeira em que o grupo teve de produzir uma declaração com dois de seus membros senão em guerra um com o outro, pelo menos em campos opostos de um conflito armado. Sem declaração formal de guerra de parte a parte, Emirados Árabes Unidos e Arábia Saudita (que abrigam bases estadunidenses) foram alvo de ataques iranianos a partir de 28 de fevereiro de 2026, e os Emirados responderam com embargo comercial a Teerã (Corbin 2026; AFP 2026).

Este texto propõe uma leitura da cúpula e de sua declaração em duas chaves que a literatura (Stuenkel 2015; Esteves e Coelho 2025) costuma tratar separadamente. A primeira é a da geopolítica, entendida aqui como a posição que o grupo assume, em seus documentos, diante da ordem internacional e de seus conflitos. A segunda é a da cooperação intra-grupo, entendida como o conjunto de mecanismos, instrumentos e trilhas que os membros constroem para todos os seus membros. Sustento que as duas leituras conduzem a diagnósticos distintos. Na dimensão geopolítica, o BRICS de 2026 produziu consenso por operações sobre o texto, enquanto as posições permaneceram onde estavam. Na dimensão da cooperação, produziu uma rede que cresce a cada ano em número de mecanismos enquanto enfraquece em linguagem de compromisso, e cujo núcleo financeiro foi filtrado por duas presidências consecutivas. A presidência de turno, mais do que o grupo, é o agente que articula as duas dimensões.

O material empírico é o texto oficial da Declaração de Nova Délhi, publicado pela presidência indiana, comparado com as declarações de Pequim (2022), Joanesburgo II (2023), Kazan (2024) e Rio de Janeiro (2025), e a cobertura analítica produzida por think tanks e pela imprensa nas semanas anteriores à cúpula. As contagens lexicais foram feitas sobre os textos em inglês e valem como indicadores de ênfase.[1]

O BRICS e a competição geopolítica

O problema político da presidência indiana estava definido desde março. A guerra entre Estados Unidos, Israel e Irã, iniciada com os ataques de junho de 2025 e intensificada em 2026, colocou combatentes de lados opostos dentro do grupo. Desde então, o Irã atacou bases norte-americanas e infraestrutura civil e energética localizadas na Arábia Saudita e nos Emirados Árabes Unidos, em retaliação aos ataques dos Estados Unidos e de Israel (Corbin 2026; AFP 2026). Os Emirados Árabes, por sua vez, responderam com embargo comercial a Teerã (Corbin 2026). As duas reuniões, de vice-chanceleres em abril e de chanceleres em maio, encerraram-se sem declaração conjunta, apenas com declaração da presidência e reservas registradas. Vrinda Sahai, da Carnegie India, tomou esse fracasso como sintoma de um problema estrutural. (Sahai 2026) Segundo a autora, o desafio central da Índia como presidente era a tensão entre a

[1] A leitura foi feita com a cúpula em curso, em 12 de setembro de 2026, e antes da publicação das análises pós-cúpula dos principais *think tanks*. Ela deve ser lida como primeira aproximação ao texto oficial.

expansão do grupo e a manutenção de coerência institucional. A incapacidade de produzir posição unificada sobre a Ásia Ocidental era a manifestação política dessa tensão.

A declaração foi adotada por consenso na manhã de 12 de setembro, depois de negociações que, se estenderam até cerca de (PTI 2026) quatro horas da madrugada. O Irã exigia condenação explícita da ação militar norte-americana e israelense; os Emirados, condenação dos ataques iranianos a seu território; a Arábia Saudita sustentava preocupações próprias com sua infraestrutura energética. A imprensa indiana atribuiu a solução a fórmulas centradas em princípios gerais e à expressão "unprovoked aggression" (Organiser 2026; PTI 2026). O texto oficial, contudo, confirma o método e desmente a expressão. O termo "aggression" não aparece nos 140 parágrafos. O que há é o parágrafo 28 (BRICS 2026), que expressa "profunda preocupação com a escalada contínua de tensões no Oriente Médio/Ásia Ocidental" e, "recordando nossas respectivas posições nacionais", pede "máxima contenção", proteção de civis e infraestrutura civil e o "fluxo regular do comércio global, das cadeias de suprimento e da energia". O parágrafo 29 retoma, sem sujeito, a segunda metade do parágrafo 21 da Declaração do Rio (BRICS 2025) sobre "ataques deliberados a infraestrutura civil e a instalações nucleares pacíficas sob salvaguardas plenas da AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica)", e suprime a primeira metade, que em 2025 condenava por nome "os ataques militares contra a República Islâmica do Irã desde 13 de junho de 2025" e pedia que o Conselho de Segurança se ocupasse da matéria.

A fórmula "recordando nossas respectivas posições nacionais" é o dado analítico central da seção política. Ela foi utilizada em Joanesburgo (2023), Kazan (2024) e Rio (2025), uma vez por documento, para registrar o dissenso sobre a Ucrânia (BRICS 2023; 2024, § 36; 2025, § 22). A fórmula, acompanhada de saudações a iniciativas de mediação, permitia garantir a unidade do grupo. Em 2026 ela reaparece, mas é empregada agora para a Guerra contra o Irã. O dispositivo textual que havia criado para acomodar a Rússia (e o conflito com a Ucrânia) era agora mobilizado para acomodar Arábia Saudita e Emirados Árabes e sua participação na agressão ao Irã. Contudo, no caso ucraniano, o dissenso opunha um membro ao conjunto do Ocidente; no caso do Golfo, ele opõe membros entre si, e a cláusula passa a proteger, ao mesmo tempo, o Irã de uma condenação pelo ataque à infraestrutura dos Emirados e da Arábia Saudita e destes por seu alinhamento aos Estados Unidos (e Israel).

A Ucrânia, por sua vez, desapareceu do documento. Pequim (2022) mencionava (BRICS 2022) a Ucrânia três vezes; as três declarações seguintes, uma vez cada. A supressão integral, numa cúpula com Putin presente e um dia depois de uma bilateral em que, o presidente russo denunciou "ataques físicos diretos" a "instalações industriais e logísticas, oleodutos" (Reuters 2026), admite duas leituras não excludentes. Pode ser lida como ganho russo, uma vez que a cláusula de posições nacionais era, afinal, o registro de que os demais membros não endossavam a posição de Moscou. Pode ser lida, ainda como escolha da presidência indiana de não abrir uma segunda frente de dissenso quando a primeira consumia a capacidade de negociação das partes. As duas leituras são compatíveis, uma vez que, embora favoreça a Rússia, o silêncio serve a mais de um membro.

Um terceiro deslocamento passou despercebido pela cobertura jornalística embora, a meu ver, seja o mais revelador. O parágrafo 14 da Declaração do Rio (BRICS 2025) encerrava a condenação das medidas coercitivas unilaterais com a frase "reafirmamos que os Estados membros do BRICS não impõem nem apoiam sanções não autorizadas pelo Conselho de Segurança da ONU que sejam contrárias ao direito internacional". O parágrafo 22 de Nova Délhi

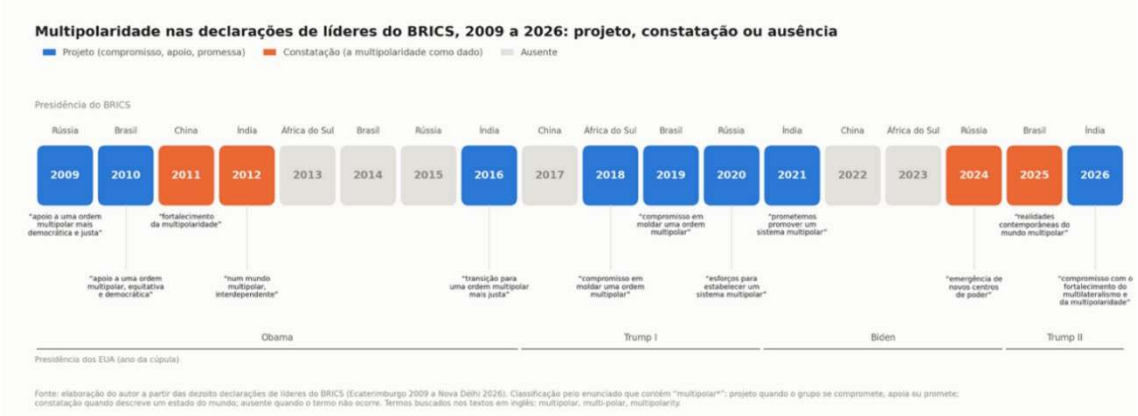
(BRICS 2026) reproduz o do Rio quase palavra por palavra até esse ponto e substitui a frase final por “reafirmamos nossa oposição a medidas coercitivas unilaterais contrárias ao direito internacional e à Carta das Nações Unidas, incluindo sanções não autorizadas pelo Conselho de Segurança”. A mudança de “não impomos nem apoiamos” para “nos opomos” converte um compromisso sobre a conduta dos próprios membros em uma posição sobre a conduta alheia. Como um membro havia imposto um embargo a outro, a cláusula do Rio tornara-se impossível. O grupo ajustou, assim, o texto às tensões entre seus membros com vistas a garantir sua sobrevivência.

A seção sobre Palestina é longa e específica (BRICS 2026, § 30 a 34), com apoio à adesão plena do Estado palestino à ONU, oposição ao deslocamento forçado, referência ao processo movido pela África do Sul contra Israel na Corte Internacional de Justiça e à Resolução 2803 do Conselho de Segurança, além de parágrafos sobre Líbano, Sudão e Síria. Há um parágrafo inédito sobre Cuba, o 27, que descreve a América Latina e o Caribe como “zona de paz, construída sobre o respeito mútuo, a solução pacífica de controvérsias e a não intervenção” e pede o fim do “bloqueio unilateral” à Havana. A fórmula é a da CELAC de 2014 e sugere autoria latino-americana, negociada numa cúpula em que o Brasil estava representado por seu chanceler. É o único ponto em que o texto se aproxima de nomear os Estados Unidos, e o contraste com o silêncio sobre a Venezuela, alvo de ações norte-americanas ao longo de 2026, marca o limite do que a presidência aceitou incluir. Trata-se, ademais, de novidade na série. As menções à América Latina nas declarações anteriores, de Nova Délhi (2012) ao Rio (2025), restringem-se à representação da região em organismos internacionais, e a expressão “zona de paz” não constava de nenhuma delas (BRICS 2012; 2020; 2023; 2024; 2025). O parágrafo pode ser lido como o canal encontrado pela diplomacia brasileira para inscrever no texto uma reação à chamada Doutrina Donroe, a reafirmação da primazia norte-americana no hemisfério cujo episódio mais visível foi a captura de Nicolás Maduro em 3 de janeiro de 2026, qualificada por Lula como “afronta gravíssima à soberania da Venezuela” e “precedente extremamente perigoso para toda a comunidade internacional” (Seu Dinheiro 2026). A reação entra na declaração por Cuba, e o silêncio sobre a Venezuela mede o que o grupo aceitou dizer em nome do Brasil. A seção econômica condena “medidas tarifárias e não tarifárias unilaterais”, “sanções secundárias” e o “protecionismo sob o pretexto de objetivos ambientais”, com menção explícita aos mecanismos de ajuste de carbono na fronteira, sem nomear país ou bloco. E o parágrafo 13 reitera a reforma do Conselho de Segurança com o apoio de “China e Rússia, como membros permanentes”, às “aspirações de Brasil e Índia”, fórmula que data do Rio de 2025 e cuja genealogia merece registro. De Sanya (2011) a Pequim (2022), a cláusula registrava que China e Rússia “apoiam a aspiração” de “Brasil, Índia e África do Sul” a “um papel maior na ONU”, sem menção ao Conselho de Segurança; Joanesburgo (2023) manteve os três países numa formulação coletiva; Kazan (2024) suprimiu os nomes e passou a reconhecer apenas “as legítimas aspirações dos países africanos” expressas no Consenso de Ezulwini e na Declaração de Sirte; o Rio (2025) reintroduziu a cláusula bilateral, agora restrita a Brasil e Índia e, pela primeira vez, com menção explícita ao Conselho de Segurança (BRICS 2011; 2022, § 7; 2023; 2024, § 8; 2025, § 6; 2026, § 13). A retirada da África do Sul da fórmula acompanha a ausência de consenso entre os países africanos sobre a ocupação de um assento permanente.

Como interpretar o conjunto? Chietigj Bajpaee, da Chatham House, formulou antes da cúpula o diagnóstico que o texto confirma. Brasil e Índia veem o BRICS como projeto de natureza econômica; China e Rússia enfatizam a dimensão geopolítica; o grupo carece de consenso sobre “o que o BRICS representa”. (Bajpaee 2026). Essa leitura pode ser contrastada com a que

desenvolvi com Carlos Frederico Coelho (Esteves e Coelho 2025). Ali, a divergência entre os membros aparece como traço constitutivo de uma plataforma de hedging, na qual cada país usa o BRICS para reduzir sua vulnerabilidade diante do Ocidente e extrair ganhos políticos e econômicos, compartimentando as diferenças intratáveis. Nessa chave, a declaração de Nova Délhi executa o modo de operação de uma plataforma de hedging na fase que chamamos de multipolaridade instável, em vez de expor uma indefinição identitária à espera de solução. A declaração de 2026 é, nessa chave, o produto de uma presidência que administrou a coexistência de leituras rivais em vez de impor a sua. O texto reintroduz, no parágrafo 7, um "compromisso com o fortalecimento do multilateralismo e da multipolaridade" (BRICS 2026, § 7). A fórmula tem genealogia própria e sua atribuição a um léxico sino-russo seria imprecisa. A multipolaridade aparece como projeto nas primeiras cúpulas, com o "apoio a uma ordem mundial multipolar, equitativa e democrática" de Brasília (2010), e como constatação em Sanya (2011), que fala no "fortalecimento da multipolaridade". Entre 2013 e 2017 a fórmula desaparece, retornando como objetivo de Brasília (2019) a Nova Délhi (2021), quando o grupo se diz "comprometido em moldar uma ordem internacional multipolar mais justa, equitativa e representativa" e "promete promover um sistema internacional multipolar". A fórmula desaparece de novo em Pequim (2022) e Joanesburgo (2023) e retorna mais uma vez em Kazan (2024) e no Rio (2025) apenas como dado, "a emergência de novos centros de poder" e "as realidades contemporâneas do mundo multipolar" (BRICS 2010; 2011; 2019; 2020, § 5; 2021; 2024, § 6; 2025, § 8). Rastreei com Carlos Frederico Coelho essa oscilação como indicador da percepção que o grupo tem da transição de poder (Esteves e Coelho 2025). Nova Délhi devolve à multipolaridade o estatuto de projeto ou de condicionante a ser defendido em um contexto de tentativa de reafirmação da primazia norte-americana, o que dá à formulação original um sentido novo. A figura 1 sumariza a presença da Multipolaridade nas declarações do BRICS.

Figura 1: Multipolaridade nas declarações de líderes do BRICS, 2009 a 2026: projeto, constatação ou ausência



Fonte: Elaboração do autor

O texto adota a contenção indiana ao não nomear nenhuma parte em conflito. A abstenção de nomear os Estados Unidos, porém, é prática antiga do grupo, anterior a 2026. A última declaração a fazê-lo em registro crítico foi a de Ufa (2015), que se declarou "profundamente decepcionada com a prolongada falha dos Estados Unidos em ratificar o pacote de reformas do FMI de 2010"; desde então o país aparece apenas em menções neutras, como a declaração conjunta dos cinco membros permanentes sobre armas nucleares registrada em Pequim (BRICS 2015; 2022). E acomoda uma inserção latino-americana no parágrafo sobre Cuba. Um indicador lexical acompanha o deslocamento. "Direitos humanos" cai de oito ou nove

menções, constantes desde 2022, para quatro; “democracia”, de sete para quatro. O conjunto aponta para um texto que adota mais o vocabulário da ordem sustentado por China e Rússia e, desde a expansão, pelos membros do Golfo, da ordem e menos o vocabulário liberal que Brasil, Índia e África do Sul historicamente sustentaram.

Resta o fator externo, que a literatura pré-cúpula tratou com mais insistência. Ilan Kapoor, da Universidade York, sustentou na Al Jazeera (Kapoor 2026) que Trump é “o melhor agente de recrutamento do BRICS”, porque a ameaça de tarifa adicional a países alinhados ao grupo e as tarifas efetivas contra Brasil, Índia e China demonstram a natureza coercitiva do poder financeiro norte-americano e criam incentivos para arranjos bilaterais em moedas locais, sistemas alternativos de pagamento e bancos de desenvolvimento. O autor sustenta que a coerção induz cooperação prática entre países divergentes, deixando o alinhamento ideológico fora da barganha política. Bajpaee (2026) registra o mesmo mecanismo pelo lado indiano, com a deterioração das relações com Washington levando Nova Délhi a “reinvestir em outras relações”, incluindo Pequim. Nenhum dos dois autores extrai daí uma previsão de coesão, e o texto de Nova Délhi mostra por quê. A mesma pressão externa que aproxima Índia e China e dá conteúdo prático à agenda financeira é a que impede a Índia de aderir à retórica russa, sob pena de perder o que resta da relação com os Estados Unidos e principalmente, Europa. O efeito Trump, se o nome for aceito, opera em dois sentidos ao mesmo tempo, produzindo convergência de práticas e divergência de discursos. É essa dupla operação que explica um texto longo na agenda funcional e curto na política.

Finalmente, cabe destacar que “dólar” é uma palavra que não aparece em nenhuma das cinco últimas declarações do grupo. Como descrito por alguns analistas, os países membros do grupo não manifestam uma intenção imediata de substituir o dólar (García-Herrero, citada em Al Jazeera 2026b), senão de responder aos riscos de dependência financeira através de iniciativas em moedas locais (Tripathi 2026). O parágrafo 90 da declaração reconhece o trabalho da Força-Tarefa de Pagamentos do BRICS (BRICS Payment Task Force, BPTF) sobre interoperabilidade e liquidação em moedas locais “respeitando prioridades nacionais e reconhecendo que não há abordagem única” (BRICS 2026, § 90). A frase permitir perceber como os membros do grupo compartilham da preocupação com a dependência financeira e as possibilidades de sanções por parte dos Estados Unidos e ao mesmo tempo ainda não são capazes de produzir uma agenda monetária comum.

A cooperação funcional intra-BRICS

Em trabalho anterior, caracterizei o grupo BRICS como agrupamento híbrido que articula três traços (Esteves 2026a). Ele opera como coalizão de potências emergentes voltada à reforma da arquitetura institucional internacional, como organização intergovernamental informal multitemática, capaz de sustentar uma coalizão sem tratado, e como clube produtor de bens excludentes para seus membros em domínios delimitados (particularmente no domínio financeiro). Em um inventário dos 282 documentos oficiais publicados entre 2008 e 2025 identifiquei 401 mecanismos distintos em 26 trilhas ministeriais e setoriais. O ciclo mais recente de institucionalização iniciou-se em 2020 com a pandemia, crescente fragmentação geopolítica e expansão da membresia do grupo (Esteves 2026b). A Declaração de Nova Délhi permite verificar o que a expansão fez a cada um dos três traços, a coalizão de reforma, a organização informal multitemática e o clube financeiro.

O primeiro achado diz respeito ao traço de organização intergovernamental informal. A Declaração de Nova Délhi nomeia 163 entidades distintas com o prefixo BRICS, entre grupos de trabalho, fóruns, redes, centros, planos, princípios e iniciativas; as declarações anteriores nomeavam noventa (Pequim 2022), 79 (Joanesburgo 2023), 116 (Kazan 2024) e 97 (Rio 2025). Mais de cento e vinte dessas entidades aparecem pela primeira vez em 2026, da rede AGRIN de insumos agrícolas ao Grupo de Peritos em medicina tradicional, da Força-Tarefa sobre Crescimento e Desenvolvimento ao Centro Digital de Excelência para redes elétricas inteligentes. A extensão do documento acompanha esse crescimento. Com 17.900 palavras e 140 parágrafos, contra 7.600 palavras e 75 parágrafos em Pequim, a declaração de 2026 é o registro mais extenso de produção institucional da série, e a presidência indiana a apresenta como inventário das mais de quatrocentas reuniões realizadas em trinta cidades (BRICS 2022; 2023; 2024; 2025; 2026, § 6). O ciclo de reconfiguração identificado no inventário anterior (Esteves 2026b) adensou-se com a expansão.

O segundo achado é que o adensamento vem acompanhado de um enfraquecimento sistemático da linguagem de compromisso, e é aqui que a expansão deixa sua marca mais nítida (sobre a metodologia para análise de compromisso, veja-se o Box 1).

Box 1: Análise de Compromisso

A leitura da linguagem de compromisso apoia-se em dois tipos de marcadores, contados nos textos em inglês e normalizados pelo número de palavras de cada declaração. O primeiro tipo é o dos verbos performativos na primeira pessoa do plural, que registram o que os líderes fazem ao dizer. Distingo entre verbos de compromisso, que criam obrigação ou decisão (agree, commit, support, task, endorse), e verbos de registro, que tomam nota de algo feito por outrem sem obrigar os signatários (welcome, note, acknowledge, encourage). O segundo tipo é o dos qualificadores de reserva, expressões que condicionam ou relativizam um compromisso já enunciado (voluntary, non-binding, national circumstances, national priorities, as appropriate, interested members). Os dois tipos medem propriedades distintas do texto. O primeiro mede a força ilocucionária das cláusulas; o segundo, a flexibilidade que o texto reserva a cada membro. A Tabela 1 resume a classificação e a Figura 2 mostra a evolução dos marcadores entre Moscou (2020) e Nova Délhi (2026).

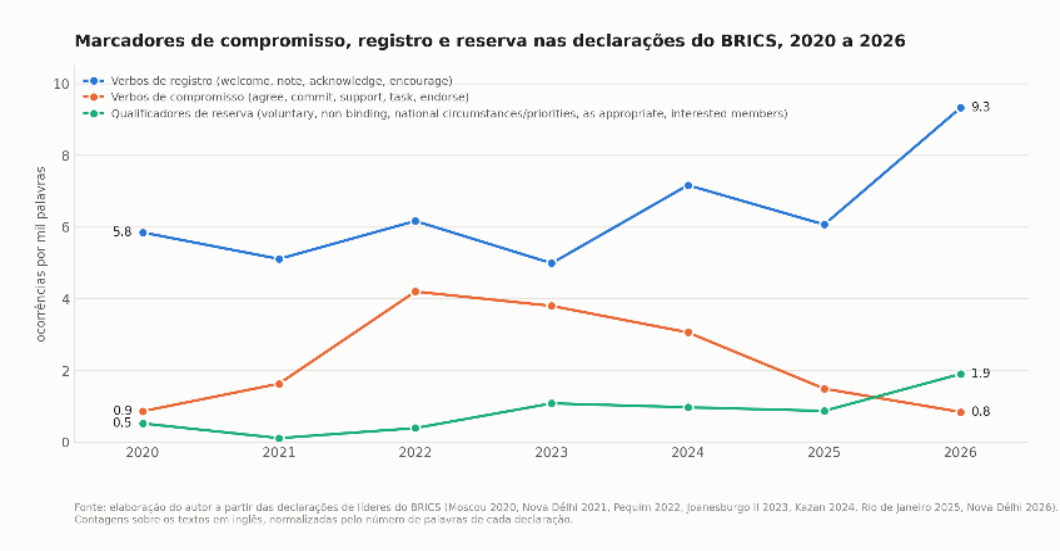
Tabela 1: Os dois tipos de marcadores da linguagem de compromisso

Tipo	**Função no texto**	**Expressões contadas**	**Exemplo (Declaração de Nova Délhi, 2026)**
Verbos performativos de compromisso	Criam obrigação, decisão ou endosso dos signatários	we agree, we commit, we support, we task, we endorse	“We agree to the establishment of a collaborative, non-binding, and farmer-centric BRICS AGRIN” (§ 61)
Verbos performativos de registro	Tomam nota de algo feito por outrem sem obrigar os signatários	we welcome, we note, we acknowledge, we encourage	“We welcome the progress made in advancing the BRICS Multilateral Guarantees (BMG) initiative” (§ 102)
Qualificadores de reserva	Condicionam ou relativizam um compromisso enunciado	voluntary, non-binding, national circumstances, national priorities, as appropriate, interested members	“onboarding them on a voluntary basis and according to country specific circumstances” (§ 97)

Fonte: Elaboração do autor

A frequência de “we welcome” sobe de 25 em Pequim para 71 em Nova Délhi; “we encourage”, de doze para 42; “we acknowledge”, de cinco para 33; “we note”, de cinco para 23. No sentido inverso, “we agree” cai de oito para cinco, “we commit” de nove, em Kazan, para dois, “we support” de dezenove para sete. As formas “we decide”, “we adopt” e “we establish” não aparecem em nenhuma das cinco declarações. Os qualificadores de reserva seguem a mesma trajetória. “Voluntary” passa de uma ocorrência em Pequim para treze em Nova Délhi; “national circumstances” ou “national priorities”, de duas para catorze; “non-binding”, de zero para três; “interested members” surge em 2026. O grupo nomeia mais e se obriga menos. Nos termos do desenho institucional racional (Koremenos, Lipson e Snidal 2001), a flexibilidade é a dimensão de desenho que absorve a heterogeneidade, e a série de declarações mostra o BRICS elevando a flexibilidade a cada rotação como condição para que a rede continue a crescer. A declaração de 2026 é, sob esse aspecto, a que mais cria e a que menos vincula. A Figura 2 apresenta a evolução dos compromissos assumidos nas declarações do grupo de 2020 a 2026.

Figura 2: Marcadores de compromisso, registro e reserva nas declarações do BRICS, 2020 a 2026 (ocorrências por mil palavras). Fonte: elaboração do autor a partir de BRICS (2020; 2021; 2022; 2023; 2024; 2025; 2026).



Fonte: Elaboração do autor

Tabela 2: Ocorrências dos marcadores por declaração, 2020 a 2026

Declaração	Palavras	Verbos de registro	Verbos de compromisso	Qualificadores de reserva	Registro / mil	Compromisso / mil	Reserva / mil
Moscou 2020	11.624	68	10	6	5,8	0,9	0,5
Nova Délhi 2021	9.205	47	15	1	5,1	1,6	0,1
Pequim 2022	7.618	47	32	3	6,2	4,2	0,4
Joanesburgo 2023	9.221	46	35	10	5,0	3,8	1,1
Kazan 2024	13.393	96	41	13	7,2	3,1	1,0
Rio de Janeiro 2025	16.157	98	24	14	6,1	1,5	0,9
Nova Délhi 2026	17.892	167	15	34	9,3	0,8	1,9

Fonte: Elaboração do autor

A série mostra que a queda dos verbos de compromisso começa em 2024 e se acentua em 2025 e 2026, o que coincide com a entrada em vigor da expansão. As declarações de 2020 e 2021, negociadas em cúpulas virtuais durante a pandemia, também apresentam baixa densidade de compromisso, de modo que o pico de 2022 e 2023, sob as presidências chinesa e sul-africana, é o ponto de comparação relevante. Os qualificadores de reserva crescem de forma contínua desde 2021 e dobram entre 2025 e 2026. A combinação de mais registro, menos compromisso e mais reserva é a assinatura textual do BRICS ampliado (BRICS 2020; 2021; 2022; 2023; 2024; 2025; 2026).

O terceiro achado diz respeito ao traço de clube financeiro, e é o que permite a leitura mais precisa, porque seus mecanismos têm nome, sequência e, em alguns casos, tratado (o Acordo constitutivo do Novo Banco de Desenvolvimento e o Tratado do Arranjo Contingente de Reservas, ambos assinados em Fortaleza em 2014). A figura abaixo atribui a cada um dos principais mecanismos um grau, progresso, estagnação ou enfraquecimento, pela comparação do texto de cada declaração com a anterior, de Kazan ao Rio e do Rio a Nova Délhi.[2]

A série mostra três trajetórias. A primeira é a dos mecanismos que avançam. As Garantias Multilaterais, lançadas no Rio como piloto incubado no Novo Banco de Desenvolvimento "sem contribuições adicionais de capital" (BRICS 2025, § 48), reaparecem em 2026 com "progresso" reconhecido e um passo operacional novo, o "desenvolvimento de transações-piloto" (BRICS 2026, § 102). O NDB recebe um dos parágrafos mais extensos da série, com a expansão de membros, o financiamento em moedas locais, o Portal de Conhecimento lançado pela presidência indiana e a "consideração célere" de candidaturas de países do BRICS. A cooperação aduaneira, iniciada em 2012, produz em 2026 o instrumento mais próximo de um tratado desde o CRA e o NDB. O parágrafo 99 registra (BRICS 2026) "a convergência alcançada" sobre o Acordo de Cooperação e Assistência Administrativa Mútua em Matéria Aduaneira e "a disposição dos membros prontos a proceder à assinatura, sujeita à conclusão dos processos nacionais necessários e a esforços para assegurar a participação de todos os países do BRICS"; Kazan, dois anos antes, falava apenas em "discussão adicional" (BRICS 2024, § 101). A primeira Operação Conjunta de Fiscalização Aduaneira foi realizada e convertida em "iniciativa anual", e o Centro de Competências Industriais, criado com a UNIDO, é reportado como "operacionalizado", um dos poucos casos em que o texto descreve funcionamento e não intenção.[3]

[2] A classificação compara, para cada mecanismo, o parágrafo que o menciona em cada declaração com o parágrafo correspondente da declaração anterior. Progresso designa a presença de um passo operacional novo (criação, operacionalização, assinatura, transação-piloto, emenda a instrumento constitutivo ou mandato com prazo). Estagnação designa a repetição da fórmula anterior ou a projeção para o futuro de um passo já anunciado. Enfraquecimento designa a supressão do mecanismo ou seu rebaixamento a uma figura mais fraca (de companhia a centro, de iniciativa a discussão entre interessados). A classificação incide sobre o texto das declarações e registra outputs anunciados; ela nada diz sobre o funcionamento efetivo dos mecanismos, cuja verificação exige a documentação de trilha (relatórios, planos de implementação, pontos focais) discutida no Texto de apoio II (Esteves 2026a) e que excede os limites deste estudo.

[3] Os três casos citados neste parágrafo, o Centro de Competências Industriais "operacionalizado", as transações-piloto das garantias e a primeira operação aduaneira conjunta, são os únicos em que o texto de 2026 reporta funcionamento. Para todos os demais mecanismos a declaração registra outputs

Figura 3: Cooperação intra-BRICS: progresso, estagnação e enfraquecimento dos mecanismos, 2024 a 2026



Fonte: Declarações de líderes do BRICS

A segunda trajetória é a dos mecanismos que se encontram estagnados. A Bolsa de Grãos, proposta em Kazan, é descrita no Rio e em Nova Délhi com a mesma fórmula, "continuação da elaboração da iniciativa" e "discussões adicionais sobre as modalidades de seu funcionamento" (BRICS 2025; 2026, § 60), com o acréscimo, em 2026, de uma expansão prospectiva "a outros produtos agrícolas e commodities" que antecede a existência da própria plataforma. O Arranjo Contingente de Reservas repete a revisão do Tratado para incluir moedas elegíveis, anunciada no Rio de Janeiro e agora projetada para um tempo futuro ("as emendas ajudarão") (BRICS 2025, § 53; 2026, § 97), o que indica que o consenso técnico de 2025 não se converteu em emenda ratificada; a incorporação dos novos membros permanece "voluntária e conforme circunstâncias específicas". A Estratégia de Parceria Econômica 2030, cuja "conclusão" o Rio antecipava para a presidência indiana, é registrada em 2026 como "progresso", sem conclusão (BRICS 2025, § 42; 2026, § 89). O Conselho Espacial, aprovado "em princípio" no Rio, está na fase de "redação dos Termos de Referência" (BRICS 2025, § 63; 2026, § 45). A Iniciativa de Pagamentos Transfronteiriços segue o padrão de atenuação progressiva do

anunciados, e a verificação de outcomes exige documentação de trilha (relatórios, planos de implementação, pontos focais) que a declaração não substitui e que excede os limites deste estudo.

compromisso já descrito, de “voluntária e não vinculante” (BRICS 2024, § 65) a “preferências reveladas” (BRICS 2025, § 50) e a “não há abordagem única” (BRICS 2026, § 90).

A terceira trajetória é a dos mecanismos que desaparecem. Kazan, sob presidência russa (BRICS 2024, § 62 e 66), propôs “discutir e estudar a viabilidade” de uma infraestrutura independente de liquidação e depósito transfronteiriço, o BRICS Clear, de uma “capacidade independente de resseguro, incluindo uma Companhia de (Res)seguro do BRICS”, e de uma “nova plataforma de investimento” apoiada na infraestrutura do NDB. Nenhuma das três expressões consta do texto de 2026. O Clear e a plataforma de investimento não são mencionados nem no Rio nem em Nova Délhi. A companhia de resseguro foi convertida num “Centro de Resiliência de Seguros”, descrito como “plataforma voluntária de capacidade compartilhada” para “modelos de risco comuns” e “troca de melhores práticas”, em “discussões continuadas entre membros interessados” (BRICS 2026, § 92).

O padrão que emerge das três trajetórias é legível e, a meu ver, é o achado mais consequente da cúpula. Avançam os mecanismos de mitigação de risco, interoperabilidade e facilitação, isto é, aqueles que operam dentro da arquitetura financeira existente e a complementam. Estagnam os que exigem capital, tratado ou infraestrutura própria. Desaparecem os que foram desenhados como infraestrutura paralela à ocidental. Duas presidências consecutivas, a brasileira e a indiana, filtraram a agenda financeira de Kazan, e o que sobreviveu é o que Sahai (2026) descreve como redução incremental da dependência do dólar por arranjos bilaterais, em contraste com uma alternativa sistêmica. O clube produz bens excludentes, mas apenas nos domínios em que esses bens não exigem investimentos ou contribuições adicionais e não confrontam o sistema do dólar. Esse limite não está anunciado em nenhum documento mas emerge da leitura crítica dos documentos emitidos pelo grupo. Trata-se de um limite traçado pela sucessão de presidências, o que assinala mais uma vez a relevância da presidência do grupo como mecanismo de decantação e seleção de preferências comuns.

A trilha econômica e comercial carrega a assinatura indiana e ilustra o mesmo padrão pelo lado positivo. A OMC é mencionada dezenove vezes, contra dez no Rio e doze em Kazan, e a agenda de facilitação é a mais desenvolvida da série, com o Plano de Ação sobre operadores econômicos autorizados, os princípios de avaliação de crédito para PMEs exportadoras e o plano sobre cadeias globais de valor. Tripathi (2026) descreveu a agenda comercial da presidência como revitalização da OMC, financiamento a PMEs, cadeias de valor e serviços digitais, e o texto executa essa lista quase item por item. Sahai (2026) documentou que apenas cerca de vinte por cento do comércio Sul-Sul ocorre dentro do BRICS; a resposta da presidência aponta para a tentativa de redução de custos de transação por instrumentos administrativos. As preferências comerciais que exigiriam negociação tarifária ficam fora do texto. A Estratégia 2030, único documento-quadro da trilha, ficou por concluir, o que sugere que o acordo sobre facilitação não se estendeu ao acordo sobre um programa.

A expansão de 2024 colocou à cooperação intra-grupo uma pergunta prática. Como onze membros e dez parceiros se acomodam a mecanismos desenhados para cinco? A série responde de modo consistente. Os mecanismos não foram redesenhados; foram abertos a quem quiser entrar, nos termos de cada um. O CRA incorpora novos membros “em base voluntária e conforme circunstâncias específicas de cada país”; o NDB, por “consideração expedita” de candidaturas; a Constelação de Sensoriamento Remoto, por emenda ao acordo constitutivo “para prever a inclusão de novas agências espaciais”; o acordo aduaneiro, pela

assinatura de “membros prontos a proceder à assinatura”; o Centro de Resiliência de Seguros, por “discussões entre membros interessados”. O parágrafo 138 (BRICS 2026), único dedicado ao desenvolvimento institucional, nada diz sobre critérios de adesão, secretariado ou regras de decisão, e a definição de critérios claros de adesão, que Sahai (2026) apontava como uma das três metas da presidência, não aparece. As entregas do parágrafo são uma Base de Dados Arquivística Online e um “exercício de inventário de memorandos de entendimento”.

Nos termos do desenho institucional racional (Koremenos, Lipson e Snidal 2001), a expansão deslocou a dimensão da membresia do nível do agrupamento para o nível de cada mecanismo. O BRICS de 2026 é um conjunto de círculos de participação distinta, e a declaração é o documento que autoriza essa pluralidade ao repetir “voluntário”, “interessados” e “prioridades nacionais”. A geometria variável é a forma institucional que permitiu ao grupo crescer sem tratado e sem reforma. O custo aparece na comparação com a primeira seção. Enquanto a coalizão fala em nome de onze membros, o clube opera com os que aderem a cada instrumento. A distância entre as duas dimensões é estabelecida com a cláusula de posições nacionais que é determinada por alinhamentos geopolíticos e preferências econômicas.

Há um limite que a leitura das declarações não alcança e que Ana Saggioro Garcia (2026) formulou na véspera da cúpula a partir de sua pesquisa sobre o regime internacional de investimentos. No contexto desse regime a autora indaga se a ascensão de novas potências “produzirá regras diferentes” ou “apenas ampliará o número de Estados e empresas capazes de se beneficiar das estruturas existentes”. O texto trata de facilitação de investimentos, parcerias público-privadas e mecanismos de mitigação de risco, e silencia sobre espaço regulatório dos Estados receptores e responsabilidade das empresas. O silêncio da Declaração sugere que a cooperação intra-BRICS incide ou altera custos de transação, mas não, necessariamente, regras já estabelecidas.

As duas leituras em conjunto

A leitura geopolítica mostra um grupo que usou contra si mesmo o dispositivo textual criado para proteger um de seus membros, que suprimiu um conflito para acomodar outro e que rebaixou um compromisso a uma posição para ajustar o texto à conduta de um membro. A leitura da cooperação mostra uma rede que cresce a cada ano em número de mecanismos, abrangendo mais setores e estabelecendo menos compromissos. O núcleo financeiro encontrou fronteiras traçadas pela sucessão de presidências e cuja forma institucional é a de uma geometria variável no interior do próprio grupo.

As duas leituras se explicam mutuamente, e a explicação passa pela presidência de turno. A cada rotação, o texto muda de enquadramento, do Sul Global no Rio à resiliência em Nova Délhi, de geografia privilegiada, da África em Joanesburgo e no Rio à Ásia e à OMC em Nova Délhi. A Índia é mencionada 25 vezes no texto de 2026 e dez no do Rio; o Brasil, 24 no Rio e sete em Nova Délhi. (BRICS 2025; 2026) A presidência inscreve no documento suas iniciativas, seus fóruns e seu vocabulário, e a disputa sobre “o que o BRICS representa”, que Bajpaee (2026) identifica entre a leitura econômica e a leitura geopolítica, não é resolvida pelo texto. Ela é sequenciada por ele. O que sobrevive a três presidências é o que as três podem endossar; o que uma só propõe tende a não sobreviver. Nessa chave, o BRICS opera menos como coalizão dotada de posição própria e mais como plataforma cujo sentido é redefinido a cada ciclo, o que corrobora a hipótese que venho sustentando (Gomes e Esteves 2018; Esteves e Coelho 2025)

de que o efeito do grupo sobre a ordem internacional se produz pela pressão contínua de práticas, e não pela articulação de um programa.

Referências

AFP. India welcomes Russia, Iran leaders for BRICS summit overshadowed by war. Dawn, Karachi, 11 set. 2026. Disponível em: https://www.dawn.com/news/2029086. Acesso em: 15 set. 2026.

AL JAZEERA. BRICS meets in India: what's on the agenda, why it matters. Doha, 12 set. 2026b. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2026/9/12/brics-meets-in-india-whats-on-the-agenda-why-it-matters. Acesso em: 15 set. 2026.

BAJPAEE, C. The India–China reset will continue at the BRICS summit. London: Chatham House, set. 2026. Disponível em: https://www.chathamhouse.org/2026/09/india-china-reset-will-continue-brics-summit. Acesso em: 15 set. 2026.

BRICS. II BRIC Summit Joint Statement. Brasília, 15 abr. 2010. Disponível em: http://www.brics.utoronto.ca/docs/100415-leaders.html. Acesso em: 15 set. 2026.

BRICS. Sanya Declaration. Sanya, 14 abr. 2011. Disponível em: http://www.brics.utoronto.ca/docs/110414-leaders.html. Acesso em: 15 set. 2026.

BRICS. Delhi Declaration. Nova Délhi, 29 mar. 2012. Disponível em: http://www.brics.utoronto.ca/docs/120329-delhi-declaration.html. Acesso em: 15 set. 2026.

BRICS. Ufa Declaration. Ufa, 9 jul. 2015. Disponível em: http://www.brics.utoronto.ca/docs/150709-ufa-declaration_en.html. Acesso em: 15 set. 2026.

BRICS. Brasília Declaration. Brasília, 14 nov. 2019. Disponível em: http://www.brics.utoronto.ca/docs/191114-brasilia.html. Acesso em: 15 set. 2026.

BRICS. Moscow Declaration. Moscou, 17 nov. 2020. Disponível em: http://www.brics.utoronto.ca/docs/201117-moscow-declaration.html. Acesso em: 15 set. 2026.

BRICS. New Delhi Declaration. Nova Délhi, 9 set. 2021. Disponível em: https://brics2022.mfa.gov.cn/eng/hywj/ODS/202203/t20220308_10649499.html. Acesso em: 15 set. 2026.

BRICS. XIV BRICS Summit Beijing Declaration. Pequim, 23 jun. 2022. Disponível em: http://www.brics.utoronto.ca/docs/220623-declaration.html. Acesso em: 15 set. 2026.

BRICS. Johannesburg II Declaration. Joanesburgo, 23 ago. 2023. Disponível em: http://www.brics.utoronto.ca/docs/230823-declaration.html. Acesso em: 15 set. 2026.

BRICS. Kazan Declaration: strengthening multilateralism for just global development and security. Kazan, 23 out. 2024. Disponível em: http://www.brics.utoronto.ca/docs/241023-declaration.html. Acesso em: 15 set. 2026.

BRICS. Rio de Janeiro Declaration: strengthening Global South cooperation for a more inclusive and sustainable governance. Rio de Janeiro, 6 jul. 2025. Disponível em: http://www.brics.utoronto.ca/docs/250706-declaration.html. Acesso em: 15 set. 2026.

BRICS. New Delhi Declaration: building for resilience, innovation, cooperation and sustainability. Nova Délhi, 12 set. 2026. Disponível em: https://www.brics2026.gov.in/brics-document/. Acesso em: 15 set. 2026.

CHAYES, A.; CHAYES, A. H. The new sovereignty: compliance with international regulatory agreements. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1995.

CORBIN, M. The Iran war looms large as BRICS leaders gather in New Delhi. Responsible Statecraft, 10 set. 2026. Disponível em: https://responsiblestatecraft.org/brics-summit-2026/. Acesso em: 15 set. 2026.

ESTEVES, P. Como tratar o agrupamento BRICS? Categorias analíticas e o arco institucionalista. Texto de apoio I. Rio de Janeiro: BRICS Policy Center, 2026a.

ESTEVES, P. BRICS cooperation mechanisms, 2008–2025: an inventory of institutional production across sixteen years and twenty-six cooperation tracks. Working note. Rio de Janeiro: BRICS Policy Center, 2026b.

ESTEVES, P.; COELHO, C. F. Be careful what you wish for: Brazil and BRICS in three acts. South African Journal of International Affairs, 2025. DOI: 10.1080/10220461.2025.2528980.

GARCIA, A. S. Na Índia, BRICS busca alternativa às velhas regras do investimento internacional, em meio a crescentes tensões geopolíticas. The Conversation Brasil, 11 set. 2026. Disponível em: https://theconversation.com/na-india-brics-busca-alternativa-as-velhas-regras-do-investimento-internacional-em-meio-a-crescentes-tensoes-geopoliticas-291643. Acesso em: 15 set. 2026.

GOMES, G. Z.; ESTEVES, P. The BRICS effect: impacts of South–South cooperation in the social field of international development cooperation. IDS Bulletin, v. 49, n. 3, p. 129-144, 2018.

KAPOOR, I. Trump may be BRICS's best recruitment agent. Al Jazeera, Doha, 12 set. 2026. Disponível em: https://www.aljazeera.com/opinions/2026/9/12/trump-may-be-bricss-best-recruitment-agent. Acesso em: 15 set. 2026.

KOREMENOS, B.; LIPSON, C.; SNIDAL, D. The rational design of international institutions. International Organization, v. 55, n. 4, p. 761-799, 2001.

NAYAR, K. P. BRICS presidency is a crown of thorns; India must give it a pass. Deccan Herald, Bengaluru, 21 nov. 2025. Disponível em: https://www.deccanherald.com/opinion/brics-presidency-is-a-crown-of-thorns-india-must-give-it-a-pass-3805661. Acesso em: 15 set. 2026.

ORGANISER. BRICS Summit 2026: New Delhi Declaration unanimously adopted. Nova Délhi, 12 set. 2026. Disponível em: https://organiser.org/2026/09/12/380224/world/brics-summit-2026-new-delhi-declaration-unanimously-adopted-pm-modi-pitches-regional-peace-global-south-prosperity/. Acesso em: 15 set. 2026.

PTI. India breaks BRICS deadlock after talks till 4 am; joint statement to be issued today. NewsDrum, 12 set. 2026. Disponível em: https://www.newsdrum.in/international/india-breaks-brics-deadlock-after-talks-till-4-am-joint-statement-to-be-issued-today-12524005. Acesso em: 15 set. 2026.

REUTERS. Modi, Putin seek stronger ties as Russia calls for BRICS to counter West. 11 set. 2026. Disponível em: https://www.tbsnews.net/world/south-asia/modi-putin-seek-stronger-ties-russia-calls-brics-counter-west-1540326. Acesso em: 15 set. 2026.

SAHAI, V. Managing divergence: India's BRICS presidency in 2026. Nova Délhi: Carnegie India, 5 jun. 2026. Disponível em: https://carnegieendowment.org/india/research/2026/06/managing-divergence-indias-brics-presidency-in-2026. Acesso em: 15 set. 2026.

SEU DINHEIRO. Itamaraty divulga nota sobre ataque na Venezuela após reunião com presidente Lula. São Paulo, 3 jan. 2026. Disponível em: https://www.seudinheiro.com/2026/politica/itamaraty-divulga-nota-sobre-ataque-na-venezuela-apos-reuniao-com-presidente-lula-entenda-os-impactos-da-operacao-para-o-brasil-davs/. Acesso em: 15 set. 2026.

STUENKEL, O. The BRICS and the future of global order. Lanham: Lexington Books, 2015.

TRIPATHI, J. Measuring success: BRICS 2026 and India's presidency. Observer Research Foundation; Eurasia Review, 12 set. 2026. Disponível em: https://www.eurasiareview.com/12092026-measuring-success-brics-2026-and-indias-presidency-analysis/. Acesso em: 15 set. 2026.

Fórum Civil dos BRICS 2026 em Nova Delhi: panorama sobre o Grupo de Trabalho em Saúde

Foro Civil de los BRICS 2026 en Nueva Delhi: panorama del Grupo de Trabajo sobre Salud

2026 BRICS Civil Forum in New Delhi: overview of the Health Working Group

Carolina Salgado

Resumo: Em 2024, o Fórum Civil dos BRICS tornou-se oficialmente um Grupo de Engajamento, estabelecido na Declaração de Kazan, por ocasião da XVI Cúpula dos BRICS. O documento destacou a necessidade de fortalecer os vínculos entre comunidades de especialistas, pesquisadores e organizações da sociedade civil, reconhecendo os fóruns Civil e Acadêmico como espaços primordiais de intercâmbio e produção conjunta de conhecimento. O Fórum Civil daquele ano foi realizado em Moscou, onde reafirmou-se a importância da participação da sociedade civil na construção de uma cooperação mais inclusiva por meio do desenvolvimento institucional do chamado *civic track*, com mecanismos permanentes de diálogo nas diferentes presidências do agrupamento. Nesse contexto, o Grupo de Trabalho de Saúde do Fórum Civil dos BRICS 2026, realizado na Índia, reiterou que as comunidades estão no centro da construção de sistemas de saúde resilientes, equitativos e capazes de responder a crises, articulando experiências nacionais, atenção primária, promoção da saúde, participação social, inovação e cooperação continuada entre os países.

Palavras-chave: Fórum Civil BRICS; Grupo de Trabalho de Saúde; Rússia, Brasil, Índia; sociedade civil; Atenção Primária; crises e emergências; participação de comunidades.

Resumen: *En 2024, el Foro Civil de los BRICS se convirtió oficialmente en un Grupo de Compromiso, establecido en la Declaración de Kazán durante la 16ª Cumbre de los BRICS. El documento subrayó la necesidad de fortalecer los vínculos entre las comunidades de expertos, investigadores y organizaciones de la sociedad civil, reconociendo los Foros Civiles y Académicos como espacios primordiales para el intercambio y la producción conjunta de conocimiento. El Foro Civil de ese año se celebró en Moscú, donde se reafirmó la importancia de la participación de la sociedad civil para construir una cooperación más inclusiva mediante el desarrollo institucional de la denominada vía cívica, con mecanismos de diálogo permanentes en las diferentes presidencias del grupo. En este contexto, el Grupo de Trabajo de Salud del Foro Civil de los BRICS 2026, celebrado en India, reiteró que las comunidades son fundamentales para construir sistemas de salud resilientes y equitativos, capaces de responder a las crisis, articular las experiencias nacionales, la atención primaria, la promoción de la salud, la participación social, la innovación y la cooperación continua entre los países.*

Palabras clave: *Foro Civil de los BRICS; Grupo de Trabajo sobre Salud; Rusia, Brasil, India; sociedad civil; atención primaria de salud; crisis y emergencias; participación comunitaria.*

Abstract: *In 2024, the BRICS Civil Forum officially became an Engagement Group, established by the Kazan Declaration during the XVI BRICS Summit. The document highlighted the need to strengthen ties among expert communities, researchers, and civil society organizations, recognizing the Civil and Academic forums as vital spaces for exchange and the joint production of knowledge. That year's Civil Forum was held in Moscow, where the importance of civil society*

participation in building more inclusive cooperation was reaffirmed through the institutional development of the so-called "civic track," featuring permanent dialogue mechanisms across the group's various presidencies. In this context, the Health Working Group of the BRICS Civil Forum—held in India—reiterated that communities lie at the heart of building resilient, equitable, and crisis-responsive health systems, integrating national experiences, primary care, health promotion, social participation, innovation, and ongoing cooperation among the countries.

Keywords: *BRICS Civil Forum; Health Working Group; Russia, Brazil, India; civil society; Primary Care; crises and emergencies; community participation.*

Histórico do Fórum Civil dos BRICS

O Fórum Civil dos BRICS, também chamado de "People-to-People", é um espaço de articulação entre representantes da sociedade civil que foi formalmente estabelecido em 2024 na Declaração de Kazan, por ocasião da XVI Cúpula do BRICS. O Fórum Civil daquele ano foi realizado em Moscou sob o tema "Direito ao desenvolvimento: equidade, igualdade e justiça", com a presença de representantes da Rússia, Brasil, Índia, China, África do Sul, e mais cinco membros, Egito, Etiópia, Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes. E gerou uma declaração final que enfatizou a importância da participação da sociedade civil na construção de uma cooperação mais inclusiva por meio do desenvolvimento institucional do chamado *civic track*, com mecanismos permanentes de diálogo nas diferentes presidências. Entretanto, a construção deste espaço vem se fortalecendo desde 2015, no sentido de garantir que os líderes ouçam as considerações da sociedade civil, assim como o fazem com os setores financeiro, acadêmico e governamental.

Foi também em Moscou, em 2015, que o primeiro fórum civil aconteceu, resultando em uma declaração final redigida em formato de apelo enviada à Presidência da Rússia para que fosse considerada na 7ª Cúpula dos BRICS. Já nesta declaração constava a solicitação de que os líderes criassem e apoiassem mecanismos nacionais permanentes de coordenação para garantir que a participação civil fosse contínua nas presidências futuras. Em entrevista ao Sputnik Brasil, o professor Fabiano Mielniczuk (UFRGS), delegado brasileiro ao evento de Moscou e hoje líder da delegação brasileira no Fórum Civil, relatou que houve "grupos de trabalho que envolveram saúde, educação [e ciência], cultura [e diálogos intercivilizacionais], desenvolvimento sustentável, segurança e paz, economia e comércio, e um outro grupo muito interessante chamado Harmonização das Relações Interétnicas".

Em 2016, na presidência da Índia, o Fórum discutiu temáticas como qualidade do crescimento econômico nos países do BRICS, saúde e desnutrição, urbanização sustentável, juventude, habilidades para a subsistência e educação de qualidade. Todavia, segundo consta no website do BRICS Policy Center, "diferente dos fóruns acadêmicos e dos think tanks, que tiveram seus documentos finais mencionados na Declaração de Goa, o que foi produzido no Civil BRICS Forum não foi contemplado pelos chefes de Estado, estando fora da declaração final da Cúpula. Dessa forma, conclui-se que ainda há um longo caminho até a institucionalização concreta de um canal de articulação e troca entre os governos dos países BRICS e as organizações da sociedade civil desses países".

Durante os anos da pandemia de Covid-19, o Fórum se reuniu em Moscou (2020) e em Nova Delhi (2021), nos formatos online e offline, focando em temas como desenvolvimento inclusivo, construção da paz, participação da sociedade com ênfase em mulheres e meninas nas

respostas a crises, e promoção do empreendedorismo. O documento de resultados de 2021 focou em quatro pilares: recuperação econômica pós-pandemia; desigualdade global; saúde global e nutrição; educação e inclusão.

No website BRICS Civil Council, aba 'governance structure', define-se que "a composição do Conselho Civil do BRICS deve incluir apenas organizações nacionais de cada uma das economias do BRICS. ONGs transnacionais ou internacionais e suas filiais locais não serão admitidas. (...) A estrutura também abordará questões relacionadas à continuidade, à implementação e ao monitoramento das recomendações do fórum". Outras abas incluem os princípios, os membros, os grupos de trabalho, os documentos e as notícias. Na linha do tempo abaixo, também retirada do website, podemos ver de que forma se deu, resumidamente, toda esta construção:

Figura 1: Linha do tempo da construção do Fórum Civil dos BRICS



Fonte: website *BRICS Civil Council*, aba 'about us', disponível em: https://bricscivilcouncil.org/aboutus

O Grupo de Trabalho de Saúde do Fórum Civil dos BRICS

Sendo um dos seis grupos permanentes, na declaração final de 2024, os parágrafos 40 – 42 focam exclusivamente na saúde, enfatizando: "o intercâmbio transfronteiriço de melhores práticas e avanços em tecnologias médicas de ponta, bem como as melhorias contínuas nas regulamentações dos sistemas de saúde", "o compromisso em cumprir o Regulamento Sanitário Internacional, fortalecer a preparação para pandemias e aprimorar os sistemas de vigilância em saúde pública para prevenir e detectar crises sanitárias", e "o estabelecimento de uma missão de monitoramento voltada para a segurança sanitária e epidemiológica no âmbito do BRICS".

Em 2025, sob a presidência brasileira, o Fórum se reuniu no Rio de Janeiro. No documento de recomendações observa-se que o GT de Saúde teve a coordenação de Célia Medina (Brasil – CEBRAPAZ), Natalia Bondarenko (Rússia – Vice-Presidente da União das Mulheres da Rússia) e Pir Hossein Kolivand (Irã – Presidente da Sociedade do Crescente Vermelho Iraniano). Dentre os membros, há representantes da China, África do Sul e Índia. O foco foi "Saúde: BRICS e a Construção de um Regime Global de Saúde Pública".

As principais propostas foram organizadas em oito áreas temáticas: acesso universal à saúde; nutrição saudável e racional; álcool, tabaco e drogas; carga global de doenças; trabalho e saúde; saúde mental e apoio psicossocial; propriedade intelectual e governança da saúde; emergências em saúde. O documento, formalmente transmitido aos líderes na 17ª Cúpula, "propõe um pacto multilateral baseado na soberania, solidariedade e responsabilidade compartilhada para melhorar os resultados de saúde nos países do BRICS. Preconiza a criação de um Comitê Intergovernamental de Monitoramento, com representação da sociedade civil, para supervisionar a implementação, garantir a transparência e manter a cooperação a longo prazo".

Panorama sobre o Grupo de Trabalho em Saúde no Fórum Civil dos BRICS 2026 em Nova Delhi

Em 2026, o Fórum se reuniu presencialmente entre 17-18 de agosto em Nova Delhi, na Índia, sob coordenação do RIS (*Research and Information System for Developing Countries*). Para tanto, reuniões online foram realizadas em julho, com as contrapartes de coordenadores e participantes dos BRICS no âmbito civil de cada GT, com o intuito de encaminhar perguntas para alinhar a agenda do Fórum. Em paralelo, a delegação brasileira de saúde se reuniu online semanalmente para discutir as perguntas e organizar um posicionamento, considerando a trajetória acumulada em uma década, bem como os avanços alavancados no ano anterior.

Sob o tema geral "Comprehensive Primary Health Care", o primeiro encontro virtual do GT de Saúde focou em "Health Systems Strengthening Towards Resilience", apoiando-se na agenda da reunião do Grupo de Trabalho Intergovernamental de Saúde do BRICS, realizada em Nova Délhi em abril de 2026, que contém nove pontos: preparação para pandemias; arquitetura de saúde digital; medicina tradicional e integrativa; pesquisa sobre tuberculose; saúde mental; estilos de vida saudáveis; doenças associadas a determinantes sociais; cooperação regulatória; e redes de institutos de saúde pública.

Neste primeiro encontro virtual do GT de Saúde, realizado em 3 de julho, os pontos foram agrupados em cinco subtemas que, por sua vez, orientaram as discussões dali em diante até o Fórum presencial. São eles: 1) Preparação para Pandemias e Resiliência da Saúde Pública; 2) Infraestrutura Pública Digital, Telemedicina, Tecnologia em Saúde e IA; 3) O Papel da Medicina Tradicional em Sistemas de Saúde Inclusivos; 4) Cobertura Universal de Saúde, Cuidados de Saúde Primários e Equidade na Saúde; e 5) Bem-estar, Prevenção, Saúde Mental e a Relação

entre Clima e Saúde. Transversal a todos os subtemas, um desafio comum: como construir sistemas de saúde capazes de responder às crises sem deixar para trás justamente aqueles que mais precisam. Para a preparação das delegações, três perguntas abrangentes foram colocadas para que as respostas tocassem nos subtemas de forma mais específica:

(i) O que realmente mudou no sistema de saúde do seu país nos últimos anos, tornando-o mais ou menos resiliente, e o que impulsionou essa mudança?;

(ii) Onde você vê o maior potencial prático para que as organizações da sociedade civil dos BRICS realizem algo concreto em conjunto — em termos de colaboração efetiva alinhada às prioridades delineadas?;

(iii) O que está sendo discutido nos processos ministeriais formais de saúde dos BRICS que, na sua opinião, a sociedade civil deveria defender com mais empenho, e o que está faltando nesses processos que a sociedade civil deveria pautar?

Tanto na segunda reunião online, em 13 de julho, quanto no Fórum presencial, em 18 de agosto, os debates no GT de Saúde ocorreram com base em uma perspectiva comum: a saúde não pode ser pensada apenas como atendimento médico ou como responsabilidade exclusiva dos governos e dos serviços de saúde. As condições de vida, o território, a renda, a alimentação, o trabalho, o acesso à informação, as diferenças culturais e a capacidade de participação das comunidades também determinam quem consegue ter acesso efetivo à saúde. Ou seja, promover saúde significa atuar sobre as condições sociais que produzem bem-estar/doença.

Nas contribuições brasileiras, por exemplo, a atenção primária foi entendida de forma ampla, incluindo promoção da saúde, prevenção, tratamento e reabilitação. A promoção da saúde foi relacionada a políticas de outros setores do Estado, como políticas de renda mínima. Também foi proposta a criação de um Observatório de Experiências em Atenção Primária, que permita aos BRICS conhecer e compartilhar políticas e práticas desenvolvidas em diferentes contextos.

A alimentação foi outra dimensão fundamental. O GT defendeu políticas capazes de enfrentar simultaneamente a fome e a expansão de padrões alimentares não saudáveis, valorizando a alimentação culturalmente adequada. Também foram discutidas ações relacionadas à prevenção das doenças crônicas, à redução do consumo de tabaco, à criação de cidades e ambientes de trabalho mais saudáveis. Essa abordagem enfatiza que a saúde começa nas condições em que as pessoas nascem, crescem, trabalham, vivem e envelhecem.

Sobre saúde mental e bem-estar: no âmbito do GT, as crises contemporâneas — incluindo mudanças climáticas, crises econômicas, desemprego, conflitos, guerras e formas desiguais de acesso às novas tecnologias — produzem impactos especialmente fortes sobre populações vulneráveis. Em vez de pensar a saúde mental apenas como atendimento especializado, o grupo enfatizou a necessidade de construir redes comunitárias de apoio, reduzir o estigma e ampliar as possibilidades de prevenção e cuidado.

Destacou a importância de conhecer melhor os serviços de atendimento psicológico por telefone existentes na Índia e no Irã e de colocá-los em diálogo com experiências brasileiras, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), no intuito de transformar experiências nacionais em oportunidades de aprendizagem coletiva. A delegação iraniana destacou nas reuniões virtuais e no fórum presencial a emergência em saúde como agenda de relevância para

a cooperação, através da preparação e intercâmbio de práticas para enfrentar eventos climáticos, conflitos e guerras, endemias e epidemias, e crises alimentares.

O GT adotou como referência a ideia de Atenção Primária à Saúde Abrangente, inspirada nos princípios de Alma-Ata (1978) e de sua reafirmação em Astana (2018), e colocou a comunidade no centro da discussão sobre resiliência dos sistemas de saúde. A seguir, um resumo do *Consensus Document* "Community at the Centre: Civil Society Leadership in Resilient Health Systems", elaborado pelo RIS (Índia) e emitido logo após o encerramento do Fórum.

O que a pandemia de Covid-19 ensinou: as instituições da sociedade civil não são unidades complementares aos sistemas de saúde; elas fazem com que esses sistemas alcancem as pessoas

A pandemia de Covid-19 expôs problemas relacionados à vigilância, às cadeias de suprimentos, à atenção primária, aos recursos humanos e à conexão entre os serviços formais e as comunidades. Mostrou, ao mesmo tempo, as fragilidades dos sistemas de saúde e a enorme capacidade de mobilização existente nos territórios.

Nos BRICS, organizações comunitárias, trabalhadores da saúde, redes de solidariedade, associações de pacientes e familiares, organizações humanitárias e praticantes de medicinas tradicionais foram fundamentais para manter serviços, informações e cuidados chegando às populações durante emergências. Os dados gerados pela comunidade e mecanismos de feedback estruturado revelam lacunas na saúde que os sistemas formais podem deixar passar rotineiramente.

Neste sentido, uma das principais conclusões do GT foi que a sociedade civil não deve ser tratada como um elemento complementar ou emergencial dos sistemas de saúde. Em muitos contextos, ela é justamente a ponte que faz o sistema chegar às pessoas.

Na Índia, a experiência das *Accredited Social Health Activists* (ASHAs) mostrou a importância de contar com trabalhadores que conhecem profundamente as comunidades onde atuam. O país possui mais de um milhão dessas trabalhadoras comunitárias, que tiveram papel fundamental durante a pandemia, por exemplo, contribuindo para o escalonamento da campanha de vacinação.

No Brasil, a experiência foi igualmente marcada pela ação das comunidades. Associações de moradores, igrejas e redes comunitárias nos territórios ajudaram a manter a circulação de informações e o apoio às famílias durante a pandemia, além de produzirem seus próprios dados e mapas sobre a evolução da Covid-19 de forma a identificar focos de demanda e orientar a distribuição de recursos.

No Irã, o Crescente Vermelho implantou hospitais no terreno, clínicas e equipes psicossociais que envolveram mais de vinte milhões de pessoas. Também dispuseram do Serviço de Aconselhamento Telefônico 4030, que tem sido um modelo eficaz para integrar atendimento à saúde mental presencial e remoto.

Na China, organizações comunitárias ajudaram famílias que precisavam viajar para buscar tratamentos especializados e enfrentavam custos de transporte, hospedagem e perda de renda.

Na Rússia, associações de pacientes contribuíram para dar visibilidade às necessidades de pessoas com doenças raras e participaram da construção de respostas institucionais.

A lacuna entre a cobertura nominal e o acesso efetivo ainda é o principal desafio da equidade em saúde nos BRICS

Uma pessoa pode estar formalmente incluída em um sistema universal de saúde e, ainda assim, não vivenciar a cobertura de saúde como um direito por causa da distância, da vulnerabilidade econômica, da exclusão digital, das barreiras linguísticas, da condição migratória ou de características culturais e territoriais. Na China, a *Angel Mom Charity Foundation* documentou casos de famílias que viajam a Pequim em busca de atendimento especializado para crianças gravemente doentes, arcando com custos (transporte, hospedagem, perda de rendimentos) não cobertos por nenhum plano de saúde ou seguro. Organizações da sociedade civil são, muitas vezes, as principais instituições a suprir essa lacuna.

No Irã, mais de 200 centros de reabilitação comunitária operados pela Sociedade do Crescente Vermelho Iraniano (IRCS) garantem a continuidade do cuidado e oferecem apoio a pessoas com deficiência que, após receberem alta do sistema de saúde (seja por doença ou desastre), ficariam sem o acompanhamento adequado.

As respostas de saúde comunitária lideradas por voluntários são estruturalmente frágeis sem institucionalização

A valorização dos trabalhadores comunitários de saúde passa pela sua integração permanente aos sistemas nacionais. A institucionalização deve garantir recursos públicos, treinamento, remuneração e responsabilidade sem eliminar a autonomia e a confiança relacional que tornaram as respostas eficazes. A proposta é deixar de simplesmente utilizar voluntários quando ocorre uma emergência, mas reconhecer, remunerar, capacitar e oferecer condições de trabalho adequadas a essas pessoas.

Também se mencionou a ampliação de serviços móveis e modelos de telemedicina integrados aos territórios. Esses mecanismos precisam ser parte permanente da infraestrutura de saúde, e não apenas soluções provisórias para momentos de crise.

A saúde digital só é uma ferramenta de equidade quando concebida em conjunto com as comunidades

Os BRICS vêm investindo em infraestrutura digital, telemedicina, prontuários eletrônicos e outras tecnologias. Entretanto, ferramentas que são desenvolvidas partindo do pressuposto de que os usuários possuem smartphone, conexão de internet confiável e autonomia para navegar em aplicativos frequentemente acabam excluindo justamente aqueles que mais necessitam de assistência, como idosos, moradores de áreas remotas, trabalhadores informais e pessoas com baixa alfabetização. O papel humano é, nestes casos, imprescindível para reduzir as desigualdades na saúde.

A plataforma indiana *eSanjeevani* ultrapassou a marca de 372 milhões de teleconsultas ao disponibilizar profissionais capacitados em mais de 370 mil centros locais para orientar os usuários. A experiência brasileira demonstrou que, durante a pandemia, o rádio alcançou mais pessoas do que qualquer plataforma digital.

Da mesma forma, a Rússia constatou que qualquer serviço digital que exija que o paciente navegue sozinho será excludente. Ou seja, o GT constatou que uma tecnologia criada para ampliar o acesso pode ter o efeito contrário.

A medicina tradicional, enquanto infraestrutura de saúde comunitária, está enraizada nos hábitos culturais, nas tradições e nas práticas inatas das comunidades

Os países dos BRICS possuem uma enorme diversidade de práticas tradicionais de cuidado, prevenção e promoção do bem-estar que fazem parte da vida cotidiana de milhões de pessoas. No GT, defendeu-se que esses conhecimentos precisam ser incluídos nos sistemas formais de saúde, acompanhados de documentação, avaliação, reconhecimento profissional, proteção do conhecimento comunitário e respeito aos direitos das populações que o preservam. Uma preocupação importante foi evitar a apropriação comercial indevida desses conhecimentos.

O grupo propôs mecanismos de proteção da propriedade intelectual baseados nos direitos das comunidades, incluindo salvaguardas contra a comercialização de conhecimentos tradicionais sem o consentimento livre, prévio e informado.

O que o GT propõe para os governos BRICS, ONGs e para o Fórum Civil coletivamente

Ao final do processo, o Grupo de Trabalho de Saúde consolidou **sete recomendações**, organizadas em quatro grandes eixos: resiliência, inovação, cooperação e sustentabilidade. Entre as recomendações dos eixos Resiliência e Inovação estão o reconhecimento e a remuneração adequada dos trabalhadores comunitários de saúde; a ampliação de serviços móveis e de alcance territorial; a construção de tecnologias digitais orientadas pela equidade; e a criação de uma Plataforma da Sociedade Civil dos BRICS para Aprendizagem em Saúde Comunitária, destinada a registrar, compartilhar e avaliar experiências desenvolvidas pelas comunidades nos diferentes países, tais como combate à desinformação, segurança alimentar e uso de medicina tradicional.

O modelo de “Casas Helal” de base comunitária da República Islâmica do Irã — que promove a educação para uma cultura de segurança, o treinamento em primeiros socorros e a preparação de famílias e comunidades em nível local — é um exemplo de como a preparação em saúde pode ser integrada ao cotidiano comunitário por organizações da sociedade civil de forma proativa, em vez de se aguardar a ocorrência de uma emergência para acionar tais medidas.

O grupo também reiterou que modelos híbridos nos quais serviços digitais são complementados por profissionais comunitários capacitados para explicar, auxiliar e estabelecer conexões têm se mostrado mais eficazes entre os países-membros. A sociedade civil dos BRICS deve monitorar quais membros da comunidade estão sendo excluídos dos programas de saúde digital e defender ajustes de rumo. Deve-se explorar um mecanismo de concessão de subsídios para organizações da sociedade civil dos BRICS atuantes na área da saúde, inclusive por meio do Novo Banco de Desenvolvimento, a fim de fornecer o apoio financeiro necessário a essa cooperação.

Poderia ser explorado um mecanismo conjunto de alerta precoce da sociedade civil para doenças infecciosas emergentes, e um Centro de Cooperação BRICS em Resiliência Sanitária, para partilha de dados, formação profissional e exercícios de preparação para emergências. Também se pensou em uma Rede BRICS dedicada à Saúde Mental e Apoio Psicossocial.

No eixo de Cooperação, o grupo recomenda relações mais estáveis entre governos e organizações da sociedade civil. Em vez de depender de projetos emergenciais e financiamentos de curto prazo, essas parcerias deveriam contar com financiamento transparente, previsível e

plurianual, preservando a autonomia das organizações e sua responsabilidade diante das comunidades que representam.

Outra proposta foi tornar o monitoramento comunitário e os mecanismos de participação social componentes permanentes dos sistemas de saúde. A experiência brasileira dos conselhos de saúde — eleitos pela comunidade e reunidos em fóruns locais, municipais e nacional — foi apresentada como uma referência importante, ao lado de mecanismos existentes na Índia, como os comitês locais de saúde, saneamento e nutrição. No eixo de Sustentabilidade, o foco foi em reconhecer, documentar, proteger e integrar a medicina tradicional como recurso vivo de saúde comunitária.

Conclusão

O resultado mais importante do trabalho do Grupo de Saúde talvez seja a mudança de perspectiva que ele propõe ao enfrentar o contexto geopolítico atual — marcado por pandemias, mudanças climáticas, desigualdades sociais, transformações tecnológicas e novas emergências humanitárias. Resiliência não significa apenas ter hospitais preparados, estoques de medicamentos ou tecnologias sofisticadas para enfrentar uma nova pandemia e outras emergências.

Significa também ter comunidades capazes de participar das decisões cotidianamente, trabalhadores próximos da população, sistemas que permitam acesso àqueles que normalmente não são alcançados. A contribuição do grupo para o Fórum Civil dos BRICS reforça, assim, o seu aspecto político quando centraliza as comunidades e o território nas relações com governos e outros agentes da governança global, não só da saúde.

Nesta perspectiva, a sociedade civil pode contribuir para criar redes de aprendizagem, produzir conhecimento a partir dos territórios, identificar desigualdades que os sistemas oficiais não conseguem enxergar e desenvolver soluções conjuntamente. O documento final do grupo sintetiza essa visão ao defender que organizações da sociedade civil e comunidades sejam reconhecidas como parceiras permanentes, apoiadas e integradas de maneira estrutural à governança da saúde pública.

A tendência de transformações regionais avança e a América Latina busca se reconfigurar: serão novos os desafios ou fantasmas do passado têm assombrado novos líderes?

La tendencia hacia las transformaciones regionales sigue avanzando y América Latina busca reconfigurarse: ¿se trata de nuevos retos o son los fantasmas del pasado los que acechan a los nuevos líderes?

The trend toward regional transformation continues, and Latin America is seeking to reinvent itself: Are these new challenges, or are ghosts from the past haunting the new leaders?

Sebastian Tobar e Sâmia de Brito

Resumo: A formação de uma nova conjuntura da América Latina tem movimentado as condições de governo e governança na região. A agenda securitária, crise econômica e social e alinhamento com os Estados Unidos estão na pauta da região. Governos na Colômbia, no Peru e no Equador aprofundam o alinhamento à política securitária estadunidense. Governos como o do Equador e o da Argentina precisaram renegociar decisões a partir da pressão popular. No cenário de saúde, os números da dengue e do sarampo preocupam e fortalecem a necessidade de iniciativas regionais. No seguimento das organizações regionais, destacamos que o Organismo Andino de Saúde Convênio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu) participou de agenda representante do Parlamento Andino; a Secretária Executiva do Conselho de Ministros da SICA participou de agendas sobre integração regional, segurança sanitária e insegurança alimentar e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) cumpriu agenda nos temas de quantidade e qualidade da água e equidade de gênero.

Palavras-chave: América Latina; Cooperação Internacional; Saúde.

Resumen: *La configuración de un nuevo panorama en América Latina ha alterado las condiciones de gobierno y gobernanza en la región. La agenda de seguridad, la crisis económica y social y el alineamiento con Estados Unidos están en el orden del día de la región. Los gobiernos de Colombia, Perú y Ecuador profundizan su alineamiento con la política de seguridad estadounidense. Gobiernos como los de Ecuador y Argentina se vieron obligados a renegociar decisiones debido a la presión popular. En el ámbito de la salud, las cifras de dengue y sarampión son motivo de preocupación y refuerzan la necesidad de iniciativas regionales. En cuanto a las organizaciones regionales, destacamos que el Organismo Andino de Salud Convenio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu) participó en una agenda en representación del Parlamento Andino; la Secretaria Ejecutiva del Consejo de Ministros de la SICA participó en reuniones sobre integración regional, seguridad sanitaria e inseguridad alimentaria, y la Organización del Tratado de Cooperación Amazónica (OTCA) llevó a cabo su agenda en los temas de cantidad y calidad del agua y equidad de género.*

Palabras clave: *América Latina; Cooperación Internacional; Salud.*

Abstract: *The emergence of a new political landscape in Latin America has been reshaping the conditions of government and governance in the region. The security agenda, economic and social crises, and alignment with the United States are at the forefront of the region's agenda. Governments in Colombia, Peru, and Ecuador are deepening their alignment with U.S. security policy. Governments such as those of Ecuador and Argentina have had to renegotiate decisions in response to public pressure. In the health sector, dengue and measles case numbers are cause for concern and underscore the need for regional initiatives. Regarding regional organizations, we note that the Andean Health Organization—Hipólito Unanue Agreement (ORAS-Conhu) participated in a meeting representing the Andean Parliament; the Executive Secretary of the SICA Council of Ministers participated in meetings on regional integration, public health security, and food insecurity; and the Amazon Cooperation Treaty Organization (OTCA) held meetings on water quantity and quality and gender equity.*

Keywords: *Latin America; International Cooperation; Health.*

Introdução

As últimas duas semanas mostram um aprofundamento de três tendências regionais: a centralidade da segurança e do combate ao crime organizado nas agendas governamentais; uma crescente polarização política, particularmente visível nos processos eleitorais do Brasil e nos novos governos da Colômbia e do Peru; e a persistência de crises sociais e de saúde ligadas à precariedade econômica, à violência, ao deslocamento e à deterioração dos serviços públicos.

Um elemento particularmente significativo é o reposicionamento dos Estados Unidos na América Latina e no Caribe. A visita do Secretário de Estado Marco Rubio à Colômbia, ao Equador e ao Peru consolidou uma estratégia que combina segurança, combate ao narcotráfico, migração, comércio e competição geopolítica com a China. Essa visita reitera a tendência de maior alinhamento desses países andinos com Washington.

Enquanto isso, na política o Brasil vivencia uma disputa eleitoral profundamente marcada pela polarização entre Lula da Silva e Flávio Bolsonaro. No âmbito econômico, a Bolívia tem enfrentado dificuldades na implementação de seu programa econômico e em suas negociações com o FMI.

No âmbito social, a violência criminal continua a gerar deslocamentos em massa no Haiti e no Equador, enquanto Cuba enfrenta uma combinação particularmente grave de crises energéticas, alimentares, de saúde e educacionais.

Na área da saúde, este período confirma que os problemas de saúde não podem mais ser analisados separadamente da economia, da energia, da segurança e das mudanças climáticas. A dengue continua sendo uma ameaça regional e há uma crescente preocupação com o ressurgimento do sarampo, especialmente na América Central.

PRINCIPAIS TENDÊNCIAS POLÍTICAS

A segurança torna-se o foco principal da agenda hemisférica.

A visita de Marco Rubio à região se constituiu como um dos principais fatos geopolíticos do período e suscitou respostas nacionais. O tema do combate ao narcotráfico, no entanto, tem

extrapolado os limites do nacional e se configurado como instrumento de reorganização geopolítica hemisférica.

Na ***Colômbia***, o governo propôs tornar o país um parceiro hemisférico fundamental dos Estados Unidos em questões de segurança, com uma política mais agressiva contra o narcotráfico e maior cooperação em inteligência, equipamentos e treinamento[1].

Na ***Costa Rica***, a presidente Laura Fernández afirmou que operações militares americanas no país "*seriam muito benéficas para a segurança nacional*". No entanto, essa possibilidade não está sendo considerada no momento. "*Mas, obviamente, é algo que exigiria aprovação legislativa, e não há nada de concreto em andamento neste momento a respeito disso*.[2]"

No ***Equador***, Washington anunciou novos compromissos de assistência para a segurança e o combate à mineração ilegal, ao aliciamento de jovens e aos crimes financeiros. A cooperação contra organizações criminosas também foi reforçada[3,4]. Vale ressaltar que, recentemente, a Força-Tarefa Conjunta dos Estados Unidos para o Hemisfério Ocidental, em coordenação com o governo equatoriano, interceptou e afundou na quarta-feira um navio que supostamente operava como um posto de reabastecimento flutuante e era supostamente usado por Los Choneros, o grupo criminoso mais antigo do país andino[5].

---

[1] O secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, afirmou durante sua visita à Colômbia que a relação de segurança entre os Estados Unidos e o país está se recuperando sob o governo do recém-empossado presidente de direita, ao iniciar uma série de visitas a países latino-americanos cujos líderes têm fortes ligações com o governo do presidente Donald Trump. Washington está intensificando seu engajamento em segurança com a região em questões como migração e narcotráfico, em um esforço para reafirmar a influência dos EUA na América Latina, região que tem visto forças americanas realizarem ataques letais contra pequenas embarcações suspeitas de transportar drogas, capturarem o líder venezuelano Nicolás Maduro e aumentarem a pressão econômica sobre Cuba, governada pelo Partido Comunista. https://www.reuters.com/world/americas/rubio-says-us-wants-wrap-trade-deals-with-colombia-peru-ecuador-soon-2026-09-08/

[2] https://www.nacion.com/politica/laura-fernandez-dice-operaciones-terrestres-de/3HZE4SV6WRD75GGLWWHCLQF5BU/story/

[3] O secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, declarou durante uma visita ao Equador que buscaria um financiamento adicional de US$ 45 milhões para a segurança do país latino-americano, além de equipamentos adicionais, para ajudar no combate ao narcotráfico. O secretário de Estado americano se reuniu com o presidente equatoriano, Daniel Noboa, durante uma viagem por três países latino-americanos cujos líderes são aliados próximos do presidente dos EUA, Donald Trump, e dos esforços de sua administração para reafirmar a hegemonia americana na região. https://www.reuters.com/world/americas/rubio-says-he-will-seek-45-million-security-funding-ecuador-2026-09-09/

[4] https://www.radiopichincha.com/rubio-bombardeo-buques-ecuatorianos-operaciones-bilaterales/

[5] https://www.vistazo.com/actualidad/2026-09-02-ee-uu-ecuador-hunden-barco-presuntamente-utilizado-los-choneros-DC11203374

No ***Peru,*** o governo anunciou sua participação na Operação Escudo das Américas, aprofundando a cooperação em inteligência e operações contra organizações criminosas transnacionais[6,7].

Brasil: eleições sob extrema polarização institucional

O Brasil é a principal fonte de incerteza eleitoral na região. As pesquisas publicadas neste período mostram um cenário altamente competitivo entre Lula da Silva e Flávio Bolsonaro para um possível segundo turno. Essa polarização eleitoral coincide com uma crise no Supremo Tribunal Federal e com protestos de rua de apoiadores de Bolsonaro[8].

A crise no Supremo Tribunal Federal foi deflagrada após decisões conflitantes dos ministros Alexandre de Moraes e André Mendonça em relação ao inquérito das Fake News. O presidente do Tribunal, Edson Fachin, interveio para suspender os efeitos de ambas as decisões e convocou uma sessão extraordinária[9].

Simultaneamente, o Brasil entrou na fase decisiva de seu processo eleitoral com uma combinação de polarização política, politização do judiciário e mobilização popular.

Dada a relevância política e econômica do Brasil na América Latina, a evolução desse processo também terá efeitos na agenda regional, particularmente em termos de integração, relações com os países vizinhos e posicionamento internacional do país.

---

[6] O Peru se unirá à coalizão "Escudo das Américas", liderada pelos Estados Unidos, contra os cartéis de drogas, anunciou a presidente Keiko Fujimori durante uma visita do secretário de Estado americano, Marco Rubio. A medida aprofunda a cooperação e fortalece os laços de segurança com Washington no início de seu mandato. Fujimori afirmou que a participação do Peru na coalizão acelerará o compartilhamento de informações e fortalecerá a ação conjunta contra grupos criminosos que operam além das fronteiras. https://www.reuters.com/world/americas/peru-join-us-anti-drug-coalition-after-rubio-visit-2026-09-10/

[7] "*Fazer parte do "Escudo das Américas" nos permitirá, como já demonstramos, obter informações mais rapidamente, agir com mais firmeza e, a partir do Peru, agiremos com todos os poderes que a lei e a Constituição nos conferem",* declarou a presidente Keiko Fujimori em coletiva de imprensa. Segundo Fujimori, temas como educação, investimento em infraestrutura e comércio também foram discutidos. Ela elogiou a "decisão política do presidente dos EUA, Donald Trump, de olhar para a América Latina", destacando a visita de Rubio ao Peru, *"porque isso demonstra o verdadeiro valor que eles estão atribuindo a essas relações bilaterais*". https://elcomercio.pe/politica/peru-se-incorpora-al-escudo-de-las-americas-de-eeuu-contra-el-crimen-organizado-transnacional-marco-rubio-donald-trump-keiko-fujimori-apuesplan-noticia/

[8] https://www.reuters.com/world/americas/lula-flavio-bolsonaro-tied-brazils-election-runoff-quaest-poll-shows-2026-09-07/

[9] A crise no Supremo Tribunal Federal se aprofundou recentemente quando o ministro André Mendonça ordenou o afastamento do chefe da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, decisão apoiada pela maioria de um painel de cinco ministros, mas contestada pelo governo. O afastamento marca um novo capítulo em um conflito que assola o Supremo Tribunal Federal, colocando Mendonça contra seu colega Alexandre de Moraes, e ocorre em um momento em que o país se encaminha para as eleições presidenciais do próximo mês. https://www.reuters.com/world/americas/brazil-court-crisis-deepens-justice-orders-federal-police-chief-suspended-2026-09-08/

SITUAÇÃO SOCIAL

Equador: Violência e Deslocamento Interno

Uma das questões sociais mais preocupantes do período é o aumento do deslocamento interno no Equador. Mais de 300 mil pessoas[10] deixaram suas casas nos últimos três anos devido a ameaças, extorsão, recrutamento forçado e violência criminal. Guayaquil emergiu como um dos principais focos, particularmente o distrito de Nueva Prosperina[11].

A estratégia de segurança do governo de Daniel Noboa não conseguiu resolver o problema. A fragmentação das organizações criminosas após a captura ou morte de alguns de seus líderes teria gerado novas disputas territoriais. Isso levou a um fenômeno particularmente grave: o deslocamento não é mais apenas uma consequência de conflitos políticos ou armados tradicionais, mas passou a estar diretamente ligado ao crime organizado.

Haiti: crise humanitária e governança fragilizada

O Haiti continua sendo o caso mais extremo de deterioração social na região. Durante o período analisado, mais de 3.050 pessoas foram assassinadas no primeiro semestre de 2026, enquanto mais de 1,47 milhão de pessoas permanecem deslocadas internamente. Cerca de 5,8 milhões enfrentam insegurança alimentar[12].

A violência sexual também aumentou: as Nações Unidas registraram mais de 1.000 vítimas em 2026. Os sequestros aumentaram 47% no segundo trimestre[13]. Soma-se a isso o retorno forçado de migrantes: quase 200.000 pessoas foram deportadas para o Haiti durante os primeiros oito meses do ano, em um contexto no qual o Estado enfrenta enormes dificuldades para garantir segurança e serviços básicos.

A possibilidade de realização de eleições em dezembro continua dependendo da garantia de um nível mínimo de segurança[14]. Dos 316 partidos inicialmente registrados, o

---

[10] Um forte aumento nos confrontos entre facções criminosas no Equador levou milhares de famílias a fugir e abandonar suas casas para as gangues, que saqueiam os imóveis para obter dinheiro com drogas ou os usam para esconder vítimas de sequestro, segundo moradores e policiais. https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/violencia-das-gangues-escala-e-forca-milhares-a-deixarem-casas-no-equador/

[11] https://www.reuters.com/world/americas/gang-violence-deepens-hundreds-thousands-ecuadoreans-flee-their-homes-2026-09-08/

[12] https://www.reuters.com/world/americas/haitis-conflict-numbers-gangs-inflict-another-night-terror-2026-08-26/

[13] Desde 2021, a violência sexual e de gênero aumentou no Haiti e é usada sistematicamente para aterrorizar a população, com um impacto desproporcional sobre mulheres e meninas.

[14] O Haiti caminha para um processo eleitoral crucial para a restauração de suas instituições, após quase uma década sem eleições presidenciais. O Conselho Eleitoral Provisório (CEP) finalmente definiu 13 de dezembro de 2026 como a data para o primeiro turno das eleições presidenciais e legislativas, com um possível segundo turno em 21 de fevereiro de 2020. O processo, contudo, desenrola-se num contexto extremamente frágil. A violência perpetrada por grupos armados é o principal obstáculo à garantia da participação eleitoral e de uma presença estatal efetiva. Nas últimas semanas, os grupos armados expandiram as suas operações de Porto Príncipe para as zonas rurais, recorrendo a raptos, bloqueios de estradas e outras formas de controlo territorial. https://www.reuters.com/world/americas/haiti-gangs-shift-operations-into-countryside-report-says-2026-09-07

processo de aliança reduziu o universo para 105 organizações políticas, incluindo partidos e grupos[15].

O Haiti representa não apenas uma crise humanitária, mas também uma profunda crise de Estado, na qual a insegurança, a insegurança alimentar, a deterioração dos serviços de saúde, o deslocamento interno e a perda de legitimidade das instituições políticas estão intimamente interligados.

Bolívia: Ajuste Econômico e Conflito Social

A Bolívia atravessa uma crise de ajustamento econômico marcada pela escassez de combustível, falta de divisas, cortes em subsídios e busca por financiamento externo. O governo de Rodrigo Paz promove reformas para estabilizar a economia, mas enfrenta crescente resistência social e política.

O aumento do preço do diesel para grandes consumidores, estabelecido pelo Decreto Supremo 5676, provocou protestos de sindicatos, trabalhadores do transporte, produtores, mineradores e comitês civis em diversas cidades. O conflito está diretamente ligado às negociações com o FMI, que incluem um programa financeiro de US$ 1,9 bilhão e a possibilidade de um adicional de US$ 5 bilhões de organizações multilaterais. Diversos setores associam os cortes em subsídios e o aumento do preço do combustível às condições de financiamento, em um país com um longo histórico de austeridade nas décadas de 1980 e 1990.[16,17,18]

O governo interveio na YPFB (a estatal boliviana de petróleo) e na Agência Nacional de Hidrocarbonetos para revisar deficiências na regulação das importações, distribuição e oferta. A dimensão política se agravou com a saída do Ministro da Economia, José Gabriel Espinoza, negociador-chave no acordo com o FMI, que evidenciou a fragilidade legislativa do Executivo.

O principal desafio reside na governabilidade do ajuste: equilibrar as contas públicas, recompor as reservas e normalizar os mercados de combustíveis e de câmbio sem exacerbar o conflito. Os protestos reúnem diversos atores — trabalhadores, transportadores, produtores, organizações da sociedade civil e setores alinhados a Evo Morales — o que pode transformar o conflito econômico em uma crise política de maior escala.

De uma perspectiva regional, a Bolívia exemplifica a tensão entre a estabilização macroeconômica e a legitimidade social. O desafio não é apenas obter financiamento externo, mas também construir um acordo político e social que distribua os custos do ajuste sem agravar a pobreza, a desigualdade e os conflitos territoriais.

Na Bolívia, o governo de Rodrigo Paz enfrenta crescente resistência ao seu programa econômico. Organizações da sociedade civil, sindicatos e líderes empresariais questionaram o

[15] https://www.haitipolicyhouse.org/haiti-election-tracker
[16] https://lapatria.bo/enfoque-nacional/denuncia/comite-multisectorial-anuncia-movilizaciones-ds/
[17] https://unitel.bo/noticias/politica/proyecto-de-ley-del-acuerdo-con-el-fmi-ingresa-a-la-asamblea-para-ratificar-un-credito-de-us-1900-millones-HG23257154
[18] https://www.reuters.com/world/americas/resistance-bolivia-imf-deal-grows-groups-meet-over-fuel-crisis-2026-09-03/

pedido do governo de aproximadamente US$ 1,9 bilhão ao FMI, principalmente em relação à sua ligação com a redução dos subsídios aos combustíveis[19].

Nesta última quinzena, protestos e bloqueios eclodiram em resposta ao aumento dos preços dos combustíveis. O governo tem tido dificuldades para explicar o alcance das medidas e a relação entre o acordo com o FMI e a política de subsídios. Essa situação revela uma tensão clássica na região: a necessidade de estabilização macroeconômica versus o impacto social imediato das políticas de ajuste.

Em termos regionais, a Bolívia apresenta um estudo de caso relevante sobre a ***tensão entre a estabilização macroeconômica e a legitimidade social***. O desafio reside não apenas na obtenção de financiamento externo, mas também na construção de um acordo político e social que permita a distribuição dos custos de ajustamento sem exacerbar conflitos, pobreza e desigualdades territoriais. A experiência boliviana demonstra, mais uma vez, que as políticas econômicas, energéticas e financeiras possuem uma dimensão social e política inseparável.

ECONOMIA E CONDIÇÕES SOCIAIS

Argentina: Crescimento das exportações e declínio industrial

A Argentina atravessa uma conjuntura econômica caracterizada por uma recuperação desigual e concentrada em determinados setores. Nesse sentido, apresenta uma situação contraditória. Por um lado, o setor de exportação agrícola mostra resultados positivos: as exportações de milho podem atingir um recorde de 10 milhões de toneladas em agosto e setembro, impulsionadas pela queda nas exportações ucranianas e pelos problemas climáticos na Europa[20].

Por outro lado, a indústria e a construção civil estão sofrendo um declínio significativo. Segundo dados citados pelo El País, a produção industrial caiu 5% em julho em comparação com o mês anterior e a construção civil recuou 4,6%, enquanto se acumula uma perda significativa de empregos e empresas no setor industrial. No dia 10 de setembro deste ano, enquanto o presidente Javier Milei comemorava em sua conta X o fato de que a "*inflação de agosto foi a terceira menor*" de seu governo, um relatório da Fundar foi divulgado afirmando que a Argentina havia perdido aproximadamente 31 mil empresas desde o início do mandato libertário, uma média de 33 por dia[21].

---

[19] https://www.reuters.com/world/americas/resistance-bolivia-imf-deal-grows-groups-meet-over-fuel-crisis-2026-09-03/

[20] As exportações de milho da Argentina devem atingir um recorde de 10 milhões de toneladas métricas em agosto e setembro, impulsionadas por uma safra abundante e pela forte demanda internacional, já que os compradores buscam alternativas aos estoques ucranianos afetados pela guerra e às safras europeias castigadas pelo calor extremo. A Argentina é o terceiro maior exportador de milho do mundo, finalizando sua safra 2025/26, estimada em 71,7 milhões de toneladas, quase 20% acima do recorde anterior, estabelecido há cinco anos, segundo dados do governo. https://www.reuters.com/world/americas/argentinas-corn-exports-set-record-war-ukraine-european-heat-wave-reshape-trade-2026-09-09/

[21] Segundo a Agência de Notícias Argentina, este relatório da SUMAR relaciona a evolução do setor empresarial a uma queda de 10% no consumo de massa, incluindo o comércio eletrônico. Além disso, houve um aumento nos custos relacionados aos serviços públicos, cujo valor subiu 249% em termos reais,

Essa situação reflete uma das principais tensões do modelo argentino: a melhora em certos setores de exportação em paralelo com as persistentes dificuldades no mercado interno, na indústria e na construção civil.

México: Inflação sob controle, mas tensões comerciais persistem.

A situação econômica do México é caracterizada por uma inflação relativamente estável, embora persistam incertezas relacionadas ao comércio exterior e ao seu relacionamento econômico com os Estados Unidos. A contenção das pressões inflacionárias é um fator positivo para a economia mexicana, especialmente após os fortes aumentos de preços observados nos últimos anos, mas não elimina as tensões decorrentes de um ambiente comercial internacional mais complexo[22].

O país continua a enfrentar o desafio de preservar sua competitividade exportadora, ao mesmo tempo em que reduz sua vulnerabilidade às decisões comerciais dos EUA[23]. Discussões sobre tarifas, regras de origem, cadeias de suprimentos e condições de acesso ao mercado norte-americano são particularmente relevantes para uma economia profundamente integrada aos Estados Unidos e ao Canadá por meio do USMCA.

Essa situação apresenta ao México um paradoxo: por um lado, o processo de nearshoring e sua integração produtiva com a América do Norte oferecem oportunidades para fortalecer as exportações, atrair investimentos e desenvolver setores industriais estratégicos; por outro lado, o uso crescente de instrumentos comerciais como tática de pressão geopolítica introduz incertezas para as empresas e as decisões de investimento.

Nesse contexto, a inflação relativamente controlada coexiste com tensões comerciais persistentes, moldando uma economia que busca consolidar sua estabilidade interna enquanto enfrenta um ambiente externo cada vez mais condicionado pela competição geoeconômica entre os Estados Unidos, a China e outros atores internacionais. Para o México, o principal desafio reside em transformar sua posição privilegiada nas cadeias produtivas norte-americanas em um processo sustentável de desenvolvimento industrial, geração de empregos e bem-estar, evitando que as tensões comerciais externas acabem afetando o mercado interno.

SAÚDE PÚBLICA

Dengue: Diminuição de níveis extraordinários, mas risco persistente.

A situação epidemiológica da dengue continua a exigir vigilância regional. A OPAS relatou aproximadamente 1,47 milhão de casos suspeitos nas Américas até a semana epidemiológica 29

---

ou seja, após o ajuste pela inflação. https://www.perfil.com/noticias/politica/mientras-milei-festejaba-la-baja-de-la-inflacion-un-informe-revelo-que-argentina-perdio-mas-de-30000-empresas-durante-este-gobierno.phtml

[22] https://www.reuters.com/world/americas/mexicos-headline-inflation-accelerates-august-core-pressures-ease-2026-09-09/

[23] México e Estados Unidos estão correndo contra o tempo para chegar a um acordo comercial bilateral antes das eleições de meio de mandato nos EUA, que acontecem em menos de oito semanas, segundo seis fontes de ambos os países familiarizadas com as negociações. Esse esforço se torna ainda mais urgente após o colapso das negociações entre o Canadá e Washington.https://www.reuters.com/business/autos-transportation/mexico-washington-sprint-toward-bilateral-trade-deal-before-us-elections-2026-09-11/

de 2026[24]. Embora a magnitude seja menor do que os níveis extraordinários observados durante 2024, a circulação dos quatro sorotipos e os efeitos das mudanças climáticas mantêm um alto risco de novos surtos. Análise dos dados da dengue por sub-região:

A ***sub-região da América Central e México*** registrou um total de 2.339 novos casos suspeitos de dengue durante a semana epidemiológica 32. Nesta semana, a sub-região apresenta uma redução de 43% em comparação com o mesmo período de 2025 e uma redução de 59% em comparação com a média dos últimos 5 anos.

Na ***sub-região do Caribe*****,** foi relatado 1 novo caso suspeito de dengue durante a semana epidemiológica 32. Nesta semana, a sub-região apresenta uma redução de 60% em comparação com o mesmo período de 2025 e uma redução de 59% em comparação com a média dos últimos 5 anos.

Na ***sub-região Andina***, foram relatados 6.903 novos casos suspeitos de dengue durante a semana epidemiológica 32. Nesta semana, a sub-região apresenta uma redução de 7% em comparação com o mesmo período de 2025 e uma redução de 24% em comparação com a média dos últimos 5 anos. Os casos relatados esta semana pelo Peru mostram um aumento de 51% em comparação com a média das quatro semanas epidemiológicas anteriores.

A ***sub-região do Cone Sul*** relatou 16.835 novos casos suspeitos de dengue durante a semana epidemiológica 32. Até esta semana, a sub-região do Cone Sul apresenta uma diminuição de 63% em comparação com o mesmo período de 2015 e uma diminuição de 68% em comparação com a média dos últimos 5 anos. A dengue deve ser abordada como um problema que envolve saúde, meio ambiente, urbanização, infraestrutura e mudanças climáticas.

Sarampo: o retorno de uma doença evitável

O ressurgimento do sarampo na América Latina e no Caribe não é apenas o retorno de uma doença infecciosa que havia sido controlada pela vacinação. É também um sinal das vulnerabilidades acumuladas nos sistemas de saúde após a pandemia, das lacunas persistentes na cobertura vacinal e das dificuldades em manter a vigilância epidemiológica e uma resposta coordenada. Nesse sentido, o sarampo serve como indicador da capacidade dos sistemas de saúde de garantir um bem público essencial: a proteção coletiva por meio da vacinação[25].

Durante esse período, a preocupação internacional com o ressurgimento do sarampo aumentou. A diminuição da cobertura vacinal após a pandemia, a sobrecarga dos sistemas de saúde e a hesitação em relação à vacinação estão contribuindo para novos surtos.

A situação do sarampo nas Américas é muito preocupante. A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) considera o risco para a saúde pública regional como “muito alto” devido a surtos persistentes, à diminuição da cobertura vacinal e ao crescimento da população suscetível.

---

[24] https://www.paho.org/es/documentos/situacion-epidemiologica-dengue-americas-semana-epidemiologica-32-2026

[25] https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2026/09/04/por-que-milhoes-de-pessoas-em-todo-mundo-vao-contrair-sarampo-em-2026.ghtm

De acordo com o último relatório disponível da OPAS, publicado em 1º de setembro de 2026, entre as semanas epidemiológicas 1 e 33 — até 22 de agosto — foram registrados 51.027 casos confirmados em 17 países e territórios, 4,6 vezes mais do que no mesmo período de 2025. Houve 55 óbitos[26].

A Guatemala parece particularmente vulnerável, enquanto o México e outros países das Américas também enfrentam um aumento na circulação viral. Essa situação serve de alerta sobre a importância de restabelecer a imunização e as capacidades de vigilância epidemiológica

O ressurgimento do sarampo deve ser interpretado como um sinal de alerta quanto à resiliência dos sistemas de saúde da América Latina. Uma doença que pode ser prevenida com uma vacina segura e eficaz ressurge quando a cobertura vacinal diminui, a capacidade de vigilância enfraquece e certos grupos ficam sem acesso aos serviços de saúde. O desafio, portanto, reside não apenas no controle dos surtos atuais, mas também na restauração de uma política regional de imunização capaz de garantir que nenhuma população seja excluída da proteção coletiva.

Cuba: Crise energética transformada em crise de saúde

A situação em Cuba é talvez o exemplo mais claro da interdependência entre energia, infraestrutura, alimentação e saúde. Um alerta de saúde emitido pela Embaixada dos EUA em Havana observou um aumento significativo de doenças diarreicas ligadas à deterioração dos sistemas de água e energia[27].

Os cortes de energia prolongados afetam a conservação de alimentos, o abastecimento de água e a higiene. As Nações Unidas já haviam alertado anteriormente para o crescente risco de surtos de doenças[28].

A crise também afeta a educação: Cuba começou o novo ano letivo com dificuldades para fornecer professores, transporte, eletricidade e uniformes. A situação cubana confirma uma questão central para a saúde global: a proteção da saúde depende cada vez mais de políticas que vão muito além do setor da saúde[29].

GEOPOLÍTICA E RELAÇÕES HEMISFÉRICAS

Durante esse período de duas semanas, uma clara repolitização da relação entre os Estados Unidos e a América Latina tornou-se evidente. Washington está combinando

---

[26] https://www.paho.org/es/documentos/informe-situacion-10-sarampion-region-americas-1-septiembre-2026

[27] https://www.reuters.com/legal/government/us-embassy-issues-health-alert-cuba-amid-oil-blockade-sanctions-2026-09-05

[28] A situação humanitária em Cuba está se tornando cada vez mais crítica devido à prolongada escassez de combustível, aos cortes de energia e às pressões econômicas que afetam o acesso a cuidados de saúde, alimentos, água e outros serviços essenciais, alertaram nesta sexta-feira altos funcionários das Nações Unidas após uma missão ao país. Essa situação já havia sido destacada pelas Nações Unidas em maio: https://congresodiario.com/onu-alerta-apagones-cuba-crisis-sanitaria/

[29] Cuba iniciará o ano letivo nas próximas semanas em meio a uma grave crise que afetou os transportes e o fornecimento de energia elétrica, além de ter levado à redução do número de professores e à escassez de materiais como uniformes. Quase 1,4 milhão de crianças e adolescentes terão que retornar às aulas no início de setembro, segundo o ministro da Educação da ilha. https://www.reuters.com/world/americas/cuba-readies-kick-off-school-year-despite-scant-supplies-2026-08-27

cooperação militar e de combate ao narcotráfico, pressão sobre governos considerados adversários, acordos comerciais, política de imigração, sanções econômicas, competição estratégica com a China e o uso de instrumentos financeiros. Isso pode gerar uma nova divisão regional entre países mais próximos de Washington e governos que buscam manter maior autonomia estratégica.

Uma declaração do Secretário do Tesouro dos EUA, Scott Bessent, é particularmente significativa: ele reconheceu explicitamente o uso do poder financeiro dos EUA como instrumento de política externa, citando a Argentina como um exemplo primordial[30].

Ao mesmo tempo, os Estados Unidos buscam consolidar uma rede de governos aliados na Colômbia, Equador e Peru. Isso pode criar uma divisão regional entre países mais próximos de Washington e governos que buscam manter maior autonomia estratégica.

Argentina e Chile: integração da mineração

A Argentina e o Chile avançaram na revitalização de sua cooperação no setor de mineração por meio de protocolos para projetos binacionais e uso compartilhado de infraestrutura. A iniciativa demonstra um potencial de integração regional baseado não apenas no comércio, mas também em cadeias produtivas, infraestrutura e recursos estratégicos para a transição energética.

As autoridades estimam que os projetos binacionais poderão mobilizar mais de US$ 20,7 bilhões e aumentar substancialmente a produção de cobre[31].

A iniciativa demonstra um potencial de integração regional baseado não apenas no comércio, mas também em cadeias produtivas, infraestrutura e recursos estratégicos para a transição energética[32].

Malvinas/Falklands: recuperação da agenda de soberania argentina

A Argentina colocou mais uma vez a questão das Ilhas Malvinas no centro de sua política externa. O governo de Javier Milei anunciou sanções contra empresas envolvidas em atividades de exploração e produção de hidrocarbonetos nas ilhas e apresentou uma queixa-crime contra a Navitas Petróleo e seus executivos.

A questão ganha uma dimensão adicional devido ao potencial petrolífero da região e à posição que os Estados Unidos podem adotar em relação à disputa. Trata-se, portanto, de uma convergência de soberania territorial, recursos naturais, energia e geopolítica.

Javier Milei deu uma guinada inesperada em relação às Ilhas Malvinas, abandonando sua antiga admiração por Margaret Thatcher e sua defesa do direito dos ilhéus à autodeterminação. A mudança ocorreu depois que Donald Trump insinuou que os Estados

---

[30] O secretário do Tesouro dos EUA, Scott Bensent, defendeu na terça-feira o uso do poder financeiro como ferramenta de política externa para promover os interesses dos aliados dos EUA, inclusive em situações financeiras e políticas no exterior.bhttps://www.reuters.com/world/us-treasury-chief-bessent-backs-using-us-financial-power-foreign-policy-tool-2026-09-09

[31] https://www.reuters.com/world/americas/argentina-chile-revive-cross-border-mining-framework-investment-2026-08-27

[32] https://www.larepublica.co/globoeconomia/kast-y-milei-apuestan-por-la-integracion-y-argentina-reconoce-soberania-chilena-en-las-malvinas-4474659

Unidos poderiam reconsiderar seu apoio à posição britânica, o que Milei aproveitou para relançar uma agenda de "defesa da soberania" que seu governo havia ignorado por quase três anos[33].

O presidente argentino anunciou medidas para endurecer as sanções contra empresas que exploram hidrocarbonetos nas ilhas — como a Navitas Petroleum e a Rockhopper Exploration — usando ferramentas legais existentes, como a Lei 26.659, implementada por administrações anteriores. Ele também prometeu construir uma Base Naval Integrada na Terra do Fogo e criar um Conselho de Segurança Nacional para coordenar uma estratégia estatal sobre o assunto.

O megaprojeto petrolífero Sea Lion, operado pela Navitas e pela Rockhopper, está prosseguindo sem autorização argentina e sem que o governo tenha tomado qualquer medida para impedi-lo. Veteranos e ambientalistas recorreram aos tribunais para exigir sua suspensão, observando que a Argentina já possui instrumentos legais para sancionar as empresas envolvidas.

A mudança de Milei para uma retórica "Malvinas" é mais uma resposta à situação política e à pressão externa de Trump do que a uma estratégia sustentada de defesa da soberania, após anos de desmalvinização e reveses diplomáticos.

Apesar da crescente instabilidade socioeconômica nacional e da reorganização da agenda regional, descrevemos ações de continuidade das organizações de cooperação regional em diferentes setores da saúde e do meio ambiente. A seguir, serão descritas as principais ações do Organismo Andino de Saúde, do Convênio Hipólito Unanue, do Conselho de Ministros de Saúde da América Central do SICA e da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

O Organismo Andino de Saúde Convênio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu) participou de agendas com representante do Parlamento Andino[34]

"Os desafios sanitários que nossos países enfrentam transcendem fronteiras. Fortalecer o diálogo entre as instituições de saúde e os espaços parlamentares é fundamental para avançar para uma integração sanitária que se traduza em melhores políticas públicas, maior equidade e uma proteção efetiva do direito à saúde." Essa foi a mensagem do secretário executivo do ORAS-Conhu, Fernando Araos, em sua agenda com o secretário-geral do Parlamento Andino, Eduardo Mazón.

A visita teve como objetivo discutir os principais desafios sanitários da região andina e meios de avançar na articulação dos trabalhos técnico-sanitários com as posições parlamentares para proteção e garantia do direito à saúde. Os tópicos de discussão foram: a harmonização

[33] Essa mudança ocorre em meio à queda nos índices de aprovação, tensões políticas e ao reconhecimento público de que seu programa econômico "não funcionou". Milei apelou à "unidade nacional", uma tática que lembra a ditadura de Galtieri, que também buscou apoio dos Estados Unidos durante a guerra de 1982. Anteriormente, Milei enfraqueceu a reivindicação da Argentina: elogiou Thatcher, defendeu o direito dos habitantes das ilhas à autodeterminação, votou em organizações internacionais contra os aliados históricos da Argentina e legitimou o acordo Foradori-Duncan, que facilitou as atividades econômicas britânicas nas ilhas. https://www.pagina12.com.ar/2026/09/04/milei-paso-de-kelper-a-malvinero-gracias-a-trump/

[34] https://orasconhu.org/es/avanza-la-alianza-entre-el-oras-conhu-y-el-parlamento-andino-para-fortalecer-la-salud-regional

legislativa em matéria de saúde, compartilhamento de informações para fortalecer propostas regionais e meios de aprofundar a cooperação entre o Organismo e o Parlamento.

A Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central (COMISCA) participou de agendas sobre integração regional, segurança sanitária e insegurança alimentar[35,36,37]

O secretário executivo do COMISCA, José de León Cárceres, reuniu-se com a secretária-geral do SICA, Lina Eugenia Rojas, para compartilhar a agenda regional em matéria de saúde e outros temas relacionados ao bem-estar da população da região do SICA. Na oportunidade, Rojas destacou a importância de fortalecer a articulação com a institucionalidade do Sistema para fortalecer a integração regional e a construção de soluções compartilhadas.

A SE-COMISCA, em coordenação com a Secretaria Executiva do Conselho Agropecuário Centro-Americano (SE-CAC) e a Secretaria Executiva da Comissão Centro-Americana de Ambiente e Desenvolvimento (SE-CCAD), realizou a oficina regional de governança, programas e iniciativas de segurança sanitária sob o foco de Uma Só Saúde e Prioridades SICA 2026-2030.

A oficina teve como objetivo implementar a estratégia Uma Só Saúde do SICA 2026-2030. Durante o encontro, representantes da SECOMISCA apresentaram programas e iniciativas focados no fortalecimento de capacidades no contexto de uma só saúde. Na parte de Ambiente e Desenvolvimento, representantes da SE-CCAD compartilharam a proposta do Mecanismo de Governança regional intersetorial e seus canais de coordenação. Além de especialistas do setor de saúde dos países membros, participaram também representantes internacionais do CDC dos Estados Unidos e do Organismo Internacional Regional de Saúde Agropecuária.

Por fim, representantes do SE-COMISCA acompanharam a Oficina Nacional de Socialização das Guias Metodológicas e Intercâmbio de Experiências para o Fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional em territórios priorizados da Estratégia Centro-americana de Desenvolvimento Rural Territorial (ECADERT) que se realizou em San Salvador. A iniciativa busca responder ao alto percentual de insegurança alimentar moderada ou grave que a região enfrenta, sendo que mulheres, povos indígenas e jovens rurais são os grupos mais vulneráveis.

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) cumpriu agenda nos temas de quantidade e qualidade da água e equidade de gênero[38,39]

A OTCA promoveu a Mesa Conjunta de Interoperabilidade do Grupo Regional de Monitoramento da Qualidade e Quantidade da Água nos dias 24 e 26 em Brasília, que reuniu representantes técnicos e diplomáticos dos oito países membros e teve como objetivo

---

35 https://www.sica.int/noticias/secretaria-general-conoce-avances-de-la-agenda-regional-de-salud_1_139357.html

36 https://www.sica.int/noticias/se-comisca-impulsa-el-inicio-de-las-jornadas-regionales-para-consolidar-la-gobernanza-de-la-estrategia-una-sola-salud-sica-2026-2030_1_139432.html

37 https://www.sica.int/noticias/se-comisca-participa-en-el-taller-nacional-de-socializacion-de-las-guias-metodologicas-e-intercambio-de-experiencias-para-el-fortalecimiento-de-la-seguridad-alimentaria-y-nutricional_1_139463.html

38 https://otca.org/pt/paises-amazonicos-alcancam-marco-inedito-na-integracao-de-dados-sobre-quantidade-e-qualidade-da-agua/

39 https://otca.org/pt/otca-avanca-na-institucionalizacao-da-perspectiva-de-genero/

consolidar, através de uma instância técnica regional, a interoperabilidade das bases de dados de qualidade da água dos países membros com o Observatório Regional Amazônico (ORA).

Esse movimento é inédito para a Organização e para alguns países participantes e acontecerá de forma processual para garantir a integração de dados tanto de quantidade quanto de qualidade da água e, como consequência, transformar dados nacionais em indicadores, análises, modelos, cenários e produtos para compreender os recursos hídricos da Amazônia.

O processo é conduzido pelos países-membros por meio do Projeto Bacia Amazônica — Implementação do PAE e é resultado de diálogos políticos e técnicos, diagnósticos institucionais, reuniões bilaterais, mesas técnicas, instrumentos conjuntos e experiências-piloto. No evento, Carlos Salinas, coordenador de Meio Ambiente da OTCA, reforçou que o compartilhamento de informações não resulta na perda de soberania, mas que, se acordado sob as condições específicas para gerar valores comuns, respeitando as normas e competências nacionais, contribuirá para o avanço da cooperação regional.

Além da cooperação em água, a Secretaria Permanente da OTCA realizou a primeira jornada de capacitação interna sobre gênero. Os tópicos discutidos na reunião giraram em torno da igualdade de gênero, diversidade e interseccionalidade e sua aplicação no ambiente institucional. Essa reunião faz parte dos trabalhos para a elaboração da Política Institucional de Gênero, preconizada pela Declaração de Belém 2023 e reafirmada na XIV Reunião de Ministros das Relações Exteriores dos Países Membros da OTCA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A quinzena confirma a tendência de transformação no cenário latino-americano: segurança, geopolítica e economia permeiam cada vez mais as agendas sociais e de saúde. A região enfrenta simultaneamente polarização política, violência criminal, pressão econômica, fragmentação regional e vulnerabilidade sanitária.

Os casos de Cuba, Haiti, Equador e a persistência da dengue demonstram que água, energia, alimentos, migração, segurança, mudanças climáticas, comércio e saúde fazem parte do mesmo sistema de risco.

Do ponto de vista da diplomacia em saúde, esse período reforça a necessidade de reconstruir as capacidades de cooperação regional. A questão estratégica para a América Latina e o Caribe não é apenas como responder individualmente a essas crises, mas também como reconstruir mecanismos regionais capazes de gerar respostas coletivas em saúde, segurança humana, mudanças climáticas, medicamentos, emergências e proteção social.

Cuba sob cerco econômico: saúde em deterioração, desigualdade crescente e necessidade urgente de uma resposta baseada na equidade

Cuba bajo asedio económico: deterioro sanitario, desigualdad creciente y urgencias para una respuesta basada en la equidad

Cuba under economic siege: health deterioration, growing inequality, and the urgent need for an equity-based response

Juan Garay

Resumo: Cuba enfrenta uma de suas mais profundas crises socioeconômicas em décadas. A combinação de restrições externas, declínio da produtividade, inflação, perda do poder de compra, crise energética, emigração e envelhecimento da população está enfraquecendo a capacidade do Estado de manter os serviços básicos. Mesmo assim, o país mantém capacidades significativas em saúde, educação e formação profissional; isso não é um desaparecimento, mas sim uma erosão progressiva que pode ser comprometida sem uma recuperação dos recursos e da produção. O crescimento do setor privado, especialmente das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), gerou empregos e novas fontes de renda, mas não substitui as funções redistributivas e universais históricas do Estado. Do ponto de vista da saúde pública, há preocupação com a crescente segmentação entre aqueles que têm acesso a moeda estrangeira e aqueles que dependem de salários ou pensões públicas, com impactos diretos na alimentação, medicamentos, transporte, energia, moradia e acesso efetivo aos serviços. Indicadores de saúde recentes — mortalidade, expectativa de vida, mortalidade infantil e baixo peso ao nascer — são sinais de alerta. Embora os dados de 2025-2026 ainda sejam insuficientes para mensurar completamente a deterioração, eles justificam o fortalecimento da vigilância epidemiológica e social. A cooperação internacional deve se concentrar em evitar maiores perdas de capacidades essenciais e em proteger os grupos mais vulneráveis.

Resumen: *Cuba enfrenta una de sus crisis socioeconómicas más profundas en décadas. La combinación de restricciones externas, deterioro productivo, inflación, pérdida de poder adquisitivo, crisis energética, emigración y envejecimiento está debilitando la capacidad del Estado para sostener servicios básicos. Aun así, el país conserva capacidades importantes en salud, educación y formación profesional; no se trata de una desaparición, sino de una erosión progresiva que podría comprometerse sin una recuperación de recursos y producción. El crecimiento del sector privado, especialmente las MIPYMES, ha generado empleo y nuevas fuentes de ingresos, pero no reemplaza las funciones redistributivas y universales históricas del Estado. Desde la perspectiva de salud pública, preocupa una segmentación creciente entre quienes acceden a divisas y quienes dependen de salarios públicos o pensiones, con impactos directos en alimentación, medicamentos, transporte, energía, vivienda y acceso efectivo a servicios. Los indicadores sanitarios recientes —mortalidad, esperanza de vida, mortalidad infantil, bajo peso al nacer— constituyen señales de alerta. Aunque los datos de 2025 2026 aún son insuficientes para medir plenamente el deterioro, justifican reforzar la vigilancia*

epidemiológica y social. La cooperación internacional debería centrarse en evitar una mayor pérdida de capacidades esenciales y en proteger a los grupos más vulnerables.

Abstract: *Cuba is facing one of its most profound socioeconomic crises in decades. A combination of external restrictions, declining productivity, inflation, a loss of purchasing power, an energy crisis, emigration, and an aging population is undermining the State's ability to maintain basic services. Nevertheless, the country retains significant capabilities in health, education, and vocational training; the situation is not one of total collapse, but rather a progressive erosion that could worsen without a recovery in resources and production. The growth of the private sector—particularly MSMEs—has generated employment and new sources of income, yet it does not replace the State's historic role in universal service provision and wealth redistribution. From a public health perspective, there is growing concern regarding the widening gap between those with access to foreign currency and those reliant on public-sector wages or pensions; this disparity has direct consequences for food security, access to medicines, transportation, energy, housing, and actual access to services. Recent health indicators—including mortality rates, life expectancy, infant mortality, and low birth weight—serve as warning signs. Although data for 2025 and 2026 are currently insufficient to fully gauge the extent of the decline, they warrant a strengthening of epidemiological and social monitoring. International cooperation should focus on preventing further loss of essential capabilities and protecting the most vulnerable groups.*

Introdução

Este estudo busca compreender a situação atual em Cuba nas esferas social, política, econômica e de saúde, e definir prioridades de cooperação. Faz parte de uma série de artigos do mesmo autor sobre a crise humanitária em saúde e os riscos de desigualdade associados tanto às reformas econômicas internas quanto ao endurecimento do embargo dos EUA[1].

A análise se desenvolve em um contexto crítico: as sanções dos EUA — intensificadas em 2026 — afetam o acesso a combustíveis e têm repercussões para terceiros países e agentes econômicos. Isso é agravado por problemas internos como o declínio da produção nacional, dificuldades na importação de bens essenciais, crise energética, deterioração dos serviços públicos, emigração em massa e envelhecimento populacional acelerado. Tudo isso reduz a capacidade do Estado de manter os serviços básicos e piora as condições de vida.

Dados de 2024 mostram um declínio significativo na saúde: estima-se um excesso de 14.000 mortes e mais de 100.000 anos de vida perdidos devido à morte prematura. A mortalidade infantil deverá aumentar para 9,9 por 1.000 nascidos vivos até 2025, mais do que o dobro da média dos últimos quinze anos. Embora o sistema de saúde mantenha pontos fortes estruturais — cobertura universal, uma ampla rede de atenção primária e uma tradição de saúde pública —, enfrenta pressões crescentes decorrentes da perda de profissionais, da escassez de suprimentos, da crise energética e das dificuldades de transporte.

O acesso irregular a medicamentos essenciais alimentou um mercado informal com preços exorbitantes, exacerbando a desigualdade e aumentando a mortalidade evitável, especialmente entre idosos e famílias sem acesso a moeda estrangeira. O estudo estima que parte da mortalidade recente poderia ser evitada por meio de melhorias nas condições sociais,

[1] https://www.peah.it/?s=cuba+juan+garay

econômicas e de saúde, e alerta que as desigualdades entre regiões, faixas etárias e gêneros estão se ampliando.

A desigualdade econômica está se aprofundando entre aqueles que recebem moeda estrangeira ou remessas e aqueles que dependem de salários do setor público. O crescimento das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) gerou novas oportunidades, mas não compensa a perda de capacidade no setor estatal ou a limitada produção nacional de bens essenciais.

II. A saúde em Cuba antes de 2020

A complexidade demográfica, política, econômica e psicossocial de Cuba, aliada à falta de dados abrangentes em áreas-chave, dificulta a descrição precisa da situação atual e a projeção de cenários futuros. Portanto, esta análise combina estatísticas oficiais, fontes internacionais e estimativas próprias.

Até 2015, Cuba apresentava uma situação singular: altos níveis de saúde e bem-estar com baixo consumo ecológico. De acordo com o Atlas da Equidade em Saúde Sustentável e o Índice de Saúde e Bem-Estar Sustentáveis (SHEM), o país estava acima da média global em diversos indicadores de saúde, mantendo, ao mesmo tempo, uma pegada ecológica reduzida.

Tabela 1: Análise comparativa de indicadores econômicos, ecológicos e de saúde entre Cuba, a média mundial e a referência para a equidade sustentável.

Comparative analysis with world and HRS indicators			
	AA world	Cuba	AA HRS level/ref.
Population	7530054772	11336497	
Biocapacity pc	1.63	0.81	1.63
CO2 emissions pc	4.68	2.62	1.82
Ecological footprint pc	2.79	1.78	1.63
GDP	81703108003894	97697778861	
GDP CV pc	10962	8475	3911
GDP PPP pc	16988	0	12224
GNI CV pc	10959	7948	3783
GNI PPP pc	16906	0	12558
wealth pc	47726	0	13632
Healthy life expectancy	63.83	67.84	67.05
Life expectancy	72.45	78.65	76.51
female	74.69	80.65	79.98
male	70.20	76.66	73.05
Life years sex difference	4.49	3.99	6.93
LE % difference	6.01%	4.94%	8.66%

Fonte: Atlas de Equidad Sostenible en Salud, J. Garay, SHEM. https://www.valyter.es/atlas-de-la-equidad-global

Uma comparação com a República Dominicana mostra que, apesar de compartilharem características históricas e demográficas, ambos os países seguiram trajetórias econômicas e políticas distintas. Até 2020, Cuba alcançou uma expectativa de vida significativamente maior — quase cinco anos a mais em média e mais de seis anos a mais para os homens — mesmo com

recursos econômicos muito menores e menor consumo ambiental do que os países de alta renda. Essa diferença demonstra a eficácia do modelo de saúde cubano durante esse período.

Tabela 2: Análise comparativa de indicadores econômicos, ecológicos e de saúde entre Cuba, Estados Unidos e República Dominicana.

Comparative analysis with neighbouring countries			
	Dominican Republic	Cuba	United States
Biocapacity pc	0.61	0.81	3.65
CO2 emissions pc	2.34	2.62	15.50
Ecological footprint pc	1.72	1.78	1.92
GDP CV pc	7818	8475	61668
GDP PPP pc	18035	0	0
wealth pc	0	0	322904
Healthy life expectancy	63.98	67.84	66.12
Life expectancy	73.69	78.65	78.51
female	76.98	80.65	81.10
male	70.39	76.66	75.92

Fonte: Atlas da Equidade Sustentável em Saúde, J. Garay, SHEM.

Uma comparação com os Estados Unidos mostra que, apesar de este último possuir uma biocapacidade e um PIB per capita muito maiores, Cuba alcançou uma expectativa de vida semelhante até 2020, e até mesmo ligeiramente superior em alguns grupos, especialmente entre os homens. Esse contraste reforça a ideia de que o modelo cubano alcançou altos níveis de eficiência e equidade social com recursos limitados.

A partir de 2020, no entanto, os indicadores de saúde deterioraram-se acentuadamente. A pandemia causou um aumento significativo na mortalidade e uma queda na expectativa de vida, que caiu para 73,2 anos em 2021. Embora tenha havido uma recuperação parcial em 2022 e 2023, os dados de 2024 mostram um novo declínio, com uma redução adicional de 1,1 ano e uma estimativa de excesso de mortalidade de 13.800 óbitos. A falta de estatísticas completas para 2025 e 2026 exige cautela, mas o aumento da mortalidade infantil e os sinais locais de deterioração sugerem uma possível piora da situação sanitária.

III. Demografia

As tendências demográficas são um fator central na crise atual de Cuba. Depois de crescer de 7 para 10 milhões de habitantes entre 1959 e a década de 1980, o país parou de se expandir e, desde 2019, sua população vem diminuindo. Hoje, estima-se que esteja em torno de 9,5 milhões, embora o número real possa ser menor devido à emigração recente.

A migração — historicamente direcionada para os Estados Unidos, Espanha e México, e mais recentemente para países latino-americanos como o Brasil — significa que muitas famílias precisam vender bens, principalmente imóveis, para financiar sua partida. Esse processo também alterou a estrutura de gênero: até 2012, havia mais homens do que mulheres, mas a emigração e o envelhecimento resultaram em uma ligeira maioria feminina.

O envelhecimento é um dos maiores desafios: um quarto da população tem mais de 60 anos, enquanto a taxa de fertilidade permanece muito baixa (1,3 filhos por mulher), longe da reposição geracional. A combinação de baixas taxas de natalidade, emigração e aumento da expectativa de vida nas décadas anteriores resulta na redução da população em idade ativa,

aumenta o índice de dependência e pressiona os sistemas de previdência, saúde e cuidados de longa duração.

IV. Contexto Político

Cuba mantiene una estructura política altamente centralizada en torno al Partido Comunista de Cuba (PCC), que dirige las principales instituciones del Estado y orienta las decisiones estratégicas. La Asamblea Nacional funciona como órgano legislativo, pero su composición y funcionamiento están estrechamente vinculados al sistema político y a organizaciones sociales afines.

Las decisiones importantes se aprueban primero dentro de las estructuras del PCC y luego pasan a los órganos legislativos, reflejando un modelo jerárquico de toma de decisiones. Los medios tradicionales permanecen bajo control estatal, mientras que las redes sociales se han convertido en espacios alternativos de información y debate, aunque expuestos a polarización y desinformación.

En política exterior, Cuba mantiene tensiones persistentes con Estados Unidos, pese a algunos espacios de diálogo, y participa activamente en el G77, además de sostener relaciones con países como Venezuela, Rusia, China, Vietnam, México y Brasil. El endurecimiento de las sanciones estadounidenses ha limitado progresivamente las posibilidades de cooperación y comercio internacional.

V. O embargo, as sanções e o contexto internacional

O embargo econômico, comercial e financeiro dos Estados Unidos — em vigor há décadas e reforçado por leis como a Lei Helms-Burton — assumiu novas dimensões em 2026, afetando particularmente o acesso de Cuba a combustíveis e gerando efeitos extraterritoriais. Sanções secundárias e o receio entre empresas, bancos e companhias de navegação de violarem as regulamentações levam a um "excesso de conformidade" que bloqueia ou atrasa até mesmo a ajuda humanitária. Isso impacta diretamente a chegada de medicamentos, alimentos e equipamentos essenciais, complicando a logística e aumentando o custo de qualquer cooperação internacional.

Ao mesmo tempo, observa-se uma maior abertura a certos fluxos comerciais ligados ao setor privado cubano, o que poderia diversificar a economia, mas também aumentar as desigualdades caso o acesso a moeda estrangeira e bens importados permaneça concentrado em grupos com maior poder econômico.

Do ponto de vista da saúde pública, o texto enfatiza que a questão central não é identificar culpados individuais, mas sim avaliar como essas restrições afetam a disponibilidade de suprimentos essenciais — medicamentos, alimentos, energia, água, transporte e serviços de saúde — e elaborar mecanismos de cooperação que protejam as populações mais vulneráveis.

VI. Economia

A situação macroeconômica de Cuba é difícil de mensurar com precisão devido à falta de dados abrangentes e à complexidade do funcionamento real da economia. As estatísticas oficiais não capturam todas as transações cambiais ou operações no mercado informal, e a existência de múltiplas taxas de câmbio — juntamente com a forte depreciação do peso — distorce qualquer cálculo do poder de compra real da população.

O PIB per capita é útil para comparações internacionais, mas não reflete as condições econômicas cotidianas. Uma parcela significativa da atividade econômica ocorre nos setores informal ou semiformal, especialmente no comércio de bens de consumo, medicamentos, moeda estrangeira e serviços, o que complica ainda mais a avaliação da situação econômica do país.

a) Setor estatal

O setor estatal continua sendo essencial em Cuba para a prestação de serviços sociais como saúde, educação, previdência social, água, saneamento e justiça. No entanto, sua capacidade foi enfraquecida pela queda da produtividade, restrições financeiras, deterioração da infraestrutura e escassez de combustível. Isso levou a práticas como pagamentos informais para compensar salários insuficientes, afetando o acesso e a equidade.

Ao mesmo tempo, a expansão das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) transformou o cenário econômico: sua criação é rápida e milhares já estão registradas. O setor privado oferece salários muito mais altos do que o setor público e se tornou uma fonte crescente de renda. No entanto, a maioria dessas atividades está concentrada no comércio, importações e serviços, portanto, ainda não podem substituir o Estado na prestação universal de serviços sociais.

b) Renda e desigualdade

Os salários e pensões do setor público perderam grande parte do seu poder de compra devido à inflação e à forte desvalorização do peso cubano. Enquanto o salário médio no setor público gira em torno de 7.000 CUP, muitos trabalhadores do setor privado ganham várias vezes mais. As remessas — estimadas em cerca de US$ 2 bilhões anualmente — são um componente essencial da economia familiar, mas sua distribuição é extremamente desigual e depende da presença de parentes no exterior.

Como resultado, a disparidade econômica entre aqueles que têm acesso a moeda estrangeira, remessas ou renda privada e aqueles que dependem de salários do setor público está aumentando. Essa desigualdade tem consequências significativas para a saúde: quando os serviços públicos perdem a capacidade de fornecer serviços gratuitos, as famílias sem acesso a moeda estrangeira enfrentam maiores dificuldades para arcar com alimentação, medicamentos, transporte e outros fatores essenciais para a saúde está aumentando.

c) Economia informal

Um segmento crescente da economia cubana opera por meio de mídias sociais, plataformas digitais e mercados informais. Esses espaços permitem a satisfação de necessidades que o sistema oficial não atende, mas operam sem regulamentações econômicas, fiscais ou sanitárias, criando riscos para os consumidores.

Um exemplo crítico é o mercado informal de medicamentos, cuja disponibilidade depende de viajantes, intermediários e redes privadas. Os preços costumam ser altos e não há garantias quanto à conservação, autenticidade ou qualidade dos medicamentos, o que representa um grave problema de saúde pública.

d) Bens públicos

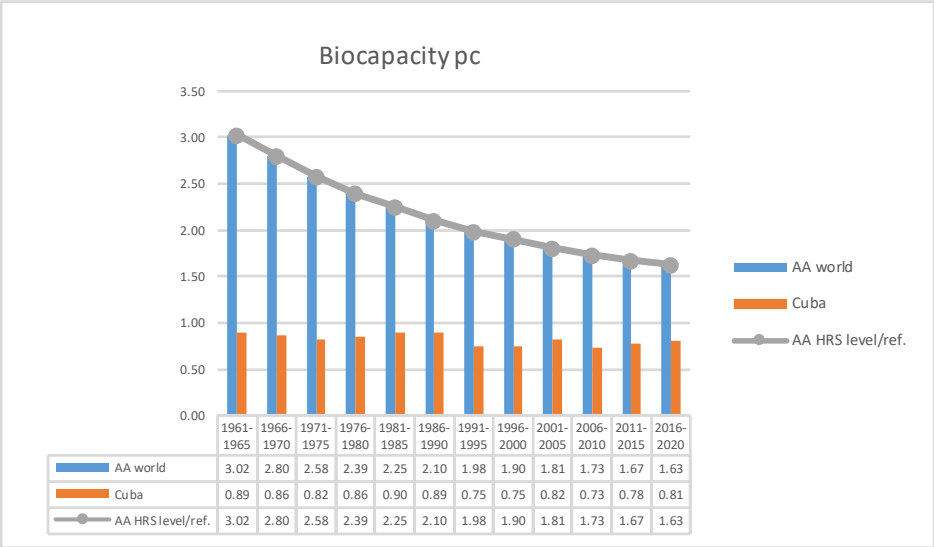
O Estado cubano mantém a propriedade de grande parte das terras, ativos produtivos, habitações e infraestrutura hoteleira do país. Esse patrimônio representa um considerável potencial econômico, embora seu valor real e sua capacidade de gerar recursos líquidos sejam

difíceis de determinar. Além disso, qualquer estratégia para a utilização desses ativos deve ser avaliada não apenas sob uma perspectiva financeira, mas também considerando seus impactos distributivos, ambientais e sociais.

VII. Ecologia e Sustentabilidade

Cuba possui grande biodiversidade e um significativo patrimônio natural. Em estudos internacionais comparáveis, o país tem mantido uma baixa pegada ecológica per capita, especialmente em contraste com países de alta renda. Embora sua biocapacidade per capita seja cerca de 50% menor que a média global, a pegada ecológica de Cuba permaneceu relativamente próxima dessa biocapacidade disponível por longos períodos, refletindo um uso moderado dos recursos naturais.

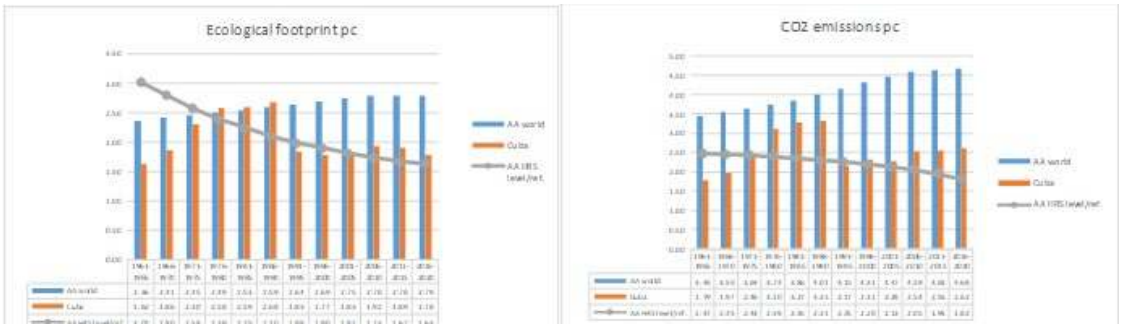
Figura 1: Evolução da biocapacidade per capita em Cuba entre 1960 e 2020 em comparação com a média global.



	1961-1965	1966-1970	1971-1975	1976-1980	1981-1985	1986-1990	1991-1995	1996-2000	2001-2005	2006-2010	2011-2015	2016-2020
AA world	3.02	2.80	2.58	2.39	2.25	2.10	1.98	1.90	1.81	1.73	1.67	1.63
Cuba	0.89	0.86	0.82	0.86	0.90	0.89	0.75	0.75	0.82	0.73	0.78	0.81
AA HRS level/ref.	3.02	2.80	2.58	2.39	2.25	2.10	1.98	1.90	1.81	1.73	1.67	1.63

A evolução da pegada de carbono de Cuba tem sido errática: as emissões per capita aumentaram durante várias décadas, depois diminuíram e, mais recentemente, voltaram a ultrapassar os níveis considerados sustentáveis. O estudo estima as emissões médias de 2015 a 2020 em 2,5 toneladas de CO_2 per capita, acima do limite aproximado de sustentabilidade de 1,8 toneladas, indicando um consumo de energia e combustíveis fósseis superior aos níveis compatíveis com os critérios ambientais internacionais.

Figuras 2 e 3: evolução da pegada ecológica e da pegada de carbono per capita em Cuba, 1960-2020, ref. limiar ético do limite planetário.



Embora as emissões de carbono de Cuba sejam muito menores do que as dos Estados Unidos e da União Europeia, o principal desafio não é apenas reduzi-las, mas também evitar que

a futura recuperação econômica dependa de um modelo fortemente baseado em combustíveis fósseis e bens importados. A crise energética reduziu temporariamente algumas emissões, mas a crescente dependência de produtos importados pode transferir parte da pegada ambiental para fora do país.

Além disso, o aumento do lixo proveniente de embalagens e produtos processados tornou-se um problema crescente, agravado pelo enfraquecimento dos sistemas públicos de coleta e reciclagem.

IIX. Sociedade e Condições de Vida

A crise energética é atualmente um dos fatores que mais afetam as condições de vida em Cuba. A falta de combustível para as usinas termelétricas, aliada à deterioração da infraestrutura, levou a graves déficits na geração de eletricidade. Os apagões impactam diretamente serviços essenciais: interrompem o abastecimento de água — pois as bombas dependem de eletricidade — e afetam o acesso à internet e as comunicações.

Períodos prolongados sem eletricidade, água ou internet têm efeitos cumulativos na saúde: dificultam a higiene, a conservação e o preparo de alimentos, a hidratação, o sono e o uso de ventiladores durante períodos de calor extremo. Esses problemas afetam mais duramente os idosos, as famílias com doenças crônicas, as pessoas com deficiência e as famílias sem recursos para comprar geradores, combustível ou sistemas de fornecimento privados.

Custo dos alimentos e bens básicos

Os preços atuais dos alimentos básicos representam uma proporção muito alta dos salários do setor público. A cesta básica familiar calculada para este estudo corresponde a aproximadamente 85.000 CUP por mês.

Tabela 3: Preços dos produtos básicos em relação ao salário médio estatal e equivalente na Espanha

Produto básico / kg-l	Preço CUP	Razão entre dois salários médios	Equivalente em euros/Espanha
COMIDA			
Batata doce	200	2.9%	60
Yuca	160	2.3%	48
Malanga	400	5.7%	120
Arroz	700	10.0%	210
Feijões	800	11.4%	240
Lentilhas	1000	14.3%	300
Ovos (1 dúzia)	2010	28.7%	603
Óleo	4000	57.1%	1200
Frango (importado dos EUA)	1500	21.4%	450
Picadillo (importado do Brasil)	1120	16.0%	336
leite em pó	4000	57.1%	1200
Farinha de trigo	1000	14.3%	300
Sal	800	11.4%	240

Produto básico / kg-l	Preço CUP	Razão entre dois salários médios	Equivalente em euros/Espanha
Açúcar	1100	15.7%	330
Café	7000	100.0%	2100
Fruta de temporada	200	2.9%	60
Cebola	1200	17.1%	360
Alho unidade	40	0.6%	12
Pão	250	3.6%	75
Queijo branco crioulo	2000	28.6%	600
Cesta familiar mensal	**85130**	**608.1%**	**12769.5**
HIGIENE		0.0%	0
Sabonete para a pele	350	5.0%	105
Detergente 1 kg	1500	21.4%	450
Papel higiênico (1 rolo)	200	2.9%	60
TRANSPORTE		0.0%	0
Trecho de 2 a 3 km percorrido de triciclo	200	2.9%	60
Trecho de 2 a 3 km acessível de carro.	1000	14.3%	300
DESPESAS EXTRAS			0
Refeição em restaurante	3000	42.9%	900
Diária de uma noite em um hotel.	21000	300.0%	6300
Bicicleta	140000	2000.0%	42000
Celular	91000	1300.0%	27300
Panela de arroz	95000	1357.1%	28500
Lavadora	110000	1571.4%	33000
Ordenador	350000	5000.0%	105000
Triciclo elétrico	3500000	50000.0%	1050000
Carro	28000000	400000.0%	8400000

O custo da alimentação básica para uma família de quatro pessoas ultrapassa em muito o salário médio do setor público, obrigando-as a destinar vários salários mensais apenas para cobrir as necessidades essenciais. Isso sem contar as despesas com moradia, serviços públicos, transporte, medicamentos e higiene.

O estudo estima que o custo mínimo para uma vida digna seja de cerca de 210.000 CUP por mês, embora esse seja um valor analítico e não um limiar oficial de pobreza. A diferença entre a taxa de câmbio oficial e a taxa de câmbio real no mercado informal é fundamental para compreender essa situação: converter salários usando a taxa de câmbio oficial fornece uma imagem distorcida do poder de compra efetivo da população.

IX. Condições psicossociais

As condições materiais atuais em Cuba geram impactos psicossociais significativos. A insegurança econômica, a emigração de familiares, a perda de redes de apoio, as dificuldades de acesso a bens essenciais e os prolongados cortes de energia e água aumentam o estresse e o isolamento social.

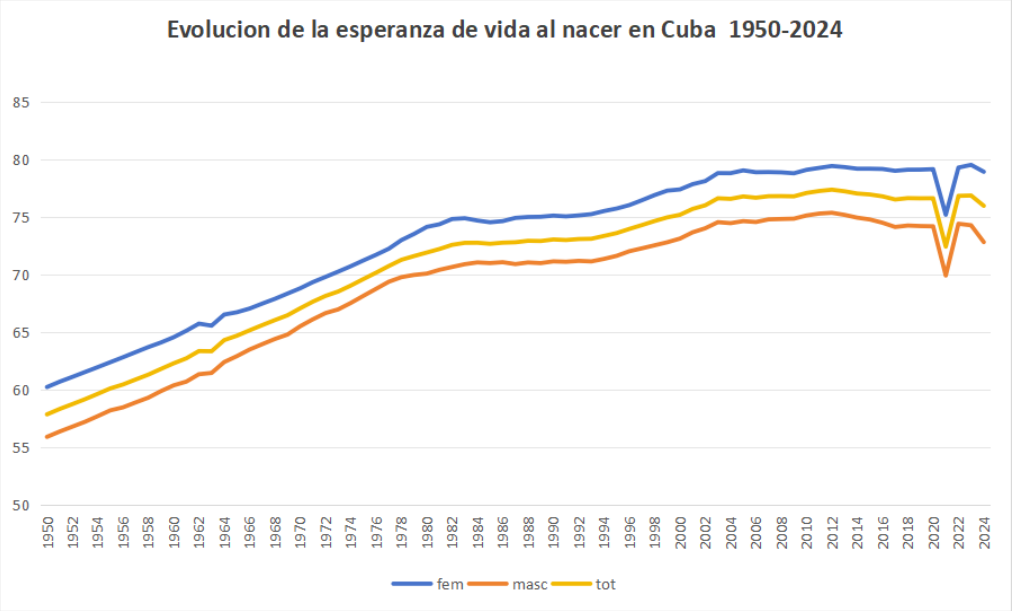
As informações oficiais sobre saúde mental são limitadas, mas destaca-se uma taxa de suicídio de aproximadamente 13,8 por 100.000 habitantes, com diferenças marcantes entre homens e mulheres. A demência também é uma causa crescente de mortalidade no contexto do rápido envelhecimento populacional. O aumento do número de idosos que vivem sozinhos ou com redes familiares reduzidas gera uma demanda crescente por serviços de apoio comunitário, cuidados e serviços de saúde mental.

X. Saúde

Expectativa de vida

A expectativa de vida em Cuba tem sido um indicador fundamental das condições de vida e da saúde. Em 1959, era de cerca de 63 anos, aumentando gradualmente até atingir aproximadamente 77,4 anos no início dos anos 2000. Após um período de estagnação, a pandemia causou um declínio acentuado: em 2021, caiu para cerca de 73,2 anos. A recuperação subsequente foi apenas parcial, e os dados de 2024 mostram um novo declínio, indicando que a tendência permanece negativa.

Figura 4: Evolução da expectativa de vida média e desagregada ao nascer em homens e mulheres em Cuba, 1950-2024



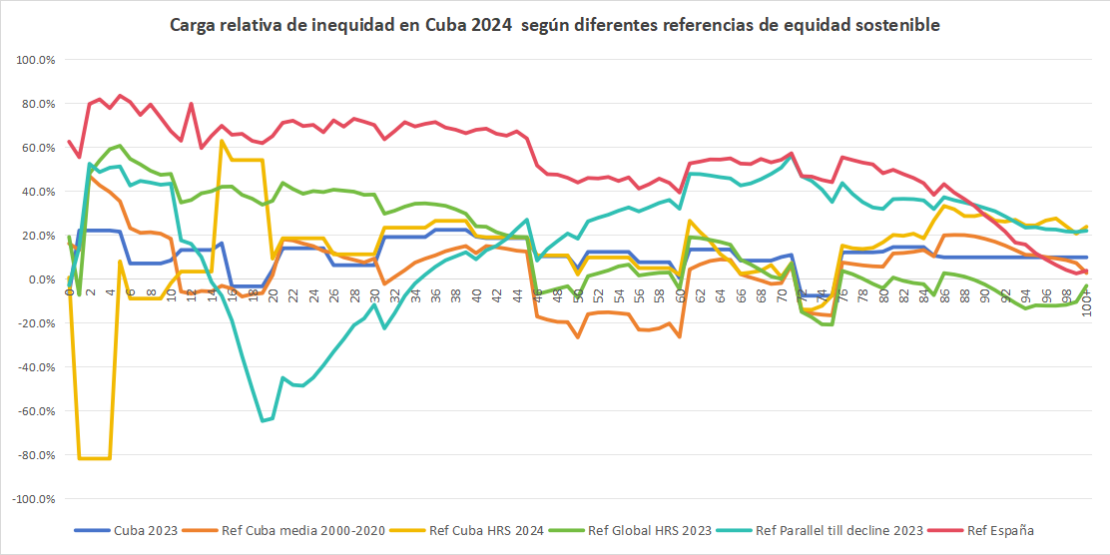
Em 2024, a expectativa de vida em Cuba foi estimada em 75,4 anos, com diferenças entre homens e mulheres. Embora esse número mostre uma melhora em comparação com o baixo índice registrado em 2021, ainda não indica uma recuperação sustentada aos níveis pré-pandemia. As desigualdades territoriais são moderadas, mas apresentam variações significativas: Guantánamo tem alguns dos valores mais altos, enquanto a Ilha da Juventude está entre os mais baixos.

XI. O peso da desigualdade em saúde

A análise das taxas de mortalidade por idade e sexo permite estimar o impacto das mortes associadas a desigualdades evitáveis, utilizando diversos parâmetros de referência. Em 2024, Cuba apresenta um excesso de mortalidade estimado em 11.349 óbitos em comparação com a média de 2000-2019 e em 13.783 em comparação com 2023, com uma proporção maior entre os homens (entre 62% e 65%). Utilizando Guantánamo como parâmetro interno, a estimativa sobe para 21.033 óbitos, enquanto as comparações internacionais apresentam resultados diversos: cerca de 6.600 em comparação com o Sri Lanka e números muito mais elevados em comparação com a Costa Rica (44.000) e a Espanha (53.000).

Esses números são contrafactuais; não representam mortes que poderiam ser efetivamente evitadas por meio de intervenções específicas. O indicador de Carga Relativa da Desigualdade (CRD) expressa essas diferenças como uma proporção da mortalidade observada: 9,6% para o período de 2000 a 2019, 10,4% para 2023 e 16,4% quando comparado a Guantánamo. Os parâmetros internacionais mostram variações de acordo com seus contextos sociais e ambientais. A análise por idade revela que as desigualdades são desproporcionais: a infância e certos grupos etários jovens suportam fardos particularmente pesados quando comparados a países com taxas de sobrevivência mais elevadas.

Figura 5: Carga relativa da desigualdade de acordo com a idade e diferentes referências de saúde na equidade sustentável



Cuba poderia se beneficiar de um estudo aprofundado dos fatores que permitem que certos países com recursos econômicos limitados alcancem melhores resultados em saúde. O Sri Lanka se destaca como uma referência internacional particularmente útil para esse tipo de análise, enquanto Guantánamo serve como uma valiosa referência nacional para identificar práticas locais que poderiam ser replicadas em outras partes do país.

XII. Anos de vida perdidos

Incorporar a idade no cálculo permite estimar não apenas o número de mortes potencialmente evitáveis, mas também os anos de vida perdidos.

Para 2024, o número estimado de anos de vida perdidos associados ao fardo da desigualdade é de aproximadamente:

- 60.000 em comparação com a média cubana (2000-2019).
- 110.000 em comparação com Cuba em 2023.
- 118.000 em comparação com Guantánamo.
- 120.000 em comparação com o índice de referência do Sri Lanka.
- 343.000 em comparação com a Costa Rica.
- 574.000 em comparação com a Espanha.

As diferenças nos anos de vida perdidos dependem muito do ponto de referência utilizado: quanto maior a expectativa de vida do país ou território comparado, maior a estimativa de anos de vida perdidos. Este indicador é particularmente útil para orientar políticas públicas, pois permite identificar onde se concentra a potencial perda de saúde, focando não apenas no número de óbitos, mas também naqueles que ocorrem em idades relativamente jovens, onde o impacto é maior.

XIIV. Principais formas de morbidade e mortalidade

As doenças cardiovasculares são a principal causa de morte em Cuba, seguidas por tumores, doenças respiratórias, doenças cerebrovasculares e acidentes. As doenças infecciosas diminuíram em importância relativa, embora algumas — como sífilis, certas infecções respiratórias, hepatite e tuberculose — apresentem tendências preocupantes.

Em termos de anos de vida perdidos, os tumores são uma das principais causas, especialmente os cânceres de pulmão, cólon, próstata e mama.

A mortalidade infantil é um dos indicadores mais sensíveis: projeta-se que tenha aumentado de 6,2 por 1.000 em 2020 para 9,7 por 1.000 em 2024, com dois terços das mortes ocorrendo no primeiro ano de vida e uma proporção significativa ligada a condições perinatais. A mortalidade materna também está apresentando declínio, atingindo aproximadamente 33 por 100.000 nascidos vivos em 2024.

O baixo peso ao nascer aumentou de 5% antes da pandemia para 7-8% nos últimos anos. Entre as doenças crônicas, a hipertensão, a asma, o diabetes e as doenças cerebrovasculares representam um fardo crescente, especialmente em uma população que está envelhecendo rapidamente.

XIV. Sistema nacional de saúde

O sistema de saúde cubano mantém uma estrutura pública com cobertura universal e uma ampla rede de atenção primária, um dos principais ativos do país e um elemento-chave a ser protegido em qualquer estratégia de cooperação. Essa rede inclui policlínicas, consultórios de medicina familiar, hospitais, maternidades, lares de idosos e outros serviços comunitários e especializados.

Embora Cuba destine uma alta proporção de seu orçamento público à saúde, interpretar os gastos com saúde em dólares é complexo devido às variações cambiais e à diferença entre os valores nominais e o custo real dos bens importados. Portanto, em vez de se concentrar em um único valor em dólares, é mais útil avaliar a capacidade efetiva do sistema de adquirir medicamentos, equipamentos, combustível, alimentos e outros suprimentos essenciais.

Recursos Humanos

Até 2020, o sistema de saúde cubano empregava quase 400.000 trabalhadores, mas a projeção é de que esse número caia para cerca de 300.000 até 2024. O número de médicos também diminuiu drasticamente: de mais de 106.000 em 2020 para aproximadamente 75.000 em 2024, embora Cuba ainda mantenha uma alta densidade de médicos em comparação com outros países. A queda nos salários e as melhores oportunidades no setor privado ou no exterior estão impulsionando o êxodo de profissionais, o que constitui um dos principais riscos estruturais para a sustentabilidade do sistema, visto que a formação de novos médicos leva anos.

Aproximadamente um em cada seis médicos trabalha como médico de família em equipes de atenção primária à saúde. O país também conta com dezenas de milhares de enfermeiros e uma ampla rede de policlínicas, hospitais e instituições de saúde materno-infantil, geriátricas e psicopedagógicas. A infraestrutura de informação em saúde — com milhares de unidades conectadas ao Infomed — é outro recurso fundamental para a formação, a comunicação científica e a gestão do sistema.

Atividade e abrangência do sistema público de saúde

Em 2024, o sistema de saúde cubano realizou mais de 100 milhões de consultas, das quais aproximadamente 96% foram de atenção primária. Milhões de atendimentos em pronto-socorro, centenas de milhares de internações hospitalares e um número significativo de procedimentos cirúrgicos também foram registrados.

A vacinação continua sendo um dos maiores pontos fortes do sistema, com taxas de cobertura próximas a 98-100% para muitas vacinas do programa nacional de imunização. A lista de medicamentos essenciais inclui cerca de 660 medicamentos, muitos dos quais são produzidos internamente. No entanto, desafios econômicos, energéticos e logísticos reduziram significativamente sua disponibilidade efetiva: tanto a produção nacional quanto as importações diminuíram, levando a interrupções recorrentes no fornecimento. Isso afeta não apenas os medicamentos hospitalares, mas também tratamentos essenciais para doenças crônicas que exigem terapia contínua.

Mercado informal de medicamentos

A escassez de medicamentos em farmácias e centros de saúde impulsionou a expansão de um mercado informal, onde medicamentos trazidos por viajantes são distribuídos por meio de redes sociais e contatos pessoais. Embora esse circuito possa aliviar parcialmente a falta de certos produtos, ele acarreta riscos significativos: não garante condições adequadas de armazenamento, autenticidade, prazos de validade ou qualidade.

Além disso, os preços observados durante a missão mostram que alguns medicamentos representam uma proporção extremamente alta da renda de aposentados e servidores públicos, criando problemas de equidade e acesso para os grupos mais vulneráveis.

Para pessoas com renda limitada, tratamentos de rotina para hipertensão, asma, diabetes e outras doenças crônicas podem consumir uma parcela substancial do orçamento mensal. A compra de medicamentos no mercado informal pode, portanto, se tornar uma despesa catastrófica, especialmente para famílias vulneráveis. Esse fenômeno é preocupante porque pode levar à interrupção do tratamento, aumentando o risco de complicações, hospitalizações e mortes evitáveis.

Tabela 4: Preços dos medicamentos no mercado informal, proporção da pensão média e equivalente em euros e em relação a um salário na Espanha.

Medicamentos	Preço CUP	Proporção da pensão meia	Equivalente Euros/Espanha
paracetamol 10c	850	24.2%	255
ibuprofeno 10c	850	24.2%	255
Amoxicilina 20c	1700	48.6%	510
nifedipino/mês	2250	64.2%	675
salbutamol/mês	4000	104.2%	1200
enalapril/mês	3000	85.4%	900
Alprazolam/mês	4500	128.6%	1350
Insulina/300U -mês	12000	342.8%	3600

XV. Conclusões Gerais

Cuba enfrenta uma de suas mais profundas crises socioeconômicas em décadas. A combinação de restrições externas, declínio da produtividade, inflação, perda do poder de compra, crise energética, emigração e envelhecimento da população está enfraquecendo a capacidade do Estado de manter os serviços básicos. Mesmo assim, o país mantém capacidades significativas em saúde, educação e formação profissional; isso não é um desaparecimento, mas sim uma erosão progressiva que pode ser comprometida sem uma recuperação dos recursos e da produção.

O crescimento do setor privado, especialmente das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), gerou empregos e novas fontes de renda, mas não substitui as funções redistributivas e universais históricas do Estado. Do ponto de vista da saúde pública, há preocupação com a crescente segmentação entre aqueles que têm acesso a moeda estrangeira e aqueles que dependem de salários ou pensões públicas, com impactos diretos na alimentação, medicamentos, transporte, energia, moradia e acesso efetivo aos serviços.

Indicadores de saúde recentes — mortalidade, expectativa de vida, mortalidade infantil e baixo peso ao nascer — são sinais de alerta. Embora os dados de 2025-2026 ainda sejam insuficientes para mensurar completamente a deterioração, eles justificam o fortalecimento da vigilância epidemiológica e social. A cooperação internacional deve se concentrar em evitar maiores perdas de capacidades essenciais e em proteger os grupos mais vulneráveis.

Referências

Garay, J (2026). “Cuba’s Health System: From Global Reference in Equity and International Solidarity to Contemporary Crisis. PEAH – Policies for Equitable Access to Health. Disponible en: https://www.peah.it/2026/06/16179/

Garay, J. (2026). “Cuba: health equity, sustainability and the limits of a universal health system under prolonged crisis”. PEAH – Policies for Equitable Access to Health. Disponible en: https://www.peah.it/2026/06/16179/

Oficina Nacional de Estadística e Información de la República de Cuba (ONEI). Anuario Estadístico de Cuba. Ediciones correspondientes a los últimos años disponibles. La Habana: ONEI. Disponible en: https://www.onei.gob.cu/

Oficina Nacional de Estadística e Información de la República de Cuba (ONEI). Estudios y publicaciones sobre población, demografía, migraciones, empleo, ingresos y condiciones de vida. La Habana: ONEI. Disponible en: https://www.onei.gob.cu/

Ministerio de Salud Pública de la República de Cuba (MINSAP). Anuario Estadístico de Salud. Ediciones correspondientes a los últimos años disponibles. La Habana: MINSAP. Disponible en: https://salud.msp.gob.cu/

Organización Panamericana de la Salud/Organización Mundial de la Salud (OPS/OMS). Indicadores básicos y perfiles de país: Cuba. Washington, D.C.: OPS. Disponible en: https://www.paho.org/es/cuba

Organización Mundial de la Salud. Global Health Observatory. Cuba: health and health-related indicators. Ginebra: OMS. Disponible en: https://www.who.int/data/gho

Naciones Unidas, Departamento de Asuntos Económicos y Sociales, División de Población. World Population Prospects 2024. Nueva York: Naciones Unidas. Disponible en: https://population.un.org/wpp/

Naciones Unidas, Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. Human Development Report 2023/2024. Breaking the Gridlock: Reimagining Cooperation in a Polarized World. Nueva York: PNUD. Disponible en: https://hdr.undp.org/

Banco Mundial. Cuba: datos, indicadores y análisis económico y social. Washington, D.C.: Banco Mundial. Disponible en: https://data.worldbank.org/country/cuba

Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). Estudio Económico de América Latina y el Caribe. Ediciones recientes. Santiago de Chile: Naciones Unidas. Disponible en: https://www.cepal.org/

Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). Panorama Social de América Latina y el Caribe. Ediciones recientes. Santiago de Chile: Naciones Unidas. Disponible en: https://www.cepal.org/es/temas/pobreza

Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura, Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola, Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia, Programa Mundial de Alimentos y Organización Mundial de la Salud. The State of Food Security and Nutrition in the World. Ediciones recientes. Roma: Naciones Unidas. Disponible en: https://www.fao.org/publications/sofi/

Organización Mundial de la Salud y Banco Mundial. Tracking Universal Health Coverage: Global Monitoring Report. Ediciones recientes. Ginebra y Washington, D.C.: OMS y Banco Mundial. Disponible en: https://www.who.int/publications/i/item/9789240080379

Sustainable Health Equity Movement (SHEM). Documentos metodológicos y análisis sobre equidad sostenible, mortalidad evitable y años de vida perdidos. Disponible en: https://www.sustainablehealthequity.org/

Organización Panamericana de la Salud. Salud en las Américas+: Cuba. Washington, D.C.: OPS. Disponible en: https://hia.paho.org/

Organización Mundial de la Salud. Access to medicines and health products. Ginebra: OMS. Disponible en: https://www.who.int/teams/health-product-policy-and-standards/access-to-products

Organización Mundial de la Salud. WHO guideline on country pharmaceutical pricing policies. Ginebra: OMS. Disponible en: https://www.who.int/publications/

Organización Mundial de la Salud. Medication Without Harm: Global Patient Safety Challenge. Ginebra: OMS. Disponible en: https://www.who.int/initiatives/medication-without-harm

Organización Mundial de la Salud. Primary Health Care on the Road to Universal Health Coverage: 2019 Global Monitoring Report. Ginebra: OMS. Disponible en: https://www.who.int/publications/i/item/9789240029040

Organización Mundial de la Salud. Operational framework for primary health care: transforming vision into action. Ginebra: OMS y UNICEF. Disponible en: https://www.who.int/publications/i/item/9789240017832

Organización Mundial de la Salud. Social determinants of health. Ginebra: OMS. Disponible en: https://www.who.int/health-topics/social-determinants-of-health

Organización Mundial de la Salud. World report on ageing and health. Ginebra: OMS, 2015. Disponible en: https://www.who.int/publications/i/item/9789241565042

Organización Mundial de la Salud. Decade of Healthy Ageing 2021–2030. Ginebra: OMS. Disponible en: https://www.who.int/initiatives/decade-of-healthy-ageing

Organización Internacional para las Migraciones. World Migration Report 2024. Ginebra: OIM. Disponible en: https://worldmigrationreport.iom.int/

Médicos del Mundo España. Documentos institucionales sobre acción humanitaria, derecho a la salud, equidad y fortalecimiento de sistemas sanitarios. Madrid: Médicos del Mundo. Disponible en: https://www.medicosdelmundo.org/

Naciones Unidas. Sustainable Development Goals: Goal 3, Good Health and Well-being. Nueva York: Naciones Unidas. Disponible en: https://sdgs.un.org/goals/goal3

Organización Mundial de la Salud. Everybody's business: strengthening health systems to improve health outcomes. WHO's framework for action. Ginebra: OMS, 2007. Disponible en: https://www.who.int/publications/i/item/9789241596077

Organización Mundial de la Salud. Monitoring the building blocks of health systems: a handbook of indicators and their measurement strategies. Ginebra: OMS, 2010. Disponible en: https://www.who.int/publications/i/item/9789241564052

Saúde global, soberania sanitária e vigilância em África

Salud global, soberanía sanitaria y vigilancia en África

Global health, health sovereignty and surveillance in Africa

Augusto Paulo Silva, Manuel Mahoche, Tomé Cá, Valery Martinez Jean e Felix Rosenberg

Resumo: Este informe analisa a agenda africana de saúde entre 1 e 14 de setembro, com foco no fortalecimento institucional do CDC África, na V Reunião do Comité de Orientação Ministerial Regional da África Austral e nas pressões operacionais associadas ao surto de doença por vírus Bundibugyo na República Democrática do Congo. O texto mostra que a participação africana na reforma da arquitetura global da saúde ganhou peso político, mas depende de capacidade efetiva de decisão, financiamento previsível e coordenação regional. A reunião ministerial reafirmou a soberania sanitária, a cobertura universal, o financiamento público doméstico, a gestão das finanças públicas, a produção local e as aquisições conjuntas como prioridades. A análise epidemiológica destaca que o aumento da letalidade aparente pode refletir subnotificação de casos leves e confirmação pós-morte, mais do que agravamento clínico, enquanto atrasos nas séries de cólera indicam deslocamento da vigilância para a resposta ao Ebola. No plano financeiro, o informe enfatiza a distância entre promessas e desembolsos, a contração da ajuda externa e a dificuldade de substituir recursos internacionais por orçamento interno. Quanto ao acesso a medicamentos, observa a inexistência de vacina licenciada contra Bundibugyo, a fragilidade das evidências de proteção cruzada e a necessidade de articular mecanismos africanos e regionais de aquisição. O documento conclui que soberania sanitária exige instituições nacionais fortes, dados confiáveis, produção regional, financiamento sustentável e tradução de recomendações técnicas em compromissos políticos.

Palavras-chave: Soberania Sanitária; Governança Global da Saúde; Vigilância Epidemiológica; Financiamento Doméstico; Aquisições Conjuntas.

Resumen: *Este informe analiza la agenda africana de salud entre el 1 y el 14 de septiembre, con énfasis en el fortalecimiento institucional del CDC África, la V Reunión del Comité Directivo Ministerial Regional de África Austral y las presiones operativas asociadas al brote de enfermedad por virus Bundibugyo en la República Democrática del Congo. El texto muestra que la participación africana en la reforma de la arquitectura sanitaria global ganó peso político, pero depende de una capacidad real de decisión, financiación previsible y coordinación regional. La reunión ministerial reafirmó la soberanía sanitaria, la cobertura universal, la financiación pública interna, la gestión de las finanzas públicas, la producción local y las compras conjuntas como prioridades. El análisis epidemiológico subraya que el aumento de la letalidad aparente puede reflejar subregistro de casos leves y confirmación post mortem, más que un agravamiento clínico, mientras que los retrasos en las series de cólera sugieren un desplazamiento de la vigilancia hacia la respuesta al ébola. En el plano financiero, el informe destaca la brecha entre promesas y desembolsos, la contracción de la ayuda externa y la dificultad de sustituir recursos internacionales por presupuesto nacional. En cuanto al acceso a medicamentos, observa la ausencia de una vacuna licenciada contra Bundibugyo, la fragilidad de la evidencia sobre protección cruzada y la necesidad de articular mecanismos africanos y regionales de adquisición.*

Concluye que la soberanía sanitaria exige instituciones nacionales sólidas, datos confiables, producción regional, financiación sostenible y traducción de recomendaciones técnicas en compromisos políticos.

Palabras clave: *Soberanía Sanitaria; Gobernanza Global de la Salud; Vigilancia Epidemiológica; Financiación Interna; Compras Conjuntas.*

Abstract: *This report reviews the 1–14 September agenda on Africa's health governance, focusing on the Africa CDC's growing role in the reform of the global health architecture, the fifth Regional Ministerial Steering Committee meeting in Southern Africa, and the operational pressures created by the Bundibugyo virus outbreak in the Democratic Republic of the Congo. It argues that Africa's participation in global decision-making is gaining institutional weight, but that representation must translate into financing, coordination and authority. The text highlights the persistence of gaps between pledged and disbursed funds, the contraction of development assistance for health, and the difficulty of replacing external resources with domestic public financing. It also examines surveillance limits: rising apparent case fatality may reflect missed mild cases and post-mortem confirmation rather than worsening disease, while cholera reporting delays suggest that Ebola response demands may be absorbing notification capacity. On access to medicines, the report notes weak evidence for cross-protection from the Ervebo vaccine, modest support for laboratory studies, and unresolved coordination between African and SADC pooled procurement instruments. Overall, the document presents health sovereignty as a practical agenda: stronger national systems, regional institutions, predictable financing, local manufacturing, reliable data and clearer links between technical advice and political decision-making.*

Keywords: *Health Sovereignty; Global Health Governance; Epidemic Surveillance; Domestic Financing; Pooled Procurement.*

O CDC África no processo de reforma global

O CDC África foi selecionado para representar as organizações regionais de saúde a nível mundial no Grupo de Trabalho Conjunto sobre a Reforma da Arquitetura Global de Saúde.

Na sequência de nomeações apresentadas por várias organizações regionais de saúde, a Organização Mundial de Saúde convidou formalmente o Dr. Jean Kaseya, Diretor-Geral do CDC África, para integrar o Grupo de Trabalho na qualidade de seu representante.

"Recebemos este reconhecimento com humildade e com uma compreensão clara da responsabilidade que ele acarreta", afirmou o Dr. Kaseya. "A nossa primeira responsabilidade é apresentar as prioridades e perspetivas dos nossos 55 Estados-Membros da União Africana, ao mesmo tempo que envolvemos outras instituições regionais para garantir que as suas vozes são ouvidas."

A Força-Tarefa Conjunta faz parte do processo liderado pelos Estados-Membros para reformar a arquitetura global da saúde, na sequência da decisão da 79.ª Assembleia Mundial da Saúde e da Iniciativa UN80. Irá desenvolver opções e recomendações para apreciação pela 80.ª Assembleia Mundial da Saúde, centrando-se nas funções, mandatos e capacidades dos intervenientes globais na área da saúde; na coordenação e tomada de decisões; e no financiamento das prioridades globais em matéria de saúde.

O envolvimento do CDC África será orientado pelos seus 55 Estados-Membros da UA através do Comité Ministerial Africano de Alto Nível para a Reforma da Arquitetura Global da Saúde (AHLMC, *African High-Level Ministerial Committee on Global Health Architecture Reform*), que permite aos governos africanos desenvolver posições comuns e reforçar a voz de África na governação global da saúde.

África tem sido clara quanto ao rumo que a reforma da saúde global deve tomar. Precisamos de um sistema que coloque os países no centro, reconheça e reforce o papel das instituições regionais, promova uma maior equidade e um financiamento sustentável e reforce a segurança e a soberania sanitárias.

O CDC África consultará outras organizações regionais de saúde ao longo de todo o processo, para garantir que as suas experiências, prioridades e perspetivas informam as deliberações da Força-Tarefa. As instituições regionais trazem o conhecimento, a proximidade e a experiência prática necessários para construir uma arquitetura de saúde global que responda eficazmente aos países e às comunidades.

"A responsabilidade confiada ao CDC África estende-se a ouvir atentamente as nossas organizações regionais de saúde irmãs e a garantir que as suas perspetivas sejam refletidas na mesa de negociações", afirmou o Dr. Kaseya. "As instituições regionais trazem conhecimento, proximidade e experiência que são essenciais para construir uma arquitetura de saúde global que responda eficazmente aos países e às comunidades."

O Dr. Kaseya representará o CDC África na primeira reunião presencial da Força-Tarefa Conjunta ao completo, na sede da OMS em Genebra, na Suíça, de 3 a 4 de setembro de 2026. O Prof. Ngashi Ngongo coordenará o envolvimento técnico do CDC África, trabalhando em conjunto com o Prof. Aliko Baba Ahmed e o Embaixador Alex Ratebaye, com contribuições das direções relevantes do CDC África e de peritos técnicos.

A participação do CDC África surge na sequência do lançamento do AHLMC pelos Ministros africanos em abril de 2026 e reflete o papel crescente de África e das suas instituições na definição da saúde global. "É também uma responsabilidade demonstrar que as instituições regionais podem contribuir de forma construtiva para a construção de uma arquitetura de saúde global que funcione melhor para os países e as comunidades", afirmou o Dr. Kaseya.

V Reunião do Comité de Orientação Ministerial Regional da África Austral (ReSCO)

Coorganizada pelo CDC África e pelo Governo da Namíbia sob o tema "Avançar na segurança e soberania da saúde: fortalecer o financiamento doméstico, expandir o seguro de saúde e acelerar o fabrico local":

> *Preâmbulo*
>
> Nós, os Ministros da Saúde dos Estados-Membros da África Austral, juntamente com o CDC África, RECs, ReTAC, parceiros e partes interessadas, reunimo-nos em Windhoek nos dias 20 e 21 de agosto sob o tema: "Avançar na segurança e soberania da saúde na África Austral".
>
> Agradecemos à Dra. Netumbo Nandi-Ndaitwah, Presidente da Namíbia, e ao povo da Namíbia pela sua hospitalidade. Elogiamos o Centro Regional de Coordenação da África Austral (SARCC) do CDC África pelo progresso alcançado desde a 4.ª reunião e reafirmamos o nosso compromisso em traduzir os compromissos regionais em ações concretas para a resiliência e soberania da saúde.
>
> *Contexto e Reconhecimentos*

Elogiamos os Estados-Membros pela liderança na Cobertura Universal de Saúde (UHC) e na segurança da saúde, incluindo a priorização orçamental, reformas da Gestão das Finanças Públicas, fortalecimento dos Institutos Nacionais de Saúde Pública (INSP), Centros de Operações de Emergência (EOC, em inglês), vigilância e preparação transfronteiriça.

Reconhecemos o progresso em direção à UHC, com uma forte cobertura de serviços e menor dependência de despesas diretas do próprio bolso do que em muitas regiões. No entanto, as parcelas do orçamento destinadas à saúde permanecem abaixo da meta de 15% de Abuja, corroídas pela inflação, depreciação cambial e crescimento populacional. A execução irregular, os atrasos nos desembolsos e a visibilidade financeira limitada ao nível das instalações impedem a tradução total em prontidão de serviços. O declínio da assistência externa arrisca alargar as lacunas e reverter os ganhos, a menos que seja abordado por planos de transição liderados pelos países, tendo o financiamento público doméstico como base.

Recordamos a Agenda 2063 da União Africana, a Declaração de Abuja, a Estratégia de Saúde para África, o Plano Estratégico do CDC África, a Agenda de Segurança e Soberania da Saúde em África, a Agenda de Lusaka e as decisões da União Africana sobre financiamento, fabrico e aquisições conjuntas.

Notamos com preocupação que o declínio da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA, em inglês), as pressões fiscais, a elevada dependência externa, a procura fragmentada, o financiamento e a transferência de tecnologia limitados e a capacidade regulatória irregular continuam a dificultar o fabrico local sustentável.

Acolhemos com satisfação o Fórum de Diretores de Planejamento e Políticas da África Austral e o *Think Tank* de Economia da Saúde, Financiamento e Gestão das Finanças Públicas, apoiados pelo CDC África, como bens públicos regionais para a liderança de políticas, aprendizagem entre pares e evidências de propriedade africana.

Comprometemo-nos a:

1. **Gerir a transição para um financiamento sustentável:** desenvolver planos de transição nacionais orçamentados; realizar revisões anuais conjuntas entre a Saúde e as Finanças; e integrar o financiamento externo no quadro nacional de Um Plano, Um Orçamento e Um Relatório;

2. **Expandir o financiamento público doméstico:** manter a tributação geral como base; progredir em direção a 15% dos orçamentos reais do governo; avaliar impostos consignados quanto à capacidade de gerar receita incremental, equidade e viabilidade;

3. **Fortalecer o financiamento e a Gestão das Finanças Públicas do centro à linha da frente:** melhorar a credibilidade do orçamento, a pontualidade dos desembolsos e a visibilidade financeira ao nível das instalações; fornecer às instalações de APS orçamentos operacionais previsíveis e prestação de contas;

4. **Avançar a UHC através do pré-pagamento integrado:** expandir o pré-pagamento mutualizado e reduzir as despesas diretas do próprio bolso. Preservar os direitos financiados por impostos; onde o Seguro Nacional de Saúde ou Seguro Social de Saúde for utilizado, desenhá-lo de forma complementar para grupos informais não pobres; evitar a fragmentação; fortalecer as compras estratégicas;

5. **Acelerar o fabrico local e as aquisições conjuntas:** promover a produção regional; fortalecer as cadeias de valor, a transferência de tecnologia e as competências; harmonizar a regulação; apoiar o Mecanismo Africano de Aquisições Conjuntas.

6. **Avançar a liderança de pensamento de propriedade regional:** Operacionalizar o Fórum de Diretores de Planejamento da África Austral e o *Think Tank* de Economia da Saúde, Financiamento e Gestão das Finanças Públicas.

Apelamos:

Aos Estados-Membros: exercer uma liderança governamental integral; tratar a saúde como um investimento estratégico; avançar as prioridades continentais de imunização na região; liderar planos de transição; selecionar arranjos de mutualização contextualmente, com direitos financiados por impostos como base;

Às Comunidades Económicas Regionais (SADC, COMESA): incorporar compromissos nas estratégias regionais; avançar na harmonização, cadeias de abastecimento e aquisições conjuntas.

Ao CDC África: dar apoio técnico coordenado; operacionalizar o Fórum e o Think Tank; monitorizar o progresso e reportar ao ReSCo;

Aos parceiros: respeitar a liderança governamental; alinhar-se com os planos nacionais; assegurar transições transparentes e ordenadas; investir na capacidade duradoura;

Ao setor privado, academia e sociedade civil: contribuir para o fabrico, inovação, evidências e prestação de contas.

Solicitamos ao CDC África que:

Forneça apoio contínuo à implementação no financiamento da saúde;

Operacionalize o Fórum de Diretores e o Think Tank com governança e planos de trabalho anuais;

Operacionalize o Quadro de Monitorização da Agenda de Lusaka aos níveis nacional e regional; alinhar indicadores e evitar sistemas paralelos;

Apoie o estabelecimento sustentável de INSP e Centros de Operações de Emergência em Saúde Pública — COESP ou COE (PHEOC, *Public Health Emergency Operation Centre*) incluindo a orçamentação e integração no orçamento;

Acelere a prontidão para o Mecanismo Africano de Aquisições Conjuntas;

Facilite a coordenação estruturada, a troca de conhecimentos e a aprendizagem entre pares;

Prepare um relatório de progresso regional validado pelos países para cada reunião do ReSCo.

Reafirmação

Reafirmamos o nosso compromisso com a UHC, a segurança e a soberania da saúde, fundadas no financiamento público doméstico, em uma Gestão das Finanças Públicas sólida, em sistemas integrados e em mecanismos de pré-pagamento adequados ao contexto. Utilizaremos o Seguro Nacional de Saúde / Seguro Social de Saúde e o financiamento inovador como complementos, fortaleceremos os cuidados de saúde primários, os Recursos Humanos para a Saúde (HRH), as cadeias de abastecimento e as instituições regionais, e avançaremos a apropriação africana do financiamento, das evidências e da liderança política.

Exprimimos a nossa gratidão à Sua Excelência Dra. Netumbo Nandi-Ndaitwah, Presidente da República da Namíbia, ao povo da República da Namíbia, ao Africa CDC, ao Secretariado do SARCC, às Comunidades Económicas Regionais, aos parceiros de desenvolvimento, aos delegados e a todas as partes interessadas cujas contribuições inestimáveis garantiram a realização bem-sucedida da 5.ª Reunião do Comité de Orientação Ministerial Regional da África Austral (ReSCO).

Adotado em Windhoek, República da Namíbia, no dia 21 de agosto de 2026.

Sobre RETAC e ReSCo

O **RETAC** e o **RESCO** (frequentemente grafado como *ReSCo*) representam as duas principais instâncias regionais de governança e assessoramento técnico descentralizado do CDC África.

Ambos operam no âmbito dos 5 **Centros Regionais de Coordenação** (*Regional Coordination Centers* – RCC) do CDC África (África Central, Oriental, do Norte, Austral e Ocidental) para garantir a governança em saúde, o alinhamento político e o direcionamento técnico em cada uma das sub-regiões do continente.

1. ReSCo (Regional Ministerial Steering Committee / Comitê Diretor Ministerial Regional)

O **ReSCo** é o **órgão político e decisório executivo** do CDC África em nível regional.

- **Composição:** Ministros da Saúde dos Estados-Membros da União Africana pertencentes a uma determinada sub-região (ex.: ReSCo da África Austral), juntamente com a liderança do CDC África e representantes das Comunidades Econômicas Regionais (REC).
- **Função principal:** exercer liderança política, aprovar estratégias regionais de saúde pública e definir as prioridades de financiamento, vigilância e resposta a emergências.
    - **Atribuições:** alinhar políticas regionais de vigilância epidemiológica, soberania sanitária e fabricação local de insumos e vacinas;
    - Homologar diretrizes táticas desenvolvidas pelas equipes técnicas e comitês de especialistas;
    - Coordenar pactos políticos regionais (ex.: monitoramento de finanças em saúde, resposta compartilhada a surtos como Mpox ou Ebola e resiliência climática).

2. RETAC (Regional Technical Advisory Committee / Comitê Consultivo Técnico Regional)

O **RETAC** é o **órgão consultivo e técnico de peritos** que dá assessoria técnica e científica ao CDC África e ao ReSCo.

- **Composição:** Especialistas técnicos, epidemiologistas, diretores de Institutos Nacionais de Saúde Pública (INSPs/NPHIs) e cientistas indicados pelos países da sub-região.
- **Função Principal:** Avaliar as evidências científicas, os dados epidemiológicos e as lacunas operacionais para formular recomendações técnicas fundamentadas.
- **Atribuições:**
    - Desenvolver diretrizes técnicas para resposta a surtos, vigilância transfronteiriça e redes laboratoriais (como a RISLNET);
    - Submeter pareceres técnicos e relatórios de avaliação de risco para embasamento das decisões tomadas pelos ministros no ReSCo;
    - Harmonizar protocolos operacionais padrão entre os diferentes países da sub-região.

Diferença e relação de fluxo

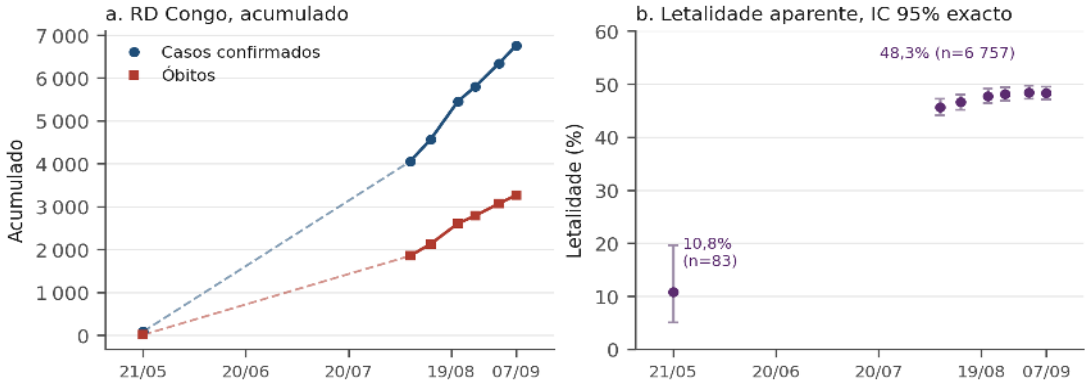
Estrutura	Natureza	Nível de atuação	Papel Principal
RETAC	Técnica e Científica	Diretores de INSP, peritos e pesquisadores	Desenvolver evidências, estratégias técnicas e diagnósticos operacionais
ReSCo	Política e institucional	Ministros da Saúde	Traduzir recomendações técnicas em compromissos políticos, orçamentos e leis.

Fluxo de Trabalho: O **RETAC** analisa o cenário sanitário e elabora recomendações técnicas que são submetidas ao **RESCO**, onde os Ministros da Saúde as transformam em decisões vinculantes e planos estratégicos regionais.

Vigilância e surtos

A epidemia de doença por vírus Bundibugyo na República Democrática do Congo cresceu durante toda a quinzena, sem sinal de inflexão. Com dados de 7 de setembro, a OMS registrou 6.757 casos confirmados e 3.267 óbitos no país, uma letalidade aparente de 48,3% (OMS, 10/09/2026). Doze dias antes, com dados de 26 de agosto, o mesmo boletim tinha 5.794 casos e 2.786 óbitos (OMS, 28/08/2026). O incremento, 963 casos e 481 óbitos, corresponde a cerca de 80 casos confirmados por dia. Estão afetados 61 distritos sanitários de seis das 26 províncias, 51 dos quais notificaram casos nos últimos 21 dias, e Ituri concentra a maior parte da carga. O acompanhamento de contatos subiu para 85,3% (21.359 vistos de 24.719 a acompanhar), contra 82,3% no fim de agosto.

Figura 1: Doença por vírus Bundibugyo, RD Congo. Casos confirmados e óbitos acumulados (a) e letalidade aparente com intervalo exato de Clopper-Pearson (b), por data de corte das publicações da OMS, dos CDC e do plano nacional. O traço interrompido assinala o intervalo sem observações intermediárias coletadas.



A letalidade que sobe não é, necessariamente, uma doença que piora. O valor passou de 45,7% (IC 95% 44,1–47,2) em 7 de agosto para 48,4% (IC 95% 47,2–49,7) em 2 de setembro. Os intervalos exatos não se sobrepõem, logo a variação não se explica apenas por flutuação amostral. Daí não decorre que a virulência tenha aumentado: o mais provável é viés de averiguação. Cerca de 59% dos óbitos confirmados ocorrem fora das unidades de tratamento (MMWR, 01/09/2026), e a confirmação laboratorial post mortem na comunidade acrescenta

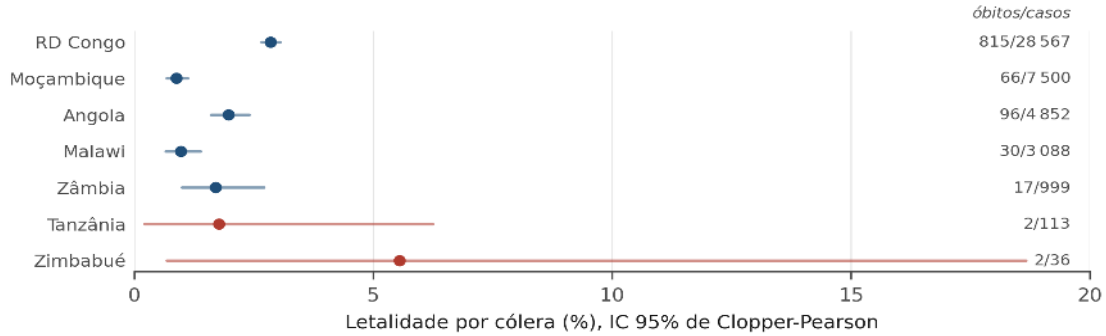
óbitos ao numerador, sem que o denominador recupere os casos ligeiros que nunca foram testados. O diretor-geral da OMS descreveu o mesmo quadro e observou que muitos dos falecidos não constavam de nenhuma lista de contatos (OMS, 01/09/2026). Enquanto a detecção depender do óbito, a letalidade medida informa tanto sobre o desempenho da vigilância quanto sobre a gravidade clínica.

Dois indicadores operacionais sustentam esta leitura: foram identificados 10,6 contatos por caso confirmado, contra uma meta de pelo menos 20, e só 72% dos alertas validados chegaram a ser testados, contra uma meta acima de 90% (MMWR, 01/09/2026). Com parte substancial das cadeias de transmissão por identificar, o denominador está truncado por construção.

Deslocamento da vigilância. A cólera oferece o contraponto. Entre janeiro e maio de 2026 a Região Africana notificou 61.888 casos e 1.230 óbitos, 46,2% deles na RD Congo (OMS, 30/06/2026). Desde 27 de julho, porém, a RD Congo, a Zâmbia, o Zimbábue e o Maláui não voltaram a atualizar dados de cólera (ECDC, 26/08/2026). Não é plausível que a transmissão tenha cessado nesses quatro países. O mais provável é que a capacidade de notificação tenha sido absorvida pela resposta ao Ebola, o que produz uma queda artificial das séries de cólera justamente onde a vigilância está mais pressionada. Ler essa queda como melhoria epidemiológica seria um erro.

A figura 2 mostra o risco de comparar letalidades entre países. O Zimbábue surge com 5,6%, o valor mais alto da região, mas com dois óbitos em 36 casos: o intervalo exato vai de 0,7% a 18,7%, largura de 18 pontos percentuais, amplitude que não permite distinguir o Zimbábue de qualquer outro país da série. A objeção vale igualmente para o Uganda na epidemia de Bundibugyo, onde dois óbitos em 20 casos dão 10,0% (IC 95% 1,2–31,7) (NICD, 07/09/2026). Ordenar países por letalidade com denominadores desta ordem produz um ranking sem conteúdo informativo.

Figura 2: Letalidade por cólera em países da SADC, janeiro a maio de 2026, com intervalos exatos de Clopper-Pearson. A vermelho, os países cujo intervalo excede 5 pontos percentuais de largura. Elaborado a partir da atualização epidemiológica multipaís n.º 38 da OMS.



Atraso das séries. Na data de leitura, 14 de setembro, o boletim semanal de surtos e emergências da OMS AFRO mais recente localizado cobria a semana 33, de 10 a 16 de agosto (OMS AFRO, consultado a 14/09/2026). São quatro semanas entre o fim do período de referência e a data de consulta, o que desaconselha usar essas séries para leitura de tendência na quinzena. A atualização multipaís da cólera, por sua vez, terminou na edição n.º 38, de 30 de junho, e a OMS transferiu a publicação mensal para o Weekly Epidemiological Record a partir de julho; não foi localizada nenhuma edição nova durante a quinzena. A mudança de veículo não é neutra, porque interrompe uma série com dados de país comparáveis. Na vigilância de

doenças crônicas não transmissíveis não se identificou publicação regional nova no período. A ausência conta: em vários Estados da SADC o inquérito STEPS e os registros de câncer continuam a ser a base de referência, e o intervalo entre rondas é longo.

Financiamento e economia da saúde

Em 4 de setembro a RD Congo e os parceiros lançaram um plano revisto de 180 dias, orçado em 1,3 bilhão de dólares, que cobre vigilância, rastreamento de contatos, cuidados clínicos, logística, comunicação de risco e preparação das províncias em risco (Africa CDC, 05/09/2026); (Ecofin, 07/09/2026). Sobrepõe-se ao plano continental conjunto da OMS e do CDC África, de 518 milhões de dólares para junho a novembro (OMS, 05/06/2026), e à revisão em alta de junho, que elevou a necessidade estimada a 1,4 bilhão (CNBC Africa, 25/06/2026).

O problema não é o valor pedido, é o que chega. No fim de junho o CDC África indicava 910 milhões em promessas e apenas 13% efetivamente liberados (CNBC Africa, 25/06/2026). Não foi possível localizar, durante a quinzena, atualização pública da taxa de desembolso. Enquanto a diferença entre promessa e transferência não for publicada com regularidade, os totais anunciados dizem pouco sobre a capacidade real de operação no terreno.

Em 1º de setembro o Reino Unido anunciou 51 milhões de libras adicionais, dos quais 40 milhões de fundos humanitários de contingência e 11 milhões remanejados de dotações já existentes, o que eleva o compromisso total a 78 milhões (FCDO, 01/09/2026). A distinção importa: cerca de um quinto do anúncio é rearranjo interno e sai de rubricas de cooperação que não foram identificadas. As fontes divergem sobre o mesmo número: o CDC África refere um total de 78,7 milhões de libras (Africa CDC, 06/09/2026) e parte da imprensa reproduziu o valor em euros. Diferenças de arredondamento e de moeda passam despercebidas, mas contaminam qualquer série de compromissos construída a partir de notícias.

O pano de fundo é a contração da ajuda. Em artigo de opinião de 5 de setembro, Ahmed Ogwell Ouma estima que a assistência ao desenvolvimento para a saúde em África caiu de 25,8 bilhões de dólares em 2021 para cerca de 13 bilhões em 2025, enquanto o número de emergências de saúde pública no continente subiu 41% no mesmo intervalo (African Arguments, 05/09/2026). São valores de autor, não de base oficial, e devem ser tratados como tal. A tendência coincide, ainda assim, com o que se observa nas alocações: o Fundo Global reduziu em cerca de 25% a dotação da África do Sul para o ciclo de 2028–2031, com saída programada para depois de 2034 (Bhekisisa, 28/04/2026). As metas também não têm sido confrontadas com o crescimento real. A meta de Abuja, 15% do orçamento público para a saúde, foi fixada em 2001 e continua sem cumprimento na maior parte dos Estados; substituir por receita interna uma perda anual desta ordem exigiria taxas de crescimento do gasto público em saúde bastante acima das observadas na última década.

Comentários sobre a governança regional

Em 31 de agosto o CDC África foi designado para representar as organizações regionais de saúde de todo o mundo na Task Force conjunta sobre reforma da arquitetura global da saúde, criada na sequência da 79.ª Assembleia Mundial da Saúde e da iniciativa UN80; a primeira reunião presencial ocorreu em 3 e 4 de setembro, em Genebra (Africa CDC, 31/08/2026). É um ganho de posição: o CDC África leva o mandato de 55 Estados-membros a uma mesa que discute mandatos, coordenação e prioridades de financiamento do sistema multilateral. Resta saber se a representação se traduz em capacidade de decisão ou apenas em consulta.

Em 8 de setembro, um grupo que inclui o Diretor-Geral do CDC África assinou texto conjunto em defesa de que o financiamento de emergência não basta e que mecanismos previsíveis devem existir antes das crises e abranger desenvolvimento, produção, aquisição e armazenamento de contramedidas médicas (Africa CDC, 08/09/2026). O argumento é conhecido. O que muda é a assinatura conjunta de instituições africanas e de financiadores do Norte no meio de um surto ativo.

Imediatamente antes da quinzena, dois eventos moldaram o quadro regional. A 76.ª sessão do Comité Regional da OMS para África ocorreu de 25 a 28 de agosto, em Adis Abeba, e adotou a estratégia de financiamento da saúde para 2026–2035, além do compromisso de formar e reter três milhões de profissionais de saúde até 2035 (OMS AFRO, 25–28/08/2026). A 46.ª Cúpula Ordinária da SADC, em 17 de agosto, em Durban, passou a presidência a Cyril Ramaphosa, pediu apoio continuado à RD Congo e saudou Angola, África do Sul e Zimbábue pela assistência prestada (SADC, 17/08/2026). O comunicado não contém decisões sobre financiamento da saúde, aquisição conjunta ou produção local, matérias que os ministros da Saúde e da Fazenda da região haviam tratado em julho, em Harare. Fora da janela, em 25 de setembro realiza-se a segunda reunião de alto nível da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre prevenção, preparação e resposta a pandemias (OMS, agenda, 25/09/2026); será o próximo ponto de observação.

Produção local e acesso a medicamentos

Não existe vacina licenciada contra o vírus Bundibugyo. Em agosto a OMS recomendou que a Ervebo, única vacina licenciada contra o Ebola, fosse incluída num ensaio aleatorizado no contexto do surto, com a ressalva de que a proteção cruzada esperada é limitada, com base em estudos em primatas não humanos com quatro animais por grupo (Al Jazeera/OMS, 07/08/2026). A vacinação de profissionais de saúde começou em 27 de agosto e, em 6 de setembro, 2.007 pessoas haviam sido vacinadas em seis distritos sanitários de três províncias (OMS, 10/09/2026). Para uma epidemia com mais de 6.700 casos confirmados, é um número pequeno, e a base de evidência que sustenta a decisão continua fraca.

Em 20 de agosto a CEPI anunciou 4,17 milhões de dólares para quatro estudos que avaliam se as vacinas existentes contra o vírus Ebola Zaire geram resposta imune contra o Bundibugyo, com primeiros resultados esperados em dois a seis meses e transferência de métodos laboratoriais para o INRB na RD Congo (CEPI, 20/08/2026). O montante é modesto face ao problema, e o que se transfere é capacidade analítica, não capacidade de produção.

Na aquisição, o Gana anunciou em 7 de setembro a adesão ao Mecanismo Africano de Aquisição Conjunta, com memorando assinado em 21 de agosto, em Acra (MyJoyOnline, 07/09/2026). A primeira licitação do mecanismo, concluída em maio, obteve preços 30% a 90% abaixo dos valores de referência dos Estados-membros em dez produtos de saúde materna e infantil, cinco deles com fabricantes africanos (Africa CDC, 12/05/2026). Nenhum Estado da SADC anunciou adesão formal durante a quinzena. A região mantém em paralelo os seus SADC Pooled Procurement Services, com meta de operacionalização plena no quarto trimestre de 2026 e redução de custos estimada até 40% (SADC, 01/04/2026). A articulação entre os dois instrumentos continua por definir, e a duplicação de estruturas de agregação de demanda no mesmo conjunto de países merece atenção nos próximos meses.

Quadro 1: Cronologia, 31 de agosto a 13 de setembro de 2026

Data	Facto
31/08	Africa CDC designado para representar as organizações regionais de saúde na Task Force conjunta da OMS sobre reforma da arquitetura global.
01/09	Reino Unido anuncia £51 milhões adicionais (£40 mi novos, £11 mi remanejados); compromisso total £78 milhões.
01/09	Briefing de alto nível da OMS para Estados-membros sobre a resposta na RD Congo.
03–04/09	Primeira reunião presencial da Task Force, Genebra.
04/09	RD Congo lança plano revisado de 180 dias, orçado em 1,3 bilhão de dólares.
06/09	2.007 pessoas vacinadas com Ervebo em seis distritos sanitários de três províncias.
07/09	Gana anuncia adesão ao Mecanismo Africano de Aquisição Conjunta (memorando de 21/08).
07/09	Data de corte: 6.757 casos confirmados e 3.267 óbitos na RD Congo.
08/09	Declaração conjunta de instituições africanas e financiadores sobre os limites do financiamento de emergência.
10/09	OMS publica atualização; risco mantido em “muito elevado” para a RD Congo.

Nota sobre método, fontes e limites. Intervalos de confiança calculados pelo método exato de Clopper-Pearson a partir dos numeradores e denominadores publicados. As letalidades são aparentes, não ajustadas para o tempo até o desfecho nem para casos ainda em evolução, pelo que subestimam a letalidade final. Os dados de Uganda têm corte em 28 de julho. Não foi possível consultar o relatório semanal de inteligência epidémica do CDC África referente a setembro, nem boletins da OMS AFRO posteriores à semana 33; o artigo de revisão sobre vigilância de doenças não transmissíveis na Região Africana estava em acesso restrito. As associações descritas não são interpretadas como relações causais.

Entre a Reforma e a Influência: a Estratégia Europeia para a Saúde Global

Entre la Reforma y la Influencia: la Estrategia Europea para la Salud Global

Between Reform and Influence: The European Strategy for Global Health

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Resumo: No informe Europa, Freire analisa a posição da União Europeia (UE) diante da reforma da arquitetura global de saúde, com foco no papel da OMS. A análise mostra que a UE defende a preservação do sistema multilateral e da OMS como principal instituição de governança sanitária global, mas considera necessária uma reorganização que torne o sistema mais eficiente, coordenado, transparente e financeiramente sustentável. Um dos principais pontos defendidos pelos europeus é a redução da fragmentação da arquitetura global de saúde. A UE pretende diminuir sobreposições entre organizações e iniciativas, racionalizar custos e melhorar a coordenação entre instituições como a OMS, Gavi, Fundo Global, Banco Mundial e outras iniciativas internacionais. Nesse modelo, a OMS deveria concentrar-se principalmente em funções normativas, regulatórias, produção de evidências, definição de padrões e coordenação. O financiamento aparece como outro grande desafio: a dependência da OMS de contribuições voluntárias e direcionadas limita sua autonomia e previsibilidade financeira. Por isso, a UE defende mecanismos de financiamento mais sustentáveis e previsíveis. Outro aspecto importante é a dimensão geopolítica da reforma. A UE pretende fortalecer sua posição nas cadeias globais de medicamentos e vacinas, ampliar a produção regional, diversificar fornecedores e fortalecer capacidades regulatórias e industriais, especialmente na África. O fortalecimento de instituições africanas, como a União Africana e o Africa CDC, é apresentado como parte dessa estratégia. Em síntese, a UE busca reformar a arquitetura global de saúde sem desestruturá-la. Sua estratégia procura fortalecer a OMS, reduzir a fragmentação, aumentar a eficiência e a sustentabilidade financeira, ampliar a participação dos países em desenvolvimento e, simultaneamente, preservar e ampliar a capacidade europeia de influência na governança global da saúde.

Palavras-chave: União Europeia; OMS; Arquitetura da Saúde Global.

Resumen: *En el Informe Europa, Freire analiza la posición de la Unión Europea (UE) ante la reforma de la arquitectura mundial de la salud, con especial atención al papel de la OMS. El análisis muestra que la UE defiende la preservación del sistema multilateral y de la OMS como principal institución de gobernanza sanitaria mundial, pero considera necesaria una reorganización que haga que el sistema sea más eficiente, coordinado, transparente y financieramente sostenible. Uno de los principales puntos defendidos por los países europeos es la reducción de la fragmentación de la arquitectura mundial de la salud. La UE pretende reducir las superposiciones entre organizaciones e iniciativas, racionalizar los costos y mejorar la coordinación entre instituciones como la OMS, Gavi, el Fondo Mundial, el Banco Mundial y otras iniciativas internacionales. En este modelo, la OMS debería centrarse principalmente en funciones normativas y regulatorias, la producción de evidencia, el establecimiento de*

estándares y la coordinación. La financiación constituye otro gran desafío: la dependencia de la OMS de contribuciones voluntarias y destinadas a fines específicos limita su autonomía y previsibilidad financiera. Por ello, la UE defiende mecanismos de financiación más sostenibles y previsibles. Otro aspecto importante es la dimensión geopolítica de la reforma. La UE pretende fortalecer su posición en las cadenas mundiales de suministro de medicamentos y vacunas, ampliar la producción regional, diversificar proveedores y fortalecer las capacidades regulatorias e industriales, especialmente en África. El fortalecimiento de instituciones africanas, como la Unión Africana y Africa CDC, se presenta como parte de esta estrategia. En síntesis, la UE busca reformar la arquitectura mundial de la salud sin desestructurarla. Su estrategia procura fortalecer la OMS, reducir la fragmentación, aumentar la eficiencia y la sostenibilidad financiera, ampliar la participación de los países en desarrollo y, al mismo tiempo, preservar y ampliar la capacidad europea de influencia en la gobernanza mundial de la salud.

Palabras clave: *Unión Europea; OMS; Arquitectura de la salud global.*

Abstract: *In the Europe Report, Freire analyzes the position of the European Union (EU) regarding the reform of the global health architecture, with a focus on the role of the WHO. The analysis shows that the EU advocates preserving the multilateral system and the WHO as the main institution of global health governance, while considering a reorganization necessary to make the system more efficient, coordinated, transparent, and financially sustainable. One of the main points advocated by European countries is the reduction of fragmentation within the global health architecture. The EU seeks to reduce overlaps among organizations and initiatives, rationalize costs, and improve coordination among institutions such as the WHO, Gavi, the Global Fund, the World Bank, and other international initiatives. Under this model, the WHO should focus primarily on normative and regulatory functions, evidence generation, standard-setting, and coordination. Financing is another major challenge: the WHO's dependence on voluntary and earmarked contributions limits its autonomy and financial predictability. For this reason, the EU advocates more sustainable and predictable financing mechanisms. Another important aspect is the geopolitical dimension of the reform. The EU seeks to strengthen its position in global medicine and vaccine supply chains, expand regional production, diversify suppliers, and strengthen regulatory and industrial capacities, particularly in Africa. Strengthening African institutions, such as the African Union and Africa CDC, is presented as part of this strategy. In summary, the EU seeks to reform the global health architecture without destabilizing it. Its strategy aims to strengthen the WHO, reduce fragmentation, increase efficiency and financial sustainability, expand the participation of developing countries, and, at the same time, preserve and enhance Europe's capacity to influence global health governance.*

Keywords: *European Union; WHO; Global Health Architecture.*

O informe Europa desta quinzena se dedica a apreciar as posições de países europeus frente à proposta de reforma da arquitetura da governança global em saúde, mais especificamente da Organização Mundial da Saúde, nossa tão conhecida OMS. A "arquitetura global de saúde" compreende as instituições, mecanismos de financiamento, estruturas de governança e parcerias que organizam a cooperação internacional em saúde. Esse sistema é

considerado excessivamente fragmentado pela UE e, há anos, recebe críticas dos países beneficiários por seus mecanismos de financiamento e pela limitada autonomia nacional[1].

A Europa foi um dos primeiros atores internacionais a pleitearem a reforma, ainda no contexto da pandemia da Covid-19, em 2020. À época, se ansiava por mais transparência na comunicação de crises de saúde emergentes por parte dos países-membros. A Alemanha liderou esse processo na Europa, elaborando um esboço de proposta de reforma depois de conversas com outros países-membros para tratar das deficiências da OMS no tocante a financiamento, governança e poderes legais.

O documento, exortava a OMS a adotar medidas que aumentariam a "transparência sobre o cumprimento nacional" das Regulações Internacionais de Saúde, que exigem que os países-membros compartilhem informações sobre emergências de saúde rapidamente. A Alemanha não só deu o primeiro passo, como atuou para que o processo tivesse celeridade e que uma reforma fosse seriamente debatida[2,3].

Foi a União Europeia, por intermédio de Charles Michel, então presidente do Conselho Europeu, que propôs, em novembro de 2020, a elaboração de um instrumento internacional sobre pandemias, por ocasião do Fórum da Paz de Paris. Em maio de 2025, os países da OMS adotaram o novo instrumento, com objetivo de proteger melhor as pessoas, as comunidades e os países contra futuras pandemias, melhorando a prevenção, a preparação e a resposta.

A reforma, no entanto, ainda está em curso dado que está pendente a negociação de um sistema de acesso e partilha dos benefícios relativamente a agentes patogénicos, que constituirá um anexo do acordo. Quando esse anexo for adotado, o acordo sobre pandemias estará aberto à assinatura e à ratificação por todos os países membros da OMS[4].

Além desta pendência para a conclusão da pretendida e necessária reforma, alguns ajustes precisam ser negociados. Como nos explica Lucia Marques, "para que o acordo saia do papel — garantindo equidade de insumos, transferência de tecnologia e acesso compartilhado a patógenos —, a OMS precisa de uma estrutura executiva interna mais ágil, transparente e imparcial. A própria implementação do tratado exige que a máquina burocrática da OMS se modernize"[5].

Um dos temas de maior importância dessa reforma é o financiamento. Atualmente, a Organização depende de doações (contribuições voluntárias), que muitas vezes são direcionadas a projetos específicos, o que compromete a independência de atuação. A retirada dos EUA da Organização contribuiu para aumentar este problema. Assim, esta pauta, que já era

---

1 https://static1.squarespace.com/static/625b44be83e612233a8077de/t/69a56944d1260a6f9fbb6f37/1772448068661/Reflection+Process+Global+Health+Architecture+Reform_Final+Report.pdf. Acesso em 14/09/2026.

2 https://www.terra.com.br/noticias/mundo/exclusivo-ue-pede-reforma-da-oms-e-novas-abordagens-para-pandemias,49656753b3a6ab84a58cb374d4289741n0whwxzf.html?utm_source=clipboard. Acesso em 14/09/2026.

3 https://exame.com/mundo/europa-pede-reforma-da-oms-e-novas-abordagens-para-pandemias/. Acesso em 14/09/2026.

4 https://www.consilium.europa.eu/pt/infographics/towards-an-international-treaty-on-pandemics/. Acesso em 14/09/2026.

5 https://cadernossaudeglobalfiocruz.net/csgf/article/view/523/478. Acesso em 14/09/2026.

relevante, se tornou urgente. É preciso uma mudança no sistema de financiamento da OMS para que ele seja perene e mais previsível. Hoje a agência opera com um orçamento bienal, o que pode prejudicar a independência da OMS, caso seja necessário arrecadar fundos de países doadores no meio de uma emergência.

Por ocasião da 79ª Assembleia Mundial da Saúde realizada em maio de 2026 (WHA79), foi criada uma força-tarefa conjunta da OMS sobre a Reforma da Arquitetura Global da Saúde, com ativa participação da União Europeia.

A força-tarefa congrega 25 membros: China e Alemanha, compartilhando a copresidência; 12 Estados-membros da OMS: Brasil, México, França, Reino Unido, Japão, Malásia, Tailândia, Butão, Paquistão, Kwait, Burundi e Etiópia; 5 membros de Iniciativas Globais de Saúde: Cepi, Gavi, Fundo Global, Fundo Pandêmico e Unitaid; 3 entidades das Nações Unidas: Unicef, Unfpa e a própria OMS; e 1 representante das instituições financeiras, que é o Banco Mundial. A força-tarefa deverá apresentar um relatório provisório em novembro de 2026, seguido de consultas antes da apresentação do relatório final à Assembleia Mundial da Saúde, em abril de 2027

Em declaração, a UE defende uma ampla inclusão, promovendo a participação de organizações da sociedade civil (OSCs) e de atores não estatais na força-tarefa de 25 membros, com o objetivo de aumentar sua legitimidade e aprofundar sua atuação. O bloco reafirma o papel da Organização como pedra angular do ecossistema global de saúde; insta a participação inclusiva, equitativa e transparente de todas as partes interessadas relevantes; e reconhece a necessidade de se preciso aumentar a eficácia, a eficiência e o impacto para continuar a melhorar os resultados de saúde em todo o mundo , abordando as lacunas, minimizando a duplicação de esforços e aprimorando a coordenação.

O processo deve fortalecer a cooperação entre os atores da saúde, respeitando seus mecanismos de governança. Deve esclarecer os papéis e apoiar uma prestação de serviços mais eficiente, baseada em mandatos essenciais e vantagens comparativas. Além disso, deve promover o financiamento previsível e sustentável da saúde, necessário para a transição rumo à soberania em saúde.

O mesmo documento recomenda ao Secretariado que garanta que as recomendações reflitam consenso e que sejam viáveis e executáveis. Entendendo que a força-tarefa é órgão consultivo, e não deliberativo, no caso de ausência de consenso, a UE sugere que todas as opiniões devam ser relatadas de forma equitativa aos órgãos diretivos competentes, de forma a que se respeite o papel dos Estados-membros de tomadores de decisão finais na OMS e nos órgãos diretivos competentes dos respectivos atores.

O documento "EU and Like-Minded Donors' Reflection Process on Reform of the Global Health Architecture: Reform Ideas and Options[6]", finalizado em fevereiro de 2026, é particularmente relevante para entender como a União Europeia pretende se posicionar nas negociações sobre a reforma da arquitetura global de saúde. O processo foi encomendado pela Direção-Geral de Parcerias Internacionais da Comissão Europeia (DG INTPA) e envolveu 11

6 https://static1.squarespace.com/static/625b44be83e612233a8077de/t/69a56944d1260a6f9fbb6f37/1772448068661/Reflection+Process+Global+Health+Architecture+Reform_Final+Report.pdf. Acesso em 14/09/2026.

Estados-Membros da UE e 5 países alinhados, além de consultas a mais de 490 atores. O próprio relatório ressalva, entretanto, que suas conclusões não constituem necessariamente a posição oficial da Comissão Europeia.

A leitura do documento permite identificar uma estratégia europeia relativamente clara: preservar o multilateralismo e o papel central da OMS, mas tornar o sistema mais enxuto, coordenado, eficiente e orientado para a soberania dos países, ao mesmo tempo em que a UE procura utilizar seu peso financeiro, institucional e político para influenciar a reforma. A principal preocupação parece ser reformar sem desorganizar o sistema. A arquitetura atual é considerada fragmentada, sobreposta e excessivamente complexa, com muitos atores, mecanismos financeiros e iniciativas globais atuando simultaneamente. Ao mesmo tempo, o relatório rejeita uma ruptura abrupta. Há uma preocupação explícita em proteger programas que funcionam, especialmente:

- combate às doenças infecciosas;
- saúde materno-infantil;
- acesso a medicamentos essenciais;
- vigilância epidemiológica e alerta precoce;
- pesquisa e desenvolvimento para doenças negligenciadas;
- mecanismos de compras conjuntas.

Ou seja, a UE parece buscar uma "reforma com continuidade": racionalizar a arquitetura, mas evitar que a reforma provoque perda dos resultados obtidos nas últimas décadas.

Aqui temos o primeiro grande interesse europeu: fortalecer a OMS, concentrando-a em "funções essenciais", mais focada e eficiente, concentrada sobretudo em:

- normas e padrões internacionais;
- orientação normativa;
- definição de padrões regulatórios;
- prequalificação;
- produção e disseminação de evidências;
- coordenação e convocação dos atores.

A lógica é que a OMS deve recuperar sua vantagem comparativa, deixando funções de implementação, financiamento e aquisição de produtos para outros atores quando estes tiverem maior capacidade.

Esse ponto é importante politicamente: a UE quer preservar o papel central da OMS sem necessariamente ampliar indiscriminadamente suas atribuições. A reforma da OMS deve estar articulada também ao processo UN80 e abranger sua atuação global, regional e nacional

O segundo grande interesse, e talvez uma das discussões mais estratégicas do documento, é reduzir a fragmentação das grandes iniciativas globais de saúde. A UE e os países alinhados consideram que o ecossistema das *Global Health Initiatives (GHIs*) — incluindo organizações como Gavi e *Global Fund* — tornou-se excessivamente fragmentado. Não existe consenso entre os próprios países europeus sobre até onde ir: alguns demonstram interesse em uma consolidação radical; outros são mais cautelosos.

No entanto, existe consenso sobre a necessidade de:

- reduzir duplicações;
- diminuir custos administrativos;
- harmonizar critérios de elegibilidade;
- coordenar modelos de financiamento;
- alinhar estratégias de transição;
- aumentar a representação dos países implementadores nos conselhos das GHIs;
- transformar os compromissos da Agenda Lusaka em mudanças efetivas.

Cabe destacar que aumentar o retorno político e sanitário de seus recursos, reduzindo a dispersão de influência entre dezenas de instituições, é interesse estratégico da União Europeia. Aqui nasce um terceiro interesse da UE na reforma da arquitetura global de saúde: aumentar o papel de bancos multilaterais para aumentar sua própria influência. O documento atribui um papel muito maior ao Banco Mundial, FMI e bancos regionais de desenvolvimento na saúde global. A ideia é utilizar a influência dos países europeus nos conselhos dessas instituições para:

- aumentar investimentos em saúde;
- fortalecer atenção primária e cobertura universal;
- mobilizar financiamento privado;
- desenvolver financiamento misto (*blended finance*);
- financiar infraestrutura de cadeias de suprimentos;
- apoiar saúde digital;
- fortalecer sistemas de dados;
- financiar produção farmacêutica.

Há aqui uma mudança importante: a arquitetura de saúde não deve depender exclusivamente da ajuda oficial ao desenvolvimento (ODA/DAH). O relatório procura conectar saúde, desenvolvimento, financiamento, investimento e bancos multilaterais. Isso é particularmente relevante diante da previsão de queda acentuada da assistência internacional à saúde: o relatório estima que o financiamento externo para saúde possa cair para aproximadamente US$ 36,2 bilhões em 2030, cerca de 60% abaixo de 2023.

O relatório apresenta um ponto que pode guardar o aspecto conceitual mais importante da reforma: mudar a relação entre doadores e países em desenvolvimento. O relatório defende uma mudança de um modelo baseado em "*donor-driven health*" para um modelo *de country ownership, leadership and sovereignty*. A ideia central é: **um plano nacional de saúde, um orçamento nacional e um sistema de monitoramento**, com os diferentes financiadores alinhados a eles. O financiamento externo deveria ser:

- previsível;
- alinhado às prioridades nacionais;
- menos fragmentado;
- progressivamente catalítico;
- complementar ao financiamento doméstico.

Não é possível apresentar este ponto como um interesse europeu no processo de reforma. O relatório chega a propor que os países europeus apoiem os chamados *National Health Compacts* (Pactos Nacionais de Saúde, são planos de reforma de 5 anos, liderados por governos nacionais em parceria com organizações internacionais, para expandir o acesso a

serviços de saúde de qualidade), liderados pelo Banco Mundial e pela OMS, desde que estejam alinhados aos princípios europeus de soberania nacional, transparência e coordenação efetiva.

Neste ponto existe um dilema: a União Europeia até concorda com a propriedade pelos países, mas não renuncia às prestações de contas sobre o uso dos recursos. O próprio documento reconhece que uma verdadeira transferência de poder para países de baixa e média renda significaria, em alguma medida, reduzir o controle dos próprios doadores.

Outro claro interesse europeu é fortalecer a posição europeia nas cadeias globais de medicamentos e vacinas. Neste ponto, parecem convergir os interesses de saúde, economia e geopolítica europeias. O relatório apoia:

- produção regional de medicamentos e vacinas;
- resiliência das cadeias de suprimentos;
- compras conjuntas;
- diversificação de fornecedores;
- acesso equitativo a produtos de saúde;
- investimentos em capacidade industrial regional.

A África aparece como prioridade importante e o documento menciona explicitamente a expansão de iniciativas europeias como MAV+ (*Manufacturing and Access to Vaccines, Medicines and Health Technologies*), o envolvimento do Banco Europeu de Investimento e de outras instituições europeias.

Isso revela um interesse europeu que vai além da saúde pública: **a UE pretende participar da construção de uma nova geografia global da produção farmacêutica e das cadeias de suprimentos.** O próprio relatório reconhece que a produção regional de medicamentos é também uma questão de poder econômico e geopolítico, porque determina quem captura os benefícios econômicos e quem exerce autoridade regulatória.

Neste sentido, a África surge como um espaço estratégico para a estratégia europeia, ocupando posição particularmente importante no documento. A proposta é fortalecer:

- União Africana;
- Africa CDC;
- *African Medicines Agency*;
- Escritório Regional Africano da OMS;
- comunidades econômicas regionais;
- capacidade africana de vigilância;
- produção regional de medicamentos;
- cadeias de suprimentos;
- participação africana nos conselhos das GHIs.

O relatório recomenda que os doadores europeus se alinhem a iniciativas africanas como a Agenda Lusaka, o Accra Reset e a atuação sul-africana no G20, evitando criar novas estruturas que aumentem a fragmentação.

Aqui, o interesse europeu é fortalecer capacidades regionais africanas, mas fazendo isso por meio de instituições consideradas legítimas pelos próprios países africanos.

A União Europeia sente necessidade de uma posição europeia coordenada entre os seus Estados-membros e países "afins" (*like-minded*). O relatório identifica quatro instrumentos principais:

1. participação em órgãos de governança;
2. uso estratégico dos mecanismos de financiamento;
3. programas bilaterais;
4. *advocacy* político e diplomático.

A mensagem é clara e direta: a influência europeia será maior se os países coordenarem suas posições nos conselhos da OMS, Gavi, Fundo Global, Banco Mundial e outras instituições. Isso indica que o documento não está apenas propondo uma reforma da arquitetura global. Ele também está propondo uma estratégia de poder para a UE dentro dessa arquitetura.

O pleito por uma governança mais inclusiva que não perca a capacidade de decisão está presente no documento e é acolhida pela UE, que apoia uma redistribuição de poder em favor de países de baixa e média renda e atores implementadores. Neste sentido, o relatório recomenda:

- maior representação de países implementadores;
- maior participação da sociedade civil;
- conselhos mais equilibrados;
- mecanismos de *accountability* dos próprios conselhos;
- maior transparência;
- responsabilidade recíproca entre financiadores e países.

Um conceito particularmente importante é a passagem de uma *accountability* unilateral — países respondendo aos doadores — para uma *accountability* recíproca, na qual também os financiadores devem responder pela previsibilidade, coerência e respeito à soberania nacional. Entretanto, o relatório reconhece que essa mudança reduz o controle tradicional dos financiadores e, portanto, será politicamente difícil.

Outro eixo importante é a construção de sistemas globais e regionais de: vigilância; alerta precoce; sequenciamento genômico; análise de dados; inteligência artificial; monitoramento de pandemias. O relatório recomenda inclusive maior colaboração entre instituições europeias, como o ECDC, e instituições africanas. Mas há uma preocupação interessante: dados de saúde, dados de patógenos e sistemas avançados de vigilância são tratados como ativos geopolíticos estratégicos.

Após a apreciação do documento, fica a ideia de que, no geral, o interesse central da União Europeia é construir uma arquitetura global de saúde mais enxuta, coordenada e financeiramente sustentável, na qual a OMS mantenha sua função normativa central, os países em desenvolvimento tenham maior soberania e voz, e a UE consiga utilizar de forma mais coordenada seu peso financeiro, diplomático, regulatório e industrial para influenciar as regras, o financiamento e as cadeias globais de saúde. Há, portanto, 3 camadas de interesse europeu no documento:

1. Interesse sanitário: garantir bens públicos globais — pandemias, vigilância, medicamentos, vacinas, normas e pesquisa.

2. Interesse financeiro/institucional**:** fazer com que cada euro europeu produza maior impacto, reduzindo fragmentação, duplicações e estruturas paralelas.

3. Interesse geopolítico: preservar e ampliar a capacidade da Europa de influenciar a governança global da saúde, inclusive por meio da OMS, Banco Mundial, Gavi, Fundo Global, parcerias industriais e relações estratégicas com a África.

Esse terceiro elemento é particularmente importante. O documento não propõe simplesmente “mais saúde global”. Ele propõe uma arquitetura na qual recursos, governança, produção de medicamentos, dados, financiamento e capacidade regulatória sejam reorganizados — e recomenda que a UE coordene seus instrumentos para ocupar uma posição de influência nesse novo arranjo.

Cabe observar, no entanto, que este é um relatório de reflexão encomendado pela Comissão Europeia, e não um documento que formalmente estabeleça a posição negociadora da UE.

Considerações Finais

Assim como no processo UN80, a União Europeia apoia a reforma da arquitetura global de saúde não como uma ruptura com o sistema multilateral existente, mas como uma tentativa de reorganizá-lo, racionalizá-lo e torná-lo mais sustentável. A estratégia europeia combina, assim, a preservação do papel central da OMS com a defesa de uma arquitetura mais coordenada, eficiente, transparente e orientada para resultados, na qual cada instituição exerça funções compatíveis com suas vantagens comparativas.

Nesse processo, a OMS permanece como a pedra angular da governança global da saúde, especialmente em suas funções normativas, regulatórias, de produção de evidências, coordenação e convocação dos diferentes atores. A UE não defende ampliar as atribuições da Organização. Ao contrário, propõe uma concentração em funções essenciais, acompanhada de uma melhor articulação com iniciativas globais de saúde, instituições financeiras internacionais, organismos regionais e estruturas nacionais. A reforma pretendida, portanto, não significa uma OMS maior, mas uma OMS mais focada, eficiente e capaz de exercer com maior autoridade suas funções essenciais.

O financiamento constitui, sabidamente, um dos principais desafios para a sustentabilidade da arquitetura global de saúde. A excessiva dependência de contribuições voluntárias e direcionadas compromete a autonomia e a previsibilidade da atuação da OMS e de outras instituições. A redução da assistência internacional à saúde e a saída dos EUA da Organização tornam essa questão ainda mais urgente. A defesa europeia de mecanismos de financiamento mais previsíveis, sustentáveis e coordenados deve ser compreendida, portanto, não apenas como uma preocupação administrativa, mas como condição para que o sistema multilateral seja capaz de responder a crises e preservar bens públicos globais de saúde.

Outro elemento central é a tentativa de superar a fragmentação institucional. A UE reconhece que a multiplicidade de iniciativas, fundos e organizações contribuiu para ampliar a capacidade de resposta da comunidade internacional, mas também produziu sobreposições, custos administrativos e dificuldades de coordenação. A proposta europeia busca racionalizar o ecossistema das Iniciativas Globais de Saúde, fortalecer a cooperação entre seus diferentes atores e evitar a criação de novas estruturas paralelas. A reforma deve produzir maior integração sem comprometer programas e mecanismos que já demonstraram capacidade de gerar resultados.

A dimensão geopolítica não pode ser dissociada da posição europeia. O fortalecimento de cadeias regionais de produção de medicamentos e vacinas, a diversificação de fornecedores, a capacidade regulatória, a infraestrutura de saúde e o desenvolvimento de sistemas de dados revelam que a reforma da arquitetura global de saúde ultrapassa os limites estritamente sanitários. Para a UE, saúde, desenvolvimento, indústria, comércio, tecnologia e segurança estão cada vez mais interligados. O apoio à expansão da capacidade produtiva africana e ao fortalecimento de instituições como a União Africana, o CDC África e a futura Agência Africana de Medicamentos está inserido nessa estratégia mais ampla de reorganização das relações de interdependência na saúde global.

A África assume, portanto, posição particularmente relevante. Ao defender que os parceiros europeus apoiem estruturas e iniciativas lideradas pelos próprios países africanos, em vez de criar novos mecanismos paralelos, a UE procura combinar o fortalecimento da soberania regional com a manutenção de sua capacidade de influência. Trata-se de uma mudança significativa em relação a modelos tradicionais de cooperação baseados predominantemente na relação doador-beneficiário, embora sua implementação revele necessariamente tensões entre os interesses dos financiadores e a autonomia dos países parceiros.

Outro aspecto que merece atenção é a estratégia de coordenação interna europeia. A influência da UE na nova arquitetura dependerá não apenas de sua capacidade financeira, mas também da capacidade de seus Estados-membros de coordenarem posições nos diferentes espaços de governança. A atuação articulada na OMS, nas Iniciativas Globais Internacionais, no Banco Mundial, nos bancos regionais de desenvolvimento e em outras instituições poderá ampliar o peso político europeu nas negociações. Dessa forma, a reforma da arquitetura global de saúde constitui simultaneamente um processo de transformação institucional e uma oportunidade para a UE reorganizar e potencializar seus próprios instrumentos de influência internacional.

Em síntese, podem ser identificadas 3 dimensões complementares do interesse europeu. A primeira é sanitária, relacionada à preservação e ao fortalecimento de bens públicos globais, como prevenção e resposta a pandemias, vigilância epidemiológica, acesso a medicamentos e vacinas, pesquisa e estabelecimento de normas internacionais. A segunda é financeira e institucional, associada à necessidade de produzir maior impacto a partir dos recursos disponíveis, reduzindo fragmentação, duplicações e custos administrativos e tornando o financiamento mais previsível. A terceira é geopolítica, relacionada à preservação e ampliação da capacidade europeia de influenciar as regras, os fluxos financeiros, as cadeias produtivas, os sistemas regulatórios e os mecanismos de governança da saúde global.

A força-tarefa criada na WHA79 será um espaço importante para observar como essas prioridades serão traduzidas em propostas concretas. O relatório provisório previsto para novembro de 2026 e, posteriormente, o relatório final a ser apresentado à Assembleia Mundial da Saúde em 2027 permitirão avaliar até que ponto será possível construir consensos sobre financiamento, governança, divisão de funções, representação dos países implementadores e coordenação entre as diferentes instituições. Nesse processo, a participação ativa da UE deverá ser acompanhada não apenas por suas posições formais, mas também pela forma como utilizará seus instrumentos financeiros, diplomáticos e institucionais.

Por fim, é importante preservar a distinção entre as conclusões do relatório de reflexão de fevereiro de 2026 e uma posição negociadora formal da União Europeia. Ainda assim, o

documento oferece elementos suficientes para identificar uma direção estratégica: reformar a arquitetura global de saúde sem desestruturá-la; fortalecer a OMS sem ampliar indiscriminadamente suas funções; reduzir a fragmentação sem eliminar mecanismos eficazes; ampliar a soberania dos países sem abandonar a prestação de contas; e aumentar a sustentabilidade financeira sem depender exclusivamente da assistência tradicional ao desenvolvimento.

A reforma em curso, portanto, não diz respeito apenas à eficiência da governança global da saúde. Ela envolve também uma disputa sobre quem define prioridades, quem financia, quem produz, quem regula e quem participa das decisões sobre saúde em escala global. É justamente nessa interseção entre saúde pública, financiamento, soberania e poder que se encontra o principal interesse europeu no processo de reforma — e uma das principais chaves para compreender os rumos que a nova arquitetura global de saúde poderá assumir nos próximos anos.

Assistência Humanitária na Região MENA: limites e possibilidades

Asistencia humanitaria en la región MENA: límites y posibilidades

Humanitarian Assistance in the MENA Region: Limitations and Possibilities

Laura Tavares Soares

Resumo: Neste Informe analisamos a Assistência Humanitária no MENA (com foco no Oriente Médio), destacando suas restrições e possibilidades, especialmente nos países e nas regiões em conflito e com crises permanentes. Foram descritas as principais agências de ajuda humanitária, bem como o descompasso entre as necessidades crescentes e a capacidade de assistência. Também ficou demonstrado que essas necessidades vão muito além de situações humanitárias de emergência, com situações estruturais e longa permanência no tempo. O financiamento da assistência humanitária na região foi analisado, evidenciando o decréscimo de recursos disponíveis além de um subfinanciamento crônico. Foram destacados os impactos da redução brusca de recursos por parte dos EUA a partir de 2025. A escalada de conflitos regionais amplia as necessidades e complicam a logística das intervenções de assistência, restringidas por insegurança e restrições de acesso. A assistência humanitária no Irã foi destacada como um caso diferenciado com relação ao restante dos países da região, analisando a chamada *Diplomacia Humanitária* protagonizada sobretudo pela principal organização humanitária do país, a *Sociedade do Crescente Vermelho Iraniano* (IRCS / "Iranian Red Crescent Society"). O *Direito Internacional Humanitário* foi analisado global e regionalmente, sobretudo do ponto de vista das restrições que sofre em função das sanções impostas aos países, em especial ao Irã. Nas Considerações Finais foram analisados dois artigos: um primeiro de um alto representante da ONU, analisando as necessidades *versus* as respostas humanitárias; e um segundo de um escritor palestino que faz um relato baseado no trabalho de campo, entrevistando um morador palestino e uma trabalhadora social, analisando suas respectivas visões que reforçam situações que evidenciam a grave (e permanente) situação da Palestina, onde a sobrevivência se coloca em primeiro plano.

Palavras-chave: Assistência Humanitária; Região MENA; Organismos de assistência humanitária; Financiamento da assistência humanitária; Diplomacia Humanitária; Direito Internacional Humanitário; Irã; Sanções dos EUA; Palestina.

***Resumen**: Este informe analiza la asistencia humanitaria en la región MENA (con especial atención a Oriente Medio), destacando sus limitaciones y posibilidades, sobre todo en países y regiones que sufren conflictos y crisis persistentes. Se describen las principales agencias de ayuda humanitaria, así como el desajuste entre las crecientes necesidades y la capacidad de asistencia. Asimismo, se demuestra que estas necesidades van mucho más allá de las situaciones de emergencia humanitaria, abarcando problemas estructurales y a largo plazo. Se analiza la financiación de la asistencia humanitaria en la región, revelando una disminución de los recursos disponibles y una financiación insuficiente crónica. Se destacan los impactos de la drástica reducción de recursos procedentes de Estados Unidos a partir de 2025. La escalada de los conflictos regionales incrementa las necesidades y complica la logística de las intervenciones de*

asistencia, que se ven obstaculizadas por la inseguridad y las restricciones de acceso. La asistencia humanitaria en Irán se presenta como un caso particular en comparación con otros países de la región, analizando la denominada Diplomacia Humanitaria, liderada principalmente por la principal organización humanitaria del país, la Sociedad de la Media Luna Roja Iraní (CRRI). El Derecho Internacional Humanitario fue analizado a nivel global y regional, especialmente desde la perspectiva de las restricciones que enfrenta debido a las sanciones impuestas a países, en particular a Irán. Las Conclusiones analizaron dos artículos: el primero, de un alto representante de la ONU, que examina las necesidades frente a las respuestas humanitarias; y el segundo, de un escritor palestino, basado en trabajo de campo, que incluyó entrevistas a un residente palestino y a un trabajador social, analizando sus respectivas perspectivas que refuerzan situaciones que ponen de relieve la grave (y persistente) situación en Palestina, donde la supervivencia es primordial.

Palabras clave: *Asistencia humanitaria; Región MENA; Organizaciones de asistencia humanitaria; Financiación de la asistencia humanitaria; Diplomacia humanitaria; Derecho internacional humanitario; Irán; Sanciones de EE. UU.; Palestina.*

Abstract: *This report analyzes humanitarian assistance in the MENA region (focusing on the Middle East), highlighting its limitations and possibilities, especially in countries and regions experiencing conflict and persistent crises. The main humanitarian aid agencies are described, as well as the mismatch between growing needs and assistance capacity. It is also demonstrated that these needs extend far beyond emergency humanitarian situations, encompassing structural and long-term issues. The financing of humanitarian assistance in the region is analyzed, revealing a decrease in available resources and chronic underfunding. The impacts of the sharp reduction in resources from the US starting in 2025 are highlighted. The escalation of regional conflicts amplifies needs and complicates the logistics of assistance interventions, which are hampered by insecurity and access restrictions. Humanitarian assistance in Iran was highlighted as a distinct case compared to other countries in the region, analyzing the so-called Humanitarian Diplomacy, primarily led by the country's main humanitarian organization, the Iranian Red Crescent Society (IRCS). International Humanitarian Law was analyzed globally and regionally, especially from the perspective of the restrictions it faces due to sanctions imposed on countries, particularly Iran. The Concluding Remarks analyzed two articles: the first by a high-ranking UN representative, examining needs versus humanitarian responses; and the second by a Palestinian writer, based on fieldwork, interviewing a Palestinian resident and a social worker, analyzing their respective perspectives that reinforce situations highlighting the grave (and ongoing) situation in Palestine, where survival is paramount.*

Keywords: *Humanitarian Assistance; MENA Region; Humanitarian Assistance Organizations; Financing of Humanitarian Assistance; Humanitarian Diplomacy; International Humanitarian Law; Iran; US Sanctions; Palestine.*

Introdução

A assistência humanitária na região MENA (especificamente no Oriente Médio) enfrenta crises sobrepostas e prolongadas em vários países afetados por conflitos, com milhões de pessoas necessitando de apoio vital em 2025-2026.

As necessidades incluem, principalmente, alimentos, **saúde**, nutrição, proteção, água/saneamento, abrigo e educação; todas agravadas por deslocamentos forçados, colapso de serviços com restrições de acesso, choques econômicos e emergências climáticas.

As principais *agências de ajuda humanitária* que atuam na região são:

- ONU [https://www.un.org/en/] [https://news.un.org/pt/news/region/middle-east] e agências: *Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários* — OCHA (coordenação); UNICEF (crianças); Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados — ACNUR/UNHCR (refugiados/deslocados); Programa Alimentar Mundial da ONU — WFP ("UN World Food Programe" (alimentação); e Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura — FAO (agricultura de emergência).
- Panorama Humanitário Global 2026 ("Global Humanitarian Overview 2026 "), apelo lançado pelo Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA) que busca arrecadar quase US$ 33 bilhões para auxiliar 135 milhões de pessoas em 50 países.
- Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (maior rede humanitária do mundo)
- ONGs como Médicos Sem Fronteiras: Organização de Ajuda Humanitária (MSF), com parceiros locais e internacionais.

Principais áreas de conflito e necessidades

De acordo com dados e informações do *Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários* — OCH]A [https://www.unocha.org/middle-east-and-north-africa] , da UNICEF, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados — ACNUR (UNHCR) e planos humanitários globais ("Global Humanitarian Overview") e de expedientes nacionais, algumas das principais zonas de conflito na região MENA são:

- ***Território Palestino Ocupado (Gaza e Cisjordânia)***, com cerca de 3,6 milhões de pessoas em necessidade; com um apelo para financiamento de cerca de 4 bilhões de dólares para 2026. Gaza continua com necessidades graves apesar de um cessar-fogo em outubro de 2025: elevada insegurança alimentar (fome confirmada em partes em períodos anteriores), deslocamento massivo (centenas de milhares a milhões de pessoas), destruição de infraestruturas e restrições de acesso à ajuda. A Cisjordânia enfrenta violência, demolições e restrições de movimento.
- ***Síria,*** com aproximadamente 16,5 milhões de pessoas em necessidade (cerca de 70% da população em alguns relatórios); com requisitos de cerca de 3,2 mil milhões de dólares. Crise prolongada com mudanças políticas (final de 2024), retornos de refugiados e pessoas deslocadas internamente (IDPs) em condições frágeis (infraestruturas danificadas, serviços limitados, contaminação por explosivos). Há necessidades prioritárias em proteção, abrigo e assistência básica.
- ***Iêmen***, com cerca de 23,1 milhões de pessoas em necessidade; apelo de cerca de 2,5 mil milhões de dólares (com priorização de ~1,4 mil milhões para os mais urgentes). Conflito prolongado, elevada insegurança alimentar (milhões em níveis de emergência/IPC Fase 4), colapso de serviços de saúde e deslocamento interno significativo.
- ***Líbano***, com escalada de conflitos entre Israel e Hezbollah (incluindo intensificações em 2026) geraram dezenas a centenas de milhares de deslocados, baixas e danos em

infraestruturas. Combina-se com crise econômica profunda e acolhimento de refugiados (incluindo sírios e palestinos). Necessidades em **saúde**, água, abrigo e proteção.

Outros contextos nacionais e regionais relevantes são a ***Líbia e o Egito/Jordânia*** como países de acolhimento (refugiados sudaneses, sírios e palestinos), com pressão sobre serviços nacionais.

Também temos impactos regionais de escalada de conflitos mais amplos (incluindo guerra Israel/EUA-Irã em 2026) e do conflito no Sudão (com fluxos para Egito e Líbia).

O Irã acolhe grandes populações de refugiados afegãos e foi afetado pela escalada na guerra.

A nível regional, a UNICEF estima que 92,6 milhões de pessoas (incluindo 44,8 milhões de crianças) estejam expostas a riscos vitais em 2026, com elevadas necessidades em **saúde**/nutrição (~99 milhões em alguns indicadores anteriores), proteção infantil (~40 milhões), educação (~38,5 milhões de crianças) e acesso à água segura (~75,7 milhões).

O ACNUR reportou quase 19 milhões de pessoas forçadamente deslocadas ou apátridas na região em 2025 (incluindo ~3,7 milhões de refugiados/requerentes de asilo e ~11,4 milhões de IDPs), com movimentos ligados a crises no Sudão, Mali e conflitos locais.

Os apelos humanitários regionais e nacionais estão tipicamente *subfinanciados* (ex.: alguns planos regionais em torno de 20% ou menos em períodos de 2025). Há cortes significativos de doadores tradicionais (incluindo os EUA) e maior concentração de fundos em algumas crises (como Palestina). Doadores do Golfo (especialmente Emirados Árabes Unidos e Qatar) aumentaram a sua participação, tornando-se proeminentes em vários contextos.

A *assistência humanitária* cobre distribuição de alimentos/cash, cuidados de saúde e nutrição, proteção (incluindo psicossocial), água e saneamento, abrigo e apoio a retornos/reintegração quando possível. Há também esforços de resiliência e ligação a soluções a mais longo prazo, embora o espaço operacional seja frequentemente restrito por *insegurança e restrições de acesso*.

Os ***desafios*** *principais* são o subfinanciamento e a priorização forçada de intervenções; o acesso humanitário limitado e inseguro em zonas de conflito ativo; as crises sobrepostas (conflito + economia + clima + surtos de doenças, com escalada de conflitos regionais que ampliam as necessidades e complicam a logística); a pressão sobre os países de acolhimento; o risco de tensões com comunidades locais; e as rotas de abastecimento com custos elevados).

A situação permanece volátil, com necessidades crescentes e resposta dependente de financiamento flexível, acesso melhorado e coordenação regional.

Análise do financiamento humanitário (com foco na região MENA, 2025–2026)

O financiamento humanitário global e regional sofreu uma contração significativa, marcada por cortes de doadores tradicionais ocidentais, aumento relativo da participação de doadores do Golfo e subfinanciamento crônico de apelos em crises prolongadas. *A situação na região MENA ilustra bem estas dinâmicas, com necessidades elevadas e cobertura desigual*.

Tendências globais de financiamento

De acordo com o "Global Humanitarian Assistance Report 2026" (ALNAP) [https://humanitarianaction.info/document/global-humanitarian-overview-

2026/article/middle-east-and-north-africa-4] o financiamento humanitário internacional se contraiu em cerca de 20% em 2025, caindo para aproximadamente US$ 33,3 mil milhões** — o nível mais baixo numa década e quase um terço abaixo do pico de 2023.

Os Estados Unidos e a Alemanha foram responsáveis pela maior parte das reduções (juntos com cerca de 88% dos cortes). O financiamento dos EUA caiu 55% (–US$ 7,4 bilhões) e o da Alemanha 36%. A quota dos EUA no financiamento público governamental desceu de cerca de 40% para 23%.

Doadores do Golfo aumentaram a sua participação: a quota passou de 10% (2024) para 17% em 2025. Os Emirados Árabes Unidos (+54%, para cerca de US$ 1,8 mil bilhões) e o Qatar (+189%, para cerca de US$980 milhões) lideraram o crescimento. A Arábia Saudita reduziu ligeiramente (–14%), mas continua relevante.

Outros aumentos notáveis foram os do Canadá (+38%), Itália (+15%). A UE/instituições europeias aumentaram a sua quota relativa em vários contextos apesar de volumes estáveis ou ligeiramente em queda.

Cenários para 2026 apontam para nova (embora menor) contração do financiamento público: otimista (–2%) ou pessimista (–11%), o que deixaria o sistema 33–39% abaixo do pico de 2023.

Quase todo o financiamento de apelos interinstitucionais (cerca de 95% em 2025) *vai para crises prolongadas*, alinhado com a proporção de necessidades.

Situação específica na região MENA

A região MENA *concentra uma parte importante das necessidades e do financiamento global*, mas com *grandes disparidades entre crises e forte dependência de poucos doadores.*

Os dados sobre os principais apelos de recursos e a cobertura são da " Coordinated plans 2026 | Financial Tracking Service — OCHA do *início de setembro de 2026*, ainda sujeitos a atualização).

A *região Palestina/Gaza* foi uma das poucas com aumento de financiamento em 2025 (+15%, para US$ 4,4 mil milhões — quatro vezes o nível de 2022). Os Emirados Árabes Unidos tornaram-se o maior doador (financiamento mais do que duplicou), seguidos de outros doadores do Golfo e ocidentais. Em 2026 o apelo emergencial ("Flash Appeal") [https://www.ochaopt.org/content/flash-appeal-occupied-palestinian-territory-2026] ainda permanece significativamente subfinanciado. O Apelo Emergencial de *2026* busca mobilizar US$ 4,06 bilhões para fornecer apoio urgente e vital a 3 milhões de pessoas que necessitam de assistência humanitária em todo o Território Palestino Ocupado (TPO). Nas condições atuais, os parceiros humanitários priorizarão os mais vulneráveis, garantindo uma resposta coordenada e baseada em princípios para atender às necessidades críticas na Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental, e na Faixa de Gaza.

Síria e Iêmen continuam em *declínio multianual e com cobertura muito baixa*. No Iêmen, setores como segurança alimentar e nutrição estão particularmente afetados.

Em outros contextos (***Líbano***, com acolhimento de refugiados no Egito/Jordânia/Líbia; e com impactos regionais da escalada de conflitos) enfrentam *pressão adicional e financiamento irregular.*

Os principais doadores na região são, portanto, os doadores do Golfo (UAE, Qatar, Arábia Saudita) que ganharam peso decisivo, especialmente na Palestina e em fluxos bilaterais/diretos a governos ou agências nacionais.

A UE/instituições europeias aumentaram a quota relativa em vários países após cortes dos EUA.

Os EUA mantêm a ajuda financeira em alguns contextos, mas com *reduções acentuadas e exclusões pontuais* de países (especialmente com os que mantêm conflitos e guerras).

A Alemanha, o Reino Unido, os países nórdicos e o Canadá continuam relevantes, embora com volumes menores em alguns casos.

Dessa forma, os principais desafios e implicações no *financiamento humanitário* na região são:

1. ***Subfinanciamento estrutural** e priorização*, onde os apelos são cada vez mais "hiper priorizados". Necessidades totais excedem largamente os fundos disponíveis, *forçando cortes em programas de proteção, educação, **saúde** e resiliência*.
2. *Mudança na paisagem de doadores*, com a ascensão do Golfo alterando o equilíbrio (mais financiamento bilateral/direto, menor previsibilidade em alguns casos e maior influência política). *O sistema torna-se menos dependente dos EUA e, no entanto, **mais vulnerável a dinâmicas regionais***.
3. *Impacto operacional*, com custos logísticos elevados (acesso restrito, rotas disruptivas por escalada de conflitos), *baixa cobertura em crises prolongadas* com risco de "*fadiga de doadores*".
4. *Localização e atores nacionais*. O *financiamento direto a atores locais/nacionais continua baixo* (cerca de 5% como primeiros recipientes), apesar de algumas melhorias via doadores do Golfo.
5. *Volatilidade geopolítica*. A escalada de conflitos regionais (incluindo tensões envolvendo Irã, Líbano e Gaza) elevam necessidades e custos ao mesmo tempo que pressionam orçamentos.

Análise do impacto dos cortes no financiamento humanitário dos EUA no MENA (2025–2026)

Os cortes dos Estados Unidos foram o principal motor da contração sem precedentes do sistema humanitário global em 2025. O financiamento humanitário americano caiu cerca de 55% (de aproximadamente US$ 13,5–14 bilhões para cerca de US$ 6,1 bilhões, segundo o *Global Humanitarian Assistance Report 2026* [https://humanitarianaction.info/document/global-humanitarian-overview-2026/article/middle-east-and-north-africa-4]; outras fontes apontam quedas ainda mais acentuadas dependendo da medição). Juntamente com reduções da Alemanha, os EUA responderam por *cerca de 88% da queda total do financiamento humanitário internacional*, que contraiu cerca de 20% num único ano (para ~US$ 33,3 mil milhões) — o nível mais baixo numa década e quase um terço abaixo do pico de 2023.

Impactos específicos na região MENA

A região sofreu de forma particularmente aguda porque dependia fortemente do financiamento americano em várias crises prolongadas, como as do Iêmen, Síria, Líbano, Palestina / Gaza e Cisjordânia.

No setor ***Saúde***, a OMS reportou disrupção em milhares de instalações de saúde em contextos de crise. Na região, o fecho de clínicas e a interrupção de cadeias de fornecimento de medicamentos e cuidados materno-infantis geraram aumento de riscos de mortalidade materna, neonatal e infantil. Evidências de campo (incluindo no Iêmen) documentam mortes evitáveis ligadas à interrupção de serviços.

Na *segurança alimentar e nutrição*, houve redução de rações e de programas de combate à desnutrição aguda. Em vários contextos, *milhões de pessoas deixaram de receber assistência alimentar regular* ou viram as rações cortadas drasticamente.

Na *proteção e serviços para mulheres e meninas*, foram fechados espaços seguros, com interrupção de serviços de prevenção e resposta à violência baseada no gênero e de saúde reprodutiva.

Houve uma enorme *redução da capacidade operacional* com demissões em massa de pessoal local e internacional; *redução da cobertura geográfica* (em média 33% segundo inquéritos a organizações); *atrasos* e *encerramento de atividades*. Organizações locais e nacionais foram particularmente afetadas.

Globalmente, processos de "hiper priorização" reduziram drasticamente o número de pessoas visadas pelos apelos de centenas de milhões em necessidade para alvos muito mais restritos. *Milhões de pessoas foram efetivamente "apagadas" dos planos de assistência.*

Os doadores do Golfo (especialmente Emirados Árabes Unidos e Qatar) aumentaram significativamente as suas contribuições e preencheram parcialmente o vazio em alguns contextos (nomeadamente Palestina). No entanto, o volume, a previsibilidade e a flexibilidade não compensaram totalmente a escala da retirada americana.

A UE e outros doadores ocidentais aumentaram a sua quota relativa em vários países, mas não conseguiram substituir o volume anterior dos EUA.

O sistema de assistência tornou-se mais concentrado, menos resiliente e mais dependente de priorizações extremas. ***A capacidade de resposta a novas escalada de conflitos (como as tensões regionais de 2026) ficou enfraquecida***.

Estimativas independentes (Lancet, Oxfam, "dashboards" de mortalidade evitável) *projetam centenas de milhares a milhões de mortes adicionais evitáveis até 2030 ligadas aos cortes de assistência externa americana*, sobretudo por malária, desnutrição, diarreia, pneumonia, VIH e complicações maternas. Embora estas projeções sejam globais, ***a região MENA — especialmente Iêmen e Síria — figura entre os contextos de alto risco***. Evidências de terreno contradizem alegações oficiais de que "ninguém morreu" em consequência dos cortes.

Dessa forma, os cortes dos EUA em 2025/2026 representaram um *choque estrutural para o sistema humanitário*, com *impacto desproporcional em crises prolongadas da MENA* (Iêmen e Síria em particular). Geraram fechamento de serviços essenciais, *redução de assistência a milhões de pessoas*, perda de capacidade operacional e aumento de riscos de mortalidade evitável.

Embora outros doadores (especialmente do Golfo) tenham mitigado parcialmente alguns efeitos, a escala e o caráter abrupto da retirada americana deixaram lacunas profundas que a hiper priorização e o financiamento residual não conseguiram cobrir. *O sistema opera*

agora com menos recursos, maior seletividade e menor margem para responder a novas crises regionais.

*Em síntese, **o financiamento humanitário na região MENA** em 2025–2026 caracteriza-se por contração global + realocação parcial para o Golfo + subfinanciamento severo de crises prolongadas (especialmente Síria e Iêmen). A Palestina absorveu volumes mais elevados, mesmo assim a cobertura fica aquém das necessidades.*

Sem aumento significativo e previsível de recursos flexíveis, as agências continuarão a operar em modo de priorização extrema, com impacto direto nas populações mais vulneráveis (portanto, de modo emergencial).

Assistência humanitária no Irã: um caso diferenciado

A assistência humanitária no Irã *em 2026* está centrada principalmente na resposta à crise gerada pelo conflito armado iniciado no final de fevereiro de 2026 (ataques coordenados de EUA e Israel), que causou milhares de mortes e feridos civis, deslocamentos em massa e danos à infraestrutura essencial (saúde, água, habitação e energia).

Contexto e impacto humanitário

Desde 28 de fevereiro de 2026, o conflito resultou em mais de 3.400 civis mortos e mais de 33 mil feridos (dados até junho, segundo relatórios da OMS e autoridades). Houve deslocamento interno de cerca de 3,2 milhões de pessoas (maioria de áreas urbanas como Teerã para o norte e zonas rurais), com muitos retornando depois, mas residuais por destruição de moradias (cerca de 149 mil unidades danificadas).

Os danos a hospitais, escolas, redes elétricas e sistemas de água agravam a situação. A economia sofre com inflação elevada (chegando a ~70-84% em relatórios de meados de 2026), desvalorização da moeda, escassez de medicamentos e pressões sobre alimentos, pioradas por sanções e interrupções logísticas.

O Irã continua acolhendo uma grande população de refugiados (cerca de 1,65 milhão sob mandato do ACNUR, em sua maioria afegãos), *cujas necessidades aumentaram com o conflito*.

Principais agentes de assistência humanitária no Irã

- ***Sociedade do Crescente Vermelho Iraniano*** (IRCS / Iranian Red Crescent Society). Agente central e uma das maiores sociedades nacionais do mundo (com centenas de milhares a milhões de voluntários). Atua em busca e resgate, primeiros socorros, distribuição de ajuda, apoio médico e documentação de violações. Mobilizou milhares de equipes em dezenas de províncias.
- ***Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho***: [https://www.icrc.org/pt/o-movimento-internacional-da-cruz-vermelha-e-do-crescente-vermelho]

Sua *Federação Internacional* (IFRC — "International Federation of Red Cross") lançou um apelo de emergência (cerca de CHF 40 milhões / ~US$ 51 milhões) para apoiar a IRCS ("Indian Red Cross Society") no atendimento a até 5 milhões de pessoas.

O *Comitê Internacional da Cruz Vermelha* (CICV/ICRC) entregou toneladas de suprimentos (mais de 170 toneladas em abril e 18 toneladas em junho de 2026, incluindo itens médicos, geradores, bombas, kits de higiene e equipamentos para emergências CBRN). Trabalha em parceria com a IRCS em reabilitação física, restabelecimento de laços familiares e Direito Internacional Humanitário.

- Agências da ONU e parceiros. ACNUR (proteção e assistência a refugiados e deslocados), WFP (segurança alimentar, especialmente para refugiados vulneráveis e afetados pelo conflito), UNICEF, OMS e outros. Houve um Plano de Emergência para Refugiados ("Flash Refugee Response Plan") em março-maio de 2026 de cerca de US$ 80 milhões (OBS: Recurso muito inferior às necessidades).
- Ajudas bilaterais e de outros países. Mais de 17 países enviaram assistência (medicamentos, alimentos, equipamentos de resgate) sem pedido formal do Irã, destacando Iraque, Rússia (centenas de toneladas de produtos farmacêuticos), China, Turquia, Índia e outros. Organizações como IHH também contribuíram.
- ONGs internacionais com presença prévia (ex.: "Norwegian Refugee Council") e canais humanitários (incluindo isenções de sanções para alimentos, medicamentos e dispositivos médicos) facilitam o fluxo, embora haja desafios logísticos e de financiamento.

Resposta e Necessidades atuais (até meados/final de 2026)

As prioridades incluem **saúde de emergência** e suporte psicossocial, abrigo e itens não alimentares, água/saneamento, proteção (especialmente para deslocados e refugiados), segurança alimentar e recuperação de infraestrutura (escolas, serviços essenciais). A *recuperação* está em andamento em algumas áreas (mais de 1.100 escolas restauradas relatadas); no entanto as necessidades persistem devido a danos residuais, inflação e tensões/conflitos intermitentes.

O financiamento reportado ao sistema de rastreamento da ONU (FTS) para 2026 estava na casa de dezenas de milhões de dólares (parcialmente coberto), com contribuições da UE, Japão, Alemanha, Noruega e outros. A *resposta doméstica iraniana (via IRCS e governo) é a principal, complementada por apoio internacional*.

Desafios

As sanções e as restrições financeiras complicam o comércio humanitário (apesar das isenções); há riscos a trabalhadores humanitários (ataques a armazéns e mortes de socorristas relatados); e a situação econômica interna pressiona a população vulnerável. Canais como o humanitário via Catar existem para facilitar o comércio permitido.

Análise do papel da Sociedade do Crescente Vermelho Iraniano (IRCS — "Iranian Red Crescent Society")

A Sociedade do Crescente Vermelho da República Islâmica do Irã (IRCS) é a *principal organização humanitária nacional do país* e um dos atores centrais na resposta à crise gerada pelo conflito iniciado em 28 de fevereiro de 2026. Fundada em 1922 (originalmente como Sociedade do Leão e Sol Vermelho). É *membro pleno do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho desde 1929 e atua como auxiliar das autoridades públicas em emergências*.

Estrutura e capacidade

Possui alcance nacional, com mais de 500–580 filiais, milhares de unidades locais, centros de operações de emergência em todas as províncias e bases de resgate.

Com relação aos Recursos Humanos conta com cerca de 7.000–7.500 funcionários e entre 2,6 e 5 milhões de voluntários (números variam conforme a fonte e o período; há um forte componente jovem, com *milhões de voluntários abaixo de 35 anos*).

Possui um mandato legal. Por lei iraniana, lidera operações nacionais de emergência, busca e resgate, socorro, saúde de emergência e abrigo. Também promove educação sobre desastres, redução de riscos e *Direito Internacional Humanitário* (DIH).

Suas áreas de atuação permanentes são resposta a desastres (especialmente terremotos, área de expertise reconhecida), serviços de ambulância, banco de sangue, reabilitação física, **saúde**, ***produção de medicamentos e equipamentos***, e restabelecimento de laços familiares.

É considerada a única organização local com alcance comunitário em todo o território e goza de respeito e acesso privilegiado, o que a torna indispensável em crises.

*Papel do **IRCS** no conflito de 2026*

Desde o início das hostilidades (ataques de EUA e Israel), a IRCS assumiu o protagonismo absoluto na resposta humanitária interna

Com resposta de emergência imediata, ativou mecanismos nacionais, mobilizou centenas de filiais (529 ativas no auge), mais de 2.100 equipes de resposta e cerca de 6.500–6.565 pessoas (funcionários + voluntários) em 30 províncias e quase 200 cidades. Realizou milhares de missões de busca e resgate, salvamentos técnicos, primeiros socorros e apoio psicossocial.

*Com respeito aos **Serviços de Saúde** e apoio, conta com unidades móveis de saúde, tratamento ambulatorial, linha de apoio mental ("hotline" 4030, com dezenas de milhares a milhões de chamadas registradas), distribuição de itens de socorro e assistência a deslocados.*

Além do socorro operacional, a IRCS desenvolveu três frentes paralelas: *resposta de emergência, diplomacia humanitária e documentação jurídica*. Coletou evidências (fotos, vídeos, relatos e avaliações de campo) sobre ataques a áreas civis, hospitais, escolas e infraestrutura e as transmitiu a instituições internacionais (incluindo o *Tribunal Penal Internacional, Conselho de Segurança da ONU e Conselho de Direitos Humanos*). O presidente da IRCS, Pirhossein Kolivand, preside o *Comitê Nacional de Direito Internacional Humanitário*.

Tem ainda o papel de coordenação da ajuda internacional, recebendo e distribuindo suprimentos de dezenas de países e organizações (medicamentos, alimentos, equipamentos de resgate) sem que o Irã tivesse feito um apelo formal amplo. Foi o principal interlocutor e receptor de doações do CICV (mais de 170 toneladas em abril + 18 toneladas em junho de 2026, incluindo itens médicos e equipamentos de proteção CBRN) e do apelo de emergência da IFRC — *Federação Internacional* do *Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho* (inicialmente CHF 40 milhões, posteriormente revisado para cima, visando apoiar milhões de pessoas).

A IFRC elogiou publicamente a IRCS como “modelo de excelência em gestão de crises”, destacando a mobilização rápida de voluntários, a escala da assistência e o compromisso com os princípios fundamentais do Movimento.

Seus pontos fortes são a *capilaridade e a confiança comunitária; a experiência acumulada em desastres naturais e conflitos anteriores (incluindo a guerra Irã-Iraque); a capacidade de operar sob fogo e em ambiente de alta insegurança (vários voluntários e socorristas morreram em serviço); e o papel de coordenador da resposta do Movimento no país, em complementaridade com o CICV (Cruz Vermelha).*

A proximidade institucional com o Estado iraniano (posição de auxiliar das autoridades) gera *questionamentos sobre neutralidade plena* em contextos politicamente sensíveis. Algumas fontes independentes notam divergências entre números oficiais da IRCS e contagens de grupos de direitos humanos.

Tem que arcar com riscos operacionais elevados (ataques a armazéns e equipes) e pressões logísticas (combustível, medicamentos, sanções que afetam indiretamente a cadeia de suprimentos).

Apesar da forte base doméstica, ainda possui algum grau de dependência de financiamento e suprimentos externos em *crises de grande escala*.

Em síntese, no conflito de 2026, a IRCS (“Iranian Red Crescent Society”) consolidou-se como o pilar da resposta humanitária iraniana e um ator de relevância internacional. Sua combinação de capacidade operacional massiva, alcance territorial e engajamento em diplomacia e documentação elevou seu perfil no Movimento Internacional de Assistência Humanitária. Continua sendo o parceiro prioritário do CICV e da IFRC no Irã, tanto em emergências quanto em atividades de longo prazo (reabilitação, DIH, apoio a refugiados e imigrantes afegãos e resiliência comunitária).

Detalhes sobre a Diplomacia Humanitária da Sociedade do Crescente Vermelho Iraniano (“Iranian Red Crescent Society” — **IRCS)**

A *diplomacia humanitária* tornou-se um dos pilares centrais da atuação da IRCS durante o conflito de 2026 (iniciado em 28 de fevereiro). Segundo Razieh Alishvandi, vice-diretora de Assuntos Internacionais e Direito Humanitário da IRCS, a organização transformou a crise em três missões paralelas: resposta de emergência, diplomacia humanitária e documentação jurídica internacional. *A diplomacia humanitária passou a ser tratada como uma “frente de combate” ao lado das operações de resgate.*

A IRCS utilizou sua *rede internacional de parceiros* (sociedades nacionais do Movimento, IFRC, CICV, ONU e governos) para:

- Comunicar ao mundo a realidade no terreno (impactos humanitários, ataques a civis, hospitais, escolas, ambulâncias e instalações do próprio Crescente Vermelho).
- Coordenar o recebimento e a distribuição de ajuda internacional (mesmo sem um apelo formal amplo do governo iraniano).
- Defender a *proteção de trabalhadores humanitários* e o respeito ao ***Direito Internacional Humanitário*** (DIH).
- Buscar soluções práticas para *obstáculos causados por sanções* (canais financeiros, aquisição de medicamentos, equipamentos e veículos de resgate).

- Posicionar a IRCS como um ator global relevante, compartilhando experiências e *propondo iniciativas regionais*.

Suas principais ações e iniciativas foram:

- *Comunicação e "advocacy" internacional*. A IRCS fortaleceu o diálogo com parceiros para transmitir *evidências e relatos do impacto humanitário*. Isso incluiu reuniões de alto nível em Genebra (com IFRC, CICV e representantes da ONU), nas quais o presidente Pirhossein Kolivand apresentou *documentações sobre ataques a áreas civis e a socorristas*.
- *Coordenação da ajuda bilateral e multilateral*, facilitando o fluxo de assistência de dezenas de países (Iraque, Rússia, China, Turquia, Índia e outros) e organizações, atuando como principal receptor e distribuidor no país.
- *Defesa de trabalhadores humanitários e proteção sob o DIH*, condenando publicamente os ataques a equipes e instalações da IRCS (vários voluntários e funcionários morreram em serviço). Sociedades de Cruz Vermelha de países como Áustria, Itália, Suíça e Noruega enviaram cartas de solidariedade. A IRCS pressionou o CICV sobre o destino de pilotos iranianos detidos e outras questões humanitárias pontuais.

Entre as propostas de longo prazo e o reforço de capacidades estão a proposta de criação de um *Centro de Treinamento Humanitário* na Ásia Ocidental, *sob coordenação da ONU e com a IRCS como líder*; a oferta de servir como hub regional em reabilitação, treinamento em DIH, resposta a emergências CBRN (químicas, biológicas, radiológicas e nucleares), gestão de crises e restabelecimento de laços familiares.

Também estão aí incluídas as discussões para mitigar o impacto de sanções (abertura de canais bancários específicos, aquisição direta de ambulâncias e equipamentos); a elaboração de roteiros de cooperação de longo prazo com IFRC e CICV, incluindo transferência de tecnologia, padronização de produtos e reposicionamento de estoques regionais.

No tocante à documentação jurídica complementar, embora separada da diplomacia, alimentou-a. A IRCS coletou fotos, vídeos, depoimentos e avaliações de campo e os enviou diariamente a cerca de 17 *instituições humanitárias e jurídicas internacionais* (incluindo o *Tribunal Penal Internacional e órgãos da ONU*). O Comitê Nacional de DIH (presidido por Kolivand) intensificou as atividades.

Resultados e reconhecimento

A *Diplomacia Humanitária elevou o perfil internacional da IRCS*. A IFRC a descreveu como modelo de excelência em gestão de crises e expressou apoio firme às suas atividades, inclusive no enfrentamento de sanções. Reuniões em Genebra e visitas de delegações estrangeiras reforçaram parcerias e solidariedade. A organização também expandiu diálogos bilaterais com sociedades nacionais (ex.: Noruega, Bolívia, Armênia) para *cooperação em saúde, treinamento e resposta a desastres.*

Contexto e limites

A diplomacia humanitária da IRCS se baseia nos princípios do Movimento (*humanidade, imparcialidade, neutralidade, independência, voluntariado, unidade e universalidade*). No entanto, sua posição de auxiliar das autoridades iranianas e o contexto geopolítico do conflito

geram desafios de *percepção de "neutralidade" em alguns círculos internacionais*. Mesmo assim, ela permaneceu como o principal canal operacional e de diálogo humanitário no país.

Em síntese, a diplomacia humanitária da IRCS em 2026 foi uma estratégia ativa de influência, coordenação e "advocacy" que complementou a resposta operacional, ampliou o acesso a recursos externos e projetou a organização como voz humanitária global. As fontes principais de informação incluem declarações oficiais da IRCS (especialmente de Alishvandi e Kolivand), relatórios da IFRC e cobertura de veículos como o Tehran Times.

Como as sanções afetam o Direito Internacional Humanitário (DIH)

As sanções econômicas (especialmente as unilaterais e abrangentes) não violam diretamente o DIH na maioria dos casos, mas podem criar *tensões significativas e impactos práticos que dificultam o cumprimento de suas obrigações fundamentais*. O DIH (Convenções de Genebra de 1949 e Protocolos Adicionais) *exige que as partes em conflito permitam e facilitem a passagem rápida e sem obstáculos de socorro humanitário imparcial, protejam civis e garantam acesso a bens essenciais (alimentos, medicamentos, assistência médica)*. Sanções que restringem esse acesso podem entrar em conflito com esses princípios.

Mesmo com *isenções formais para alimentos, medicamentos e dispositivos médicos* (como as previstas nas sanções dos EUA contra o Irã via OFAC e canais humanitários, como o via Catar), o "over-compliance" (superconformidade) e o "derisking" por bancos, seguradoras e fornecedores criam barreiras. *Instituições financeiras evitam qualquer transação relacionada ao país sancionado por medo de penalidades secundárias, atrasando ou bloqueando pagamentos e importações*. No Irã, isso tem gerado *escassez de medicamentos essenciais, aumento de preços (às vezes de centenas por cento) e dificuldades logísticas, mesmo para bens autorizados*.

As sanções também geram um conflito com o princípio da imparcialidade. *O DIH exige que a assistência humanitária seja prestada com base nas necessidades, sem discriminação*. *Sanções que restringem operações em áreas controladas por grupos ou entidades designadas (ou que exigem triagem rigorosa de beneficiários) podem forçar organizações a excluir populações vulneráveis, violando a imparcialidade*. Isso *também afeta a percepção de neutralidade,* ***colocando em risco a segurança de trabalhadores humanitários***.

As sanções reduzem receitas estatais, geram inflação extrema e limitam importações de bens essenciais agravando o sofrimento civil, especialmente em contextos de conflito armado (como o do Irã em 2026). Embora o DIH se aplique principalmente a hostilidades armadas, especialistas argumentam que *medidas que causam sofrimento coletivo excessivo se aproximam de punição coletiva (proibida pelo DIH e pelo direito dos direitos humanos)*. Relatórios da ONU e de especialistas independentes destacam que *sanções unilaterais* combinadas com excesso de conformidade ("over-compliance") constituem ***ameaça séria aos direitos humanos e à dignidade, com impactos em saúde, alimentação e sobrevivência***.

As sanções também geram impacto sobre as organizações humanitárias. As restrições em contratos de doadores, exigências de triagem e riscos bancários *dificultam a operação de sociedades nacionais (como o Crescente Vermelho Iraniano), CICV, IFRC e ONGs*. No contexto iraniano de 2026, a IRCS e parceiros enfrentaram *desafios para adquirir veículos de resgate, medicamentos e equipamentos, apesar de canais humanitários existentes*. Sanções secundárias e alertas (como os da OFAC sobre pagamentos relacionados ao Estreito de Ormuz, inclusive via doações "caridosas") aumentam a cautela.

Existe uma série de *aspectos jurídicos e debates* com respeito às *sanções*. O DIH não proíbe, formalmente, sanções *per se*. O Conselho de Segurança da ONU pode impor sanções (Artigo 41 da Carta da ONU) e, em alguns regimes, inclui salvaguardas humanitárias explícitas (Resolução 2664 sobre desmembramentos — "carve-outs" — humanitários). Sanções unilaterais são as mais contestadas: alguns as veem como exercício legítimo de soberania ou contramedidas; outros (incluindo *relatores especiais da ONU*) as consideram ***violadoras da soberania, da não intervenção e dos direitos humanos quando causam danos excessivos a civis***.

Se defende que deveriam existir princípios de distinção e proporcionalidade. Analogias com o DIH sugerem que as sanções deveriam distinguir entre alvos legítimos (governo/militares) e civis, e ser proporcionais. ***Na prática, regimes de sanções carecem de salvaguardas humanitárias tão rigorosas quanto as do DIH em guerras***.

- Existem *exceções e canais humanitários*, como os mecanismos (isenções OFAC [https://ofac.treasury.gov/] ; canal humanitário via Catar, licenças gerais) para facilitar o comércio de bens essenciais. No entanto, *a complexidade regulatória, a falta de clareza e o medo de sanções secundárias reduzem sua eficácia*.

As sanções de longa data (EUA, UE e outras) já limitavam a capacidade de importar medicamentos e equipamentos antes do conflito. Com a escalada militar, esses efeitos se agravaram: *escassez de insumos médicos, elevação de custos de sobrevivência, pressão sobre o* ***sistema de saúde*** *e dificuldades para a IRCS e parceiros internacionais*. Apesar de isenções, o impacto combinado de sanções, bloqueios e over-compliance tem sido apontado como *fator que amplifica a crise humanitária e dificulta o cumprimento pleno das obrigações de assistência sob o DIH*.

Ou seja, *as sanções não anulam o DIH, mas podem minar sua eficácia prática ao restringir o espaço humanitário, dificultar o acesso a bens essenciais e gerar sofrimento civil desproporcional. A comunidade internacional (incluindo ONU, CICV e especialistas) tem defendido salvaguardas mais claras, desmembramentos ("carve-outs") humanitários vinculantes, redução do excesso de conformidade ("over-compliance") e canais financeiros seguros para* ***preservar a assistência imparcial****.* ***Em conflitos, o respeito ao DIH exige que medidas coercitivas não impeçam a proteção e o socorro aos civis****.*

Análise do "over-compliance" no Direito Internacional Humanitário (DIH)

O "over-compliance" (ou superconformidade / "de-risking" excessivo) é a prática de bancos, empresas, seguradoras, fornecedores *e até algumas organizações humanitárias* de ***irem além do que as sanções legalmente exigem***. Em vez de aplicar rigorosamente as restrições e isenções, esses atores evitam qualquer risco associado a países, entidades ou pessoas sancionadas — *bloqueando transações autorizadas, atrasando pagamentos, recusando contas ou interrompendo cadeias de suprimento de bens humanitários*. ***Essa prática é amplamente documentada por relatores especiais da ONU, Chatham House, CICV e organizações humanitárias como um obstáculo estrutural à assistência humanitária e, por extensão, ao cumprimento do DIH.***

O DIH (Convenções de Genebra e Protocolos Adicionais) impõe obrigações claras:

- Facilitar a passagem rápida e sem obstáculos de *socorro humanitário imparcial* (art. 70 do Protocolo Adicional I e regras consuetudinárias).

- *Proteger civis e garantir acesso a bens essenciais à sobrevivência* (alimentos, medicamentos, assistência médica).
- Respeitar a imparcialidade: *a ajuda deve ser baseada nas necessidades, sem discriminação*.

O *over-compliance entra em tensão direta com essas regras a partir do impedimento prático do acesso humanitário*. Mesmo quando existem isenções humanitárias explícitas (ex.: para alimentos, medicamentos e dispositivos médicos nas sanções dos EUA contra o Irã, ou desmembramentos da Resolução 2664 do Conselho de Segurança da ONU), bancos e empresas recusam processar pagamentos ou fornecer produtos por medo de sanções secundárias, multas elevadas ou danos reputacionais. Isso ***atrasa ou bloqueia entregas de itens que salvam vidas, violando o dever de facilitar a assistência humanitária***.

No contexto iraniano, isso tem contribuído para escassez de medicamentos, aumento de preços e dificuldades operacionais da Sociedade do Crescente Vermelho e de parceiros internacionais.

O "over compliance" também representa uma *ameaça à imparcialidade e à neutralidade*. *O DIH exige que a assistência seja prestada sem distinção adversa*. Quando bancos ou doadores exigem triagem excessiva de beneficiários finais ou evitam áreas controladas por grupos designados, *as organizações humanitárias são forçadas a restringir operações ou excluir populações vulneráveis*. Isso compromete o princípio de imparcialidade e pode minar a percepção de neutralidade, *aumentando riscos de segurança para os trabalhadores humanitários*.

Ao restringir fluxos financeiros legítimos, importações de insumos médicos e funcionamento de sistemas de saúde, ***o over-compliance amplifica o impacto humanitário das sanções e de conflitos armados***. Especialistas argumentam que isso se aproxima de uma forma indireta de *punição coletiva ou de restrição arbitrária ao acesso a bens essenciais*, o que pode *conflitar com obrigações de proteção de civis sob o DIH e o direito internacional dos direitos humanos (direito à **saúde**, à vida e a um padrão adequado de vida)*.

A complexidade e a falta de clareza das regras de sanções (sobreposição de regimes unilaterais, secundários e de *combate ao financiamento do terrorismo*) se traduzem por ameaças de multas enormes e responsabilidade extraterritorial (especialmente dos EUA).

A política de "risco zero" é adotada por instituições financeiras para proteger seus interesses comerciais.

Existe uma ausência de salvaguardas claras e vinculantes em muitos regimes de sanções, ou implementação inadequada das isenções existentes; bem como uma pressão de doadores que *inserem cláusulas mais restritivas nos contratos de financiamento do que as próprias sanções exigem*.

Consequências específicas do "over compliance" no DIH e na ação humanitária:

- Atrasos e aumentos de custos na entrega de ajuda.
- Dificuldade de pagar funcionários locais e transferir fundos.
- Interrupção de cadeias de suprimento de medicamentos e equipamentos.
- Forçamento de canais informais (mais caros, menos transparentes e mais arriscados).

- Redução da capacidade de sociedades nacionais (como a IRCS) e organizações internacionais de cumprir plenamente seus mandatos sob o DIH.
- Efeito "chilling" (desestímulo) que leva organizações a evitarem certas áreas ou atividades por precaução excessiva.

Relatores especiais da ONU (como Alena Douhan) *qualificam o over-compliance como ameaça significativa ao direito internacional e aos direitos humanos*, e pedem que Estados monitorem e mitiguem seus efeitos. O Chatham House e o CICV destacam que sanções e medidas antiterrorismo devem ser interpretadas e aplicadas de forma compatível com o DIH, e *defendem isenções humanitárias claras e vinculantes*. *A Resolução 2664 (2022) do Conselho de Segurança representou um avanço ao criar um desmembramento humanitário transversal para regimes de sanções da ONU,* ***mas sua implementação ainda enfrenta desafios de over-compliance no setor privado.***

Alguns argumentam que atores privados que, por excesso de cautela, causam danos humanitários significativos podem enfrentar questões de responsabilidade sob o direito internacional (incluindo os *Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU*). Outros veem o ***over-compliance como consequência estrutural da externalização da aplicação das sanções para o setor privado***.

Em síntese, o over-compliance não é uma violação formal e direta do DIH por parte dos Estados sancionadores, mas funciona como um obstáculo estrutural e sistêmico que dificulta — e por vezes impede — o cumprimento das obrigações humanitárias do DIH. Ele transforma isenções humanitárias em "letra morta" na prática e agrava o sofrimento de civis em contextos de sanções e conflitos. A solução passa por maior clareza regulatória, isenções robustas e vinculantes, redução da pressão de compliance excessivo sobre o setor privado, canais financeiros seguros e monitoramento independente dos impactos humanitários. ***Sem esses ajustes, o espaço humanitário continua sendo corroído, em prejuízo dos princípios fundamentais do DIH.***

Mecanismos de Diligência Prévia ("Due Diligence") Humanitária

Os mecanismos de diligência prévia ("due diligence") humanitária são *processos, políticas e controles adotados por organizações humanitárias, doadores, bancos, empresas e governos para identificar, avaliar, mitigar e monitorar riscos associados a sanções, medidas antiterrorismo e outras restrições,* ***garantindo que a assistência humanitária possa ser prestada de forma segura, legal e compatível com o Direito Internacional Humanitário (DIH) e os princípios humanitários (humanidade, imparcialidade, neutralidade e independência).***

Esses mecanismos servem para evitar violações de sanções (primárias ou secundárias); reduzir o over-compliance (superconformidade) e o de-risking excessivo; *prevenir o desvio da ajuda humanitária*; *proteger o espaço humanitário e o acesso a bens essenciais*; e demonstrar conformidade perante doadores e autoridades reguladoras.

Em tese, os mecanismos de diligência prévia humanitária são essenciais para *reconciliar as exigências de sanções e combate ao financiamento do terrorismo com as obrigações do DIH*. *Quando bem desenhados e implementados, protegem a assistência; quando excessivos ou mal calibrados, contribuem para o over-compliance e* ***restringem o acesso humanitário****.*

Resolução 2664 (2022) do Conselho de Segurança das Nações Unidas

A Resolução 2664 (2022) é um marco importante no ***sistema de sanções da ONU***. Foi adotada em 9 de dezembro de 2022, na 9214ª reunião do Conselho de Segurança, por 14 votos a favor e 1 abstenção (China).

Seu objetivo principal foi o de criar uma ***isenção humanitária permanente e transversal*** ("standing humanitarian carve-out / exemption") às *medidas de congelamento de ativos impostas por todos os regimes de sanções da ONU*. A tentativa foi a de *garantir que as sanções não impeçam ou atrasem a entrega de assistência humanitária e atividades que atendam às necessidades humanas básicas.*

Conteúdo central (parágrafo 1)

O Conselho decide que, sem prejuízo das obrigações de congelar fundos e ativos de indivíduos e entidades designados, se mantenha a provisão, o processamento ou o pagamento de fundos, ativos financeiros ou recursos econômicos, com a *provisão de bens e serviços necessários para garantir a entrega oportuna de* ***assistência humanitária*** *ou para apoiar outras atividades que atendam às necessidades humanas básicas*

A *assistência humanitária* realizada pelos seguintes agentes *não constitui violação das medidas de congelamento de ativos*: Nações Unidas (incluindo seus programas, fundos, entidades, organismos especializados e organizações relacionadas); Organizações internacionais; *Organizações humanitárias* com status de observador na Assembleia Geral da ONU e seus membros; Organizações não governamentais financiadas bilateral ou multilateralmente que participem de *Planos de Resposta Humanitária da ONU, Planos de Resposta a Refugiados, outros apelos da ONU ou clusters humanitários coordenados pela OCHA*;

Empregados, beneficiários, contratados ou parceiros desses atores (quando necessário para a realização das atividades).

Essas isenções se aplicam a todos os regimes de sanções da ONU que envolvem congelamento de ativos.

Para o regime específico contra o Estado Islâmico (Daesh), Al-Qaeda e associados (resoluções 1267/1989/2253), a isenção foi inicialmente limitada a dois anos. Em dezembro de 2024, o Conselho confirmou sua continuidade por meio da Resolução 2761.

As isenções prevalecem sobre disposições conflitantes de resoluções anteriores (com algumas exceções pontuais).

No entanto, a Resolução também estabelece *salvaguardas e obrigações*: os *provedores de assistência* devem fazer "esforços razoáveis" para *eliminar ou minimizar benefícios proibidos* (diretos ou indiretos) a indivíduos ou entidades designadas, inclusive por meio de estratégias de gestão de riscos e "due diligence".

O *Coordenador de Ajuda de Emergência da ONU* ("Emergency Relief Coordinator") deve apresentar briefings periódicos aos Comitês de Sanções relevantes sobre a implementação das isenções, incluindo eventuais desvios.

Antes dessa Resolução 2664, *as* ***isenções humanitárias*** *eram tratadas de forma ad hoc e inconsistente entre os diferentes regimes de sanções*, o que gerava incerteza jurídica, over-compliance por bancos e empresas, e atrasos ou bloqueios de ajuda. *A resolução estabeleceu*

um padrão único, claro e vinculante, alinhado com o Direito Internacional Humanitário, facilitando a ação humanitária principiada sem enfraquecer o sistema de sanções da ONU.

É considerada um dos avanços mais significativos na *harmonização entre sanções e* ***proteção do espaço humanitário*** *nas últimas décadas.*

Considerações Finais: **artigos de opinião**

Nesta parte final foram escolhidos dois artigos de opinião sobre a Assistência Humanitária na região do MENA: o primeiro de um representante da ONU e o segundo de um escritor palestino com dois depoimentos em campo.

1º) ***Escalation in the Middle East and Beyond: The Humanitarian Response*** (Escalada no Oriente Médio e além: a resposta humanitária — publicado em março de 2026) [https://humanitarianaction.info/document/escalation-middle-east-and-beyond-humanitarian-response]

Autor: *Tom Fletcher, Under-Secretary-General for Humanitarian Affairs and Emergency Relief Coordinator (Subsecretário-Geral para Assuntos Humanitários e Coordenador de Ajuda de Emergência)*

A escalada das hostilidades no Oriente Médio e em outras regiões desencadeou uma crise humanitária com consequências que vão muito além das linhas de frente imediatas. Os civis estão pagando o preço mais alto: vidas perdidas, casas destruídas, serviços essenciais interrompidos e centenas de milhares de pessoas forçadas a fugir, muitas vezes repetidamente, dentro e através das fronteiras.

Isso também causou a mais grave interrupção na cadeia de suprimentos humanitários global. Nossos corredores aéreos, terrestres e marítimos essenciais para ajuda humanitária estão restritos, aumentando os custos, atrasando as entregas e elevando o risco de fome e privação no Oriente Médio e em outras regiões.

Os parceiros humanitários estão respondendo. Em todo o Irã, Líbano, Território Palestino Ocupado, Síria, Afeganistão e países vizinhos, organizações não governamentais (ONGs) locais e internacionais, entidades das Nações Unidas e o Movimento da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho estão prestando auxílio vital, muitas vezes sob extrema pressão.

No Irã, os parceiros humanitários estão ampliando o apoio aos iranianos afetados pela crise e aos refugiados que o Irã acolhe há décadas, com apelos para o apoio e a resposta aos refugiados por parte da Sociedade do Crescente Vermelho Iraniano.

Nossa resposta está ancorada na Reestruturação Humanitária. Nossas prioridades são claras e deliberadas: definir nossa resposta, priorizando aqueles que enfrentam as necessidades mais críticas; fornecer ajuda humanitária para salvar vidas de forma rápida e eficaz; capacitar e fornecer recursos para as organizações locais e nacionais mais próximas das pessoas que servimos; e *defender o direito humanitário internacional e nossos princípios humanitários*.

"Os agentes humanitários não podem acabar com as guerras, mas podemos reduzir o sofrimento dos civis que elas causam. Para isso, precisamos de apoio, incluindo financiamento urgente e flexível. O mundo parece ter recursos ilimitados para armas. Vamos priorizar os civis cujas vidas são destruídas por elas." (Tom Fletcher)

2º) ***In Gaza, Aid Still Means Survival—Not Recovery*** (Em Gaza, a ajuda ainda significa sobrevivência, não recuperação). [https://nonprofitquarterly.org/in-gaza-aid-still-means-survival-not-recovery/]



Autor: Hassan Herzallah

United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East



Crédito da imagem: Ashraf Amra

..."Quase um ano após o cessar-fogo, as pessoas ainda passam grande parte do dia tentando suprir suas necessidades mais básicas."

"Quando conversei com Yousef, um jovem de 26 anos que está deslocado nos campos de al-Mawasi, perto de Khan Younis, há quase dois anos, ele me disse que parte do seu dia começa com a busca por água.

"Dizem que há um cessar-fogo e que as coisas estão melhorando, mas ainda estamos lutando e nos esgotando apenas para conseguir o básico", disse Yousef.

Segundo Yousef, a maioria das famílias no campo não tem condições de comprar comida. Quando os moradores procuram organizações humanitárias em busca de ajuda, ele diz que frequentemente ouvem que os programas já atingiram o número máximo de pessoas que podem atender ou que a ajuda disponível mal dá para quem já está recebendo assistência.

"Quando conversei com Khitam, que trabalha com apoio psicossocial e ajuda humanitária em diversas organizações em Gaza, o que ela descreveu foi semelhante ao que Yousef me contou. Ela diz que Gaza ainda não entrou em uma fase real de recuperação."

"Infelizmente, ainda estamos focados em necessidades básicas de sobrevivência", disse ela.

Para Khitam, o problema não é que as organizações humanitárias não estejam fazendo nada. Elas fornecem alimentos, roupas, produtos de higiene, apoio psicossocial e outros serviços. Mas a lacuna entre o que elas podem fornecer e o que as pessoas precisam continua enorme.

As Nações Unidas também observaram que as restrições israelenses à entrada de materiais e equipamentos essenciais em Gaza, juntamente com a escassez de financiamento, continuam a limitar a capacidade das organizações humanitárias de fornecer e expandir seus serviços.

Em alguns programas, as organizações estabelecem limites para o número de casos que cada trabalhador pode atender, mesmo quando muitos outros precisam do mesmo apoio.

Isso levanta uma questão diferente sobre a ajuda humanitária. Não se trata apenas de quantos caminhões de ajuda entram em Gaza, mas do que as organizações humanitárias podem realmente fornecer com os suprimentos e o financiamento disponíveis.

Referências

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *United Nations*. Disponível em: <https://www.un.org/en/>. Acesso em: 14 set. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Notícias ONU: Oriente Médio*. Disponível em: <https://news.un.org/pt/news/region/middle-east>. Acesso em: 14 set. 2026.

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA (CICV). *O Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho*. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/o-movimento-internacional-da-cruz-vermelha-e-do-crescente-vermelho>. Acesso em: 14 set. 2026.

WIKIPÉDIA. *Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho*. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_Internacional_da_Cruz_Vermelha_e_do_Crescente_Vermelho>. Acesso em: 14 set. 2026.

MÉDICOS SEM FRONTEIRAS (MSF). *Organização de ajuda humanitária*. Disponível em: <https://www.msf.org.br/>. Acesso em: 14 set. 2026.

UNITED NATIONS OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS (OCHA). *Middle East and North Africa*. Disponível em: <https://www.unocha.org/middle-east-and-north-africa>. Acesso em: 14 set. 2026.

HUMANITARIAN ACTION. *Global Humanitarian Overview 2026: Middle East and North Africa*. Disponível em: <https://humanitarianaction.info/document/global-humanitarian-overview-2026/article/middle-east-and-north-africa-4>. Acesso em: 14 set. 2026.

FINANCIAL TRACKING SERVICE (FTS). *Plans overview 2026*. Disponível em: <https://fts.unocha.org/plans/overview/2026>. Acesso em: 14 set. 2026.

OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS OCCUPIED PALESTINIAN TERRITORY (OCHAOPT). *Flash Appeal: Occupied Palestinian Territory 2026*. Disponível em: <https://www.ochaopt.org/content/flash-appeal-occupied-palestinian-territory-2026>. Acesso em: 14 set. 2026.

UNITED STATES DEPARTMENT OF THE TREASURY. *Office of Foreign Assets Control (OFAC)*. Disponível em: <https://ofac.treasury.gov/>. Acesso em: 14 set. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Conselho de Segurança das Nações Unidas*. Disponível em: <https://main-un-org.translate.goog/securitycouncil/en?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=tc>. Acesso em: 14 set. 2026.

UNITED NATIONS OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS (OCHA). *Publications*. Disponível em: <https://www.unocha.org/publications>. Acesso em: 14 set. 2026.

HUMANITARIAN ACTION. *Escalation in the Middle East and Beyond: Humanitarian Response*. Disponível em: <https://humanitarianaction.info/document/escalation-middle-east-and-beyond-humanitarian-response>. Acesso em: 14 set. 2026.

ONU, centralidade e BRICS

La ONU, la centralidad y los BRICS

UN and BRICS centrality

André Costa Lobato, Amanda Ribeiro Lopes, Fernanda Filgueiras, Maria Fernanda Császár

Resumo: China assumirá a presidência dos BRICS após a Cúpula de Nova Déli, cuja declaração final registrou um recorde de nove referências explícitas a resoluções da ONU, sinalizando busca por maior legitimidade multilateral. Após representar Lula na cúpula, o chanceler Mauro Vieira fortaleceu laços com Singapura e Tailândia, enquanto tensões russo-japonesas cresceram após visita de Putin a território perdido com a derrota. Sudeste Asiático reforçou sua preparação para futuras pandemias na 79ª reunião regional da OMS, aprovando medidas sobre vigilância, vacinação e resiliência sanitária, além de registrar a eliminação da rubéola na Tailândia e da raiva humana transmitida por cães no Butão. China acelera incorporação de medicamentos inovadores, aprovando novo antiviral contra a COVID-19 e ampliando políticas de acesso e reembolso para tratamentos avançados. A China divulgou o 15º Plano Quinquenal para veículos elétricos e inteligentes, visando liderança global, autonomia tecnológica e ampla eletrificação do transporte até 2030. E também lançou um plano para se tornar uma potência financeira até 2035, fortalecendo regulação, prevenção de riscos, apoio à economia real, internacionalização financeira e estabilidade do yuan.

Palavras-chave: BRICS; ASEAN; Novo Plano Financeiro.

Resumen: *China asumirá la presidencia del BRICS tras la Cumbre de Nueva Delhi, cuya declaración final registró un récord de nueve referencias explícitas a resoluciones de la ONU, lo que indica una búsqueda de mayor legitimidad multilateral. Tras representar a Lula en la cumbre, el ministro de Asuntos Exteriores, Mauro Vieira, reforzó los lazos con Singapur y Tailandia, mientras que las tensiones entre Rusia y Japón se intensificaron tras la visita de Putin al territorio perdido tras la derrota. El Sudeste Asiático reforzó su preparación para futuras pandemias en la 79.ª reunión regional de la OMS, aprobando medidas sobre vigilancia, vacunación y resiliencia sanitaria, además de anunciar la erradicación de la rubéola en Tailandia y de la rabia humana transmitida por perros en Bután. China acelera la incorporación de medicamentos innovadores, aprobando un nuevo antiviral contra la COVID-19 y ampliando las políticas de acceso y reembolso para tratamientos avanzados. China ha dado a conocer el 15.º Plan Quinquenal para vehículos eléctricos e inteligentes, con el objetivo de alcanzar el liderazgo mundial, la autonomía tecnológica y una amplia electrificación del transporte para 2030. Además, ha puesto en marcha un plan para convertirse en una potencia financiera de aquí a 2035, reforzando la regulación, la prevención de riesgos, el apoyo a la economía real, la internacionalización financiera y la estabilidad del yuan.*

Palabras clave: *BRICS; ASEAN; Nuevo Plan Financiero.*

Abstract: *China will assume the BRICS presidency following the New Delhi Summit, whose final declaration set a record with nine explicit references to UN resolutions, signaling a search for greater multilateral legitimacy. After representing President Lula at the summit, Foreign Minister Mauro Vieira strengthened ties with Singapore and Thailand, while Russia-Japan tensions intensified*

following Vladimir Putin's visit to territory lost by Japan after World War II. Southeast Asia reinforced its preparedness for future pandemics at the WHO's 79th Regional Committee meeting, approving measures on surveillance, vaccination, and health-system resilience, while also marking the elimination of rubella in Thailand and dog-mediated human rabies in Bhutan. China is accelerating the integration of innovative medicines into its healthcare system, approving a new COVID-19 antiviral and expanding access and reimbursement policies for advanced treatments. The country also unveiled its 15th Five-Year Plan for intelligent and electric vehicles, aiming for global leadership, technological self-reliance, and large-scale transport electrification by 2030. In parallel, Beijing launched a strategy to become a major financial power by 2035, strengthening regulation, risk prevention, support for the real economy, financial opening, and yuan stability.

Keywords: *BRICS; ASEAN; New Financial Plan.*

DIPLOMACIA

China presidirá BRICS; declaração de Nova Déli segue tendência de citar dispositivos da AGNU

Cúpula dos BRICS foi realizada em Nova Déli, com nove citações explícitas a decisões da ONU, um recorde. Desde 2020 uso legitimador de dispositivos parecem indicar nova estratégia de consenso diante da expansão do bloco.

Após BRICS, Mauro Vieira visita Singapura e Tailândia

A visita oficial do ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, a Singapura, entre 6 e 8 de setembro de 2026, marcou um novo momento nas relações entre os dois países. Embora tenha ocorrido poucas semanas após a entrada em vigor do Acordo de Livre Comércio Mercosul-Singapura (MCSFTA), em 1º de agosto, a agenda ultrapassou a dimensão comercial e assumiu contornos geopolíticos mais amplos, envolvendo integração econômica, transformação digital, sustentabilidade, segurança alimentar, inovação tecnológica e maior inserção brasileira no Sudeste Asiático.

Durante encontro com o ministro das Relações Exteriores de Singapura, Vivian Balakrishnan, Mauro Vieira discutiu mecanismos para ampliar a cooperação bilateral em comércio e investimentos, agronegócio, digitalização e sustentabilidade. Os dois chanceleres também concordaram em intensificar o diálogo político em preparação para o aniversário de 60 anos das relações diplomáticas entre Brasil e Singapura, que será celebrado em 2027.

A entrada em vigor do MCSFTA representa um marco histórico tanto para o Mercosul quanto para Singapura. Trata-se do primeiro acordo de livre comércio firmado entre o Mercosul e um país do Sudeste Asiático, além de constituir o primeiro acordo de investimentos de Singapura com os membros fundadores do bloco sul-americano. O tratado prevê redução progressiva de tarifas sobre cerca de 96% das linhas tarifárias, facilitação alfandegária, disciplinas sobre comércio digital, propriedade intelectual, serviços, compras governamentais e investimentos.

Após a visita a Singapura, o chanceler Vieira visitou a Tailândia, onde discutiu a atratividade do Brasil para investimentos daquele país. Vieira disse ainda que "Para o Brasil, o relacionamento com a ASEAN deixou de ser simplesmente um aspecto de nossa política para a

Ásia. Tornou-se uma prioridade estratégica. A ASEAN é uma das regiões mais dinâmicas do mundo."[1]

Segundo dados divulgados durante a visita[2], o intercâmbio comercial entre Brasil e Singapura alcançou aproximadamente US$ 10,7 bilhões no último ano, com superávit superior a US$ 4 bilhões para o lado brasileiro.

Cúpula Singapura-Tailândia reforça parceria estratégica e energia limpa

O Primeiro-Ministro de Singapura, Lawrence Wong, realizou visita oficial a Bangkok em 2 de setembro para a 5ª Cúpula de Líderes Singapura-Tailândia. O encontro acontece após mais de uma década sem essa reunião bilateral[3] e marca um momento significativo para as relações bilaterais e no âmbito da ASEAN. O comunicado conjunto divulgado pelos líderes formaliza o compromisso com o avanço da "Parceria Estratégica Voltada para o Futuro". De acordo com o documento, e tomando como base os pilares adotados em novembro de 2025, a cooperação bilateral terá como áreas prioritátias:[4]

- **Parceria Verde e Sustentável**: com ênfase no Projeto de Integração Energética Laos-Tailândia-Malásia-Singapura (LTMS-PIP) como um passo crucial para a realização da Rede Elétrica da ASEAN. Também concordaram em acelerar a implementação do acordo de comércio de créditos de carbono ao abrigo do Artigo 6.2 do Acordo de Paris.
- **Economia Resiliente e Integrada**: a partir do reconhecimento de que o sistema comercial baseado em ordens está em fragmentação, Wong e Charnvirakul reconheceram a importância de avançar o fluxo de comércio e investimentos bilaterais. Enquanto países dependentes de importações, os líderes reafirmaram a centralidade da livre navegação e da segurança das linhas de comunicação marítimas (*sea lines of communication*), dando destaque ao direito de navegação em estreitos internacionais usados para o comércio. A Tailândia também sediará o Programa de Intercâmbio do Serviço Civil (CSEP), copresidido pelos Ministros das Relações Exteriores de ambos os países, e a Reunião de Relações Econômicas Aprimoradas Singapura-Tailândia (STEER), copresidida pelo Ministro do Comércio da Tailândia e pela Ministra de Sustentabilidade

[1] Vieira M. Discurso do Ministro Mauro Vieira por ocasião do evento empresarial no Conselho de Comércio da Tailândia – Bangkok, 10 de setembro de 2026 [Internet]. Brasília: Ministério das Relações Exteriores; 10 set 2026 [citado em 14 set 2026]. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos/discurso-do-ministro-mauro-vieira-por-ocasiao-do-evento-empresarial-no-conselho-de-comercio-da-tailandia-bangkok-10-de-setembro-de-2026

[2] Mauro Vieira reforça parceria com Singapura e aproximação com a ASEAN. Embassy News [Internet]. 8 set 2026 [citado em 14 set 2026]. Disponível em: https://embassynews.info/mauro-vieira-reforca-parceria-com-singapura-e-aproximacao-com-a-asean/

[3] Ministério das Relações Exteriores de Singapura. Visit by Prime Minister and Minister for Finance Lawrence Wong to Bangkok, Thailand 2 September 2026 [Internet]. Singapura: Ministry of Foreign Affairs; 2026 set 2 [citado 2026 set 12]. Disponível em: https://www.mfa.gov.sg/newsroom/press-statements-transcripts-and-photos/visit-by-prime-minister-and-minister-for-finance-lawrence-wong-to-bangkok--thailand-2-september-2026/

[4] Escritório do Primeiro-Ministro de Singapura. Joint Statement by PM Lawrence Wong and Thailand Prime Minister Anutin Charnvirakul at the Singapore-Thailand Leaders' Retreat (Sep 2026) [Internet]. Singapura: Prime Minister's Office; 2026 set 2 [citado 2026 set 12]. Disponível em: https://www.pmo.gov.sg/newsroom/joint-statement-by-pm-lawrence-wong-and-thailand-prime-minister-anutin-charnvirakul-at-the-singapore-thailand-leaders-retreat-sep-2026/

e Meio Ambiente e responsável por Relações Comerciais de Singapura, para dar seguimento aos resultados deste encontro.

- **Cooperação em Defesa e Segurança**: os líderes concordaram em expandir a cooperação em áreas de interesse mútuo, especialmente na indústria de defesa, na resiliência de cadeias globais de valor e na cibersegurança.
- **Coordenação Estratégica Mais Próxima sobre Temas Regionais**: o encontro marcou o compromisso de que ambos os lados desenvolverão uma agenda plurianual para a ASEAN, com Singapura prevista para presidir o grupo regional em 2027, seguida pela Tailândia em 2028.

A respeito disso, o Ministro das Relações Exteriores de Singapura, Vivian Balakrishnan, participou da visita, e o almoço de trabalho com o Vice-Primeiro-Ministro e Ministro das Relações Exteriores da Tailândia, Sihasak Phuangketkeow, para discutir a cooperação na ASEAN, abordou o tema da agenda compartilhada para o bloco, além de questões regionais como a situação em Mianmar e as relações entre as grandes potências. Adicionalmente, o Vice-Primeiro-Ministro e Ministro das Relações Exteriores, Sihasak Phuangketkeow, acompanhou a troca do Memorando de Entendimento sobre cooperação entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Segurança Humana do Reino da Tailândia e o Ministério do Desenvolvimento Social e Familiar da República de Singapura.[5]

Visita de Putin à Ilha Iturup

No dia 12 de agosto, o Presidente Vladimir Putin visitou pela primeira vez a ilha de Iturup[6], nomeada de Etorofu no Japão. Na ilha, ele visitou uma fábrica de processamento de peixes, a escola secundária Eduard Norpolov e fez reunião com governador local.

O território faz parte do arquipélago de Kuril, uma cadeia de ilhas que se estende desde a província japonesa de Hokkaido até a península russa de Kamchatka, e é a maior das ilhas ali situadas. A ilha pertencia ao Japão até a derrota de seu projeto expansionista na Ásia continental, findo a rendição aos aliados na II Guerra Mundial. Com a vitória soviética, o território passou a ser controlado por Moscou. Várias tentativas de acordo entre os dois países foram frustradas desde então. O apoio japonês às sanções ocidentais contra a Rússia pela guerra na Ucrânia sepultou os diálogos. Os russos e chineses entendem que o Japão se aproxima perigosamente de uma retomada militarista.

A visita de Putin em 2026 contribui para o estremecimento das relações bilaterais, as quais vêm sendo tensionadas desde o início do conflito russo-ucraniano em 2022. Dmitry Medvedev foi o primeiro líder russo a visitar o território disputado em 2010, resultando na remoção temporária do embaixador japonês em Moscou.[7] Na ocasião mais recente, os resultados foram mais contidos, com um pronunciamento televisionado da Primeira-Ministra do Japão, Sanae Takaichi, no qual afirma que a visita é absolutamente inaceitável e uma ofensa

[5] Government Public Relations Department, Thailand. Thailand and Singapore Set Direction of Their Cooperation [Internet]. Bangkok: Government Public Relations Department; 2026 set 3 [citado 2026 set 12]. Disponível em: https://thailand.prd.go.th/en/content/category/detail/id/48/iid/538145

[6] CNN Brasil. Putin visita ilha disputada próxima ao Japão, provocando a ira de Tóquio. CNN Brasil [Internet]. 13 ago 2026 [citado em 14 set 2026]. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/putin-visita-ilha-disputada-proxima-ao-japao-provocando-a-ira-de-toquio/

[7] News Agencies. Japan recalls ambassador to Russia [Internet]. Doha: Al Jazeera; 2010 nov 2 [citado 2026 set 12]. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2010/11/2/japan-recalls-ambassador-to-russia

ao povo japonês.[8] O Ministro das Relações Exteriores Toshimitsu Motegi também criticou a ocasião, apresentando ao Embaixador Russo no país um protesto veemente.[9]

SANITÁRIO

Sudeste Asiático reforça preparação para futuras pandemias e consolida ganhos contra doenças evitáveis

A 79ª reunião do Comitê Regional da OMS para o Sudeste Asiático, encerrada em 10 de setembro em Díli, aprovou decisões sobre dispositivos médicos, diagnósticos, resiliência de unidades de saúde, segurança de pacientes e sangue, financiamento sustentável, tuberculose e confiança nas vacinas. Os países também decidiram ampliar a cooperação em saúde digital e inteligência artificial.

A região lançou ainda um roteiro 2026–2031 para planos nacionais de preparação e resposta a pandemias respiratórias. A proposta desloca o planejamento de estratégias centradas em um único patógeno para sistemas integrados, com vigilância multipatógeno, avaliação de risco, laboratórios, comunicação e coordenação multissetorial. A meta é que, até 2031, todos os países disponham de planos operacionais regularmente testados e atualizados.

No campo da eliminação de doenças, a OMS confirmou a Tailândia como país livre da rubéola como problema de saúde pública. A conquista resulta de vacinação, vigilância epidemiológica e continuidade dos serviços de imunização. A organização também validou o Butão pela eliminação da raiva humana transmitida por cães, após mais de uma década de vacinação canina, vigilância integrada entre saúde humana e animal e acesso gratuito à profilaxia pós-exposição. (Organização Mundial da Saúde).[10]

Colaboração entre fronteiras e abordagem em Uma Só Saúde para eliminação da raiva na Ásia

Entre 29 de setembro e 01 de outubro de 2026, ocorrere o 1º Encontro Rabies in Asia (RIA) e a 5ª Conferência Rabies in Borneo (RIB), em Kuching, capital do estado de Sarawak, localizado na ilha de Bornéu. A conferência acontecerá no dia seguinte ao “Dia Mundial da Raiva” tendo como objetivo fortalecer a cooperação científica e governamental para o controle e a eliminação da raiva, reunindo autoridades públicas, pesquisadores e profissionais de saúde de organizações como (FAO), Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA) e Organização Mundial de Saúde (OMS).

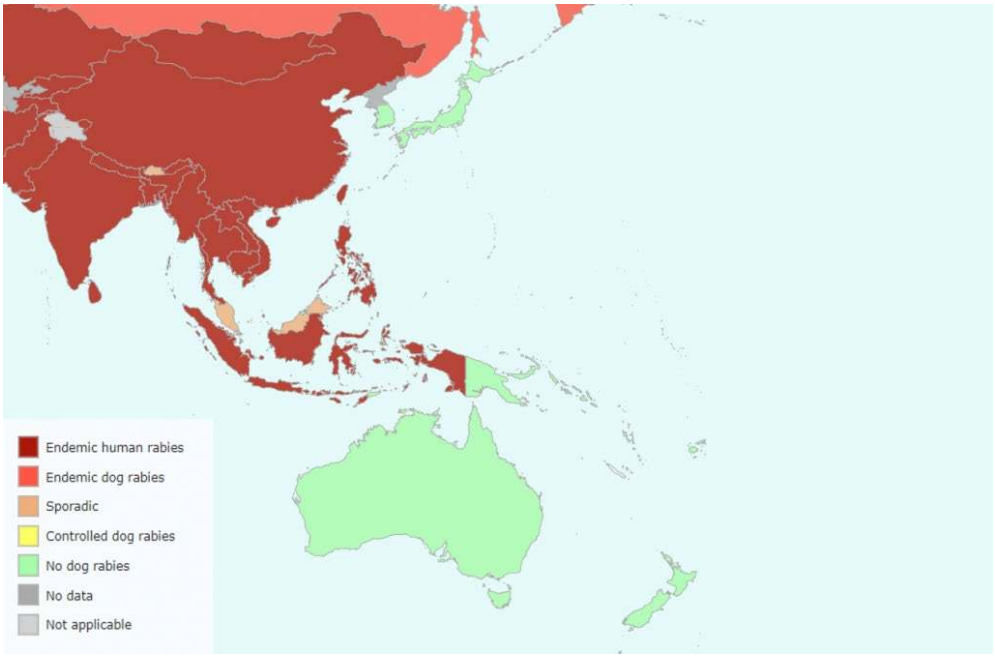
[8]The Japan Times. Japan has few cards to play one month after Putin's isle visit [Internet]. Tóquio: The Japan Times; 2026 set 13 [citado 2026 set 12]. Disponível em: https://www.japantimes.co.jp/news/2026/09/13/japan/politics/japan-1-month-putin-northern-territories/

[9]AFP. Japan protests as Russia's Putin visits disputed Kuril Islands [Internet]. Doha: Al Jazeera; 2026 ago 13 [citado 2026 set 12]. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2026/8/13/japan-protests-as-russias-putin-visits-disputed-kuril-islands

[10] World Health Organization. WHO South-East Asia Regional Committee session concludes with landmark decisions to advance equity and Health for All. Geneva: WHO [Internet]. 10 set 2026 [citado em 14 set 2026]. Disponível em: https://www.who.int/southeastasia/news/detail/10-09-2026-who-south-east-asia-regional-committee-session-concludes-with-landmark-decisions-to-advance-equity-and-health-for-all

A Ásia concentra a maior incidência de raiva humana no mundo[11], somando cerca de 60% dos óbitos globais[12], especialmente no Sudeste Asiático, com destaque para a Índia. Considerada erradicada em 1999, a doença reemergiu na Malásia em 2015 e culminou no surto iniciado em 2017, ainda ativo em Sarawak3, totalizando 87 óbitos, três em 2026. Quanto aos animais, até agosto desse ano 23 cães e 3 gatos foram diagnosticados4. Embora majoritariamente atribuída à mordida de cães, o padrão de transmissão tem sofrido alterações no estado: a proporção de arranhões e mordeduras de gatos superou a de cães5, o que reforça a importância da vacinação de animais de companhia. Enquanto a vacinação antirrábica de cães é obrigatória em todo território malaio, a prevenção em gatos é obrigatória apenas na porção oriental, onde localiza-se Sarawak.

Imagem: Mapa de incidência de raiva humana no mundo



Fonte: National Critical Care and Trauma Response Centre (2026)

A raiva é uma zoonose viral que acomete o sistema nervoso central de mamíferos cuja letalidade aproxima-se de 100% após o estabelecimento dos sinais clínicos. Sendo a prevenção em animais a forma mais custo-efetiva de evitar a transmissão para humanos1, o RIA & RIB 2026 abordará estratégias de vacinação em massa e de controle populacional de animais, em consonância com o Departamento de Serviços Veterinários de Sarawak (DVSS) para atingir a meta de erradicação da raiva até 2030.

A 19ª Reunião dos Centros Nacionais de Influenza (National Influenza Centres, NICs) da região Ásia-Pacífico foi um encontro técnico da National Influenza Centres Meeting promovido pela World Health Organization (WHO) para coordenar a vigilância de influenza e outros vírus respiratórios entre os países da região. Os NICs fazem parte do sistema global de vigilância da

[11] World Health Organization. Rabies [Internet]. Geneva: World Health Organization; 2024 [cited 2026 Sep 13]. Available from: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/rabies

[12] World Health Organization, World Organisation for Animal Health, Food and Agriculture Organization of the United Nations, Global Alliance for Rabies Control. Zero by 30: the global strategic plan to end human deaths from dog-mediated rabies by 2030: rabies elimination strategy [Internet]. Geneva: World Health Organization; 2018 [cited 2026 Sep 13]. Available from: https://www.who.int/publications/i/item/9789241513838

gripe da OMS, o GISRS (Global Influenza Surveillance and Response System). Do dia 27 a 29 de agosto de 2026, especialistas e autoridades públicas discutiram estratégias de vigilância e controle da enfermidade, com o objetivo de elaborar uma abordagem comum para a vigilância da influenza e de vírus respiratórios, em alinhamento com a Estratégia Global de Influenza (2019–2030) e com a Estrutura de Preparação para Influenza Pandêmica (PIP). Também foram apresentadas atualizações de duas ferramentas desenvolvidas pela OMS: Avaliação da Gravidade da Pandemia de Influenza (*Pandemic Influenza Severity Assessment* – PISA), utilizada para mensuração dos impactos causados, e a inclusão de um módulo para influenza aviária no Navegador de Decisão de Medidas Sociais e de Saúde Pública (PHMS/OMS)[13].

Desde 2021, o clado 2.3.4.4b, uma linhagem muito contagiosa de H5N1 capaz de infectar mamíferos, está presente em outros territórios além da Ásia, onde a dispersão foi facilitada pelas rotas Central Asiática, Leste Asiático-Australásia e do Pacífico por onde as aves migratórias deslocam-se dos sítios de reprodução e percorrem todo o continente[14].

Diferentes variantes de H5N1 circulam pela Ásia em 2026. Planteis avícolas foram dizimados em Bangladesh, Camboja e Índia, onde o vírus reemergiu em três estados. No Nepal, os surtos da enfermidade a partir de março resultaram em um aumento expressivo do preço dos ovos, devido à queda na produção. No final de abril, mais de 200 mil galinhas poedeiras foram diagnosticadas no Japão e mais um surto foi registrado na Coreia do Sul. Um foco doméstico de H5N1 resulta em abate sanitário; quando possui finalidade comercial, a comercialização a nível estatal e as exportações são comprometidas.

O isolamento geográfico da Austrália prolongou seu status de livre de IAAP mas não foi suficiente para impedir a entrada do agente. O país, terminal sul da rota Leste Asiático-Australásia, registrou o primeiro caso em aves silvestres em junho de 2026. Em agosto, ocorreu a primeira notificação de infecção de mamífero. Um lobo-marinho-de-novembro, espécie predadora de aves migratórias, foi encontrado morto e confirmado como positivo para H5N1 associado ao clado 2.3.4.4.b. em Beachport. Ainda não há registros de acometimento da avicultura.

China combina aprovação acelerada de inovação com expansão da cobertura de medicamentos

A China anunciou uma política para ampliar entre 2026 e 2030 o acesso a medicamentos inovadores por meio da incorporação de novos produtos à lista nacional de reembolso, expansão do papel dos seguros comerciais e redução do tempo entre inovação, aprovação e utilização clínica. Desde 2018, 949 medicamentos foram incorporados à lista nacional, incluindo 199 medicamentos inovadores. No primeiro semestre de 2026, os acordos de licenciamento externo de medicamentos inovadores chineses superaram US$ 100 bilhões, segundo dados

[13] World Health Organization. Asia-Pacific regional influenza network sharpens focus on avian influenza preparedness [Internet]. 2026 Aug 27 [cited 2026 Sep 14]. Available from: https://www.who.int/southeastasia/news/detail/27-08-2026-asia-pacific-regional-influenza-network-sharpens-focus-on-avian-influenza-preparednes

[14] Food and Agriculture Organization of the United Nations. Ongoing avian influenza outbreaks in animals pose risk to humans [Internet]. Rome: FAO; 2023 Jul 12 [cited 2026 Sep 13]. Available from: https://www.fao.org/animal-health/news-events/news/detail/ongoing-avian-influenza-outbreaks-in-animals-pose-risk-to-humans/en

citados pelo governo[15]. Na mesma semana, a autoridade regulatória chinesa concedeu aprovação condicional ao Mprosevir, antiviral desenvolvido pela Westlake University, Westlake Laboratory e Westlake Pharmaceuticals para Covid-19 leve ou moderada[16]. Segundo os desenvolvedores, trata-se do primeiro pequeno-molécula inovador baseado em DNA-encoded library a receber autorização comercial e do primeiro medicamento inovador chinês aprovado após desenvolvimento assistido por inteligência artificial. O processo, da descoberta aos ensaios clínicos, levou cerca de três anos e meio.

SOCIOECONÔMICO

China divulga 15º Plano Quinquenal para veículos elétricos e inteligentes

O 15º Plano Quinquenal para o Setor de Veículos Inteligentes, Conectados e de Energia Alternativa (*15th Five-Year Plan for the Intelligent Connected New-Energy Vehicle Industry)*, com objetivos para 2026 a 2030, foi divulgado no dia 10 de setembro pelo Ministério da Indústria e Tecnologia da Informação (MIIT) e outras agências governamentais chinesas[17]. O plano visa consolidar os pontos fortes da indústria chinesa, estimando que os veículos elétricos passem a representar 70% das vendas de automóveis de passageiros novos e 40% das vendas de automóveis comerciais novos no mercado doméstico até o ano de 2030. Além disso, o plano estima avanços extras em outras tecnologias-chave, bem como para o consumo médio de combustível de veículos de passageiros em 3,3 litros por 100 km e um consumo médio de eletricidade para veículos de passageiros elétricos de cerca de 11,5 quilowatts-hora por 100 km[18]. Para sustentar essas metas, o documento prioriza o fortalecimento da cadeia industrial e a autonomia tecnológica em chips, softwares automotivos e materiais críticos. A estratégia prevê ainda incentivos para acelerar a adoção de novas tecnologias no mercado e a gestão integrada da extração e reciclagem de minerais essenciais, como lítio, cobalto e níquel[19].

No que diz respeito à otimização da estrutura industrial e ao desenvolvimento digital e inteligente do setor, a meta é atingir um patamar elevado, com aumento de 15% da produtividade geral do trabalho em relação a 2025 e o fomento a montadoras posicionadas entre as 10 maiores em vendas globais, bem como a empresas de autopeças figurantes entre as

---

[15] China to deliver faster, more affordable access to medical innovations. China SCIO [Internet]. 4 set 2026 [citado em 14 set 2026]. Disponível em: http://english.scio.gov.cn/pressroom/2026-09/04/content_118680892.html

[16] Westlake's AI-assisted antiviral wins approval. ezhejiang.gov.cn [Internet]. 7 set 2026 [citado em 14 set 2026]. Disponível em: https://regional.chinadaily.com.cn/ezhejiang/2026-09/07/c_1211393.htm

[17] Ministry of Industry and Information Technology of the People's Republic of China (2026). 工业和信息化部等九部门关于印发《智能网联新能源汽车产业发展"十五五"规划》的通知 [Plano no original]. Disponível em: https://www.miit.gov.cn/jgsj/zbys/wjfb/art/2026/art_6136a59a8ff04922b7c73ddbc575434e.html?utm_content=bufferfb669&utm_medium=social&utm_source=linkedin.com&utm_campaign=buffer. Acesso em: 11 de setembro de 2026.

[18] GlobalTimes (2026). China sets sights on becoming global auto powerhouse by 2030: Nation set to expand opening-up despite rising protectionism. Disponível em: https://www.globaltimes.cn/page/202609/1370355.shtml. Acesso em: 11 de setembro de 2026.

[19] Internet Info Agency (2026). Nine Departments Including MIIT Release the "15th Five-Year Plan for the Development of Intelligent Connected New Energy Vehicles". Disponível em: https://english.news18a.com/news/english_295623.html. Acesso em: 11 de setembro de 2026.

100 maiores do mundo[20]. Esse avanço vem respaldado pelo expressivo desempenho do comércio exterior: nos primeiros sete meses de 2026, as exportações chinesas de veículos aumentaram 66,8% na comparação anual, atingindo 6,14 milhões de unidades, enquanto as de veículos de energia alternativa saltaram 120%, alcançando 2,91 milhões. Diante dessa expansão, autoridades como Shao Ji, da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC), reiteraram o compromisso com a abertura do mercado e a cooperação global em P&D e cadeias produtivas. O país também vem ampliando seu papel na formulação de diretrizes internacionais – tendo liderado a elaboração da primeira regulamentação técnica global para veículos autônomos, aprovada em junho –, ao mesmo tempo em que repele alegações ocidentais de que a China possui uma "sobrecapacidade" industrial.[21]

Além disso, a estabilidade e a resiliência desse ecossistema foram endossadas no final de agosto pela S&P Global Ratings, que reafirmou a classificação de crédito soberano do país em A+ com perspectiva estável. A avaliação reflete a confiança no desenvolvimento de alta qualidade da China no primeiro ano do 15º Plano Quinquenal (2026-2030), respaldada por indicadores econômicos sólidos de janeiro a julho – incluindo o aumento de 5,3% no valor adicionado industrial e o comércio exterior superando 30 trilhões de yuans – e pelo avanço de 109 grandes projetos estratégicos, garantindo segurança às cadeias globais de suprimentos e maior previsibilidade aos investidores internacionais[22].

No âmbito socioeconômico e ambiental, além de reforçar a indústria como motor da economia, é prevista a aceleração da transição ecológica para antecipar a meta de redução de carbono para antes de 2030, bem como alcançar padrões de segurança na condução autônoma superiores aos de motoristas humanos. Para operacionalizar essa visão, a estratégia se estrutura em cinco eixos centrais – desdobrados em 17 medidas práticas e 7 projetos especiais –, sintetizados a seguir:

Inovação Tecnológica e Resiliência da Cadeia: Foco no desenvolvimento de baterias de alta densidade e recarga rápida, motores de baixo carbono, chassis inteligentes (com direção e frenagem eletrônicas) e arquiteturas eletroeletrônicas avançadas. A diretriz busca a autossuficiência em chips e softwares automotivos, a proteção de patentes essenciais e o incentivo a consórcios de pesquisa e fundos de capital de risco para projetos em estágio inicial.

Transformação Digital e Ação "IA + Automotivo": Integração profunda da inteligência artificial em toda a cadeia (P&D, manufatura, logística e pós-venda), criação de espaços de dados confiáveis e implementação do passaporte digital de baterias para rastreabilidade de carbono. O plano também incentiva o fortalecimento de fornecedores líderes de peças e a expansão do mercado de reposição (serviços em nuvem, customização e veículos recreativos).

Integração Intersetorial (Energia, Transporte e Cidades Inteligentes): Expansão da infraestrutura conectada com redes 5G-A, tecnologia C-V2X, navegação por satélite BeiDou e evolução do ecossistema "veículo-estrada-nuvem". Contempla ainda o avanço de estações de

[20] European Central Station (2026). Breaking! The five-year roadmap for China's automotive industry has been unveiled, and China is set to become a world-leading automotive powerhouse by 2030. Disponível em: https://eu.36kr.com/en/p/3978804594981639. Acesso em: 11 de setembro de 2026.
[21] GlobalTimes (2026). China sets sights on becoming global auto powerhouse by 2030: Nation set to expand opening-up despite rising protectionism. Disponível em: https://www.globaltimes.cn/page/202609/1370355.shtml. Acesso em: 11 de setembro de 2026.
[22] People's Daily (2026). China's A+ sovereign rating signals confidence in economic resilience. Disponível em: https://en.people.cn/n3/2026/0911/c90000-20498747.html. Acesso em: 11 de setembro de 2026.

recarga de alta potência, sistemas de integração veículo-rede (V2G), hidrogênio verde e a descarbonização da frota de transporte pesado de carga.

Governança Eficiente e Liderança Internacional: Fortalecimento de normas técnicas para segurança, eficiência e cibersegurança, consolidando a atuação da China na harmonização regulatória internacional – a exemplo de sua liderança no fórum UN/WP.29 da ONU para a primeira regulamentação técnica global de veículos autônomos[23].

China lança plano de grande potência financeira

O Conselho de Estado apresentou o Plano para Construção de uma Potência Financeira no 15º Quinquênio. Quatro órgãos — PBoC, NFRA, CSRC e SAFE — articulam tarefas complementares: regulação macrofinanceira, supervisão, prevenção de riscos, serviço à economia real e abertura financeira de alto nível.

O plano estabelece como objetivo geral a formação da estrutura geral de um sistema financeiro moderno com características chinesas até 2030, e a conclusão básica da construção de tal sistema até 2035.

Tarefas Principais: O plano delineia grandes tarefas, incluindo o aprimoramento do arcabouço de regulação macrofinanceira, o fortalecimento da supervisão financeira, a prevenção e difusão de riscos financeiros, a melhor prestação de serviços à economia real e o avanço da abertura financeira de alto nível.

Política Monetária e Taxa de Câmbio: O Banco Popular da China (PBoC) construirá um sistema de política monetária científico e robusto, bem como um sistema abrangente de gestão macroprudencial. Também permitirá que o mercado desempenhe um papel decisivo na formação da taxa de câmbio e manterá a taxa de câmbio do RMB basicamente estável em um nível razoável e equilibrado. A China não tem necessidade nem intenção de obter vantagens competitivas comerciais por meio da desvalorização cambial.

Prevenção de Riscos: A Administração Nacional de Regulação Financeira avançará na prevenção e controle de riscos em áreas-chave, resolverá riscos em instituições financeiras de pequeno e médio porte e protegerá contra riscos financeiros sistêmicos. Também combaterá práticas como “guerras de preços”, rebates ilegais e atividades de “juros altos, rebates altos”.

Mercado de Capitais: A Comissão Reguladora de Valores Mobiliários da China (CSRC) visa formar basicamente um novo padrão de desenvolvimento de mercado de capitais de alta qualidade até 2030, com força abrangente e competitividade internacional significativamente melhoradas. Também apoiará o crescimento de empresas de alta qualidade que representam as novas forças produtivas de qualidade.

[23] European Central Station (2026). Breaking! The five-year roadmap for China's automotive industry has been unveiled, and China is set to become a world-leading automotive powerhouse by 2030. Disponível em: https://eu.36kr.com/en/p/3978804594981639. Acesso em: 11 de setembro de 2026.

Recomendações do Conselho Nacional de Saúde reivindicam maior equidade e participação social na governança global da saúde[1]

"Nenhuma nação é uma ilha, mesmo que o seja geograficamente". Foi com essa afirmação simples e potente, que a recém indicada para o cargo de Relatora Especial sobre o Direito à Saúde no Conselho de Direitos Humanos da ONU, a médica sanitarista Mariângela Simões, iniciou a mesa da 380ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde (CNS), ocorrida em 8 de julho de 2026.

A ocasião marcou a apresentação e debate sobre a participação de representantes do CNS na 79ª Assembleia Mundial de Saúde, espaço que o Conselho tem acompanhado como expressão institucional da participação social brasileira, desde a aprovação da Resolução WHA 77.2, que de forma inédita legitimou os processos participativos na tomada de decisão e formulação de políticas públicas de saúde. A atuação internacional do CNS expressa, assim, a compreensão de que as decisões tomadas nos espaços multilaterais produzem efeitos concretos sobre a garantia do direito à saúde e sobre a vida das populações.

É nesse sentido, de que os processos em curso na saúde global são interdependentes e de que seus efeitos ultrapassam fronteiras nacionais, que o CNS apresenta nos Cadernos Fiocruz de Saúde Global suas contribuições às deliberações da 79ª AMS. O protagonismo do Conselho no acompanhamento e na incidência sobre temas de relevância internacional soma-se a uma trajetória institucional marcada pela defesa da saúde como direito humano, que neste ano celebra os 40 anos da 8ª Conferência Nacional de Saúde e se aproxima dos 90 anos de existência do CNS.

O olhar do colegiado para além do território nacional também expressa o amadurecimento da própria governança participativa brasileira. O Sistema Único de Saúde (SUS) consolidou mecanismos institucionalizados de participação social, especialmente por meio dos conselhos e das conferências de saúde, que constituem uma experiência reconhecida internacionalmente de construção democrática das políticas públicas. Levar essa experiência aos espaços de debate global significa não apenas compartilhar aprendizados, mas também reivindicar que a participação social seja reconhecida como dimensão constitutiva da governança da saúde em âmbito internacional.

A experiência brasileira durante a pandemia da Covid-19 também reforça o monitoramento do CNS das causas globais na saúde. Naquele contexto, o CNS atuou na defesa da ciência, do direito à saúde e das evidências científicas, ao mesmo tempo em que fez frente às decisões nacionais sobre a resposta à emergência sanitária. Esse aprendizado reforçou a necessidade de fortalecer mecanismos multilaterais capazes de prevenir e responder a futuras emergências e de assegurar maior equidade, transparência, cooperação e participação social nas decisões que afetam a saúde das populações.

É nesse contexto que se inserem as duas recomendações internacionais apresentadas nesta publicação. Elas expressam a compreensão de que a defesa do direito à saúde não se

[1] Nota e recomendações enviadas aos Cadernos pela Assessoria Técnica do Conselho Nacional de Saúde, na pessoa do Assessor Técnico Luis Filipe Macedo (luis.macedo@saude.gov.br)

encerra nas fronteiras nacionais e de que a participação social deve ocupar lugar permanente na construção das respostas aos desafios globais da saúde.

Mais do que nunca, novos caminhos são necessários. A experiência do controle social brasileiro pode contribuir para uma saúde global ancorada na equidade, na cooperação internacional, na justiça social e na efetivação do direito à saúde.

Abaixo, são reproduzidas as duas recomendações.

RECOMENDAÇÃO Nº 9, DE 9 DE JULHO DE 2026

Recomenda ao Ministério da Saúde e ao Ministério das Relações Exteriores a garantia da participação da sociedade civil na força-tarefa conjunta responsável pela reforma da arquitetura global da saúde da Organização Mundial da Saúde, bem como em outras instâncias multilaterais correlatas.

O Pleno do Conselho Nacional de Saúde (CNS), em sua Trecentésima Octogésima Reunião Ordinária, realizada nos dias 8 e 9 de julho de 2026, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990; pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012; pelo Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006; e em cumprimento às disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da legislação correlata, e

Considerando que a participação da comunidade constitui diretriz constitucional do Sistema Único de Saúde, nos termos do art. 198, inciso III, da Constituição Federal;

Considerando a Decisão WHA79(20), adotada pela 79ª Assembleia Mundial da Saúde em 23 de maio de 2026, que estabeleceu o processo conjunto de apoio às reformas da arquitetura global da saúde, em articulação com a Iniciativa UN80, com base no Relatório A79/24 apresentado pelo Diretor-Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), e previu a constituição de uma força-tarefa encarregada de elaborar relatório a ser apreciado pelos Estados-Membros na 80ª Assembleia Mundial da Saúde, em 2027;

Considerando a Resolução WHA77.2 da OMS, de 1º de junho de 2024 (Anexo 1), que reconhece a participação social como a participação inclusiva de pessoas, comunidades e sociedade civil nos processos decisórios que afetam a saúde, em todo o ciclo das políticas públicas e em todos os níveis do sistema, e conclama os Estados-Membros a assegurar participação equitativa diversificada, inclusiva e transparente, com o envolvimento dos atores pertinentes, entre eles comunidades locais, trabalhadores da saúde e do cuidado, voluntários, organizações da sociedade civil e juventudes;

Considerando as transformações em curso na governança da saúde global e a necessidade de fortalecer mecanismos multilaterais orientados pela solidariedade internacional

e pelo reconhecimento da saúde como direito humano fundamental, de modo a promover uma distribuição mais equitativa de poder e assegurar que as mudanças propostas contribuam efetivamente para a redução das iniquidades em saúde;

Considerando o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 17 da Agenda 2030 das Nações Unidas, especialmente as metas 17.16 e 17.17, que promove o fortalecimento dos meios de implementação e das parcerias globais para o desenvolvimento sustentável, em articulação com a meta 16.7 do ODS 16, destacando a importância da transparência, da participação da sociedade civil, da cooperação internacional e das parcerias multissetoriais para a construção de uma arquitetura global de saúde mais democrática, inclusiva e sustentável;

Considerando que a pandemia de COVID-19 evidenciou limitações dos atuais mecanismos multilaterais de saúde e reforçou a necessidade de aperfeiçoar a coordenação internacional, ampliar o acesso equitativo à saúde e fortalecer a preparação e a resposta a futuras emergências sanitárias;

Considerando que a ausência de representantes formais da sociedade civil e de pessoas com experiência vivida na composição da força-tarefa, apesar da previsão de consultas e de outros mecanismos de engajamento dessas partes interessadas no processo conjunto, é uma regressão institucional, pois ignora o sucesso de instituições e iniciativas em que a participação social melhorou a definição de prioridades, a estrutura de governança, a responsabilização, a transparência e a legitimidade das políticas e dos serviços desenvolvidos;

Considerando que a Lei nº 8.142/1990, especialmente em seu art. 1º, § 2º, institui a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e confere aos Conselhos de Saúde o caráter permanente e deliberativo para atuar na formulação de estratégias e no controle da execução das políticas de saúde, inclusive em seus aspectos econômicos e financeiros; e

Considerando a experiência acumulada pelo SUS na institucionalização da participação social por meio de conselhos e conferências de saúde, reconhecida internacionalmente como instrumento de democratização das políticas públicas,

RECOMENDA:

Ao Ministério da Saúde e ao Ministério das Relações Exteriores:

I – que, por meio de suas secretarias e departamentos competentes, no âmbito de suas atribuições e em articulação com a representação brasileira junto à OMS, recomendem à Organização Mundial da Saúde a inclusão de representantes da sociedade civil na força-tarefa responsável pela elaboração do relatório sobre a reforma da arquitetura global da saúde, bem como em outras instâncias que venham a ser constituídas para esse fim;

II – que fortaleçam os mecanismos de participação da sociedade civil organizada na formulação das posições brasileiras e no acompanhamento de fóruns multilaterais e espaços internacionais de governança global em saúde, incluindo o G20, o BRICS e outras iniciativas das quais o Brasil participe;

III – que promovam, nos foros competentes do Sistema das Nações Unidas, iniciativas destinadas à criação de uma instância permanente de participação social, com caráter deliberativo, destinada à promoção da equidade em saúde

no contexto da reforma da arquitetura global da saúde, assegurando a representação efetiva da sociedade civil e das populações em situação de vulnerabilidade nos processos decisórios globais, de forma ativa e não meramente consultiva, observadas as competências e os procedimentos decisórios próprios das organizações internacionais envolvidas.

Fernanda Lou Sans Magano

Presidenta do Conselho Nacional de Saúde

RECOMENDAÇÃO CNS Nº 10, DE 9 DE JULHO DE 2026

Recomenda ao Ministério da Saúde e ao Ministério das Relações Exteriores a conclusão das negociações do Anexo relativo ao Sistema de Acesso a Patógenos e Repartição de Benefícios (PABS) e a efetivação do Acordo sobre Pandemias no âmbito da Organização Mundial da Saúde (OMS).

O Pleno do Conselho Nacional de Saúde (CNS), em sua 380ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 8 e 9 de julho de 2026, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990; pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012; pelo Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006; e em cumprimento às disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da legislação correlata, e

Considerando que a participação da comunidade constitui diretriz constitucional do Sistema Único de Saúde, nos termos do art. 198, inciso III, da Constituição Federal, e que o art. 1º, § 2º, da Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, atribui aos Conselhos de Saúde caráter permanente e deliberativo e competência para atuar na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde, inclusive em seus aspectos econômicos e financeiros;

Considerando que os arts. 2º e 11, incisos I, II, IV, XI e XIII, do Regimento Interno do Conselho Nacional de Saúde, aprovado pela Resolução CNS nº 765, de 19 de dezembro de 2024, estabelecem como finalidades e competências do Conselho a atuação na formulação e no controle da execução da Política Nacional de Saúde, a defesa da vida, da transparência, da cooperação, da solidariedade e da equidade, o acompanhamento do desenvolvimento e da incorporação científica e tecnológica em saúde e o fortalecimento da participação e do controle social no SUS;

Considerando a necessidade de preparação dos países de todo o mundo para futuras emergências de saúde pública de caráter global e a adoção, pela 78ª Assembleia Mundial da Saúde, por meio da Resolução WHA78.1, do Acordo sobre Pandemias da OMS que prevê medidas e diretrizes concretas para esse tipo de situação;

Considerando que o Grupo de Trabalho Intergovernamental de composição aberta sobre o Acordo de Pandemias da OMS (IGWG), instituído pela Resolução WHA78.1 e incumbido de elaborar e negociar o Anexo relativo ao PABS e de submeter o resultado à 79ª Assembleia Mundial da Saúde, não conseguiu chegar a um consenso sobre o texto final do Anexo, em especial sobre o compartilhamento de deveres e responsabilidades em emergências de saúde pública;

Considerando que a pandemia de COVID-19 evidenciou lacunas nos atuais instrumentos multilaterais em situações de pandemia e reforçou a necessidade de aperfeiçoar a coordenação

internacional, ampliar o acesso equitativo à saúde, sobretudo para populações vulneráveis, e fortalecer a preparação e a resposta a futuras emergências sanitárias;

Considerando que a Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS) estabelece que o gozo do mais alto nível possível de saúde constitui um direito fundamental de todo ser humano, sendo a saúde dos povos condição fundamental para a consecução da paz e da segurança e que os avanços alcançados por qualquer país na promoção e proteção da saúde beneficiam toda a comunidade internacional;

Considerando as transformações em curso na governança da saúde global e a necessidade de fortalecer instrumentos multilaterais orientados pela equidade, uma vez que as desigualdades entre países na promoção da saúde e no controle de doenças representam um risco comum que exige respostas solidárias e coordenadas em âmbito global;

Considerando que as crises sanitárias não aguardam os consensos políticos, razão pela qual são necessários mecanismos concretos para conferir efetividade ao Acordo sobre Pandemias, em articulação com o Regulamento Sanitário Internacional (2005), por meio de responsabilidades juridicamente vinculantes, após a entrada em vigor dos instrumentos aplicáveis, que garantam, em situações de pandemia, a repartição justa e equitativa de benefícios e o acesso tempestivo e equitativo a produtos de saúde relacionados a pandemias, inclusive mediante transferência de tecnologia, licenciamento e observância das disposições sobre direitos de propriedade intelectual previstas no Acordo;

Considerando os esforços dos países do Sul Global para transformar o legado da pandemia em compromissos duradouros entre as nações e que o PABS constitui elemento indispensável para a abertura para assinatura e a

posterior efetivação do Acordo sobre Pandemias, ao estabelecer os mecanismos de compartilhamento de materiais e informações sobre sequências de patógenos com potencial pandêmico e de repartição justa e equitativa dos benefícios deles decorrentes;

Considerando que o Acordo sobre Pandemias da Organização Mundial da Saúde e o Anexo relativo ao Sistema de Acesso a Patógenos e Repartição de Benefícios incidem diretamente sobre a prevenção, a preparação e a resposta a pandemias, a resiliência dos sistemas de saúde, a vigilância epidemiológica e laboratorial, a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico, a produção e o abastecimento de produtos de saúde e o acesso equitativo a vacinas, meios diagnósticos e terapêuticos, matérias que repercutem na organização, no planejamento, no financiamento e na capacidade de resposta do Sistema Único de Saúde.

RECOMENDA:

Ao Ministério da Saúde e ao Ministério das Relações Exteriores:

I – que mantenham e fortaleçam a atuação do Estado brasileiro junto à OMS e aos Estados-Membros, com vistas à conclusão das negociações do Anexo relativo ao Sistema de Acesso a Patógenos e Repartição de Benefícios (PABS), assegurando mecanismos transparentes, efetivos e equitativos para o compartilhamento de materiais e informações sobre sequências de patógenos com potencial pandêmico e benefícios decorrentes de sua utilização;

II – que defendam nos fóruns multilaterais de saúde a adoção do Anexo PABS e, após a abertura do instrumento à assinatura e a observância dos procedimentos constitucionais aplicáveis, a efetivação integral e tempestiva do Acordo sobre Pandemias, de modo a

fortalecer a prevenção, preparação e resposta a futuras emergências sanitárias de caráter internacional;

III – que garantam, no âmbito de suas competências, a transparência, o acesso à informação e a participação social no acompanhamento das negociações, da implementação e do monitoramento do Acordo sobre Pandemias e de seus instrumentos complementares;

IV – que instituam e ampliem, no âmbito de suas competências, mecanismos formais de escuta ativa e diálogo com a sociedade civil organizada, especificamente voltados para o planejamento, o acompanhamento e a resposta a situações de emergência em saúde pública, garantindo que as demandas das

populações vulnerabilizadas e a experiência dos territórios orientem as estratégias de enfrentamento às crises sanitárias;

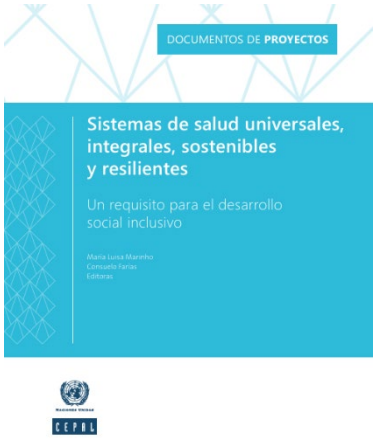
V – que atuem, nos foros competentes, para assegurar a criação de assentos permanentes para representantes da sociedade civil, entidades setoriais e movimentos sociais nos comitês e órgãos colegiados de monitoramento de emergências.

Fernanda Lou Sans Magano

Presidenta do Conselho Nacional de Saúde

Estante de livros, vídeos e outros que tais

*A seção **Estante** traz breves informações e resumos de livros, revistas, relatórios e vídeos sobre temas de saúde global e diplomacia da saúde. A ideia é permitir que nossos analistas, mas também leitores e colaboradores, compartilhem dicas sobre o que leram, viram ou ouviram e que gostaram. Os comentários não devem ultrapassar 150 palavras. Sua nota deve ser enviada para o e-mail do editor do Caderno* paulo.buss@fiocruz.br



Marinho, M. L. y Farías, C. (Eds.). (2026). *Sistemas de salud universales, integrales, sostenibles y resilientes: un requisito para el desarrollo social inclusivo.* CEPAL: Santiago, 63 pp., 2026. Para superar as três armadilhas de desenvolvimento enfrentadas pela América Latina e pelo Caribe, é fundamental consolidar sistemas de saúde universais, abrangentes, sustentáveis e resilientes. Universalidade significa garantir acesso e cobertura universal de serviços e medicamentos, de forma rápida e sem restrições financeiras. Abrangência refere-se à oferta de benefícios que atendam às diversas demandas e necessidades da população, desde uma abordagem abrangente à saúde até garantir a continuidade do cuidado. Sustentabilidade significa encontrar um equilíbrio entre a cobertura, qualidade, quantidade e rapidez dos benefícios à saúde, bem como a sustentabilidade financeira para as gerações atuais e futuras. Por fim, resiliência é a capacidade de antecipar, absorver, adaptar e transformar novas necessidades para responder a elas, sem interromper os serviços durante crises. São quatro dimensões interdependentes que devem ser abordadas de forma articulada para contribuir para o exercício do direito à saúde, a erradicação da pobreza e a redução da desigualdade, a fim de avançar para um modelo inclusivo de desenvolvimento social na região. *Conteúdo e autores*: Introdução / María Luisa Marinho, Consuelo Farías; I. Sistemas de Saúde Universal / Carla Castillo Laborde; II. Sistemas de Saúde Abrangentes / Consuelo Farías Valenzuela; III. Sistemas de Saúde Sustentáveis / Daniela Sugg; IV. Sistemas de Saúde Resilientes / Ricardo Fábrega Lacoa; V. Sistemas de saúde universais, abrangentes, sustentáveis e resilientes para avançar rumo ao desenvolvimento social inclusivo na América Latina e no Caribe / Consuelo Farías, María Luisa Marinho. Acesso: Sistemas de salud universales, integrales, sostenibles y resilientes: un requisito para el desarrollo social inclusivo

Revista CEBRI. US and Latin America: A New Hemispheric Security. A 17ª edição da publicação reúne renomados especialistas para analisar os desafios políticos, estratégicos e de segurança que estão redefinindo as relações entre os Estados Unidos e a América Latina. Em um cenário de crescente competição geopolítica e disputas por influência, a publicação apresenta diferentes perspectivas sobre temas como cibersegurança, crime organizado, recursos estratégicos, vulnerabilidades institucionais e novas práticas de coerção e de intervenção. A edição oferece ao leitor uma análise qualificada das transformações da ordem hemisférica e de seus impactos para o presente e o futuro da região. Publicação em inglês. Acesso: https://cebri.org/revista/br/edicao/17/2026





EDITORES E AUTORES DOS CADERNOS

Paulo Marchiori Buss – Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, diretor do Centro Colaborador da OPAS/OMS sobre Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul na Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina (editor).

Fabiane Gaspar – Bacharel em Direito, Tecnóloga em Comércio Exterior, Mestre em Direito Internacional, Assessora Internacional na VPSGRI/Fiocruz (coeditora).

Sebastián Tobar – Sociólogo, doutor em Saúde Pública, pesquisador sênior da VPSGRI/Fiocruz, assessor sênior da Aliança Latino-Americana de Saúde Global – ALASAG (coeditor).

Alexandra Rodrigues Sanches – Mestranda em Economia Política Mundial pela UFABC. Graduação em Relações Internacionais pela UNISO. Pesquisadora do Grupo de Trabalho Brasil-China da OPEB/UFABC.

Amanda Ribeiro Lopes – Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI/UERJ). Mestre e bacharela em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Pesquisadora do LabÁsia e DataMundi.

Anabela Santiago – Doutora em Políticas Públicas e mestre em Estudos Chineses pela Universidade de Aveiro (Portugal). Investigadora do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Membro da PICTIS, parceria entre a Fiocruz e a Universidade de Aveiro.

Ana Carol Aldapi Vaquera – Doutoranda em Ciências Políticas (UFSCar); bolsista CAPES em intercâmbio pelo PDSE na Universidad de Salamanca, Espanha; mestre em Ciência Política e Relações Internacionais (UFPB) com graduação em Ciência Política (UCB, Bolívia/UFPB).

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire – Mestre em Relações Internacionais e especialista em Popularização e Divulgação da Ciência. Analista de Gestão em Saúde na VPSGRI/Fiocruz.

André Lobato – Doutor em Políticas Públicas Estratégias e Desenvolvimento (UFRJ, Chinese Academy of Sciences). Mestre em Mídia e Globalização (London School of Economics, Fudan University). Especialização em Gestão Ambiental (COPPE/UFRJ).

Armando De Negri Filho – Médico, doutor em Medicina Preventiva, mestre em Epidemiologia, pesquisador visitante sênior da VPSGRI/Fiocruz.

Augusto Paulo José da Silva – Biólogo, mestre em biologia pela Moldova State University. Responsável pelo Escritório da Fiocruz para África da VPSGRI, cooperação com África e CPLP, no PECS/CPLP, 2023-2027. Foi Vice-Ministro da Saúde da Guiné-Bissau.

Bárbara Nogueira – Estudante de Relações Internacionais na UERJ, estagiária da VPSGRI/Fiocruz.

Bernardo Bahia Cesáreo – Pesquisador sênior, CEE Fundação Oswaldo Cruz

Carolina Salgado – Professora no IRI/PUC-Rio. Doutora em Relações Internacionais (PUC-Rio e GIGA Hamburg). Pós-doutorados em cooperação internacional e História das Ciências e da

Saúde na Fiocruz. Coordenadora de Análise de Política Externa na ABRI e da plataforma de pesquisa Saúde Global e Coletiva do BPC. Integra o GT de Saúde do Fórum Civil dos BRICS.

Claudia Chamas – Pesquisadora do CDTS/Fiocruz, professora do PPED/Instituto de Economia da UFRJ. Doutora em Engenharia de Produção, com graduação em Engenharia Química (UFRJ). Assessorou o MS em propriedade intelectual e acesso e copresidiu grupos de trabalho na OMS.

Claudia Hoirisch – Engenheira química (UFRJ), mestre em Administração com foco em Políticas de Saúde (FGV). Pesquisadora da VPSGRI/Fiocruz. Coordenadora da Rede de Pesquisa em Saúde Pública e Sistemas de Saúde do BRICS.

Claudio Brandão – Mestrando no Programa de Mestrado Profissional em Inovação em Medicamentos do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo (ICB/USP). Diretor Executivo da Emerging Biopharmaceutical Manufacturers Network (EBPMN) e consultor independente do Korea Health Industry Development Institute (KHIDI).

Cristiane Pereira – Doutoranda e mestre em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Centro de Pesquisas em Direito Sanitário da USP (CEPEDISA).

Danielly P. Magalhães – Doutora em Química Ambiental, mestre em Saúde Pública, especialista em Saúde Global e Diplomacia em Saúde. Diretora sênior de projetos no Consórcio Global de Educação em Clima e Saúde da Universidade de Columbia, NY; pesquisadora da Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030.

Deisy de Freitas Lima Ventura – Doutora em Direito Internacional e mestre em Direito Europeu pela Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Professora titular da FSP/USP, vice-coordenadora da Pós-Graduação em Saúde Global e Sustentabilidade; professora da Pós-graduação em Relações Internacionais da USP.

Denise Oliveira e Silva – Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Diana Reyna Zeballos Rivas – Médica, doutora em Saúde Pública na área de Epidemiologia (UFBA), mestre em Medicina e Saúde (UFBA). Realizou pós-doutorado no ISC-UFBA e atualmente é bolsista de pós-doutorado júnior do CNPq na Fiocruz Bahia.

Eduardo Nilson – Biólogo, doutor em Saúde Global; pesquisador e docente em saúde pública na Fiocruz Brasília e pesquisador associado do Nupens/USP. Foi coordenador adjunto de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde do Brasil por 15 anos.

Erica Kastrup – Doutora em História das Ciências e da Saúde pela COC/Fiocruz, além de bacharel em Relações Internacionais e mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde pela ENSP/Fiocruz. Responsável pela Cooperação Sul-Sul/África na VPSGRI/Fiocruz.

Felix Júlio Rosenberg – Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Fórum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Frederico Peres – Biólogo, mestre e doutor em Saúde Pública, com pós-doutorado em Saúde Ocupacional e Ambiental pela Icahn School of Medicine at Mount Sinai, onde atua como *fellow researcher*. Pesquisador Sênior do Cesteh/Ensp/Fiocruz e professor associado visitante da ENSP/Universidade NOVA de Lisboa

Giacomo Giannelli – Graduando em Saúde Pública na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Gisele Sanglard – Pesquisadora em saúde pública da Fiocruz, atualmente chefe do Departamento de História das Ciências e da Saúde da COC. Possui doutorado em História das Ciências da Saúde (COC/Fiocruz) e mestrado em História Social da Cultura (PUC-Rio).

Giulia Mariano Machado – Graduanda em Saúde Pública na FSP USP e aluna de iniciação científica em Saúde Ambiental

Isis Pillar Cazumbá da Cruz – MBA em Gestão de Projetos e bacharelado em Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de Pesquisa e Colaboradora dos Cadernos da VPSGRI/Fiocruz.

Jesús Enrique Patiño Escarcina – Médico, doutorando em Saúde Pública no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, mestre em Medicina e Saúde pela UFBA, Pós-graduação em Gerenciamento de Serviços de Saúde e Gestão da Qualidade em Saúde pela Universidad Nacional de San Agustín.

João Miguel Estephanio – Doutorando em Relações Internacionais (UnB), mestre em Políticas Públicas em Saúde (EGF-Brasília), bacharel em Relações Internacionais (UFRJ) e técnico em Biotecnologia (Cefet). Assessor da presidência da Fiocruz para assuntos internacionais.

Juan Garay – Co-chair Health, Ecology, Equity, and the Sustainable Health Equity Movement (SHEM); Professor/Researcher of Health Equity, Ethics and Metrics (Spain, Mexico, Cuba, Brazil); Founder of Valyter Ecovillage (valyter.es)

Júlia Moraes e Silva – Graduada em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da USP (FSP-USP) e Mestranda em Saúde Pública na FSP-USP

Julia Soares – Graduanda em Relações Internacionais pela UFRJ, pesquisadora do Laboratório de Estudos Asiáticos (LEA-UFRJ) e da Escola de Guerra Naval

Laura Tavares Soares – Enfermeira com Habilitação em Saúde Pública pela UERJ. Doutora em Economia pela UNICAMP (Área de Concentração em Política Social). Especialista em Saúde Pública pela ENSP/FOCRUZ e em Planejamento de Saúde pelo IMS/UERJ. Professora aposentada da UFRJ.

Laurenice Pires – Assistente Social, doutora em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), mestre em Serviço Social (PUC-Rio), especialista em Gestão da Atenção à Saúde (Fundação Dom Cabral). Coordenadora adjunta da especialização em Direitos Humanos, Relações Étnico-raciais e Saúde na ENSP/Fiocruz.

Livia Ferreira – Estudante de Relações Internacionais na UERJ; estagiária da VPSGRI/Fiocruz.

Luana Bermudez – Doutora em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), mestre em Saúde Pública e especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Atua na agenda internacional da VPPIS e da Presidência da Fiocruz.

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza – Sanitarista, doutor em Saúde Pública, professor do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Luiz Augusto Galvão – Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Escola de Saúde Pública de Loma Linda, EUA, e pesquisador sênior da VPSGRI/Fiocruz.

Manuel Mahoche – Doutorando em Epidemiologia (FSP/USP), mestre em Saúde Pública (UFRGS), especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde (FIOCRUZ) e em Economia e Gestão em Saúde (USP).

Marciglei Brito Morais – Doutoranda em Saúde Pública pela UFBA e mestra em Educação (UESB/BA). Enfermeira e docente no ensino superior na área da saúde. Integra o grupo de pesquisa Economia, Tecnologia e Inovação em Saúde (PECS/UFBA)

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes – Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria Fernanda Császár – Bacharel em Relações Internacionais pela UFRJ, Pesquisadora no Laboratório de Estudos Asiáticos (LEA-UFRJ) e no Núcleo de Avaliação da Conjuntura, com pesquisas sobre política ex***terna indiana, economia política internaciona e Indo-Pacífico.***

Maria Teresa Rossetti Massari – Enfermeira, doutora em Saúde Coletiva, mestre em Saúde da Mulher e da Criança, especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Pesquisadora e docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, atua na Coordenação de Ações Nacionais e de Cooperação do IFF/Fiocruz.

Marina Sujkowski Lima – Mestranda em Saúde Pública pela FSP-USP e graduada em Relações Internacionais pelo IRI-USP

Mateus Brito – Doutorando e Mestre em Saúde Coletiva (ISC/UFBA), *alumni* do Certificado em Estudos Afro-Latino-Americanos (ALARI/Harvard University), especialista pela Residência em Saúde da População do Campo (UPE), Bacharel em Fisioterapia (UNISBA)

Matheus dos Santos da Silveira – Doutorando em Relações Internacionais (PUC-Rio), bacharel (UNAMA) e mestre (UNILA) em Relações Internacionais. Editor da Revista Debates Indígenas.

Nina Bouqvar – Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais (PUC-Rio) e bacharel em Ciência Política (UNIRIO). Coordenadora de projetos do Youth Voice Brasil, embaixadora da Politize! e assistente de pesquisa na Fiocruz.

Patrícia Lewis Carpio – Doutoranda em Saúde Coletiva (ISC-UFBA), Mestre em ciências pela USP, Graduada em Psicologia no Peru, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM) e integrante da FENAMI.

Paula Reges – Médica infectologista e pesquisadora, INI/Fiocruz; mestre e doutoranda em Pesquisa Clínica em Doenças Infeciosas pela Fiocruz. Assessora para Assuntos Internacionais da Presidência da Fiocruz, com foco em políticas de saúde global e diplomacia em saúde.

Paulo Esteves – Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Pedro Burger – Doutorando em Saúde Pública (ENSP), mestre em Economia Política Internacional (UFRJ), especialista em Saúde Pública e em Gestão de Organizações de CT em Saúde (ENSP) e licenciado em História (UFBA). Coordenador de Cooperação Internacional na VPSGRI/Fiocruz.

Pedro Diaz – Doutor em Ciência da Informação PPGCI/USP; pesquisador em História da Ciência no MAST-RJ, Grupo de Pesquisas Patrimônio e Memória Digital do Grupo de Estudos Preservação Digital da Rede Cariniana.

Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos – Psicóloga, sanitarista, mestre em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz) e doutoranda em Saúde Coletiva no IFF/Fiocruz. Analista de gestão e atenção em saúde na Coordenação de Ações Nacionais e de Cooperação do IFF/Fiocruz.

Rafael Aguilar Zamudio – Estudante da especialização em Estudos Chineses na Universidad Nacional de la Plata. Especialização em Gestão Ambiental na Universidad Autónoma de Baja California e graduação em Biotecnologia Genômica na Universidad Autónoma de Nuevo León.

Rafael Gomes França – Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da USP; mestre em Gestão e Saúde Coletiva (Unicamp) e bacharel em Relações Internacionais (UnB).

Rafaela Venturella De Negri – Mestra em Desenvolvimento e Segurança pela Universidade Jaguelônica, graduada em Jornalismo e especialista em Relações Internacionais pela UFGRS. coordenação do Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social na ALC.

Regina Ungerer – Médica pediatra, doutora em ciências pela USP, pesquisadora sênior da VPSGRI/Fiocruz, coordenadora adjunta do Curso de Atualidades em Saúde Global e Diplomacia da Saúde/Fiocruz e do Centro Colaborador da OMS para a Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul.

Renan Amaral Oliveira – Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade (FSP/USP) e mestre em Relações Internacionais (UFBA), possui bacharelado interdisciplinar em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais (UFABC).

Rychard de Lima Monteiro – Bacharel em enfermagem, especialista em relações internacionais.

Sâmia de Brito – Mestre e bacharel em Relações Internacionais; MBA em gerenciamento de projetos. Coordenadora adjunta do Núcleo de Apoio à Internacionalização, Instituto Renê Rachou/Fiocruz Minas

Santiago Alcázar – Diplomata de carreira (aposentado) MRE/Brasil; Pesquisador honorário, VPSGRI/Fiocruz.

Tatiana Cerqueira Machado Medrado – Doutoranda em Saúde Coletiva e mestre em Saúde Coletiva (ISC/UFBA). Graduada em Ciências Biológicas e Medicina Veterinária, especialista em Análise de Dados e Monitoramento das Ações de Saúde e Gestão Estratégica do SUS (UFBA).

Thaiany Medeiros Cury – Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais (IRI/PUC-Rio), especialização em Saúde Pública em andamento (ENSP/Fiocruz) e bacharel em Relações Internacionais (UFRJ).

Tomé Cá – Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitória Kavanami – Doutoranda em Relações Internacionais pela PUC-Rio e Visiting Fellow do IHEID, em Genebra; Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais pela PUC-Rio, formada em Relações Internacionais (UFU-MG).

PRODUTOS DO OBSERVATÓRIO FIOCRUZ DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE

Os produtos do ***Observatório Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde*** e do ***Centro Colaborador da OPAS/OMS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul na Fiocruz,*** localizados na **VPSGRI**, são:

Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020, a Fiocruz vem produzindo os **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Entre 2020 e 2025 foram produzidos **129** fascículos quinzenais. Para 2026 está programada a edição de **23** fascículos. Os interessados na coleção podem acessar ou fazer download de artigos ou edições completas nos endereços abaixo.

2020-2025: https://fiocruz.br/cadernos-cris-fiocruz-informes-sobre-saude-global-e-diplomacia-da-saude

2026: https://cadernossaudeglobalfiocruz.net/csgf/issue/archive

Seminários Avançados Fiocruz em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, a Fiocruz vem realizando os **Seminários Avançados Fiocruz em Saúde Global e Diplomacia da Saúde** sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. Entre 2020 e 2025 foram realizados **140** Seminários e, em 2026, estão programados **23** Seminários. Os Seminários são acessíveis para audiência e download em:

https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN

Próximos Seminários

Dia 23 de setembro – *Geopolítica e Saúde no BRICS 2026*

Dia 30 de setembro – *Geopolítica e Saúde na Assembleia Geral das Nações Unidas 2026*

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
Vice-Presidência de Saúde Global e Relações Internacionais
Observatório Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde (desde 2020)
Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul na Fiocruz (desde 2014)

Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde
Número: 16/2026
Período: 2 a 15 de setembro de 2026

Editores: PAULO MARCHIORI BUSS, FABIANE GASPAR e SEBASTIÁN TOBAR
Fundação Oswaldo Cruz; Vice-Presidência de Saúde Global e Relações Internacionais; Observatório Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Centro Colaborador da OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul na Fiocruz. Rio de Janeiro, 18 de setembro de 2026.
339 pp; il.
Bibliografia: Inclui Bibliografias.
1. SAÚDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos publicados nos *Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde* são de responsabilidade de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos editores ou da Presidência da Fiocruz.